V!RUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO
CONTENTS

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

ÁGORA

014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP

042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY

063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA

097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA

142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES

167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS

199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO

214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR

230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES

241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES

266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALŸS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK

279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO

290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS

329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES

370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA

383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE

417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

EDITORIAL
EDITORIAL

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, AMANDA SOARES, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o Nomads.usp - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos e é Editor-Chefe da revista V!RUS. tramont@sc.usp.br
http://lattes.cnpq.br/1999154589439118

Juliano Veraldo da Costa Pita é Arquiteto, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor Doutor do Instituto Federal de São Paulo, Pesquisador Associado do Nomads.usp e Editor Adjunto da revista V!RUS. Coordena pesquisas sobre processos digitais de projeto de Arquitetura, no âmbito de encomendas públicas, a inclusão de tecnologias digitais, especialmente BIM, em processos participativos de tomada de decisão e o ensino de computação em Arquitetura e Urbanismo. juliano.pita@ifsp.edu.br
http://lattes.cnpq.br/9979407166601746

Pedro Plácido Teixeira é Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pesquisador do Nomads.usp e doutorando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda o uso do filme documentário para a realização de leituras urbanas, baseado em processos participativos e colaborativos de produção audiovisual, focando-se, principalmente, sobre a América Latina. pedrot@usp.br.
http://lattes.cnpq.br/1433595073264998

Lucas Edson de Chico é Arquiteto, pesquisador no Nomads.usp, Mestre em Teoria e História da arquitetura e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa paisagem cultural, patrimônio, meios digitais e complexidade. lucas.chico@usp.br.
http://lattes.cnpq.br/4486015301906993

Amanda Rita de Sousa Soares é Arquiteta, pesquisadora do Nomads.usp e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa sobre BIM e tecnologias construtivas indígenas na Amazônia. amandarsoares@usp.br.
http://lattes.cnpq.br/0418095969236343

Ester Soares Gomes é Arquiteta, pesquisadora do Nomads.usp e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa sobre formas geométricas complexas na arquitetura brasileira. estergomes@usp.br
http://lattes.cnpq.br/7132961181128693

João Vitor Pereira é Arquiteto, pesquisador do Nomads.usp, especialista em Arquitetura da Paisagem e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa comunidades palafíticas na região Amazônica e processos audiovisuais colaborativos. joaovpereira@usp.br
http://lattes.cnpq.br/4243764776726861

Tramontano, M., Pita, J. V. C., Teixeira, P. P., Chico, L. E., Soares, A. R. S., Gomes, E. S., Pereira, J. V. (2025). Diálogos multilaterais: Práxis, interlocuções e confrontações. (Editorial) *V!RUS (30)*. 1-4. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.243966

Diálogos multilaterais têm se tornado cada vez mais necessários e, ao mesmo tempo, cada vez mais difíceis. A ideia mesma de academia repousa sobre um multilateralismo intrínseco, que envolve compreensões e posturas científicas e metodológicas variadas, o constante diálogo com trabalhos e autores de referência, bem como a relação entre a academia, a sociedade e o mundo. Isto significa que a crítica alicerçada nas diferenças e os tensionamentos que ela induz são a condição *sine qua non* para que o conhecimento seja produzido. Não é assim no mundo geopolítico, em especial no momento atual, em que as práticas políticas multilaterais vêm sendo constantemente ameaçadas. De fato, ainda que o anseio por um mundo multipolar venha ganhando força mundo afora, desde 1991, a partir do fim da União Soviética, e que muitos países tenham implementado políticas inclusivas, visando garantir a pluralidade de vozes nos debates nacionais, as práticas multilaterais parecem resultar menos na construção de diálogos e mais no acirramento do controle capitalista sobre os povos e nações.

Neste sombreamento entre o mundo científico e o mundo histórico, parece-nos fundamental e urgente proteger e cultivar a ideia de que práxis e interlocuções, desde que simétricas, são a premissa incontornável para a emergência de novas compreensões de mundo. Sob o título “Diálogos Multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações”, a chamada desta trigésima edição da revista V!RUS propõe uma reflexão sobre o tema, a partir de duas questões plenas de complexidade: Como pensar a contribuição técnico-científica para um mundo multilateral de sociedades cada vez mais multiculturais, em que a globalização de processos e produtos acentuou práticas de dominação e disputas de poder em todas as esferas da vida e áreas do conhecimento? e Como articular diferenças, conflitos e convergências, sejam eles teóricos, históricos, políticos ou culturais, através da construção simultânea de reflexão e ação, garantindo a horizontalidade de diálogos e visando a produção de saberes e a transformação social?

Os vinte e oito trabalhos que aqui publicamos focalizam o lugar dos embates, enfrentamentos, diálogos e desafios, em diversas escalas, presentes na conexão entre distintas posturas políticas, técnicas, artísticas e teórico-metodológicas e nas práxis multifacetadas assim construídas. Introduzindo esses trabalhos, apresentamos a entrevista O povo negro e um diálogo silenciado de quinhentos anos, com o intelectual e ativista do movimento negro *Casimiro Paschoal Lumbundanga da Silva*, que discute **a impossibilidade histórica de se construirem diálogos** entre a população afrodescendente, Estado e sociedade, particularmente no Brasil.

A multilateralidade é percebida pela lente da **tecnopolítica** por *Sergio Amadeu da Silveira*, no artigo Soberania e tecnodiversidade, que trata da relação entre soberania, tecnologia e tecnodiversidade, apontando os vieses tecnológicos da extração massiva de dados e sua relação com as *Big Techs*, bem como bases para se pensar uma soberania digital. De uma **perspectiva filosófica**, o artigo Topologias do cuidado: da clareira ao parque em Peter Sloterdijk, de *Bräulio Rodrigues*, aborda a articulação entre biopolítica e geopolítica na filosofia de Peter Sloterdijk e o conceito de antropotécnica como chave para se compreender a gênese da política e da civilização.

Três trabalhos tratam da **apropriação multilateral da cidade**, a partir do conceito Lefebvriano de direito à cidade: Habitar o Comum: a poética urbana em Lefebvre e na Teoria do Comum, por *Carolina Akemi Martins Morita Nakahara*, que articula o Direito à Cidade de Lefebvre com a Teoria do Comum, postulada por David Harvey, Michael Hardt, Antonio Negri, Christian Laval e Pierre Dardot; Privatização dos parques urbanos e a produção neoliberal do espaço, por *Isabelle Mangoni Soares e Clarice Misoczky de Oliveira*, que trabalha a questão da concessão de parques públicos urbanos à iniciativa privada e seus múltiplos desdobramentos, e Dados, governança e opacidade: por um direito informacional à cidade, de *Marina Borges*, que discute questões relacionadas à capacidade de se produzir e disputar os dados gerados na cidade, baseada em uma compreensão contemporânea do conceito de Lefebvre.

Lidando com os **processos de formação territorial e ocupação humana**, Caso-Experiência: desafios metodológicos na metrópole contemporânea, por *Yuri Nascimento Paes da Costa, Eduardo Rocha Lima e Carlos Henrique Magalhães de Lima*, evidencia o uso do método Caso-Experiência como alternativa situada e crítica para análises urbanas contemporâneas. Nas tensões entre habitantes da cidade e turismo de massa encontra-se o texto Porto, entre duas pontes: imagens de um espaço em tensão, de *Jordan Fraser Emery*, enquanto o trabalho A pluralidade epistêmica do território na crítica ao urbanocentrismo, por *Angela Carine Elias de Souza e Caio Henrique Gomes de Aguiar,* contrapõe-se à ideia hegemônica da formação territorial pelo urbano para apresentar modos alternativos de ocupação.

Ainda discutindo o **urbanismo e seus desdobramentos**, dois trabalhos trazem reflexões sobre corpos que são frequentemente ignorados nos processos de planejamento urbano, por motivos distintos. Em Cidades para quem? Vida urbana e corpos vulneráveis, de *Ethel Pinheiro e Jacqueline Klopp*, pessoas em situação de rua são protagonistas das análises realizadas, dando visibilidade a este grupo subalternizado. Já Infâncias na cidade: tensões, direitos e práticas de inclusão, de autoria de *Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa e Eliane Regina Pereira*, se debruça sobre as mesmas questões, mas enfatiza a desconsideração, por parte de políticas urbanas de planejamento, dos direitos da criança de habitar a cidade de modo pleno.

Dois trabalhos se debruçam sobre o tema **habitação**, a partir de questões contemporâneas. Em A produção estatal do risco: habitação social e vulnerabilidade a desastres, de *Catharina Cavasin Salvador, Thamine de Almeida Ayoub e Milena Kanashiro*, as autoras abordam o modo como os empreendimentos de habitação social são frequentemente construídos em terrenos suscetíveis a desastres ambientais, acentuados pelas mudanças climáticas. Já o trabalho Financeirização da habitação em contextos de economia compartilhada, por *Vinicius Tavares Barros e Érico Masiero*, analisa a produção da habitação no contexto do fenômeno econômico da financeirização, contrapondo-o aos impactos de dinâmicas econômicas, como a economia circular, compartilhada e criativa.

O **patrimônio cultural** é abordado em suas dimensões materiais e imateriais em três trabalhos: Tecnologia vernacular das mulheres Guarani Mbya e patrimônio cultural biodiverso, por *Ana Luiza Ribeiro Carvalho e Dinah Tereza Papi de Guimaraens*, que evidencia saberes arquitetônicos ancestrais de mulheres do povo indígena Guarani; Corpos dançantes, arquiteturas do axé: rituais de lavagem em Penedo-AL, por *Maria Heduarda Nascimento Vasconcelos e Maria Angelica da Silva*, que percebe a cidade como corpo territorializado, por meio da experiência de lavagem das escadarias da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e do Beco da Preguiça em Penedo, Alagoas; e Fragmentos do Rio no XIX: a Misericórdia e seus logradouros, por *Letícia Bedendo Campanha Pires*, que trata da questão da memória no bairro da Misericórdia, Rio de Janeiro, e sua relação com as transformações históricas e sociais ocorridas na cidade.

Cinco trabalhos alojam-se no campo da **arte e suas interfaces com a geopolítica, colonialidade e estudos raciais**. Em A Linha Verde de Francis Alÿs: imperialismo e os limites do Sul Global, *Yuri Taraciuk* analisa a performance *The Green Line* do artista para discutir os estados imperialistas, colônias e semicolônias, tendo como referência o conflito Israel-Palestina. O trabalho O retrato além do cânone europeu: reinvenções na arte latino-caribenha, por *João Paulo de Freitas*, articula as diferenças do gênero retrato no contexto europeu e no Latino-Caribenho, sugerindo um necessário viés decolonial. Em Do olhar colonial à visualidade digital: paisagem, poder e colapso, *Jaqueline de Souza Cunha* discute o conceito de paisagem sob a perspectiva da colonialidade, atualizando-o a partir dos meios digitais, tendo a arte como objeto de análise crítica das novas expressões de colonialismo. Em Racionais MC's: a constituição do negro drama como sujeito de resistência, por *Cezar Prado*, os temas da racialidade e crítica social são analisados na discografia do grupo. Por fim, *Ariel Luís Romani Lazzarin e Carlos Alberto Ferreira Martins*, no artigo A exposição Repassos e o moderno interesse pelo popular, abordam a exposição Repassos como oportunidade para a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro e alternativa à lógica do capital e às formas hegemônicas de modernidade.

As **interfaces entre a arte, a arquitetura e o urbanismo** são discutidas em três trabalhos. O ensaio fotográfico Ontem, o seu futuro: a cidade em que hoje me encontro, de S*amira de Sousa Proêza*, busca dialogar com o documentário argentino *Retiro: dos caras de un mismo barrio*, evidenciando tensionamentos entre permanências e apagamentos. Em Autoria desconhecida, *Marta Bogéa e Mariana Lunardi Vetrone* tratam da valoração do banal e do cotidiano, na arte e na arquitetura, em contraposição ao espetacular. Já em Entre imagens e objetos comunicáveis: espaço expositivo como mediação cultural, *Ana Elísia da Costa e Daniela Mendes Cidade* trazem à tona o direito à cultura em comunidades periféricas, através de atividades de ensino e extensão que articulam cozinhas solidárias com uma proposta expositiva.

Três trabalhos buscam ampliar a temática da **educação em arquitetura, urbanismo e áreas correlatas**: Educação urbanística e ambiental como contribuição social, por *Luiza Helena Ferraro, Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo*, aborda a educação como uma forma de fazer política, considerando sua capacidade de articular conhecimentos técnico-científicos, territorialidades, participação e transformação social junto às infâncias e juventudes; Desafios digitais em arquitetura e urbanismo: videogames e práxis pedagógica, por *Thiago dos Santos Rangel e Aline Calazans Marques*, traz uma experiência pedagógica transdisciplinar em Arquitetura e Urbanismo mediada por jogos

virtuais, para promover a adesão a aspectos sensoriais e interpretativos do espaço; e Ensino e extensão: melhorias habitacionais no bairro Pequis, por *Rossana Batista Ferreira Lima, Nádia Gonçalves Leite, Rita de Cássia Pereira Saramago e Simone Barbosa Villa*, apresenta uma atividade de extensão vinculada a uma disciplina de Projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, envolvendo um bairro de habitação social, projeto de adequação de moradias e contato com a comunidade.

Deslocando-nos para a **questão ambiental**, o artigo Solos urbanos e agricultura orgânica: conservação e resiliência, de *Juliano Batista Romualdo e Lucas Lenin Resende de Assis*, analisa as relações entre as propriedades químicas do solo e o uso da terra através da arquitetura orgânica como método de preservação de suas qualidades. Já O des-re-habitar no desastre socioambiental em Maceió-AL, por *Wanderson Nascimento Barbosa, Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira e Roseline Vanessa Santos Oliveira*, trata das transformações naturais e o confronto com o ambiente construído, ocorrido após a desocupação dos bairros afetados pelo afundamento do solo devido à mineração de sal-gema, na cidade de Maceió, Alagoas.

Esperamos que esta edição da V!RUS possa ampliar o debate e a compreensão acerca das conformações geopolíticas, socioculturais e tecnopolíticas que marcam o mundo multilateral e estimular ações e condutas acadêmicas que contribuam para a construção justa e simétrica de diálogos.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

IAU-USP, dezembro de 2025

ENTREVISTA
INTERVIEW

O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS

BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE

EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS

CASIMIRO LUMBANDANGA, MARCELO TRAMONTANO

Casimiro Paschoal "Lumbandanga" da Silva é fotógrafo, poeta, músico, ativista e servidor da Universidade de São Paulo, atuando como técnico no Escritório de Apoio Pedagógico da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo. Desenvolve trabalho artístico voltado à valorização da cultura afro-brasileira e da ancestralidade africana, destacando-se pela série fotográfica Faces, produzida após viagem a Angola em 2013. É reconhecido por sua militância antirracista e por sua atuação em iniciativas culturais e sociais em São Carlos, como o projeto Coral Afro SoulJazz.

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o Nomads.usp - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos e é Editor-Chefe da revista V!RUS. tramont@sc.usp.br
http://lattes.cnpq.br/1999154589439118

ENTREVISTA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Silva, C. P. L., Tramontano, M.(2025). O povo negro e um diálogo silenciado de quinhentos anos. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 1-9
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.243965

Marcelo Tramontano: É um prazer e uma honra ter este momento de interlocução aqui com você, Casimiro. Dentre os grandes diálogos multilaterais que precisam ser construídos e nutridos, no Brasil, na América Latina e no mundo, um dos mais urgentes é, sem dúvida, o diálogo com os povos afro diaspóricos. Eu gostaria que começássemos abordando a história dessa diáspora no Brasil, porque entendo que ela costuma ser contada através de narrativas que nem sempre contemplam a perspectiva da população negra. Onde você situaria o início dessa história, tão terrivelmente marcada por violência e subalternização, mas também por rebeliões, lutas e conquistas?

Casimiro Lumbandanga: O movimento social negro brasileiro tem raízes muito profundas. Eu inicio a nossa linha do tempo com a chegada do primeiro navio negreiro ao Brasil, porque isto marca o princípio de um processo revolucionário, de negação da condição à qual nós somos historicamente submetidos. Desde o momento em que a população negra começou a ser trazida ao Brasil e distribuída em fazendas por todo o país para participar do processo de colonização e de construção econômica e cultural, fomos, de certa forma, sincretizados, transformados, porque não nos era dado o direito de permanecer como sujeitos oriundos de países de África. Quando chegavam ao Brasil, nossos ancestrais africanos recebiam um novo nome que o dono dos escravos lhes delegava.

Assim foi se consolidando um processo revolucionário de resistência nas senzalas, em torno de uma questão muito forte, que é a negação da condição de ser escravo, não apenas no Brasil mas em qualquer lugar. Inúmeras rebeliões foram construídas ao longo do período da escravidão, muitas delas esquecidas e não mencionadas na historiografia oficial, resultando em uma construção ideológica que veicula erroneamente a ideia de passividade dos escravizados e aceitação de sua condição. Esta compreensão de que esta população era acomodada e pacífica acabou sendo introjetada nos próprios negros, após a abolição da escravatura, em 1888, encobrindo, inclusive, todo o histórico de revoltas. Na historiografia oficial, esse ser negro, que saiu de África trazido à força para colonizar a América, apenas passa a ter visibilidade, infelizmente, com as grandes revoltas, como a de Palmares. É nessa perspectiva que vai se construindo uma nova mentalidade — de resistência — ao longo dos séculos de escravidão, a qual foi sendo sistematicamente apagada pelas elites dominantes, na intenção de substituí-la pela aceitação do projeto escravista, no Brasil e no mundo.

MT: Um século após o início da escravidão no Brasil, o Iluminismo formulou, na Europa, a noção científica de raça baseada na superioridade da raça branca europeia sobre todas as demais raças do planeta, chancelando sua subalternização, dominação e, inclusive, extermínio. Parece-me importante lembrarmos deste fato, porque o pressuposto da supremacia branca balizou o projeto abolicionista brasileiro, o qual não incluiu nenhum suporte legal, nenhuma política de inserção social para os escravizados libertos. É possível que a articulação entre esses dois eventos históricos ajude a explicar o modo como o povo negro continuou a ser percebido pelo restante da sociedade após a abolição da escravatura, em 1888.

CL: O lugar ocupado pelos negros no universo da produção do conhecimento científico, coloca o outro – esse Outro subalternizado, sem cultura, sem conhecimento e sem tecnologia – em situação de inferioridade. Esta é uma das perturbações cruciais que o movimento negro trabalhou e ainda trabalha, e que a academia, infelizmente, reproduziu. O modo como historicamente foram sendo construídos mecanismos de subjugação desse outro – esse outro animal, esse outro coisa, que é o descendente de africanos – é uma aberração. Lamentavelmente, essa teoria ganhou pujança e se legitimou em toda a Europa, mantendo-nos nessa situação de inferioridade, até hoje. É importante percebermos quão sutil e cínica foi a teorização do racismo, que engendrou a construção desse ser inferiorizado pela escravidão, um ser supostamente sem cultura, sem alma e sem conhecimento. Nós fomos considerados coisas, fomos considerados inferiores, seres primitivos despossuídos de toda a engenharia social branca europeia. E como os primitivos não têm alma, a teoria de raça legitimou nossa dominação e escravização.

Esse foi um processo longo e intenso, do qual a academia também participou, também no Brasil, criando mecanismos discriminatórios que são, até hoje, difíceis de desconstruir tamanha a eficácia da construção teórica da inferiorização do negro em relação à cultura branca europeia. A academia ajudou a legitimar essas teorias, inclusive a chamada teoria do cranianismo, que comparou o formato e o tamanho do crânio negro com o de outros povos e concluiu que não tínhamos inteligência, reforçando a ideia de que éramos primitivos e consolidando a posição do europeu enquanto o ser que pensa, cria e produz conhecimento.

É também importante ressaltar aqui que, no Brasil, tanto o movimento negro, quanto a sociologia discutem a escravidão e o ser negro nessa janela temporal de trezentos anos, entre os séculos XVII e XIX. Mas a civilização teve início em África e, ao perder de vista essa linha do tempo, a historiografia oficial legitima um pensamento racista, de inferiorização e negação da humanidade de todo um povo, a partir do exame de uma janela de tempo de apenas trezentos anos. Onde está o ser negro nesta historiografia? É essencial refletir com mais profundidade sobre de qual ser negro estamos falando e em qual tempo histórico: nesses trezentos anos? Desde o assassinato de Zumbi dos Palmares, em 1695? A partir da abolição, em 1888? Ou do centenário da abolição? E o que é esse tempo da escravidão no Brasil ou no processo civilizatório ocidental africano? A humanização do ser negro foi conquistada através de muitas lutas após 13 de maio de 1888, lideradas pelo movimento social negro brasileiro, pelos movimentos negros na América do Norte, por vozes fundamentalmente africanas, de pesquisadores da Nigéria, do Congo, da Argélia, Etiópia ou Senegal, que desconstruíram o pensamento eurocêntrico, debatendo com a academia o lugar desse novo ser negro que, na realidade, já estava há muito tempo no mundo. Todo esse processo nos levou a um despertar da consciência: ”Opa, se nós fomos libertados, então nós tínhamos alguma humanidade no nosso ser.” Porque se fosse verdade que nós não tínhamos cultura, nem conhecimento tecnológico, como então conseguimos implementar a cultura da cana-de-açúcar, da mineração, do café, dominando os conhecimentos específicos que elas exigiam?

A academia costuma delimitar esse tempo histórico apenas a partir dos processos revolucionários que os africanos desencadearam, mas ela precisa rememorar as forças libertárias do continente africano para ser capaz de construir uma nova sociologia, uma nova antropologia, uma nova estética do fazer.

> **MT:** Parece-me que a abolição, em 1888, envolve, pelo menos, duas questões que podem nos interessar aqui. A primeira está ligada ao fato de ela ter sido concomitante à política de Estado de estímulo à imigração branca, incidindo no modo como a sociedade brasileira continuou a enxergar os libertos. A força de trabalho, no país, passou a ser europeia, branca e cristã, como parte de um projeto de branqueamento da sociedade. A outra questão é que o fato de a abolição ter sido assinada por uma princesa acabou influenciando movimentos sociais negros nas décadas seguintes, levando associações e grêmios culturais recém-formados a se declararem monarquistas em um país que acabara de se tornar republicano. Como você vê isso?

CL: Esta é outra questão que merece uma discussão bastante profunda. Diversas teorias sociológicas sobre a política do branqueamento alimentaram o medo da sociedade e do Estado brasileiros em relação à imensa população negra descendente de africanos. Quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 1888, ela não estava protagonizando um gesto humanitário. A lei foi assinada porque o sistema escravocrata já estava esgotado. Considerando o contexto mais amplo de articulação entre o Brasil, a Europa e os países vizinhos, não era mais cabível sustentar a escravidão da forma como ela ainda estava constituída aqui. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a libertar os escravos, após burlar todas as leis anti-tráfico, até que todas as possibilidades de mantê-la se esgotassem. Além disso, existia um desejo, na população branca, de se romper com essa situação, que trazia incômodo para a classe política e a sociedade brasileira como um todo.

A assinatura da abolição – que, para nós do movimento social negro, foi uma falsa abolição –, não previu mecanismo algum de reinserção social do povo negro arrancado de África e trazido para construir o Brasil e a América. Ela visou, basicamente, tirar um peso da consciência da elite branca cafeeira brasileira, que não quis se responsabilizar pelos negros que, até então, tinham construído toda a sua economia e todo o projeto da elite intelectual e econômica no país. Ela resultou de um pacto concebido de forma tão cínica, tão indecente, que não incluiu reparações, nem a inserção da população negra no novo cenário econômico iniciado com a proclamação da República, em 1889. A despeito de todo debate político e das rebeliões que estavam ocorrendo em todo o país, o Estado se eximiu de sua responsabilidade, encerrando o processo de abolição com o ato supostamente nobre de assinatura de uma lei pela princesa Isabel. Ao se perguntar “o que nós vamos fazer com essa massa de pretos libertos agora?”, o Estado brasileiro decidiu deixá-la sem nenhuma sustentação, sem terra e sem trabalho. A saída estratégica que ele encontrou foi abrir as portas para a imigração europeia, também como parte de um projeto de eugenia e branqueamento, visto que pairava no ar um medo em função não apenas do processo de abolição em si, mas também do que já estava acontecendo em outras sociedades, a exemplo da revolta do Haiti. Temerosas, as elites brasileiras construíram esse pacto, que se apoiava no estímulo à imigração branca, inaugurando a estratégia de não se garantir inclusão e cidadania neste país.

Todo esse aparato foi sendo meticulosamente engendrado e construído pelas elites, perpetuando-se até os dias atuais. Essa escravidão de um novo tipo que estamos vivendo no século XXI não difere em nada do que aconteceu a partir do dia 13 de maio de 1888. Nós sabemos onde estão hoje esses descendentes de escravos libertos, de que forma eles vivem e qual o tratamento que recebem da sociedade e do Estado, no sistema capitalista, com base na diferença racial. Se nós examinarmos, nos últimos trezentos anos, a questão da violência pós-abolição, veremos que esse processo ainda está em curso: um processo de extermínio, de desumanização, de não inclusão efetiva do povo negro à sociedade brasileira. Mesmo sabendo que o processo civilizatório da humanidade começou na África. A Europa foi muito eficaz em nos desumanizar de diferentes maneiras, utilizando-se da sua cultura, do seu conhecimento científico, da sua religião e, principalmente, da noção de raça para distinguir o ser supostamente primitivo do ser humano europeu. Esta lógica continua sendo reproduzida pela sociedade ocidental, incluindo a sociedade brasileira, na perspectiva da — eu não gosto de usar o termo invisibilização — não humanização do povo negro brasileiro, oriundo de África.

Ainda hoje, o Brasil tem muito medo de reconhecer os descendentes de africanos como os verdadeiros arquitetos deste país. E, no entanto, foi o povo negro que construiu a economia brasileira, trazendo a sua experiência, a sua relação com o outro, suas técnicas construtivas e seus sincretismos religiosos, culturais, artísticos e políticos. O efetivo reconhecimento da contribuição de todos os povos que participaram dessa construção permanece um grande desafio para o Brasil. A política do branqueamento, do embranquecimento ou da democracia racial, nasce nessa perspectiva. Logo após a falsa abolição, o Estado brasileiro cria leis como, por exemplo, a Lei da Vadiagem, segundo a qual se dois ou três negros se encontrassem em uma praça pública, eram presos porque seriam considerados vadios. Olha a contradição! Os negros passaram mais de trezentos anos na condição de escravos — e volto a essa linha do tempo porque ela é emblemática, hoje, para se entender o que significaram e significam esses trezentos anos de escravidão — mas, após a abolição, os libertos que fossem encontrados no espaço público sem exercer uma atividade eram considerados vadios pelo aparelho do Estado, pela polícia e pela justiça.

É fundamental perceber como essas nuances do Estado brasileiro vão permeando suas ações ao longo do tempo, até os dias atuais. O desejo deste Estado em nos exterminar não se apagou com o que a historiografia oficial descreve como um gesto nobre da Princesa Isabel, muito pelo contrário. Com esse gesto, o Estado legitimou a construção de políticas de repressão, de apagamento e violência contra o nosso povo. Elas receberam, ao longo do tempo, denominações peculiares, sutis e cínicas como política de branqueamento, democracia racial, racismo cordial e vários outros termos que estamos acostumados a ouvir e a reproduzir quase inconscientemente, dada a eficácia da engenharia social que foi construída para nos subjugar e nos designar como seres inferiores, sem cultura e sem conhecimento, portanto sem a perspectiva de realmente nos tornarmos cidadãos deste país.

> **MT:** Você mencionou as expressões culturais e artísticas e o sincretismo, que também abrange as expressões religiosas. Durante o período de escravidão, havia um sentido claro em se manterem estas tradições, mas, depois da abolição, elas se mesclam com a necessidade do povo preto de se integrar à sociedade. O começo do século XX também não significou, de alguma forma, uma atenuação das memórias africanas em função da ânsia de se integrar, muito catalisada pelos próprios movimentos sociais negros que foram surgindo e que tinham a integração quase como um mote, inclusive a Frente Negra Brasileira ?

CL: Em seguida à abolição, a população negra procurou organizar-se em redutos específicos, nas periferias das cidades, após deixar as fazendas e a condição de escravos. Este processo acaba acontecendo em todo o país e, pode-se dizer, em toda a América. Ocorre, inicialmente, uma atitude de negação. As pessoas negras — e digo isto em função das memórias que a minha avó e os meus pais compartilharam comigo — não gostavam de ser identificadas como negras, porque a marca “negro” estava ligada a todo esse passado de violência, da escravidão, desse não-ser. Perceba, então, que houve uma atitude de negação da raça pelos próprios pretos libertos, acentuada pela política de repressão do Estado que classificava como vadios aqueles que não encontravam trabalho. Muitos negros teriam preferido voltar para as fazendas, mesmo sem recompensa financeira, porque não tinham perspectivas, não tinham para onde ir. Mesmo nas cidades, eles iam trabalhar nas mesmas condições que lhes eram impostas na casa grande. Então eu diria que, depois da falsa libertação de 13 de maio de 1888, o Estado brasileiro passou a ser a nova casa grande.

Quando a Frente Negra Brasileira começou a se ampliar e a discutir um projeto emancipatório de reivindicação de direitos, do lugar do povo negro na sociedade, de comprometimento do Estado brasileiro em assegurar terra e trabalho para essa população, qual foi a resposta do Estado? A repressão e a extinção de qualquer movimento social nacional que tivesse como pauta a inserção desse novo ser "recém-liberto", o qual, até então, não tinha – nunca teve e até o presente momento não tem – a perspectiva de um projeto efetivo de integração social. Quando o Estado percebeu que a Frente Negra Brasileira dotava-se de uma força tal que poderia se tornar um partido político e arregimentar pessoas para construir um projeto em que o negro tivesse voz para discutir o seu futuro enquanto ser dotado de direitos, qual foi a resposta do Estado brasileiro além de nos sufocar? Foi extirpar qualquer perspectiva que emergisse na sociedade brasileira em relação à construção efetivamente democrática da inserção desse povo. Toda a nossa vontade política e ideológica foi sufocada pelo Estado, não porque tenhamos nos acomodado, nem porque não tivéssemos competência para transformar a sociedade ou construir um novo projeto de nação brasileira. Basta revisitarmos os nossos sociólogos negros para constatar a enorme contribuição do movimento libertário negro no Brasil. As pessoas não têm ideia da dimensão do quanto nós lutamos, das inúmeras organizações libertárias do povo negro que emergiram em todo o país, e nem de que todas elas foram sufocadas.

Conceber esse novo projeto de nação brasileira continua sendo o desafio fundamental. E o movimento social negro vem com uma carga de retomada, de reconstrução, de repensar e recuperar a memória, como todos os movimentos sociais libertários após o 13 de maio de 1888. Ele trouxe essa herança, mas, ao longo do tempo, foi se transformando, até chegar a dizer ao Estado brasileiro: "Olha, essa luta não é só nossa. Se nós estamos nesta situação, se nós temos que estar aqui reivindicando, lutando para construir um novo processo de libertação do povo negro, a culpa é sua." E aí o Estado passa a integrar essa pauta, que, até então, era exclusiva dos movimentos sociais. Mas ele entra na discussão esmagando e dissolvendo a Frente Negra Brasileira durante a ditadura de Getúlio Vargas, na década de 1930.

Foram estas as questões que os movimentos políticos e sociais pós-libertação passaram a debater. Não só a Frente Negra, mas várias organizações, tanto religiosas quanto clubes negros no interior do país, se tornaram, digamos assim, a nova senzala. Essas agremiações, esses movimentos sociais que eclodiram no Brasil e na América tornaram-se núcleos de resistência e de efetiva construção libertária do povo negro. Eles arregimentaram pessoas estrategicamente, sincreticamente, como forma de sobrevivência, como estratégia política, para a construção de um projeto de inserção desse negro "recém-libertado" na sociedade. Nessa estratégia de construção das novas senzalas, os clubes criaram mecanismos de comunicação, visando reunir a comunidade negra em torno da constituição de espaços de organização da população recém-libertada.

Nós não tínhamos acesso à educação formal, não tínhamos lugar naquela nova economia que estava surgindo com a chegada dos imigrantes. Tornou-se, portanto, necessário elaborar estratégias de formação cultural e educacional, visando organizar a comunidade e trazer para o interior dos clubes negros o debate sobre o que era ser negro naquela sociedade pós-abolição. Nós não tínhamos outra perspectiva senão a de nos organizarmos e estarmos juntos. Porque esta é uma das tradições fundamentais da cultura africana: nós gostamos de estar juntos. Este é um dos pilares fundamentais da nossa cultura. É um processo coletivo em que todos compartilham juntos, ouvindo as experiências dos mais velhos e transmitindo-as por meio da nossa oralidade – que também foi, por muito tempo, uma questão bastante polêmica na academia. Dependendo do momento histórico em que esse ser negro está inserido, esse estar juntos também se torna um processo revolucionário, articulado com outras variadas formas de organização, seja com pessoas letradas, como, por exemplo, Luiz Gama , seja com não letrados, que participaram igualmente das inúmeras revoltas ocorridas no Brasil.

> **MT:** A transformação da Frente Negra Brasileira em partido político evidenciou a compreensão, por parte do povo negro e de suas lideranças, de que era necessário estruturar um diálogo nacional democrático e multilateral, visando à construção coletiva de um novo projeto de sociedade. O governo Vargas recusou o diálogo, não apenas com a Frente, mas com todos os partidos políticos, iniciando um período de repressão que se acentuaria após a Segunda Guerra Mundial, especialmente na ditadura militar, a partir de 1964. O bordão enganoso de que o Brasil era uma democracia racial foi amplamente utilizado pelos militares para desmobilizar movimentos reivindicatórios de afrodescendentes e indígenas e autorizar ações ainda mais violentas e repressivas. Ainda assim, é nesse cenário extremamente desfavorável que emergem coletivos como o grupo Palmares e o próprio Movimento Negro Unificado.

CL: Após a dissolução da Frente Negra Brasileira pelo Estado Novo, o movimento negro organizado permaneceu abortado por quarenta anos. O seu restabelecimento só aconteceu com a criação do Movimento Negro Unificado, o MNU, em 1978, na perspectiva de se retomar um projeto de luta e dizer claramente à sociedade brasileira que a luta contra o racismo e a exclusão não era e não é apenas do movimento negro. Ela se levanta contra a ideologia branca engendrada durante a escravidão, que se reproduziu e se moldou de acordo com os interesses das composições políticas nacionais, estaduais e municipais. Este é um processo contínuo de luta, não só dos ex-escravizados, mas de toda a parcela da sociedade que não foi inserida no projeto de República, estabelecido em 1889. O MNU trouxe o discurso sobre o compromisso ético e moral do Estado brasileiro de reinserir essa população que construiu o Brasil e não recebeu nenhuma reparação, nem reconhecimento da sua contribuição. E esse projeto exclusório ainda está em curso. Nós, negros, não nos sentimos libertos das amarras dessa ideologia.

O ato político que o Movimento Negro Unificado organizou, em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, denunciando o assassinato do jovem negro Robson Silveira da Luz, foi um marco histórico que inaugurou um novo momento político e de luta do movimento negro no Brasil. O MNU recuperou a herança da Frente Negra Brasileira e de várias outras lideranças negras sufocadas durante o período da escravidão, levantando o seu pulso e dizendo: “Quem matou este jovem foi o mesmo que nos matou há trezentos anos, quando fomos arrancados de África e trazidos para cá.” Ao fazer isso, o MNU se tornou um movimento político mais radical, irradiando-se para todo o país, alcançando entidades do movimento negro que tinham uma perspectiva mais artístico-cultural como estratégia de resistência às várias formas de opressão e violência. Essas entidades passaram, então, de um olhar focado na microescala de suas cidades para um olhar ampliado, mas também mais cuidadoso em relação ao Estado.

Ao identificar o projeto político velado dos movimentos artístico-culturais, a elite branca — com suas particularidades em cada cidade — começou a cooptar as lideranças dos clubes e grêmios negros, buscando afastar os jovens que sustentavam posições ideológicas mais radicais, inspirados pelos movimentos libertários e anticoloniais que estavam ocorrendo em países como África do Sul e Haiti. Estimulados pela pujança do Movimento Negro Unificado, os movimentos sociais do interior do estado de São Paulo passaram a se nutrir desse novo cenário, a se letrar politica e ideologicamente, redefinindo seu perfil, agora assumidamente político, e defendendo um discurso que viria a penetrar nos partidos políticos situados, digamos, mais à esquerda, o que motivou a criação de núcleos de pensamento e debate político convergentes com a perspectiva libertária do povo negro brasileiro.

O movimento negro foi então incorporando o discurso divulgado, na época, pelos movimentos civis estadunidenses, que ecoava pautas dos movimentos libertários de Agostinho Neto, em Angola, e de Samora Machel, em Moçambique, configurando-se, fundamentalmente, como um movimento político. Essa mudança acabou criando uma certa dificuldade de diálogo com as lideranças tradicionais dos grêmios e clubes negros no interior paulista e, consequentemente, atrasando novamente o processo de reinserção do movimento dentre as organizações político-partidárias. Antes disso, quarenta anos haviam se passado entre a destruição da Frente Negra Brasileira, em 1938, e a criação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Aqui em São Carlos, só agora, quase cinquenta anos depois da fundação do MNU, nós elegemos a primeira vereadora negra. Nós não temos mais esse tempo histórico. Não podemos mais esperar quarenta ou cinquenta anos. É urgente termos, agora, essa abolição verdadeira e efetiva. As pautas são inúmeras. A situação do negro pouco mudou desde quando nós chegamos à América. É necessário radicalizarmos as nossas pautas políticas para os enfrentamentos que teremos que fazer, por exemplo, nos processos eleitorais municipais, estaduais e federais.

O grande desafio no atual momento histórico da política brasileira e do movimento negro reside em conseguir construir uma pauta unificada. Eu sinto que há um certo conformismo entre a população negra. É como se estivesse tudo bem, tudo em ordem, porque a pauta racial está colocada publicamente. Na televisão, você vê vários negros não apenas na condição de empregada doméstica ou de segurança; nossas pautas relacionadas à educação estão sendo implementadas; a historiografia oficial do negro no mundo está sendo revisada; o apartheid acabou na África do Sul e foi eleito um presidente negro naquela sociedade racista. Tudo isso se deve à luta dos movimentos negros, no Brasil e no mundo.

Mas o racismo permanece entre nós. Eu sei que a pauta da educação é fundamental para a reversão desse processo, mas sua implementação é muito lenta e tímida. É necessário que esse novo movimento negro se radicalize e vá para o enfrentamento no interior das organizações político-partidárias. Que os intelectuais negros radicalizem essa desconstrução

e descolonizem o pensamento eurocêntrico que está incrustado na academia, que reproduz a não-humanidade e o não fazer científico do sujeito negro. Ao ocupar esses espaços, as pessoas negras têm que assumir este compromisso, compreendendo que essa luta é um processo contínuo que começou na chegada do primeiro navio negreiro à América. Cabe a elas, agora, assumir a herança histórica de tantos homens e mulheres negros que se rebelaram e das muitas organizações e rebeliões que aconteceram. É preciso organizarmos novas rebeliões, não mais apenas na senzala, mas na casa grande, na academia, no parlamento e em todos os espaços possíveis. E a única possibilidade de transformação rumo à radicalidade é por meio da educação. Eu acredito no processo revolucionário através da educação, mas com radicalidade, porque, sem isto, nunca alcançaremos a nossa efetiva libertação.

Vejo que o Brasil caminha para uma encruzilhada séria. Aquilo que os movimentos sociais e nossos ancestrais nos legaram — suas lutas e conquistas —, de alguma forma, o movimento negro contemporâneo conseguiu honrar. O problema é o que vem pela frente. Os desafios são profundos, assim como os mecanismos de exclusão. A educação, por si só, não vai resolvê-los. Concordo que é preciso investir nela, mas existe um processo de exclusão em curso que passa também pelo conhecimento. As novas tecnologias ampliam barreiras e seus efeitos atingem não só a população negra, mas todos aqueles que não tiverem acesso a um ensino de qualidade e aos letramentos tecnológicos exigidos. Estamos diante de portas que conduzem a uma nova geração de exclusão, uma nova versão dessa falsa abolição. Não podemos nos iludir: apenas chegar à universidade e conquistar um diploma não significa libertação. Podemos estar entrando em outro ciclo de exclusão, no qual o Estado brasileiro continuará zombando de nós. “Vocês queriam educação? Está aí a educação. Não há mais racismo. As políticas públicas foram criadas conforme suas reivindicações”. Mas a política do extermínio persiste. Ela se expressa na violência policial e também na violência do conhecimento e nas barreiras de entrada no mercado de trabalho. A noção de democracia racial, sempre conveniente aos brancos, segue operando. Os negros que estão na universidade — e os brancos que são nossos aliados — têm de assumir o compromisso de tensionar essa estrutura. A direção das universidades e dos seus departamentos precisa ser confrontada. Este espaço continua branco e a reversão desta situação exige radicalidade e discurso firme, com produção de sentido e ocupação de espaços.

MT: Adentrando a esfera do cidadão comum e da sociedade organizada, o que seria necessário para que um grande diálogo nacional e multilateral se efetive? A condição primordial é que todos estejam conscientes das injustiças desse processo histórico e das cicatrizes que ele deixou, inclusive para os povos indígenas, que também foram barbaramente exterminados e continuam a ser vítimas de toda sorte de violências. Um passo importante foi dado com a aprovação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, do ensino fundamental ao ensino médio, visando promover uma consciência antirracista entre os futuros cidadãos e valorizar a formação étnico-racial do país. É claro que isto não basta para superarmos as muitas camadas de falsas verdades, sedimentadas na população não negra e não indígena ao longo de séculos. A minha pergunta vai no sentido de pensarmos meios de construirmos essa multilateralidade. Como, enquanto povo brasileiro, podemos iniciar um processo de escuta e valorização de uns e de outros para edificarmos, juntos, um país racialmente e socialmente justo?

CL: Eu entendo que essa preocupação deixou de recair apenas sobre nós, descendentes de escravizados. O grande desafio da sociedade brasileira hoje é o de encarar a verdade e torná-la o eixo de um processo efetivo de construção de cidadania. Trago esse tensionamento porque, enquanto descendente de escravizados, carrego um nome — Casimiro Paschoal da Silva — que meus pais me deram, mas continuo sem saber de qual país eu venho. Os descendentes dos demais povos que ajudaram a construir este país sabem qual a cidadania de seus antepassados: italianos, portugueses e espanhóis, entre outros, reconhecidos como seres humanos desde a sua chegada ao Brasil. Nós apenas tivemos nossa condição humana reconhecida após a abolição. Considerar todos os escravizados genericamente como africanos significa incentivar o restante da sociedade a continuar associando a cor da nossa pele ao continente africano, como se ele fosse homogêneo, quando, na verdade, ele é formado por cinquenta e quatro países. Nós não sabemos de qual país africano viemos e esta lacuna sobre a nossa origem produz uma angústia constante.

A historiografia da escravidão no Brasil situa Angola entre os países de onde foram trazidas mais pessoas escravizadas para cá. Por conta própria, eu decidi que, ao concluir meu ciclo neste pequeno planeta chamado Terra e nesse grãozinho de areia chamado São Carlos, eu gostaria de me recompor enquanto cidadão vinculado a um país africano. Fui a Angola, visitei uma aldeia local e ali fui batizado, recebendo o nome Lumbandanga. Hoje, ao assinar Casimiro Paschoal

Lumbandanga da Silva, expresso não apenas o país que me reconhece como descendente africano pela cor da pele, mas um vínculo que, até então, eu não tinha: o da minha negritude conectada a um território concreto. Hoje eu sou um cidadão, alguém cuja origem não se limita à cor da pele. A grande dificuldade em se estabelecer essa interlocução com as outras etnias que construíram esse país é, antes de tudo, a de rever o lugar de origem negado ao povo negro. Se eu não tivesse recebido o nome Lumbandanga, continuaria chamando-me apenas Casimiro Paschoal da Silva, como tantos outros negros que carregam nomes como Silva e Oliveira, traços da herança escravocrata.

Por isso, a construção de uma cidadania plena, que é a base de todo diálogo, exige o resgate da verdade histórica sobre a crueldade da escravidão, sobre a falsa abolição e sobre o modo como o Estado brasileiro se eximiu de liderar um processo de transformação da condição dos libertos, deixando de considerá-los coisas ou máquinas, para tornarem-se cidadãos. E cidadania não consiste apenas na luta pela terra, mas em uma estatura humana. Ela envolve saber de onde viemos e que país representamos. Brasileiros descendentes de outras etnias pleiteiam a cidadania italiana, portuguesa ou espanhola, mas eu sequer posso pleitear minha cidadania africana porque não sei de qual país descendo. Nós, descendentes de escravos, descendentes de africanos, temos um caminho histórico muito longo a percorrer. Talvez as próximas gerações – o meu neto ou o meu bisneto –, com os frutos dessa luta intensa que nós estamos travando, conseguirão ter uma perspectiva mais cidadã sobre o significado de ser negro no Brasil e no mundo.

Na América Latina e no Brasil, a incapacidade de se reconhecer cidadãos africanos e seus descendentes gera contradições profundas. Como consequência, os movimentos sociais, sobretudo os políticos, constroem pautas específicas de gênero, raça e cultura. Essas pautas são levadas para dentro dos partidos políticos, mas não contribuem para a formulação de um projeto de nação que articule pobreza, violência, racismo e identidade de gênero como elementos centrais do desenvolvimento do país. Digo isto com propriedade porque participei da elaboração de muitas dessas agendas dentro de um partido de esquerda. O que percebo é a subalternização dessas pautas, confinadas a setores internos dos partidos, quase guetos. Ao isolar assim estas agendas, transfere-se a responsabilidade para grupos considerados minorias — os negros, o movimento LGBT, os indígenas — e naturaliza-se a ausência de um compromisso estrutural.

Há também muitos artistas negros brasileiros talentosos, mas poucos vocalizam a pauta do racismo. Há um incômodo evidente em tocar nesse tema. É diferente do que acontece em África, onde as questões sócio políticas são expressas com clareza na música, na culinária, na indumentária e nas lutas territoriais. Aqui, poucos artistas e esportistas falam abertamente sobre pobreza, violência e racismo. Muitos parecem evitar esses temas quando alcançam posições de destaque, temendo prejuízos à própria carreira. Por isso, vejo no hip-hop e no rap um movimento particularmente vigoroso. Eles carregam, por meio de suas músicas, a denúncia da condição de exclusão vivida pelos negros desde a abolição, uma condição sempre à margem do capitalismo e esquecida pelo Estado. Percebe-se esta ausência também nos partidos políticos, que frequentemente se apropriam discursivamente das pautas, mas as abandonam ao chegar ao poder. Os discursos sobre democracia racial, racismo cordial ou racismo estrutural se transformam em armadilhas, reproduzidas pela academia e pela política.

É preciso, ainda, revisitar a contribuição dos pensadores africanos em todas as áreas: filosofia, sociologia, antropologia, medicina e nas ciências. É preciso não esquecer que a civilização nasceu na África. A matemática, as pirâmides de Quéops, tudo isso foi construído por mãos africanas. E a civilização europeia foi extremamente eficiente em apagar, roubar e apropriar-se desses conhecimentos para afirmar um projeto hegemônico planetário, segundo o qual foram os brancos que construíram o processo civilizatório no mundo.

Enquanto esta verdade não for ensinada às novas gerações, desde a infância até a universidade, seguiremos privilegiando o conhecimento europeu como sinônimo de beleza, riqueza e humanidade, e relegando os povos não brancos ao lugar da não humanidade. O percurso é longo, e só enfrentaremos esse desafio quando formos capazes de firmar um pacto amplo — na academia e na sociedade — que reconheça essa história. Não teremos avanços enquanto artistas populares — do samba, do maracatu, do carnaval e de todas as expressões artísticas — não falarem desse lugar de violência, opressão e racismo em que o negro vive, no Brasil, até hoje.

> **MT:** Casimiro, nós fazemos esta última pergunta para todos os convidados que o Comitê da V!RUS entrevista: o futuro lhe parece promissor?

CL: Olha, o que me fortalece é perceber que estou encerrando um ciclo na minha vida e que consegui me constituir como descendente de africanos. Como já comentei, eu fui a uma aldeia em Angola e recebi o nome Lumbandanga. Quando voltei de lá, escrevi doze poesias e cada uma vinha acompanhada de uma emoção muito forte e inexplicável. Chorava enquanto escrevia, como se acessasse algo muito antigo. Em uma delas, concluí que “agora posso morrer tranquilo” porque estava em África e me constituí como cidadão africano no mundo. Quando cheguei a Luanda, experimentei um sentimento inesperado, algo como um retorno ao estado de criança: olhava ao redor e via apenas pessoas pretas. Esse sentido de pertencimento me trouxe alegria e lágrimas. Mas também trouxe contraste, porque saí de um país que ainda está consolidando sua democracia e encontrei outro, atravessado por adversidades profundas. Lá, me deparei com o processo revolucionário na construção do socialismo, as disputas internas, a violência e o quão distantes eles estão da perspectiva de ter um país com qualidade de vida, com acesso à moradia e às infraestruturas. Eles expulsaram aqueles que efetivamente eram inimigos, mas depois vivenciaram outro processo revolucionário interno, com negros matando negros na disputa por um projeto que poderia, na verdade, beneficiar a Namíbia, a África do Sul ou os Estados Unidos.

O que me alenta na perspectiva de enxergar um futuro promissor é que, na década de 1970, quando nós iniciamos o movimento negro aqui, o desafio era muito maior. Só era possível verbalizar poucas questões, havia poucos espaços de reuniões e era muito difícil abordar as preocupações do movimento negro. Hoje, cinquenta anos depois, temos representações políticas nas esferas municipal, estadual e federal, em um processo crescente que não tem mais volta. Saímos da dimensão da luta isolada e passamos a dialogar com toda a sociedade. Não há retorno. As conquistas acumuladas nesses cinquenta anos não vão retroceder. Quando vejo jovens como o Flávio, da UNegro, ocupando parlamentos, vocalizando pautas que denunciávamos desde a década de 1930, vejo compromisso, energia e fidelidade histórica. Vejo os nossos aliados não negros que também carregam essa bandeira, sabendo da distância que ainda temos a percorrer e também fazendo prova de fidelidade e compromisso. Esta consciência política é o que me traz esperança.

Por isso, digo que agora posso morrer tranquilo. Conheci a África, resgatei minha identidade e restabeleci meu vínculo com um país africano. Sei que meu corpo será enterrado aqui, mas minha alma retornará àquele continente, junto com as outras que foram arrancadas de lá. Muitas repousam no mar, outras, em São Carlos, em locais que sequer sabemos. Mas todas aguardam esse reencontro — e eu irei ao encontro delas.

SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY

SÉRGIO DA SILVEIRA

Sérgio Amadeu da Silveira é Doutor em Ciências Políticas e Professor Associado da Universidade Federal do ABC. Pesquisa as implicações tecnopolíticas dos sistemas algoritmos; Inteligência Artificial e ativismo.
samadeu@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/6800442072685268

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Silveira, S. (2025). Soberania e Tecnodiversidade. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 14-23. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.240239

Resumo

O texto trata da relação entre tecnologia, soberania e tecnodiversidade. Tem, entre seus objetivos, desconstruir a ideia de que a tecnologia é neutra, de que a extração massiva de dados é um caminho que tem que ser trilhado a qualquer custo e de que é possível fazer desenvolvimento independente de tecnologias associando-se ao ecossistema nativo das Big Techs. Para isso, recorre aos principais formuladores do pensamento sociotécnico, a partir da entrada em cena da cibernética até os dias atuais, e discute as implicações políticas da Inteligência Artificial baseada em dados e apresenta importantes disputas em torno do conceito de soberania. Aponta a IA, os data centers e os provedores de nuvem como instrumentos geopolíticos. Apresenta a perspectiva da soberania digital que viabiliza a tecnodiversidade e a inserção de outras cosmovisões no desenvolvimento tecnológico. Essa perspectiva vai ao encontro da construção dos diálogos multilaterais relacionados à política de dados e desenvolvimento do ecossistema de IA, no âmbito de organismos como BRICS, e confronta a posição imperialista dos Estados Unidos de tentar impor, ao resto do mundo, o modelo de negócios e os produtos desenvolvidos por suas Big Techs, ampliando a dependência e subordinação dos países do Sul.

Palavras-Chave: Soberania digital, Dataficação, Tecnodiversidade, Inteligência Artificial, Infraestruturas soberanas

1 Por que falar de soberania quando se pensa a tecnologia?

Existe uma relação nem sempre direta, mas indissociável, entre técnica, tecnologia e poder. O poder definido como capacidade é uma noção que pode ser empregada na economia, na organização e até na computação. Michel Foucault via o poder como a emanação das relações sociais: “o poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p. 89). Assim, os dispositivos, mecanismos, instrumentos trazem e servem a esse poder disseminado, independente de sujeitos. Foucault via na história não apenas o poder opressivo, mas também o poder produtivo, que cria e que libera. O modo como se organiza e se realiza o poder também são suas tecnologias, conjunto de técnicas reprodutíveis no tempo e espaço. Nessa perspectiva, poder e tecnologia estão relacionados.

Karl Marx (2015) percebia o poder como originado na dominação de classes e como expressão das disputas pela apropriação da riqueza produzida. O trabalho, categoria absolutamente central no pensamento de Marx, é constitutivo do ser humano e é o que permite projetar, organizar as técnicas e tecnologias em todas as sociedades. O trabalho humano é a ação pela qual se transforma a natureza e, nessa atuação, se criam as técnicas e sua replicação em tecnologias. Essas tecnologias são apropriadas para gerar poder sobre os outros. Conforme o pensamento marxista, as tecnologias compõem as forças produtivas. No capitalismo, elas são vitais para a reprodução do capital, uma vez que permitem ampliar a extração de valor do trabalho humano, aumentando a sua capacidade de produzir. A propriedade das tecnologias é um dos principais meios de poder social, pois ela garante o controle dos meios de produção.

Existem diversas outras perspectivas teóricas que organizam as relações entre o poder e a tecnologia. Mas, podemos observar que algumas delas as colocam como uma produção da sociedade e outras dão a elas a primazia diante do agregado social. Esta é a disputa entre a determinação social da tecnologia diante dos que pensam a determinação tecnológica da sociedade. Em que medida esse embate é importante? Ao definir a primazia da tecnologia sobre a sociedade, poderíamos tentar mudar as relações sociais pela alteração dos aparatos técnicos. Seria possível criar soluções de engenharia para conflitos sociais. Além disso, uma mente brilhante e seu invento genial poderiam mudar o mundo. Em geral, as abordagens tecnodeterministas estão ligadas ao culto ao indivíduo, ao gênio ou super herói que pode mudar os rumos da humanidade.

Observar a sociedade como o terreno em que emergem as tecnologias e que, simultaneamente, as condicionam e as delimitam, não implica negar que algumas invenções tecnológicas provocam mudanças na organização ou liberam energias culturais subjugadas ou, ainda, têm o poder de deslocar hierarquias e grupos seja no terreno do ganho econômico ou nas posições de poder político. Pensar as tecnologias como condicionadas pela sociedade e, ao mesmo tempo, como vetores de sua alteração quando assumidas nas disputas econômicas, ideológicas e políticas por grupos em confronto é uma

perspectiva sociotécnica e tecnopolítica. Nessa visão, a construção das tecnologias está repleta de controvérsias, como nos mostrou Bruno Latour (2012) e, portanto, pode embarcar formas específicas de poder e dominação (Winner, 1986).

O pensamento positivista, hegemônico na modernidade europeia, consolidou a ideia de que é possível desenvolver uma tecnologia socialmente neutra. Essa ideia sedutora avança nas classes dominantes e nos círculos de poder capitalista. É ensinada nas boas escolas de engenharia e computação. A matemática pode ser vista como distante de qualquer implicação em relações de poder. Pode parecer ingênuo dizer que uma equação de segundo grau interfere ou pode interferir nas disputas de classe. Mais ingênuo ainda seria considerar que o domínio e a capacidade de realizar cálculos de múltiplas variáveis de modo assustadoramente veloz não é um dos motivos pelos quais os Estados Unidos tentam bloquear o acesso a chips de última geração para a China. A ambivalência é a qualidade da maior parte das tecnologias.

Por serem ambivalentes e apresentadas como universais é que as tecnologias se tornam um dos elementos cruciais de poder da atualidade; portanto, relacionadas à ideia de soberania nacional. Podemos constatar empiricamente que a tecnologia é a fonte de poder militar, econômico e político. A ideia de que a tecnologia segue um caminho racional determinado é uma crença universalista. Quando algo é pensado como universal, em geral, é colocado acima das culturas e das visões de mundo que constituem as práticas humanas cotidianas. O fato é que o Estado moderno ser visto como máquina ou organismo é um arranjo de poder que se consolidou na Europa. Sua estruturação e dinâmica política foi levada para todos os continentes no bojo da colonização promovida pelos europeus.

No processo histórico de sua fundação, o Estado moderno se colocou como o poder maior sobre uma população e um território. Desarmou todos os demais poderes e concentrou o poder de agir com a violência máxima ou, nos dizeres de Max Weber (2003), constituiu o monopólio legítimo da violência: “o Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais” (Weber, 2003, p. 10). Weber observou o processo do poder pelas lentes liberais da agregação de indivíduos. Já Marx viu o Estado pela perspectiva da manutenção do poder social e econômico de classe. Indivíduos não fazem a história com base apenas na sua vontade ou somente nas suas ideias, "não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram" (Marx 2011, p. 25). O Estado é instrumento de classe para organizar a sociedade para os interesses das classes dominantes.

As diversas perspectivas nos permitem perceber que o Estado como poder soberano precisa se constituir tecnologicamente para que seu poder seja viável e legítimo. Viável para se manter forte e capaz de se impor diante de ameaças à sua integridade. Legítimo como uma estrutura que serve aos interesses da sociedade cada vez mais articulada pelas redes informacionais. O Estado soberano é um Estado tecnológico. A soberania exige a capacidade tecnológica compatível com a existente na sociedade. Soberania e tecnologia são coligadas. O exercício da soberania se realiza em conformidade com o estágio de desenvolvimento histórico das forças produtivas. Fica evidente que, cada vez mais, para se manter a soberania do Estado nacional, é necessário possuir a soberania digital.

Soberania digital pode ser entendida de muitos modos, desde os mais restritos ao poder do Estado até os mais socialmente abrangentes. Em todas as acepções, a soberania digital é a capacidade de definir, desenvolver e escolher como utilizar tecnologias digitais para fazer valer os interesses e os objetivos do Estado e, mais amplamente, da sociedade e das comunidades. Está vinculada à autodeterminação do Estado e à sua capacidade de inventar e utilizar tecnologias, sem que forças externas sejam capazes de impedir tais operações. Sem dúvida alguma, a soberania digital tem implicações econômicas ou tecnoeconômicas que serão abordadas mais à frente.

2 O poder atual é estruturado em torno da IA e dos sistemas automatizados

O digital, entendido como a conversão da produção simbólica em dígitos, foi dominado pela dataficação, ou seja, a conversão dos fluxos da vida, do conjunto de atividades humanas e não-humanas, em dados. A dataficação recolocou a possibilidade de avançar a perspectiva conexionista da Inteligência Artificial (IA), cujo primeiro experimento foi o Perceptron, implementado por Frank Rosenblatt, em 1957. Assim, a abundância de dados tornou viável as abordagens do aprendizado de máquina e do aprendizado profundo. A IA realmente existente é uma mega máquina. Não é um *software*, não é um aplicativo que roda em um celular ou um computador. Trata-se de uma estrutura colossal, composta de *data centers*, computadores com alta capacidade de processamento, sistemas algoritmos e gigantescas bases de dados.

A noção de megamáquina foi elaborada por Lewis Mumford (1966) e discutida também por Langdon Winner, tanto em Autonomous Technology (1978) quanto em The Whale and the Reactor (1986). Megamáquina diz respeito aos sistemas de grande escala que incorporam as escolhas do que Mumford chamou de megatecnologia autoritária, que são preferidas em detrimento dos sistemas de pequena escala, artesanato e comércio, que ele chamou de politécnica democrática (Winner, 1978, p. 109). Seria difícil não notar que a IA realmente existente, especialmente os modelos de aprendizado profundo, poderia ser vista como uma obsessão megatecnológica que busca controlar tudo, como Mumford indicou.

Quando fazemos uma simples pergunta ao ChatGPT, movemos a estrutura da megamáquina. Somente para rodar as máquinas que farão as inferências para a resposta, gastamos a energia equivalente a 2,52 minutos de uma lâmpada LED de 10W. Parece pouco. Mas, calculando setecentos milhões de consultas/dia, podemos avaliar que são grandes os impactos ambientais desses atos aparentemente banais. Ao tratarmos esse consumo de energia de outro modo, notamos que é “comparável ao de trinta e cinco mil residências nos EUA, uma evaporação de água doce equivalente à necessidade anual de consumo de um milhão e duzentas mil de pessoas e emissões de carbono que exigem uma floresta do tamanho de Chicago para serem compensadas” (Jegham et al., 2025, p. 1, tradução nossa).

No Manifesto Nooscópio, Matteo Pasquinelli e Vladan Joler (2021, p. 1263, tradução nossa) afirmaram que “é mais razoável considerar o aprendizado de máquina como um instrumento de ampliação do conhecimento que ajuda a perceber características, padrões e correlações através de vastos espaços de dados além do alcance humano”. Desmistificando os atuais sistemas automatizados de alta performance chamados de inteligentes, Pasquinelli e Joler identificam uma linha de montagem do aprendizado de máquina que, na realidade efetiva, é a IA realmente existente, hoje. Decompondo essa linha temos “um objeto a ser observado (conjunto de dados de treinamento), um instrumento de observação (algoritmo de aprendizagem) e uma representação final (modelo estatístico)” (Pasquinelli & Joler, 2021, p. 1265, tradução nossa).

A IA realmente existente é dependente de vastas bases de dados para o seu treinamento. Mas, o que é treinado? Os algoritmos foram escolhidos para extrair padrões, fazer classificações e predições das bases de dados oferecidas. Esses algoritmos utilizam a estatística e a probabilidade para gerar um modelo que irá fazer o que era pretendido, ler imagens, organizar ou gerar textos, organizar trajetos, entre várias possibilidades. Mas, o modelo treinado passa por inúmeros ajustes de seus parâmetros. Esse trabalho é feito por cientistas de dados, de computação e estatísticos. Apesar dos anúncios semanais de que a IA irá assumir o controle da humanidade, ela não possui ainda capacidade geral, ou seja, de uma única IA fazer diversas atividades distintas. O que temos hoje ainda são sistemas que realizam atividades específicas pelas quais foram “treinados”.

O processo de treinamento de uma IA generativa é colossal. Apesar de se autodenominar aberta, a OpenAI é bastante fechada, não somente nos códigos de seus modelos, mas nas informações sobre seus processos de treinamento e inferência. Estima-se que o GPT-4 foi treinado com aproximadamente 10.000 a 25.000 GPUs A100 (unidades de processamento gráfico da NVIDIA, específica para *data centers* e computação de alto desempenho). O *dataset*, provavelmente, foi de dez a treze trilhões de tokens e o tempo estimado de treinamento foi de três à seis meses. O custo estimado desse processo de treinamento em que o modelo vai aprendendo o padrão dos dados que recebeu foi, no mínimo, de US$63 milhões (Patel & Wong, 2023).

São poucos países que possuem a capacidade financeira de treinar modelos tão grandes. As Big Techs, ou oligopólios digitais, sabem disso e aumentam o tamanho das bases de dados utilizadas nos seus treinamentos. Colocam cada vez mais chips e placas específicas para a IA, aumentando a velocidade dos processadores e o tratamento dos dados, ou seja, ampliando o poder computacional utilizado. Tal situação tem gerado uma assimetria crescente. Dois países se destacam no treinamento de grandes modelos: os Estados Unidos e a China. A Europa tenta se aproximar, mas anda cada vez mais longe dos líderes. Entretanto, a informação mais preocupante refere-se ao controle que as Big Techs exercem na direção do conhecimento científico da área de IA atual. Segundo Nestor Maslej e co-autores,

> A indústria está à frente da academia. Até 2014, a maioria dos modelos significativos de aprendizado de máquina era lançada pela academia. Desde então, a indústria assumiu o controle. Em 2022, houve 32 modelos significativos de aprendizado de máquina produzidos pela indústria em comparação com apenas três produzidos pela academia. Construir sistemas de IA de última geração exige cada vez mais grandes quantidades de dados, poder computacional e dinheiro -

> recursos que os atores da indústria possuem em maior quantidade em comparação com organizações sem fins lucrativos e a academia (Maslej et al., 2023, p. 23, tradução nossa).

No ano de 2024, o relatório de Stanford confirmou essa tendência de controle do desenvolvimento tecnocientífico pelas Big Techs, uma vez que elas produziram cinquenta e um modelos significativos de aprendizagem automática no ano anterior (Maslej et al., 2024, p. 30). As universidades conseguiram ampliar o desenvolvimento de modelos notáveis para quinze e, além disso, foram criados vinte e um modelos significativos em colaboração entre indústria e meio acadêmico (Maslej et al., 2024, p. 30).

O poder computacional é indispensável para o treinamento e para a inferência dos sistemas automatizados chamados de IA. A escalada que ocorre em busca de maior capacidade e velocidade de treinamento só se justifica pela lógica da dominação, seja econômica, política ou militar. A coleta incessante de dados também faz parte da crença de que, com mais registros sobre o comportamento humano, será possível atuar mais amplamente sobre as populações e seus indivíduos. Não é por outro motivo que o treinamento do GPT-3 da Open AI custou mais de US$4 milhões, enquanto o treinamento do modelo LLaMA da Meta levou um milhão de horas de GPU e custou mais de US$2,4 milhões. Treinar um modelo de IA Generativa é cada vez mais caro. Mesmo a DeepSeek, que reduziu muito os recursos para o treinamento de seu grande modelo de linguagem (LLM), teve que utilizar massivas bases de dados e muitas placas de alto processamento.

A atual liderança da IA encontra-se nos Estados Unidos, sob a direção das Big Techs. Essas empresas controlam recursos indispensáveis para o desenvolvimento da IA realmente existente. Trata-se da IA hegemonizada pela abordagem do aprendizado profundo. O treinamento de um modelo de IA avançado consome milhões de dólares e muitas horas de processamento com placas específicas, ou seja, com chips específicos para realizar as operações necessárias. São os chamados *AI inference chips* ou *inference accelerators*, que conseguem melhores resultados em um tempo menor. Entre eles, se destacam, por exemplo, as Tensor Processing Units (TPUs) da Google, otimizadas para inferência e treinamento; as Neural Processing Units (NPUs) ou Neural Network Accelerators, comuns em dispositivos móveis e edge computing; e as Graphics Processing Units (GPUs), utilizadas para treinamento e inferência. Atualmente, esses chips são essenciais para aplicações como reconhecimento de imagem, processamento de linguagem natural e outras tarefas de IA em tempo real.

3 A corrida pela supremacia da IA é geopolítica

Existe uma concorrência alucinante para o domínio da IA, que amplia o seu controle pelos oligopólios digitais. Essas disputas integram projetos de poder e dominação globais. O desenvolvimento e uso da IA no sistema capitalista e a partir da divisão internacional do trabalho acentua assimetrias, colocando em rota de colisão o imperialismo norte-americano, cada vez mais isolacionista, e o caminho chinês, que propõe aos países acordos mais integrativos. Os países europeus, de seu lado, tentam impedir a derrocada uma estrutura mundial que não se sustenta mais, enquanto grandes países, populosos e economicamente relevantes, como Índia, Brasil, Indonésia e África do Sul, avançam suas articulações que devem passar cada vez mais pelas tecnologias.

Para compreendermos bem como os Estados Unidos atuam em relação ao controle da IA, podemos observar suas políticas expressas nas Ordens Executivas da Presidência dos EUA. Na Ordem Executiva 13859, de 11 de fevereiro de 2019, chamada *Maintaining American Leadership in Artificial Intelligence*, assinada por Donald Trump, está escrito na sua primeira seção sobre a política e os princípios que devem dirigir a proposição:

> A Inteligência Artificial (IA) promete impulsionar o crescimento da economia dos Estados Unidos, aprimorar nossa segurança econômica e nacional e melhorar nossa qualidade de vida. Os Estados Unidos são líderes mundiais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e implantação de IA. A liderança americana contínua em IA é de suma importância para manter a segurança econômica e nacional dos Estados Unidos e para moldar a evolução global da IA de maneira consistente com os valores, políticas e prioridades da nossa Nação. O Governo Federal desempenha um papel importante na facilitação da P&D em IA, promovendo a confiança do povo americano no desenvolvimento e implantação de tecnologias relacionadas à IA, treinando uma força de trabalho capaz de usar IA em suas ocupações e protegendo a base tecnológica de IA americana de

> tentativas de aquisição por concorrentes estratégicos e nações adversárias (United States, 2019, p. 3967, tradução nossa).

Enquanto no Brasil grande parte dos gestores de alto escalão do governo afirma que tecnologia é apenas um meio, os norte-americanos trabalham a tecnologia também como um fim. Por isso, buscam estar à frente do desenvolvimento das tecnologias e da IA, em especial. Liderar não é meramente um desejo de estar à frente; é necessidade. Quem lidera dita os rumos das soluções e dos padrões técnicos. Isso permite que tenha os maiores ganhos que a tecnologia pode dar. Por isso, manter a liderança é um componente fundamental da estratégia econômica dos Estados Unidos. Além disso, as tecnologias embutem valores, trazem modos de fazer que consolidam visões de mundo, modos de ser. Ao expandir suas tecnologias, os Estados Unidos estão expandindo seu modo de vida. Por isso, Richard Barbrook e Andy Cameron (1996) tinham razão em nomear as tecnologias informacionais como californianas.

Para manter-se como maior economia do planeta e retirar os benefícios que isso pode gerar, os dirigentes dos Estados Unidos consideram necessário manter a liderança tecnológica. Assim, além de apostar na invenção e inovação tecnocientíficas, tentam bloquear a venda de semicondutores e chips de última geração para a China. O objetivo é atrasar a economia chinesa e reduzir a capacidade inovadora de suas empresas. Nesse contexto, o fundador da DeepSeek, Liang Wenfeng, afirmou que “o problema que enfrentamos nunca foi dinheiro, mas a proibição de chips de ponta” (Xiong & Amadeu, 2025).

Enquanto os Estados Unidos empregam todos os esforços para restringir o acesso da China a chips avançados (abaixo de 7nm), este país continua a desenvolver sua capacidade de fabricar de forma independente os chips de alta tecnologia. A chinesa Semiconductor Manufacturing provavelmente seja capaz de produzir chips de 5nm2. Empresas como a Shanghai Micro Electronics Equipment (SMEE) estão ativamente desenvolvendo tecnologia de litografia por ultravioleta extremo (EUV) para substituir as máquinas de litografia monopolizadas pela ASML[1], que restringiu suas vendas à China.

A guerra dos chips tem a ver com a possibilidade de processar mais dados no menor tempo possível. Sem dúvida, tem relação com usos militares de chips em mísseis, drones e armas inteligentes. Mas, principalmente, segue a lógica capitalista da concorrência e da elevação contínua da produtividade. O Qiushi Journal (2024, tradução nossa), uma das publicações do Partido Comunista Chinês, apresentou, em uma matéria, a frase que sintetiza a atual perspectiva chinesa: “a tarefa fundamental do socialismo é liberar e desenvolver as forças produtivas. A força do socialismo reside em sua capacidade de permitir um desenvolvimento mais rápido e melhor das forças produtivas do que o capitalismo”.

4 A disputa pelos dados e as “nuvens soberanas”

O controle e o acúmulo dos dados são vitais para o desenvolvimento da IA. O treinamento da IA realmente existente depende de dados. O acúmulo de dados segue a lógica do acúmulo de capital. Com dados operados por algoritmos criam-se novas soluções expressas em produtos e serviços. Nesse sentido, como apontou Jathan Sadowski (2019), no capitalismo atual, os dados se converteram em uma espécie de capital. Recentemente, o presidente da China, Xi Jiping, utilizou a expressão “novas forças produtivas” para inserir os dados entre elas (Qiushi Journal, 2024).

A criação, coleta, armazenamento e processamento de dados exigem infraestruturas cada vez maiores; por isso, os *data centers* são fundamentais. A expansão desses armazéns de dados se articulou com a expansão do modelo de negócios chamado de nuvem. No início do século XXI, a Amazon lançou seu modelo de negócios baseado na denominada computação em nuvem (Armbrust et al., 2009). A empresa de Jeff Bezos dizia que a nuvem permitia que inúmeros recursos computacionais poderiam ser acessados pela Internet com o pagamento feito conforme o uso. Começava a terceirização do armazenamento e processamento de dados e sistemas e dos espaços seguros para os servidores de rede. Em vez de comprar, ter e manter *data centers* e servidores físicos, as empresas e os governos foram incentivados a utilizar os serviços de tecnologia, como capacidade computacional, armazenamento e bancos de dados, conforme sua necessidade, usando um provedor de nuvem como a Amazon Web Services (AWS).

---

[1] Cf. https://asia.nikkei.com/business/technology/tech-asia/the-final-chip-challenge-can-china-build-its-own-asml. Acesso em 20/07/2025.

Os provedores de nuvem passaram a construir *data centers* cada vez maiores, chegando aos chamados *data centers* de hiperescala. Estes são estruturas que permitem aos seus clientes aumentarem rapidamente suas cargas de trabalho, ou seja, escalar seu processamento de dados permitindo alta disponibilidade e desempenho. Segundo o levantamento do Synergy Research Group (2025), o número de *data centers* de hiperescala dobrou entre 2019 e 2024, chegando à marca de mil cento e trinta e seis unidades. Os Estados Unidos detém 54% dessas infraestruturas de hiperescala, a China possui 16% e a Europa dispõe de 15%. A capacidade de um *data center* é medida em MW (megawatts) porque representa a potência elétrica máxima que a instalação pode consumir para manter todos os seus sistemas funcionando. Ainda de acordo com o mesmo levantamento do Synergy Research Group, os Estados Unidos respondem por mais da metade da capacidade mundial total.

O Brasil possui uma Lei Geral de Proteção de Dados, mas não tem uma política nacional de dados. Não se exige a localização de dados, nem mesmo do governo. Os dados do desempenho escolar dos adolescentes brasileiros estão em *data centers* da Micorsoft Azure. Parte dos dados do SUS, em 2024 e até meados de 2025, estavam alojados na Amazon Web Server. A nuvem soberana do Serpro e da Dataprev inclui as Big Techs como parceiras. A RNP – Rede Nacional de Pesquisa, entre 2018 e 2022, adotou a política de aconselhar as universidades públicas brasileiras a hospedarem seus dados nos provedores de nuvem das Big Techs.

Quando recentemente o Ministério da Fazenda propôs um plano de atração de *data centers* para o Brasil, desconsiderou que o Brasil já era destino de grandes grupos econômicos que querem investir em centros de dados, principalmente porque o país tem energia renovável e muita água. O que o governo brasileiro não lançou foi um plano de construção de *data centers* para os dados públicos e para assegurar as necessidades das universidades brasileiras, que não possuem mais repositórios de suas pesquisas sob o controle nacional. A China, por exemplo, permite que empresas se instalem no país, mas não as autoriza a retirarem dados do país. Exatamente porque os dados são capital, são fontes de informações estratégicas e insumos da IA. Sem uma política de dados, sem infraestruturas soberanas, quanto mais modernizarmos o país, mais aprofundaremos a dependência e a subordinação aos interesses das Big Techs.

A ABES – Associação Brasileira de Empresas de Software, que apesar do nome tem a participação da Microsoft, Google, Oracle, Amazon e outras empresas estrangeiras, no passado se colocou como adversária das políticas de *software* aberto no governo. Atualmente, ela se lança contra as propostas de soberania digital. A entidade defende uma soberania digital competitiva, ou seja, uma soberania que promova o desenvolvimento de tecnologia local de forma integrada aos ecossistemas inovadores globais. Em suma, ela propõe manter nosso grau de subordinação aos interesses dos Estados Unidos e suas empresas, que lançaram, não por coincidência, produtos com o nome de *sovereignty cloud*. Na divisão internacional do trabalho, para os ideólogos da ABES cabe ao Brasil entregar dados de sua população para ser tratado pelas Big Techs, que desenvolverão produtos que serão oferecidos conforme o perfil dessa massa de indivíduos. Além disso, cabe às empresas do país desenvolverem aplicativos que integrem e ampliem o ecossistema das Big Techs.

No relatório do Atlantic Council, *think tank* norte-americano, denominado *Four Myths About the Cloud: The Geopolitics of Cloud Computing*, Trey Herr, então diretor da Cyber Statecraft Initiative do instituto, escreveu:

> Os provedores de computação em nuvem são mais do que empresas — eles governam vastas infraestruturas de serviços públicos, abrigam campos de batalha digitais e são magníficos motores de complexidade. A computação em nuvem está inserida na geopolítica contemporânea; as escolhas dos provedores são influenciadas e influenciam o comportamento dos Estados. Em competição e cooperação, a computação em nuvem é a tela sobre a qual os Estados conduzem atividades políticas, de segurança e econômicas significativas (Herr, 2020, p. 1, tradução nossa).

Um dos mitos que Herr desafia é o de que a nuvem não representa risco na cadeia de suprimentos, evidenciando como a escala colossal de compras de *hardware* e *software* pelos provedores amplifica vulnerabilidades (como falhas em *hypervisors*), cujo impacto pode afetar milhões de usuários globais simultaneamente. O que Herr não descreveu foram as possibilidades de bloqueio de máquinas e sistemas estejam onde estiverem devido às determinações do Cloud Act, lei dos Estados Unidos que estende sua jurisdição para todo o planeta. Isso quer dizer que não importa onde o provedor de nuvem tenha a sua máquina, ele deve seguir as determinações da lei e das agências norte-americanas.

5 A perspectiva da tecnodiversidade como possibilidade real

No livro *Machine and Sovereignty: For a Planetary Thinking*, o filósofo Yuk Hui (2024) constatou que as máquinas deixaram de ser simples ferramentas e passaram a estruturar os sistemas de governo, a produção e o conhecimento. Hui propôs que a soberania não seja mais pensada unicamente nos termos da modernidade ocidental, baseada no Estado-nação, no sujeito autônomo e na racionalidade jurídica. Ele defendeu que o conceito de soberania deve buscar a tecnicidade planetária e a multiplicidade de cosmologias. Por isso, avançou na proposição de uma rearticulação filosófica e política da soberania a partir da centralidade das tecnologias e das máquinas no mundo contemporâneo.

A computação contemporânea, especialmente na sua expressão corporativa e estatal massiva, está configurada cada vez mais como uma megamáquina mumfordiana, como um sistema totalizante e insaciável por dados, energia e controle. O mantra do "crescente poder computacional" como fim em si mesmo é um beco sem saída energético e civilizatório. Nesse sentido, caberia às ciências humanas pensar com urgência sistemas técnicos que não sejam ditados pela lógica da escalabilidade infinita e da centralização. Sistemas que valorizem a eficiência contextual, a modulação adequada às necessidades locais, a descentralização resiliente e a baixa entropia. Sistemas que sirvam à vida nas comunidades, não que exijam que a vida se adapte às suas demandas vorazes.

Podemos pensar novos modelos para sistemas automatizados que superem o paradigma da vigilância como pré-requisito. Como? Através de automação baseada em contexto e necessidade real, não em extração predatória de dados. É possível começar a construir e desenvolver modelos estatísticos robustos que não dependam de bases de dados descomunais; podemos organizar soluções que preservem a privacidade por design, que busquem a aprendizagem federada ou distribuída. Precisamos construir armazéns de dados federados, de baixo impacto ambiental, que superem o gigantismo que as Big Techs querem nos impor como único modo de desenvolvimento de sistemas automatizados. Precisamos bloquear a degradação ambiental promovida pela dataficação ilimitada.

O Brasil e os BRICS possuem uma imensa diversidade socioambiental e cultural. Ao mesmo tempo, vivemos sob ameaça crescente de vigilância e extrativismo digital. Todavia, o Brasil é um campo crucial para esta reinvenção. Precisamos fomentar novas descobertas computacionais baseadas em *software* e *hardware* livre, redes comunitárias autônomas, e diálogos profundos entre saberes tradicionais e tecnociência crítica. Podemos e precisamos desenvolver um ecossistema tecnológico radicalmente democrático e plural, que reflita nossas florestas, rios e povos, não os monopólios de dados. A superação da crise exigirá redes de alternativas concretas, tecidas com fios de diferentes cosmotécnicas, apontando para um futuro digital que seja sustentável, habitável e justo. O tempo da megamáquina universal acabou. A hora é de apostarmos na tecnodiversidade.

Para além da perspectiva de pluralidade tecnopolítica, Yuk Hui propõe avançarmos o conceito de soberania para além do seu aspecto político-territorial. Para isso mobiliza a relação entre cosmologias, ontologias e tecnologias. Isso implica em assumir que os aparatos técnicos não são universais como pretende a cosmovisão europeia. As finalidades do ser e as visões do mundo se expressam nas tecnologias. Hui indica que diferentes culturas podem gerar uma variedade de modos de conhecer e de validações do conhecimento bastante distintas, ou seja, existem diferentes epistemologias. Em vez de submeter as epistemologias dos povos originários das Américas, das etnias africanas ou orientais à epistemologia ocidental, Hui sugere uma diplomacia epistemológica que pode ser concretizada na criação de condições para que diferentes sistemas de conhecimento coexistam e dialoguem, sem buscar a superioridade de um sobre o outro. A partir desse conceito podemos operar uma soberania em que incorpore o direito dos povos a desenvolverem suas próprias cosmotécnicas, sem a imposição universalista ou proposições isolacionistas e românticas.

Nessa perspectiva o paradigma atual da IA não deveria ser pensado como universal ou fadado a perseguir o princípio da eficiência. Ele pode ser enriquecido por outras cosmovisões e suas técnicas, que podem conviver e se informar mutuamente. Pensar as possibilidades da diplomacia epistêmica não é uma panaceia, uma vez que a cosmovisão ocidental se mundializou não apenas pelo discurso, mas pela violência colonial. A diplomacia epistêmica pode não ser viável quando forças imperialistas busquem dominar recursos e territórios. Ela também pode ser interpretada como um relativismo paralisante ou essencialista que redundaria em uma aceitação acrítica de formas autoritárias.

6 Conclusão

A soberania é uma expressão em disputa. Como quase em todos os tempos desde que foi lançada por Jean Bodin, a definição da soberania tem sido utilizada como instrumento de combate. A palavra soberania está sendo utilizada até mesmo para anular as possibilidades de maior autonomia e independência tecnológica. Mas a proposição da soberania digital efetiva está avançando muito além da ideia de soberania nacional centrada na elevação do poder do Estado. Emerge a ideia lançada pelos movimentos sociais, como o MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto, de uma soberania popular. Também avança a perspectiva da soberania ligada às comunidades. Novas energias criativas avançam no sentido de incorporar ao conceito também as cosmovisões dos povos do Sul, ignoradas e apagadas pelos colonizadores que impuseram sua cultura, seus valores e visão de mundo, bloqueando múltiplas expressões inventadas e suas conversões em tecnologias. A luta pela soberania se encontra na luta pela tecnodiversidade.

Referências

Armbrust, M.; Fox, A.; Griffith, R.; Joseph, A. D.; Katz, R. H.; Konwinski A.; Lee G.; Patterson, D. A.; Rabkin A.; Stoica, I.; Zaharia, M. (2009). *Above the clouds: A berkeley view of cloud computing.* (Technical Report No. UCB/EECS-2009-28). http://www.eecs.berkeley.edu/Pubs/TechRpts/2009/EECS-2009-28.html.

Barbrook, R. & Cameron, A. (1996). The californian ideology. *Science as Culture*, 6 (1), 44–72. https://doi.org/10.1080/09505439609526455

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Edições Graal.

Herr, T. (2020). *Four myths about the cloud. The geopolitics of cloud computing*. Atlantic Council.

Hui, Y. (2024). *Machine and sovereignty: for a planetary thinking.* University of Minnesota Press.

Jegham, N., Abdelatti, M., Elmoubarki, L., & Hendawi, A. (2025). *How Hungry is AI? Benchmarking Energy, Water, and Carbon Footprint of LLM Inference* (Version 4). arXiv. https://doi.org/10.48550/ARXIV.2505.09598

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do ator-rede*. Edufba.

Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Boitempo Editorial. (Obra original publicada em 1852).

Marx, K. (2015). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial.

Maslej, N., Fattorini, L., Brynjolfsson, E., Etchemendy, J., Ligett, K., Lyons, T., Manyika, J., Ngo, H., Niebles, J. C., Parli, V., Shoham, Y., Wald, R., Clark, J., Perrault, R. (2023). *Artificial Intelligence Index Report 2023.* (Version 1). arXiv. https://doi.org/10.48550/ARXIV.2310.03715

Maslej, N., Fattorini, L., Perrault, R., Parli, V., Reuel, A., Brynjolfsson, E., Etchemendy, J., Ligett, K., Lyons, T., Manyika, J., Niebles, J. C., Shoham, Y., Wald, R., Clark, J. (2024). *Artificial Intelligence Index Report 2024.* (Version 1). arXiv. https://doi.org/10.48550/ARXIV.2405.19522

MIT Technology Review Insights. (2023). *The great acceleration: CIO perspectives on generative AI*. Sponsored by Databricks.

Mumford, L. (1966). *The first megamachine*. Diogenes, 14(55), 1–15.

Pasquinelli, M., Joler, V. (2020). The Nooscope manifested: AI as instrument of knowledge extractivism. *AI & Society*, 36(4), 1263–1280. https://doi.org/10.1007/s00146-020-01097-6

Patel, D., Wong, G. (2023, July 10). *GPT-4 architecture, infrastructure, training dataset, costs, vision, MoE*. Semianalysis. https://semianalysis.com/2023/07/10/gpt-4-architecture-infrastructure/

Qiushi Journal. (2024, March/April). *Understanding new quality productive forces and accelerating their development*. Qiushi Journal – English Edition. http://en.qstheory.cn/2024-05/11/c_985265.html

Sadowski, J. (2019). When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. *Big Data & Society*, 6(1), https://doi.org/10.1177/2053951718820549

Synergy Research Group. (2025, March 19). *Hyperscale data center count hits 1,136; average size increases; US accounts for 54% of total capacity*. https://www.srgresearch.com/articles/hyperscale-data-center-count-hits-1136-average-size-increases-us-accounts-for-54-of-total-capacity

United States. (2019, February 11). *Executive Order 13859: Maintaining American leadership in artificial intelligence*. The White House, *84*(31), pp. 3967–3972. https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-02-14/pdf/2019-02544.pdf

Xiong, J., Amadeu, S. (2025, February 13). DeepSeek为什么要开源？这可能与人工智能的领导权息息相关为什么要开源？这可能与人工智能的领导权息息相关DeepSeek为什么要开源？这可能与人工智能的领导权息息相关DeepSeek为什么要开源？这可能与人工智能的领导权息息相关. Guancha.cn. https://m.guancha.cn/XiongJie3/2025_02_13_764932.shtml

Weber, M. (2003). *A política como vocação*. Editora Universidade de Brasília.

Winner, L. (1978). *Autonomous technology*: Technics-out-of-control as a theme in political thought. MIT Press.

Winner, L. (1986). *The whale and the reactor*: A search for limits in an age of high technology. University of Chicago Press.

CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES

ETHEL SANTANA, JACQUELINE KLOPP

Ethel Pinheiro Santana é Arquiteta e Doutora em Arquitetura. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena pesquisas em planejamento urbano, cultura e complexidade das cidades. ethel@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/0626564193609027

Jacqueline M. Klopp é Cientista Social e Doutora em Ciência Política. Diretora do Centro de Desenvolvimento Urbano Sustentável (CSUD) na Universidade de Columbia, Estados Unidos. Investiga questões centrais de políticas públicas e governança na interseção entre transporte sustentável, uso do solo, poluição do ar, clima e justiça social nas cidades.jk2002@columbia.edu
https://orcid.org/0000-0002-3284-1715

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Pinheiro, E. & Klopp, J. (2025). Cidades para quem? Vida urbana e corpos vulneráveis. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 24-41.
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239946

Resumo

Este artigo analisa a localização sistemática de pessoas em situação de rua (PSR) no Rio de Janeiro e em Nova York, com base em pesquisa financiada pela FAPERJ e pelo CNPq. O artigo explora e destaca a experiência imprevisível e desigual de inclusão e pertencimento, que é afetada pela falta de direitos e pela mobilidade forçada. A metodologia empregada envolve o georreferenciamento das PSR por meio de entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos ou de desenhos. Essa abordagem, implementada em diversos bairros do Rio de Janeiro (RJ) e em Manhattan, Cidade de Nova York (NYC), possibilita um maior diálogo sobre o conflito e as convergências de experiências entre cidades da América Latina e da América do Norte. Os resultados reforçam a visibilidade espacial das populações vulneráveis, que são parte do tecido urbano, mas, enfrentam marginalização sistêmica devido a políticas habitacionais e de planejamento urbano inadequadas. Os resultados demonstram como as comunidades de PSR se formam em áreas urbanas, constituindo coletivamente o que denominamos cidade invisível. Os resultados também ressaltam o papel de atores urbanos envolvidos em lutas de poder e a necessidade de iniciativas de planejamento urbano contra-hegemônicas. Com o apoio do conceito de cidade capitalista, da Teoria do Afeto de Anderson e da estrutura de dimensões públicas, os dados coletados contribuem para uma compreensão realista e voltada para o futuro da vida urbana contemporânea.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, Nova York, Políticas públicas, Pessoas em situação de rua, Planejamento urbano.

1 Introdução: os dilemas da vida urbana contemporânea

Os habitantes das grandes cidades atuais e suas formas de habitar, desejar e perceber os espaços urbanos contribuem significativamente para o desenvolvimento da Arquitetura, do Urbanismo e de outras ciências sociais, refletindo aspirações humanas, esferas culturais e o exercício de subjetividades necessárias. Esse quadro foi precisamente estabelecido como parâmetro para a construção de um campo científico interdisciplinar há mais de quarenta anos, corroborando a necessidade de integrar temas da arquitetura e do urbanismo com outras áreas, como sociologia urbana, antropologia e filosofia (Nesbitt, 2006). Compreender as ambiências das cidades como a materialidade que permite uma análise transversal dessas relações é, portanto, o primeiro aspecto contributivo desta pesquisa para a melhoria da vida urbana e de suas lutas contemporâneas. Ao posicionar o papel das ambiências promovidas pelos *corpos errantes* das pessoas em situação de rua como uma plataforma para subjetividades contemporâneas, as ambiências nos permitem equiparar o imaterial aos espaços materiais, partindo de uma amplitude focal nos espaços públicos atuais, nos quais a esfera privada pode emergir em diferentes sentidos atualmente. O termo *Ambiência* é definido como “(...) um ‘estado de espírito’, ‘coisa’ para mostrar que é preciso olhar novamente para a dimensão interior que se expõe ao mundo exterior (...) as atmosferas materiais e morais que abrangem sensações térmicas, luminosas e sonoras, bem como percepções culturais e subjetivas de um lugar” (Duarte & Pinheiro, 2019, p. 21), e é por isso que é tão relevante para análises qualitativas. Quando se reconhece uma ambiência como uma explicação geográfica e etnográfica de um evento, o papel da análise qualitativa, aliada a dados quantitativos, torna-se ainda mais pertinente. Além disso, é possível afirmar que o espaço de uso e experiência cotidiano só pode ser impresso e compreendido em seu valor emergente, ou seja, através do caráter coletivo e dinâmico que novas interferências políticas e sociais constroem.

O crescimento da vida privada assola as grandes cidades, reforçando os padrões de medo e segregação entre aqueles que podem habitar uma certa *esfera protetora*. A ideia de uma *esfera de intimidade protegida* é tema para uma discussão mais ampla sobre as semelhanças e diferenças entre várias cidades americanas. Nesta discussão, em particular, trata-se também do ato de enfatizar a necessidade de destacar os dilemas latino-americanos dentro do continente americano, em contraste com discursos que tendem a sublinhar as realidades norte-americanas como sendo mais bem resolvidas. Por outro lado, a necessidade de utilizar a esfera pública e coletiva como forma de sobrevivência representa um desafio para o planejamento urbano contemporâneo, derivado principalmente de (muitas) revisões das teorias Situacionistas e do papel essencial da geografia humanista na compreensão do corpo e da interação humano-ambiente. Este artigo concentra-se nas ambiências promovidas pelas errâncias e permanências das PSR nas ruas de grandes e importantes cidades americanas. É importante destacar que o uso do termo *pessoas em situação de rua* enfatiza que algumas pessoas estão abrigadas na cidade, mas não têm acesso à moradia. A pesquisa está em andamento no Rio de Janeiro (RJ) desde 2024, intitulada *Cartografias*

Afetivas de uma Cidade Invisível: Mapeamento Sensível de Pessoas em Situação de Rua, e foi recentemente testada em Nova York (NYC), durante um período como *Visiting Scholar* na Columbia University, em 2025. A pesquisa baseia-se na análise de dados georreferenciados sobre a localização de cada PSR verificada em vários bairros das cidades estudadas e reúne informações sensíveis que, quando confrontadas com a dinâmica das cidades, permitem analisar as relações urbanas conflituosas e a ausência de políticas contra hegemônicas para planejar espaços mais democráticos. Ao mapear esses espaços invisíveis, percebe-se a inospitalidade urbana praticada nas metrópoles e como essa "cidade invisível" está mais associada ao abandono espacial das PSR pela sociedade e pelas instituições públicas/privadas do que à sua invisibilidade real.

Tal negligência exige o desenvolvimento de metodologias mais promissoras voltadas a aumentar a sensibilidade em relação ao lugar e às narrativas de seus habitantes, o que constitui uma contribuição sociotecnológica para o campo da arquitetura e do urbanismo. Como lócus de convivência da diversidade, mas também de respeito às desigualdades sociais, o espaço público urbano não esgotou suas possibilidades analíticas e, diante de novos dilemas, precisa ser confrontado. Assim, a ideia de um *corpo que sobrevive na rua é* proposta nesta pesquisa como forma de instrumentalizar um pensamento não hegemônico, invertendo a lógica de que uma pessoa que está na rua não tem escolha ou solução. Por meio de verificações *in loco*, realizadas durante incursões noturnas no Rio de Janeiro, com o apoio de um aluguel de van para esse fim, foi possível mapear diversos bairros da capital carioca[1] onde essas pessoas constroem um território geográfico e emocional. Em Nova York, devido às limitações da abordagem, as derivas foram conduzidas pela manhã e à tarde, pelas ruas, a pé, de metrô ou de ônibus. Utilizando a pesquisa de gabinete após as derivas, desenvolveu-se um mapa georreferenciado de vagância, permitindo, por fim, uma cartografia sensível dessa cidade invisível (Rolnik, 2007), que também é o objetivo geral da pesquisa. Esse objetivo ganha validade a partir da análise dos ambientes pós-pandemia, que viram um aumento drástico da população em situação de rua, assim como uma profunda informalização do trabalho. Richard Sennet (2014) já corroborava esse fenômeno ao afirmar que a solidão e a individualidade da pessoa “do nosso tempo”, assim como a produção capitalista da cidade, promoveriam o enfraquecimento das estruturas de trabalho em pouco tempo.

A informalidade e a latente pobreza estão enraizadas na forma como nos relacionamos com o espaço e são um reflexo de um problema social e urbano em ambas nações. Do ponto de vista do urbanismo, as atividades informais exigem um olhar atento para a qualidade de vida cotidiana nos centros metropolitanos. Devido a diversos processos históricos e atrasos no desenvolvimento, várias cidades do Brasil, em especial o Rio de Janeiro, não conseguem lidar com os problemas decorrentes da falta de sistemas de mobilidade, moradia adequada e ausência de abrigos para enfrentar o aumento das temperaturas — algo que afeta as PSR e demanda respostas urbanas urgentes. Em NYC, o estudo comparativo revela que menos pessoas vivem nas ruas da metrópole devido à disponibilidade de abrigos governamentais e não governamentais na cidade. No entanto, persistem a falta de proteção contra o calor e a ausência de políticas adequadas para atender à população com transtornos mentais que vagueia pelas ruas. Este artigo aponta, por fim, para uma crítica social. O direito à cidade (Lefebvre, 2016) e o direito de circular e vivenciar os espaços públicos na cidade são garantidos a todo cidadão, mas nem todos podem usufruir desses direitos, devido à falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas.

David Harvey (2014) amplia o conceito de Henri Lefebvre (2013; 2016) em seu ensaio intitulado *Cidades Rebeldes*, afirmando que o direito à cidade é um dos direitos humanos mais importantes. Em sua visão, a forma como os recursos urbanos são distribuídos reflete diretamente as desigualdades sociais. Para Harvey, o corpo também é um campo de disputa urbana: quem pode ocupar espaços de lazer, cultura e saúde? Quem pode se mover livremente sem ser questionado ou negligenciado? Qual corpo tem direito à cidade? O autor desenvolve a tese de que a urbanização e as cidades foram meios para a absorção de capital e trabalho ao longo da história do capitalismo e, portanto, são o locus de crises, conflitos e resistências. Assim, as demandas pelo *direito à cidade* e *reformas urbanas,* que clamam por uma função social da cidade, precisam levar em conta os direitos dos oprimidos, especialmente nas grandes cidades, que são palco das lutas urbanas que questionam os fundamentos do sistema capitalista de acumulação perpétua. Da mesma forma, Raquel Rolnik (2019) discute como o modelo de urbanização brasileiro historicamente excluiu populações percebidas como periféricas, tanto em termos de acesso à moradia quanto à mobilidade, lazer e cultura. Ela também enfatiza que todo o modelo urbano americano

---

1 “Carioca” é a forma como as pessoas que nasceram no Rio de Janeiro são chamadas no Brasil.

se baseia nessa abordagem. Desta perspectiva, é fácil identificar que diversos grupos são excluídos da qualidade da vida urbana, ou pior: alguns nem sequer podem usufruir dos benefícios de cidadãos ativos. Portanto, a ideia de pessoas em situação de rua construindo uma *cidade invisível* com seu perambular e pernoite é explorada neste trabalho, visando fomentar o pensamento crítico sobre o urbanismo contemporâneo nas grandes cidades e a necessidade de repensar formas de habitar e experienciar os espaços públicos.

Ao discutir o conceito de *espaço público*, é essencial apresentá-lo como um termo multidimensional e dicotômico, que só faz sentido em oposição ao espaço privado, que, por fim, impõe seus próprios limites. A ambiguidade fica ainda mais clara com uma retrospectiva de alguns conceitos do *público*, baseados no senso comum: lugares e fluxos; acesso irrestrito ou aberto; criação e expansão de direitos; homem público; fé pública; força pública e opinião pública. Nenhum desses conceitos é permitido a pessoas que perderam — se é que algum dia tiveram — seus direitos como cidadãos. Ao conceituar espaço público, Adrián Gurza Lavalle (2005) afirma que é preciso estabelecer "(...) três dimensões do 'público' correlacionadas com seus adjetivos do mundo 'privado': 1. Público versus privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; 2. Público versus propriedade ou interesse privado; e 3. Público versus conhecimento não disseminado, privado ou restrito" (Lavalle, 2005, p. 37). Tais dimensões incorporam a ideia de espaço vivido, nomeado como campo topológico por Gustave Fischer (1994): "(...) essa noção de campo, tomada da física, denota o fato de que *um espaço não existe em si mesmo, mas somente por meio de um conjunto de efeitos ou interações* que ele engendra entre seus elementos formativos" (Fischer, 1994, p. 53, grifo no original). As afirmações acima reconhecem que os valores da dimensão pública estão regularmente associados à sua dimensão privada oposta. Para a PSR, em geral, esses significados perdem grande parte de seu sentido original, pois nenhuma noção de privacidade é vivenciada, assim como nenhum espaço é pessoal; ao mesmo tempo, apesar da invisibilidade que o corpo vulnerável adquire nas grandes cidades, não há nada que seja estritamente deste corpo.

1.1 Pessoas em situação de rua no RJ e em NYC

Referindo-se à condição da população em situação de rua, há mais de quinze anos, a Secretaria-Executiva da Presidência da República emitiu o Decreto nº 7.053 de 2009, estabelecendo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR, 2009). Com este Decreto, essa população foi então oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro, sendo interpretada como um grupo específico, com sua definição, sujeitos de direitos que precisam ser atendidos conforme as especificidades de suas vidas e os desafios que enfrentam. Nessa mesma direção, a Lei nº 14.821/2024, que estabelece a Política Nacional para o Trabalho Decente e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua, 2024), estabelece em seu Artigo 1º o conceito legal de População em Situação de Rua, a saber: “(...) um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os espaços públicos como local de habitação e sustento (...)” (PNTC Pop Rua, 2024, s.p). Por essa definição, entende-se que a categoria população em situação de rua é atualmente muito mais ampla e genérica, podendo até abranger trabalhadores que vivem nas ruas, como os afetados pelo fenômeno da uberização. No Rio de Janeiro, o Censo da População em Situação de Rua[2] de 2023 indicou que 78,6% da população exercia alguma forma de atividade geradora de renda: 57,7% como catadores de material reciclável, 20,7% como vendedores ambulantes, 3% como flanelinhas e apenas 3,5% com contratos formais de trabalho

Na Resolução nº 605, de 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2024), consta que havia 22.922 pessoas em situação de rua em 2013, 242.756 pessoas em dezembro de 2023 e 309.998 em 2024, com o Censo da População em Situação de Rua de 2023 da Cidade do Rio de Janeiro identificando 7.865 pessoas na capital do estado. Este número é estimado em cerca de 10.000 para 2025 pelo mesmo Censo Populacional. Vale mencionar que a população estimada do estado do Rio de Janeiro é de 16.054.524 habitantes, com base em dados do Censo de 2022, enquanto a população estimada da capital é de quase 6.212.000 pessoas. Como termo de comparação, a situação de rua em Nova York também atingiu níveis críticos, com estimativa de 350.000 pessoas em algum tipo de insegurança habitacional, segundo dados da associação Coalition for the Homeless (s.d.). Isso inclui indivíduos vivendo em abrigos, em situação de rua nas ruas e metrôs, e temporariamente alojados em casas de outras pessoas. Em 2025, 106.875 pessoas dormiam todas as noites em abrigos de Nova York,

[2] Censo da População em Situação de Rua de 2023 - https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf

aproximadamente 8.000 dormiam em espaços públicos sem abrigo e mais de 200.000 pessoas dormiam temporariamente alojadas em casas de terceiros. Nova York respondeu por 93% do aumento total da população em situação de rua no estado. Em janeiro de 2022, havia 45.343 pessoas em abrigos e, em janeiro de 2024, havia 89.119 pessoas nos abrigos do Departamento de Serviços para Pessoas em Situação de Rua (DHS) da cidade. A população abrigada da cidade aumentou significativamente, como mencionado, principalmente devido ao influxo de solicitantes de asilo e ao aumento do número de pessoas sem abrigo (New York City Comptroller, n.d.). De acordo com o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD), NYC tem a menor proporção de pessoas sem abrigo, com 3,6%, em forte contraste com 43,8% no restante do país.

Essa informação é importante para destacar uma das diferenças entre as partes sul e norte do continente americano: enquanto menos pessoas em situação de vulnerabilidade são vistas nas ruas de NYC, devido às políticas municipais de manutenção de abrigos e leitos de moradia, no RJ, a total falta de abrigos adequados torna as ruas repletas por pessoas em diversas situações precárias, às vezes por mais de dez anos. De modo similar, em NYC, um número significativo de indivíduos e famílias está temporariamente residindo com outros, muitas vezes em condições de superlotação. Negros e hispânicos/latinos nova-iorquinos são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia, que aumentou de maneira significativa na cidade nos últimos anos, com um crescimento de 53,1% entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, embora autoridades municipais e diversas organizações em NYC estejam trabalhando para enfrentar esse problema por meio de várias iniciativas, incluindo a oferta de mais abrigos, serviços de abordagem e assistência habitacional. No entanto, NYC possui o maior número de leitos de emergência para moradia durante todo o ano, com 127.759, superando de longe a Califórnia, que ocupa o segundo lugar, com 76.000 leitos (Office of the New York State Comptroller, 2025). Essa informação é importante para destacar uma das diferenças entre as partes sul e norte do continente americano: enquanto menos pessoas em situação de vulnerabilidade são vistas nas ruas de NYC, devido às políticas municipais de manutenção de abrigos e leitos de moradia, no RJ a total falta de abrigos adequados torna as ruas mais lotadas de pessoas em diversas situações precárias, às vezes por mais de 10 anos. De modo similar em NYC, um número significativo de indivíduos e famílias está temporariamente residindo com outros, muitas vezes em condições de superlotação. Negros e hispânicos/latinos nova-iorquinos são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia, que aumentou significativamente em NYC nos últimos anos, com um crescimento de 53,1% entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, embora autoridades municipais e diversas organizações em NYC estejam trabalhando para enfrentar esse problema por meio de várias iniciativas, incluindo a oferta de mais abrigos, serviços de abordagem e assistência habitacional (311 NYC, n.d.; Coalition for the Homeless, n.d.).

Abordando esse tema, a pesquisa em curso não busca tratar o espaço como uma totalidade de dispositivos materiais nos quais os planos urbanos aparecem ou podem ser enumerados, mas como um espaço vivido totalizado, onde as relações se manifestam por meio da interação de significantes relacionados ao uso e dinâmicas locais. O objetivo da pesquisa foi utilizar o mapeamento dos espaços urbanos para esclarecer a cidade invisível que surge. A cartografia abordada nesta pesquisa está indubitavelmente baseada em um preceito primário do cartógrafo: uma representação geométrica simplificada do território por meio de mapas e gráficos. Por outro lado, a cartografia baseada em dados sensíveis busca o tema da afetividade: o mapeamento dos tipos de apropriação feitos pelos corpos nos espaços. Até agora, a pesquisa é fortalecida pelo trabalho de Suely Rolnik (2007), *Cartografia Sentimental*, que inaugurou um papel fundamental na análise dos processos de subjetivação das cidades, ao reforçar o papel das pessoas na construção de diferentes tramas para a mesma situação urbana. É nosso objetivo demonstrar, nas linhas abaixo, como a metodologia empregada possibilitou realizar esse mapeamento no Rio de Janeiro e na cidade de Nova York, com limites e abrangências territoriais distintas, como demonstra a Figura 1. Os dados coletados destacam o enfraquecimento dos laços sociais entre a população ativa e inativa nas duas cidades, assim como demonstram que pessoas oprimidas estão cada vez mais distanciadas da participação em decisões e disputas de poder, dependendo principalmente de governos social-democratas para reverter essa situação. Contudo, as várias semelhanças encontradas, como a vitalidade das praças e parques urbanos, a coletividade da vida pública e a predominância de PSR nas áreas mais economicamente privilegiadas, criam um conjunto de sistemas ideais para comparar duas grandes metrópoles americanas.

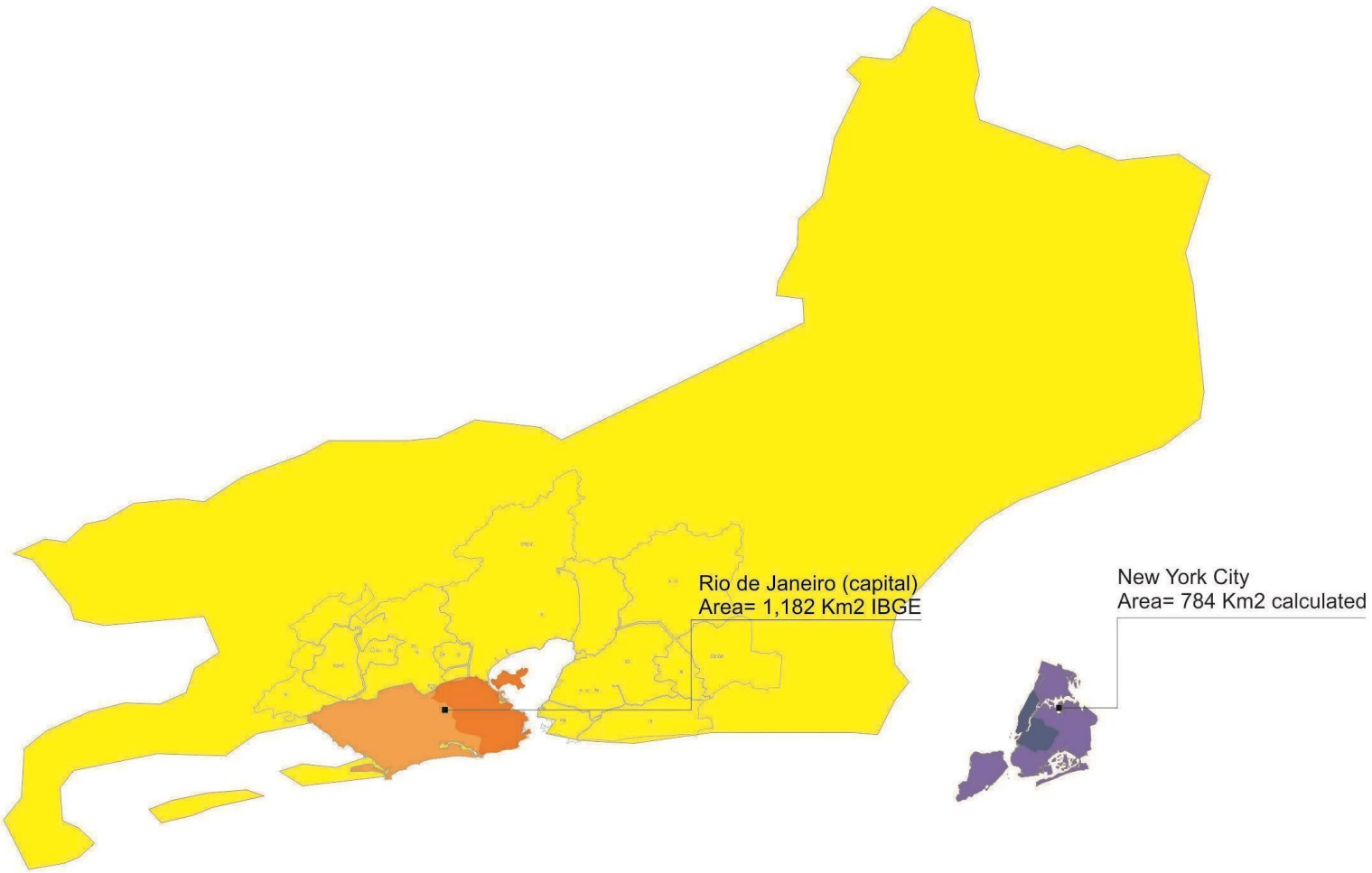


Fig. 1: Interpretação em escala das diferenças de tamanho entre a capital do Rio de Janeiro e a cidade de Nova York. A forma laranja escura representa a área analisada no Rio de Janeiro e a forma roxa escura representa a área analisada em Nova York. Fonte: Autores, 2025.

2 Metodologia

O debate sobre a (re)construção do espaço urbano tornou-se crucial desde a década de 1990, quando grandes discussões ganharam destaque em todo o mundo. Enquanto em 1950 apenas 36% da população brasileira vivia em cidades, em 1990 esse percentual atingiu 75% e, no século XXI chegou a 87,4%, segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 2022[3]. Nos Estados Unidos, a grande maioria da população vive em áreas urbanas. Aproximadamente 83% da população dos EUA reside em áreas urbanas, enquanto os 17% restantes vivem em áreas rurais, de acordo com o *U.S. Census Bureau* de 2023[4]. Embora a maioria dos americanos viva em áreas urbanas, a densidade populacional varia significativamente dentro dessas áreas. Por exemplo, a região de Nova York–Jersey City–Newark, NY–NJ, tem uma densidade populacional muito alta, enquanto outras áreas urbanas podem ser mais dispersas. Essa população urbana não está concentrada apenas em grandes metrópoles, mas, por atração inevitável, concentra a maioria das pessoas, sejam economicamente ativas ou vulneráveis. Até 2050, projeta-se que 89% da população dos EUA e 68% da população mundial viverão em áreas urbanas, segundo o Center for Sustainable Systems da Universidade de Michigan. Com essa massiva urbanização global, os dilemas de compartilhamento do espaço físico tendem a se tornar mais complexos e exigir análises de dados mais interdisciplinares. Esta pesquisa-ação baseia-se em análises quantitativas e qualitativas, apoiadas por diversas ciências, além da arquitetura e do urbanismo, como demografia e estatística, geografia, sociologia, antropologia e serviço social. Nesse sentido, a busca por qualificar subjetivamente pontos ancorados em mapas georreferenciados (com o apoio de aplicativos como o MyMaps

[3] Censo Demográfico Brasileiro de 2022 - https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/.

[4] Census Bureau de 2023 - https://www.census.gov/programs-surveys/acs/news/data-releases.2023.html.

do Google Maps e softwares como o Q-GIS) tornou-se um dos fundamentos mais importantes para superar a objetificação desses corpos que perambulam pela cidade. Uma forma de comunicar e tratar as informações sensivelmente recebidas de UH baseia-se na Teoria do Afeto (Anderson, 2006).

Na Teoria do Afeto, como Ben Anderson (2006) explica, o desenvolvimento de um vocabulário relacionado à emoção que começa com a afirmação de que "o mais ou menos racional não pode ser reduzido a uma gama de emoções discretas, pois apenas a construção da experiência importa para a Teoria do Afeto" (Anderson, 2006, p. 735, tradução nossa). Explicando brevemente, qualquer abordagem dá poder a forças não linguísticas que são relevantes para a Teoria do Afeto. O processo afetivo, nessa visão, só funciona nas duas extremidades dessa linha imaginária: de uma sintonia alternativa para ser afetado pelo que acontece, ou da capacidade do corpo de ser afetado (por meio de um afeto) e de afetar (como resultado de modificações). Segundo a visão rizomática da realidade de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1994), "essas duas capacidades vão além da força daqueles que se submetem a elas: 'Os afetos são 'seres' cuja validade reside em si mesmos e excedem qualquer experiência vivida'" (Deleuze & Guattari, 1994, p. 164, tradução nossa, aspas dos autores). Portanto, quando uma pessoa afeta espacialmente um lugar, ela está ao mesmo tempo promovendo o exercício da Alteridade. A Teoria do Afeto, em suma, traz a questão da temporalidade e da imanência dos corpos como fundamentais para as observações, infringindo o valor dos gestos executados e das relações estabelecidas com o Outro. A combinação de contatos públicos casuais nos espaços abertos da vida urbana (praças, calçadas, parques) com o exercício do afeto e o reconhecimento do papel dos ambientes em que os UH vivem resulta na compreensão coletiva da aceitação, o que potencialmente gera visibilidade e ação. O oposto também é verdadeiro — e geralmente mais comum.

No processo de construção da identidade pelas PSR, observamos a absorção de uma intensa carga de estigmatização que, como Erving Goffman (1988) argumenta, condiciona o reconhecimento da pessoa a uma perspectiva unidimensional, imparcial e opressora. A configuração desse grupo é, assim, permeada por mecanismos sociais que operam sua objetificação, desumanização e consequente apagamento simbólico, como afirmaram os líderes da *Open Hearts Initiative* (OHI)[5] durante o encontro *Homelessness: Learning From Experience Meeting*[6], realizado no bairro Upper West Side de NYC em 2 de agosto de 2025. Para superar essa dinâmica cíclica — também presente nos diversos dados apresentados por órgãos oficiais de pesquisa no meio urbano —, enunciamos, no subcapítulo a seguir, as estratégias metodológicas para desenvolver esse mapeamento afetivo.

2.1 Passos Metodológicos para Cartografias Afetivas

Para alcançar informações reais e confiáveis sobre as pessoas em situação de rua, o método de abordagem se baseou na busca direta pela localização dessas pessoas, por meio de saídas de campo aleatórias, realizadas com a cobertura de um ou dois bairros por saída. Ao encontrar uma pessoa ou grupo específico de pessoas em situação de rua, a pesquisadora e a equipe envolvida (em muitos casos) realizaram as ações de: 1) acolhimento e conversa direta com os interlocutores, com oferta de alimentos; 2) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura; 3) realização de entrevista semiestruturada, com o objetivo de mapear as permanências noturnas e os deslocamentos diurnos/vespertinos, além de registrar narrativas pessoais. Essas três ações forneceram os recursos de resposta necessários para formular a cartografia, que foi inserida tanto no banco de dados mais ágil para a ação, *MyMaps/Google Maps* (Figs. 2 e 3), quanto em um banco de dados específico de pesquisa dentro do software, Q-GIS, do qual podem ser extraídos diversos gráficos e mapas. Após o georreferenciamento os dados da entrevista (nome, idade, local de pernoite e rotas de deslocamento, bem como uma pergunta específica sobre trabalho de rua e o desejo de se mover dentro da cidade) foram inseridos em uma planilha compartilhada via *Google Sheets*, o que garante a manipulação adequada dos dados por diferentes abordagens e pesquisadores. Paralelamente, foram inseridas fotografias e croquis etnográficos, quando possível (Figura 4), de modo que cada ponto anotado no mapa possuísse uma representação gráfica e uma explicação contextual, assegurando a precisão do levantamento.

---

[5] Open Hearts Initiative (OHI) - https://openheartsinitiative.org/

[6] Encontro Homelessness: Learning From Experience Meeting - https://openheartsinitiative.org/events/homelessness-learning-from-experience-meeting-3-33szp-58csp-2kfrj-xz3wm-ew893-ww3sp-9rl2k-fabj9-6wpr2-a7bhe-rll7s-c6xjj-ranp2

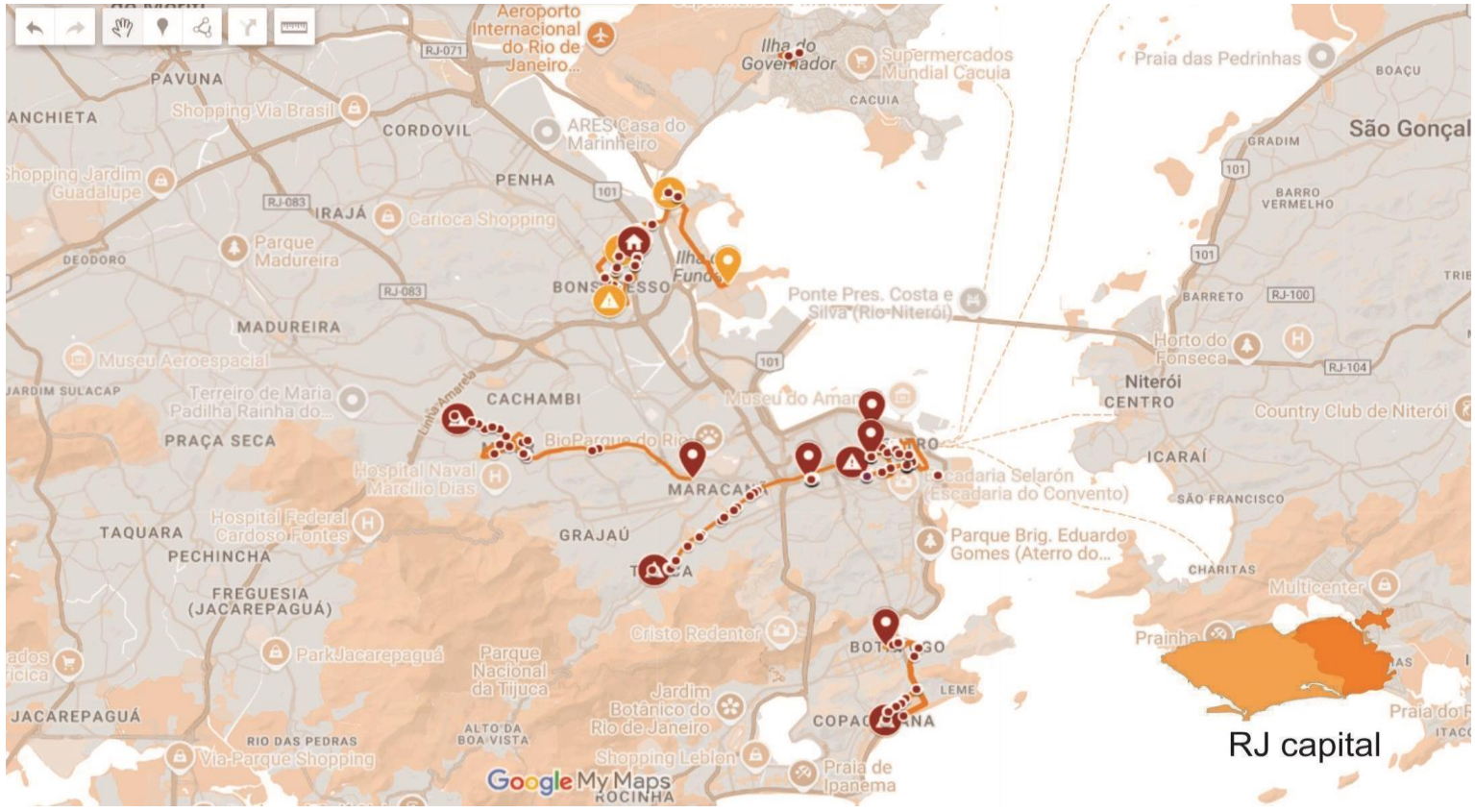


Fig. 2: Primeira fase de mapeamento no Rio de Janeiro utilizando o App MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2024/2025.

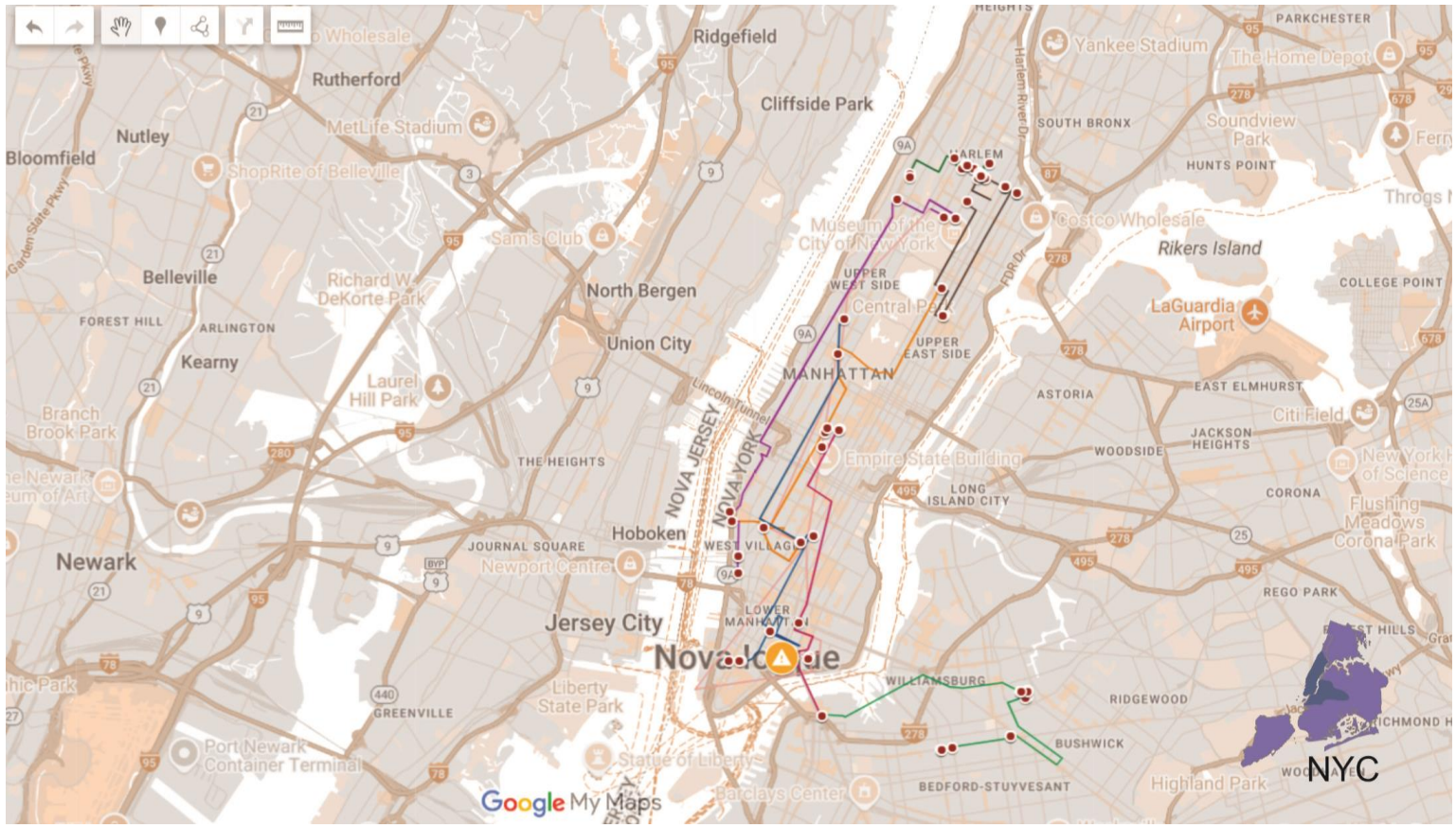


Fig. 3: Primeira fase de mapeamento em Nova York utilizando o App MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2025.

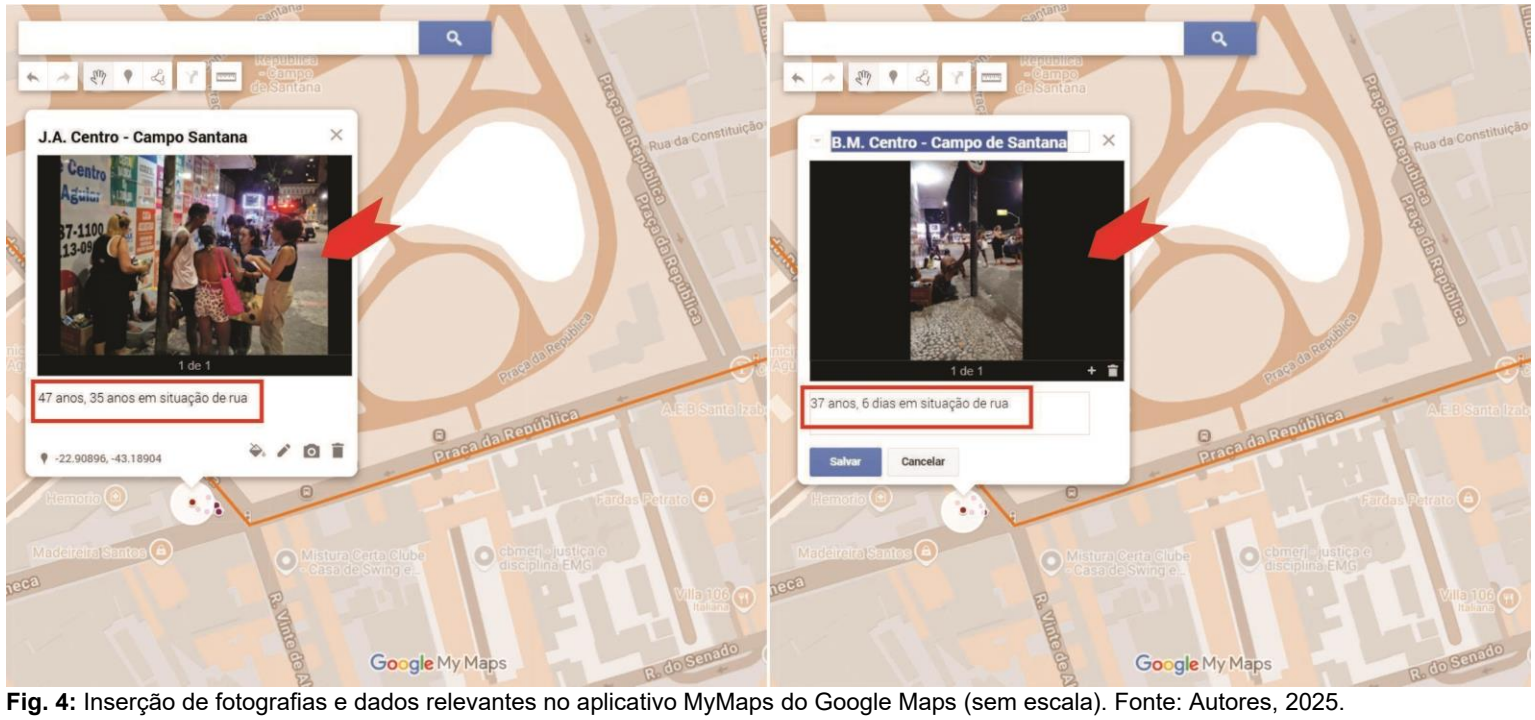


Fig. 4: Inserção de fotografias e dados relevantes no aplicativo MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2025.

Este procedimento foi utilizado no Rio de Janeiro, onde um grupo de pesquisadores, incluindo estudantes de graduação, assistente social, geógrafo e alunos de pós-graduação, fez saídas noturnas em uma van alugada especificamente para esse fim. Visto que, em NYC, a pesquisa comparativa foi conduzida pela coordenadora do projeto, sozinha, que passou um período como *Visiting Scholar* na Columbia University em 2025, os levantamentos não se beneficiaram da aplicação de entrevistas até a fase aqui ilustrada. Vale mencionar que, no Brasil, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro no início de 2024 e vem seguindo as diretrizes de tratamento ético e comprometido com pessoas em situações vulneráveis (CAAE 77880024.2.0000.5582), com a substituição adequada dos nomes das pessoas entrevistadas e a garantia de adequação dos dados e anonimato. Quando não é possível tirar fotografias, por motivos relacionados a contextos de maior insegurança, os pesquisadores utilizam croquis etnográficos como instrumento para interpretar a situação e fornecer informações sensíveis para análise (Figura 5). Outro ponto importante a enfatizar é que cobrir um bairro no Rio de Janeiro leva muito mais tempo do que em Nova York, devido às maiores distâncias e à complexidade geo-espacial de uma metrópole latino-americana.



Fig. 5: Esboços etnográficos produzidos durante levantamentos de campo. Fonte: Autores, 2024/2025.

A ausência de entrevistas em Nova York não prejudicou a comparação de dados, pois o foco principal sempre foi avaliar os aglomerados urbanos de pessoas em situação de rua (PSR) em ambas as metrópoles. Em cada cidade, um conjunto de bairros foi selecionado semanalmente e o número de visitas aos bairros foi suficiente para construir uma análise qualitativa sistêmica das cidades, em vez de uma análise estritamente objetiva ou quantitativa. No Rio de Janeiro, os bairros pesquisados em 2024 e no início de 2025, foram: Centro/Castelo, Cidade Nova, Gamboa, Botafogo, Largo do Machado, Copacabana, Tijuca, Méier, Cachambi, Bonsucesso e Ramos. Por sua vez, em NYC, os bairros pesquisados em julho e agosto de 2025, foram East Harlem, Central Harlem, Upper West Side, West Village, Chelsea, Midtown, Lower East Side/Chinatown, em Manhattan; e, Dumbo, Astoria, Brooklyn Heights, Bedford-Stuyvesant e Bushwick, no Brooklyn. Esses conjuntos de bairros possibilitam uma análise abrangente de cada distrito, pois abrangem várias zonas e quadrantes com realidades sociais e dinâmicas urbanas distintas. Uma segunda fase, iniciada em março de 2025 no Rio de Janeiro, envolveu duas etapas: 1) distribuir adesivos metálicos auto removíveis aos PSR para monitorar os locais de deslocamento (Figura 6); e 2) distribuir cadernos de papel e lápis, o que permitirá contato futuro com os informantes para melhor compreender suas representações da cidade. Os adesivos trazem um slogan: "A rua não é minha casa", destinado a popularizar a pesquisa e a fomentar um sentimento de (re)descoberta dos lugares urbanos, dando à sociedade civil visibilidade sobre o uso desses espaços por pessoas com deficiência.



Fig. 6: Adesivo metálico auto removível produzido pelos pesquisadores, com a frase “A Rua não é minha Casa”. Fonte: Autores, 2025.

3 Resultados e Discussões

O universo de informantes da pesquisa em curso (cerca de 180 pessoas no Rio de Janeiro e 80 em Nova York, até o momento), identificados no trabalho de campo desde o início de 2024, indicou que as noções de ocupação e funcionalidade da cidade não refletem o planejamento urbano atual, que estratifica ações e funções específicas para cada espaço projetado. A pesquisa aponta uma nova direção para a concepção da classe trabalhadora no RJ devido a vários fatores: 1) a ideia de que "trabalhadores em situação de rua" cumprem um papel social — seja limpando calçadas, vigiando portas de lojas ou coletando materiais recicláveis; 2) pernoites em comunidades (grupos de três ou mais pessoas residentes no mesmo lugar há mais de um ano, por exemplo), como aceitação de uma situação perene, consolidam um importante espaço de identidade; 3) a definição de personagens (típicos) que demonstram formas repetidas de mobilidade no espaço urbano, conforme relatado nos ensaios de Sennett (2014) sobre a metrópole. Verônica Tiengo (2018) reforça essa visão de que as pessoas em situação de rua não carecem de vontade de agir, enfatizando que "(...) a situação de rua não é uma condição escolhida por quem nela se encontra; pelo contrário, foram colocadas nessa situação (...) e usam espaços geralmente ‘não nomeados’ pelos planos diretores para desenvolver suas atividades" (Tiengo, 2018, p. 139). Nesse sentido, mapas de permanência alertam que a presença de PSR em regiões centrais ou economicamente prósperas é sintoma da falha em produzir espaços adequados para a mobilidade urbana e habitação social, favorecendo a exclusão dessas pessoas. No Rio de Janeiro, as pessoas em situação de rua passam a maior parte das noites em áreas centrais movimentadas e se deslocam para bairros periféricos durante o dia, seja para visitar familiares ou para negociar o que ganham com o trabalho. Em Nova York, não foi observada a constante peregrinação nas ruas em decorrência do trabalho informal. Em contraste, corpos individualizados pousavam pelas calçadas, ao lado de postes de iluminação e próximos a áreas comerciais nas cidades, sendo identificados como *estáveis*, significando que eles não se movem muito pela cidade.

O MyMaps de NYC mostra claramente que a dispersão de PSR por toda a cidade reflete uma fuga de receber apoio institucional, por causa de doenças mentais que afetam esse tipo de vida humana. Segundo o *New York City Comptroller*

Brad Lander, a cidade fornece alguma forma de abrigo e serviços para quase 120.000 indivíduos a cada noite, e os milhares que permanecem nas ruas têm características alienantes, como dificuldade em permanecer em abrigos ou doenças mentais. No RJ, uma grande cidade do cone sul, há uma enorme lacuna na disponibilidade de abrigos e iniciativas de apoio efetivas para unidades residenciais, o que mantém PSR com mais frequência aglomerados em comunidades através dos vários bairros analisados. Também no Rio de Janeiro, com o uso de entrevistas, foi possível inferir a variedade de atividades laborais relatadas pelas PSR, como catadores de lixo, livreiros, “garimpeiros de rua” e vendedores ambulantes/pregoeiros (pessoas que vendem produtos de baixo valor em várias regiões da capital). Esses relatos nos permitiram verificar a repetição de atividades por várias outras PSR — geralmente aquelas com menos doenças físicas ou mentais e uma necessidade latente de arrecadar fundos para a manutenção própria ou de sua família. De fato, no RJ, a coesão social das PSR entre bairros, gerando comunidades de mais de cinco pessoas (às vezes até trinta pessoas juntas), é facilmente notada pela situação de resignação à vida nas ruas, resultado de uma precariedade que se alimenta da manutenção da indução da ideia do baixo valor da pessoa, como coloca Judith Butler:“ ‘Precariedade’ designa a situação politicamente induzida na qual certas populações sofrem as consequências da deterioração (...) mais do que outras” (Butler, 2019, p. 40).

O trabalho informal emerge como a principal estratégia de sobrevivência das PSR no RJ, como se vê na Figura 7, pois é a busca por rotas e caminhos que mantêm sua invisibilidade na rotina diária, de modo a fugir de qualquer força policial. Essas rotas de fuga promovem corrupções no planejamento urbano da cidade, criando espaços de armazenamento e pernoite, usos diferenciados de calçadas e praças e uma série de revisitas ao planejamento urbano que nem sempre indicam onde uma pessoa esteve — uma rota que é apagada na cidade formal. Essas mudanças também acabam fortalecendo os estigmas que a população ativa mantém. Em NYC, apesar da ausência de respostas das entrevistas, o grande número de indivíduos isolados em várias partes da cidade demonstrou que as políticas de abrigo e a ação de compartilhamento de moradias (a situação mais comum, citada pela Coalition for the Homeless) são eficazes. A observação primária de que as PSR não estavam em condições de falar com o pesquisador, devido a seus evidentes problemas de saúde mental, foi confirmadora dos dados fornecidos por órgãos como o Departamento de Serviços para Pessoas em Situação de Rua de Nova York (DHS). Essas informações também explicam por que apenas alguns bairros de Manhattan e Brooklyn — em NYC — e apenas aqueles com menor índice de desenvolvimento humano (Harlem e Bushwick, por exemplo) concentram mais PSR em determinados locais próximos a áreas comerciais, onde fontes de auxílio alimentar ou trocas de pequenos itens estão facilmente disponíveis. Assim, as condições de vida nas ruas de NYC são diferentes daquelas que incentivam as PSR a permanecer no Rio de Janeiro.

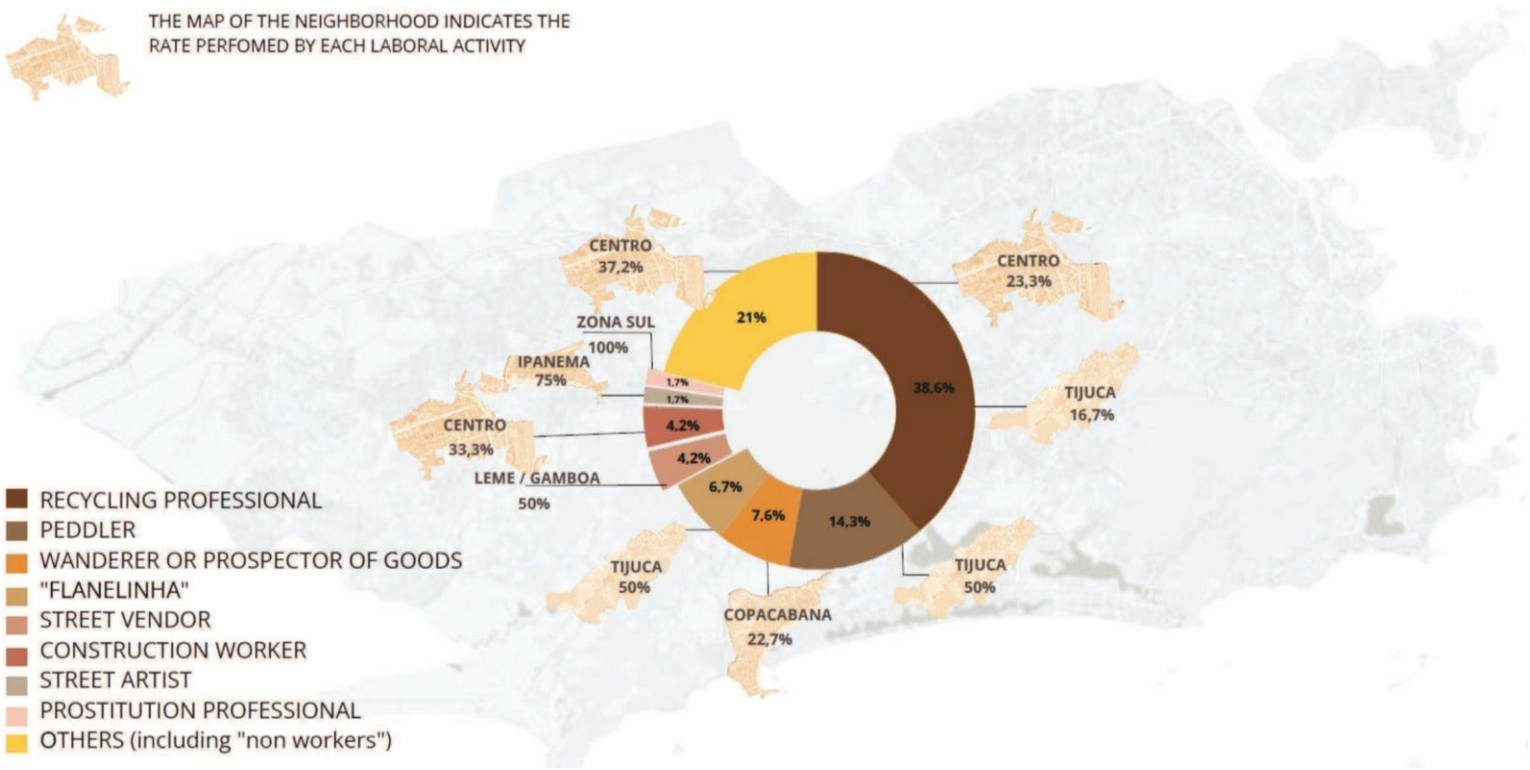


Fig. 7: Atividades laborais realizadas por pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro durante o ano de 2024. Fonte: Autores, 2025.

Com relação a essa condição de invisibilidade comunitária (Figura 8), como mencionado, uma das fases finais da pesquisa visa conferir a devida notoriedade. A distribuição de adesivos no RJ foi realizada em março, abril e maio de 2025, a pessoas que aceitaram colá-los em objetos/lugares por onde passavam durante o dia, como forma de sinalizar onde sua presença podia ser percebida na cidade. Esses adesivos, feitos com cola não adesiva, foram posteriormente descobertos em paredes de estabelecimentos comerciais (principalmente) e também em pontos de ônibus ou sobre elementos naturais de praças ou parques, como o tronco de uma árvore (Figura 9). Em NYC, apenas um adesivo foi entregue a uma PSR em Chinatown, que deliberadamente quis conversar com o pesquisador após ver as anotações de sua geolocalização no MyMaps pelo celular da pesquisadora, e porque a ideia da pesquisa despertou sua atenção. No dia seguinte, em um percurso feito pelo mesmo bairro, o adesivo foi encontrado colado em um poste (Figura 10), em frente a um estabelecimento comercial, o que oferece uma percepção relevante sobre onde exatamente a PSR considera que sua mensagem seja eficaz. Essa abordagem não apenas promove a visibilidade de uma cidade oculta, marginalizada pela falta de políticas públicas e planejamento urbano adequado, mas também pode possibilitar o mapeamento das diferenças sociais entre aqueles que circulam pelas ruas, trazendo à tona as desigualdades sociais e as lutas pela sobrevivência que permeiam toda a existência humana nas grandes cidades.

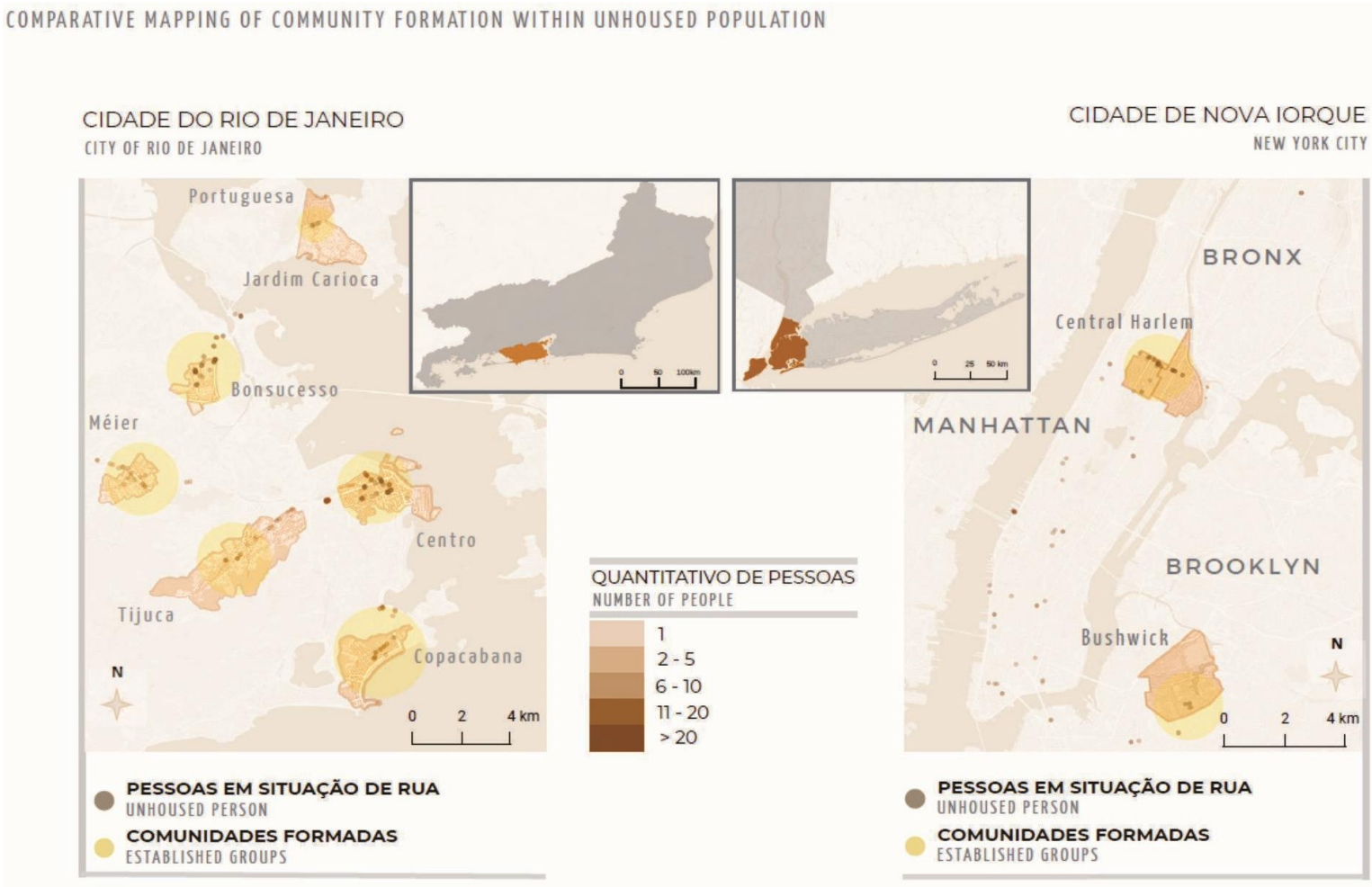


Fig. 8: Comparação gráfica entre as concentrações comunitárias de pessoas em situação de rua em RJ e NYC. Fonte: Autores, 2025.



Fig. 9: Adesivo encontrado em uma árvore em Bonsucesso, um dos bairros pesquisados no Rio de Janeiro. Fonte: Autores, março de 2025.



Fig. 10: Adesivo encontrado em um poste em Chinatown, um dos bairros pesquisados em Nova York. Fonte: Autores, julho de 2025.

4 Considerações Finais

A cidade, como espaço de disputas, precisa oferecer a seus habitantes um exercício que vai muito além de simplesmente estar nela; é necessário fomentar o direito de moldá-la, viver nela e transformá-la conforme sua realidade, como uma ação específica de um corpo livre. Este é um direito urbano fundamental: experimentar os espaços seguindo princípios

democráticos. Nesse contexto, a presença de PSR é como um espelho social, revelando tensões entre o reconhecimento da humanidade do Outro e os mecanismos de exclusão que permeiam o espaço urbano contemporâneo. Dados preliminares da pesquisa apontam para a necessidade de repensar a relação entre as esferas públicas e privadas, com base em um planejamento urbano sensível às diferenças e capaz de incorporar perspectivas afetivas e inclusivas. A pesquisa em andamento revela uma abordagem que valoriza a Alteridade e inspira-se na Teoria do Afeto (Anderson, 2006) como ferramenta analítica para interpretar ambientes urbanos e propor políticas públicas mais abertas a ouvir os indivíduos que compõem a diversidade da cidade. Também fica evidente que as demandas por uma revisão das noções de público e privado são questões importantes para o planejamento urbano, dado que sem a garantia de moradia social adequada para PSR, especialmente no Rio de Janeiro, o espaço público torna-se agente de coesão entre diversas esferas. A noção de *público* para uma pessoa em situação de vulnerabilidade é muito mais sutil e exige um aprofundamento sobre as estruturas rebeldes da cidade para responder à sobrevivência. Onde mais poderia ocorrer a vida urbana privada, para aqueles que vagam compulsivamente pelas ruas da cidade, senão na própria cidade? Onde mais poderiam ser realizadas atividades laborais senão nas ruas, para as pessoas em situação de rua?

O estudo demonstra que o crescimento da população em situação de rua nas grandes cidades não alterou sua aparente invisibilidade. A falta de preocupação com a geração de atividades participativas por parte da sociedade civil e dos governos é bastante específica e reforça a aparente incivilidade que a população em situação de rua representa para a sociedade, como Patrice Schuche e Ivaldo Gehlen (2012) discutem. Ambos os autores explicam que, no processo de urbanização das metrópoles, os espaços públicos urbanos mantiveram sua função primária associada à circulação/passagem, e que qualquer outra classificação, como a inclusão de uma pessoa vulnerável usando os espaços públicos como moradia, cria um problema social, embora o problema de não ter abrigo seja muito mais visceral. Rio de Janeiro e Nova York são de fato cidades que valorizam a vida ao ar livre, as atividades coletivas e o lazer relacionado aos benefícios da natureza engendrados pelo asfalto de suas cidades. No entanto, todas essas atividades são direcionadas a corpos qualificados e economicamente ativos, que experimentam as dimensões do público e do privado, seguindo diretrizes de planejamento urbano projetadas para pessoas ideais. O excessivo, o contra hegemônico e o doloroso continuam a ser mascarados nas ruas, e o número de pessoas residindo em frente a vitrines e supermercados continua a crescer. Como mencionado anteriormente, nos últimos dez anos, esse número cresceu drasticamente e ainda não trouxe a mudança necessária para aceitar corpos dissidentes e vulneráveis como cidadãos que merecem ser cuidados.

Um exemplo interessante de política pública eficaz, alinhada com os dilemas da crise climática que afeta predominantemente a PSR é o fornecimento de água limpa e potável em praças públicas. NYC demonstrou neste verão inóspito de 2025 que, sem o fornecimento de água limpa, seria impossível continuar andando pelas ruas por mais de duas horas, por exemplo. O benefício do acesso à água é tão democrático que não apenas favorece aqueles vivendo em vulnerabilidade, mas também mostra instantaneamente aos cidadãos ideais que outros têm os mesmos direitos. Na montagem da Figura 11, duas pessoas em situação de rua podem ser vistas tomando banho em uma tarde quente de julho de 2025 em NYC. Minutos antes, outras crianças estavam correndo ao redor delas, e outros adultos aproveitavam para lavar seus pescoços e cabeças. Outra ação focada em políticas públicas distributivas, que se referem a ações que respondem a demandas sociais específicas, seria a criação de sistemas de transporte gratuito ponto a ponto para que as PSR pudessem transportar seus materiais recicláveis coletados para locais mais distantes, onde estão localizados os compradores. Este sistema poderia ser controlado por apresentação de cartão, da mesma forma que o DHS em NYC ou o POP RUA no Rio normalmente cadastra a população em situação de rua. Algumas dessas certezas e ideias surgiram das diversas reuniões realizadas em NYC, na sede da Open Hearts Initiative, conduzidas por Will Woods (Open Hearts Initiative, s.d.).

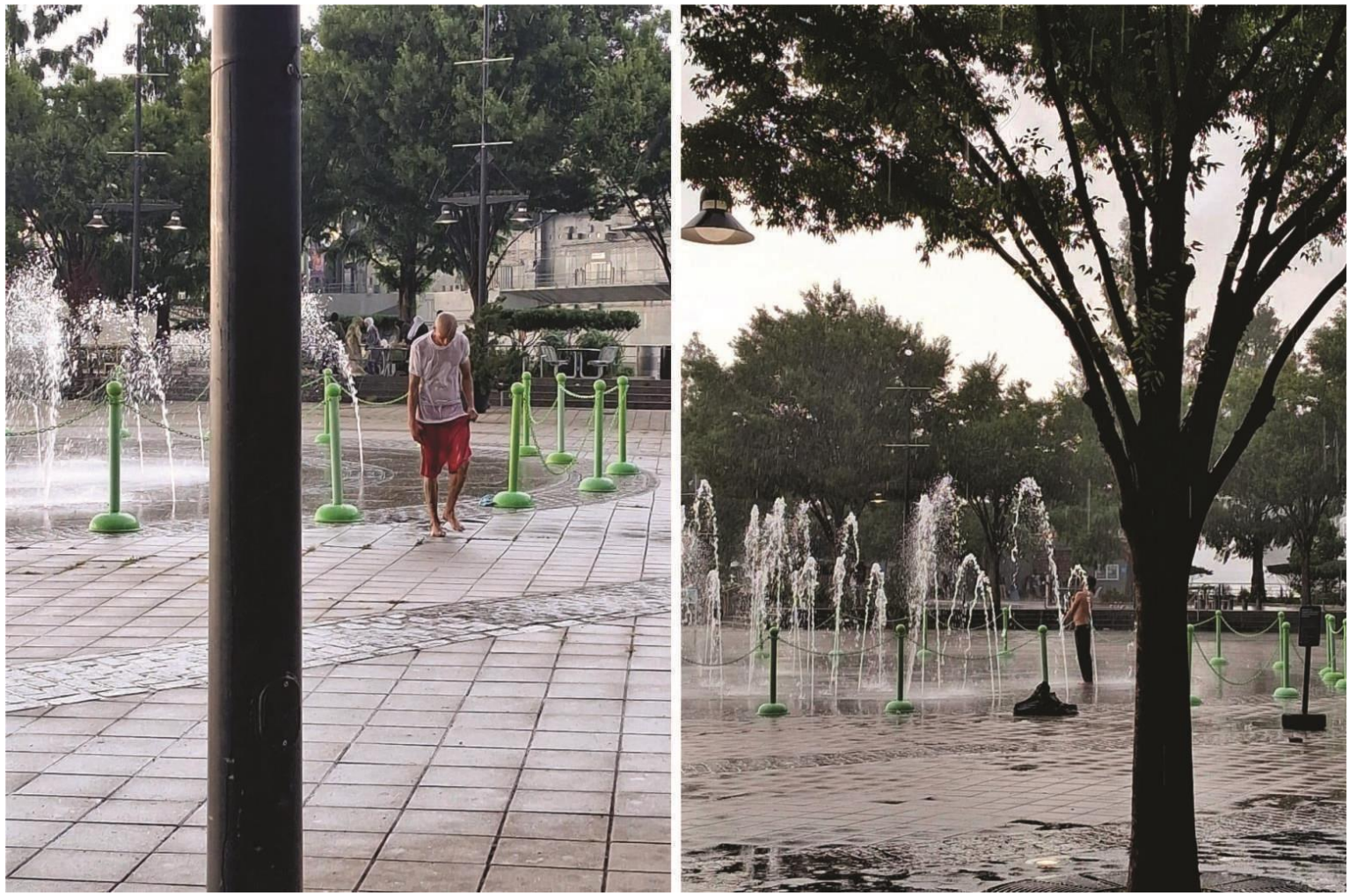


Fig. 11: Montagem de fotografias de dois homens banhando-se em áreas públicas de NYC, no Pier 84. Fonte: Autores, julho de 2025.

Para reforçar todas as informações apresentadas, é importante destacar que a conexão do corpo com o espaço e o tempo históricos, e a postura individual adotada por cada pessoa em seu espaço de vivência, têm motivado a maior parte das incursões nas teorias arquitetônicas sobre a complexidade e o futuro das cidades — este último, numa escala profusa de mudanças. Nesse contexto, corpo e cidade são vistos como um espectro de amplas possibilidades que se fundem na noção contemporânea de subjetividade. Se é verdade que a partir dos anos 1960 essa dimensão subjetiva passou a integrar a agenda de toda racionalidade arquitetônica, seja sob perspectivas existencialistas, funcionalistas ou humanistas (Nesbitt, 2006), podemos dizer que a subjetividade começou a reivindicar sua posição e status, redesenhando sem dúvida os objetivos da arquitetura e do urbanismo e de toda ciência social aplicada, mas também ensinando novas formas de convivência. Os resultados da análise de concentração de PSR no RJ e em NYC evidenciam a grande importância do estudo dos ambientes urbanos para a democratização das cidades, visto que a interação pessoa-ambiente possibilita a construção e o planejamento de territórios diversos favoráveis à convivência mútua, à segurança e ao desenvolvimento da identidade. Pesquisas globais atuais sobre pessoas em situação de rua demonstram que elas são extremamente diversas; mapear como utilizam o espaço público urbano pode revelar uma gama de políticas públicas direcionadas e destacar a necessidade de um urbanismo inclusivo que resolva os problemas das pessoas, em vez de apenas questionar-se sobre as máquinas.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelas bolsas e auxílios oferecidos, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa concedida e à Universidade Columbia pelo apoio e viabilização da pesquisa realizada.

Referências

311 NYC. (n.d.). *KA-01037*. https://portal.311.nyc.gov/article/?kanumber=KA-01037

Anderson, B. (2006). Becoming and Being Hopeful: towards a theory of affect. *Environment and Planning: Society and Space*, *24*(5), 733–752. https://doi.org/10.1068/d393t

Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (4a Ed.). Civilização Brasileira.

Coalition for the Homeless. (s.d.). *How many total people are homeless in NYC?* Coalition for the Homeless. https://www.coalitionforthehomeless.org/how-many-total-people-are-homeless-in-nyc/

Coalition for the Homeless. (n.d.). *NYC agencies providing emergency shelter*. https://www.coalitionforthehomeless.org/how-many-total-people-are-homeless-in-nyc/nyc-agencies-providing-emergency-shelter/

Deleuze, G., Guattari, F. (1994). *What is Philosophy?*. Columbia University Press.

Duarte, C., Pinheiro, E. (Org.) (2019). *ARQUItividades e subjeTETURAS. Metodologias para a análise sensível do lugar*. Riobooks/FAU-UFRJ.

Fischer, G. (1994). *Psicologia social do ambiente*. Instituto Piaget.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a Ed.). LTC.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Lefebvre, H. (2016). *O Direito à Cidade*. Editora Nebli. (Obra original publicada em 1968).

Lefebvre, H. (2013). *La produccíon del espacio*. Capitán Swing Livros. (Obra original publicada em 1974).

Lavalle, A. G. (2005). As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, *25*, 33–44.

NESBITT, K. (org.) (2006). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura* - Antologia Teórica 1965-1995. Cosac & Naify.

New York City Comptroller. (n.d.). Charting homelessness in NYC: Overview. https://comptroller.nyc.gov/services/for-the-public/charting-homelessness-in-nyc/overview/

PNPSR – Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (2009, December 23rd). Brasília: *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

OBPopRua/POLOS-UFMG – Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidade. Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024 (2024). Brasília: *Diário Oficial da União*. https://atos.cnj.jus.br/files/original112651202412176761 5ffbb28e4.pdf

Office of the New York State Comptroller. (2025). *DiNapoli: Numbers of homeless population doubled in New York* [Press release]. https://www.osc.ny.gov/press/releases/2025/01/dinapoli-numbers-homeless-population-doubled-new-york

Open Hearts Initiative. (n.d.). *Open Hearts Initiative*. https://openheartsinitiative.org/

PNTC Pop Rua – Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua. Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024 (2024). Brasília: Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm

Rolnik, R. (2019). *Guerra dos Lugares*. Boitempo Editorial.

Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Sulina Editora.

Sennet, R. (2014). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Companhia das Letras.

Schuch, P., Gehlen, I. (2012). A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Org.). A *rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Didática Editora do Brasil, 11–25.

Tiengo, V. M. (2018). O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. *Textos & Contextos*, 17, 138–150. https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403

V!RUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO
CONTENTS

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

ÁGORA

014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP

042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY

063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA

097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA

142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES

167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS

199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO

214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR

230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES

241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES

266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALŸS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK

279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO

290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS

329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES

370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA

383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE

417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO

PORTO, BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION

JORDAN FRASER EMERY

Jordan Fraser Emery é Doutor em Ciências da Informação e Comunicação e em Psicologia Social da Arte. É Professor e pesquisador no Departamento de Comunicação Hipermídia da Université Savoie Mont-Blanc, França. Realiza pesquisas-criações, especialmente em torno de dispositivos digitais e sobre potencialidades dos espaços e corpos marginalizados. jordan.emery@univ-smb.fr
https://orcid.org/0009-0002-2785-4914

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Emery, J. F. (2025). Porto, entre duas pontes: imagens de um espaço em tensão. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 42-62
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239966

Resumo

Este artigo engaja-se com o tema "Diálogos Multilaterais" explorando as tensões e interlocuções que definem o Porto, em Portugal, uma cidade emblemática das transformações impulsionadas pelo turismo. O objetivo do estudo é apresentar uma exploração crítica e visual das tensões urbanas entre a cidade vitrine e a cidade habitada. A metodologia é uma práxis experimental enquadrada como uma arqueologia visual do presente. Esta práxis baseia-se em uma caminhada urbana experimental que combina vídeo 360°, fotografia com *smartphone* e fotogrametria 3D[1]. O experimento visual adota uma abordagem "etno-gráfica" reflexiva: o corpo do pesquisador é integrado à imagem, questionando a postura do observador como turista e crítico e servindo como um local primário de interlocução. O principal resultado é um ensaio visual que não visa documentar a cidade objetivamente, mas sim tornar perceptíveis os estratos temporais, sociais e materiais que constituem a paisagem urbana do Porto. Ao atentar para detalhes sutis, ruínas e espaços, o estudo oferece uma leitura situada dos conflitos, coabitações e (potenciais) resistências que moldam a cidade ocidental contemporânea. Em última análise, este trabalho coloca em primeiro plano a complexa estratificação da vida, memória e mercantilização, revelando um espaço sob as pressões do capitalismo turístico como um local de constante confrontação.

Palavras-chave: Cidade, Turismo, Etnografia, 3D, 360°.

1 Introdução

> Não há um espaço, um belo espaço, um belo espaço ao redor,
> um belo espaço nos rodeando, há muitos pedacinhos de espaço"
> Georges Perec (1974, p. 14, tradução nossa[2]).

Em julho de 2025, hospedei-me mais uma vez[3] na cidade do Porto, em Portugal. Alojei-me num apartamento no centro da cidade alugado através da plataforma norte-americana Airbnb, no coração de um tecido urbano onde camadas históricas coexistem com alojamentos turísticos, franquias globalizadas, vida cotidiana e também algumas formas precárias de viver. Uma tarde, com uma câmera 360° em uma das mãos e um *smartphone* na outra, caminhei por quase duas horas ao longo de um itinerário que me levou de São Bento à Horta Comunitária da Bananeira, passando por praças, escadarias, vielas e passagens que ligam a Ponte Dom Luís I e a Ponte Infante Dom Henrique. Esta trajetória pedonal, filmada em 360°, esboça gradualmente um corte visual através de uma porção do centro do Porto, uma cidade que se tornou emblemática em razão das tensões urbanas contemporâneas no Ocidente, onde os fluxos de capital turístico encontram as vidas diárias dos habitantes. Com sete milhões de turistas por ano[4] (Falco, 2025), e uma proporção de cerca de onze turistas por habitante, Porto está entre as cidades europeias mais procuradas — ou sitiadas dependendo da perspectiva —, oferecendo uma paisagem urbana estratificada em evidente tensão. A caminhada, entre espaços baldios superexpostos e zonas relegadas, forma a base de uma curta investigação visual e crítica experimental. Com o vídeo de dez minutos apresentado (Figura 1), o meu objetivo não é documentar o Porto *per se*, mas demonstrar um olhar ele próprio preso na tensão entre a *flânerie* turística e a postura crítica. Sou, ao mesmo tempo, ator e sintoma de uma urbanidade ocidental em mutação: habitando temporariamente um aluguel turístico enquanto procuro apreender as confrontações em jogo nesta multidão urbana.

---

[1] Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=tlgS4LqJHz4.

[2] Do original em francês: "il n'y a pas un espace, un bel espace, un bel espace alentour, un bel espace tout autour de nous, il y a plein de petits bouts d'espaces".

[3] As duas primeiras ocasiões foram em março de 2025 e maio de 2025, durante escalas de dois dias para uma viagem de negócios a Portugal, seguidas por mais duas ocasiões para viagens turísticas em junho e julho de 2025, para estadias de três a quatro dias.

[4] Em 2009, o Aeroporto do Porto recebeu 4,5 milhões de passageiros. Dez anos depois, em 2019, ele recebeu mais de 13 milhões.

Esta tensão reflexiva habita todas as imagens produzidas — fotografias móveis, fotogrametrias (scans 3D) e gravações em 360° — concebidas não como arquivos de uma realidade objetiva, mas como ferramentas visuais de deslocamento simbólico (Fraser, 2025a). Neste sentido, o trabalho não estetiza a ruína e a decadência, nem denuncia diretamente o turismo de massa. Pelo contrário, experimenta com o que chamo aqui de uma *arqueologia visual do presente*: atenta a elementos negligenciados, corpos inertes e sinais frágeis de uma des/ordem urbana sob pressão na era do Capitaloceno: "a tese do Capitaloceno não procura suplantar a biologia; ela incorpora a mudança biogeológica para compreender o capitalismo como uma ecologia-mundo na qual poder, lucro e vida estão entrelaçados" (Moore, 2024, p. 41, tradução nossa[5]). Os meus olhares digitais tornam-se assim testemunhas de um espaço em tensão, onde múltiplos estratos urbanos parecem sobrepor-se sem no entanto nunca convergir verdadeiramente. Este texto acompanha essa errância urbana parcialmente controlada. Lança luz sobre os seus desafios, na encruzilhada dos estudos urbanos, práticas etnográficas, epistemologias situadas e a crítica das formas de vida numa era de capitalismo turístico que *devora o mundo*[6]. Neste artigo, engajo-me assim diretamente com o tema "Diálogos Multilaterais" ao posicionar a cidade do Porto como um local de investigação crítica. As tensões que exploro entre a *cidade vitrine* e a *cidade habitada* servem como confrontações centrais sob análise. A metodologia que implemento funciona como uma *práxis*, uma forma de pesquisa situada. Finalmente, a minha postura "etno-gráfica" e reflexiva, como pesquisador que é simultaneamente como turista e crítico, estabelece uma interlocução necessária: um diálogo entre o meu próprio corpo, as ferramentas digitais que utilizo e o complexo e estratificado do espaço urbano em si.



Fig. 1: Captura de tela da inserção do título do vídeo. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

5 Do original em francês: "La thèse du capitalocène n'a pas pour ambition de supplanter la biologie ; elle incorpore le changement biogéologique pour appréhender le capitalisme, comme une écologie-monde où s'articulent le pouvoir, le profit et la vie".

6 Para citar o livro de Aude Vidal (2024).

2 Enquadramentos teóricos e metodológicos

Nesta seção, delineio os fundamentos conceituais e metodológicos que sustentam esta experimentação visual. Para definir uma arqueologia visual do presente, devo primeiro situar o próprio espaço urbano como um campo de investigação crítico e teórico, antes de detalhar a *práxis* específica "etno-gráfica" e situada que utilizei para capturar as suas tensões.

2.1 Contextualizando as tensões urbanas no Porto

A poesia urbana toma forma dentro da cidade moderna. Como escreve Jean-Paul Sartre (1947, p. 50, tradução nossa[7]), a cidade é uma criação: "os seus edifícios, os seus odores, os seus ruídos, o seu ir e vir pertencem ao domínio humano. Tudo nela é poesia no sentido estrito da palavra". Para além desta poesia, no entanto, autores europeus como Charles Baudelaire (1811–1867) ou Bertolt Brecht (1898–1956) apontaram gradualmente que a cidade é também o produto da divisão de classes (Klein, 2015); Walter Benjamin escreveu mesmo que "as cidades são campos de batalha" (2000, p. 248, tradução nossa[8]). A minha experiência situa-se, assim, numa tradição crítica que interroga, entre *poiesis* e *praxis*, o espaço urbano, hoje como um espaço de tensões dentro de uma organização neoliberal do capitalismo. Muitas cidades europeias, inscritas em quadros patrimoniais, tornaram-se um terreno exemplar da cidade neoliberal: re/composta por e para o turismo, fragmentada por plataformas digitais e ameaçada pela homogeneização mercantil de usos e paisagens. Como argumenta David Harvey (2008, p. 14, tradução nossa), "a qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria, tal como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo, as indústrias culturais e do conhecimento se tornaram aspetos principais da economia política urbana". O turismo é um dos desafios fundamentais do capitalismo contemporâneo, dentro do qual muitas cidades se tornam por vezes meros cenários para viajantes (Laffont & Prigent, 2011), correndo o risco de se separarem da sua autenticidade original (Vlès, 2011). Gusman et al. (2019) explicam que mais de 20 anos após ter sido declarado Património Mundial pela UNESCO, em 1996, o turismo teve efeitos notáveis nas características físicas, sociais e económicas de Porto; em particular, no centro da cidade e ainda mais especificamente no bairro da Ribeira (Jiang, 2025).

O interesse destes espaços históricos reside na sua rápida transformação de uma área antiga desvalorizada no centro de um importante destino de turismo urbano europeu. Com base na análise espacial e temporal de um conjunto de indicadores relacionados com o turismo, habitação e atividade econômica, os resultados mostram que este processo promove o uso excessivo do espaço pelo turismo e uma sobreexploração dos valores culturais (Gusman et al., 2019). Com as suas visitas entre 1980 e 1996, o arquiteto e urbanista Frédéric Bonnet (2015) situou o Porto ao longo de quase duas décadas como uma cidade em profunda transformação, na qual os pobres são particularmente deixados para trás. Impregnado de novas infraestruturas suburbanas financiadas por fundos europeus, Porto viu a emergência de um novo universo econmico: cinemas multiplex e centros comerciais, empreendimentos habitacionais de luxo, anéis rodoviários e concessionárias de automóveis. Gradualmente, Porto entrou nas fileiras das metrópoles globais da Europa. Em 2015, Bonnet nota como o centro da cidade se esvaziou de seus residentes[9] em favor de ondas de europeus que chegavam semanalmente através de voos *low-cost* para descobrir as particularidades portuguesas numa cidade estruturada por uma topografia acidentada, entre franquias globalizadas e fachadas turísticas. Esta dinâmica acelera o que Bonnet chama de "urbanismo Canada Dry[10]", significando "desesperado e

---

[7] Do original em francês: “ses immeubles, ses odeurs, ses bruits, son va-et-vient appartiennent au règne humain. Tout y est poésie au sens strict du terme”.

[8] Do original em francês: “les villes sont des champs de bataille”.

[9] Os preços dos imóveis realmente aumentaram significativamente e o fenômeno da Airbnbização está crescendo em ritmo acelerado, contribuindo para o declínio da população no centro da cidade (Baumert et al., 2023).

[10] O centro da cidade foi esvaziado de seus habitantes – dezenas de milhares deles – em benefício dos subúrbios e, mais recentemente, de países para onde os jovens privados de perspectivas pela depressão econômica estão emigrando, de forma mais ou menos permanente: Brasil, Angola e Moçambique, mas também Alemanha, Inglaterra e França. Como o jovem arquiteto André Tavares nos explicou brilhantemente, a Europa teve efeitos paradoxais aqui: uma contribuição inegável através da mistura de culturas e investimentos maciços (incluindo em educação e universidades), mas também um crescimento ultrarrápido apoiado por uma indústria financeira que é principalmente “acima do solo” e muito arriscada [...]”.

medíocre, remodelando silenciosamente a cidade sem que ninguém perceba[11]". No entanto, longe de ser únicamente o que tem acontecido em Porto, esta trajetória espelha a intensa turistificação observável também noutros centros europeus.

Em Lisboa, por exemplo, os geógrafos Agustín Cocola-Gant e Ana Gago (2019) descrevem uma "gentrificação transnacional" onde bairros como Alfama são esvaziados para servir aluguéis de curta duração. Da mesma forma, Barcelona tornou-se o epicentro da "turismofobia" (Milano, 2017) — uma reação social contra a perda de habitabilidade urbana — enquanto Veneza representa o horizonte extremo deste processo: uma cidade que Salvatore Settis (2016) caracteriza como sofrendo de uma monocultura do turismo, onde a cidade habitada praticamente desapareceu. Porto emerge assim como um sintoma local do "Capitaloceno" global (Moore, 2024), ilustrando como o capitalismo impulsionado pelo turismo serve como uma força extrativa que remodela cidades em todo o mundo. Neste contexto, as tensões não são meramente anomalias locais, mas manifestações de uma lógica mais ampla de mercantilização que ameaça corroer as próprias especificidades que atraem os turistas. Dentro deste quadro, defino *tensão* não como um simples conflito binário, mas como um estado estratificado de fricção que se manifesta simultaneamente em múltiplos níveis. É, primeiro, uma tensão social e espacial entre a *cidade vitrine* desenhada para o consumo turístico e a *cidade habitada* da vida cotidiana, memória e precariedade. Segundo, é uma tensão material e temporal, onde o ritmo acelerado do desenvolvimento impulsionado pelo turismo e a mercantilização se sobrepõem, mas falham (ainda) em apagar, os estratos temporais, sociais e materiais de ruínas, espaços negligenciados e subjetividades locais. Consequentemente, meu objetivo é esboçar, num modo experimental, uma arqueologia visual do presente: uma tentativa de tornar perceptível uma estratificação de vestígios, resíduos e tensões em curso; ecoando a "antropoética do tempo das cidades" de Alain Mons, na qual ele discute o género de "cidades velhas estratificadas pela história" (Mons, 2013, p. 100, tradução nossa) — tal como o Porto aos meus olhos.

2.2 Pensando uma arqueologia do presente

Conceber uma arqueologia do presente é, primeiramente, como propõe Jonathan Tichit (2023), questionar as sociedades atuais e o que elas estão a deixar para trás, mobilizando uma forma específica de temporalidade metafórica onde se observa "[...] o entrelaçamento de restos materiais que constituem a massa heterogénea do nosso presente" (Olivier, 2009, p. 87, tradução nossa[12]). A adição do termo visual a esta experimentação arqueológica decorre da minha prática de pesquisa visual, bem como de um comentário do filósofo Christophe Denis a respeito de um dos meus trabalhos criativos[13]. Tichit nota ainda que "os vestígios deixados pela ocupação de um território levantam complexos desafios sociopolíticos ao longo da história. [O visual] contribui para fazê-los aparecer como sintomas, feridas que o tempo transformará em cicatrizes" (Tichit, 2023, p. 9, tradução nossa[14]). De fato, neste quadro, problematizo a imagem não como uma documentação (passiva) ou um reflexo mimético da realidade, mas como um operador fenomenológico ativo desta arqueologia; considero que a "imagem não é apenas uma coisa físico-química, mas a mediação entre o objeto icônico, o corpo e a imagem mental dos observadores, em um contexto social e histórico" (Andriolo, 2018, p. 19). Ao contrário da imagética suave e comercial da cidade vitrine, as imagens aqui produzidas funcionam como dispositivos heurísticos. Elas não mostram meramente a cidade; elas tornam perceptíveis as fricções invisíveis. A imagem torna-se, assim, um local de tensão em si mesma, capaz de revelar os sintomas mencionados por Tichit. No entanto, para que tal arqueologia visual seja possível, acredito que se deve saber ver estes desafios sociopolíticos — isto é, as tensões que atravessam e constituem o espaço urbano no presente; e para ver estas tensões, nada serve melhor do que re/encená-las de uma maneira situada.

---

11 "[...] quarteirões inteiros estão sendo demolidos, 'limpos', e os investidores estão comprando todos os prédios e terrenos estreitos de um antigo quarteirão para construir um único empreendimento imobiliário 'limpo e seguro'".

12 Do original em francês: "[...] l'intrication des restes matériels qui constituent la masse hétérogène de notre présent".

13 Minha interpretação visual (Emery, 2023) de uma entrevista com Giuliano Da Empoli publicada no perfil do LinkedIn de Marc Veyrat em junho de 2025: https://www.linkedin.com/posts/marc-veyrat-9a15458_texte-image-arts-num%C3%A9riques-i-giuliano-activity-7354478764308799490-wNR6?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAAA9whEcB8VOBjnz10mlqxfiL0-k-3kaorlU.

14 Do original em francês: "les traces laissées par l'occupation d'un territoire soulèvent des enjeux socio-politiques complexes au fil de l'histoire. [Le visuel] contribue à les faire apparaître comme autant de symptômes, de blessures que le temps transformera en cicatrices".

2.3 Uma prática etno-gráfica situada

Através desta experimentação, coloco-me no limite de um esforço contemporâneo para estender a *ecologia humana*[15], um esforço que presta muita atenção aos contextos experienciais que compõem os mundos da vida (Cefaï et al., 2024). Isto implica, acima de tudo, afastar-se tanto quanto possível de uma postura moral e adotar métodos descritivos etnográficos que evitam deliberadamente uma perspectiva *top-down* (de cima para baixo[16]), privilegiando, como Jane Jacobs (1992) argumentou certa vez, uma observação da cidade ao nível dos olhos humanos em vez de uma vista aérea (*bird's-eye view*). Nesse sentido, utilizo dois dispositivos digitais para experimentar com o particionamento da coleta de dados visuais, sem, no entanto, tentar re/apresentar a cidade objetivamente: um smartphone Google Pixel 8 Pro (2023) e uma câmera Samsung Gear 360 (2017). Primeiro, apoiei-me no *3D Live Scanner*: um aplicativo de smartphone gratuito desenvolvido por Luboš Vonásek (2022), e construído sobre a tecnologia Google ARCore e o Huawei 3D Modelling Kit. Como mostrado na Figura 2, permite a fotogrametria com um smartphone. Ao mover o dispositivo ao redor e/ou acima de um elemento, ele captura automaticamente uma sequência de imagens de diferentes posições e ângulos para re/construir um modelo 3D. Isso permite-me isolar e extrair os estratos materiais da cidade — ruínas, texturas e cantos negligenciados, esquecidos — para explorar o seu desgaste e resistência. Ao contrário das replicações miméticas e sem emendas encontradas nos serviços de mapeamento global, os modelos 3D produzidos abraçam a imperfeição. As falhas (*glitches*) e buracos nos scans não são erros, mas dados: eles tornam visível a fragilidade destes espaços marginais e a natureza inacessível de um passado que está a desaparecer sob a pressão desenfreada do progresso. Neste sentido, a ferramenta não se limita a documentar; cria um encontro tátil com a decadência da cidade.

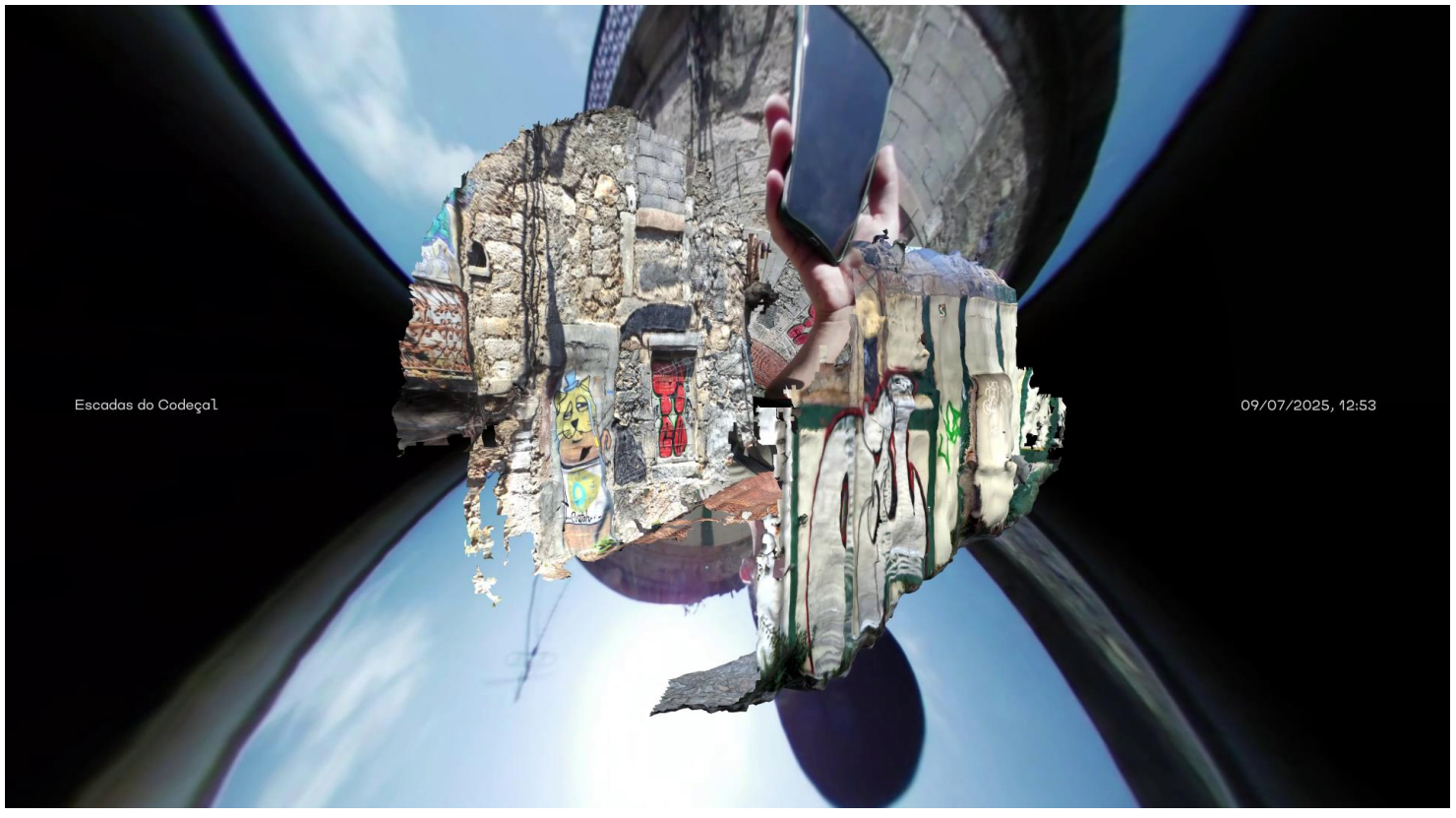


Fig. 2: Captura de tela do vídeo onde é visível uma fotogrametria (digitalização 3D). Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

Em segundo lugar, utilizo uma câmara 360°. Ela captura através de duas lentes de 180° posicionadas costas com costas num único dispositivo; o software une então digitalmente os 360° a partir destas perspectivas opostas. Neste processo, a distinção

[15] A ecologia humana teve origem com os sociólogos Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie na Universidade de Chicago na década de 1920. Ela continua sendo um pilar dos estudos urbanos e normalmente serve como capítulo inaugural em livros didáticos de sociologia e antropologia urbanas (Cefaï et al., 2024, p. 11).

[16] O das redes de transporte e comunicação projetadas por planejadores e designers, ou o dos índices de criminalidade em um mapa, por exemplo, projetado por sociólogos.

tradicional entre campo/fora-de-campo é modificada, o que me impede de subtrair o meu corpo que filma da sua própria re/apresentação (Emery, 2021). Minha corporalidade é, portanto, submetida à evidência visual da sua própria presença: "Sua presença material, que ocupa um determinado espaço, que se move de uma certa maneira, que possui uma certa linguagem, que expressa marcas de gênero, sexualidade, geração, raça/etnia, região, nacionalidade, etc." (Nascimento, 2019, p. 460). Crucialmente, minha presença corporal não é neutra; opera como um corpo turista, ele próprio um agente das tensões as quais investigo. Ao alugar um Airbnb e consumir os espaços da cidade, o meu corpo torna-se o local primário de interlocução entre o pesquisador crítico e as dinâmicas da cidade vitrine. Consequentemente, o método adotado procede de um gesto visual "situado" (Haraway, 1988; Harding, 2004; Emery & Ibanez-Bueno, 2024), fundamentado na minha própria experiência fenomenológica, como um observador social recorrendo à minha experiência urbana sensível (Rocca, 2023). Procurei assumir uma posição que não é visualmente externa ao meu aparato de pesquisa.

Sou, de fato, inteiramente estranho à vida no Porto, beneficiando temporariamente do conforto e da atmosfera composta diariamente pelos seus residentes, mas cuja própria qualidade de vida é questionada pela sua transformação numa vitrine. Esta ambiguidade ética é constitutiva da minha abordagem. Permeia toda a experiência: não procuro desligar-me do meu próprio envolvimento, mas sim torná-lo o motor de uma reflexividade visual. O meu uso do vídeo 360° permite-me assumir esta subjetividade engajada, móvel e por vezes, desconfortável. Em minha própria escala, participo naquilo que Sharon Zukin (1998) chama de "infraestrutura crítica" da cultura, denotando o conjunto de indivíduos (jornalistas, académicos, críticos de arte...) que moldam gostos culturais e os traduzem para a esfera do consumo, atribuindo valor em particular através do consumo reflexivo que enfatiza as qualidades estéticas de elementos e espaços urbanos históricos, contribuindo assim para a produção de uma economia urbana simbólica que acelera a sua anestesia e, por sua vez, transforma, desfigura ou apaga os elementos e espaços anteriormente valorizados. Desta maneira, o meu olhar sobre a paisagem urbana é ele próprio uma construção social (Charmes, 2005), e porque a minha visão da cidade está associada a uma forma de investir nela e agir sobre ela (Lucan, 1998), a minha relação distante com o Porto precisa ser formalizada visualmente. Crucialmente, a escolha destas ferramentas digitais molda ativamente o meu modo de percepção e potencializa o quadro metodológico.

2.4 Ferramentas digitais como extensões da práxis

O microcosmo esférico da imagem 360° não é a redução de um mundo encerrando corpos e espaços sobre si mesmo; pelo contrário, formaliza afecções fenomenológicas onde o mundo e os corpos estão entrelaçados numa única unidade e já não podem ser considerados separadamente (Emery, 2024, p. 95). Consequentemente, a distinção analítica tradicional na antropologia entre um *exterior* e um *interior* (Müller, 2015) — agora amplamente criticada — torna-se difícil de manter. Da mesma forma, o uso da fotogrametria potencializa o aspecto arqueológico da experimentação. Ao exigir um movimento lento e circular em torno dos objetos para capturar o seu volume e textura, a ferramenta orienta um ritmo fenomenológico de atenção. Assim, estas ferramentas digitais não são simplesmente dispositivos de gravação, mas agentes metodológicos ativos que estruturam a própria possibilidade desta arqueologia visual. Portanto, minha experimentação situa-se entre a condução de pesquisa "Caminhando com vídeo" (*Walking with video*) (Pink, 2007) e um Vlog[17] turístico; tomando de empréstimo as caminhadas urbanas, fotografias e derivas artísticas de Gordon Matta-Clark, tais como a sua série *Walls*[18] (1972) (Figura 3). Tal como na prática geral do arquiteto-artista, o meu objetivo maior é "fazer malabarismos com a sintaxe visual" e os seus enquadramentos (Matta-Clark & Bear, 1993, p. 206). Isto ressoa com a sensibilidade videográfica de *Legoland* (2000) (Figura 4), o curta-metragem de Jill Magid filmado durante uma caminhada urbana noturna com o seu *Surveillance Shoe* (2000; Figura 4). Com a sua sapato-câmara, a artista privilegia uma experiência espacial na qual o corpo se torna parte de um todo fluido e

[17] Um tipo de blog cujo principal meio de comunicação é o vídeo, que pode ou não estar aberto a comentários.

[18] Fotografias de paredes expostas após a destruição de um edifício, mostrando vestígios de tinta ou a sedimentação de vidas que aparecem e persistem após a demolição.

descentrado[19]. É este mesmo desejo de questionar a des/ordem[20] do urbano com as *affordances* de tecnologias específicas que me impulsiona. Este conceito, introduzido pelo psicólogo James Gibson (1979), refere-se às diferentes possibilidades comportamentais que um indivíduo pode adotar dependendo das características de um ambiente ou objeto. Num contexto tecnológico, *affordances* referem-se às oportunidades de interação oferecidas aos usuários pela tecnologia. Por outras palavras, uma *affordance* é a maneira pela qual um objeto ou ambiente sugere ou facilita certas ações com base nas suas propriedades e capacidades. Com isto, toda minha abordagem ressoa especificamente com a noção de uma investigação "etno-gráfica" (Fassin et al., 2020), posicionada entre os domínios da pesquisa e da criação.



Fig. 3: *Walls* - Fonte: Gordon Matta-Clark, 1972.

[19] A artista explora a relação tangível e videográfica entre seu corpo e o espaço, questionando se, como mulher, ela pode passar de objeto do olhar para sujeito na cena urbana.

[20] “A desordem é ‘uma ordem que não pode ser concebida’ (Bergson). A desordem é, portanto, em contraste com a ordem estabelecida, quer ela emane do poder ou do produtor dominante, uma alteração, uma inversão, uma negação ou mesmo uma aberração” (Maximy, 2000, p. 66).



Fig. 4: *Legoland* (imagem do vídeo) e *Surveillance Shoe* - Fonte: Jill Magid, 2000.

Consequentemente, minha metodologia estende-se para além do momento da captura para o domínio da pós-produção, que trato como um laboratório reflexivo para a análise etno-gráfica. Usando o software Insta360 Studio (Figura 5), posso manualmente de/formar, esticar e contrair a imagem 360°, não apenas para efeito estético, mas para revelar visualmente e brincar com as tensões: como uma de/formação lúdica que vem com predefinições (Bola de Cristal, Pequeno Planeta, Grande Angular, MegaView e Dewarp) e configurações numéricas precisas (ângulos de pan, tilt e roll, campo de visão e controle de distorção). Com isto, posso invocar Gaston Bachelard, para quem "[...] a imaginação de um movimento reclama a imaginação de uma matéria. À descrição puramente cinemática de um movimento — mesmo de um movimento metafórico —, deve sempre juntar-se a consideração dinâmica da matéria trabalhada pelo movimento" (Bachelard, 1987, p. 300, tradução nossa[21]). Minha pós-produção funciona assim como uma transformação videográfica, operando como uma espécie de *trans-morfose*, tornando o vídeo uma superfície de retransmissão: um tecido conjuntivo entre o meu corpo, os meus movimentos e os espaços percorridos, onde a partitura visual que carrego se desenrola. É uma consideração do espaço não apenas de um ponto de vista óptico, mas também sensorial, pois inclui a dimensão espaço-temporal, com um certo desfoque das coordenadas espaciais para conceber, como possível, uma relação não distanciada com o espaço, feita de roçamentos, sobreposições e afetos. A cidade já não é considerada meramente como cenário, mas como um meio sensível, estratificado e deslocado, onde meus olhos digitais capturam vestígios sem pretender totalizá-los.

[21] Do original em francês: "[...] l'imagination d'un mouvement réclame l'imagination d'une matière. À la description purement cinématique d'un mouvement – fût-ce d'un mouvement métaphorique –, il faut toujours adjoindre la considération dynamique de la matière travaillée par le mouvement".



Fig. 5: Captura de tela do software Insta360Studio. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

Como aponta Aude Vidal (2024), existe uma abordagem particular da viagem como uma "caça ao troféu" na era do smartphone, especialmente no uso da fotografia, que exige interrogação. Não há intenção com o trabalho de fixar um estado fílmico a partir de uma única perspectiva, como na imagética dos fluxos das redes sociais, que muitas vezes estanca tanto a forma quanto o significado sem qualquer conflito de forças. Minha abordagem alinha-se, antes de tudo, com uma crítica das formas visuais dominantes: contra a imagem informativa, publicitária ou espetacular, uma vez que pretendo permitir que imagens incompletas, à deriva, por vezes falhas, emerjam e se sobressaiam. Imagens que procuram resistir à eficiência, enquanto fazem um certo uso de métodos espetacularmente eficazes, e que, na fragilidade deste uso, possam tornar imagináveis outras possibilidades urbanas. Embora se possa assumir geralmente que a imagem está terminada no momento do clique, aqui, a captura é apenas o começo. Minha experimentação consiste em re/encenar visualmente as tensões urbanas e a compreensão teórica delas. Oponho assim o regime de imagem aos regimes dominantes da imagética urbana: o cartão postal e a imagem de Instagram (perspectiva linear), que enquadram, selecionam, idealizam e excluem largamente a feiura ou o contexto; e as vistas de satélite (Google Earth/drone) e arquitetônicas, que oferecem uma visão objetiva, desencarnada e sem emendas a partir de cima. Além disso, estabelecer a pós-produção como uma etapa crucial da minha pesquisa implica que a imagem não é um fim em si mesma, mas uma matéria-prima, usada notavelmente para criar metáforas visuais.

Isto constitui uma defesa de uma estética digital científica (Emery & Ibanez-Bueno, 2024): edição e manipulação de pixels como integrais ao processo analítico — uma maneira de pensar com e através do trabalho da imagem. De fato, as ferramentas tecnológicas e a pós-produção podem expandir as capacidades perceptivas na recepção. Neste sentido, a videografia, a edição e os efeitos especiais servem como "parceiros de intelecção para elucidar as situações encontradas" (Viart, 2019, tradução nossa). Eles representam recursos cognitivos capazes de nutrir e estender o poder da descrição etnográfica e, mais especificamente, a sua "visão" (*voyance*) (Merleau-Ponty, 1964, p. 41). Esta noção de Maurice Merleau-Ponty, desenvolvida por Mauro Carbone (2011, pp. 65-68), explicita a capacidade de ver o visível tanto quanto as condições da própria visibilidade.

Como expressa Lucie Roy, "[o visual] traz o pensamento à linguagem transportando-o, referindo-o de volta, ou, em termos mais comuns, representando *ecranicamente* os seus elos entre o pensamento e o mundo. No entanto, estes elos são configurados dentro da corporificação e enquadramento que assim ordena e hierarquiza os locais da sua percepção" (Roy, 1996, p. 32, tradução nossa[22]).

3 Experimentando uma arqueologia do presente

Tendo estabelecido o quadro metodológico, aplico-o agora ao caso específico do Porto. Se fiquei de 8 a 10 de julho na Rua do Paraíso, no bairro do Marquês, foi na Rua das Flores, no bairro da Ribeira, que comecei as gravações a 9 de julho às 12:57. Lá encontra-se a estação e o metro de São Bento, bem como o posto de turismo onde os visitantes se reúnem antes de se dirigirem para as margens do Douro e a Ponte Luís I, localizada a apenas algumas centenas de metros de distância. O bairro da Ribeira é, sem dúvida, o bairro mais icónico da cidade. Está listado como Património Mundial da UNESCO desde 1996 e, como mencionado anteriormente, sofreu uma significativa renovação urbana e mercantilização. Estendendo-se ao longo da margem do rio, apresenta ruas de paralelepípedos pitorescas, edifícios históricos, lojas tradicionais e numerosos locais para comer e beber. A trajetória a pé, mostrada na Figura 6, não foi pré-planejada; pelo contrário, desenrolou-se tentativamente, levando-me em direção a locais que eu pretendia re/descobrir: a Ponte Luís I para alcançar, na margem oposta, uma fábrica de cerâmica abandonada (Antiga Fábrica Cerâmica do Senhor de Além) adjacente a uma capela em ruínas (Capela do Senhor de Além), antes de retornar pela Ponte Infante Dom Henrique em direção a um lavadouro desativado (Lavadouro das Fontainhas) ao lado de uma horta comunitária (Horta Comunitária da Bananeira).

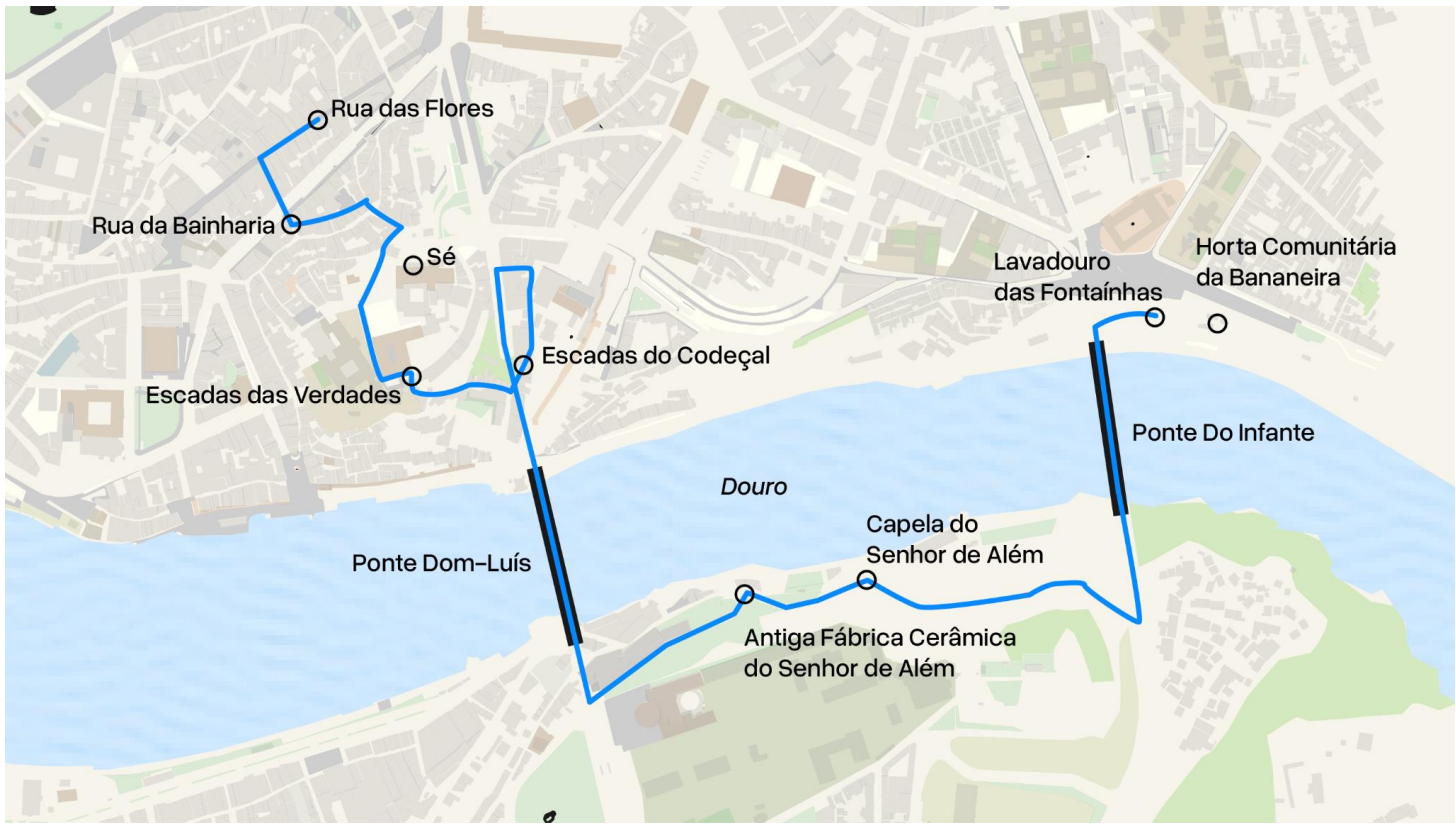


Fig. 6: Trajetória percorrida e pontos principais mencionados. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025, utilizando Adobe Illustrator e Open Street Map com notas do autor.

[22] Do original em francês: "[le visuel] porte au langage la pensée en y reportant, en y rapportant ou, en termes plus usuels, en représentant écraniquement ses liens entre la pensée et le monde. Or, ces liens se trouvent configurés dans la mise en corps et en cadre qui ordonne et hiérarchise de la sorte les lieux de leur perception".

Como mostrado na Figura 7, começo o meu vídeo com um cartaz afixado na rua onde estou alojado temporariamente: diz respeito a uma manifestação convocada para 29 de junho de 2025 pela associação *Habitação Hoje!*[23]. Este visual atesta a resistência local contra as lógicas de mercantilização e especulação imobiliária que afetam o Porto. "Casa para viver" destaca-se como um apelo pelo direito fundamental à habitação, no coração de um espaço urbano onde a proliferação de aluguéis Airbnb e o aumento dos aluguéis tornam a vida difícil, se não impossível, para muitos residentes. Este visual encarna a tensão entre narrativas turísticas e subjetividades locais; opera como um sinal de luta, procurando inscrever um traço gráfico na atmosfera urbana, politizando a parede e tentando restaurar ou conceder-lhe uma voz. É precisamente para formalizar esta tensão inerente que encarno, como um corpo turista, apareço nos primeiros dez segundos do vídeo 360°, dentro de um buraco de minhoca digital que perfura a imagem. À medida que a jornada visual se desenrola, fachadas muradas e dilapidadas parecem sinalizar o abandono gradual de um tecido operário. Ao mesmo tempo, o fluxo constante de turistas encarna a integração do Porto no circuito turístico global. Como mostrado na Figura 8, isto é particularmente notável aos 02:22, quando, das Escadas das Verdades, uma justaposição espacial em contra-plongée revela uma fratura urbana: os residentes desaparecem atrás de muros, enquanto a cidade é encenada para os visitantes a partir da ponte.



Fig. 7: Captura de tela do início do vídeo. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

O olhar em *plongée* sobre a mesma rua a partir dessa ponte alguns minutos depois (03:12) captura uma estratificação urbana que é tanto material quanto social, onde a ruína se torna cenário e a circulação turística funciona como uma força normalizadora. Destaca a disjunção entre viver na cidade e consumi-la temporariamente como um espetáculo, revelando uma lacuna entre espaços habitados e os usos mercantilizados do espaço urbano. Esta tensão torna-se particularmente evidente aos 02:50, quando as minhas gravações constroem uma ponte visual entre o *branding* imobiliário de um "portoHaven" e a persistência de um tecido urbano em construção. Este corte justapõe duas linguagens: a da cidade vendida como um refúgio turístico higienizado e desenhado, e a das paredes que falam uma memória decrépita. Na Ponte Dom Luís I, aos 3:27, o enquadramento justapõe múltiplas camadas de consumo territorial: em primeiro plano, um espaço de hospitalidade mercantilizado, padronizado e com marca ("Eat. Sleep. Swim. Repeat"); ao fundo, um barco turístico navega pelas falésias habitadas pela cidade velha. Aqui, tudo funciona como uma encenação vertical da cidade, onde o ato de ver pode tornar-se um privilégio pago. Esta

[23] *Website* da associação HabitaçãoHoje!: https://www.habitacaohoje.org.

perspectiva é sintomática do capitalismo de experiência: a cidade é olhada, alugada, repetida, enquanto o real — as tensões sociais, os espaços invisibilizados — é diluído dentro do quadro de uma imagem consumível.



Fig. 8: Captura de tela do vídeo aos 02 minutos e 22 segundos. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

Estas tipografias e slogans comerciais opõem-se aos escritos dos "sem-voz urbanos[24]" (Emery, 2024, p. 535) e às suas inscrições urbanas (Fraenkel, 2012): graffiti e outros visuais contestatórios mantêm uma memória resistente, mesmo no limiar do apagamento, enraizada "num sentido de injustiça social que está intrinsecamente ligado ao padrão de urbanização desigual [...]" (Siwi, 2016). As imagens capturadas das duas pontes refletem fluxos turísticos e capitalismo extrativo tanto quanto revelam uma certa resistência de materiais, elementos e subjetividades locais que se desmoronam, mas recusam desaparecer. Estas imagens ilustram a espessura estratificada do Porto, que me parece como um microcosmo do Capitaloceno. A tag "Abandon dreams" (Abandone os sonhos), mostrada na figura 9, que li e capturei aos 5:28, serve como um fragmento que parece responder cinicamente ao sonho turístico promovido. A vegetação selvagem circundante opõe-se à limpeza dos slogans comerciais, formando uma poética do desencanto. Por toda a parte, um desespero discreto emerge nas margens da experiência urbana. Penso então na metáfora das *Saxífragas* de Marie-José Mondzain: estas pequenas plantas que crescem unicamente dentro das fendas da pedra, impondo a ordem fraturante da sua presença.

> Saxífragas crescem entre as pedras da calçada, onde aqueles que não têm nem casa nem trabalho devem ser reconhecidos como um de nós. Saxífragas atacam muros, não para demolir o que nos protege, mas para criar aberturas que nos permitem passar e trocar olhares. Saxífragas são os agentes

[24] "O termo 'sem voz', que usamos, refere-se a uma pessoa que perdeu a voz ou é incapaz de falar. Usamo-lo aqui figurativamente para descrever pessoas que são silenciadas num contexto urbano, seja por coação ou por incapacidade de se expressarem ou, melhor dizendo, de serem ouvidas!" (Emery, 2024, p. 535).

> da vizinhança, e aqui novamente demonstram o seu significado político (Mondzain, 2005, para. 8, tradução nossa[25]).

À medida que a jornada progride, minha documentação apresenta cada vez mais ruínas, perfuradas por graffiti e roídas pela vegetação (3:52; 6:42). Testemunhas silenciosas do passado da cidade, presas entre artérias de tráfego modernas e edifícios renovados, ilustram a estratificação de temporalidades urbanas e a persistência de espaços que já não estão em uso. Estes espaços encarnam uma forma de efígie jacente arquitetônica: vestígios de um ciclo passado, sintomáticos de um presente urbano descartando o que já não pode ser capitalizado — como os sem-abrigo (00:17), a quem percebo como uma figura jacente contemporânea[26] (Emery, 2025, p. 30) — tal como no meu trabalho visual nas ruas de São Paulo, *Jacentes GISANT-E-S 001* (2023).



Fig. 9: Captura de tela do vídeo aos 5 minutos e 28 segundos. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

Através das fotogrametrias (scans 3D), o esquecimento torna-se uma topografia visível e marcada: um ato de extração na medida em que re/apresenta dissonâncias existenciais dentro da ordem urbana, aquelas que a percepção habitual do fluxo urbano torna invisíveis ou acentua através de estereótipos.Minhas vistas em *contre-plongée* (6:22) ou *plongée* (9:12) sobre hortas comunitárias, construídas sobre antigos terraços agrícolas ou industriais, enfatizam estes traços vivos de um urbanismo popular precário, mas resiliente. Estas hortas coletivas talvez constituam uma resposta concreta ao apagamento dos usos populares da cidade. A figura do jardineiro (8:42), capturada de longe, encarna pelo menos uma subjetividade silenciosa que continua a agir à sua maneira — contra o olhar turístico monumental. A persistência — nem demolida nem reabilitada — de

---

[25] Do original em francês: "Les saxifrages poussent jusqu'entre les pavés des trottoirs où ceux qui n'ont ni logis ni travail doivent être reconnus comme étant des nôtres. Les saxifrages s'attaquent aux murs non point pour démolir ce qui en eux nous protège mais pour y inscrire des ouvertures qui permettent aux pas de franchir et aux regards de se croiser. Les saxifrages sont les agents du voisinage et là encore ils manifestent leur inscription politique".

[26] Referência às efígies funerárias cristãs ("*gisan*t" em francês); a figura reclinada está estendida e deitada. A referência é relevante porque o capitalismo nasceu no cristianismo e também existe, culturalmente no Ocidente, uma ligação entre a morte biológica e a morte social, sendo a horizontalidade o elemento orientador dessa associação.

edifícios em ruínas onde hortas comunitárias são atravessadas ou vislumbradas sugere pressões fundiárias localizadas, concentradas ao longo de certos eixos considerados rentáveis. Estas margens suspensas atestam paradoxalmente uma urbanização diferenciada, onde o valor dos lugares é medido tanto pela sua visibilidade quanto pelo seu potencial de retorno, particularmente orientado para o turismo. A paisagem urbana do centro da cidade do Porto aparece assim progressivamente roída por forças além do controle de seus residentes. Como explica Eric Charmes (2005, traduçãonossa[27]), "o fato de muitos edifícios terem sobrevivido décadas não muda nada: seus usos desapareceram". É, portanto, possivelmente também uma perda simbólica[28] que tais tensões impõem aos espaços, uma vez que o que é preservado, voluntariamente ou não, e/ou "embelezado" são edifícios em vez de relações humanas, em detrimento da cultura imaterial ligada aos indivíduos (Vitor et al., 2018).

No Porto, a normalização urbana parece ter moldado rotas pré-definidas para turistas, caminhos que correm ao lado de áreas negligenciadas e abandonadas aninhadas dentro do centro histórico da cidade. Enquanto as grandes avenidas modernizadas canalizam fluxos em direção a atrações chave, ruas laterais, com as suas fachadas dilapidadas e pavimentos irregulares, revelam uma urbanidade mais descontínua: edifícios abandonados permanecem aqui, paredes cobertas de graffiti ali, ao lado de hortas partilhadas e caminhos oblíquos que convidam a uma circulação menos controlada e mais intuitiva. Estes espaços, ainda incertos do seu futuro, contrastam com a imagem tradicionalmente polida cultivada por uma cidade turística globalizada; compõem uma paisagem urbana movendo-se a múltiplas velocidades. Acima de tudo, estes interstícios oferecem aos transeuntes um paradoxo estimulante: entre os fluxos canalizados da cidade vitrine e os vislumbres de uma urbanidade em suspense. Minha caminhada leva-me a escrever que uma certa ponderosidade prevalece: uma densidade espaço-temporal que testemunha uma transformação em curso e, voluntariamente ou não, exibe fragmentos de história, com a presença marcada de lugares antropológicos[29] (Augé, 2010), mesmo enquanto estão a ser apagados ou vitrificados pela expansão sem precedentes de espaços de circulação, consumo e comunicação.



Fig. 10: Captura de tela do vídeo aos 3 minutos e 54 segundos e Captura de tela do vídeo aos 4 minutos e 25 segundos. Fonte: Jordan Fraser Emery, 2025.

Quando Roberto Peregalli (2012) denuncia o pavor provocado pelo gigantismo contemporâneo, ele também se detém na beleza da imperfeição e no esplendor das ruínas. O tecido de remanescentes esquecidos é precisamente o que deleita o "urbex" (exploração urbana) — aquelas visitas não autorizadas a espaços abandonados, onde uma dialética se desenrola entre a liberdade de vaguear[30] por lugares desertos e as restrições de itinerários sinalizados em cidades cada vez mais codificadas e

---

[27] Do original em francês: "Que de nombreux bâtiments aient traversé les décennies ne change rien : leurs usages ont disparu".

[28] A perda simbólica do processo de gentrificação é discutida por autores (Vitor et al., 2018) na cidade de São Paulo, onde esse processo assume contornos particulares com projetos de revitalização do centro da cidade, frequentemente questionados por sua lógica higienista em relação às populações mais vulneráveis desses bairros, que também são geralmente segregadas racialmente.

[29] “[...] qualquer espaço no qual se possam ler inscrições de laços sociais [...] e história coletiva” (Augé, 2010).

[30] “No Urbex, você tem total liberdade para explorar esses lugares abandonados como quiser” (Offenstadt, 2023).

desenhadas (Offenstadt, 2022). É precisamente esta natureza fragmentária e a ausência de significado fixo que conferem às ruínas a sua profunda significância, bem como um encontro tátil com o espaço e a materialidade (Edensor, 2005). É também esta tensão latente que explorei na minha jornada, como com a fábrica de cerâmica abandonada demonstrada na Figura 10. Através da pós-produção, estes espaços recuperam uma certa fluidez e são sobrepostos ou entrelaçados em camadas para marcar sua porosidade. No entanto, na maior parte do filme, as imagens 360° no centro do vídeo, a projeção dupla olho-de-peixe desenha uma ampulheta, evocando simultaneamente as vigias de um avião; uma forma que hoje se torna uma metáfora perfeita para o Porto, uma cidade atravessada por fluxos de intensidades e velocidades heterogéneas.

À escala do instante, capturo os desfasamentos entre o ritmo dos peões, a passagem rápida de um elétrico, a navegação de barcos no Douro ou o movimento distante de aviões. Numa visão mais ampla, justapõe o ritmo premente do mercado imobiliário, a breve duração de uma visita turística, o tempo humano da experiência vivida e a longa temporalidade do patrimônio ou procedimentos administrativos. O pescoço estreito da ampulheta, onde o meu rosto está concentrado, condensa estas velocidades que se cruzam. A areia metafórica que flui através dela encarna a tensão entre temporalidades que se ignoram mutuamente, mas se cruzam, produzindo tensões visíveis no espaço: renovações, terrenos baldios suspensos, circulações paralelas, e assim por diante. O efeito torna-se um operador sensível, tornando perceptível a densidade espaço-temporal da cidade. Além disso, sequencio as imagens a uma velocidade desumana para reencenar o tempo do capital e a transitoriedade intrínseca que o impulsiona. Indiferente a formatos e tratando suportes e os seus materiais como elementos de jogo visual, contraio e dilato as imagens, esticando-as vertical e horizontalmente, como se respondesse a um campo magnético que deforma o espaço e intensifica o tempo.

4 Considerações finais, críticas e reflexivas

Na minha abordagem, já não é apenas a cidade que é vista e/ou consumida, mas a implicação de um corpo dentro da cidade. Movemo-nos da observação da cidade para a observação da relação tensa entre a cidade e os seus espaços, corpos e a sua participação em fluxos. Nesta experimentação com espaços urbanos através dos meus olhos digitais, o espaço deixa de ser um quadro fixo. Torna-se um campo de interação entre o meu corpo e o mundo, onde ambos estão numa relação recíproca constante. A maneira como uso a gravação 360° e a pós-produção faz com que a percepção tecnológica pareça ecoar a experiência vivida do corpo como um corpo-sujeito atravessando espaços específicos. Na minha opinião, para o espectador do vídeo há uma impressão de ser apresentado *dentro* ou *diante* de uma cavidade que incessantemente se re/dobra e des/dobra: interior e exterior fundem-se ao ponto de se tornarem, por vezes, indiscerníveis. A percepção é então emaranhada em ambos, dentro de um espaço onde as leis da gravitação parecem elusivas. Tanto num nível sensível quanto teórico, esta experiência encontra uma analogia com a estrutura cruzada do "quiasma", como considerada por Merleau-Ponty (1964, p. 318): as fronteiras entre interior e exterior, entre sujeito e objeto, entrelaçam-se, revelando a sua permeabilidade e reciprocidade. Olhando para a Figura 10, torno esta figura do quiasma particularmente manifesta na maneira como o espaço é atravessado e entrelaçado sobre si mesmo com o meu corpo, e também através das duas dobradiças ornamentais que dividem o espaço visual e permitem que a matéria (negra) que sustenta esta in/visibilidade apareça por inferência. O espaço videográfico de/forma corpos e espaços numa matéria maleável, pois a própria materialidade do espaço de vídeo parece ser vidro aquecido e soprado a temperaturas muito altas, depois, no mesmo movimento, imediatamente estabilizado e arrefecido.

Embora minha abordagem se alinhe com uma arqueologia do presente como analisada por Jonathan Tichit (2023) — ao lado de artistas como Bernd e Hilla Becher, Joel Sternfeld e Amélie Labourdette — distingue-se fundamentalmente pelo estatuto operativo atribuído à imagem. Como mostrado na Figura 11, com uma fotografia de Labourdette, imagens de ruínas ou edifícios inacabados tendem a congelar o estado transitório num "isso-foi" (*ça-a-été*) indicial ou numa contemplação estética. De fato, Tichit explica que estas fotografias adotam frequentemente uma estética de pintura com composições altamente estruturadas, e distanciam o sujeito-objeto para o monumentalizar. No entanto, mostrei que não me contento em registrar ruínas apenas notando entropia ou tensão urbana; tento re/encená-las visualmente esticando e contraindo o espaço-tempo na tela, transformando assim a observação distanciada numa provação de fricção material. Por esta razão, trabalhei com vários enquadramentos (circular, retangular, 3D) para guiar o espectador em direção a uma instância de visão dupla normalmente invisível, aquela que coloca a história em primeiro plano e a torna visível: o vídeo em si e o corpo que o produz. Aqui, o 360° e a pós-produção ajudaram-me a trocar a lógica do significado e da legibilidade por uma lógica do sensível: é uma questão de

movimento e energia em vez de sinais e símbolos. É o desejo de revelar uma conexão, como corpo e cidadão, ao espaço e às coisas: à "carne do mundo", como diria Merleau-Ponty.



Fig. 11: *"Empire of dust #04", Giarre, Sicília.* Fonte: Amélie Labourdette, 2015.

Através deste jogo videográfico e digital, pode-se entender que é possível agir sobre o espaço urbano. Não necessariamente em termos de uma transformação física do espaço, mas pelo menos, primariamente, da sua dimensão perceptiva. E através da maleabilidade desta dimensão perceptiva, talvez ser capaz de agir sobre as suas outras partes. Já não é então meramente uma questão de significado e significação, mas de desafios antropológicos e morfológicos. Redescobrimos, creio, uma profundidade da imagem com um significado que já não se esgota num mero relance, uma vez que a *affordance* do 360° me leva a brincar com a morfologia da imagem. E ao brincar com uma semelhança informe, somos levados a compreender que a imagem não é necessariamente equivalente ao objeto que representa, que é uma modalidade de re/apresentação capaz de operar como imaginação. Georges Bataille, de fato, lembrou-nos disto há quase um século: "a deslocação das formas leva à

do pensamento" (Bataille, 1929, p. 82, tradução nossa[31]). Estabelecer a pós-produção como uma etapa crucial da minha pesquisa implica (demonstrar) que a imagem não é um fim em si mesma, mas uma matéria-prima, usada para criar metáforas visuais. Notavelmente, para esboçar uma arqueologia visual do presente: as imagens de um espaço em tensão.

Singularmente uma tensão reflexiva, que é também metodológica, experimentada por meu próprio corpo como turista e crítico. Esta tensão específica não é, portanto, um problema a ser resolvido, mas uma condição de pesquisa que a minha práxis etnográfica procura tornar perceptível aqui. Ao fazê-lo, o ensaio visual estabelece uma interlocução situada com a paisagem em transformação da cidade, engajando-se num diálogo crítico entre o observador e a realidade estratificada do espaço urbano. Como reflexão final, que abre caminho para uma continuação, devo observar que essa arqueologia visual captura apenas um fragmento da realidade estratificada da cidade. Além dos registros meu corpo agiu como um receptor de outros contrastes, invisíveis na imagem, mas fundamentais para a experiência do espaço. Percebi uma tensão sonora: a dissonância entre o burburinho poliglota e festivo das multidões de turistas nas artérias principais e a música cotidiana dos moradores, ou mesmo o silêncio pesado, às vezes suspeito, das ruelas onde seca a roupa. Havia também um contraste tátil e térmico: o calor do sol em locais movimentados, expostos e renovados contra a brisa úmida e fresca de edifícios em ruínas que exalam um cheiro de tempo que passa. Essas diferenças sensoriais, que o vídeo pode sugerir através da atmosfera, mas não pode transmitir plenamente, constituem o fora de campo fenomenológico da minha experiência, reforçando a sensação de que a cidade habitada persiste na sombra, texturizada e local, como pano de fundo da cidade vitrine polida, barulhenta e global.

Agradecimentos

Sou profundamente grato a Sergio Higuita Montoya, Florence Roque e Veridiana Mantovani pelo tempo que compartilhamos no Porto entre março e julho de 2025. Com cada um de vocês, a cidade parecia respirar ainda mais singularmente, revelando espaços e encontros fugazes que se estendiam para além das fronteiras das minhas jornadas, convidando-me a continuar a ver e viver o Porto como um espaço urbano e em constante evolução. Agradeço também à revista e aos seus pareceristas pelos seus valiosos conselhos durante o processo editorial, e Veridiana pela revisão da tradução para o português.

Referências

Andriolo, A. (2018). O fenômeno da imagem em psicologia social: Algumas configurações. *Psicologia USP*, *29*(1), 19–30. https://doi.org/10.1590/0103-656420160152

Augé, M. (2010). Retour sur les « non-lieux ». Les transformations du paysage urbain. *Communications*, *87*(2), 171–178. https://doi.org/10.3917/commu.087.0171

Bachelard, G. (1987). *L’air et les songes: Essai sur l’imagination du mouvement*. Corti.

Bataille, G. (1929). Jeu lugubre. *Documents*, *7*, 369–371.

Baumert, P., Bairras, P., & Bianchi-de-Aguiar, F. (2023). Lisbonne, Porto et le « désert » portugais? *Population & Avenir*, *764*(4), 17–19. https://doi.org/10.3917/popav.764.0017

Benjamin, W. (2000). *Œuvres III*. Gallimard.

Bonnet, F. (2015). Retour à Porto. *Tous urbains*, *12*(4), 22–26. https://doi.org/10.3917/tu.012.0022

Cefaï, D., Berger, M., Carlier, L., & Gaudin, O. (2024). *Écologie humaine: Une science sociale des milieux de vie*. Créaphis éditions.

Charmes, É. (2005). Le retour à la rue comme support de la gentrification. *Espaces et sociétés*, *122*(3), 115–135. https://doi.org/10.3917/esp.122.0115

---

31 Do original em francês: "la dislocation des formes entraîne celle de la pensée".

Chéroux, C. (2003). *Fautographie: Petite histoire de l'erreur photographique*. Yellow Now.

Cocola-Gant, A., & Gago, A. (2019). Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. *Environment and Planning A: Economy and Space*, *53*(7), 1671–1688. https://doi.org/10.1177/0308518X19869012

Edensor, T. (2005). *Industrial ruins: Spaces, aesthetics, and materiality*. Berg. https://doi.org/10.5040/9781474214940

Emery, J. F. (2021). Dispositif immersif en contexte queer: entre 360° et réalité virtuelle. *Revue Française des Méthodes Visuelles*, *5*. https://doi.org/10.4000/12mpp

Emery, J. F., & Ibanez-Bueno, J. (2024). Réflexivité et réflexions féministes sur une démarche ethnographique: Captation 360° et restitution visuelle de pratiques queer brésiliennes. *ESSACHESS – Journal for Communication Studies*, *17*(1(33)), 135-156. https://doi.org/10.21409/0YRK-1H54

Emery, J. F. (2024). *Corps, espace et numérique: Les potentialités queer contemporaines dans la constitution de contre-espaces politiques. Ethno-graphies 360° au Brésil et en France* [Tese de doutorado, Université Savoie Mont-Blanc & Universidade de São Paulo].

Emery, J. F. (2025). Dans l'œil de la ville, des corps gisants: Une ethno-graphie critique de la multitude urbaine. *Inter, art actuel*, *145*: La vie par l'usage, 28–33.

Falco, E. (2025, 2 de junho). Cet été, fuyez la foule: 5 lieux en Europe encore préservés du surtourisme. *Geo.fr*. https://www.geo.fr/voyage/cet-ete-fuyez-la-foule-5-lieux-en-europe-encore-preserves-du-surtourisme-225299

Fassin, D., Debomy, F., & Raynal, J. (2020). *La force de l'ordre: Enquête ethno-graphique*. Seuil Delcourt.

Fraenkel, B. (2012). Les écritures urbaines de très près: Saillance visuelle et regard expert. In M.-D. Popelard & A. Wall (Eds.), *L'art de très près: Détail et proximité* (pp. 179–192). Presses universitaires de Rennes. https://doi.org/10.4000/books.pur.54245

Gibson, J. (1969). *Principles of perceptual learning and development*. Appleton.

Gusman, I., Chamusca, P., Fernandes, J., & Pinto, J. (2019). Culture and Tourism in Porto City Centre: Conflicts and (Im)Possible Solutions. *Sustainability*, *11*(20), 5701. https://doi.org/10.3390/su11205701

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, *14*(3), 575–599. https://doi.org/10.2307/3178066

Harding, S. G. (Ed.). (2004). *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies*. Routledge.

Harvey, D. (2012) Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. Verso.

Jacobs, J. (1992). *The death and life of great American cities*. Vintage Books.

Jiang, J. (2025). Sustainable tourism and World Heritage site: A case study of the historic centre of Porto. *In Situ. Au Regard Des Sciences Sociales*, *5*. https://doi.org/10.4000/13uwy

Klein, R. (2015). Le mythe poétique de la ville de Baudelaire à Brecht: Lecture de Walter Benjamin. *Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem*, *26*, Article 26. https://journals.openedition.org/bcrfj/7463

Laffont, G.-H., & Prigent, L. (2011). Paris transformé en décor urbain: Les liaisons dangereuses entre tourisme et cinéma. *Téoros: revue de recherche en tourisme*, *30*(1), 108–118. https://doi.org/10.7202/1012114ar

Lucan, J. (1998). Généalogie du regard sur Paris. *32-33*, 20–41.

Matta-Clark, G., & Bear, L. (1993). « Gordon Matta-Clark: Splitting. The Humphrey Street Building », entretien avec Liza Bear. In C. Diserens, Valência (Espanha), & IVAM Centre Julio González (Eds.), *Gordon Matta-Clark* (Edição francesa do catálogo, pp. 202–209). IVAM Centre Julio González: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educacio i Ciencia.

Maximy, R. de. (2000). *Le commun des lieux: Cours et discours sur la ville*. Mardaga Institut de recherche pour le développement. https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers17-08/010020968.pdf

Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible*. Gallimard.

Milano, C. (2017). *Overtourism and Tourismphobia: Global trends and local contexts*. Citilab. https://doi.org/10.13140/RG.2.2.13463.88481

Mondzain, M.-J. (2005). *Saxifraga Politica*. Formes Vives. https://www.formes-vives.org/saxifrage

Mons, A. (2013). La force des fissures. *Sociétés*, *120*(2), 91–104. https://doi.org/10.3917/soc.120.0091

Moore, J. W. (2024). *L'écologie-monde du capitalisme: Comprendre et combattre la crise environnementale*. Éditions Amsterdam.

Müller, A. (2015). Altérités et affinités ethnographiques: Réflexions autour du proche, du lointain, du dedans et du dehors. *SociologieS*. https://doi.org/10.4000/sociologies.4906

Nascimento, S. de S. (2019). O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, *62*(2), 454–476. https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.161080

Offenstadt, N. (2022). *Urbex: Le phénomène de l'exploration urbaine décrypté*. Albin Michel.

Offenstadt, N. (2023, 2 de novembro). Nicolas Offenstadt: « En Urbex, vous êtes totalement libre de votre chemin dans ces lieux abandonnés » [Episódio de transmissão de rádio]. In *Jusqu'ici tout va bien*. France Inter. https://www.radiofrance.fr/franceinter/podcasts/jusqu-ici-tout-va-bien/jusqu-ici-tout-va-bien-du-jeudi-02-novembre-2023-8405872

Olivier, L. (2009). L'archéologie du présent. In *Le Sombre Abîme du temps*. Le Seuil.

Perec, G. (1974). *Espèces d'espaces*. Galilée.

Peregalli, R. (2012). *Les lieux et la poussière: Sur la beauté de l'imperfection*. Arléa.

Pink, S. (2007). Walking with video. *Visual Studies*, *22*(3), 240–252. https://doi.org/10.1080/14725860701657142

Rocca, F. L. (2023). Introduction: Expériences urbaines sensibles. *Sociétés*, *161*(3), 7–14. https://doi.org/10.3917/soc.161.0007

Roy, L. (1996). L'image au cinéma ou le corps (d)écrit. *Cinémas: revue d'études cinématographiques*, *7*(1-2), 11–35.

Sato, L. (2009). Olhar, ser olhado e olhar-se: Notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, *12*(2), 217–225. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p217-225

Sartre, J.-P. (1947). *Baudelaire*. Gallimard.

Settis, S. (2016). *If Venice Dies*. New Vessel Press.

Siwi, M. (2016, 6 de janeiro). Pixação: The story behind São Paulo's "angry" alternative to graffiti. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/cities/2016/jan/06/pixacao-the-story-behind-sao-paulos-angry-alternative-to-graffiti

Tichit, J. (2023). Une archéologie photographique du présent. *Interfaces. Image Texte Language*, *49*. https://doi.org/10.4000/interfaces.6675

Viart, D. (2019). Les Littératures de terrain. *Revue critique de fixxion française contemporaine*, *18*.

Vidal, A. (2024). *Dévorer le monde: Voyage, capitalisme et domination*. Payot.

Vitor, C., Paiva, R., Concli, R., Brucoli, R., & Garcia, V. (2018). Resistências e conflitos marcam a gentrificação em São Paulo. *AUN Agência Universitária de Notícias da USP*. https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/02/07/resistencias-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/

Vlès, V. (2011). Entre redynamisation urbaine et banalisation des espaces: Tensions et enjeux de l'urbanisme touristique. *Mondes du Tourisme*, *3*, 14–25. https://doi.org/10.4000/tourisme.507

Zukin, S. (1998). Urban Lifestyles: Diversity and Standardisation in Spaces of Consumption. *Urban Studies*, *35*(5/6), 825–839.

Obras

Emery, J. F. (2023, 25 de março). *Jacentes "GISANT-E-S" 001* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=BVPZ6F73QtM

Emery, J. F. (2023, 11 de abril). *Texte Image & Arts Numériques I Giuliano Da Empoli InterVIEW LLSETI – USMB I PART-1 03* [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/5hlTbNdWQ6I?si=IGXhAcH2TRD7gyrC

Emery, J. F. (2025a, 10 de agosto). *Porto, entre duas pontes: imagens de um espaço em tensão* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=tlgS4LqJHz4.

Labourdette, A. (2015). *"Empire of dust #04", Giarre, Sicília.* [Fotografia]. https://www.amelie-labourdette.com/

Magid, J. (2000). *Legoland* [Vídeo]. www.jillmagid.com

Magid, J. (2000). *Surveillance Shoe* [Vídeo]. www.jillmagid.com

Matta-Clark, G. (1972). *Walls* [Fotografia]. The Estate of Gordon Matta-Clark and David Zwirner, Nova Iorque / Londres / Hong Kong. https://www.amc-archi.com/photos/derniers-jours-de-la-retrospective-gordon-matta-clark-au-musee-du-jeu-de-paume,8704/gordon-matta-clark-walls-1972.4

Vonásek, L. (2022). *3D Live Scanner (2022-build-0022)* [Aplicativo móvel]. https://lvonasek.github.io/

V!RUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO
CONTENTS

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

ÁGORA

014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP

042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY

063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA

097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA

142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES

167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS

199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO

214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR

230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES

241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES

266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALŸS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK

279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO

290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS

329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES

370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA

383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE

417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

ÁGORA
AGORA

AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN

MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

Marta Bogéa é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Realiza pesquisas nas áreas de projeto, arquitetura, arte contemporânea, cidade contemporânea, tempo e memória. mbogea@usp.br
http://lattes.cnpq.br/5940821687658780

Mariana Lunardi Vetrone é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Possui experiência profissional nas áreas de conservação, restauro e intervenção no patrimônio cultural edificado. mariana.vetrone@usp.br
http://lattes.cnpq.br/7970055514036617

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Bogéa, M. & Vetrone, M. L. (2025). Autoria desconhecida. V!RUS, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 63-81 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.237606

Resumo

O presente artigo busca discutir os processos de ressignificação do cotidiano por meio da Arte e da Arquitetura. Tem como objetivo aferir e demonstrar que a aproximação entre campos disciplinares ocorre, sobretudo, por reconhecer valores e visão de mundo em comum, mais do que por estratégias técnico-poéticas. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo (fonte direta), acesso a documentos primários (pesquisa documental) e revisão bibliográfica. *Autoria Desconhecida* parte da leitura de obra artística e arquitetônica com atenção às suas práxis e confrontações. Rochelle Costi, desloca objetos triviais ativando leituras do lugar e da memória. O projeto para o edifício *União Continental*, realizado pelo escritório MMBB, valoriza o ordinário e a preexistência. Longe de tratar o existente como mero dado a ser preservado ou superado, os casos analisados revelam modos de operação que encantam o banal e tornam visíveis as camadas de experiência que habitam os espaços urbanos. O texto convida à observação atenta daquilo que tende a permanecer à margem, contrapondo-se à lógica da tabula rasa e à ênfase no excepcional. O faz, sobretudo, acompanhado de *Lo infraordinario,* de George Perec, *Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo*, de Nicolas Bourriaud e *Experiência e pobreza*, de Walter Benjamin.

Palavras-Chave: Arte e arquitetura, Intervenção contemporânea, Ressignificação do cotidiano, Vida habitual.

1 Introdução

O que pode haver de comum entre um prato de comida e um edifício? Em uma rápida visada, nada! Entretanto, se o que move a análise são as razões intrínsecas ao pensamento que engendra a obra, pode ser tudo![1] Nesse ensaio aproxima-se Rochelle Costi, a partir da exposição em cartaz durante a elaboração deste texto, intitulada "*A casa como laboratório*", com curadoria de Alexia Tala (Galeria Luciana Brito, 2025) e a transformação do edifício de escritórios União Continental em unidades habitacionais realizada pelo MMBB arquitetos (São Paulo, 2022). Este texto se dedica a duas obras de dois campos disciplinares que atuam e investigam as produções da cidade: uma no âmbito da cultura imaterial (a comida de todo dia) e outra no campo material (as construções, inclusive aquelas invisibilizadas na historiografia da área), com suas dinâmicas e reverberações. Alinhado ao desafio proposto no enunciado desta edição da revista, articula-se diferenças e convergências entre as duas obras através da construção simultânea de reflexão e ação, visando a produção de saberes e a transformação social.

O interesse se dá na atenção à mobilização de objetos banais, não espetaculares, convocados por constituírem o corriqueiro do mundo, o dia-a-dia. A análise usufrui das pistas produzidas por George Perec, no texto intitulado *¿Aprocimaciones a qué?*, publicado na coletânea *Lo infraordinario* (Perec, 2013). Nicolas Bourriaud, em seu livro *Pós-produção: Como a arte reprograma o mundo contemporâneo* (Bourriaud, 2009) fornece subsídios para pensar a operação de edição e montagem como base do procedimento artístico, e no caso deste texto, também do arquitetônico. Por fim, busca resgatar o momento da convicção hegemônica da tábula rasa à luz de Walter Benjamin, no texto intitulado *Experiência e Pobreza*, escrito em 1933. Cotejar autores de matrizes de pensamento e épocas tão distintas se dá no interesse do que trazem como valor em comum, neste caso, a experiência e montagem sobre dados preexistentes como um traço cultural a ser reconhecido.

O texto tem como objetivo demonstrar que a aproximação entre campos disciplinares ocorre, sobretudo, por valores e visão de mundo em comum, reconhecíveis nas obras através das estratégias poéticas que os distingam como áreas de conhecimento. A metodologia utilizada foi a de pesquisa de campo (fonte direta, através de entrevista, visitas à referida exposição e ao edifício) e acesso a documentos primários (pesquisa documental, inclusive documentos de processo do projeto arquitetônico, de caráter restrito) e revisão bibliográfica. Constitui-se a partir das obras, ou seja, é uma análise que tem como ponto de partida o empírico frente ao teórico. Em outros termos, se baseia primeiramente em dados e

[1] A aproximação de artista(s) e arquiteto(s) por sua visão de mundo e não pelo campo disciplinar foi originalmente investigada por Marta Bogéa na exposição em co-curadoria, com Abílio Guerra, intitulada Território de Contato, ocorrida em 2012 no SESC Pompéia.

observações, resultado da experiência e da prática, para posteriormente se concentrar em conceitos, ideias e abstrações que buscam explicar o mundo.

2 Sobre coisas banais

Grão de arroz tem 8 cm no Arte/Cidade 3 é o título da matéria escrita por Celso Fioravante no caderno +MAIS! do jornal Folha de São Paulo, de domingo, 26 de outubro de 1997[2]. O serviço informa:

> Evento: Arte/Cidade 3 (projeto de intervenção urbana)
> Onde: trajeto entre a Estação da Luz e as antigas indústrias Matarazzo (entrada e estacionamento na av. Francisco Matarazzo, 1.096), com acesso pelos dois locais e uma parada no Moinho Central
> Quando: de terça a domingo, das 12h às 21h. Até 30 de novembro
> Quanto: entrada franca (Fioravante, 1997, s.p.)



Fig. 1: *Pratos Típicos: Prato Feito (1997).* Fonte: Rochelle Costi, 1997. Disponível em: https://rochellecosti.com/Pratos-tipicos-1997-1. Acesso em junho de 2025.

[2] Fernando de Mello Franco e Milton Braga participaram como arquitetos convidados do mesmo evento, realizando uma movimentação de terra em frente à entrada principal das antigas fábricas Matarazzo.

A matéria se refere às fotografias de Rochelle Costi da série *Pratos Típicos* realizados entre 1994/1997 — ano da exposição. No Arte/Cidade foram expostas quatro fotografias sobre as refeições da região, ampliadas, impressas em plotter sobre vinil como imagens publicitárias e instaladas no vão do que foram janelas no último andar do edifício. *Pratos Típicos: Familiar*; *Pratos Típicos: Prato Feito*, *Pratos Típicos: Sem Teto*, *Pratos Típicos: Marmita*. A figura 1 apresenta *Prato Típico: Prato Feito*. No texto da artista disponível em seu site:

> Pratos de comida de moradores do entorno do antigo moinho são fotografados e ampliados em escala e mídia que remetem a painéis publicitários e são mostrados dentro da fábrica que décadas antes produzia boa parte da farinha que era consumida na cidade. A identidade da população do entorno se mostra através da marmita do trabalhador, do almoço improvisado de um grupo de moradores de rua, da buchada no prato-feito de terça feira em um bar de esquina da Barra Funda e do peixe frito de uma família. O moinho, desativado, a partir dos anos 90 foi sendo povoado informalmente, constituindo-se hoje na Favela do Moinho, a ação do poder público limitou-se a demolir a antiga fábrica e prometer o sumiço da ocupação. (Costi, 1997, s.p.)

Costi realizou a série *Pratos típicos* na mesma ocasião em que fez *Toalhas*. Em entrevista a Ivo Mesquita, revela:

> *Pratos típicos* e *Toalhas* aconteceram durante a vivência no espaço de *A casa*. Quando fui convidada para a Bienal de Havana, estava envolta nos rituais domésticos, na repetição dos hábitos que coreografa a intimidade dos corpos em torno da mesa, da cama, do varal, num arrumar e desarrumar de frequência incontável. (Costi, 2005, s.p.)

As duas séries fazem parte de um cotidiano intrínseco à vida habitual. Fatos muitas vezes de situações corriqueiras, ocorrendo em lugares banais, mas que constituem parte intrínseca da memória, na medida em que sua materialidade abriga convivência, lugares e acontecimentos indissociáveis em sua rememoração. (Almeida e Bogéa, 2016) A comida, certamente, é uma delas. A arquitetura, mesmo quando banal, também. Costi descreve a instalação no antigo Moinho, apresentada na Figura 2:

> O evento tinha como tema “a cidade e suas histórias” e fui atraída pela ideia de falar da história da comida dos habitantes da região próxima às ruínas de um antigo Moinho. Fotografei então uma amostragem de quatro tipos de alimento: a marmita de um trabalhador, um prato comercial, a comida de uma família e a de um grupo de sem teto. As imagens agigantadas em plotters de 2,5 x 3,10 m ocupavam uma sala de 30 metros no último andar do edifício. Dispostas entre vãos de grandes janelas, elas propunham um diálogo com a cidade, num contraponto aos backlights publicitários. (Costi, 2005, s.p.)



Fig. 2: Instalação *Pratos Típicos,* no Arte Cidade II, Moinho Central, Barra Funda, São Paulo SP. Fonte: Rochelle Costi, 1997. Disponível em: https://rochellecosti.com/Pratos-tipicos-1997-1. Acesso em junho de 2025.

A artista revelou ao repórter que a maior dificuldade de seu projeto foi conseguir que as pessoas autorizassem que seus pratos de comida fossem fotografados. Seria mesmo timidez, como interpretou a fotógrafa? Ou seria espanto, diante do interesse sobre esse elemento banal, corriqueiro, e tão pessoal, que “não interessaria a ninguém”? Tal discurso é observado na fala de uma moradora da Croix-Rousse em Lião, ao falar de lembranças de seu bairro, em entrevista concedida a Pierre Mayol, mencionada por Michel de Certeau (1994) em *A Invenção do cotidiano livro 1: Artes de Fazer*, no trecho significativamente intitulado *Críveis e memoráveis: a Habitabilidade*.

O interesse por revisitar coisas existentes é relevante também na arquitetura. Questão inerente a certos artistas e arquitetos, corresponde a um tema fundamental e contínuo. No campo disciplinar da arquitetura remonta, em termos contemporâneos, ao exemplo emblemático do projeto de transformação ocorrido em Paris 17°, *Tour Bois le Prêtre*, de Druot, Lacaton e Vassal (2011). Entretanto, entende-se diferente do que apregoa o júri do *Pritzker* concedido a eles em 2021, que declara: “encontram valor no que já existe (...) para conferir um potencial renovado ao que já existia” (Pritzker Prize, 2021, s.p., tradução nossa). Neste caso, sobretudo, reconhece-se que ao vislumbrar o potencial no que existia, interferem transformando justamente por trazer algo que não existia. Não se trata, portanto, de reconhecimento do dado, com mínima interferência, mas do criterioso juízo do que há e do que não há, que os faz aptos a intervir, transformar, deslocar, valorizar para ressignificar.

A imagem do DJ convocada por Nicolas Bourriaud (2009) em *Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo* é oportuna para analisar essas produções. O autor explica a adoção do termo técnico, usado nas produções para televisão, cinema e vídeo: "Designa o conjunto de tratamentos dados a um material registrado: a montagem, o acréscimo de outras fontes visuais ou sonoras, as legendas, as vozes off, os efeitos especiais.” (Bourriaud, 2009, p. 7)

Observa que a operação está ligada ao setor terciário, mundo dos serviços e da reciclagem, em oposição aos setores que lidam com produção das matérias-primas. O autor identifica, a partir de 1990, uma quantidade cada vez maior de artistas interpretando, expondo ou utilizando produtos culturais disponíveis ou obras realizadas por terceiros. Bourriaud esclarece:

> Para eles, não se trata de elaborar uma forma a partir de um material bruto, e sim de trabalhar com objetos atuais em circulação no mercado cultural, isto é, que já possuem uma forma dada por outrem. Assim as noções de originalidade (estar na origem de…) e mesmo de criação (fazer a partir do nada) esfumam-se nessa nova paisagem cultural marcada pelas figuras gêmeas do DJ e do programador, cujas tarefas consistem em selecionar objetos culturais e inseri-los em contextos definidos. (Bourriaud, 2009, p.9)

O autor não se atém à arquitetura, seu foco são as práticas artísticas. Mas o argumento também é poderoso em arquitetura, se mantidas as distâncias inequívocas entre as áreas, como por exemplo, a não portabilidade dos dados de um lugar a outro, no caso da arquitetura como matéria. A operação ocorre, em geral, entre dois (ou mais) momentos a partir de um artefato existente. Retomar Walter Benjamin (1994) no texto *Experiência e pobreza*, escrito em 1933, permite verificar a origem do que nos levou a optar por um ponto zero a cada ação. O texto inicia com a constatação de que as "ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história". O filósofo observa que uma nova forma de miséria surgiu com o monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. Indaga: "qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?". Vê surgir então uma nova barbárie. Nos seus termos: "Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco (...)" (Benjamin, 1994, pp.114-115). O autor observa a aspiração a libertar-se de toda a experiência, alertando que nem sempre são ignorantes ou inexperientes aqueles que defendem ou praticam essa condição: "podemos afirmar que são o oposto: eles 'devoram' tudo, a 'cultura' e os 'homens', e ficaram saciados e exaustos". Um traço, segundo ele, que vai da cultura erudita, por exemplo, a Bauhaus, à cultura popular, por exemplo, o camundongo Mickey. O autor conclui que ficamos pobres, pois:

> Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos de empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do 'atual'. A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra. (...) Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, [que] possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juros e com os juros dos juros. (Benjamin, 1994, p. 119)

Mordaz na contundente crítica, Benjamin (1994) aponta, com lúcido desconcerto, o delirante projeto de sua época que os impele a seguir em frente, e, se necessário, sobreviverem à cultura. Um delírio que transborda expansivamente o próprio tempo a ponto de ser verificável em algumas práticas ainda hegemônicas em tempos atuais. O texto foi escrito entre as duas grandes guerras mundiais ocorridas no século XX, é importante recordar que é do mesmo ano da tomada do poder alemão por Hitler, que significou o início do Terceiro *Reich*. Passado quase um século, ele se mantém relevante[3]. Vale ponderar o desafio de não abdicarmos da experiência pessoal e coletiva, nos termos propostos pelo arquiteto Milton Braga:

> Muita gente acha que a casa tem que ser personalizada e não discordamos disso. Como eu e o Fernando [*de Mello Franco, sócio fundador do MMBB, até 2012*] falávamos, a casa é personalizada não pela arquitetura, que é infraestrutural, mas pelo relicário, que é o que cada um carrega consigo, suas fotos, seus quadros, seus tapetes, suas cortinas, suas roupas. Isso é o que muda

[3] Dado um tanto assustador quando percebe-se, em décadas recentes, o crescimento da extrema direita em todo o mundo. Walter Benjamin, Filósofo e sociólogo, judeu alemão, ficou refugiado na Itália nos anos (1934/1935) e faleceu na espanha em 1940 aos 48 anos.

> completamente de uma pessoa para outra e muda completamente uma casa (...). (Braga, 2024, s.p. adição nossa)

Importa, nesse sentido, observar como Frédéric Druot, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal (2011) registram o mencionado projeto no 17.º bairro de Paris — nas reveladoras fotografias de Philippe Ruault, que apresentam vários dos apartamentos em suas pessoais ocupações, onde vê-se a varanda ocupada por orquídeas ou, em outra unidade, máscaras carnavalescas expostas na parede. Dessas fotografias pode-se reconhecer cada “relicário", nos termos de Franco e Braga (2024), a distinguir cada morada. As fotografias, ao registrar a arquitetura, permitem entrever quem mora lá. Tal qual a série *Quartos* de Rochelle Costi (1998) retrata vestígios de quem habita o lugar, deixando entrever a arquitetura que o acolhe. Algumas fotografias de *Quartos* integram a exposição em cartaz da artista, instalada na Galeria Luciana Brito, no momento de redação deste texto. A série foi originalmente apresentada na XXIV Bienal De São Paulo, em 1998, que disposta como um conjunto de diferentes frontalidades, acentua a singularidade de cada cômodo fotografado, como se pode perceber na Figura 3.

Alexia Tala, curadora da mostra intitulada *A casa como laboratório*[4] aproxima a produção de Costi à George Perec em seu texto intitulado *A casa como laboratório do deslumbramento: O infraordinário e a construção do habitar na obra de Rochelle Costi*. Segundo ela:

> Em seu breve texto *Aproximaciones a lo infraordinário*, Perec se pergunta “O que acontece quando nada acontece? Como falar dessas horas, desses dias em que nada ocorre, onde não passa de fato mais do que o que acontece todo dia, o habitual, o cotidiano, o evidente, o comum, o ordinário, o infra-ordinário, o de todos os dias?” Para Perec, o infraordinário é aquilo que constitui o tecido real de nossas vidas: não os grandes acontecimentos, mas o murmúrio do habitual, a marca do mínimo.” (Tala, 2025, p. 1)

A curadora considera, através de Perec, que Rochelle Costi foi

> (...) uma artista do infraordinário. Ao longo de sua extensa e produtiva carreira evitou temas espetaculares, ou cenários grandiloquentes, preferindo explorar quartos, móveis, armários, objetos comuns, cantos esquecidos, insetos, paredes, padrões, texturas, lojas de objetos baratos e até barracas de feiras. (Tala, 2025, p. 5)

[4] Exposição de Rochelle Costi *A casa como laboratório*, na Galeria Luciana Brito de junho a agosto de 2025.

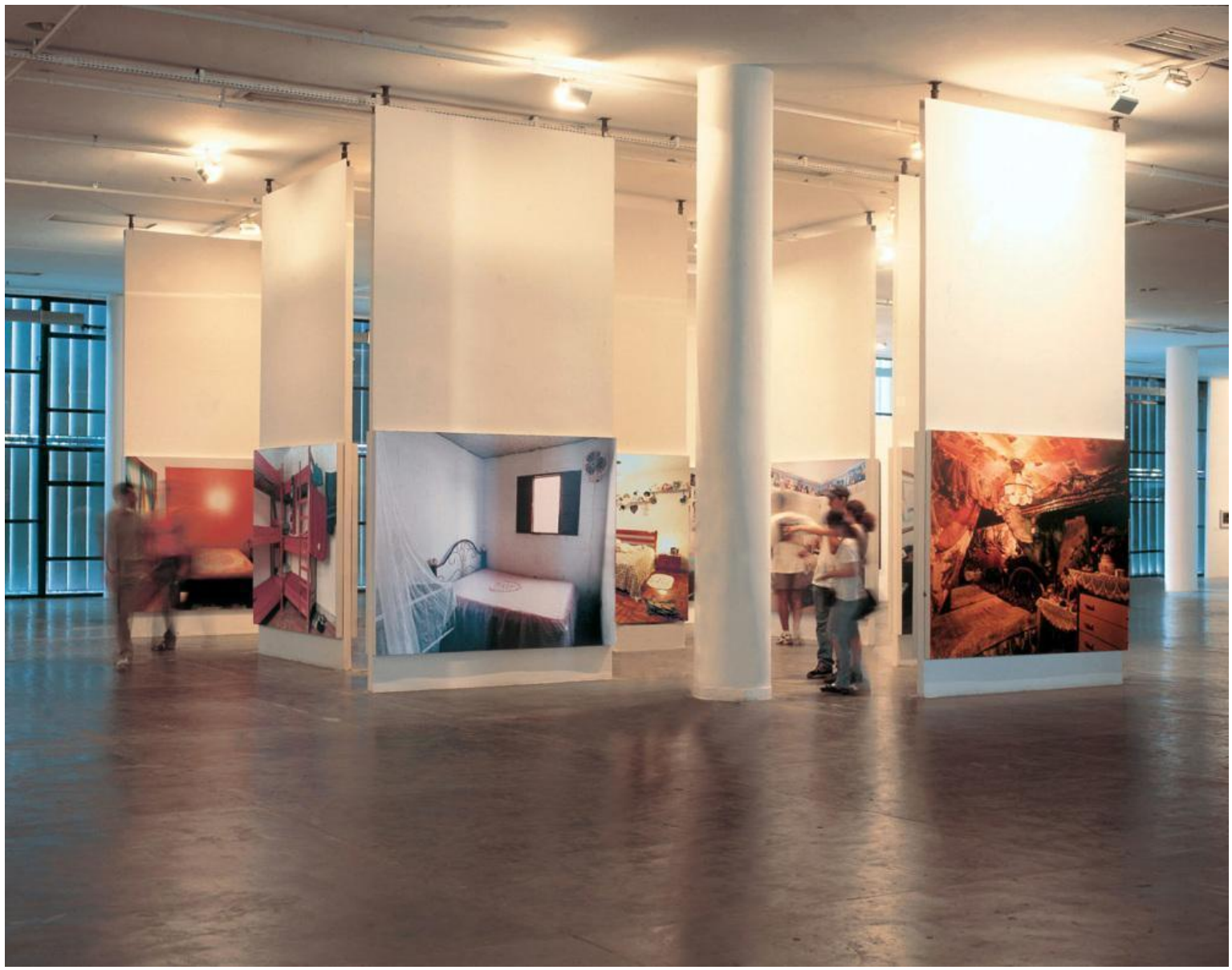


Fig. 3: Instalação *Quartos,* na XXIV Bienal de São Paulo. Fonte: Rochelle Costi, 1998. Disponível em: https://rochellecosti.com/Quartos-Sao-Paulo-1998. Acesso em junho de 2025.

Em *¿Aprocimaciones a qué?,* Georges Perec (2013) inicia o texto observando que "O que nos fala, ao que me parece, é sempre o acontecimento, o insólito, o extraordinário: a primeira página em cinco colunas, grandes manchetes."[5] (p. 13). Alerta que as notícias priorizam o dramático e o desconcertante. Segundo ele, atrás do acontecimento tem sempre que existir um escândalo, um perigo, como se a vida só deva se revelar através do espetacular. Diante disso, o autor indaga:

> Os jornais falam de tudo, exceto do cotidiano. Os jornais me entediam, não me ensinam nada; o que contam não me diz respeito, não me questiona e, além disso, não responde às perguntas que coloco ou que gostaria de colocar. O que realmente acontece, o que vivemos, o resto, todo o resto, onde está? Como dar conta do que acontece todos os dias e do que volta a acontecer, do banal,

[5] Do original em espanhol: "Lo que nos habla, me parece, es siempre el acontecimiento, lo insólito, lo extraordinario: la primera página a cinco columnas, grande titulares" (Perec, 2013, p. 13)

> do cotidiano, do evidente, do comum, do ordinário, do infraordinário, do ruído de fundo, do habitual? Como interrogá-lo? Como descrevê-lo? (Perec, 2013, p. 14)[6]

Alinhados a Perec (2013) e, deste ponto, volta-se à arquitetura e à produção na cidade de São Paulo. Retoma-se um texto de Luis Espallargas Gimenez (1993) publicado na Revista Óculum (anterior aos arquivos digitais atuais) intitulado *Arquitetura pequena: quando simplicidade e correção substituem a genialidade*. Nesse ensaio, Gimenez chama a atenção para a espetacularização da arquitetura do final do milênio. Segundo o autor, tal fenômeno provocou os arquitetos "que passam a projetar com a obrigação de inventar, de provocar, até extasiar, não mais um observador, mas uma multidão tão desinformada e alienada que só quando chocada ou submetida ao exagero reage e admite estímulo" (Espallargas Gimenez, 2009, s.p.), ecoando em um catálogo de exemplos que confirma essa ideologia. O autor alerta que, em consequência, o arquiteto "despreza o artefato simples, econômico, eficiente e correto, pois não lhe cabe mais acreditar que a concepção concisa e discreta seja oportuna, ou portadora de atributos estéticos importantes, daí o pouco caso por essa arquitetura vista como 'pequena'" (Espallargas Gimenez, 2009, s.p.). O argumento retorna com claro enquadramento e atenção a edifícios habitacionais, em diálogo com a publicação *A propósito do juízo da arquitetura paulistana* (2009), portal *Vitruvius*, revista *Arquitextos*.

Ainda, uma recente lei municipal da cidade de São Paulo incide sobre o patrimônio construído, independe de valor patrimonial do bem. Com a perspectiva de usufruir do acervo abandonado, o Programa Requalifica Centro, lei municipal de 20 de julho de 2021 (Lei 17.577/21), promove o adensamento na região central, oferecendo uma série de benefícios a projetos que transformem as edificações existentes subutilizadas em unidades habitacionais. Entre os principais incentivos[7], destacam-se a isenção de IPTU nos três primeiros anos após a conclusão das obras, a dispensa de atendimento às vagas de garagem e à fachada ativa, entre outros benefícios.

Essa mudança de orientação desloca o foco dos antigos programas de reabilitação dos anos 1990 e 2000, voltados majoritariamente para edifícios de caráter monumental e para a criação de equipamentos culturais para fins turísticos (Marins, 2017), para edifícios de patrimônio corrente, mais próximos da vida cotidiana. Isso revela não só uma alteração em relação às políticas anteriores, valorizando a presença dos usos corriqueiros no centro da cidade, mas evidencia também o interesse de reutilização do extenso patrimônio construído que havia sido esvaziado nas últimas décadas, com a expansão da cidade para novos eixos de valorização imobiliária[8] (Sant'Anna, 2017). Nesse sentido, alinha-se à proteção de um acervo construído para além daquele monumental. Tal mudança na legislação, informalmente chamada *Lei do Retrofit*[9], constituiu novos instrumentos para estimular a reabilitação de edifícios do centro, sendo importante deslocamento da exaustiva prática de simplesmente recomeçar, que infelizmente ainda é majoritária em São Paulo.

A postura legal de apoio a investimentos em edificações existentes, independente de ser ou não de reconhecido valor patrimonial, ocorre em alinhamento à questão central da tese de doutorado intitulada *Reformar não é construir. A reabilitação de edifícios verticais: novas formas de morar em São Paulo no século XXI,* de Alejandra Maria Devecchi, orientada por Maria Ruth Amaral de Sampaio, defendida em 2010 (Devecchi, 2014). E, em confronto direto com a prática ainda majoritária das integrais substituições de edifícios altos por corpos edificados totalmente inéditos. A resposta à legislação por parte do

---

6 Do original, em espanhol: "Los diarios hablan de todo, salvo lo diario. Los diarios me aburren, no me enseñan nada; lo que cuentan no me concierne, no me interroga y además no responde a las preguntas que planteo o que quisiera plantear. Lo que pasa realmente, lo que vivimos, lo demás, todo lo demás, ¿dónde está? ¿Cómo dar cuenta de lo que pasa cada día y de lo que vuelve a pasar, de lo banal, lo cotidiano, lo evidente, lo común, lo ordinario, lo infraordinario, el ruido de fondo, lo habitual? ¿Cómo interrogarlo? ¿Cómo describirlo?" (Perec, 2013, p. 14)

7 Incentivos fiscais em sua totalidade: Remissão dos créditos de IPTU; Isenção de IPTU nos 3 primeiros anos a partir da emissão do certificado de conclusão de obra; Aplicação de alíquotas progressivas para o IPTU pelo prazo de 5 anos após a isenção descrita acima. No 6º ano o imóvel atinge a alíquota integral do imposto; Redução para 2% da alíquota de ISS para os serviços relativos à obra de requalificação. (engenharia, arquitetura, construção civil, limpeza, manutenção, meio ambiente); Isenção de ITBI aos imóveis objetos de requalificação; Isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento por 5 anos. - Programa Requalifica Centro (Lei 17.577/21).

8 O esvaziamento de funções no centro de São Paulo, sobretudo dos edifícios de escritório, teve início ainda na década de 1960, com a migração dos centros econômicos e financeiros para novas localidades como a Av. Paulista, a Av. Faria Lima e posteriormente a região da Av. Berrini.

9 Programa Requalifica Centro (Lei 17.577/21).

mercado já está em curso e envolve, atualmente, um significativo número de investimentos em edifícios preexistentes. Somauma Incorporação e Desenvolvimento Imobiliário, por exemplo, destaca em seu site:

> Desenvolvemos e construímos projetos a partir da renovação de edifícios vazios, abandonados ou subutilizados, abrindo as portas para novas oportunidades de vida na cidade! Incorporamos o *Retrofit* em sua concepção original. Muito mais do que uma simples reforma, se trata de produzir um novo imóvel. Novo em todas as suas instalações e garantias, mas também novo em seu significado urbano. (Somauma, s.d., s.p.)

Dentre o catálogo apresentado encontra-se o Edifício Virgínia, localizado na esquina entre as ruas Martins Fontes e Álvares de Carvalho, aprovado em setembro de 2023 com finalização das obras previstas para setembro de 2025. O projeto, de autoria do Metrópole Arquitetos (2024), destaca-se pela preservação e valorização dos elementos estéticos preexistentes, ainda que não haja tombamento formal do edifício pelos órgãos de preservação. Outro agente dessa transformação pelo mercado imobiliário é a incorporadora *Planta Inc.*, em sua apresentação lê-se:

> Com foco totalmente direcionado para o retrofit, a Planta.Inc. busca atrair moradores para áreas centrais de forma racional e com menor impacto ao meio ambiente e, assim, contribuir para uma cidade com acesso mais igualitário às oportunidades. (Planta Inc., s.d., s.p.)

No catálogo disponível, constam edifícios como o Renata Sampaio Ferreira, edifício modernista projetado por Oswaldo Bratke, em 1956, na esquina das ruas Major Sertório e Araújo. Com projeto da METRO Arquitetos (2024), suas lajes comerciais foram reconfiguradas para abrigar noventa e três apartamentos, mantendo elementos preexistentes da fachada tombada, como os simbólicos cobogós. As obras foram finalizadas em outubro de 2023, tornando-se o primeiro edifício a receber o *Habite-se* do programa. No mesmo catálogo encontra-se o Edifício União Continental, projeto de renovação desenvolvido pelo MMBB Arquitetos em 2022. O projeto diferencia-se dos demais, ao requalificar um edifício banal, apontado como de “autoria desconhecida”, como indica a ficha técnica disponível no site do escritório. Aqui interessa, sobretudo, a transformação de um edifício corriqueiro, sem aparente singularidade que o distinga da produção corrente à época (Figura 4).



Fig. 4: Edifício União Continental, antes da intervenção. Fotografia de levantamento. Fonte: Arquivo MMBB Arquitetos, 2020.

No memorial de projeto, disponível no site do escritório MMBB (2022), os autores afirmam:

> O União Continental é um exemplo característico da arquitetura moderna anônima das décadas centrais (sic) do século XX, predominante no centro de São Paulo e responsável por transformar esse parque imobiliário em um dos maiores conjuntos modernistas do mundo. Independentemente de sua qualidade e relevância global, a modernidade do núcleo histórico paulista é um dos aspectos mais marcantes da urbanização da cidade, tornando inquestionável a importância de sua preservação. Portanto, a valorização das características modernas do edifício foi uma das premissas fundamentais do projeto. (MMBB Arquitetos, 2022, s.p.)

Milton Braga analisa-o, apontando para o mote do projeto, reconhecível na figura 5:

> O União Continental é um edifício muito bom para reciclar, porque ele não tem um pilar central. Ele é pequenininho, mas tem vãos grandes, então você pode fazer o que quiser lá dentro. Ao mesmo tempo, como era um edifício de serviço, pensado para trabalho, ele não tinha tanto compromisso com a luz natural em todo lugar (...) ele é de lajes muito profundas. E aí a tipologia só pode ser a do pequeno apartamento, com pouca gente, em que os espaços podem ser totalmente integrados.

> Então você pode ter na mesma janela o dormir, comer, ou trabalhar, limpar a casa, cozinhar e tal. (Braga, 2024, s.p.)

Os arquitetos descrevem aspectos da transformação, denominada por eles como projeto de reciclagem, intencionalmente alheios à denominação *Retrofit,* adotada pela empreendedora Planta.Inc, nos termos correntes do mercado imobiliário. A diferença na terminologia não é banal. Uma enfatiza o procedimento, a outra, a mercadoria. Braga observa:

> Está havendo uma maior atenção agora com a reciclagem de edifícios. Essa é a palavra que eu tenho usado no lugar de retrofit, que é o jargão mais comum. Isso faz a gente pensar nos edifícios novos, projetados agora, em como serão reciclados no futuro. Hoje, mais do que nunca, temos consciência que todo projeto deve ser também concebido para sua futura reciclagem, eventualmente ressignificação. Acredito que o grande desafio da arquitetura contemporânea seja fazer algo que possa se reciclar ou se transformar, mas ao mesmo tempo, que não se degenere e, se possível, também guarde algo da sua origem, de modo que a história não se perca. (Braga, 2024, s.p.)

Enquanto reciclar diz respeito ao procedimento de transformação de resíduos, neste caso da matéria edificada obsoleta, o termo *retrofit*, adotado pelo mercado imobiliário, revela atenção sobretudo à valorização das melhorias funcionais e atualização de seus sistemas e infra-estruturas aos parâmetros e exigências das normas de eficiência contemporâneas (Powell, 1999). Ainda que se busque preservar e valorizar alguns de seus aspectos arquitetônicos, no *retrofit* o foco não está na valorização e ressignificação da matéria preexistente, mas sim no aprimoramento de um produto.

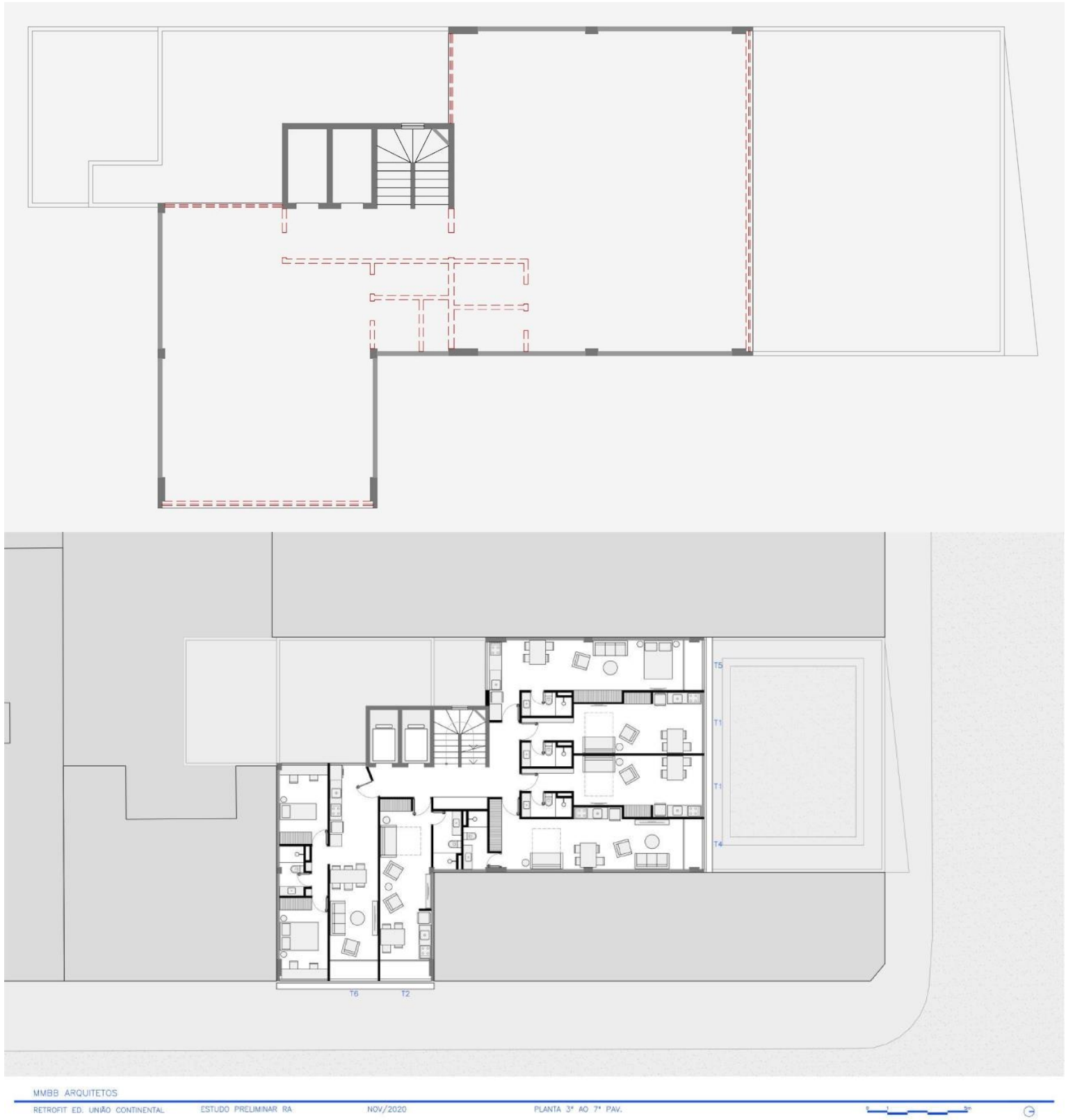


Fig. 5: Edifício União Continental, planta do pavimento tipo, manter/demolir e intervenção.Fonte: Arquivo MMBB, 2020.

O Edifício União Continental recebeu a primeira autorização de uso, após finalizada sua construção em 1973. Em dados obtidos no Arquivo Municipal[10], o projeto original é de 1963, desenvolvido pela Sorenc Engenharia para o proprietário Luiz Vicente Barros Mattos. Em 1966, houve a transferência de propriedade para a BARMA Incorporações e um projeto modificativo foi protocolado. Em 1973, foi expedido o Habite–se com auto de vistoria do final da obra. Nas plantas que estão no Arquivo Municipal, o carimbo indica o autor responsável pelo projeto: Eng. Ulysses Pasqual. Por não se tratar de um autor que foi reconhecido reiteradamente por sua produção arquitetônica, seu nome acabou se perdendo nos registros atuais. É relevante observar como os autores dessa cidade corriqueira desaparecem na historiografia da área mesmo quando o reconhecimento da qualidade do que foram capazes de produzir é destacada:

> Preservamos aquela arquitetura, mesmo ela não sendo tombada nem muito notável, aproveitamos o que existia. A luz é meio difusa, distribuída em várias janelas, então fizemos janelas do piso ao teto. Tem todas as nervuras da estrutura que acabamos expondo, porque é um concreto muito bem feito na época. (...) um concreto que não foi feito para ficar aparente, e que optamos por revelar. (MMBB Arquitetos, 2022, s.p.)

Há uma situação não mencionada nos registros dos arquitetos que merece atenção: a esquina tem uma pequena construção com cobertura em telha cimentícia e grafite nas fachadas, perceptível na Figura 7.



Fig. 7: Esquina entre as ruas Marquês de Itu e Rego Freitas. Fonte: Mariana Lunardi Vetrone, 2024.

[10] Pesquisa e levantamento dos processos, realizada no Arquivo Público Municipal de São Paulo, em janeiro de 2025.

Ruidosa, tanto em escala quanto na sua feição se comparada ao edifício que a contorna, está sempre retirada do foco do quadro nas apresentações do projeto. Nos termos dessa análise, entretanto, ela é valiosa porque existe como tal. Curiosa contradição entre os modos de registro e representação e as convicções já assumidas, ao menos por um de seus autores, Milton Braga (2024):

> A cidade tradicional trabalhava com o que já estava lá ou o que tinha à disposição, como o *bricoleur*[11]. E acho que a visão de cidade até hoje é essa: a cidade é um processo, querendo ou não, teremos que incorporar coisas que não são ideais. Mas talvez esse seja, no fundo, o ideal da cidade, a visão correta da cidade. E ela é mais bonita assim, não é? Como o Colin Rowe defende no texto[12] .(Braga, 2024, s.p.)

Um aspecto inédito redefine a apreensão do edifício desde a paisagem: seus planos cromáticos. Localizado na Vila Buarque, no encontro das ruas Marquês de Itu e Rego Freitas, os arquitetos destacam sua disposição em “L” que lhe permite ganhar duas testadas em uma diferenciação evidente na Figura 8:

> Essa dupla frente, juntamente com a profusão de empenas resultantes dessa configuração, inspirou uma composição de cores que destaca essa geometria como virtude. (...) quem caminha pela Rua Rego Freitas encontra sempre um tom bordô, enquanto, pela Rua Marquês de Itu, destaca-se um azul-claro. Duas ruas, duas cores, duas presenças distintas. Na esquina, onde as cores se encontram, surge uma terceira aparência, fruto da composição do bordô e do azul-claro, que destaca a condição peculiar do edifício na cidade. (MMBB Arquitetos, 2022, s.p.)

[11] Termo utilizado por Colin Rowe e Fred Koetter (1978) para se referir ao sujeito que procede à “bricolagem” na cidade tradicional.

[12] O arquiteto se refere à obra *Cidade Colagem* de Colin Rowe e Fred Koetter (1978).



Fig. 8: Edifício renovado, inserido na paisagem urbana. Fonte: Israel Gollino/Planta.Inc, 2024.

O projeto é rico em delicados e criteriosos detalhes. Por exemplo, para reduzir a ausência de luz natural na profundidade da laje, que chega a 11 metros em alguns casos, se insere um bloco de vidro e um elegante fechamento para trazer alguma luz. Três em uma face, duas em outra, e um na menor face. Esse padrão gera um pontilhismo nas fachadas, certamente mais visíveis à noite, quando iluminados por dentro. Nos desenhos publicados, esses detalhes não aparecem, apenas nos desenhos do executivo, apresentados na Figura 9. No entanto, esse aspecto é perceptível nas fachadas, se observados com atenção nas fotografias do construído.

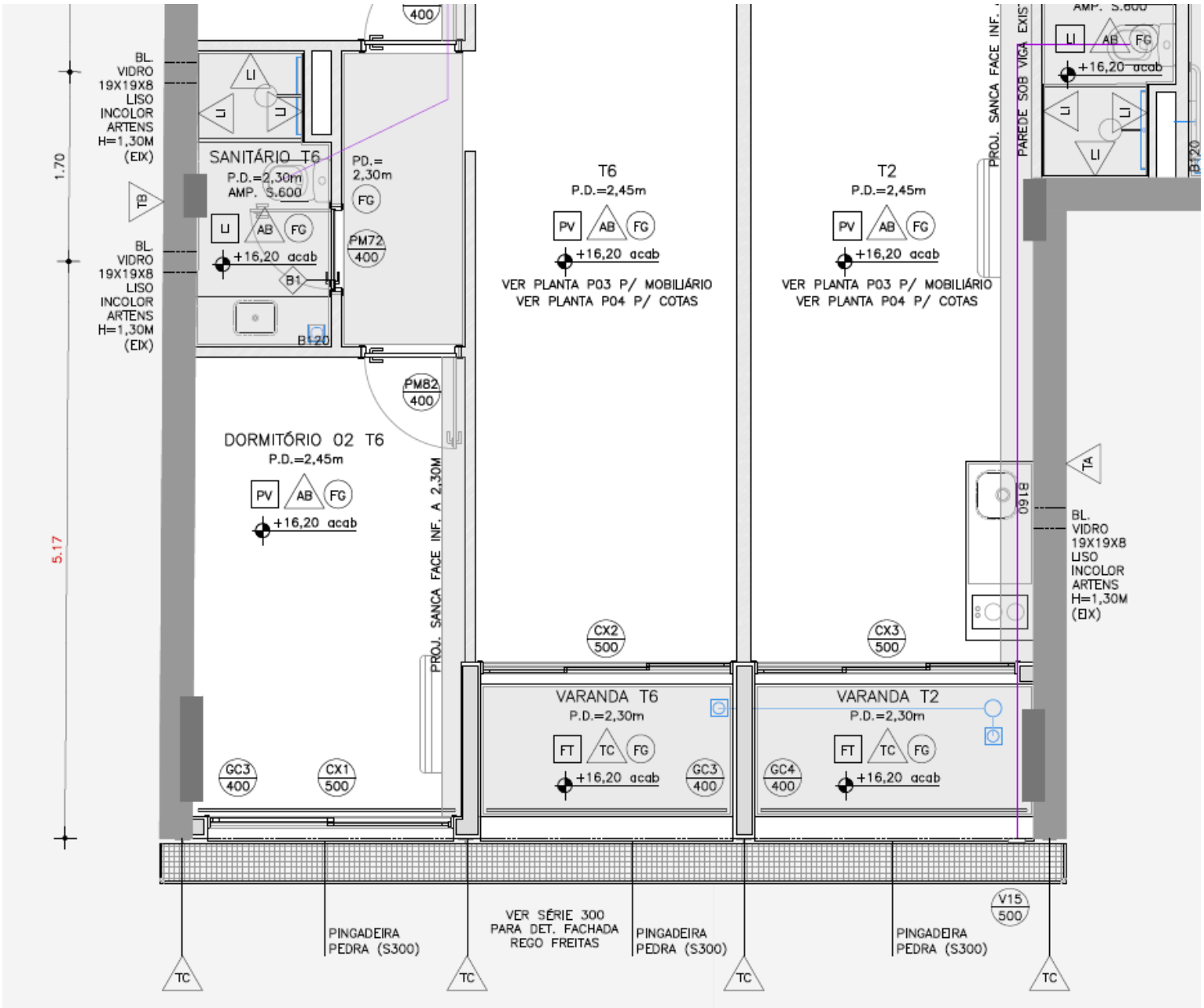


Fig. 9: Detalhe do projeto executivo onde são visíveis as inserções dos blocos de vidro nas empenas do edifício. Fonte: Arquivo MMBB, 2022.

3 Considerações finais

Rochelle Costi e Milton Braga, em co-autoria com Marta Moreira e Maria João Figueiredo, mesmo atuando em distintas linguagens poéticas, têm um valor comum: saber movimentar o habitual de modo a devolver atenção ao que foi tratado como banal. Sabem reencantar o mundo ao se permitirem deter o olhar e trabalhar sobre o que lá está. Sem juízo prévio, e sem prejuízo dos valores existentes, atuam com liberdade para construir valor para além do que já existe. A partir de suas miradas, as bases então alteradas ganham outra potência. Os estudos de caso apresentados aqui se inserem em uma temática de interesse longevo. Trazem a ela, entretanto, um renovado frescor ao usufruírem dessa atenção ao banal cotidiano diante dos desafios do contemporâneo, dentre eles a necessidade de se contrapor a uma ação ainda tão presente de demolição/reconstrução no campo disciplinar da arquitetura. O edifício *União Continental* permite reconhecer uma prática comum na construção corriqueira, embora pouco usual na produção formal da arquitetura, de valorizar a permanência de um edifício ordinário. Ao intervir em sua totalidade e não apenas em uma ou outra unidade, o projeto em questão se insere a uma urgente convicção de que reformar é melhor do que demolir/construir. Uma ação local que se engaja em um compromisso internacional.

Valioso aqui observar que, apesar de indiferentes ao nome do autor do edifício, a qualidade edificada não passa despercebida pelos arquitetos. Seria revelação de outra sintonia no campo disciplinar da arquitetura? Espera-se que sim. Ao menos na criteriosa análise e valorização do artefato em si. Ainda que a atividade de reconstrução esteja presente desde sempre na construção dos lugares, as razões e o interesse em disputa são atuais e produzem renovados saberes em transformações. Essa ação permite a valorização da memória e de patrimônios invisibilizados, que são revelados a partir de um projeto arquitetônico e urbanístico de intervenção. Aproximá-lo de *Pratos feitos* ocorre no interesse de promover diálogos, neste caso, entre campos distintos de atuação, ainda que em permanente contato. As duas obras, cada uma em seu campo, atuam como práticas. Essa associação resultou como confirmação também da hipótese inicial, objetivo da análise: o que permite aproximar as duas obras nas duas áreas, artes visuais e arquitetura, são os valores mobilizados por elas, mais do que os domínios poéticos que as engendram. O valor está produzido no modo de olhar para ressignificar, interferir, inventar e não mais no reconhecimento estável do que já está. Se permitem a sofisticada e difícil tarefa de encantar, para então poder reencantar o mundo, estranhando e inventando a partir do que foi encontrado, sem simplesmente acatá-lo. Fazem o mundo girar sem aniquilar o tempo perceptível através das coisas. Levam ao reconhecimento do que alertou Perec (2013), ao se dedicarem a coisas comuns, ao que já existe, ao que somos.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio à pesquisa (PQ - 305509/2022-5).

Referências

Almeida, E., & Bogéa, M. (2016). *Patrimônio como memória, memória como invenção*. Arquitextos, 17 (195.04). https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6175

Benjamin, W. (1994). Experiência e pobreza. In *Obras escolhidas* (Vol. 1, *Magia e técnica, arte e política*, S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense.

Bogéa, M., & Guerra, A. (2012, maio). *Algo muito humano além de belo: Exposição Território de Contato, módulo 1 – Cao Guimarães e Brasil Arquitetura.* Arquitextos, 12 (144.00). Vitruvius. https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4365

Bogéa, M., & Guerra, A. (2014, abril). *O desenho e a construção: Território de Contato, módulo 2 – Nicolás Robbio e Marcos Acayaba.* Arquitextos, 14 (167.00). Vitruvius. https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.167/5184

Bogéa, M., & Guerra, A. (2014, dezembro). *Paisagens justapostas: Colagens: Exposição Território de Contato, módulo 3 – MMBB Arquitetos e Gisela Motta & Leandro Lima.* Arquitextos, 15 (175.06). Vitruvius. https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5382

Bourriaud, N. (2009). *Pós-produção: Como a arte reprograma o mundo contemporâneo* (1ª ed.). Martins Editora.

Braga, M. (2024). *Entrevista concedida a Mariana L. Vetrone, realizada em 19 de abril de 2024, acesso restrito.*

Braga, M. & Franco, Fernando de Mello. (1996). *Intervenção arte/cidade.* https://mmbb.com.br/projeto/intervencao-arte-cidade

Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Vozes.

Costi, R. (1997). *Pratos típicos*. https://rochellecosti.com/Pratos-tipicos-1997-1

Costi, R. (2005). *Sem título / Untitled / Sin título*. Metalivros / Galeria Brito Cimino. https://rochellecosti.com/Conversa-com-Ivo-Mesquita-para-o-livro-Rochelle-Costi-Sem-titulo-2005

Devecchi, A. M. (2014). *Reformar não é construir: A reabilitação de edifícios verticais – Novas formas de morar em São Paulo no século XXI.* Editora Senac São Paulo.

Druot, Lacaton & Vassal. (2011). *Transformation de la Tour Bois le Prêtre - Paris 17* https://www.lacatonvassal.com/?idp=56

Fioravante, C. (1997, 26 de outubro). [Artigo de jornal]. *Folha de S. Paulo – Mais!*. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/26/mais!/48.html

Espallargas Gimenez, L. (1993, março). Arquitetura pequena: Quando simplicidade e correção substituem a genialidade. *Óculum*, (3), 72–80. https://periodicos.puc-campinas.edu.br/revistaoculum/issue/view/939

Espallargas Gimenez, L. (2009). A propósito do juízo da arquitetura paulistana. *Arquitextos*, 9 (105.02). https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.105/73

Marins, P. C. G. (2017). O Brasil que a lista do Patrimônio Mundial revela (e eclipsa). In M. T. D. Paes & M. A. Sotratti (Orgs.), *Geografia, turismo e patrimônio cultural: Identidades, usos e ideologias* (pp. 67–87). Editora da Universidade de Coimbra; Annablume. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_5

Metro Arquitetos. (2024). *Edifício Renata* https://metroarquitetos.com.br/projeto/renata-sampaio-2024/

Metrópole Arquitetos. (2024). *Retrofit Edifício Virgínia*. https://metropole.arq.br/retrofit-virginia

MMBB Arquitetos. (2022). *Edifício União Continental*. https://mmbb.com.br/projeto/retrofit-edificio-uniao-continental/

Perec, G. (2013). *Lo infraordinario*. Eterna Cadencia Editora.

Planta Inc. (s.d.). *A Planta*. https://plantainc.com/a-planta/

Powell, K. (1999). *Architecture reborn: Converting old buildings for new uses*. Rizzoli.

Prefeitura do Município de São Paulo. (2021). *Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021 – Programa Requalifica Centro*. https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17577-de-20-de-julho-de-2021

Pritzker Prize. (2021). *Anne Lacaton and Jean-Philippe Vassal*. https://www.pritzkerprize.com/laureates/anne-lacaton-and-jean-philippe-vassal#laureate-page-2291

Rowe, C., & Koetter, F. (1978). *Collage city*. The MIT Press.

Sant'Anna, M. (2017). *A cidade-atração: A norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990.* EDUFBA / PPG-AU FAUFBA.

Somauma. (s.d.). *Sobre*. https://www.somauma.com.br/sobre

Tala, A. (2025). *A casa como laboratório do deslumbramento: O infraordinário e a construção do habitar na obra de Rochelle Costi*. In *Rochelle Costi – A casa como laboratório*. Galeria Luciana Brito. https://issuu.com/lucianabritogaleria/docs/rochelle_costi_alexia_tala_2025

CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS

YURI COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS HENRIQUE DE LIMA

Yuri Nascimento Paes da Costa é Advogado, Arquiteto e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Pesquisa políticas habitacionais sob perspectiva de gênero e sexualidade, com ênfase na população LGBTQIA+. yurinpdacosta@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/4846808962720194

Eduardo Rocha Lima é Arquiteto e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Possui interesse nas temáticas de apropriação do espaço, experiência urbana, corpos, gêneros e sexualidades. eduardolima@ufba.br
http://lattes.cnpq.br/8364590024938492

Carlos Henrique Magalhães de Lima é Arquiteto e Doutor em Urbanismo. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Coordena pesquisas nas temáticas de urbanização contemporânea, ativismos urbanos, relações étnico-raciais na cidade, expressões populares e acervos, arquivos, fontes e narrativas urbanas. carloshenrique@unb.br
http://lattes.cnpq.br/7899321988947015

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Costa, Y. N. P.; Lima, E. R.; Lima, C. H. M. (2025). Caso-experiência: desafios metodológicos na metrópole contemporânea. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 82-95 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239659

Resumo

Este artigo tem como objetivo estabelecer o método caso-experiência como uma alternativa situada e crítica à lógica analítica distanciada dominante no campo da Arquitetura e Urbanismo. A partir da investigação empírica do programa *Habitar en Igualdad*, que construiu duas quadras habitacionais para mulheres e população LGBTQIA+ em La Rioja (Argentina), sustenta-se que o conhecimento urbano exige envolvimento ético, escuta sensível e presença encarnada do pesquisador. O caso-experiência se apresenta como método implicado, instável e responsivo, capaz de tensionar categorias normativas, incorporar a corporeidade na produção de saber e responder aos sujeitos e territórios que convoca. Além disso, o método caso-experiência fomenta interlocuções críticas nas pesquisas em Arquitetura e Urbanismo, sobretudo aquelas dedicadas às lutas de movimentos sociais, aos grupos vulneráveis e às múltiplas formas de disputa pelo habitar. Como resultados, identificamos que a utilização do método é crucial para a captação do conteúdo latente da pesquisa, ainda mais, quando o que se está em jogo são múltiplas e complexas camadas sociais existentes nas cidades do Sul Global. Além disso, com base em referenciais feministas, decoloniais e queer, argumenta-se que repensar os modos de conhecer o urbano é condição para enfrentar as desigualdades que marcam as cidades latino-americanas.

Palavras-Chave: Metodologias críticas, Epistemologias situadas, Dissidências, Políticas habitacionais

1 Introdução

Os estudos sobre as metrópoles contemporâneas têm passado por transformações significativas. As fontes se diversificaram, com destaque para o papel dos arquivos. Infraestruturas passaram a ser pensadas em articulação com outras espécies (não-humanas), redimensionando abordagens e perspectivas políticas (Tsing, 2021). Ao mesmo tempo, leituras que colocam o corpo no centro do debate ganharam fôlego, reposicionando gênero e raça como elementos estruturantes da cena urbana. Nesse contexto, a formulação de Judith Butler (2018) sobre a aliança dos corpos se destaca já que a presença coletiva no espaço público constitui um paradigma político que, por meio do aparecimento, redireciona a agenda de lutas, amplia os tópicos em debate e estimula a mobilização. Neste artigo, analisamos como as abordagens urbanísticas têm sido afetadas por esse contexto. Argumentamos que a presença do corpo na pesquisa diz respeito não apenas às escolhas metodológicas, mas também aos meios de investigação. Propomos o termo caso-experiência como chave analítica para compreender as tensões nos processos de produção espacial, entendidos como horizontais, descentralizados e multiescalares, mesmo quando marcados por assimetrias.

O conceito caso-experiência emergiu a partir de um estudo empírico: a implantação de duas quadras habitacionais em La Rioja (Argentina), voltadas à população LGBTQIA+. Compreendemos, na pesquisa de mestrado[1], que o caso La Rioja não se tratava de um caso referencial, como propõe Rosângela Cavallazzi (1993), um exemplo paradigmático que ilustra uma teoria pré-existente, mas de um estudo que exige a aproximação do pesquisador, em contato direto com os agentes dessa transformação espacial. O caso-experiência nos conduz a modos outros de conhecer a cidade, a partir da experiência situada do pesquisador em diálogo com os sujeitos da pesquisa, não como objetos, mas como produtores de conhecimento (Ribeiro, 2010). Essa perspectiva valoriza a diversidade de corpos e sujeitos que constroem cotidianamente a cidade e reconhece, nos conflitos urbanos, uma chave para pensar suas transformações. Isso exige repensar os instrumentos analíticos da Arquitetura e Urbanismo, superando as limitações das ortodoxias teóricas diante da complexidade das lutas sociais. A abordagem aqui proposta é situada e crítica, alinhada a investigações do espaço urbano que têm buscado novos caminhos metodológicos, sobretudo por meio de metodologias insurgentes e indisciplinas epistemológicas (Tavares & Ramos, 2021). O texto está estruturado em três partes: a primeira apresenta o referencial teórico-metodológico; a segunda, o caso empírico de La Rioja; e a terceira, uma discussão sobre os limites e potências do caso-experiência como ferramenta investigativa em Arquitetura e Urbanismo.

[1] A dissertação de mestrado é intitulada “Políticas de habitação e a perspectiva do gênero: limites e possibilidades a partir da experiência do *Habitar en Igualdad*” foi produzida por Yuri Nascimento Paes da Costa (doutorando PPGFAU UnB) com orientação do professor Carlos Henrique Magalhães de Lima (FAU UnB). Durante a trajetória da dissertação, o professor Eduardo Rocha Lima (UFBA), também contribuiu substancialmente para a construção da pesquisa.

O presente artigo inscreve-se também no campo das discussões críticas e multilaterais em Arquitetura e Urbanismo, entendidas aqui como o conjunto de embates, confrontos e interlocuções, que percebem a metrópole contemporânea como um território de disputa. Ao partir da visibilização das lutas por moradia de mulheres em situação de violência e de pessoas LGBTQIA+, objetiva-se tensionar os métodos de investigação convencionais e evidenciar que, no Sul Global, a produção do habitat não ocorre de forma linear ou consensual. Pelo contrário, ela emerge do atrito entre modelos institucionais e massificados de habitação, práticas insurgentes de movimentos sociais, reivindicações de sujeitos historicamente marginalizados e formas dissidentes de habitar. Nesse sentido, o caso-experiência é assumido como uma práxis situada que opera justamente nesse campo de interlocuções e confrontações, alinhando o artigo ao debate proposto sobre os modos multiescalares de debater a metrópole contemporânea.

2 A crise dos métodos clássicos e o surgimento de novas sensibilidades urbanas

As formas tradicionais de produzir conhecimento em Arquitetura e Urbanismo, sobretudo na América Latina, seguem marcadas por heranças coloniais e enfrentam dificuldades para refletir criticamente os conflitos contemporâneos que atravessam os territórios urbanos. A crise metodológica, no entanto, começa na confusão recorrente entre epistemologia, metodologia e método. Como apontam Rossana Tavares e Diana Ramos (2021), essa indefinição impacta diretamente na forma como o conhecimento é produzido, ensinado e validado no campo das ciências sociais aplicadas. Para as autoras, a falta de distinção entre esses conceitos perpetua um modelo tecnocrático que deslegitima abordagens indisciplinadas, como os saberes decoloniais, feministas e insurgentes. Compartilhamos essa crítica e, por isso, buscamos esclarecer os conceitos para estabelecer o terreno do debate. O primeiro equívoco diz a respeito à concepção da epistemologia, que pode ser definida como reflexão filosófica crítica sobre os fundamentos, os limites e as condições de validade do conhecimento científico (Japiassu, 1991; Baumgarten, 2016). Trata-se de um campo que interroga quem pode conhecer, a partir de onde, com quais critérios e com quais interesses. A metodologia, por sua vez, conforme Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2003), é a teoria da investigação científica, um corpo organizado de princípios que orientam a escolha e a aplicação dos métodos, articulando os objetivos da pesquisa com suas técnicas e estratégias. Como destaca Antonio Chizzotti (2003), a metodologia atua no nível da justificação e da coerência entre os fundamentos teóricos e procedimentos empíricos. O método corresponde às técnicas operacionais específicas adotadas na investigação, como entrevistas, observações ou cartografias e, embora necessário, não é suficiente para garantir um processo de conhecimento crítico (Cardoso, 1971).

Ainda sobre o método, para Miriam Cardoso (1971), utilizá-lo para olhar para o objeto de pesquisa de forma universal, sem atentar às condições históricas e políticas que o moldam, dará ensejo à formação de suposições incapazes de abordar problemas sociais que exigem maior engajamento e pensamento crítico do pesquisador. Em Arquitetura e Urbanismo, isso implica dizer que o uso de métodos como ferramentas neutras, sem considerar as vozes dos sujeitos participantes da pesquisa, “muitas vezes marcados por sua realidade social circundante” (Chizzotti, 2003, p. 230), pode levar também à desconsideração das singularidades dos objetos de pesquisa, além de contribuir com reforço de estruturas hegemônicas de saber ao invés de questioná-las. Superada a confusão conceitual, é fundamental que o campo da Arquitetura e Urbanismo enfrente a fetichização do método técnico. É preciso refletir que a reprodução acrítica e sistemática de métodos dentro do ensino, da investigação e da práxis de Arquitetura e Urbanismo é um sintoma que precisa ser mais bem compreendido. Parte desse problema reside no fato de que as categorias científicas são frequentemente tratadas como universais, fixas e imutáveis, desconsiderando seus contextos históricos, ideológicos e sociais de formulação. Como argumenta Sandra Harding (1986), a própria epistemologia dominante ignora que seus instrumentos de análise também são historicamente situados e politicamente implicados. Para a autora, as categorias utilizadas nas ciências sociais não são estáticas, e sua instabilidade deve ser reconhecida como força crítica. Ao invés de comprometer a ciência, a instabilidade epistemológica permite construir análises mais sensíveis às relações de poder que atravessam a pesquisa.

Reconhecer o caráter situado do conhecimento não significa aderir ao relativismo. Como adverte Donna Haraway (1995), há riscos reais em negar a materialidade do corpo e de suas dores, do território e de seus conflitos. O que se propõe é uma objetividade encarnada, uma ciência parcial, sim, mas comprometida com a vida e com a construção coletiva de verdades localizadas. Não se trata de desconstruir tudo, mas de abrir caminho para práticas mais atentas à realidade concreta dos sujeitos urbanos, incluindo periferias insurgentes, ocupações coletivas e corpos dissidentes. A forma como a ciência é contada, bem como suas narrativas, suas estratégias de visibilização, seus vocabulários e procedimentos, determina o que pode ser reconhecido como verdade (Harding, 1986; Haraway, 1995). Toda produção de conhecimento tem implicações

políticas e simbólicas, o que faz com que seja necessário prestar atenção em quem a conta, como conta, e com que efeitos. No campo da Arquitetura e Urbanismo, isso significa compreender que o método de pesquisa escolhido pode operar como um mecanismo de apagamento, ao invisibilizar corpos subalternizados, saberes populares e tratar normas espaciais como verdades técnicas e imutáveis, descoladas de seus contextos históricos e políticos. Portanto, repensar os métodos não é um luxo teórico, mas uma urgência ética e política diante da complexidade urbana contemporânea e das desigualdades estruturais que conformam nossas cidades.

Diante da capacidade restrita que, muitas vezes, os métodos tradicionais da Arquitetura e Urbanismo apresentam para registrar e analisar a complexidade dos fenômenos contemporâneos das cidades latino-americanas, novas sensibilidades investigativas têm emergido a partir de perspectivas insurgentes, generificadas, racializadas e corporificadas. Trata-se de um conjunto de práticas e reflexões que colocam no centro da produção de conhecimento elementos muitas vezes ignorados pelos cânones da arquitetura do urbanismo como as diferenças, o corpo, o afeto, o conflito e as contradições dos sujeitos e dos espaços. Para Butler (2018), por exemplo, os corpos, quando presentes no espaço público e em aliança, produzem não apenas uma presença política, mas também um saber corporificado, materializado, uma forma de inteligência coletiva que se manifesta nas ruas e nas disputas materiais pela cidade. Já Haraway (1995), ao propor saberes localizados, ressalta que todo conhecimento é parcial, situado e relacional, ou seja, não pode ignorar as posições e os corpos desde onde se fala e os efeitos de poder que isso implica. A própria cidade torna-se obra (Lefebvre, 2010) de saberes múltiplos e contraditórios, que desafiam a hegemonia epistêmica e exigem outras formas de escuta, análise e registro, em suma: outros métodos mais sensíveis.

Nesse sentido, práticas indisciplinadas (Tavares & Ramos, 2021), críticas e/ou coletivas que emergem de pesquisadores ou de expressões e coletivos populares, como as intervenções urbanas, artísticas e tecnopolíticas (Lima, 2015), apresentam-se como opções mais eticamente comprometidas com a realidade sociopolítica diversa da América Latina. Além disso, esses novos caminhos para os métodos também podem contribuir com formas de leitura, registro, análise e constituição de acervos alternativos destes territórios subalternos, impactando o processo de desestabilização dos limites disciplinares de Arquitetura e Urbanismo e propondo novas epistemologias encarnadas. Isso não significa rejeitar ou apagar todo o conhecimento já acumulado, como se estivéssemos condenados a um ceticismo absoluto. Ao contrário, é justamente contra a armadilha do cinismo total, como nomeia Haraway (1995), que precisamos nos posicionar. A crítica às estruturas epistêmicas dominantes não implica aniquilar o passado, mas propor desvios e reaproveitamentos insurgentes, capazes de edificar e elaborar outros métodos de pesquisa e outras práticas do corpo pesquisador. Como sugere Anna Tsing (2021), em meio às ruínas e incertezas deixadas pelo projeto moderno, ainda é possível encontrar alianças precárias, zonas de contato e novas formas de vida em comum. No interior desse cenário de instabilidade e multiplicidade, a tarefa da pesquisa urbana torna-se também a de abrir caminho para mundos possíveis, nos quais os saberes encarnados possam florescer. Essas novas sensibilidades urbanas não apenas tensionam os limites epistemológicos do campo, mas também exigem outras formas de conduzir a investigação. É nesse contexto que propomos o conceito de caso-experiência como uma estratégia metodológica insurgente, encarnada e crítica, que será aprofundada nas seções seguintes.

3 A experiência de La Rioja e o surgimento do caso-experiência

As metodologias tradicionais de estudo de caso frequentemente se ancoram em estratégias comparativas voltadas à extração de padrões, à identificação de recorrências e à formulação de generalizações aplicáveis a um universo de situações semelhantes. Esse tipo de abordagem, embora útil para algumas investigações, tende a desconsiderar dinâmicas singulares e contextos multidisciplinares marcados por tensões políticas que conformam experiências urbanas contemporâneas. Como proposto por Cavallazzi (1993), o conceito de caso-referência surge, assim, como alternativa a esse modelo, ao propor uma lente crítica, de natureza interdisciplinar, para análise de cenários urbanos singulares, situados na realidade concreta, capazes de iluminar premissas teóricas sem necessariamente gerar regras gerais. Melhor explicitando, segundo Cavallazzi (1993), o caso analisado não seria o fim empírico do estudo, mas ponto de apoio para construir categorias teóricas, numa lógica que se opõe ao uso meramente ilustrativo ou exemplarizante dos estudos de caso clássicos. A metodologia desenvolvida por Cavallazzi, portanto, é profundamente marcada por uma visão ampla, realizada interdisciplinarmente com costuras de análises normativas, observação do território e reflexões teóricas, apresentando, ao fim, críticas que ajudam a desestabilizar as formas universais, abstratas e funcionalistas do Direito Urbano e do Planejamento Urbano.

Com base na metodologia do caso-referência proposta por Cavallazzi (1993), foi elaborada a dissertação de mestrado de onde parte este texto (ver nota 1). No trabalho, foi abordado um caso bastante singular por se tratar das primeiras quadras habitacionais totalmente financiadas pelo poder público argentino para destinar moradia à população LGBTQIA+, sobretudo, travestis e transexuais trabalhadoras do sexo. Ao longo da pesquisa, foi necessário distinguir as categorias estudo de caso e caso-referência. A segunda etapa incluiu a análise de diversas experiências de políticas habitacionais voltadas a mulheres e população LGBTQIA+ na América Latina e na Europa. Foram examinados exemplos como cooperativas habitacionais no Uruguai, casas de acolhida na Colômbia, avanços legislativos no Brasil, além de projetos como *Lebensort Vielfalt* e *L.O.V.O* em Berlim e *Rainbow Houses* na Bélgica e Holanda. Esses estudos ajudaram a situar a pesquisa no estado da arte e a reconhecer o caráter excepcional do *Habitar en Igualdad*, ao menos no contexto latino-americano. Diferentemente de outros casos, o programa argentino previu formação profissional dos futuros moradores e não exigiu contrapartida financeira. Também se destacou como política de redistribuição e reconhecimento.

Por sua vez, a análise das quadras *Renacer I* e *II* em La Rioja como caso-referência (Cavallazzi, 1993), foi importante porque permitiu: 1) compreender o desenho institucional do programa que financiou a construção das moradias; 2) visualizar quais foram agentes políticos e sociais envolvidos no processo; 3) analisar garantias legais que possibilitaram o prosseguimento da política; e 4) examinar etapas da efetivação da política e da construção das moradias. Ao fim, também foi possível mensurar quais avanços objetivos a política projetou não só na Argentina, como na América do Sul, bem como limites e obstáculos que se deparou e que comprometeram sua continuidade. No entanto, ao fim da dissertação, os limites da noção de estudo de caso e caso-referência tornaram-se evidentes quando passamos a querer decifrar processos urbanos marcados por conflitos contemporâneos que incluem questões interseccionais, e que atravessam os próprios pesquisadores através de uma experiência sensível de campo. Em outras palavras, ressaltou-se que, embora ambos os modelos fossem capazes de oferecer instrumentos valiosos para o cenário em La Rioja, o contato direto com os sujeitos e espaços pesquisados poderiam produzir resultados não apenas no papel, mas também na realidade dos próprios pesquisadores. Isso fez com que fosse necessário propor uma nova categoria metodológica: o caso-experiência.

Diferentemente de estudos baseados apenas em fontes bibliográficas e documentais, o caso-experiência exige incorporar a vivência como parte constitutiva da análise. A pesquisa realizada *in loco*, com visitas de campo, conversas com moradores, agentes públicos, privados e organizações do terceiro setor, evidenciou a importância dessa dimensão situada e implicada. O foco deixou de ser a explicação racional e distanciada para se tornar um modo de conhecimento encarnado, atento às tensões e potências do território. Desde o início, o *Habitar en Igualdad* escapava das classificações usuais em Arquitetura e Urbanismo. Não era um estudo de caso convencional, pois carecia de dados sistematizados e replicabilidade entre províncias. Tampouco se encaixava integralmente no modelo de caso-referência, pois se encontrava em formulação incerta, tanto jurídica quanto empírica. Apesar de anúncios oficiais entre 2019 e 2023 em cidades como Resistencia, Puerto Madryn, Santa Rosa e Bariloche, apenas em La Rioja as vinte e cinco unidades para mulheres e população LGBTQIA+ foram efetivamente construídas. A singularidade da experiência e sua frágil institucionalização impunham a presença direta como condição investigativa.

Ainda que respaldado por uma resolução conjunta dos ministérios de *Desarrollo Territorial* e de *Mujeres, Género y Diversidad*, o programa não dispunha de instrumentos jurídicos robustos para garantir repasse federal de verbas às províncias. Essa instabilidade legal, associada à ausência de registros públicos atualizados e à crescente opacidade institucional provocada pela transição política argentina, inviabilizava qualquer tentativa de pesquisa à distância. Foi nesse contexto que, a partir de outubro de 2023, estabeleci contato com diversos atores institucionais e comunitários, com objetivo de organizar uma imersão de campo em janeiro de 2024. A urgência do gesto respondia à necessidade de observar, escutar e experimentar o objeto de pesquisa a partir de uma presença situada. Entre outubro e dezembro de 2023, enviei dezenas de mensagens a órgãos públicos em nível federal e provincial, utilizando e-mails institucionais, redes sociais e ofícios de apresentação. Apenas o ministério de *Mujeres, Género y Diversidad* e a *Fundación Vamos a Andar* (FUNDAVA) responderam, ainda que de forma limitada, conforme apresentado na Figura 1. As informações recebidas foram insuficientes para guiar a pesquisa remotamente, mas a disponibilidade da FUNDAVA se revelou decisiva. A instituição assumiu o compromisso de articular contatos com pessoas envolvidas na formulação e implementação do programa em La Rioja, tornando-se ponto de ancoragem para a pesquisa.

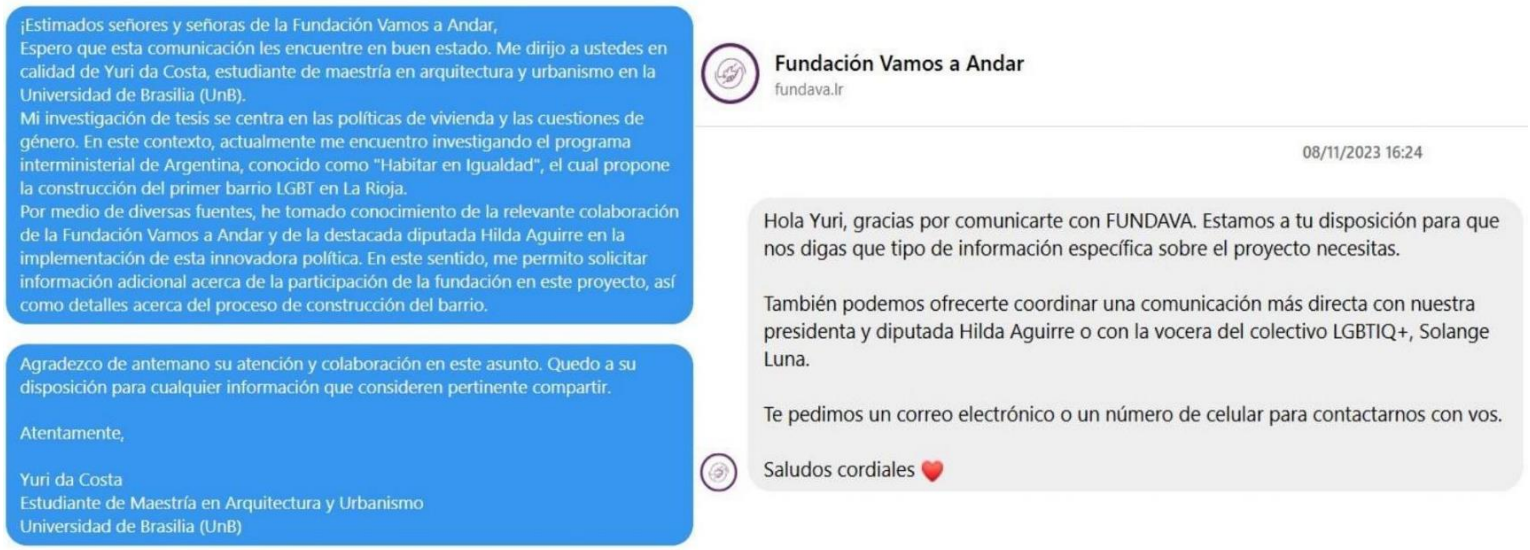


Fig. 1: Diálogos iniciais com a *Fundación Vamos a Andar*. Fonte: Yuri da Costa, 2024.

Durante o final de 2023, estreitei o contato com a FUNDAVA, no entanto, era perceptível que a instabilidade política das eleições presidenciais tomou todos os esforços humanos e políticos da FUNDAVA e demais órgãos públicos da Argentina. Os poucos ministérios que haviam respondido, já não davam mais notícias e a crescente popularidade de Javier Milei também não tornava fáceis as pesquisas aprofundadas sobre políticas dedicadas às questões de gênero e sexualidade, enxergadas pela extrema-direita como alvo político preferencial para criticar governos progressistas. Assim, em Janeiro de 2024, aterrizei em Buenos Aires, com visita marcada ao *Ministerio del Desarrollo Territorial* e ao *Ministerio de Mujeres, Género y Diversidad*, ambos responsáveis por criar o *Habitar en Igualdad*. Contudo, me deparei com a desinstitucionalização abrupta dos ministérios e a supressão de políticas públicas de gênero e habitação, o que fez com que fosse inevitável lidar com os vestígios de uma política em colapso. Como me explicou uma única funcionária disposta a dar alguma informação: não apenas o *Habitar en Igualdad* estava suspenso, mas todos os programas federais de habitação, inclusive os próprios ministérios.

A situação me levou a pensar no que propõe Ann Laura Stoler (2013), que as ruínas não se limitam a escombros do passado, mas atuam como estruturas vivas que organizam afetos e relações no presente. Os prédios dos ministérios visitados em Buenos Aires, ainda sinalizados por placas institucionais, continuavam a abrigar servidores que permaneciam em seus postos, mesmo sem diretrizes claras, como se performassem um Estado já ausente. A presença nesses espaços, marcada por silêncios e desinformações, revelou não apenas o esvaziamento técnico da política habitacional investigada, mas um processo profundo de esgarçamento institucional. A política, embora ainda registrada nos documentos e nos discursos, já não se materializava como prática ativa: pairava como uma promessa interrompida e memória em disputa. Apesar disto, o que restava era pesquisar o *Habitar en Igualdad* não apenas como um objeto empírico, mas encarar a situação como decisão política e epistêmica de recusar o desaparecimento de uma política que visibilizava mulheres e LGBTQIA’s dentro do âmbito de políticas de habitação na América do Sul. Ao insistir em documentar uma política prestes a ser extinta, o gesto metodológico foi convertido também em uma prática de luto e de resistência (Butler, 2011) e corporal sentida diante do choque ali nas ruínas dos ministérios: uma tentativa de preservar no discurso e nos estudos sobre políticas públicas de habitação aquelas vidas que o novo governo tentava apagar, tanto no plano simbólico quanto material.

A aproximação com o *Habitar en Igualdad*, portanto, não se deu de forma linear ou previamente planejada. Ela foi marcada por interrupções e rearranjos constantes, exigindo uma inflexão metodológica orientada pela urgência de estabelecer contato direto com os sujeitos implicados na formulação, implantação e uso da política pública. Ao chegar em La Rioja (Figura 2), logo após o contexto caótico presenciado em Buenos Aires, consegui retomar o vínculo com a FUNDAVA, especialmente por meio de Luciana de Soria, administradora da instituição e filha da fundadora, a deputada nacional Hilda Aguirre. Em conversas iniciais, Luciana de Soria apresentou a história da fundação, criada em 2008 com atuação voltada inicialmente ao cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade. De acordo com ela, a FUNDAVA ampliou seu escopo,

tornando-se um centro de referência em acolhimento, formação e assistência a grupos historicamente marginalizados, como mulheres e população LGBTQIA+.



Fig. 2: Registros da área central da cidade de La Rioja. Fonte: Yuri da Costa, 2024.

Após este diálogo introdutório, Luciana de Soria me conduziu às quadras habitacionais *Renacer I* e *II*, ainda em construção, possibilitando registros fotográficos e coleta de dados para a pesquisa. O percurso até o local evidenciou a distância entre as novas unidades habitacionais e a malha urbana consolidada de La Rioja e quando indagada sobre a localização das novas quadras, Luciana de Soria explicitou que a área inicial, oferecida pelo governo de La Rioja, era mais periférico e desconectado, tendo sido substituído por outro mais acessível, com orientação do então ministro federal Jorge Ferraresi. Contudo, o que presenciei é que a área atual, embora situada entre os bairros consolidados de Victoria Romero e Humberto Arturo Illia (Figura 3), ainda é desconectada do centro urbano e possui uma infraestrutura urbana precária, revelando um padrão de segregação espacial que é frequente em políticas urbanas destinadas à população de baixa renda na América Latina.

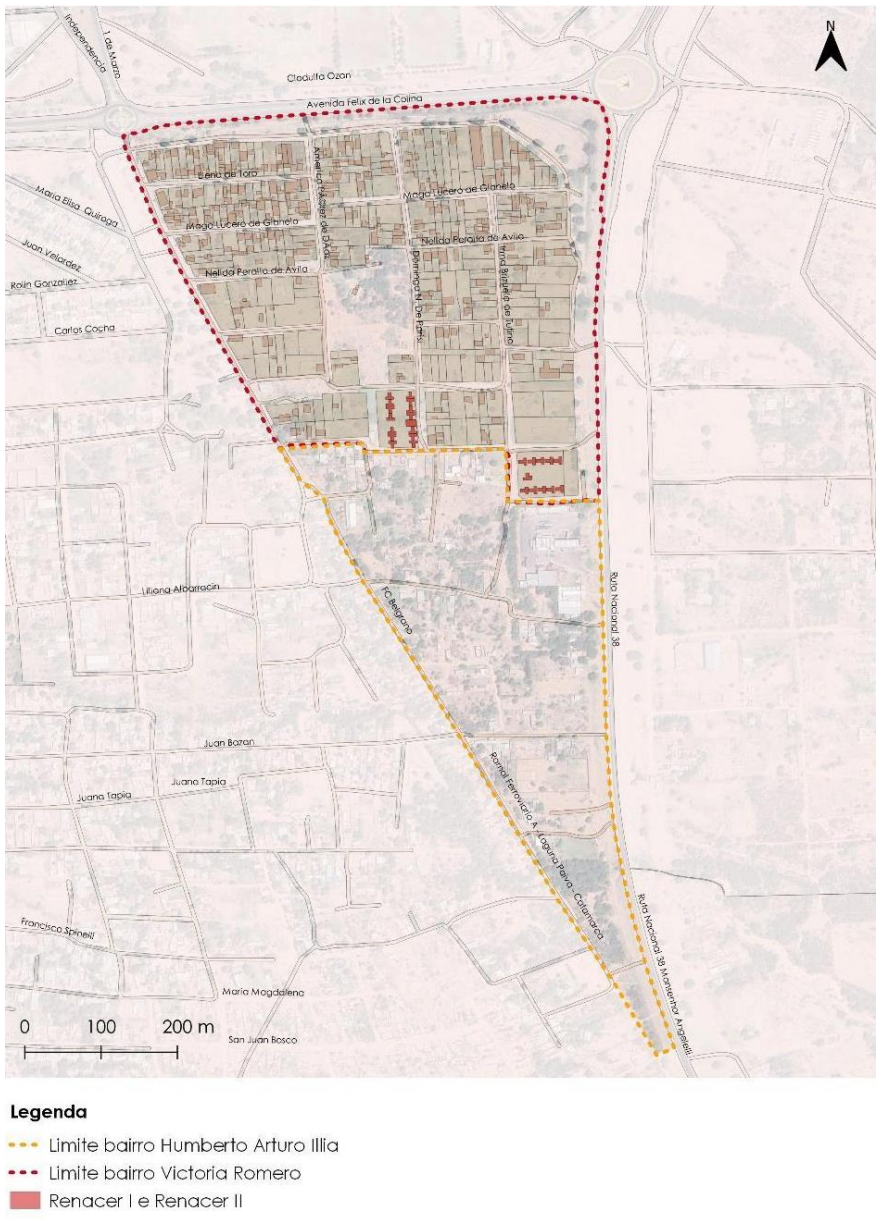


Fig. 3: Localização das quadras Renacer I e II e respectivos limites com os bairros vizinhos. Fonte: Elaboração própria no software QGIS, com base em imagens do Google Earth, 2024.

A diferença entre o centro urbano e os arredores dos bairros citados era visível: enquanto o centro concentrava edifícios com usos mistos, equipamentos culturais, praças arborizadas e infraestrutura urbana consolidada, os bairros ao redor das novas quadras apresentavam baixo mix de usos, baixa arborização e deficiências evidentes no saneamento básico. Ao chegar a *Renacer I*, onde algumas unidades já estavam concluídas, a realidade do conjunto contrastou com imagens presentes nos relatórios institucionais: casas erguidas em alvenaria bruta, sem acabamento externo, ladeavam uma via de terra batida (Figura 4). A cena destoava das promessas formais da política, mas não do entusiasmo de Luciana diante da presença de um pesquisador brasileiro interessado na experiência. Sua recepção calorosa, embora genuína, intensificou em mim uma tensão fundamental: como estar ali para ouvir e, ao mesmo tempo, manter a responsabilidade crítica do ato de escrever? Como conciliar o envolvimento afetivo com o necessário discernimento analítico? Foi justamente essa fricção entre presença e distanciamento que fortaleceu a formulação do caso-experiência como método que não apenas descreve o campo, mas é moldado pelas relações, afetos e fraturas que nele emergem.



Fig. 4: Entorno da construção das novas quadras habitacionais. Fonte: Yuri da Costa, 2024.

As casas que estavam sendo construídas em La Rioja faziam parte, ainda, de protótipos previamente estabelecidos pelo programa *Prototipos de La Dirección Nacional de Programas de Hábitat*. A modalidade escolhida, segundo Luciana de Soria, ocorreu com ajuda da própria população e é intitulada de *Individual entre Empenas Cegas* (os lotes das quadras foram criados a partir de uma empena cega) dando origem a terrenos retangulares um ao lado do outro. A tipologia possui, além de dois quartos, banheiro, cozinha integrada com sala, com uma pré-estrutura construída para futura ampliação, a depender da necessidade dos moradores. Quando cheguei em La Rioja, já possuía a informação de que existiam estes protótipos, o que ajudou a compreender a tipologia. Possuía também a informação que era prevista a entrega de paisagismo com solo natural permeável na parte anterior das unidades habitacionais, piso permeável para um estacionamento e solo permeável na parte posterior das unidades habitacionais. Fato que, de imediato, percebi que não iria ocorrer na entrega das unidades habitacionais, de acordo com o comparativo de imagens na Figura 5 a seguir.



Fig. 5: Imagem disponibilizada pelo extinto *Ministerio de Desarrollo Territorial* (esquerda) e realidade encontrada em La Rioja (direita). Fonte: *Ministerio de Desarrollo Territorial* e Yuri da Costa, 2024. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Também percebi que os materiais empregados no projeto final não correspondiam aos previstos pelo *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* e nem às imagens de divulgação do programa *Habitar en Igualdad*. As unidades habitacionais que foram entregues em 2024 também não possuem acabamentos previstos inicialmente. É possível perceber, por exemplo, que as casas não foram pintadas em cores claras, o que ajudaria a reduzir os impactos do clima de La Rioja. As superfícies externas foram deixadas sem tratamento contra intempéries e o solo foi entregue com a terra compactada dificultando futuramente a absorção das águas pluviais, cultivo de hortaliças e plantio de árvores. Outro ponto preocupante é que as quadras não possuem arborização, o calçamento das vias não foi finalizado e os equipamentos sociais prometidos — praça, áreas de convívio e um salão para comércio e serviços locais a serem administrados pelos moradores — também não foram construídos, mas foram entregues e parcialmente ocupadas a partir de abril de 2024.

Após a visita à La Rioja, Luciana de Soria me direcionou à duas presenças fundamentais: a primeira, sua mãe, deputada Hilda Aguirre e, a segunda, uma importante ativista e representante do coletivo de mulheres transexuais e travestis de La Rioja *Chicas Trans Autoconvocadas*, Solange Luna. As conversas informais com Hilda Aguirre e Solange Luna ocorreram em Buenos Aires, já que a Argentina passava pelas vésperas de sua primeira grande greve geral de 2024 em protesto às reformas apresentadas pelo recém eleito governo Milei. Em Buenos Aires, Hilda Aguirre me recebeu para um diálogo em seu gabinete no Congresso Nacional, onde esclareceu outros pontos sobre a construção das quadras habitacionais. Ela esclareceu, por exemplo, que se considera mulher católica, com trajetória política marcada por posicionamentos inicialmente conservadores, tendo, inclusive, votado contra o casamento igualitário na Argentina em 2010, mas que sua relação pessoal com Solange Luna, transformou profundamente sua atuação. A aliança entre ambas, forjada na escuta mútua e no reconhecimento da dignidade das diferenças, converteu-se em instrumento político de efetivação do direito à moradia para mulheres em situação de violência, travestis, mulheres trans e outras dissidências sexuais e de gênero com uma forte campanha junto ao governo de La Rioja para a construção destas vinte e cinco casas.

A transformação narrada por Hilda Aguirre, remete-nos à formulação de Butler (2018) sobre a precariedade como base para alianças políticas: não se trata de identidade compartilhada, mas da possibilidade de reconhecer no outro a vulnerabilidade que também nos constitui. Além disso, ficou evidente para nós que, práticas políticas verdadeiramente comprometidas com a transformação social não nascem da pureza ideológica, nem tão pouco irão sempre atingir todas as premissas almejadas pelos manuais tradicionais de arquitetos, urbanistas e pelos jargões técnicos. Como esclarece Gracia Trujillo (2020), quando nos deparamos com violência sistemática dirigida às mulheres e população LGBTQIA+ em vulnerabilidade, não nos basta afirmar a diferença como valor: é preciso construir alianças críticas que tensionem as estruturas de exclusão e nomeiem os dispositivos que sustentam o privilégio cisheteronormativo. Essa perspectiva permite compreender a atuação da deputada Hilda Aguirre não como simples contradição entre passado conservador e presente progressista, mas como expressão concreta das ambiguidades que atravessam o campo da política real. A aproximação com Solange Luna e a defesa do *Habitar en Igualdad* revelam o potencial transformador dos encontros, mesmo (ou sobretudo) quando forjados em contextos marcados por desconfiança, risco e incerteza.

A conversa com Hilda Aguirre ajudou a esclarecer outra dúvida importante: a não continuidade do *Habitar en Igualdad* nas demais províncias inicialmente anunciadas. Para ela, a resposta era simples: a crescente ascensão da extrema direita na Argentina provocou um grande medo dentro dos governadores e deputados de perder apoio político. Isto enuncia algo antigo: o uso de políticas habitacionais como capital político. Nesse cenário, o direito à moradia deixa de ser pensado como um imperativo ético e constitucional para se tornar, portanto, uma mercadoria simbólica que pode ser concedida a determinados corpos, mas negada a outros. Como argumenta Monique Wittig (2022), o pensamento heterossexual compulsório, existente dentro dos discursos e imperativos políticos como o da Argentina revela, não apenas uma estrutura de desejo, mas uma organização material e discursiva da vida social, que define quem pode ter acesso ao reconhecimento, à cidadania e, por consequência, ao espaço urbano e à moradia. A recusa em implementar políticas voltadas a estes indivíduos não decorre apenas de divergências culturais, mas da necessidade de manter um regime social que expulsa vidas indesejadas da condição de sujeitos de direito.

É nesse contexto que a insistência tanto da deputada como do coletivo de mulheres transexuais e travestis em seguir com o programa, mesmo diante das críticas e resistências locais, adquire contornos estratégicos. Além disso, Hilda Aguirre pontuou que a acusação de que a construção das moradias criaria guetos revelava camadas de hipocrisia que atravessam

o urbanismo dito progressista. Ora, se até mesmo Buenos Aires, capital cosmopolita, se recusou a implementar habitações mais inclusivas e plurais com base no argumento da integração universalizada, o que se perpetua, de fato, é o silenciamento seletivo das dissidências. Nesse sentido, Hilda Aguirre compartilha do posicionamento de sua companheira de luta, Solange Luna, que considera raso o argumento de que as novas quadras habitacionais serviriam apenas para restringir espacialmente a população LGBTQIA+. Solange narrou que há mais camadas que precisam ser analisadas e, para tanto, utilizou recortes da sua própria vida. Solange Luna falou, por exemplo, sobre sua adolescência, quando passou a viver plenamente como mulher transexual e que visitava a casa das suas outras amigas transexuais e travestis e já percebia a precariedade habitacional: *sempre as vias alugando-se em três, quatro, cinco em um só apartamento… apartamento que, na verdade, são casas de bairro ou espaços que alguém havia desocupado e que simplesmente se alugava*.

A conversa com Solange evidencia que sujeitos de pesquisa também são produtores de conhecimento a partir do momento que ancoram seus argumentos e relatos na experiência vivida. A sua vivência revela, por exemplo, que a questão do déficit habitacional não é apenas econômica: a transfobia também está presente neste cálculo e é constantemente ignorada pelas políticas. A recusa de proprietários de imóveis, a marginalização do trabalho formal e a violência cotidiana compõem um ciclo de exclusões que inviabiliza o direito à moradia. Para Solange, a vida comunitária entre as suas, portanto, também é parte da política que deve ser observada e visibilizada, já que constitui uma estratégia de cuidado mútuo, resistência e sobrevivência. Viver juntas, compartilhar tarefas e criar redes solidárias é parte de um modo de vida que desafia as normas cisheteronormativas de domesticidade. Ao revisitar essas conversas, percebi o quanto a experiência corpórea deslocou o eixo da pesquisa. Tornou-se impossível ignorar o abismo entre críticas teóricas formuladas a partir de centros urbanos e da realidade material das periferias latino-americanas. Também ficou evidente a hipocrisia dos discursos que condenam a guetificação das dissidências sexuais ao mesmo tempo em que recusam, de modo sistemático, sua presença nos espaços consolidados. A chegada a La Rioja, com sua atmosfera conservadora e hostil a corpos dissidentes — inclusive o meu —, revelou um campo tensionado pela desigualdade, mas também atravessado por formas radicais de solidariedade e imaginação política. Foi nesse embate entre invisibilidades institucionais, experiência de corpos dissidentes e resistência comunitária que o caso-experiência emergiu, não apenas como método, mas como ética da presença crítica.

4 Tecer caminhos do paradigma à experimentação dentro da metrópole contemporânea

A travessia do paradigma à experimentação, no contexto da metrópole contemporânea, exige uma revisão crítica das formas tradicionais de conhecer e pesquisar o urbano. Neste item, propomos consolidar o caso-experiência como resposta à lógica de distanciamento analítico que ainda prevalece no campo da Arquitetura e Urbanismo. Como dito, as teorias e práticas de Arquitetura e Urbanismo estão historicamente estruturadas sob premissas eurocêntricas e disciplinadas, o que determina a necessidade de explorar novos instrumentos que estejam à altura das complexidades que caracterizam as cidades e a experiência urbana dos habitantes do Sul Global. Isto ficou evidenciado, por exemplo, ao realizar trabalho de campo em La Rioja, onde não bastou descrever o *Habitar en Igualdad* como uma política inovadora, foi necessário experimentar outra forma de fazer pesquisa urbana, uma que não se restringisse à coleta e análise de dados, mas capaz de implicar o próprio pesquisador como corpo e presença situada. O que surgiu, então, dessa experiência, não foi apenas um estudo de caso ou caso-referência (Cavallazzi, 1993), mas um processo sensível de presença, escuta e implicação política. Foi a partir dessa vivência que emergiu a proposta de um método caso-experiência, que se constitui como alternativa às metodologias analíticas convencionais, ainda predominantes na pesquisa urbana.

Diferentemente do caso-referência, que ancora sua legitimidade na exemplificação de teorias ou na modelagem de boas práticas, o caso-experiência aqui proposto se constrói no entrelaçamento entre pesquisa, vivência, corpo e território. A produção de conhecimento não se dá à margem dos processos, mas é incorporada a eles. Partindo de uma epistemologia crítica (Harding, 1986) que recusa, portanto, a neutralidade como critério de cientificidade, o caso-experiência convoca o pesquisador a reconhecer o lugar desde onde produz seu saber. O deslocamento epistemológico que esse método exige implica também uma revisão das categorias tradicionais que organizam o fazer científico. Em La Rioja, a noção de objeto de pesquisa revelou-se não apenas inadequada, mas exterminadora de corpos e de suas vivências, ao tentar encapsular em categorias abstratas um conjunto de vidas em disputa por reconhecimento, espaço e dignidade. Os sujeitos da pesquisa, dissidências do sexo e gênero, atores sociais e políticos, não eram dados, mas sim presenças que falavam, resistiam e que povoam com potência seus lugares. A lógica da objetivação, característica do urbanismo tecnocrático, foi interrompida pela

necessidade de construir uma metodologia orientada por relações, e não por representações. A proposta do caso-experiência é, portanto, recusar a distância como critério de validade e instituir uma outra gramática para a produção do saber, uma que parta do vínculo, da escuta e da resposta comprometida.

Esse tipo de prática investigativa demanda sensibilidade, mas não se limita ao afeto; exige cuidado, mas não se esgota na escuta. O caso-experiência pretende ser contributivo, mas também responsivo: ele responde aos corpos e aos territórios que o convocam. Isso implica compreender que não se trata de aplicar um método a um campo, mas de deixá-lo ser transformado pelo campo, reconfigurando constantemente os caminhos da pesquisa. Esse caráter transitório e instável do método aproxima-o da objetividade encarnada (Haraway, 1995), na qual o saber emerge da parcialidade assumida, do comprometimento com a vida situada e da recusa ao cinismo epistêmico. A ética desse método se organiza, assim, pela responsabilidade e não pela pretensa imparcialidade. Isso se manifesta na maneira como se ouvem os silêncios dos documentos, se percebem as ausências no traçado urbano, e se anotam as fraturas entre o previsto e o realizado. Em La Rioja, o não cumprimento das promessas arquitetônicas do programa, como os espaços coletivos e os equipamentos comunitários, não foi apenas um dado empírico, mas um sinal da precariedade da política pública quando se trata de corpos dissidentes, e ao mesmo tempo, um convite à crítica situada e responsiva.

Indo mais além, o que se propõe aqui também é uma desobediência: não se pretende separar o saber técnico do saber vivencial. Entendemos, assim como Beatriz Preciado (2011) que não há como manter uma prática disruptiva e dissidente sem interrogarmos o próprio corpo, suas normatividades, e suas formas de presença no espaço. Incorporar, portanto, essa perspectiva significa compreender o território não apenas como um suporte físico e analítico, mas como um espaço de disputa simbólica, performativa e de micropolíticas. O que o caso-experiência objetiva jogar a luz, portanto, não é apenas o que está visível, mas aquilo também que está silenciado. No caso de La Rioja, não apenas está em jogo o acesso à moradia, mas a própria possibilidade de reconfiguração dos modos de habitar e imaginar a cidade mesmo diante de contextos hostis às minorias do sexo e do gênero. Em síntese, o caso-experiência, tal como formulado nesta pesquisa, constitui um método situado e fundamentado em uma concepção de ciência encarnada e politicamente implicada. Ele se estrutura a partir de cinco características principais: 1) Implicação ética e política, reconhecendo a presença do pesquisador como parte do campo e recusa a neutralidade como condição de validade; 2) Instabilidade epistemológica como potência crítica que permite tensionar categorias analíticas fixas e abrir espaço para a complexidade dos territórios urbanos e seus sujeitos; 3) Corporeidade metodológica, que entende o corpo do pesquisador e dos sujeitos envolvidos, como lugar de produção de conhecimento e afetação recíproca; 4) Sensibilidade interseccional, que compreende as relações entre gênero, sexualidade, raça e classe como dimensões constitutivas dos processos urbanos e não como recortes analíticos isolados; e 5) Responsividade metodológica, que exige da pesquisa um compromisso com os sujeitos e contextos investigados, buscando não apenas representar, mas responder eticamente às demandas que emergem no campo.

Importa destacar que a sistematização proposta não busca fixar o caso-experiência em um conjunto normativo. Trata-se de uma descrição situada e mutável, formulada a partir da experiência empírica e das demandas analíticas da pesquisa. Reconhecer a instabilidade epistemológica como traço central implica admitir que essas diretrizes podem ser reformuladas, tensionadas ou descartadas conforme o contexto. Essa ambiguidade é parte do método, que não pretende oferecer uma gramática fixa da pesquisa urbana, mas inspirar outras formas de escuta, presença e produção de conhecimento em diálogo com os territórios e sujeitos envolvidos. O desenvolvimento do caso-experiência só foi possível porque não partiu de uma abstração, mas de uma vivência concreta, atravessada por tensões e decisões éticas em campo. Durante a pesquisa de mestrado, ficou evidente que a própria escolha do tema, ao investigar políticas habitacionais para mulheres e população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade na América Latina, já constituía uma posição política, diante da escassez de referências e da invisibilização institucional. Persistir foi, antes de tudo, um gesto de resistência. A proposta do caso-experiência permitiu reconhecer e legitimar essa posição situada e engajada como estratégia para superar a ausência de fontes e construir conhecimento a partir da experiência.

Escolher uma base teórica crítica foi, também, um gesto político. Não seria possível analisar habitação e gênero a partir de categorias cisheteronormativas, era preciso desconstruir, desmontar e reorganizar o próprio campo teórico dos estudos sobre habitação, como parte da experiência de pesquisa. A instabilidade, nesse sentido, não paralisou o percurso: ela o moveu. Desta feita, a instabilidade epistemológica não representou uma fragilidade, mas sim forte abertura para questionar os próprios alicerces de cânones pré-estabelecidos pelo campo da Arquitetura e do Urbanismo como: O que é gênero? O

que é família? Quem pode ser considerado público prioritário em uma política habitacional? Por fim, o caso-experiência é contínuo: a pesquisa não se encerrou com a defesa da dissertação. O compromisso com os sujeitos e com os territórios investigados segue vivo, tanto na continuidade da investigação no doutorado quanto na devolutiva dos resultados à comunidade, nas parcerias com grupos de pesquisa, nas redes de diálogo construídas ao longo do processo. Trata-se, portanto, de metodologia que não apenas interroga o mundo, mas se compromete com ele, afetado por ele e, sempre que possível, transformadora.

5 Considerações finais

O presente artigo partiu da constatação de que a pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo no Sul Global precisa encontrar caminhos distintos das categorias de pensamento impostos pelo Norte Global. O caminho encontrado foi a elaboração do método caso-experiência, utilizado para investigar e compreender a luta pelo direito à moradia de mulheres transexuais em La Rioja (Argentina), que culminou na construção de habitações encravadas dentro de uma malha urbana pré-existente. Desta forma, o trabalho ocupou-se em articular novas contribuições para o pensamento científico em Arquitetura e Urbanismo na América do Sul junto do debate sobre modos distintos de habitar e perspectiva do gênero e sexualidade, questões que se encontram arrefecidas dentro da academia e da prática dos arquitetos e urbanistas.

Desta forma, compreendemos que pensar o urbano a partir da experiência implica o corpo do pesquisador como instrumento de escuta, análise e resposta. Assim, este artigo demonstrou os limites dos métodos tradicionais da Arquitetura e Urbanismo, frequentemente ancorados em racionalidades tecnocráticas, frente às demandas éticas e políticas dos territórios urbanos contemporâneos. Isso se tornou evidente na investigação das quadras habitacionais em La Rioja, construídas para sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade no âmbito do programa *Habitar en Igualdad*. O método caso-experiência, formulado a partir dessa imersão empírica, não se opõe radicalmente ao legado disciplinar, mas propõe um deslocamento necessário. Sua construção emergiu da tensão entre teoria e campo, observação e vivência, revelando-se uma prática crítica de conhecimento que transforma a pesquisa em um espaço de escuta radical e com co-presença. A experiência metodológica permitiu afirmar que o conhecimento situado e encarnado intensifica a análise dos processos urbanos complexos.

Os resultados encontrados na investigação empírica do *Habitar en Igualdad* validaram a urgência ética e política do método caso-experiência da seguinte forma: 1. pela constatação da instabilidade e das ruínas institucionais (a presença em Buenos Aires e La Rioja revelou o esgarçamento institucional da política, contudo, o método permitiu encarar essa situação não apenas como um dado empírico, mas como um gesto de resistência (Butler, 2011) para documentar uma política prestes a ser extinta; 2. através do descompasso entre a promessa institucional e a realização do projeto (a ausência de acabamentos, arborização e equipamentos sociais prometidos não foi apenas uma falha técnica, mas um sinal da precariedade da política pública quando se destina a corpos dissidentes); 3. resgate de vozes e deslocamento de sujeitos (o método possibilitou o deslocamento dos sujeitos - mulheres trans e travestis - de meros objetos de pesquisa para coprodutoras de conhecimento); 4. identificação de tensões epistêmicas (as conversas com Hilda Aguirre e Solange Luna evidenciaram a hipocrisia dos discursos que condenam a guetificação ao mesmo tempo em que recusam sistematicamente a presença de corpos dissidentes nos espaços consolidados).

Assim, a presença do pesquisador como sujeito *queer* latino-americano e implicado no campo revelou dimensões inacessíveis à análise distanciada: os silêncios do território, as ausências políticas e as fraturas entre promessa e realização. Assumir o caso-experiência é, portanto, aceitar a incompletude como rigor, a instabilidade como aprofundamento e a responsabilidade como princípio epistêmico. Não se trata de uma norma prescritiva, mas de uma experimentação crítica, sempre situada. É um convite para que outros pesquisadores reconheçam suas posições e limites, investigando o urbano como um campo vivo de disputa no qual todos estamos enredados. Longe de ser um modelo replicável, o caso-experiência é, por fim, uma ferramenta crítica e sensível às especificidades dos contextos urbanos, convocando à responsabilidade metodológica e epistêmica. Ele não encerra, mas tensiona, convidando à contínua indagação dos processos urbanos que desafiam as formas de conhecer e intervir nas cidades.

Referências

Baumgarten, M. (2016). Fazer ciência na periferia: internacionalizar é preciso? In M. Baumgarten (Org.), *Sociedades, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre a América Latina* (pp. 151–167). Editora da UFRGS. http://hdl.handle.net/10183/214781

Butler, J. (2011). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. Routledge.

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.

Cardoso, M. L. (1971). *O mito do método* [Manuscrito não publicado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cavallazzi, R. L. (1993). *A plasticidade na teoria contratual* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Chizzotti, A. (2003). Pesquisa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. *Revista Portuguesa de Educação, 16*(2), 221–236.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu, 5*, 7–41. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773

Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Cornell University Press.

Japiassu, H. P. (1991). *Introdução ao pensamento epistemológico*. Francisco Alves.

Lefebvre, H. (2010). *O direito à cidade*. Centauro.

Lima, C. H. M. de. (2015). Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. *Oculum Ensaios, 12*(1), 39–48. https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2711

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.

Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas, 19*(1), 11–20. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002

Ribeiro, A. C. (2010). Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In P. B. Jacques, F. D. Britto (Orgs.), *Corpocidade: debates, ações e articulações* (pp. 24–41). EDUFBA.

Stoler, A. L. (2013). *Imperial debris: On ruins and ruination*. Duke University Press.

Tavares, R. B., Ramos, D. H. (2021). Indisciplina epistemológica: viradas epistemológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. *Indisciplinar, 7*(2), 233–277. https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38147

Trujillo, G. (2020). *O feminismo queer é para todo mundo*. Editora Devires.

Tsing, A. L. (2021). O antropoceno mais que humano. *Ilha – Revista de Antropologia, 23*(1), 176–191. https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75732

Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Autêntica.

A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES

STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY

CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

Catharina Cavasin Salvador é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisadora no Observatório de Cidades Saudáveis e Sustentáveis e estuda dinâmicas socioespaciais e suas relações com a morfologia urbana. catharinacavasin@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/9348664242978123

Thamine de Almeida Ayoub é Arquiteta e Doutora em Arquitetura. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Seus principais temas de pesquisa são habitação de interesse social, espaços livres de uso público, projetos participativos, planejamento urbano. thamine.ayoub@unesp.br
http://lattes.cnpq.br/3001474152059313

Milena Kanashiro é Arquiteta e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação UEL/UEM em Arquitetura e Urbanismo. Seus principais temas de pesquisa são ambiente construído, empreendimentos de habitação de interesse social, espaços livres de uso público, envelhecimento saudável, caminhabilidade e cidades saudáveis. milena@uel.br
http://lattes.cnpq.br/6123345863186044

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Salvador, C. C.; Ayoub, T. A.; Kanashiro, M. (2025). A produção estatal do risco: habitação social e vulnerabilidade a desastres. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 97-113 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239949

Resumo

A intensificação dos eventos climáticos extremos no Brasil impõe desafios crescentes à política habitacional (PH), revelando contradições estruturais na atuação do Estado. Este estudo problematiza o papel do poder público na produção e perpetuação da exposição de territórios de Habitação de Interesse Social (HIS) a desastres. Apesar de sua relevância, a análise da PH brasileira ainda carece de investigações abrangentes sobre a relação entre a localização dos empreendimentos e a vulnerabilidade socioambiental, permanecendo restrita a estudos de caso pontuais. Assim, o artigo investiga, em escalas locais, regionais e nacionais, a relação entre a produção estatal de HIS e a exposição a desastres, com ênfase nas inundações. Combinando revisão bibliográfica e levantamento sistemático de notícias, vinte e sete casos de HIS associados a desastres foram identificados. Os achados indicam que a PH não elimina riscos, mas os redistribui, transferindo à população os custos socioambientais da moradia. Ao evidenciar a produção estatal do risco e a perpetuação da injustiça socioespacial, o estudo revela as contradições, as concepções conflitantes e os interesses divergentes que orientam as políticas públicas e o modo de produzir a cidade. Demonstra-se que, em vez de corrigir desigualdades históricas, a PH contribui para sua reprodução, consolidando modelos urbanos excludentes.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Programas habitacionais, Moradia popular, Adaptação climática, Justiça social.

1 Introdução

A cidade resulta de processos complexos e conflitivos, em que decisões técnicas e políticas articulam desigualdades estruturais e consolidam modelos urbanos excludentes. Um exemplo paradigmático desse processo é a definição de áreas para implantação de empreendimentos de habitação de interesse social (EHIS), o qual evidencia contradições da política habitacional brasileira. Frequentemente, a escolha recai sobre terrenos ambientalmente frágeis, em conflito com políticas de preservação ambiental, revelando tensões entre interesses sociais, econômicos e territoriais. Esse cenário coloca em debate o papel do Estado na produção de desastres, articulando-se às reflexões sobre a construção social do risco, que oferece instrumentos analíticos cruciais para compreender tais processos. Nesse sentido, Maria Auxiliadora Ramos Vargas (2006) destaca que problematizar a construção social das noções de ambiente e de risco é uma forma de opor-se à sua naturalização.

Susan Cutter (2024) enfatiza a inexistência de desastres de caráter puramente natural, visto que as alterações e interações complexas entre sistemas naturais, ambiente construído e sistemas sociais são o que, de fato, ampliam os riscos existentes e produzem novos riscos. A teoria social do risco oferece instrumentos analíticos ao reconhecer que a noção de risco é cultural e socialmente construída (Beck, 1992) e que a ação estatal pode expor comunidades vulneráveis a ameaças socioambientais. Essa perspectiva está presente em estudos que analisam empreendimentos como barragens, estradas, ferrovias e áreas de mineração, evidenciando que a exposição a riscos não é um fenômeno novo. Nesse contexto, Henri Acselrad defende a necessidade de abordagens interseccionais sobre risco ambiental e aponta a “ligação entre degradação ambiental e injustiça social” (Acselrad, 2002, p. 52), especialmente marcante no caso brasileiro.

Kátia Canil e demais autores (2020) enfatizam que a compreensão dos desastres, associados ou não a processos físicos-naturais, deve considerar, além das condições de vulnerabilidade, os processos sociais, econômicos e políticos que moldam a geração de riscos, dentre os quais se destacam as disputas pelo acesso à terra urbana para habitação popular. Apesar disso, pouco se discute em termos de exposição a riscos associados à construção de novos EHIS, embora as condições de risco sejam justificativas recorrentes para a remoção forçada de comunidades e grupos sociais de seus territórios de origem. Vargas (2006) revela que, no campo da HIS, a noção de risco emerge da articulação de perspectivas técnicas e saberes populares. Enquanto enunciados técnicos tendem a pautar-se por padrões de normalidade aceitos institucionalmente, frequentemente culpabilizando grupos vulnerabilizados, a experiência cotidiana desses grupos é marcada por múltiplas camadas de precariedade, que reconfiguram a percepção do risco. Assim, determinado risco apontado por olhares técnicos fica à margem diante das tantas outras urgências.

Diversos autores associam a produção de HIS à indução do crescimento urbano disperso, à carência de infraestrutura e à precariedade dos serviços urbanos (Honda et al., 2015; Pequeno & Rosa, 2016). Estudos sobre a inserção urbana dessas

habitações apontam, ainda, sua recorrente implantação em áreas ambientalmente inadequadas, sem articulação com políticas ambientais, sociais e urbanas (Menzori & Falcoski, 2016; Sousa & Braga, 2020). Ana Carolina Carvalho Figueiredo e demais autores observam que "(...) é comum que a implantação [da HIS] seja realizada em áreas periféricas, com ausência de infraestrutura básica e próxima a locais de risco" (Figueiredo et al., 2021, p. 166). Tal constatação evidencia que a produção de HIS, seja pelo Estado ou pela iniciativa privada, está relegada a áreas urbanas de pouco interesse para o mercado, muitas vezes com características adversas à urbanização. Tais características tornam essas áreas mais propensas a serem atingidas em casos de eventos climáticos extremos, por exemplo.

A ação deliberada do Estado de escolher áreas ambientalmente frágeis e vulneráveis e/ou propensas a desastres para implantação de EHIS produz uma forma de risco e agrava outras. Contudo, embora a literatura latino-americana tenha avançado na análise crítica das políticas habitacionais, ainda são escassos os estudos que investigam, de forma aprofundada, a relação entre localização dos empreendimentos e exposição a desastres socioambientais. Revisões como a de Habitat for Humanity International (2016) ressaltam a vulnerabilidade desproporcional da habitação de baixa renda frente às mudanças climáticas, mas permanecem no diagnóstico geral, sem examinar como empreendimentos concretos, especialmente aqueles resultantes de políticas públicas, interagem com territórios vulneráveis. Raquel Naves Blumenschein e demais autores (2015) propõem critérios para avaliar a qualidade urbana e ambiental dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), incluindo a consideração de áreas inundáveis. No entanto, o trabalho permanece no campo da proposição metodológica, carecendo de aplicação empírica.

Algumas pesquisas identificam casos de EHIS em áreas inundáveis, próximas a Áreas de Preservação Permanente (APPs), em topos de morro e em encostas íngremes (Rufino, 2015). Entretanto, mesmo quando variáveis físicas como relevo, proximidade de corpos hídricos e cota de elevação são consideradas, observa-se ausência de articulação crítica entre esses fatores e a ocorrência efetiva de desastres (Honda et al., 2015; Pequeno & Rosa, 2016). Ademais, apesar da identificação de fragilidades na implantação dos empreendimentos, a análise permanece localizada em estudos de caso pontuais, sem extrapolação para o contexto nacional (Schumann et al., 2021). Constata-se, assim, uma lacuna crítica nos estudos atuais: embora haja esforços para avaliar a qualidade da inserção urbana das HIS e sua aderência à legislação ambiental, há escassa problematização sobre os efeitos concretos dessas localizações em contextos marcados pela recorrência de desastres. Essa ausência compromete a capacidade analítica das pesquisas em habitação e impede o avanço em políticas efetivamente adaptativas frente às mudanças climáticas.

Diante desse panorama, o presente trabalho investiga a relação entre a produção de habitação social no Brasil pelo Estado e a vulnerabilidade a desastres socioambientais, com foco em inundações. Especificamente, objetiva: (i) mapear a produção acadêmica existente sobre a relação entre desastres e políticas habitacionais, articulando múltiplas escalas (local, regional e nacional); (ii) identificar casos concretos de EHIS afetados por inundações por meio da análise de reportagens jornalísticas; (iii) examinar em que medida as políticas voltadas à HIS incorporam — ou negligenciam — critérios ambientais e climáticos na definição da localização dos empreendimentos; e (iv) discutir, à luz de dados empíricos e da literatura, a necessidade de revisão dos critérios de implantação de habitações sociais, considerando a intensificação dos eventos extremos e as desigualdades territoriais no Brasil.

2 Metodologia

A metodologia crítico-analítica adotada combina abordagem qualitativa e levantamento documental, estruturada em duas frentes complementares: revisão bibliográfica e levantamento sistemático de notícias. A revisão, realizada em diferentes bases e fontes, buscou mapear a produção científica sobre a relação entre desastres socioambientais e políticas habitacionais voltadas à HIS. Diante da escassez de estudos acadêmicos que abordem diretamente a relação entre inundações e empreendimentos estatais, realizou-se busca complementar em mídias digitais para identificar casos concretos de EHIS afetados por alagamentos, enchentes e inundações. O foco em eventos hidrológicos justifica-se pela recorrência de tais fenômenos no contexto urbano brasileiro e pela concentração de empreendimentos em áreas ambientalmente frágeis, como várzeas, margens de rios, planícies de inundação e zonas sujeitas ao transbordamento de canais e córregos urbanos. Ao privilegiar esse recorte, o estudo evidencia como decisões locacionais contribuem para a produção e reprodução do risco em

territórios marcados por desigualdade e exclusão, ressaltando que, embora riscos geológicos, como deslizamentos, recebam maior atenção institucional pela letalidade imediata, os impactos cotidianos dos eventos hidrológicos permanecem subestimados. O fluxograma da Figura 1 sintetiza a estratégia metodológica.

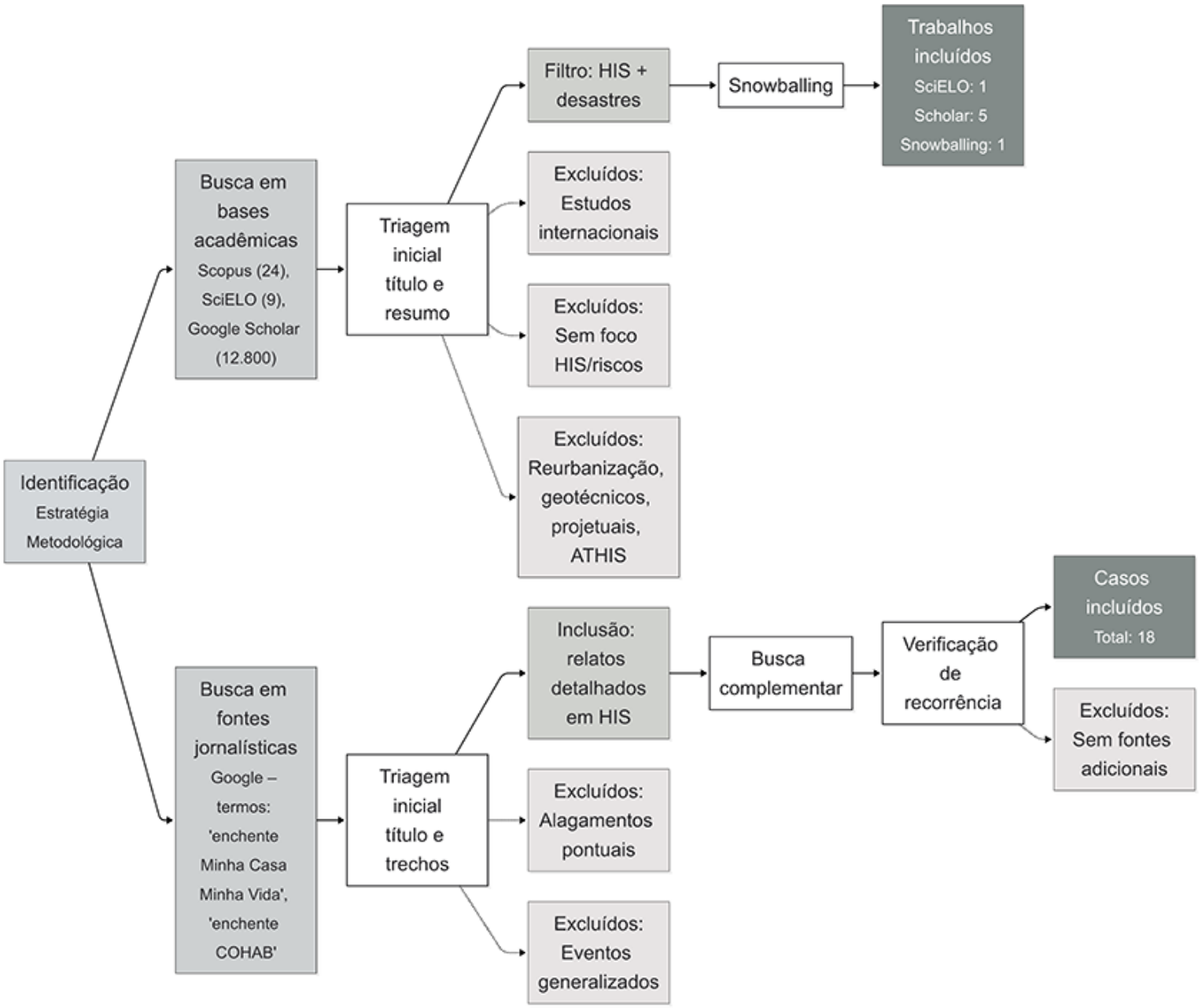


Fig. 1: Fluxograma dos procedimentos de busca, triagem e filtragem do material analisado, incluindo a seleção final dos casos investigados. Fonte: Autores (2025).

2.1 Busca por trabalhos acadêmicos

A busca foi conduzida entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025 nas bases Scopus e SciELO. A *string* de busca foi elaborada com base em termos recorrentes nos resumos dos artigos, visando identificar estudos que abordassem simultaneamente HIS e risco de desastres. Para ampliar a abrangência e precisão da busca, foram empregados operadores booleanos (AND, OR), além de variações terminológicas e sinônimos. A pesquisa incluiu expressões relacionadas a políticas e programas habitacionais, a empreendimentos de interesse social e à moradia popular, bem como termos associados à vulnerabilidade ambiental, exposição ao risco de desastres e eventos como inundações, enchentes e alagamentos. Para a base Scopus, os termos foram traduzidos para o inglês, mantendo-se o foco em estudos nacionais. O Google Scholar foi utilizado como fonte

complementar, utilizando as mesmas palavras-chave e abrangendo o período de 1979 a 2025. A delimitação temporal justifica-se pela promulgação da Lei nº 6.766/1979 (Brasil, 1979), marco regulatório fundamental que estabeleceu diretrizes para o parcelamento do solo urbano no Brasil, influenciando diretamente a produção habitacional e a organização dos assentamentos urbanos. A busca realizada na base Google Scholar retornou um volume expressivo de publicações (mais de doze mil resultados).

Após a leitura dos títulos, dos resumos e do contexto do uso das palavras-chave, especialmente nas buscas realizadas no Google Scholar, foram excluídos da amostra os estudos que: (i) não abordavam explicitamente EHIS; (ii) tratavam exclusivamente de regularização fundiária, de urbanização de assentamentos precários ou de processos de remoção e reassentamento; (iii) não consideravam a inserção territorial dos EHIS em áreas de risco ou sua relação com desastres; (iv) apresentavam foco estritamente geotécnico; (v) eram produzidos em contextos internacionais, sem diálogo com a realidade brasileira; (vi) abordavam propostas projetuais ou análises de concursos; (vii) focalizavam exclusivamente ações de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) voltadas à autoconstrução em ocupações ou assentamentos informais; e (viii) limitavam-se à análise de reformas habitacionais pontuais ou melhorias habitacionais isoladas, sem considerar a inserção urbana ou os riscos ambientais associados.

De modo geral, observou-se que a maior parte dos trabalhos identificados tratava de questões socioambientais em áreas de ocupação informal, evidenciando a tensão entre a demanda habitacional e a preservação ambiental. Como resultado, apenas sete publicações foram consideradas pertinentes, sendo a alta taxa de exclusão justificada pela baixa adesão dos resultados obtidos na busca. A técnica de *snowballing* (ou bola de neve, em português), com base na análise das referências bibliográficas dos trabalhos previamente selecionados, permitiu a identificação de estudos relevantes não capturados pelas estratégias iniciais. Os artigos foram submetidos à validação por todos os integrantes da pesquisa, a fim de assegurar rigor e consistência na inclusão dos trabalhos.

2.2 Levantamento em fontes jornalísticas

Para explorar dinâmicas socioespaciais e processos de vulnerabilidade menos contemplados na literatura dominante, foram consultadas fontes jornalísticas. As buscas foram realizadas em janeiro de 2025, por meio do Google, utilizando duas estratégias principais: (i) busca ampla com os termos "enchente Minha Casa Minha Vida" — resultando em oito ocorrências, das quais apenas duas atenderam aos critérios de seleção; (ii) busca ampla com os termos "enchente COHAB", visando identificar casos de EHIS promovidos por Companhias Estaduais e Municipais de Habitação afetados por inundações. O recorte da produção habitacional focado nos empreendimentos realizados pelas COHABs e pelo PMCMV justifica-se por sua centralidade nas políticas públicas de habitação social nas últimas décadas no Brasil, representando diferentes momentos de atuação estatal na provisão de moradias populares. Enquanto as COHABs estiveram ativas principalmente entre as décadas de 1960 e 1990, com forte protagonismo na execução de grandes EHIS periféricos, o PMCMV, lançado em 2007, marca a retomada de investimentos em larga escala, com forte participação do setor privado e ênfase na produção habitacional padronizada. Ambos os modelos revelam padrões de urbanização relevantes para a investigação e propiciam um diagnóstico estrutural em âmbito nacional.

O termo “enchente” foi priorizado nas buscas, apesar de “inundação” ser tecnicamente mais adequado, por ser amplamente utilizado no vocabulário cotidiano, na mídia e em documentos institucionais (Brasil, 1998), o que aumenta a abrangência da recuperação de dados. Já os casos de alagamentos, definidos como acúmulo de água decorrente de falhas na drenagem urbana (Brasil, 1998), foram considerados apenas quando indicavam fragilidades nos EHIS. As notícias foram selecionadas com base nos títulos e trechos destacados nas buscas. Os critérios adotados incluem: a presença de informações sobre impactos das inundações em EHIS; a existência de registros complementares (reportagens adicionais, documentos técnicos, bases institucionais); e a recorrência ou indicação de permanência da situação de risco. Reportagens com relatos superficiais foram complementadas por novas buscas com os termos “enchente” e “risco” associados ao nome do conjunto habitacional, com o objetivo de aprofundar o contexto. Vídeos de redes sociais foram utilizados apenas para fins de identificação dos conjuntos, não sendo considerados como fontes principais. As buscas complementares foram conduzidas paralelamente à redação do manuscrito, estendendo-se até agosto de 2025.

Foram excluídas: (i) reportagens sobre desapropriações e/ou novos empreendimentos; (ii) casos de alagamentos pontuais de baixa gravidade; (iii) notícias sobre ações assistenciais de moradores de EHIS que não vivenciavam diretamente o risco; (iv) casos de eventos extremos de caráter generalizado que não revelavam uma vulnerabilidade específica dos EHIS. A validação das fontes jornalísticas considerou a credibilidade e a rastreabilidade das informações, priorizando veículos de comunicação consolidados em âmbito nacional, regional ou local, bem como portais institucionais vinculados a prefeituras e a órgãos oficiais. As reportagens foram verificadas quanto à data de publicação, à consistência interna das informações e à correspondência entre o evento noticiado e o contexto territorial do empreendimento habitacional mencionado. Sempre que possível, buscou-se o cruzamento de múltiplas fontes sobre o mesmo caso, com o objetivo de reduzir vieses decorrentes de registros pontuais ou narrativas equivocadas. Ainda assim, a recorrência dos eventos não foi adotada como critério exclusivo de seleção, uma vez que, no contexto da emergência climática, situações de risco possuem tendência à intensificação.

Alguns registros foram mantidos, apesar das lacunas informativas, por consenso entre os autores quanto à sua contribuição qualitativa para o debate. Essa decisão fundamenta-se na compreensão de que a escassez de registros não implica necessariamente a inexistência do problema, mas pode refletir limitações na cobertura midiática ou lacunas nos registros disponíveis, sobretudo quando se trata da ocorrência em áreas periféricas. Essa estratégia permitiu quantificar os casos e identificar padrões menos visíveis, mas igualmente relevantes, sobre a exposição de EHIS a riscos de inundação. Vale destacar que alguns exemplos ocorreram em bairros denominados COHAB, mas que parecem incluir habitações espontâneas posteriores. Nesses casos, essa distinção foi explicitamente indicada na descrição, a fim de evitar confusões entre os empreendimentos formais e as ocupações adjacentes. No entanto, tais informações foram mantidas por evidenciarem fragilidades na inserção urbana dos conjuntos, uma vez que o crescimento espontâneo em seu entorno constitui uma dinâmica previsível, associada à ausência de planejamento integrado e ao déficit de oferta habitacional. Todos os registros jornalísticos consultados estão disponíveis como material suplementar (Salvador, 2025).

Para a etapa de síntese, os casos identificados na produção acadêmica e os registrados pela mídia foram integrados, permitindo a construção de um panorama abrangente que articula diferentes escalas — local, regional e nacional — e combina perspectivas científicas e empíricas. Um quadro síntese reuniu todas as situações identificadas, correlacionando com os respectivos programas habitacionais de origem e as tipologias de risco associadas. Para este último, utilizou-se a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres como referência para a categorização dos riscos relatados nas evidências coletadas (Castro, 1998; Brasil, 2025). Por fim, cabe salientar que, tanto nos relatos jornalísticos quanto nos artigos, é comum a ocorrência de imprecisões terminológicas na designação dos eventos, sobretudo entre os termos *enchente*, *alagamento* e *inundação*. O mesmo ocorre no caso dos riscos geológicos, em que o subtipo deslizamento de solo é, por vezes, empregado de forma genérica para descrever quaisquer eventos relacionados a movimentos de massa. Diante disso, reconhece-se a possibilidade de pequenas inconsistências na classificação dos riscos, resultantes das ambiguidades presentes nas fontes consultadas.

3 Resultados

3.1 Trabalhos acadêmicos

A busca bibliográfica revelou uma produção relevante sobre vulnerabilidades socioambientais relacionadas à localização e às áreas previstas para implantação de EHIS. Contudo, os estudos que abordam explicitamente a convivência com riscos de desastres, especialmente inundações, permanecem escassos e pontuais. A análise dos artigos selecionados permitiu sua classificação em cinco categorias: a) balanço crítico sobre o programa habitacional MCMV; b) discussões sobre a inserção urbana de empreendimentos habitacionais; c) estudos de caso de EHIS ou zonas especiais de interesse social (ZEIS) relacionados ao risco de desastres; d) avaliação pós-ocupação (APO) de projetos arquitetônicos e urbanísticos de HIS; e) programas habitacionais locais. A predominância de estudos de caso na amostra analisada evidencia a recorrência de padrões relacionados à localização EHIS em áreas periféricas, marcadas pela exposição a riscos. Essa configuração espacial, longe de ser aleatória, mostra-se sistemática e transversal aos diferentes contextos regionais examinados. O Quadro 1 sintetiza os principais dados dos artigos analisados.

Autoria	Categoria	Descrição	Fonte
Costa (2019)	Casos	Trabalho de Conclusão de Curso que expõe a inserção de ZEIS em áreas de riscos geológicos decorrentes de mineração em Ouro Preto, MG.	Google Scholar
Figueiredo et al. (2021)	Inserção urbana	Caso em Santo André, SP, sobre uma área prevista para implantação de habitações sociais. Os autores reconhecem a propensão a enchentes. Após o estudo identificou-se que o projeto não foi executado.	Google Scholar
Schumann et al. (2021)	Inserção urbana	Destaca a localização de empreendimentos habitacionais do PMCMV em áreas de risco geológico ou áreas de importância ambiental em Porto Alegre, RS.	Google Scholar
Martins (2014)	Casos	Analisa o impacto da enchente de 1966 na ocupação da Cidade de Deus, RJ, com foco no desenvolvimento do conjunto habitacional e sua ocupação irregular subsequente.	Google Scholar
Siqueira & Malagodi (2013)	Programa habitacional	O programa Morar Feliz, em Campos dos Goytacazes, RJ, reassentou famílias removidas por inundações do rio Ururaí em áreas de APP aterradas, gerando novos riscos e danos estruturais nas moradias, como rachaduras.	Google Scholar
Schäfer & Gomide (2014)	Avaliação	APO do Moradias União Ferroviária em Curitiba, PR. Avaliam o risco de inundações e a eficácia dos diques para mitigá-las. Moradores ainda relatam episódios de alagamento.	Scielo
Santo Amore et al. (2015)	Balanço crítico	Avaliação do PMCMV em seis estados do Brasil. Mencionam casos de inserção periférica, ocupação de áreas de inundação, proximidade com APP, áreas de alta declividade e topos de morros. Destacam-se os casos de Fortaleza, da RM do Pará e da RM do Rio de Janeiro.	Snowball

Quadro 1: Sistematização dos trabalhos acadêmicos selecionados. Fonte: Autores (2025).

Os dados demonstram que a produção científica sobre a vulnerabilidade a desastres em HIS apresenta forte desigualdade regional. Enquanto o Sudeste concentra a maior proporção de casos registrados (5), regiões como Sul (2), Nordeste (1), Norte (1) e Centro-Oeste (0) são pouco representadas na literatura, apesar de apresentarem eventos relevantes. Os artigos de Marcela Rebello Martins (2014) e de Eduardo Francisco Schäfer e Fernanda Paes de Barros Gomide, ambos de 2014, tratam de contextos de produção informal do espaço urbano que passaram por intervenções estatais, incluindo a produção de EHIS. Os trabalhos de Antenora Maria da Mata Siqueira e Marco Antônio Sampaio Malagodi (2013) e de Caio Santo Amore e demais autores (2015) relacionam programas habitacionais a condições desfavoráveis ou inadequadas à urbanização.

No volume organizado por Amore e demais autores (2015), três estudos abordam a implantação de EHIS do PMCMV em áreas ambientalmente sensíveis: José Júlio Ferreira Lima e demais autores (2015) identificam inserções em áreas próximas a mananciais na porção sul de Ananindeua (Região Metropolitana do Pará), enquanto Renato Pequeno e Sara Vieira Rosa (2015) analisam situações em Fortaleza nas quais EHIS interferem no escoamento das águas, interrompendo córregos e linhas naturais de drenagem. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Técnicos da Caixa Econômica Federal reconhecem que muitos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV foram erguidos em zonas com risco de alagamento (Cardoso et al., 2015). Trabalhos mais recentes problematizam a indicação de áreas vulneráveis a riscos geológicos e hidrológicos para implantação de EHIS, mostrando uma tendência das pesquisas de identificarem a participação do Estado nas condições de risco da habitação de interesse social (Costa, 2019; Figueiredo et al., 2021; Schumann et al., 2021).

3.2 Casos noticiados

O processo de seleção de casos noticiados resultou em dezessete cidades e dezoito casos que atenderam aos critérios estabelecidos, das quais apenas duas referiam-se a casos ocorridos no âmbito do PMCMV. A busca revelou que parte considerável das reportagens sobre empreendimentos do PMCMV abordava desastres relacionados à má qualidade construtiva dos EHIS. Isso indica que, ao analisar desastres decorrentes da inserção urbana dos EHIS, há uma maior vulnerabilidade dos EHIS produzidos pela COHAB em relação ao PMCMV. As reportagens encontradas evidenciam a recorrência de eventos em diversas regiões do Brasil, com uma janela temporal de 2000 a 2025. Além disso, os casos se distribuem em todas as regiões do Brasil: Norte (2); Nordeste (5); Centro-Oeste (3); Sudeste (2); e Sul (6). Os dados apresentados nos Quadros 2 e 3 sugerem

problemas estruturais, deficiências nos sistemas de drenagem urbana e desastres decorrentes do local de implantação dos EHIS.

Região	Estado	Cidade	Descrição
Norte	AC	Cruzeiro do Sul	Enchente do Rio Juruá associada ao regime hidrológico de grandes rios amazônicos, afetando 12 bairros, incluindo a COHAB (2024). Em 2025, o rio atingiu 25 comunidades, sem confirmação se a COHAB foi impactada. O caso ilustra a ocupação de áreas vulneráveis à dinâmica fluvial.
	PA	Belém	A COHAB em Icoaraci enfrenta risco crônico de alagamentos devido a falhas no sistema de drenagem urbana. O problema, recorrente há mais de 20 anos (2013-2025), evidencia carência de manutenção e investimento público. Relatos indicam menor gravidade relativa, não configurando desastre habitacional de grande porte.
Nordeste	CE	Itapipoca	Registro de três eventos na mesma rua - rua Pedro Moreira Braga, no bairro COHAB - em um único ano, com nível da água atingindo até 1 m no interior das residências. Sugere um padrão de enxurradas rápidas, causadas por chuvas intensas e falhas no escoamento. O problema se agrava pela proximidade a córregos urbanos, que transbordam com frequência.
	PE	Recife	Em 2022 a COHAB foi um dos bairros atingidos por alagamentos. Em 2024 a área da Lagoa Encantada na COHAB foi afetada e, dentre os 50 óbitos registrados, 25 foram no bairro COHAB devido a deslizamentos de barreiras e enchentes. Embora nomeado como tal, o bairro abrange uma extensa área que parece incluir assentamentos irregulares. A baixa altitude e a intensa urbanização contribuem para a vulnerabilidade histórica da cidade.
	PE	Palmares	A COHAB I foi implantada em área baixa, próxima ao Rio Una. Em 2012 é identificado que as enchentes agravaram problemas de saúde, com destaque para a incidência de dengue. Em 2017, um evento extremo atingiu todo o estado, da Zona da Mata ao Agreste, impactando novamente os moradores da COHAB I.
	PE	Jaboatão dos Guararapes	A remoção de moradores da antiga COHAB da Muribeca por risco de desabamento, em área com histórico de alagamentos pontuais, levou à expulsão dos moradores para áreas mais vulneráveis. O evento de 2022 causou 24 óbitos na cidade, sendo 7 no bairro Muribeca. Novos conjuntos, como Nova Muribeca e Marcos Freire (possivelmente vinculados ao PMCMV), também sofreram com enchentes em 2024. A partir de 2020, aterros em Áreas de Preservação Permanente e o desvio de um canal por empresas agravaram os alagamentos no bairro, que já havia sido atingido seis vezes desde 2004.
	MA	São Luís	Alagamentos sazonais ocorrem há mais de 14 anos no bairro COHAB, agravados por infraestrutura inadequada para o período chuvoso. Em 2016, o evento incluiu ventos fortes e trovoadas, causando danos a residências.

Quadro 2: Sistematização dos casos noticiados selecionados para a região Norte e Nordeste. Fonte: Autores (2025).

Região	Estado	Cidade	Descrição
Centro--Oeste	MT	Cáceres	A COHAB Velha sofre há mais de 20 anos, sendo um bairro com alto índice de susceptibilidade à inundação. Financiada pelo BNH, em 1971, possui relatos de inundações desde 2007. Uma obra no Córrego Sangradouro — destinada a despoluir a Baía de Cáceres — é apontada como um agravante, já que o sistema de galerias não suporta o volume de água.
	MT	Cuiabá	A COHAB São Gonçalo sofre há décadas com enchentes e saneamento precário. O transbordo do Córrego do Machado afeta as vias e invade, principalmente, as moradias irregulares em suas margens, enquanto o esgoto a céu aberto (desde, pelo menos, 2019) continua a causar problemas de saúde. Apesar das intervenções em 2014 e 2022, que amenizam os impactos, o risco persiste.
	MS	Porto Murtinho	Em 2017, a COHAB sofreu uma grande enchente, com água invadindo casas e atingindo alturas próximas às janelas. O problema foi agravado por um canal incapaz de suportar a vazão das chuvas. Além disso, a região, plana e com baixa vazão, tem o menor declive do perímetro urbano. A área foi atingida por três enchentes (2017, 2018 e 2021), sendo a primeira a mais grave. As famílias em assentamentos informais foram as mais afetadas, mas em 2024 receberam novas moradias.
Sudeste	RJ	Duque de Caxias	Os conjuntos Santa Helena e Santa Lúcia (MCMV), construídos no Parque Paulista para vítimas das enchentes de 2012, foram inundados em 2013 quando os rios Saracuruna e Capivari transbordaram, afetando 389 habitações. A Caixa Econômica Federal afirmou que os empreendimentos não estavam em áreas de risco, mas moradores contestam, alegando que foram construídos em áreas baixas e propensas a inundações.
	RJ	Maricá	O Conjunto Carlos Marighella sofre com inundações da bacia do Rio do Vigário. Construído em meados de 2015, no distrito de Itaipuaçu, pelo PMCMV, enfrentou uma forte enchente em 2016, com novos episódios em 2018 e 2023. O entorno possui alta susceptibilidade a enchentes e inundações.
Sul	SC	Rio do Sul	A COHAB Bela Aliança é localizada em área de preservação ambiental e área de alto risco de inundações. Registrou em 2023 enchentes com nível superior ao telhado das residências. Em quase 50 anos, foram mais de 45 eventos de inundação. Moradores adaptam suas casas e relatam cansaço frente ao cotidiano de risco.
	SC	Joinville 2 casos	A COHAB Aventureiro apresenta histórico de alagamentos devido à precariedade estrutural de drenagem, apesar de relatos de 2021 de que há anos não havia registros. Na mesma cidade, o Conjunto Habitacional Monsenhor Scarzello, bairro Petrópolis, é inserido em área de alto risco de inundação. Há ocorrências documentadas desde 1992. Documentos oficiais, mapas de suscetibilidade e decisões judiciais confirmam sua localização em uma área crítica da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira.
	RS	São Leopoldo	A COHAB Feitoria sofre alagamentos recorrentes; em 2024, novo episódio foi registrado na Av. Albino Timm. Relatos de moradores na Av. Feitoria (próxima à COHAB) revelam uma rotina de alagamentos há 4 anos, levando soluções improvisadas como a construção de muretas. Vistorias oficiais confirmam pontos críticos persistentes. O problema persiste mesmo após obras pontuais.
	RS	Sapucaia do Sul	O bairro COHAB compreende a COHAB Blocos e a COHAB Casas e localiza-se nas proximidades do arroio José Joaquim. O local apresenta registros de inundações em, pelo menos, três anos distintos (2011, 2017 e 2024). Em 2017, os apartamentos térreos e estabelecimentos comerciais foram diretamente atingidos, com invasão das águas ao interior das edificações. Em 2025 foi realizado o desassoreamento do arroio no local.
	RS	Camaquã	Alagamento grave em 2024 e episódios recorrentes desde pelo menos 2021, afetando especialmente vias públicas da COHAB. Vias públicas, como a Rua Breno Veiga Vielitz, são apontadas como ponto crítico nas reportagens de 2021 e 2022. O Rio Camaquã, que corta a cidade, tem histórico de cheias importantes, sendo a mais grave registrada em 1996.

Quadro 3: Sistematização dos casos noticiados selecionados para a região Sudeste e Sul. Fonte: Autores (2025).

3.3 Síntese dos trabalhos acadêmicos e dos casos noticiados

A Figura 2 apresenta uma síntese dos casos identificados, organizados conforme a fonte de origem, acadêmica ou jornalística, programas habitacionais envolvidos e riscos de desastres relatados. Esses riscos abrangem desde processos geológicos, como deslizamentos, até eventos hidrológicos e meteorológicos, incluindo ainda riscos biológicos, como epidemias de dengue e riscos tecnológicos, exemplificados por rachaduras nas edificações. Adicionalmente, é possível ver a distribuição regional dos casos com maior concentração no Sul (8), seguido pelo Sudeste (7), Nordeste (6), Centro-Oeste (3) e Norte (3). Entre os vinte e sete casos identificados, nove casos (33%) tiveram origem em trabalhos acadêmicos, enquanto dezoito casos (67%) foram obtidos por meio de notícias e reportagens, o que evidencia a relevância das fontes jornalísticas na documentação de eventos frequentemente ausentes ou pouco explorados pela literatura. A predominância de registros jornalísticos indica a necessidade de ampliar e descentralizar a pesquisa acadêmica, envolvendo regiões menos contempladas. A recorrência dos eventos e a ampla cobertura territorial — de Cruzeiro do Sul (AC) a São Leopoldo (RS) — revelam que os desastres associados à HIS não são pontuais, mas estruturais. O padrão de negligência na escolha dos terrenos, aliado à falta de atualização das diretrizes frente à intensificação das mudanças climáticas, representa uma falha persistente do Estado em garantir habitação digna e segura. Dessa forma, os critérios para seleção de áreas para inserção dos EHIS permanecem opacos ou são flexibilizados por interesses imobiliários.

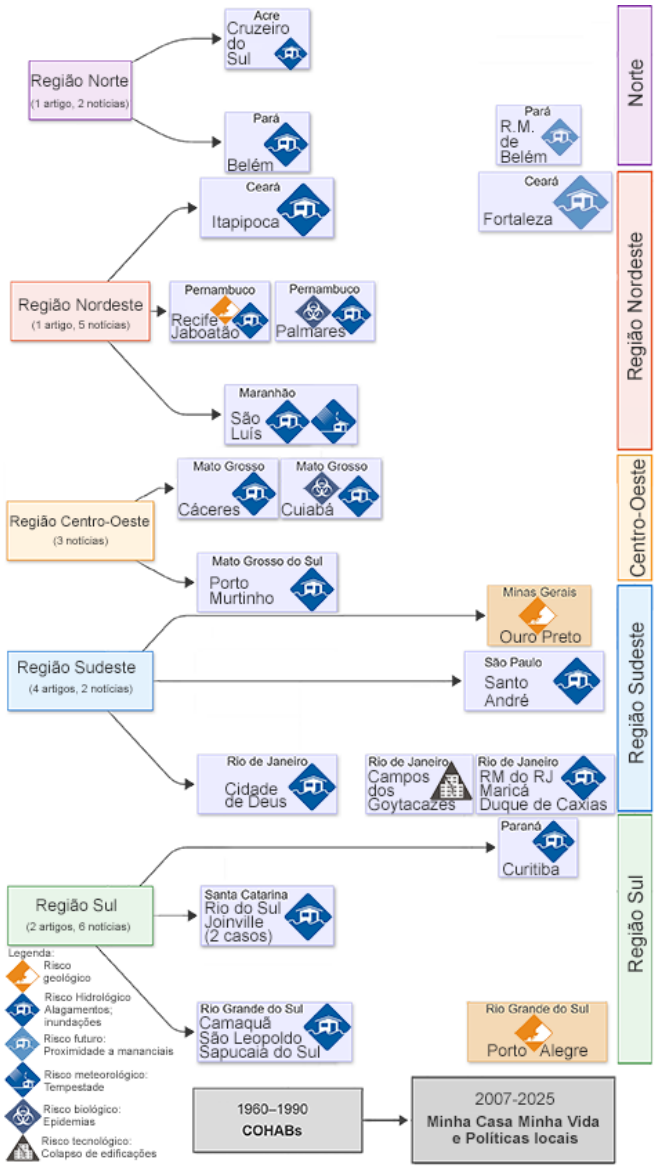


Fig. 2: Quadro síntese da distribuição regional dos casos por fonte, programa habitacional e risco registrado. Fonte: Autores (2025).

Ainda em relação à Figura 2, a implantação de EHIS em territórios com fragilidades ambientais previamente conhecidas evidencia a reprodução de lógicas históricas de exclusão socioespacial. Tais empreendimentos frequentemente se situam em zonas suscetíveis a desastres, com registros em diferentes regiões do país. Há também a ocorrência de empreendimentos localizados em áreas de risco geológico, como no Nordeste (Recife), Sudeste (Ouro Preto) e Sul (Porto Alegre), além de de casos envolvendo a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a exemplo de Rio do Sul (Sul) e Campos dos Goytacazes (Sudeste). Este último foi alvo do programa Morar Feliz, que, segundo Antenora Maria da Mata Siqueira e Marco Antônio Sampaio Malagodi (2013), reassentou famílias retiradas de áreas de risco de inundações para APPs previamente aterradas. Os autores observam que a escolha dessas áreas buscou reduzir custos fundiários e favorecer obras de infraestrutura, como a duplicação de uma rodovia e a valorização da entrada da cidade. O surgimento de novas vulnerabilidades, a exemplo de rachaduras, revela a transferência do risco em vez de sua eliminação. Eles destacam o uso político da cartografia de risco enquanto instrumento de legitimação de intervenções urbanas que favorecem interesses econômicos e deslocam os impactos socioambientais para as camadas sociais mais vulneráveis.

No Norte e Nordeste, a situação é agravada por eventos extremos mais intensos e pela carência histórica de infraestrutura. Casos como o de Jaboatão dos Guararapes (PE) evidenciam que os EHIS não apenas são implantados em áreas suscetíveis a alagamentos, mas, uma vez atingidos, tornam-se alvo de políticas de remoção e substituição que frequentemente realocam as populações para novas zonas de risco — configurando um exemplo emblemático de remoção assistida, sem a garantia de condições habitacionais efetivamente melhores (Queiroz, 2024). Em Fortaleza (CE), Renato Pequeno e Sara Vieira Rosa (2015) identificam que a implantação de EHIS interferiu em cursos d’água e linhas naturais de drenagem, além de ocorrer em proximidade com lagoas, evidenciando a instalação de conjuntos em áreas com fragilidades ambientais preexistentes. Padrões semelhantes são observados na RM de Belém (PA) e em Ouro Preto (MG), onde o valor insuficiente dos auxílios de aluguel social levou famílias a ocuparem APPs ou a permanecerem em zonas de risco geológico (Lima et al., 2015; Costa, 2019).

Empreendimentos em áreas previamente vulneráveis contribuem para a formação de novos riscos à medida que o processo de ocupação se intensifica. Nesse contexto, a configuração espacial dos EHIS agrava o problema, uma vez que muitos bairros designados como COHAB abrangem amplos territórios com assentamentos informais surgidos próximos aos EHIS formais. Logo, os projetos frequentemente desconsideram as dinâmicas pré-existentes do território e as limitações do meio físico diante da expansão urbana futura, favorecendo a ocupação desordenada do entorno e a ampliação dos riscos socioambientais.

No Norte e no Centro-Oeste, os casos observados articulam-se à negligência frente às dinâmicas naturais da região, como as cheias dos rios amazônicos e a sobrecarga dos sistemas de drenagem urbana. Em Cruzeiro do Sul (AC), o conhecimento prévio sobre a sazonalidade dos rios não impediu a implantação de EHIS em zonas vulneráveis. Em Cáceres (MT), a COHAB Velha sofre com eventos há mais de 20 anos e está entre os 25 bairros da cidade com alta suscetibilidade a inundações (Santos et al., 2017). Em Cuiabá e Porto Murtinho, a proximidade com corpos d’água e a precariedade da infraestrutura agravam os impactos das chuvas, sem que haja resposta adequada do poder público. Ainda assim, cabe questionar se a baixa recorrência de registros nessas regiões decorre de particularidades climáticas, da eficácia de ações preventivas ou, simplesmente, da limitada cobertura midiática e produção acadêmica sobre o tema.

Em Palmares (PE) e Cuiabá (MT), a recorrência de inundações e a precariedade da infraestrutura de saneamento geram riscos biológicos adicionais, como evidenciado por estudos que abordam a incidência de dengue no primeiro caso (Silva & Nóbrega, 2012). Pernambuco também registrou dois municípios com vítimas fatais em áreas de EHIS vinculadas à COHAB. Em Jaboatão dos Guararapes há registros de que outros conjuntos habitacionais, possivelmente também EHIS, foram afetados por enchentes, o que sugere uma abrangência territorial mais ampla da vulnerabilidade. Esse dado reforça a dimensão multirrisco da implantação inadequada dos EHIS, ou seja, os perigos frequentemente interagem, se propagam em cascata ou ocorrem juntos, de modo a intensificar seus impactos.

No Sudeste, experiências como as de Santo André (SP), Ouro Preto (MG), Campos dos Goytacazes (RJ) e Maricá (RJ), revelam que a vulnerabilidade ambiental dessas áreas era amplamente conhecida e, em alguns casos, documentada antes mesmo da implantação dos empreendimentos — incluindo situações de ZEIS. Tal prática evidencia uma lógica institucional que não

apenas tolera, mas, por vezes, legitima e institucionaliza a exposição de populações de baixa renda a ameaças previsíveis. O Rio de Janeiro apresenta um exemplo emblemático dessa dinâmica. Criada em 1965 para reassentar moradores removidos por enchentes na década de 1960, a Cidade de Deus (RJ) constitui um caso histórico da persistência e reprodução de vulnerabilidades socioambientais. Em poucos anos, o conjunto passou a ser ele próprio um território de risco, marcado por inundações recorrentes e infraestrutura urbana insuficiente, revelando que a política habitacional não eliminou a precariedade, mas apenas a transferiu para outro espaço (Martins, 2014).

Em Santo André (SP), Ana Carolina Carvalho Figueiredo e demais autores (2021) analisam um projeto habitacional cuja implantação estava prevista para uma área com histórico de enchentes recorrentes. Embora não tenha sido executado, o simples direcionamento de um projeto habitacional para uma área sabidamente suscetível a enchentes evidencia que as fragilidades na política habitacional persistem na contemporaneidade. Esse padrão também se observa em Ouro Preto (MG), onde há sobreposição de ZEIS com áreas de risco geológico. A destinação de tais zonas à produção de EHIS ou Habitação de Mercado Popular (HMP) revela o caráter reprodutor da vulnerabilidade por meio de instrumentos legais e políticas habitacionais que acabam legitimando a permanência em territórios de risco (Costa, 2019). Tais evidências ressaltam a continuidade da prática de implantação de EHIS em áreas ambientalmente frágeis, mesmo diante dos desastres recorrentes vivenciados no país ao longo do século XXI.

No Sul, essa racionalidade se repete mesmo com distintas características geográficas. Em Joinville (SC), Rio do Sul (SC) e Camaquã (RS), a vulnerabilidade já conhecida não impediu a implantação de EHIS. Em Curitiba (PR), o EHIS no bolsão Audi-União foi implantado em uma zona de alto risco de inundação nas margens do rio Iguaçu. A urbanização e reassentamento de sete vilas irregulares a partir de 2000, mesmo acompanhada por obras de contenção de cheias, não eliminou os problemas de drenagem e alagamentos (Schäfer & Gomide, 2014). Tais fatores colocam em questão a adequação da escolha locacional do novo empreendimento frente às mudanças climáticas. Em Santa Catarina, a recorrência de eventos em conjuntos como a COHAB Bela Aliança, em Rio do Sul e o CH Monsenhor Scarzello, em Joinville evidencia que, ainda que tais projetos tenham sido construídos em locais com décadas de ocupação, os riscos permanecem ativos ou se intensificam com eventos extremos recentes. Na COHAB Bela Aliança (Figura 3), estudos revelam a adaptação das casas para a convivência com os desastres (Salvador et al., 2024a; Salvador et al., 2024b). O mesmo ocorre em Jaboatão dos Guararapes (PE), onde as novas moradias construídas por ex-moradores despejados da COHAB da Muribeca são feitas na tentativa de se proteger, elevando as casas e utilizando lajes (Queiroz, 2024). Soluções paliativas também são observadas na COHAB Feitoria, em São Leopoldo (RS), com a construção de muretas de contenção da água.

Os casos analisados revelam uma recorrência sistemática na seleção de áreas inadequadas para a implantação de EHIS, Mesmo em contextos nos quais, até o momento, os eventos afetaram predominantemente vias públicas, o histórico de recorrência e a localização dos empreendimentos evidenciam o potencial de agravamento — como ilustram os exemplos de Itapipoca (CE) e Camaquã (RS). A intensificação de eventos extremos associada às mudanças climáticas aumenta a probabilidade de que futuros episódios ampliem de forma significativa os danos socioambientais, afetando diretamente os moradores dos EHIS. Embora concebidas com o propósito de mitigar riscos, as políticas habitacionais analisadas demonstram, na prática, reproduzir e redistribuir vulnerabilidades. Conforme argumentam Antenora Maria da Mata Siqueira e Marco Antônio Sampaio Malagodi (2013), tais empreendimentos não eliminam o risco, mas o reinstalam sob novas formas e localizações, de modo que a solução de um problema emergencial acaba por criar as condições para sua perpetuação em escala ampliada.



Fig. 3: Inundação no conjunto habitacional COHAB Bela Aliança, Rio do Sul (SC). Fonte: Ciro Salla (2022). https://www.facebook.com/watch/?v=1176644339755711

4 Discussão

A pesquisa buscou analisar como a produção habitacional estatal se associa com a exposição ao risco de inundações, identificando como as políticas habitacionais consideram (ou negligenciam) os riscos ambientais na escolha da localização dos empreendimentos. A pesquisa mapeou a produção acadêmica sobre desastres e políticas habitacionais, identificando lacunas no debate. A ausência de estudos acadêmicos sobre o tema levou à busca por reportagens jornalísticas para identificar casos concretos de inundações em Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS), incluindo empreendimentos produzidos pelas COHABs e pelo PMCMV.

A análise revelou registros de inundações, alagamentos, deslizamentos e risco geológico afetando áreas de habitação de interesse social ao longo de quase seis décadas (1966–2025), evidenciando a banalização do risco e a persistência de falhas no planejamento urbano. Observou-se maior incidência de desastres em EHIS produzidos pelas COHABs, possivelmente associada a processos de implantação em um período em que as diretrizes ambientais eram incipientes, à ausência de estudos técnicos sistematizados e ao frágil mapeamento de áreas suscetíveis a inundações. Tais práticas resultaram na instalação de moradias em áreas inadequadas, em contrariedade a dispositivos legais como o parágrafo único do Artigo 3º da Lei Federal nº. 6.766/1979 (Brasil, 1979), que proíbe o parcelamento do solo em áreas sujeitas a inundações sem medidas preventivas adequadas. Entretanto, exceções justificadas pela necessidade de viabilizar EHIS muitas vezes resultam na implantação de EHIS em áreas vulneráveis, o que gera uma contradição na ação do Estado entre a garantia do direito constitucional à moradia e a prevenção de riscos de desastres.

A recorrente caracterização institucional e midiática de eventos como atípicos contribui para a naturalização do risco, deslocando o foco das vulnerabilidades estruturais. Tal narrativa dificulta a construção de um debate consistente sobre a urgência de um planejamento voltado ao longo prazo, sobretudo diante das inegáveis mudanças e emergências climáticas em curso. Como resultado, prevalece uma lógica reativa, na qual ações emergenciais, como socorro e limpeza pós-enchente, são priorizadas em detrimento de intervenções estruturantes. Casos de permanência prolongada em áreas de risco — como

Cáceres (MT), exposta há mais de duas décadas, e a COHAB Bela Aliança (SC), que convive com desastres há quase meio século — revelam a negligência estatal e a aceitação do problema.

A reprodução de enunciados e perspectivas negacionistas mantém as inundações enquadradas como fenômenos isolados e imprevisíveis, o que favorece a negligência em relação a medidas preventivas contínuas. Essa abordagem paliativa impede que as causas estruturais sejam devidamente enfrentadas, mantendo-as invisíveis no debate acadêmico e na mídia, além de favorecer a repetição de desastres. A aceitação tácita da recorrência desses eventos pode levar tanto a população quanto às instituições a minimizarem a percepção da gravidade e a urgência de soluções efetivas, reforçando a descrença na capacidade da gestão pública de resolver o problema (Vargas, 2006). A naturalização do risco, portanto, não apenas limita a ação preventiva, mas também consolida respostas insuficientes, perpetuando a vulnerabilidade e agravando seus impactos. A persistência do problema ao longo de mais de meio século reforça a urgência de políticas adaptativas e de uma revisão dos modelos de ocupação territorial, especialmente no atual contexto de emergência climática.

Esse quadro dialoga com a crítica de Acselrad (2002) sobre o impacto desproporcional da degradação ambiental sobre grupos socialmente excluídos, articulando o conceito de racismo ambiental à produção de habitação popular no país. A ausência de articulação entre as políticas habitacionais, urbanas, ambientais e de desenvolvimento (Amore et al., 2015) aprofunda a injustiça socioespacial, perpetuando a permanência de grupos vulnerabilizados em territórios inadequados à habitação. Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de uma revisão profunda dos critérios locacionais que orientam a produção habitacional pública. Isso inclui a realização sistemática de análises prévias de suscetibilidade — na escala da área destinada ao EHIS — considerando diferentes tipos de processos, como inundações, erosões, deslizamentos, recalques, colapsos, variações extremas de temperatura, ventos intensos e erosão litorânea, todos associados às transformações em curso na dinâmica climática. Paralelamente, o fortalecimento de marcos regulatórios e o compromisso com uma governança territorial integrada poderão favorecer o enfrentamento das desigualdades estruturais que moldam a produção do espaço urbano. Sem tais mudanças, os EHIS continuarão sendo, paradoxalmente, tanto promessas de cidadania quanto dispositivos de produção da precariedade e reprodução das desigualdades.

5 Considerações finais

O estudo confirma a existência de um padrão estrutural na política habitacional brasileira: a implantação de empreendimentos habitacionais em áreas suscetíveis a desastres. Concluímos que a política habitacional brasileira, longe de atuar exclusivamente como instrumento de justiça social e combate às desigualdades, têm, em muitos casos, funcionado como vetor de redistribuição de riscos, revelando os interesses divergentes que resultam em conflitos e aprofundam as condições de vulnerabilidade e exclusão. Ao privilegiar critérios de viabilidade econômica na escolha de terrenos, os programas habitacionais transferem para a população de baixa renda os custos sociais e ambientais da moradia. Em escala local, os achados reforçam que a falha começa na decisão locacional, na qual a disponibilidade fundiária sobrepõe o risco ambiental previamente conhecido (e.g., Maricá, Joinville e Rio do Sul). Em escala regional e metropolitana, a busca por terrenos (lógica do mercado) em grandes centros urbanos direciona os EHIS para áreas de fragilidade ambiental (e.g., Fortaleza, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Belém). Em escala nacional, a extensão dos casos do Acre ao Rio Grande do Sul demonstra um padrão estrutural e transversal à política habitacional brasileira, independentemente da região e do programa, evidenciando uma redistribuição institucionalizada do risco. Portanto, o modelo de produção habitacional social vigente perpetua o risco por não dispor de mecanismos efetivos de correção ou revisão crítica. Os casos analisados exemplificam o conceito de produção estatal do risco, que evidencia o papel ativo do poder público na exposição de populações vulneráveis a ameaças socioambientais — seja por omissão, seja por ações que criam ou intensificam tais riscos.

Nesses contextos, o Estado não apenas realoca grupos vulnerabilizados para áreas precárias, mas também institucionaliza sua permanência por meio de políticas formais, legitimando ocupações inadequadas sob o discurso da inclusão habitacional. Em muitos casos, as intervenções estatais geram novos riscos, como aterros mal compactados que ocasionam rachaduras (e.g., Campos dos Goytacazes, RJ), a ausência de sistemas eficientes de drenagem que provoca alagamentos (e.g., Belém-PA, Curitiba-PR e Joinville-SC) ou políticas de aluguel social insuficientes que mantêm famílias em zonas de risco (e.g., Ouro Preto-MG e Parauapebas-PA).

Esse quadro reflete um padrão histórico de negligência institucional, no qual o risco é produzido, distribuído e mantido pelo próprio aparato estatal, evidenciando os limites de uma política habitacional dissociada do planejamento urbano e ambiental. Critérios vagos na definição de áreas de risco favorecem práticas oportunistas, resultando na desconsideração de parâmetros ambientais e na produção de novas vulnerabilidades, em contrariedade aos princípios constitucionais. Ademais, os perigos tendem a se interligar, desencadeando efeitos em cascata que amplificam seus impactos, reforçando a necessidade de uma compreensão multirrisco. Dessa forma, a recorrência e a normalização desses desastres impõem a necessidade de reformulação dos critérios de localização e das exigências de infraestrutura nos EHIS que, embora concebidos para assegurar o direito à moradia, frequentemente perpetuam, ou aprofundam, vulnerabilidades históricas.

Apesar da diversidade temporal e geográfica dos casos identificados, a opção metodológica por priorizar fontes jornalísticas relativas aos empreendimentos produzidos pelas COHABs e pelo PMCMV, justificada pela centralidade desses programas nas políticas de habitação social, impõe uma limitação reconhecida à amostragem. Empreendimentos elaborados por programas estaduais e municipais com nomenclaturas próprias podem ter sido excluídos da busca. Portanto, pesquisas futuras devem desenvolver estratégias que consigam expandir o escopo e abarcar outros programas habitacionais estaduais e municipais, de modo a oferecer um panorama mais completo da produção estatal do risco no Brasil. Ainda, reconhece-se que a dependência de registros jornalísticos impõe limitações inerentes — como a desigualdade na cobertura entre regiões, a ausência de dados técnicos detalhados e a tendência a noticiar eventos de maior impacto ou visibilidade. Assim, mesmo que o levantamento realizado seja abrangente, a amostra deve ser compreendida como uma aproximação das situações em que EHIS foram afetados por desastres hidrológicos, servindo como ponto de partida para análises futuras mais aprofundadas.

As lacunas na produção acadêmica reforçam a importância de novas investigações, especialmente por meio de informações mais completas e confiáveis. Estudos futuros podem incluir: o período de implantação dos projetos, sua vinculação ao arcabouço legal vigente para abertura de loteamentos, bem como normativas ambientais e de prevenção de desastres. Complementarmente, novas pesquisas podem adotar abordagens interdisciplinares, articulando climatologia, geografia urbana e gestão pública, de modo a integrar variáveis ambientais, territoriais e institucionais. No campo da arquitetura e do urbanismo, estudos adicionais podem voltar-se ao desenvolvimento de planos e projetos, como os Planos de Bairro, que podem fornecer subsídios para estratégias de mitigação e adaptação, visando reduzir impactos ambientais (e outros) em EHIS antigos e estruturalmente mais vulneráveis às emergências climáticas.

Este estudo contribui para o campo da habitação social e da justiça socioambiental ao evidenciar como a política habitacional brasileira, quando privilegia critérios econômicos em detrimento da segurança ambiental e urbana, reproduz e institucionaliza riscos em territórios vulneráveis. Ao articular levantamento de casos noticiados e revisão bibliográfica, a pesquisa identifica padrões estruturais na inserção de HIS em áreas suscetíveis a desastres, demonstrando que tais empreendimentos, em vez de reduzir desigualdades, frequentemente as perpetuam. A partir de um panorama inédito sobre a recorrência e a persistência desses riscos ao longo de décadas, destacam-se lacunas nos critérios locacionais e nas políticas integradas de planejamento urbano. Com isso, contribui para a reflexão e para a ação, ao iluminar os conflitos presentes na concepção e execução dos programas habitacionais no Brasil, problematizando as ambiguidades e contradições da ação estatal. Assim, abre-se espaço para que pesquisas futuras aprofundem as situações de conflito socioambiental e desenvolvam proposições voltadas à construção de uma política habitacional mais justa, integrada e efetiva.

Agradecimentos

A autora principal deste trabalho agradece o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, por meio da bolsa de doutorado concedida no âmbito do processo nº 140825/2025-8. Agradecemos a contribuição do Professor Dr. Renato Tibiriçá de Saboya no aprimoramento das estratégias metodológicas.

Referências

Acselrad, H. (2002). Justiça ambiental e a construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, 5*, 49–60. https://doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116

Amore, C. S. (2015). “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In C. S. Amore, L. Z. Shimbo, & M. B. C. Rufino (Eds.), *Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (pp. 11–28). Letra Capital. https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf

Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.

Blumenschein, R. N., Peixoto, E., & Guinancio, C. (Eds.). (2015). *Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva*. FaunB. https://www.researchgate.net/publication/277708754_Avaliacao_da_qualidade_da_habitacao_de_interesse_social_projetos_urbanistico_e_arquitetonico_e_qualidade_construtiva

Brasil. (1979). *Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979*. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Brasil. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (2025). Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec

Canil, K., Lampis, A., & Santos, & K. L. (2020). Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. *Cadernos Metrópole, 22*(48), 471–494. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4803

Cardoso, A. L., Mello, I. Q. & Jaenisch, S. T. (2015). A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In C. S. Amore, L. Z. Shimbo, & M. B. C. Rufino (Eds.), *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (pp. 73–102). Letra Capital. https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf

Castro, A. L. C. de. (1998). *Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres* (5ª ed.). Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec

Costa, E. C. P. da (2019). *Os entraves da política habitacional em Ouro Preto* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Ouro Preto]. Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso. http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2891

Cutter, S. L. (2024). The origin and diffusion of the social vulnerability index (SoVI). *International Journal of Disaster Risk Reduction. 109*. Article 104576. https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2024.104576

Figueiredo, A. C. C., Xavier, G. H. S., & Insuela, T. A. (2021). Planejamento urbano sustentável: A importância do entorno em um estudo para implantação de habitação de interesse social. *Revista Científica ANAP Brasil, 14*(32), 104–117. https://doi.org/10.17271/19843240143220212881

Habitat for Humanity International. (2016). *Revisão da literatura sobre habitação na América Latina e no Caribe. Fase I: Iniciativa Global de Pesquisa sobre Habitação* (S. McTarnaghan, C. Martín, T. Srini, & J. Collazos, Eds.). https://www.habitat.org/sites/default/files/Global-Housing-Research-Initiative-PORTUGUESE-FINAL-Oct-2016.pdf

Honda, S. C. de A. L., Vieira, M. do C., Albano, M. P., & Maria, Y. R. (2015). Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). *Revista Brasileira de Gestão Urbana, 7*(1), 62–73. https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO04

Lima, J. J. F., Cardoso, A. C., Rodrigues, R. M.; Ponte, J. X., Neto, R. V. S., & Melo, A. C. C. (2015). Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMV na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In C. S. Amore, L. Z. Shimbo, & M. B. C. Rufino (Eds.), *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (pp. 353–390). Letra Capital. https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf

Martins, M. R. (2014). HABITAÇÃO E DESASTRE: O CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE DE DEUS E A "GRANDE ENCHENTE" DE 1966. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro. https://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400466476_ARQUIVO_HABITACAOEDESASTRE-Martins-2014.pdf

Menzori, I. D., & Falcoski, L. A. N. (2016). Estudo das Áreas Especiais de Interesse Social e Áreas de Preservação e Recuperação de Mananciais: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida em Araraquara/SP. In G. M. Barbirato, A. N. Rodrigues da Silva, L. C. L. Souza, R. A. R. Ramos, D. S. Rodrigues, R. V. R. Barbosa, & J. C. C. Barbirato (Eds.). *Anais do 7º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (Pluris 2016) – Contrastes, contradições, complexidades: desafios urbanos no século XXI* (Paper 747). Viva Editora.

Pequeno, R., & Rosa, S. V. (2015). Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In C. S. Amore, L. Z. Shimbo, & M. B. C. Rufino (Eds.), *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (pp. 131–164). Letra Capital. https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf

Pequeno, R., & Rosa, S. V. (2016). O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza-CE: análise dos arranjos institucionais. *Cadernos Metrópole, 18*(35), 91–107. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3509

Queiroz, D. (2024, 28 de agosto). Encurralados por empresas e área abandonada, moradores em Jaboatão temem enchentes [Reportagem]. *Agência Pública*. https://apublica.org/2024/08/entre-area-abandonada-e-empresas-moradores-da-muribeca-em-jaboatao-temem-enchentes/

Rufino, M. B. C. (2015). Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In C. S. Amore, L. Z. Shimbo, & M. B. C. Rufino (Eds.), *Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (pp. 51–70). Letra Capital. https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf

Salla, Ciro. (2022, 5 de maio). *11h30(quinta) - Rio do Sul-SC: Na Cohab, bairro Bela Aliança. Vídeo via drone* [Vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com/watch/?v=1176644339755711

Salvador, C. C., Poleza, M. M., Kanashiro, M., & Passos, B. A. (2024a). Desafios da habitação social em meio ao risco de inundações: A experiência do Conjunto Habitacional Bela Aliança, Rio do Sul, SC. In *11º Encontro e 1º Seminário Internacional da Urban Knowledge Net (UKN 2024)*. https://www.researchgate.net/publication/380530054

Salvador, C. C., Kanashiro, M., Ayoub, T. de A. A., & Passos, B. A. (2024b). Resiliência comunitária em face ao risco de inundações: Abordagens adaptativas, modificações nas tipologias habitacionais e ações de recuperação na COHAB–Bela Aliança, Rio do Sul, SC. In *12ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*. https://www.researchgate.net/publication/387335776

Salvador, C. C. (2025). *Material suplementar: Fontes jornalísticas e estudos acadêmicos por cidade seguindo ordem cronológica* Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.16787423

Santos, L. dos, Zamparoni, C. A. G. P., & Soares, J. C. de O. (2017). Susceptibilidade a inundações no perímetro urbano de Cáceres-MT. *Caderno de Geografia, 27*(51), 623–646. https://www.redalyc.org/pdf/3332/333252999001.pdf

Schäfer, E. F., & Gomide, F. P. B. (2014). Avaliação pós-ocupação do conjunto habitacional Moradias União Ferroviária Bolsão Audi/União, Curitiba (PR). *Engenharia Sanitária e Ambiental, 19*(2), 155–164. https://doi.org/10.1590/S1413-41522014000200006

Schumann, C., Silva, R. de C. da, Piccinini, L. T. S., & Namiuchi, M. G. (2021). Moradias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): Estudo das localizações em relação às áreas de risco e preservação permanente na cidade de Porto Alegre. *Revista de Morfologia Urbana, 9*(2), e00203. https://doi.org/10.47235/rmu.v9i2.203

Silva, E. B., & Nóbrega, P. R. C. (2012). Dengue: Reflexões sobre a incidência da doença no município de Palmares, Pernambuco no pós-enchente (2010, 2011). *J Manag Prim Health Care*, *3*(2), 106–113. https://doi.org/10.14295/jmphc.v3i2.147

Siqueira, A. M. M., & Malagodi, M. A. S. (2013). Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes/RJ: o caso Ururaí. In A. F. Leite, & M. A. S. Gomes (Eds.), *Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense* (pp. 35–66). Essentia Editora.

Sousa, I. C. N., & Braga, R. (2020). Habitação de Interesse Social e o Minha Casa Minha Vida – faixa 1: questão ambiental na produção habitacional. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *12*, e20190312. https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190312

Vargas, M. A. R. (2006). Construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, *8*(1), 59–78. https://doi.org/10.22296/2317-1529.2006v8n1p59

V!RUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO
CONTENTS

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

ÁGORA

014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP

042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY

063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA

097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA

142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES

167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS

199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO

214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR

230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES

241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES

266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALŸS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK

279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO

290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS

329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES

370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA

383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE

417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA

HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS

VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

Vinicius Barros é Arquiteto e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos. Seus interesses de pesquisa abrangem planejamento urbano e regional, financeirização do espaço urbano, economia circular aplicada ao ambiente urbano e à construção civil e o processo de urbanização brasileiro. viniciusarqurb@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/3829563850480760

Érico Masiero é Arquiteto e Doutor em Engenharia Urbana. Professor do Departamento de Engenharia Civil e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos. Coordena pesquisas nas áreas de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Climatologia Urbana, Conforto Ambiental, Eficiência Energética de Edificações e Acústica Urbana. erico@ufscar.br
http://lattes.cnpq.br/2691827106518167

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Barros, V. T., & Masiero, E. (2025). Financeirização da habitação em contextos de economia compartilhada. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 114-127 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239867

Resumo

A construção do espaço urbano brasileiro tem sido, em parte, resultado da atuação de agentes e setores que visam atender a interesses financeiros. Como reflexo, as cidades têm se tornado cada vez mais segregadas e desiguais. Este padrão de produção das cidades se apresenta por meio da financeirização da habitação, consolidada a partir da década de 1970. Diante disso, surgem novas dinâmicas econômicas com propósitos supostamente mais sustentáveis, como a Economia Circular, a Economia Compartilhada e a Economia Criativa que indicam o estabelecimento de novos paradigmas na construção do espaço urbano. Contudo, tendo a cidade como objeto de disputa e interesse, a lógica de funcionamento estabelecida da financeirização na produção do espaço sugere possíveis tensionamentos frente às novas dinâmicas econômicas. Assim, ao adotar, como processo metodológico, uma revisão da literatura junto à uma discussão crítica, este ensaio tem como objetivo analisar o contexto da produção habitacional decorrente de processos de financeirização, contrapondo-o aos impactos das novas dinâmicas econômicas. Como contribuição, este ensaio reflete sobre os tensionamentos entre a reprodução de cidades desiguais no Brasil calcadas nas novas dinâmicas de produção habitacional englobadas pela financeirização, porém com uma roupagem alinhada à agenda sustentável, a qual tem modelado muitas cidades brasileiras.

Palavras-Chave: Financeirização da habitação, Economia circular, Economia compartilhada, Economia criativa, Espaço urbano.

1 Introdução

A economia engloba distintas dinâmicas que refletem transformações nos modos de produção, consumo e interação. Baseada na extração, produção e descarte, a economia linear mostra-se insustentável frente à escassez de recursos. Em contraponto, alternativas como a economia circular, que propõe o reaproveitamento contínuo de materiais, a economia criativa, que valoriza inovação, cultura e capital intelectual, e a economia compartilhada, que fomenta a reorganização do acesso a bens e serviços através de redes colaborativas, podem indicar caminhos para um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e conectado às dinâmicas sociais e tecnológicas contemporâneas. No panorama global, os bens de consumo são utilizados sem que seja considerado o seu reaproveitamento pela indústria ou, posteriormente, pelos consumidores finais. A longo prazo, essa lógica tornou-se inviável devido à incapacidade do planeta em suprir tal demanda ao mesmo tempo, em que necessita renovar suas próprias fontes. Como alternativa a esse padrão, Alexandra Leitão (2015) destaca que a adoção do conceito de economia circular surge como alternativa para o futuro. Dentro da revisão realizada, verifica-se que o conceito de economia circular origina-se em período anterior às outras dinâmicas econômicas abordadas e que possui literatura mais robusta, sugerindo sua maior relevância e difusão acadêmica. Nesse sentido, alguns trabalhos associam a circularidade às dinâmicas criativa ou de compartilhamento, de modo que sejam entendidas como complementares (European Environment Agency, 2017; Korhonen et al., 2018; Pratt, 2022).

A “economia circular limita o fluxo de materiais e energia a um nível que a natureza tolera e utiliza os ciclos dos ecossistemas nos ciclos econômicos, respeitando suas taxas naturais de reprodução” (Korhonen et al., 2018, p. 39, tradução nossa). Englobando atividades como arquitetura, artes audiovisuais, tecnologia, moda e publicidade, a economia criativa demanda inovação, valorizando a propriedade intelectual como principal ativo para criação de empregos e fomento à economia de maneira geral, além de se apresentar como uma alternativa à perda de força da indústria tradicional (Ghazi & Goede, 2017). Sobre a economia compartilhada, sua ideia estrutura-se a partir da transferência do direito de utilização de bens e recursos ociosos, pertencentes a pessoas ou instituições, para outros indivíduos, através de pagamento intermediado por plataformas especializadas. A partir desse mecanismo, o proprietário adquire ganhos financeiros pelo compartilhamento do bem, utilizado por um custo menor, e reduz sua ociosidade (Zhu & Liu, 2021). Na América Latina e no Caribe, a economia circular tem adquirido mais relevância e apoio político nos últimos anos. Observou-se o lançamento de inúmeras iniciativas públicas aderentes à economia circular. Tais ações têm sido fundamentais para fomentar a adoção de práticas circulares pelo setor econômico como, por exemplo, mudanças nas cadeias de produção desde o processo industrial de desenvolvimento de um produto até seu resultado final, além da maneira como esses bens de consumo estão sendo utilizados e descartados após sua

vida útil. Nesse sentido, em alinhamento ao *United Nations Environment Programme* (UNEP), destaca-se o lançamento de propostas visando a criação, em 2019, de uma Coalizão Regional de Economia Circular pelo Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (Schröder et al., 2020).

A lógica da economia linear é predominante no mercado habitacional brasileiro, a qual se coaduna com os processos de financeirização da habitação. A produção de moradias em larga escala nem sempre visa cumprir um direito social ou uma necessidade básica da população, visto que a unidade habitacional se torna um ativo financeiro nesse sistema, ganhando mais a função de gerar lucros do que possibilitar melhores condições de vida nas cidades. Sobre a temática da financeirização, apenas após a crise imobiliária ocorrida nos Estados Unidos em 2007 é que o assunto adquiriu relevância no meio acadêmico (Silva & Rodrigues, 2023). Contudo, há um consenso sobre sua expansão a partir das décadas de 1970 e 1980 devido à globalização e à adoção de políticas neoliberais (Harvey, 2014; Klink & Souza, 2017; Rolnik, 2019; Silva & Rodrigues, 2023). Ao mesmo tempo, em que é reconhecido o protagonismo das instituições financeiras no desenvolvimento conceitual da financeirização, destaca-se, também, o alcance atingido em sua aplicação. Nesse sentido, enfatiza-se como sua disseminação "teria suscitado o florescimento de uma lógica financeira geral, que agora permeia todas as atividades capitalistas e mesmo a reprodução da força de trabalho" (Sanfelici, 2013, p. 29). No contexto urbano brasileiro, a financeirização do espaço e da habitação é uma questão que deve ser discutida a fim de que novas propostas sejam elaboradas e implementadas visando sua mitigação. A ela, atribuem-se aspectos relativos ao gradativo aumento da participação de "atores, mercados, práticas, métricas e narrativas financeiras, em variadas escalas, resultando numa transformação estrutural de economias, empresas (incluindo instituições financeiras), Estados e famílias" (Aalbers, 2019, p. 4, tradução nossa, parênteses do autor). De maneira geral, o que pode-se apreender é que a lógica da financeirização no Brasil possibilitou a inserção de classes sociais mais baixas no circuito imobiliário. Essa inserção, porém, não se baseia numa lógica inclusiva e, sim, na extração de recursos de setores sociais vulneráveis em favorecimento dos setores dominantes, apenas reforçando um antigo e desigual sistema econômico. Portanto, apesar de a lógica da economia linear predominar no mercado imobiliário, a economia circular surge como uma alternativa que pode contribuir para mitigar impactos sociais e ambientais, melhorar as condições de acesso à moradia e provocar o surgimento de novas dinâmicas econômicas em decorrência de sua aplicação em empreendimentos imobiliários. Desse modo, o presente trabalho propõe analisar e discutir a relação entre financeirização e economia circular, assim como a influência de novas dinâmicas econômicas, como as chamadas Economia Criativa e Economia Compartilhada, na construção do espaço urbano, de modo a observar possíveis pontos de tensionamento entre tais modelos que, consequentemente, poderão impactar o território. Realiza-se também uma abordagem teórica sobre possíveis desdobramentos, analisados a partir do panorama atual do mercado imobiliário nacional.

A reflexão sobre a produção do espaço urbano revela a centralidade dos embates políticos, econômicos e territoriais que moldam o território e evidenciam a participação de múltiplos agentes. Observa-se que processos históricos de financeirização consolidaram padrões de desigualdade no acesso à moradia, transformando a terra e a habitação em ativos orientados à valorização financeira (Freitas, 2023). Paralelamente, discursos contemporâneos vinculados à circularidade, à criatividade e ao compartilhamento propõem novos arranjos produtivos e culturais que prometem maior sustentabilidade, inclusão e diálogo entre saberes (*European Environment Agency*, 2017; Pratt, 2022). Esses modelos, contudo, não se apresentam de forma neutra, visto que estão inseridos em um campo de disputas marcado por tensões entre interesses públicos, agentes privados e marcos regulatórios que condicionam a organização das cidades. Nesse contexto, torna-se possível identificar a sobreposição entre dinâmicas econômicas emergentes e estruturas consolidadas de poder, permitindo especular como ideias de inovação, participação e responsabilidade socioambiental podem ser simultaneamente mobilizadas como ferramentas de transformação ou como instrumentos de reprodução de práticas hegemônicas. Ao aprofundar a discussão sobre essa articulação, ressalta-se a importância de se considerar as diferentes escalas de conflito, do planejamento urbano às políticas de habitação, das transformações culturais às formas de governança, para analisar criticamente os caminhos que configuram o território contemporâneo.

A metodologia adotada no ensaio estrutura-se em uma abordagem qualitativa ancorada na revisão de literatura e na análise teórica-crítica. O procedimento adotado para este ensaio baseou-se no mapeamento de conceitos fundamentais, na identificação de contradições discursivas, na construção de sínteses de conceitos e na geração de interpretações

fenomenológicas (Volpato, 2019). Essa estratégia metodológica permite compreender, de maneira integrada, os processos que estruturam a produção do espaço urbano, articulando financeirização, economia circular, economia compartilhada e economia criativa (Charnock et al., 2014; *European Environment Agency*, 2017; Jover & Cocola-Gant, 2023). A revisão de literatura constituiu o eixo central da investigação, reunindo referências nacionais e internacionais que tratam da formação das cidades brasileiras, das dinâmicas de financeirização da habitação e das transformações econômicas contemporâneas, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de uma visão geral sobre as questões tratadas (Aalbers et al., 2020; Figueiredo et al., 2024; Rufino et al., 2018; Souza & Leonelli, 2021b). A análise teórica consistiu em identificar convergências, tensões e sobreposições entre os modelos econômicos estudados e os padrões de organização territorial. Esse procedimento envolveu examinar como discursos de sustentabilidade, inovação e colaboração se inserem em contextos historicamente marcados por práticas de especulação imobiliária e forte articulação entre os setores público e privado. Assim, a metodologia buscou evidenciar de que modo novos arranjos econômicos podem ser incorporados pela lógica da financeirização, reproduzindo desigualdades já consolidadas. A discussão inclui, também, estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), mecanismos de securitização e impactos de plataformas de aluguel por curta temporada, como *Airbnb*, sempre com o objetivo de problematizar a materialização territorial dos processos analisados. A partir desse percurso e baseando-se em Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2003), a metodologia adotada permitiu construir uma leitura crítica das transformações econômicas e espaciais em curso, fundamentada na articulação das referências presentes no trabalho.

2 O contexto brasileiro

Flávio Villaça (2015) sugere que o processo de urbanização no Brasil pode ser segmentado em três grandes períodos: o primeiro, entre 1875 e 1930, o segundo, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1990, e o terceiro, iniciado na década de 1990. A este, relaciona-se o fato de que o planejamento urbano no país passa a vivenciar um movimento de politização. Devido a um aumento da participação popular, questões metodológicas de concepção e temática de alguns planos foram discutidas e debatidas em importantes cidades brasileiras. Contudo, ao contrário da perspectiva inclusiva exposta por Villaça, as abordagens de Ermínia Maricato (2015) e Raquel Rolnik (2019) expõem a real situação durante o período e vigente até hoje. Inspirado no projeto urbanístico de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, o chamado plano estratégico[1], adotado por cidades latino-americanas, “cumpre um mesmo papel de desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto” (Maricato, 2015, p. 89). Christopher Gaffney (2010) aponta como a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, nos anos de 2014 e 2016, respectivamente, contribuiu para segregar espacialmente o ambiente urbano, além de jogar luz sobre a relação entre poder público e empresas ligadas à construção civil e ao mercado imobiliário. Retornando há década de 1990, iniciou-se, no Brasil, um processo de constituição de dispositivos legais e institucionais que visavam o crescimento e estabelecimento da produção privada de moradia, alcançando, inclusive, faixas de renda mais baixas. Assim, sem grande repercussão, o setor imobiliário adquiriu, através de grandes construtoras e incorporadoras, protagonismo dentro da política habitacional brasileira (Maricato, 2000; Rolnik, 2006).

Todavia, como apontado por Rolnik (2019), dentro do cenário de políticas urbanas brasileiro, há uma ligação histórica entre Estado e empreiteiras. O desenvolvimento do ramo de engenharia pesada foi intensamente incentivado pelo Estado, por meio de um acordo prático que evidencia não somente a forte conexão entre interesses públicos e privados, como também o grande poder de influência deste setor empresarial, inclusive na providência de políticas públicas. Milton Santos (1993) associa essa conexão ao passado colonial do país e sua prática patrimonialista, vigente até hoje. Não havendo uma organização pública eficiente, delega-se aos agentes privados e à sua habilidade em articular relações diretas com os agentes públicos a alternativa de implementar sua agenda econômica. Herdado do período colonial, esse método é consolidado durante o período getulista, momento em que o Estado assume maior poder no comando da economia (Faoro, 2001). Segundo Eduardo Marques (1999), o setor vivenciou três fases distintas. A primeira, iniciada na década de 1940, se caracterizou pela implementação e o estabelecimento do ramo de engenharia pesada no país, fomentada pelo desenvolvimento da malha rodoviária brasileira e por alterações dentro da estrutura estatal a partir da mudança do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para uma autarquia. A segunda, observada entre as décadas de 1960 e 1970, representou o período de maior pujança do setor por

[1] A partir da compreensão de que a expansão da economia global e as privatizações estão submetidas à liberalização econômica, o planejamento estratégico baseia-se em concepções e estratégias provenientes do planejamento empresarial. Sua adesão por parte de gestores públicos se dá em função das cidades serem classificadas como empresas. Dessa forma, é demandado que as cidades sejam atraentes, por exemplo, na captação de novos negócios, tecnologia e qualidade de serviços (Vainer, 2000).

conta de grandes obras desenvolvidas pelos governos militares nos setores de energia e de transportes. A terceira, iniciada entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, é marcada pela diversificação dos negócios em função da compra de empresas de outros ramos pelas empreiteiras.

Ampliando o alcance de seu mercado para países menos desenvolvidos, a classe pôde assumir, com apoio financeiro e diplomático do Estado, o comando de mercados menores e tecnologicamente menos competitivos (Marques, 1999; Marques & Bichir, 2003). Rolnik (2022) destaca o cenário verificado na cidade de São Paulo a partir da relação entre agentes públicos e empreiteiros na década de 1980, explicitando a necessidade, por parte dos políticos, de obter financiamento para campanhas políticas. Poderosas empreiteiras tornaram-se substanciais financiadoras do processo. Nas empreiteiras, as contribuições para as campanhas almejavam garantir novos contratos para a empresa, além de assegurar que seriam remuneradas por eventuais contratos já vigentes. Do ponto de vista dos políticos, entendia-se ser um agradecimento ao suporte dado. Na década de 1990, observa-se uma aliança entre empreiteiras, incorporadoras e investidores que tinha por finalidade a elaboração e construção de empreendimentos comerciais e corporativos. Dessa forma, utilizam sua histórica influência junto a órgãos públicos para obtenção de recursos necessários à implementação de obras públicas e privadas que possibilitem o desenvolvimento de novas zonas de crescimento (Villaça, 1995). Em relação a esse processo de privatização da expansão urbana, Carlos Vainer (2011, p. 12, grifo do autor) afirma tratar-se da "*democracia direta do capital*". A partir dos anos 2000, verificou-se um aumento na produção de unidades habitacionais por parte dessas empresas, direcionadas ao público com acesso ao crédito habitacional — famílias com renda entre três e dez salários mínimos, vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Entre os anos de 2006 e 2008, foi observado um crescimento de aproximadamente nove vezes no número de moradias produzidas com valores de até duzentos mil reais (Shimbo, 2010).

Observa-se um crescimento do crédito imobiliário e do número de unidades habitacionais produzidas (Rolnik, 2022). No ano de 2009, é lançado o MCMV. Desenvolvido por agentes públicos e privados como uma medida contracíclica em resposta à crise financeira iniciada nos Estados Unidos no final da década de 2000 (Alvarenga & Reschilian, 2018), o programa "transformou-se na política habitacional do país, baseado no modelo único de promoção de casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário" (Rolnik, 2019, p. 309). Voltado às classes de renda média/baixa, o programa seria gerido pela Caixa Econômica Federal e sua função seria fornecer subsídios para a obtenção de moradia própria (D'Amico, 2011). No entanto, a política habitacional do Brasil nesse período tem sido resultado da associação entre Estado e mercado. A chamada Habitação Social de Mercado é o produto gerado a partir da junção dos termos social e mercado que, até então, distinguiam-se no cenário dos sistemas de financiamento. Se antes denominações como habitação popular, econômica ou social eram destinadas às classes mais baixas pelo Estado, nos últimos anos, tais termos têm sido usurpados pelo setor imobiliário com o intuito de caracterizar seu novo segmento de mercado (Shimbo, 2010). O fato de ter fomentado novas modalidades de financiamento a classes sociais mais baixas, juntamente com os robustos investimentos feitos para a construção de moradias demonstra o alcance obtido pelo MCMV, ainda que seja reiterada sua ineficiência em relação ao déficit habitacional do país, fator que distancia o programa de sua função social (Krause et al., 2013). Contudo, a implementação de iniciativas governamentais como o selo Procel Edifica, em 2003 (Lopes et al., 2024), e o Selo Casa Azul, em 2010 (Gonçalves et al., 2020), indica um esforço por parte do Estado para promover modelos de construção mais eficientes para um espaço urbano mais sustentável, alinhado à dinâmica econômica circular.

3 Economia circular e novas dinâmicas econômicas do século XXI

Segundo Jouni Korhonen, Antero Honkasalo e Jyri Seppälä (2018), a economia ecológica forneceu as principais bases teóricas e científicas para o desenvolvimento dos novos conceitos verificados na economia circular. Nesse sentido, os autores destacam trabalhos que tratam de temáticas aderentes à economia circular como ecoeficiência e ecologia industrial desenvolvidos na década de 2000, além de pesquisas sobre "o potencial macroeconômico dos fluxos cíclicos de materiais" (Korhonen et al., 2018, p. 38, tradução nossa) publicados entre as décadas de 1960 e 1990. No entanto, ainda que algumas dessas abordagens tenham contribuído de forma sensível para o campo da sustentabilidade, ressalta-se a dificuldade de se conectarem os conceitos da economia ecológica aos da economia circular devido à falta de clareza e compreensão sobre a economia ecológica em si. Ainda assim, é reforçada a importância da economia ecológica na construção do que se estabeleceu como economia circular. Sobre sua definição conceitual, trata-se de:

> Um sistema econômico que substitui o conceito de fim de vida útil pela redução, alternativamente pela reutilização, reciclagem e recuperação de materiais nos processos de produção/distribuição e consumo. Opera em nível micro (produtos, empresas, consumidores), nível meso (parques ecoindustriais) e nível macro (cidade, região, nação e global), com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, criando simultaneamente qualidade ambiental, prosperidade econômica e equidade social, em benefício das gerações atuais e futuras. É possibilitado por novos modelos de negócios e consumidores responsáveis (Kirchherr et al. 2017, p. 229, tradução nossa, parênteses dos autores).

No âmbito da construção civil, a adoção dos conceitos da economia circular tem sensível potencial para contribuir na otimização do gerenciamento de materiais e resíduos. O percentual de resíduos sólidos gerados pelo setor da construção corresponde a 70% na escala nacional (Benachio et al., 2020) e a 35% na escala global (Mercader-Moyano et al., 2022; Munaro & Tavares, 2022a). Mayara Munaro e Sergio Tavares (2022a, p. 66) destacam fatores políticos como essenciais para a implementação da economia circular, tais como a necessidade de criação de "instrumentos regulatórios, ações fiscais e uma política de governança integrada à agenda de desenvolvimentos sustentável". Foi detectada, também, a necessidade de maior interesse no desenvolvimento de sistemas de informação integrados que possibilitem otimizar a gestão de materiais e o compartilhamento de dados relativos às fases de construção de empreendimentos, como *Building Information Modeling* (BIM) e *Building Material Passports* (BMP) (Benachio et al*.,* 2020; Munaro & Tavares, 2022a). Munaro e Tavares (2022b), em seu levantamento para identificar e analisar as políticas públicas brasileiras relacionadas à adesão da economia circular pelo setor de construção civil, observam que a temática relativa ao gerenciamento de resíduos, através de leis federais, resoluções e planos de ação, possui maior recorrência nos documentos analisados. Adicionalmente, evidencia-se a importância da participação de profissionais do setor e da área de reciclagem assim como de consumidores e usuários no debate para a formulação de novos mecanismos regulatórios, visando a ampliação do alcance da economia circular dentro da indústria da construção no Brasil.

Além da economia circular, é importante destacar como as chamadas economia criativa e economia compartilhada também podem exercer papel fundamental na construção do espaço. Diante da demanda contínua de desenvolvimento econômico, é oportuno associar tal desenvolvimento a práticas ambiental e socialmente responsáveis. Nesse sentido, os conceitos de economia criativa e economia compartilhada têm ganhado protagonismo no século XXI (Hossain, 2020; Khussainova et al., 2024). Introduzido por John Howkins (2002), o conceito de economia criativa fundamentava-se na circulação de ativos e produtos criativos com valor econômico. Em 2009, o conceito ganhou força a partir da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), que definia a economia criativa como bens e serviços baseados na criatividade que impulsionam o crescimento econômico contribuindo para o avanço do desenvolvimento socioeconômico (Saptawan et al., 2024). A economia criativa representa um setor voltado à geração de valor a partir da inovação produtiva e da inclusão social, distinguindo-se não apenas pela capacidade de inovação e flexibilidade, mas também como estímulo e base para decisões econômicas racionais, promovendo o desenvolvimento de habilidades singulares em diferentes segmentos da sociedade (Khussainova et al., 2024). No âmbito das cidades, Christiano Toralles (2023) destaca como a transformação urbana desencadeada pela criação de espaços voltados à economia criativa e ao conhecimento pode, em áreas pouco consolidadas, alavancar seu desenvolvimento ou, em áreas já consolidadas, ampliar a oferta de infraestrutura. No Brasil, o estudo desenvolvido por João Luiz Figueiredo, Ana Flávia Machado, Mariangela Antigo, Sílvia Corrêa e Veranise Dubeux (2024) sobre a dinâmica de bairros com sensível presença de espaços criativos, nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reforça a presença da especulação imobiliária como um aspecto conflituoso nas áreas analisadas. A implantação de novos empreendimentos comerciais voltados a atender a demanda econômica criativa poderia reforçar questões como a valorização da terra e de imóveis, fomentando a especulação imobiliária local, reproduzindo um padrão social excludente e distanciando-se da intenção inicial, responsável social e ambientalmente (Toralles, 2023).

Mokter Hossain (2020) e Bru Laín (2024) destacam a dificuldade de se estabelecer, objetivamente, o que é economia compartilhada devido à amplitude de contextos sociais, organizações e modelos de negócio em que ela pode ser aplicada. Ainda assim, conceitualmente, Pablo Muñoz e Boyd Cohen (2017, p. 21, tradução nossa, grifo dos autores) definem economia compartilhada como "*um sistema socioeconômico que viabiliza um conjunto intermediado de trocas de bens e serviços entre indivíduos e organizações, com o objetivo de aumentar a eficiência e a otimização de recursos subutilizados na sociedade*". Sob a perspectiva de se tratar de um avanço da agenda neoliberal, a visão trazida por Laín (2024) sobre economia compartilhada destaca como o conceito, promovido a partir de uma ideia de maior conexão da sociedade aliada a um

crescimento econômico sustentável, pode ser transformado num campo de reprodução e progresso do capitalismo tradicional. Desse modo, a nova dinâmica econômica apenas dá continuidade ao acúmulo de poder nas mãos de grandes companhias digitais — como *Uber* e *Airbnb*, por exemplo — ao passo que precariza as relações de trabalho. Sobre a influência do *Airbnb* no espaço urbano, Rafael de Souza e Gisela Leonelli (2021a) abordam como sua prática estimula processos de especulação imobiliária e gentrificação nas áreas onde se localizam. Tal especulação ocorre em função da redução no número de imóveis disponíveis para locação de longa temporada. Sobre o processo de gentrificação, observa-se uma mudança no perfil da população residente por boa parte dos imóveis anunciados pelo *Airbnb* estarem situados em regiões turísticas. Essa dinâmica baseia-se na difusão das plataformas digitais e seu impacto na sociedade, responsável pela difusão de novos conceitos como o capitalismo de plataforma — observado como um desdobramento do modelo capitalista associado à comunidade conectada a essas plataformas — e, no espaço urbano, do chamado urbanismo de plataforma — produto dessa nova estrutura capitalista refletida na construção do espaço (Cruvinel, 2024).

Fernanda Gomide, Luís Bragança e Eloy Casagrande Junior (2024) destacam a necessidade de integração entre fatores técnicos e sociais para que as práticas circulares sejam inseridas na vida cotidiana, além de aspectos comportamentais e climáticos, evidenciando a importância de se levar em conta o contexto cultural específico de cada região para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Nesse sentido, para a promoção dessas novas dinâmicas econômicas no espaço urbano, o papel das instituições de ensino na transformação das cidades é crucial. Em seu trabalho, Stefania De Medici, Patrizia Riganti e Serena Viola (2018) discutem o impacto positivo desencadeado pela implantação, a partir do fim da década de 1990, de uma faculdade na ilha de Ortígia, pertencente à cidade de Siracusa no sul da Itália. Tendo por objetivo a adesão aos conceitos da economia circular, de acordo com as autoras, é fundamental o envolvimento das esferas institucional, empresarial e educacional para a promoção de políticas públicas, o levantamento de recursos e a possibilidade de qualificação de profissionais para contribuir com a cultura local. No entanto, é importante salientar que, concomitante a essas novas dinâmicas econômicas, a atuação do mercado imobiliário se mantém e pode influenciar de forma negativa a maneira como o espaço é construído. Nesse sentido, como exposto por Greig Charnock, Thomas Purcell e Ramon Ribera-Fumaz (2014) em seu estudo sobre a implantação do projeto 22@Barcelona no distrito de Poblenou em Barcelona, ainda que sua proposta e discurso conceitual sugerissem o desenvolvimento de novos espaços que contemplassem aspectos tecnológicos e de inovação através de práticas econômicas sustentáveis em sua construção e, posteriormente, em seu uso, observou-se que o projeto atendeu aos interesses dos setores imobiliário e financeiro, reproduzindo a lógica de funcionamento da financeirização, afastando-se da construção de um espaço urbano mais democrático.

4 Financeirização

Acerca de seu modo de funcionamento, a financeirização estrutura-se a partir dos mecanismos de securitização aplicados por agentes financeiros (bancos e fundos de investimento, por exemplo). Segundo Fernando Pinheiro e José Savoia (2009), a securitização é um modelo de composição financeira que viabiliza a captação de recursos através da negociação de recebíveis futuros dentro do mercado presente. No Brasil, os desdobramentos dessa lógica no espaço urbano podem ser observados nos trabalhos empíricos desenvolvidos por Wagner Amorim (2015) e Daniela Alvarenga e Paulo Reschilian (2018) em cidades médias no interior dos estados do Paraná e de São Paulo, respectivamente. Os estudos, focados na produção de habitação social pelo MCMV, trazem dados quantitativos financeiros e de moradias que demonstram o impacto do capital na produção do espaço urbano nas cidades analisadas. Por intermédio de fundos de investimento, esse sistema tem sido praticado visando a obtenção de capitais através da emissão de títulos a serem adquiridos por investidores. Com relação aos métodos de financeirização adotados pelo mundo, Manuel Aalbers, Raquel Rolnik e Marieke Krijnen (2020) destacam a necessidade de se atentar para as diferenças existentes nas práticas adotadas por cada país. Apesar de haver pontos convergentes, nenhum processo é idêntico a outro. Somado a isso, os autores refutam a ótica binária trazida em certa literatura, que difere os processos de financeirização baseando-se apenas em aspectos econômicos do país (central ou periférico ao capitalismo), sem levar em consideração as singularidades regionais, sociais e institucionais que cada localidade possui.

No contexto de provisão de moradia pelo Estado, em contrapartida, ao recuo de políticas de bem-estar social até então praticadas em países centrais do capitalismo através de medidas como arrocho salarial e precarização das relações de trabalho (Klink & Souza, 2017), notou-se uma transformação no padrão das políticas habitacionais, que passaria a se apoiar na

implantação de mercados financeiros de habitação mais robustos dos quais poderiam participar setores, até aquele momento, alheios ao crédito imobiliário, no caso, as classes média e baixa (Rolnik, 2019). Entretanto, em relação ao mercado global de financeirização da habitação, Rolnik (2019) identifica, inadvertidamente de modo generalizado, características que os subdividem em três estruturas distintas de funcionamento: (1) sistemas hipotecários; (2) sistemas associativos de crédito imobiliário junto a subsídios do governo para compra de imóveis produzidos pelo mercado; e (3) sistemas de microfinanciamento. Embora muitos países desenvolvidos adotem mecanismos de financiamento com juros reduzidos ou subsídios a habitações com certificações ambientais, ou com elevado desempenho energético, no Brasil tais instrumentos ainda são restritos. O que evidencia a falta de engajamento do setor financeiro com a agenda ambiental, sobretudo às iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentro do contexto brasileiro, observa-se a prevalência dos sistemas associativos de crédito. Contudo, faz-se necessária uma breve contextualização sobre alguns desdobramentos do processo de financeirização ocorrido em outras regiões da América Latina. A pesquisa desenvolvida por Lúcia Shimbo e Beatriz Rufino (2019) auxilia no embasamento dessa revisão por compilar análises que discutem os casos de Argentina, Chile e México, além do Brasil. De acordo com as autoras:

> Na Argentina, um programa de crédito para habitação passa a contar cada vez mais, a partir de 2016, com créditos hipotecários indexados fortalecendo a aliança entre incorporadores imobiliários e setor financeiro. No Chile, as companhias de seguros aumentaram em 80% sua participação em investimentos imobiliários entre 2005 e 2014. No México, em 2011, houve a criação de um instrumento financeiro comercializado na Bolsa de Valores para investimentos imobiliários, especialmente, de escritórios, numa estrutura muito similar aos REITs (*real estate investment trust*) dos Estados Unidos (Shimbo & Rufino, 2019, p. 7, parênteses e grifos das autoras).

Retornando ao cenário brasileiro, atrelada à lógica dos sistemas associativos de crédito, Mario Schapiro e Saylon Pereira (2019) analisam a relação entre instituições estatais e privadas na provisão do financiamento de habitação. Fomentado pela instituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), em 1997, esse instrumento introduziu novos mecanismos regulatórios e integrou corporações bancárias e mercados de capitalização dentro de um processo gradativo. Baseando-se em um modelo surgido nos Estados Unidos na década de 1970, o SFI buscou fortalecer o arcabouço jurídico relativo ao crédito, constituindo, portanto, uma base institucional fundamental para transformar negócios imobiliários em "*commodities* mobiliárias" (Schapiro & Pereira, 2019, p. 30, grifo dos autores). Bruno Barcella (2024) demonstra como a financeirização se difundiu por meio da tomada da terra através da securitização de dívidas habitacionais, desencadeando relações e regramentos, cada vez mais recorrentes e em diferentes níveis e escalas, entre os setores imobiliário e financeiro. Segundo o autor, sempre que há promoção e apropriação de rendas fundiárias, ou seja, em qualquer propriedade privada que esteja integrada ao mercado, é possível identificar conexões com o circuito de geração de renda. Tal noção corrobora a análise de Eudes Leopoldo, Alexandre Pereira e Luis Salinas (2024), que destacam a criação e atuação da Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil (ADIT), a qual conecta os setores de turismo e imobiliário no país. A relação entre os setores reproduz a lógica de segregação espacial, nesse caso, tendo empreendimentos turísticos como vetores, além da propriedade como ativo financeiro. Nesse sentido, ressalta-se a "transformação da cidade em uma plataforma de rentabilidade financeira por meio da securitização, representando a captura não apenas de eixos ou vetores específicos, mas de tudo o que foi ou está sendo produzido" (Barcella, 2024, p. 13). Sob essa ótica, as cidades tornam-se plataformas de rentabilidade financeira, atualizando a relação entre proprietários e produção, e reafirmando a lógica do rentismo, moldada dentro de aspectos contemporâneos. Desse modo, ao espacializar dados sobre financiamento de habitação no Brasil, Barcella (2024) sugere que o principal fator para que um imóvel seja financiado está relacionado ao seu desempenho no mercado imobiliário, à sua capacidade de ser negociado. Ou seja, quando o imóvel passa a reproduzir capital via financiamento, ele alimenta a lógica do capital portador de juros, abrindo caminho para a financeirização do processo. Igualmente inserido no cenário atual, o modelo de negócio empregado por plataformas como o *Airbnb* influencia a dinâmica urbana e habitacional e pode ser discutido, também, como um agente promotor da financeirização do espaço. Jaime Jover e Agustín Cocola-Gant (2023), em seu trabalho sobre as cidades de Lisboa e Porto, em Portugal, demonstram que o *Airbnb* opera como um mecanismo de financeirização ao converter unidades habitacionais em ativos orientados à geração de renda. Nessa perspectiva, a profissionalização da gestão de imóveis na região tem contribuído para atrair investidores nacionais e estrangeiros, favorecendo a aquisição de imóveis destinados, exclusivamente, à locação de curta temporada. Esse processo, sustentado por reformas estatais e incentivos fiscais, intensifica a alocação de capital no setor habitacional e estimula a transformação da moradia em instrumento de acumulação.

5 A coexistência na construção do espaço urbano

Ao se analisar o panorama atual brasileiro, ainda se verifica a ausência de propostas robustas por parte do Estado para implementação de uma agenda econômica circular massiva no país, aderente às demandas do século XXI. O que pode ser observado são ações e iniciativas isoladas, em pequena escala, de empresas e companhias buscando iniciar a transição do modelo linear para o modelo circular de produção. Diante desse tipo de cenário, a participação de bancos e instituições financeiras como agentes financiadores pode ser compreendido como um caminho natural para a operacionalização e fluxo de caixa de empresas que buscam aderir ao modelo econômico circular, como sugere a *European Environment Agency* (EEA) em seu relatório sobre Economia Circular (2017). No entanto, no Brasil, tal aspecto merece atenção. Como observado, a agência sugere a venda, por parte dos bancos, de recebíveis futuros à acionistas como forma de financiamento de modelos de negócios circulares. Tal modelo implica a mesma lógica de financeirização discutida ao longo da presente análise. De acordo com a EEA:

> Uma solução chave para melhorar o acesso ao financiamento para empresas circulares é fazer parcerias com bancos dispostos a assumir riscos e fornecer serviços, como *factoring* ou *reverse factoring*. *Factoring* envolve uma empresa vender suas contas a receber para instituições financeiras ou financiadores que antecipam uma quantia de dinheiro aos fornecedores para reduzir o risco do cliente e a pressão sobre o fluxo de caixa. Em troca, as instituições financeiras recebem receitas dos pagamentos periódicos feitos pela base de clientes. *Reverse factoring* implica que as instituições financeiras paguem uma grande quantia de dinheiro aos fornecedores dos prestadores de serviços para cobrir os custos de insumos e materiais, reduzindo ainda mais os impactos no fluxo de caixa. Enquanto isso, os prestadores de serviços reembolsam as instituições financeiras em parcelas com baixos custos de financiamento (EEA, 2017, p. 28, tradução e grifos nossos).

Com relação à conexão entre financeirização e economia compartilhada e sua influência no espaço urbano, a atuação do *Airbnb* demanda cuidado. A revisão desenvolvida por Souza e Leonelli (2021a) sobre o impacto da empresa em cidades de países como Austrália, Canadá e Estados Unidos mostra que grande parte do portfólio de imóveis da plataforma pertence a uma pequena parcela de proprietários. Em Nova York, por exemplo, 13% dos anfitriões de imóveis detêm 40% do número total de imóveis alugados pela plataforma na cidade. No Brasil, conforme Souza e Leonelli (2021b), a legislação referente à regulamentação do *Airbnb* se mostra insuficiente por dar maior enfoque ao seu impacto no mercado de hospedagens, não se atentando aos desdobramentos observados no mercado de habitação. Abordando os potenciais conflitos entre a atuação do *Airbnb* e o mercado tradicional de aluguéis, observa-se que a legislação vigente pode não contemplar integralmente as especificidades do território que busca regular, especialmente no que diz respeito às tensões com o setor de locação de imóveis e aos processos de gentrificação. É relevante destacar que, nesses dois tipos de impacto, os grupos afetados são amplos e não facilmente identificáveis como agentes na classificação dos interesses envolvidos na dinâmica do *Airbnb*. Desse modo, cabe ao Estado reconhecer o *Airbnb* como um mercado propriamente dito e atuar em sua regulação não apenas para assegurar condições equitativas de concorrência com o setor hoteleiro tradicional, mas, sobretudo, para conter transformações indesejadas no tecido urbano e social, preservar a oferta de moradia permanente, evitar a gentrificação e garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade (Souza & Leonelli, 2021b).

Ao encontro disso, enfatiza-se a flexibilização de regramentos propostos no Plano Diretor de São Paulo, aprovado em 2014. Apesar de se observar a proposição de medidas socialmente inclusivas presentes no Plano, ressaltam-se as pressões às quais foram submetidos alguns tópicos do texto por conta do interesse do mercado imobiliário, desvirtuando o propósito inicial de se construir uma cidade mais democrática (Back et al., 2021). É a partir desse período que se observa o aumento da construção de apartamentos do tipo estúdio em São Paulo. Tais unidades foram construídas, parcialmente, com subsídios públicos provenientes de dispositivos legais presentes no Plano Diretor. A princípio, o tipo de unidade a ser construída deveria atender a camadas sociais mais baixas, visando reduzir o déficit habitacional da cidade. Para coibir a proliferação dessa tipologia habitacional, a prefeitura criou alguns regramentos buscando restringir a compra e venda desses imóveis, assim como sua locação, a partir de parâmetros relacionados à renda e tempo de locação (Toledo & Ferraz, 2025). Diante do panorama restritivo de comercialização desse tipo de imóvel pelo mercado imobiliário, dentro dos ramos imobiliário e de construção civil, o lançamento da *startup* Luggo, em 2018 pela construtora MRV, descreve um novo modelo financeirizado de morar através da

locação de imóveis (Corrêa & Barros, 2021). A construtora é responsável pelo desenvolvimento do projeto e por sua construção, associando-se a fundos de investimento e, juntamente com esses fundos, explora financeiramente o empreendimento por meio do recebimento de aluguel. Esse modelo de negócio poderia indicar uma medida antecipada do mercado imobiliário frente ao fortalecimento do arcabouço jurídico referente à impossibilidade de compra (por investidores para geração de dividendos devido ao não enquadramento de sua faixa de renda) e utilização de verba pública, teoricamente, para construção de habitações de interesse social, para a construção de imóveis voltados ao mercado imobiliário tradicional como ocorrido na cidade de São Paulo.

6 Considerações finais

Foi possível observar aspectos positivos e outros potencialmente negativos e que exigem atenção em relação à financeirização e às novas dinâmicas econômicas. A adesão da economia circular pelo setor da construção civil, por exemplo, pode impactar positivamente o gerenciamento de materiais e resíduos, otimizando os processos de compra, uso e descarte. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de aprimoramento e ampliação da abrangência das legislações sobre economia circular dentro da construção civil no Brasil, dando força jurídica aos regramentos que a englobam, criando incentivos que possibilitem sua adoção por parte de empresas do setor. No âmbito das empresas, verifica-se a necessidade de otimizar os processos de gestão da construção, ampliando a integração entre as etapas da obra, os profissionais envolvidos e os recursos utilizados através da combinação de sistemas de informação e compartilhamento de dados. Com relação à economia compartilhada e à economia criativa, no entanto, sua implementação no Brasil sugere a reprodução de um espaço urbano segregado em função da manutenção da especulação imobiliária, desencadeada pela valorização da terra e pelo aumento no preço de venda e aluguel de imóveis. Assim, ao observar a concomitância dos conceitos discutidos pelo presente trabalho e seus desdobramentos no contexto brasileiro, dentro de um cenário de promoção da continuidade da agenda neoliberal, a pesquisa sugere que a economia circular poderia ser uma ferramenta inserida na dinâmica da financeirização, adotada por empresas do setor de construção civil como capital de discurso sustentável, para promoção e construção de empreendimentos que se utilizam da economia compartilhada e da economia criativa para reproduzir a lógica da financeirização em sua dinâmica de funcionamento e produção do espaço no Brasil.

A análise integrada das dinâmicas urbanas contemporâneas sugere que modelos econômicos emergentes, ainda que sustentados por discursos de sustentabilidade, colaboração e inovação, não estão dissociados das estruturas que historicamente organizam a produção desigual das cidades. A incorporação de práticas circulares, criativas ou compartilhadas pode, em alguns contextos, ampliar a eficiência no uso de recursos e estimular arranjos culturais e produtivos mais diversos. No entanto, também pode reforçar mecanismos de valorização imobiliária, aprofundar assimetrias e reconfigurar disputas territoriais sob novas formas. Essa ambiguidade revela que as transformações urbanas dependem menos da adoção isolada de novos modelos econômicos e mais de sua articulação com estruturas institucionais, políticas públicas e interesses voltados à orientação do desenvolvimento urbano. A compreensão desse processo exige atenção às práticas de agentes distintos, às formas de regulação, às interlocuções entre saberes e às múltiplas escalas de conflito que permeiam a produção do espaço. Assim, uma leitura crítica das interações entre financeirização, inovação econômica e sustentabilidade contribui para identificar limites e possibilidades de projetos urbanos que buscam enfrentar desigualdades históricas e promover cidades mais justas e democráticas.

Referências

Aalbers, M.B. (2019). Financialization. In Richardson, D., Castree, N., Goodchild, M. F., Kobayashi, A. L., & Marston, R. (Eds). *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment, and Technology*. Wiley. https://doi.org./10.1002/9781118786352.wbieg0598.pub2

Aalbers, M. B., Rolnik, R., & Krijnen, M. (2020). The financialization of housing in capitalism's peripheries. Housing Policy *Debate*, *30*(4), 481-485. https://doi.org/10.1080/10511482.2020.1783812

Alvarenga, D. D. N. & Reschilian, P. R. (2018). Financeirização da moradia e segregação socioespacial: Minha Casa, Minha Vida em São José dos Campos, Taubaté e Jacareí/SP. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *10*(3), 473-484. https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.003.AO01

Amorim, W. V. (2015). A produção da habitação social de mercado nas cidades médias de Londrina/PR e Maringá/PR. *Espaço Aberto*, *5*(1), 95-119. https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2015.2526

Back, A. G., Di Giulio, G. M., & Malheiros, T. F. (2021). Plano Diretor estratégico de São Paulo e os desafios para a transformação urbana sustentável. *Sustainability in debate*, *12*(3), 233-253. https://doi.org/10.18472/SustDeb.v12n1.2021.40197

Barcella, B. L. S. (2024). A captura do espaço e do território pelas finanças via securitização da habitação no Brasil. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *16*, e20220041. https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20220041

Benachio, G. L. F.; Freitas, M. D. C. D.; Tavares, S. F. (2020). Circular economy in the construction industry: A systematic literature review. *Journal of cleaner production*, *260*, 121046. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121046

Charnock, G.; Purcell, T. F.; Ribera-Fumaz, R. (2014). City of Rents: The limits to the Barcelona model of urban competitiveness. *International Journal of Urban and Regional Research*, *38*(1), 198-217. https://doi.org/10.1111/1468-2427.12103

Corrêa, B. R.; Barros, S. F. S. (2021). Trajetórias econômicas e espaciais do grupo MRV: reescalonamento e produção do espaço. *Sociedade e Território*, *33*(3), 7-25. https://doi.org/10.21680/2177-8396.2021v33n3ID24419

Cruvinel, A. C. F. (2024). Airbnb como urbanismo de plataforma: aspectos gerais e caminhos para uma abordagem multiescalar. *PosFAUUSP*, *31*(58), e214821. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.posfauusp.2024.214821

D'Amico, F. (2011). O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa – Trabalhos premiados*. (pp. 33–54). Centro Celso Furtado. https://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111291655290.LivroCAIXA_T_0.pdf#page=33

De Medici, S., Riganti, P., & Viola, S. (2018). Circular economy and the role of universities in urban regeneration: the case of Ortigia, Syracuse. *Sustainability*, *10*(11), 4305. https://doi.org/10.3390/su10114305

European Environment Agency (EEA). (2017). *Circular by Design: Products in the Circular Economy*. European Environment Agency Report. https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/circular-by-design

Faoro, R. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (3ª ed.). Globo.

Figueiredo, J. L. D., Machado, A. F., Antigo, M. F., Corrêa, S. B., & Dubeux, V. J. (2024). Creative dynamics in districts of large Brazilian metropolises: Botafogo (RJ) and Santa Tereza (BH). *Cidades. Comunidades e Territórios*, (48), 96–114. https://journals.openedition.org/cidades/8932

Freitas, C. A. O. (2023). Reestruturação imobiliária: um conceito da urbanização capitalista. *Cadernos Metrópole*, *25*(57), 687–711. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5714

Gaffney, C. (2010). Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of latin american geography*, *9*(1), 7–29. https://doi.org/10.1353/lag.0.0068

Ghazi, E. L., & Goede, M. (2017). Creative economy assessment: a case study of Kish Island. *International Journal of Social Economics*, *44*(12), 1940–1956. https://doi.org/10.1108/IJSE-05-2016-0141

Gomide, F. P. D. B.; Bragança, L.; Casagrande Junior, E. F. (2024). How Can the Circular Economy Contribute to Resolving Social Housing Challenges? *Applied System Innovation*, *7*(2), 21. https://doi.org/10.3390/asi7020021

Gonçalves, D. K. O., Masiero, E., Bragança, L., & Kakuda, F. M. (2020). Qualitative and quantitative assessment of urban sustainability in Social Housing Using the Casa Azul Label and SBTool Urban in Brazil. *Applied Sciences*, *10*(18), 6246. https://doi.org/10.3390/app10186246

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Hossain, M. (2020). Sharing economy: A comprehensive literature review. *International Journal of Hospitality Management*, *87*, 102470. https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2020.102470

Howkins, J. (2002). *The creative economy: How people make money from ideas*. Penguin.

Jover, J., & Cocola-Gant, A. (2023). The political economy of housing investment in the short-term rental market: Insights from urban Portugal. *Antipode*, *55*(1), 134–155. https://doi.org/10.1111/anti.12881

Khussainova, Z., Kankulov, M., Petrova, M., Assanova, M., Zhartay, Z., Atabayeva, A., & Bektleyeva, D. (2024). The potential of youth and older people's inclusion in the sustainable development of the creative economy. *Sustainability*, *16*(10), 4095. https://doi.org/10.3390/su16104095

Kirchherr, J., Reike, D., & Hekkert, M. (2017). Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, conservation and recycling*, *127*, 221–232. https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.09.005

Klink, J., & Souza, M. B. D. (2017). Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrópole, *19*, 379–406. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3902

Korhonen, J., Honkasalo, A., & Seppälä, J. (2018). Circular economy: the concept and its limitations. *Ecological economics*, *143*, 37–46. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.06.041

Krause, C., Balbim, R., & Lima Neto, V. C. (2013). Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional? Ipea. (No. 1853). Texto para discussão. https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/ed9afa62-ebe5-44d6-b5ab-f63e0805faad/content

Laín, B. (2024). Addressing the Sharing Economy - Some (Potential) Inconsistencies of Its Emancipatory Defense. *Philosophies*, *9*(6), 180. https://doi.org/10.3390/philosophies9060180

Leitão, A. (2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, *1*(2), 149–171. URL: http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA/article/view/114/52

Leopoldo, E., Pereira, A. Q., & Salinas, L. (2024). Producción y financierización de complejos inmobiliario-turísticos en el Sur Global: Nuevos negocios y estrategias en el Nordeste brasileño y el Caribe mexicano. *Revista de Geografía Norte Grande*, (89), 1–20. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022024000300009

Lopes, W. S. D., Barreto, D., & Flores-Colen, I. (2024). Improvement in the Energy Efficiency Label level–PBE Edifica: Case Study of the Community Library of the Federal University of São Carlos (UFSCar) - São Paulo-Brazil. *Procedia Structural Integrity*, *55*, 151–159. https://doi.org/10.1016/j.prostr.2024.02.020

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). Atlas.

Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In O. Arantes, C. Vainer, & E. Maricato (Eds.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (pp. 121–192). Vozes.

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular.

Marques, E. C., & Bichir, R. M. (2003). Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo (1978-98). *Dados*, *46*(1), 39–74. https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100002

Marques, E. C. (1999). Estado e empreiteiras na comunidade de políticas urbanas no Rio de Janeiro. *Dados*, *42*(2), 341–385. https://doi.org/10.1590/S0011-52581999000200005

Mercader-Moyano, P., López-López, J., & Camporeale, P. E. (2022). An environmental construction and demolition waste management model to trigger post-pandemic economic recovery towards a circular economy: The Mexican and Spanish cases. In S. S. Muthu (Ed.). *Environmental footprints of recycled products* (pp. 83–135). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-16-8426-5_4

Munaro, M. R., & Tavares, S. F. (2022a). A economia circular na construção civil: principais barreiras e oportunidades para a transição do setor. *Revista Tecnologia e Sociedade*, *18*(53), 54–71. DOI: 10.3895/rts.v18n53.15726

Munaro, M. R., & Tavares, S. F. (2022b). Analysis of Brazilian public policies related to the implementation of circular economy in civil construction. *Ambiente Construído*, *22*(2), 129–142. https://doi.org/10.1590/s1678-86212022000200597

Muñoz, P., & Cohen, B. (2017). Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological forecasting and social change*, *125*, 21–37. http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.035

Pinheiro, F. A. P., & Savoia, J. R. F. (2009). Securitização de Recebíveis-Análise dos Riscos Inerentes. *Revista Brasileira de Finanças*, *7*(3), 305– 326. https://www.redalyc.org/pdf/3058/305824925002.pdf

Pratt, A. C. (2022). Toward circular governance in the culture and creative economy: Learning the lessons from the circular economy and environment. *City, Culture and Society*, *29*, 100450. https://doi.org/10.1016/j.ccs.2022.100450

Rolnik, R. (2006). A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. *Cadernos ipea: Políticas Sociais - acompanhamento e análise*, *12*, 199–210. https://repositorio.ipea.gov.br/items/21f61218-8484-46e7-ae3a-80214d4d9753

Rolnik, R. (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (2ª ed.). Boitempo Editorial.

Rolnik, R. (2022). *São Paulo: planejamento da desigualdade*. Fósforo.

Rufino, M. B. C., Ferrara, L. N., & Shimbo, L. Z. (2018). Imobiliário-Infraestrutura na cidade do século XXI: desafios para uma crítica contra-hegemônica. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, *16*(3), 84–101. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v16i3p84-1011

Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira* (1ª ed.). Hucitec.

Sanfelici, D. (2013). Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. *EURE (Santiago)*, *39*(118), 27–46. http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000300002

Saptawan, A., Ermanovida, Putri, A. U., & Santoso, A. D. (2024). The creative economy in the hand of local government: Fragmentation, overlapping meaning, and the absence of intermediary group. *Journal of Governance & Regulation*, *13*(2), 50–58. https://doi.org/10.22495/jgrv13i2art4

Schapiro, M. G., & Pereira, S. A. (2019). Um palacete assobradado: A coexistência entre organizações estatais e instituições de mercado no financiamento habitacional brasileiro. *Revista Direito GV*, *15*(3), e1936. https://doi.org/10.1590/2317-6172201936

Schröder, P., Albaladejo, M., Ribas, P. A., MacEwen, M., & Tilkanen, J. (2020). *The circular economy in Latin America and the Caribbean*. The Royal Institute of International Affairs. https://www.unido.org/sites/default/files/files/2020-09/circular_economy_lac.pdf

Shimbo, L. (2010). Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Teses USP. https://doi.org/10.11606/T.18.2010.tde-04082010-100137

Shimbo, L., & Rufino, B. (2019). Financeirização do espaço urbano na América Latina: teoria, processos e desafios para construção de uma agenda de pesquisa. In L. Shimbo, & Rufino, B. (Eds.). *Financeirização e estudos urbanos na América Latina* (pp. 7–25). Letra Capital.

Silva, M. L. D., & Rodrigues, J. C. (2023). Níveis urbanos e financeirização: síntese possível? *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *15*, e20220205. https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220205

Souza, R. B. D., & Leonelli, G. C. V. (2021a). Airbnb no Brasil: uma nova agenda de pesquisa para os estudos urbanos. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *13*, e20200400. https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200400

Souza, R. B. D., & Leonelli, G. C. V. (2021b). Como as cidades brasileiras estão lidando com o Airbnb? Colocando a regulação em perspectiva. *Revista de Direito da Cidade*, *13*(1), 486–514. https://doi.org/10.12957/rdc.2021.45740

Toledo, J. R., & Ferraz, A. (2025, 12 de junho). Podcast UOL Prime 74: Por que studios 'populares' em SP viraram mico. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=sJE87snHV5c

Toralles, C. P. (2023). Relationships Between Walkable Urban Environments and the Creative and Knowledge Economies A review regarding impacts on contemporary city development. *International review for spatial planning and sustainable development*, *11*(1), 104–121. http://dx.doi.org/10.14246/irspsd.11.1_104

Vainer, C. (2011). Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In XIV Encontro Nacional da ANPUR. (pp. 1–14). Rio de Janeiro, Brasil. https://anpur.org.br/anais-do-xiv-ena/

Vainer, C. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In O. Arantes, C. Vainer, & E. Maricato (Eds.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (pp. 75–103). Vozes.

Villaça, F. (1995). A crise do planejamento urbano. *São Paulo em Perspectiva*, *9*(2), 45-51. https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_07.pdf

Villaça, F. (2015). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In C. Deák, & S. R. Schiffer (Eds.). *O processo de urbanização no Brasil* (2ª ed.). (pp. 169–244). Edusp.

Volpato, G. L. (2019). Bases teóricas para redação científica: por que seu artigo foi negado (1ª ed.). Cultura Acadêmica.

Zhu, X., & Liu, K. (2021). A systematic review and future directions of the sharing economy: business models, operational insights and environment-based utilities. *Journal of cleaner production*, *290*, 125209. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.125209

HABITAR O COMUM:
A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON:
URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND THE THEORY OF THE COMMONS

CAROLINA NAKAHARA

Carolina Akemi Martins Morita Nakahara é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Suas pesquisas abordam temas como sentidos do habitar, participação e apropriação em Arquitetura e Urbanismo, dialéticas entre práxis e poiesis na produção do espaço. cake.nakahara@usp.br
http://lattes.cnpq.br/0507979510815146

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Nakahara, C. A. M. M. (2025). Habitar o comum: a poética urbana em Lefebvre e na Teoria do Comum. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 128-141. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239784

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa que busca identificar as convergências entre o Direito à Cidade, formulado por Henri Lefebvre, e a teoria do Comum, desenvolvida por autores como David Harvey, Michael Hardt, Antonio Negri, Christian Laval e Pierre Dardot. A partir da distinção entre habitat, entendido como a configuração técnico-morfológica do espaço urbano, frequentemente associada à propriedade privada, e habitar, visto como uma prática política e poética coletiva, o artigo articula essas teorias para refletir criticamente sobre suas implicações na produção das cidades. Adota-se um método teórico-comparativo, de caráter crítico-interpretativo, voltado a identificar ressonâncias e dissonâncias conceituais entre os autores mobilizados. O objetivo é reconceituar o habitar como prática poética do comum, compreendendo o comum – "terceiro nível" que tensiona o público e o privado – enquanto fundamento do direito à cidade e princípio de um urbano possível-impossível, expresso em práticas coletivas e criativas (*práxis* e *poiesis*). Em diálogo com o tema da chamada, os resultados apontam que habitar o comum constitui um horizonte multilateral de emancipação, capaz de desafiar as estruturas institucionais preexistentes e de promover formas insurgentes de autogestão e de coprodução do espaço urbano.

Palavras-Chave: Direito à Cidade, Habitar, Comuns urbanos, *Práxis*, *Poiesis*.

1 Introdução: a retomada do Direito à Cidade e a teoria do Comum

Nas últimas décadas, o campo da Arquitetura e Urbanismo tem revisitado criticamente os fundamentos do urbanismo moderno e seus pressupostos universais de planejamento, questionando a concepção do espaço urbano como mero artefato técnico-funcional, dissociado das práticas sociais que o constituem. A partir dos anos 1980, e mais intensamente após a crise financeira de 2008, observa-se uma revalorização das práticas urbanas coletivas e das formas autônomas de organização social, muitas vezes protagonizadas por movimentos sociais e coletivos urbanos (Luck, 2018), bem como de experiências cotidianas de apropriação do espaço (Crawford et al., 1999).

Nesse contexto, a obra de Henri Lefebvre torna a ganhar centralidade, especialmente no Sul Global, onde suas proposições encontram novas reverberações críticas, ao propor uma virada conceitual: do *habitat* – espaço regulado, quantificável e privatizado — ao *habitar*, entendido como prática cotidiana, poética e política de apropriação do espaço. Paralelamente, emergem debates em torno da ideia de *comum* (*common*), que se contrapõem às lógicas de privatização e comodificação das diversas esferas da vida. Ainda que com abordagens distintas, autores como Elinor Ostrom, David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, Michael Hardt e Antonio Negri, Massimo de Angelis têm contribuído para a formulação de uma *teoria do Comum* que enfatiza a autogestão e a participação ativa dos cidadãos-citadinos na produção social dos bens e do espaço.

Num cenário de exacerbação das práticas de dominação e de disputas entre modelos de urbanidade — técnicos, políticos e culturais — este artigo propõe articular diferenças, conflitos e convergências, sobretudo teóricas, com vistas à transformação e à produção de saberes. Partindo do diálogo entre duas perspectivas, o Direito à Cidade e a teoria do Comum, investiga-se de que modo o *habitar*, entendido como categoria crítica, pode ser reconceituado como uma prática poética do comum. Metodologicamente, trata-se de uma análise teórico-comparativa, de caráter crítico-interpretativo, voltada a identificar convergências e fricções conceituais entre os autores mobilizados, com o objetivo de explicitar como a noção de *habitar poético* pode operar como mediação entre o Direito à Cidade e a teoria do Comum, contribuindo para o debate contemporâneo sobre a produção multilateral do espaço e ampliando os horizontes de compreensão dos modos de habitar a cidade como participação ativa e insurgente na vida urbana[1].

---

[1] Trata-se de uma agenda de pesquisa em desenvolvimento desde o doutorado (*Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*, Nakahara, 2021), no qual, ao investigar os sentidos do habitar em suas relações com a poesia no pensamento de Henri Lefebvre, foi realizada uma primeira aproximação com a teoria do Comum de Dardot e Laval. O presente artigo decorre dos desdobramentos desse percurso, atualmente aprofundado no projeto *Poiesis: apropriação e produção do espaço por meio da participação* (IAU-USP), que também contou com a

Identificar as convergências entre o direito à cidade e os comuns permite perceber a cidade como campo de tensionamento contínuo, próprio ao sentido de cidadania, isto é, menos como uma objetividade acabada do que como processo ou obra em construção. Mais do que reivindicar um bem, trata-se de pensar o *habitar* como produção ativa de novas relações sociais e de um espaço compartilhado — um comum urbano — criado por meio da *práxis* revolucionária e da *poiesis*. Assim, a crítica à propriedade privada como princípio organizador do espaço poderá instigar alternativas baseadas no compartilhamento e na coprodução do espaço, sustentadas por relações de reciprocidade, de responsabilidade mútua e de autogoverno.

2 A utopia urbana: a cidade como obra coletiva

A expansão neoliberal tem escancarado a consolidação da cidade-produto e da cidade-empreendimento. Como apontado por literatura exaustiva (Caldeira, 2000; Shimbo & Rufino, 2019; Fix & Paulani, 2019; Medrano et al., 2021), vemos instituída a face oposta do urbano outrora vislumbrado por Henri Lefebvre (2008; 2016) como local do encontro, da apropriação, da criação coletiva. O *antiurbano* revela-se na comodificação generalizada do espaço e da vida, não raro, por meio de práticas reproduzidas pelo próprio campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo (A&U): a alienação do habitar em habitat, seja nas práticas sociais associadas à necessidade e à precariedade, seja no isolamento dos condomínios fechados (os “novos cercamentos”) – a monotonia e homogeneidade no desenho de novos bairros, a segregação espacial, a transferência de decisões concernentes à cidade como um todo ao setor imobiliário e financeiro, a eliminação de arenas conflitivas, a saber, do espaço público por excelência.

Diante desse cenário contemporâneo de crise das cidades, o direito à cidade e o habitar manifestam-se como formas de resistência. Com efeito, o pensamento de Henri Lefebvre oferece uma potência conceitual capaz de problematizar o espaço não apenas como produto, mas como obra coletiva dialeticamente relacionada com os processos e disputas sociais. Espaço esse que se constrói não apenas materialmente, mas por meio da imaginação e da reinvenção da vida cotidiana.

2.1 A inflexão urbana e os cercamentos dos comuns

Henri Lefebvre inaugura *O direito à cidade* (2016) afirmando que a sociedade urbana propriamente dita nasceu com a revolução industrial. No entanto, após uma retomada histórica, o autor sugere que o conceito do urbano já se fazia presente desde outros períodos, ainda que de forma embrionária. A análise inicia-se na Antiguidade, quando o urbano possuía um caráter fundamentalmente político, encarnado na espacialidade da ágora; atravessa a cidade medieval, período em que o urbano impregna-se da fruição, da criatividade e da ludicidade das festas e jogos, bem como das trocas sociais e econômicas. Entre os séculos XIV e XVII, o fortalecimento da imagem da cidade, representação mediadora entre o real e o imaginário, não apenas estabeleceu um contraponto ao campo, mas expressou um ímpeto de imposição de uma racionalidade (*logos*) urbana sobre ele. É essa imaginação que, ao tornar-se utopia, possibilitará a abertura de um campo de virtualidade propriamente urbano, instigando formulações sobre o que a cidade poderia se tornar.

Assim, em Lefebvre[2], a inflexão histórica para o urbano deu-se por meio do fortalecimento da cidade comercial no renascimento tardio, por volta dos séculos XVI e XVII — portanto, antes da consolidação da cidade industrial propriamente dita. Por outro lado, a urbanização desenfreada das cidades europeias, ponto de *implosão-explosão* identificado por Lefebvre, é que ocorre por meio da aproximação entre a indústria nascente e as cidades, de forma paralela e articulada aos métodos “idílicos” da acumulação primitiva identificados por Marx (2017): a dissolução das vassalagens, a expropriação e a alienação dos trabalhadores em relação aos seus meios de produção e reprodução. Tais processos, efetivados por meio dos atos para os cercamentos das terras comunais (*Enclosures of Commons*)[3] e da expulsão dos camponeses das terras rurais (*clearings of estates*), foram decisivos para a consolidação da propriedade privada, em detrimento daquilo que, até então, era considerado

colaboração da pesquisa de iniciação científica *O comum e o habitar no direito à cidade: as tipologias do urbanismo tático* (desenvolvida pela aluna de graduação Giovanna Fernandes).

[2] Especialmente nas obras *O direito à cidade* (2016) e *A revolução urbana* (2008).

[3] Segundo Marx, embora esses atos tenham se iniciado de maneira pontual entre os séculos XV e XVI, apenas se tornaram sistemáticos a partir da Revolução Gloriosa, com o parlamento inglês instaurando os *Acts of Enclosures of Commons* ao longo dos séculos XVIII e XIX.

um bem comum. Esse ponto de implosão-explosão teve como palco privilegiado a Inglaterra, no período imediatamente anterior à Revolução Industrial.

Esse esclarecimento permite estabelecer um contraponto à inferência equívoca de que o urbano e os comuns se localizam em polos opostos ou de que existe uma relação de causalidade entre os cercamentos — portanto, a propriedade privada —, a industrialização e a urbanização. Lefebvre dialetiza os nexos entre esses processos, de modo que as supostas relações determinantes entre um (como indutor) e outro (como induzido) perdem seu contorno inicial e aparente. Se, por um lado, a industrialização permitiu que a urbanização, entendida enquanto crescimento das cidades, se generalizasse numa escala nunca antes vista, por outro, esta mesma industrialização usurpou os sentidos e significados que o urbano dispunha até então, a fim de incorporar, com exclusividade, princípios orientados por uma racionalidade produtiva e operacional. O que antes compunha parte de um bem comum — a cidade, as terras comunais, os costumes e saberes, as festas, os imaginários — constrange-se diante do avanço da cidade-produto, reino do valor de troca, em detrimento da cidade-obra, lugar do valor de uso, dos períodos precedentes.

Como se percebe, Lefebvre realiza uma distinção fundamental entre os conceitos de cidade e de urbano, que não podem ser tomados como equivalentes. Para o filósofo, a cidade representa o meio prático-sensível que se materializa como a “mediação dentre as mediações” (Lefebvre, 2016, p. 52), ao determinar uma espécie de campo intermediário entre as instituições sociais (chamadas pelo autor de ordem distante) e a vida cotidiana (a denominada ordem próxima), em que essas instituições se concretizam na prática. O urbano, por sua vez, indica algo além (e aquém) do dado material ou prático-sensível. Enquanto *abstração concreta*, o urbano abriga a dimensão utópica, relacionando-se com o devir, o que pode vir a ser, ou seja, com a capacidade de imaginar outras realidades a partir daquilo que já se manifestou concretamente, ainda que apenas em potência.

Por meio desse percurso, Lefebvre identifica uma espécie de genética da sociedade urbana, hoje tornada manifesta, que se traduz em diversos pares dialéticos: a expressão do domínio da cidade sobre o campo, mas também seu potencial emancipatório; a tendência à centralidade e à simultaneidade, por meio da reunião, do encontro e da aproximação, mas também da violência e da segregação; a atração da diferença e, ao mesmo tempo, o ímpeto homogeneizante e mundializante da lógica urbana. Inseparáveis, mas não coincidentes, a cidade representa uma “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico — e, por outro lado, o urbano, realidade social composta de *relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento*” (Lefebvre, 2016, p. 54, grifos nossos). É por isso que, apesar de intimamente relacionado à industrialização, o urbano não se permite definir nem se resumir a ela.

2.2 O direito à cidade como habitar *poiético*

A complexidade do direito à cidade decorre, sobretudo, de que este não denota apenas mais um entre os direitos institucionais — como sugerem certas abordagens legalistas. Em certa medida, pode-se dizer que ele reúne em si outros direitos, mas não como simples soma ou combinação lógico-aritmética. Tampouco se trata de um rótulo burocrático que legitima práticas isoladas, classificadas segundo categorias analíticas específicas. Sua natureza exige outro tipo de compreensão, mais ampla e integrada. Por um lado, o direito à cidade é o que confere unidade e sentido ao conjunto dos demais direitos urbanos, como uma matriz fundante que os molda e dá forma, ainda que não coincida exatamente com nenhum deles. Por outro, opera como espécie de negativo, tal como na fotografia analógica, espelho invertido ou contraforma: a face latente, capaz de revelar, por contraste, as virtualidades da cidade existente. Essa contraforma envolve, especialmente, o direito de imaginar outra cidade a partir do que se encontra materializado e de transformá-la pela apropriação. Ou seja, trata-se de um direito cuja realização demanda a contribuição ativa e autônoma dos cidadãos-citadinos, não se contentando com imposições alheias. Nas palavras do autor:

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito *à obra* (à atividade participante) e o direito *à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (...) Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.) (Lefebvre, 2016, p. 134–139, grifos e parênteses do autor).

Diante da sistematização, burocratização e institucionalização dos direitos, o direito à cidade concretiza-se, em termos práticos, por meio do habitar, associado ao que Lefebvre denomina de "nível ecológico", vinculado à "participação de uma vida social" e às "singularidades da vida urbana" — isto é, aos modos de viver da cidade, às práticas cotidianas, à fruição e à apropriação (Lefebvre, 2016, p. 23–78). O habitar não se deixa reduzir a uma forma funcional ou técnico-administrativa (o habitat) e tem como elemento constitutivo a poesia, ou *poiesis* (Lefebvre, 2016, p. 24; Lefebvre, 2008, p. 79). Verdadeiro "impulso criativo", "'poiesis' é um *modo de fazer*, e se *práxis* é dirigida a outros humanos, *poiesis* está preocupada com o mundo material exterior" (Elden, 2016, p. xviii, tradução nossa, grifo nosso). Em relação às estruturas institucionais cristalizadas, a *poiesis* manifesta-se como *resíduo*[4]: aquilo "que escapa, que resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática)" (Lefebvre, 1967, p. 373).

Nesse sentido, *poiesis* articula-se de modo intrínseco à produção do espaço e, consequentemente, à arquitetura e à cidade, enquanto esferas envolvidas na produção de obras, no sentido amplo que Lefebvre confere ao termo, e, portanto, no próprio ato de habitar. No âmbito urbano, *poiesis* permite compreender o direito à cidade e o habitar como expressões intercambiáveis, uma substantiva, outra verbal, de uma mesma potência criadora do espaço. Com isso, embora o direito à cidade escape a uma definição sistemática, é possível delinear ao menos alguns de seus principais pontos de ancoragem. Em primeiro lugar, a dialética da forma urbana, como sugerido acima. Em Lefebvre, o elemento utópico — ingrediente do devir — manifesta-se pelo urbano e é mediado pela cidade. Tal qual uma nota musical, abstrata em sua formulação, mas que só existe de maneira prático-sensível, por exemplo, ao ser tocada por um instrumento ou cantada, o urbano define-se como uma *abstração concreta* (Lefebvre, 2008). Carrega a dimensão utópica por meio da capacidade coletiva de desejar e de imaginar outros cenários possíveis (do vir-a-ser) a partir de experiências urbanas empíricas, a cidade propriamente dita.

Em segundo lugar, a cidade-obra. Exercer o direito à cidade pressupõe concebê-la como obra de seus cidadãos, que fruem, apropriam-se e produzem seu espaço de forma compartilhada, criativa e lúdica. Em Lefebvre (1972; 1978), a produção do espaço urbano, enquanto cidade-obra, e não apenas cidade-produto, manifesta-se pela relação dialética, bastante singular, entre *poiesis* e *práxis*, a saber: entre apropriação, impulso criativo, produção espiritual e qualitativa, e dominação, repetição operativa, produção material e quantitativa, no seio da vida cotidiana. Com efeito, "o conceito de obra encerra um conjunto significativo", de sorte que "os campos de significações que encontramos (a música, a imagem, e também o habitar, etc.) só podem ser concebidos, em suas particularidades, como obras" (Lefebvre, 1972, p. 127, tradução nossa[5]). Irredutível à obra de arte, a obra participa da totalidade da vida urbana[6], tensionando formas e instituições, sem, contudo, prescindir delas, desde que não seja obliterada pela *práxis* repetitiva e tecnocrática.

Em terceiro lugar, a apropriação coletiva como negação da propriedade privada. Entendida como a primeira forma de alienação do ser humano, segundo a tradição marxiana, a propriedade privada remonta a uma existência "tacanha", para utilizar seus termos, pois resume a essência humana à esfera meramente individual. Relaciona-se com uma apropriação unilateral e virtualmente instrumental, restrita ao repertório da utilidade, da necessidade e da produtividade, cujo objetivo exclusivo é a posse, o *ter*. A ela, Marx contrapõe o conceito de *omnilateralidade* ou de totalidade, referente ao *homem total*, que designa a fruição ou a apropriação, entendidas como processos de subjetivação e objetivação do mundo, de ordem fundamentalmente coletiva, mediada pelas relações humanas e sociais[7]. Com efeito:

---

4 Aqui, fazemos referência à *poiesis* tal como defendida por Henri Lefebvre em *Metafilosofia* (1967), como uma espécie de método dos resíduos.

5 Do original em espanhol: "El concepto de obra encierra el de un conjunto significante (…) Los campos de significaciones que hemos encontrado (la música, la imagen, y también el habitar, etcétera) solo pueden concebirse, en sus particularidades, como obras" (Lefebvre, 1972, p. 127).

6 Isso se esclarece particularmente *La producción de l'espace* (2000 [1974]) ou *Contra los tecnocratas* (1972 (1967]), em que Lefebvre argumenta que a obra enquanto tal cede lugar à obra de arte — à pintura de cavalete, aos museus — a partir de certa individualização. Com isso, consolida-se uma cisão entre a apropriação — coletiva — e a propriedade — individual. A arte se institucionaliza; ao mesmo tempo, perde sua participação na vida da cidade. Traçando um paralelo com o que seria anunciado por Walter Benjamin em *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1987) perante as transformações técnicas do século XIX, essa *démarche* marca a passagem da obra com seu valor ritualístico — mágico, simbólico, "dedicada aos homens e aos espíritos" — para uma arte de caráter político, ou do valor de culto para o valor de exposição.

7 Em Marx, à apropriação subjetiva, sobrepõe-se uma coletiva. A sensibilidade relaciona-se com a primeira apropriação do homem com a natureza – que é seu objeto imediato. No entanto, essa apropriação dá-se igualmente entre os homens, como sensibilidade do ser humano enquanto gênero

> Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* (Marx, 2004, p. 108, grifo do autor).

Ora, o direito à cidade, apesar de não negligenciar a experiência individual e corpórea, evoca uma construção essencialmente compartilhada. Na obra propriamente dita, "a capacidade criativa é sempre a de uma *comunidade* ou *coletividade*, de um grupo, de uma fração, de uma classe ativa, de um 'agente' ou 'actante'" (Lefebvre, 2000, p. 137, tradução nossa[8], grifos nossos). Ela é feita pelos próprios cidadãos (por um grupo ou classe), desvinculada de interesses estritamente particulares ou financeiros, mas orientada por aspirações comuns que, momentaneamente, extrapolam divisões e códigos habituais, tornando-se capaz de se relacionar a uma totalidade social[9]. Intimamente relacionada ao habitar, elemento fundante do direito à cidade, envolve a totalidade da experiência urbana; daí sua íntima relação com a *poiesis* (produção poética). Como precisa Lefebvre:

> A atividade produtora (poiética) é, ao mesmo tempo, desconhecida enquanto tal e reconhecida socialmente. (…) As obras nascem da divisão do trabalho, mas também do esforço por dominá-las e superá-las. Por exemplo, o artista difere do artesão, do trabalhador manual e do operário, mesmo que opere dentro de estruturas profissionais determinadas. Sua obra difere do produto (artesanal ou industrial) precisamente nesse aspecto, e isso porque *se dirige a toda a sociedade e tem um sentido para todas as classes* (para o *conjunto social*), em vez de atender às necessidades de uma categoria limitada de pessoas (Lefebvre, 1972, p. 130–137, tradução nossa[10], grifos nossos).

Por fim, a primazia do valor de uso. A distinção entre o ato de possuir (individual) e fruir (coletivo) ancora-se no distanciamento entre o valor de uso dos espaços – por meio da experiência, da vivência e da apropriação individual (corpórea, sensível) e coletiva – e a lógica do valor de troca, centrada na mercantilização, na comodificação, no individualismo e na acumulação de capital. O primeiro enfatiza o primado do não-trabalho em oposição ao produtivismo; do excesso em contraste com a acumulação ou com a economia; da dádiva em detrimento da troca; da vida, no lugar da sobrevivência (o mínimo vital). É o excesso, que também envolve um desperdício, que proporciona a energia vital necessária para "modificar o espaço ou engendrar um espaço". Numa palavra, o *Éros*[11], face oposta do princípio da economia e da necessidade, indicando o "princípio do prazer", a "pulsão de vida", "o desperdício, o jogo, a arte, a festa", portanto, "a transgressão" (Lefebvre, 2000, pp. 206–207, tradução nossa[12]).

Evidencia-se, assim, o alinhamento entre os sentidos de obra (como criação poética), de participação (no conjunto urbano) e de comum, entendido em sua dupla acepção: como aquilo que é partilhado coletivamente (social, coletivo, público), mas também como aquilo que é banal, residual, cotidiano. Em abordagens mais recentes, é precisamente o comum que assume centralidade. Compreendido como uma prática social e coletiva, orientada pela partilha, pela cooperação e pela autogestão, o

---

e, por isso, não é apenas individual, mas coletiva, "pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do *outro* homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo" (Marx, 2004, p. 112, grifos do autor).

8 Do original em francês: "La capacité créatrice, c'est toujours celle d'une communaute ou collectivité, d'un groupe, d'une fraction de classe·agissante, d'un « agent » ou « actant »" (Lefebvre, 2000, p. 137).

9 Social pois tem como fundamento certa organização e estrutura política e socioeconômica, em que prevalecem determinados códigos e um contrato, bem como uma divisão do trabalho; coletivo pois pode partir de interesses partilhados ou comuns, oriundos de determinados grupos, contanto que sejam capazes de extrapolar os limites de suas próprias singularidades.

10 Do original em espanhol: "A actividad productora (poiética) es, a la vez, desconocida como tal y reconocida socialmente. (…) Las obras nascen de la división del trabajo pero también del esfuerzo por dominarlas y superarlas. Por ejemplo, el artista difiere del artesano, del trabajador manual y del obrero, aun si opera en marcos profesionales determinados. Su obra difiere del producto (artesanal o industrial) precisamente en eso y es porque se dirige a toda la sociedad y tiene un sentido para todas las clases (para el conjunto social) en lugar de subvenir a las necesidades de una categoría limitada de gente" (Lefebvre, p. 130–137).

11 Do grego, suas diversas traduções geralmente referem-se ao amor ou ao desejo.

12 Do original em francês: "Cet excédent, ce superflu, définit ce qui distingue la vie de la survie (minimum vital).(…) Elle modifie l'espace ou engendre un espace. (...) L'hypothese adverse, celle de la necessité – qui fait vertu — du gaspillage, du jeu, de la lutte, de l'art, de la fête, de l'Éros (...) donc de la transgression (...) principe de plaisir (...) pulsion de vie" (Lefebvre, 2000, pp. 206-207).

comum parece enraizar-se em elementos bastante próximos aos discutidos até aqui. Ao destacar a apropriação coletiva do espaço, a *poiesis* urbana e a recusa da cidade como mercadoria, Lefebvre antecipa, ainda que sob categorias distintas, dimensões centrais daquilo que autores como David Harvey, Dardot e Laval e Hardt e Negri mais tarde formulariam como a política do comum. Isso será explorado em maior profundidade na sequência.

3 Por uma teoria do comum

Como mencionado anteriormente, nas últimas décadas tanto o direito à cidade quanto a noção de comum ganharam novo fôlego nas discussões em Arquitetura e Urbanismo, sobretudo aquelas comprometidas em repensar a prática projetual a partir de uma compreensão ampliada do espaço, da participação e do engajamento comunitário. Esse contexto marca também a reemergência de uma disputa teórica em torno do significado e da viabilidade dos comuns. A visão clássica e determinista expressa em *The Tragedy of the Commons*, de Garrett Hardin (1968), segundo a qual os bens comuns estariam fadados ao esgotamento, salvo por mecanismos de privatização ou controle estatal (um Leviatã), passa a ser frontalmente contestada. Em *Governing the Commons*, Elinor Ostrom (1990) desafia esse fatalismo ao apresentar inúmeros casos de autogestão comunitária bem-sucedidos, evidenciando que formas coletivas de governança não apenas são possíveis, como podem ser sustentáveis e eficazes.

Nesse novo cenário, o comum volta à cena como categoria crítica e horizonte ético-político. Em termos conceituais, o comum não se permite definir nem pela dimensão privada, nem pela pública, isto é, não se assenta nem no mercado nem no Estado (Harvey, 2014; Hardt & Negri, 2016; Dardot & Laval, 2017). Trata-se de uma espécie de *terceiro nível* que, em certo sentido, tensiona os demais. Para Michael Hardt e Antonio Negri, refere-se às riquezas e aos recursos naturais, como também os resultados da produção social, isto é, tanto os bens materiais historicamente compartilhados (*a priori*), quanto aqueles produzidos ou que participam do processo produtivo social (*a posteriori*), “que são necessários para a interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante” (Hardt & Negri, 2016, p. 7).

Autores como David Harvey (2014), Christian Laval e Pierre Dardot (2017) aprofundam essa abordagem ao destacar que o comum não denota aquilo que já se encontra previamente compartilhado, mas sim o que se torna comum por meio de um ato instituinte, de tensão e de luta. Mais do que um *bem,* em que se enfatiza o aspecto reificado, isto é, relativo às coisas (mensuráveis ou não), trata-se de relações sociais específicas, ou seja, de uma *práxis* capaz de instituir um processo de *comunalização* (Bollier, 2021). O comum aparece, então, como resultado de uma construção ativa, social e política, marcada pela luta contra os cercamentos – físicos, jurídicos ou simbólicos – e pela produção de novas formas de coobrigação[13].

3.1 O comum como invenção prático-poiética

Em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* (2017), Christian Laval e Pierre Dardot desenvolvem uma teoria política do comum[14] fundamentada na noção de *práxis* instituinte. Essa forma de ação coletiva se distingue, por um lado, dos direitos formais e do aparato institucional já estabelecido e, por outro, de práticas fortuitas e desprovidas de *normatividade*. Para construir essa distinção, os autores esclarecem algumas oposições conceituais fundamentais, entre instituinte, instituição e

---

[13] Essa dimensão havia sido antecipada, em certa medida, por Massimo De Angelis (2007), ao propor uma espécie de simetria entre a lógica dos cercamentos, responsável pela reprodução do capital, e as práticas dos sujeitos que constroem os comuns como expressão de resistência. Como afirma: “O choque de perspectiva entre uma força social que produz cercamentos e outra que produz comuns significa o seguinte: o capital *gera* a si mesmo *por meio de* cercamentos, enquanto os sujeitos em luta geram a si mesmos *por meio dos* comuns. Portanto, “revolução” não é lutar *pelos* comuns, mas *por meio dos* comuns; não por dignidade, mas por meio da dignidade. “Outro mundo é possível”, para usar um slogan atual sub problematizado, na medida em que vivemos relações sociais de diferentes tipos. Vida *apesar* do capitalismo, como um processo *constituinte*, não *depois* do capitalismo, como um estado de coisas futuro constituído” (De Angelis, 2007, p. 239, tradução nossa, grifos do autor).

[14] Dardot e Laval defendem o uso do termo “comum” no singular, em vez das expressões “bem comum” ou “bens comuns”. O objetivo é evitar a reificação do comum como um objeto passível de posse ou materialização. De fato, como alertam os próprios autores, a definição do comum é atravessada por dificuldades decorrentes dos processos de tradução. No inglês, por exemplo, o termo *commons* apresenta sentidos variados: enquanto no contexto histórico do *Act for Enclosure of Commons*, na Inglaterra do século XVII, a tradução mais frequente para o português é “cercamento das terras comuns”, na obra emblemática de Elinor Ostrom o mesmo termo refere-se sobretudo a recursos — naturais ou não — geridos coletivamente, bem como às formas de governança e controle desses bens.

instituído, entre constituinte, constituição e constituído, e entre *práxis* e *poiesis*, que delimitam os contornos teóricos de sua proposta.

No interior desse quadro conceitual, a noção de instituição adquire dupla conotação, distinta da ideia de constituição, entendida como um poder soberano que não emerge do comum, mas resulta de um processo de "transferência de direitos e poderes dos indivíduos para uma autoridade soberana" (Dardot & Laval, 2017, p. 442). A instituição é, simultaneamente, uma ação orientada por uma finalidade, de natureza teleológica, e uma estrutura objetivada, sustentada por uma considerável força de inércia: o conjunto do aparato estatal consolidado, com suas leis, normas e costumes. Embora haja o risco permanente de autonomização em relação à *práxis* social que a originou, sua dimensão objetiva não elimina a necessidade contínua da ação instituidora. É precisamente essa prática, reiterada no cotidiano, que assegura a reprodução e a efetividade do instituído, reafirmando o caráter dinâmico e processual da instituição.

Em relação ao comum, tal como identificado de forma pioneira por Elinor Ostrom (2015), a contestação e a transformação das instituições existentes exigem um movimento instituidor capaz de criar normas próprias que se sustentem a longo prazo. Isso implica o estabelecimento de práticas que se consolidem por meio da formação de novos hábitos e formas alternativas de organização social. Como alerta o ativista David Bollier, por não se reduzir a um bem natural ou preexistente, o comum envolve "uma *comunidade* que gerencia o *recurso*, inventando suas próprias *regras*, *tradições* e *valores*. Todos os três são necessários. Em suma, o comum deve ser entendido como um sistema social vivo de agentes criativos" (Bollier, 2021, p. 351, tradução nossa, grifos do autor).

Por essa razão, Dardot e Laval afirmam que o comum só pode emergir por meio de uma ação coletiva e contínua de criação social. Exige, portanto, uma *práxis instituinte*. Os autores recorrem à proposta de Cornelius Castoriadis para compreender o imaginário e o simbólico, associados à *poiesis,* como elementos centrais na produção de novas significações e na instituição de formas inéditas de convivência, imprescindíveis a essa *práxis*. Com isso, a dimensão instituinte assume primazia sobre o instituído, configurando-se como verdadeiro poder de criação social-histórica. Como afirmam: "o que caracteriza o social-histórico humano é precisamente essa atividade do imaginário instituinte: 'A sociedade é obra do imaginário instituinte' (…) a capacidade incomparavelmente radical de 'fazer surgir como imagem uma coisa que não existe e *não existiu*'" (Dardot & Laval, 2017, pp. 447–448, grifos dos autores).

Se, como afirmam os autores, "o projeto radical de emancipação não pode ter outro objetivo senão o de uma sociedade *conscientemente* autoinstituinte" (Dardot & Laval, 2017, p. 448, grifos dos autores), compreender a relação entre *práxis* e *poiesis*[15] torna-se fundamental. Enquanto a *poiesis* visa a um fim externo, seja uma transformação do mundo ou de si, a *práxis* se define como ação autônoma, orientada por sua própria finalidade, em que o fim reside na realização da ação. Diferentemente da tradição aristotélica, contudo, a concepção de *poiesis* em Castoriadis tende a deslizar para uma noção de "criação *ex nihilo*" (Dardot & Laval, 2017, p. 459), descolada do enraizamento histórico. Isso torna mais difícil compreender a instituição como processo material e dialético, em que toda ação instituidora inevitavelmente atua sobre uma base previamente instituída.

É nesse ponto que Dardot e Laval retomam a dialética marxiana. Para Marx, a *práxis* não é nem um fazer técnico nem uma criação absolutamente livre, mas uma atividade simultaneamente condicionada pelo passado e capaz de criar o novo a partir dele: "as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias" (Marx, 2007, p. 43). Com isso, a atividade prático-poiética, superando a cisão entre os dois termos, revela-se como "autoprodução de seu sujeito por automodificação do ator no próprio curso da ação" (Dardot & Laval, 2017, p. 464). É nessa tensão criadora entre condicionamento e invenção que a *práxis* instituinte do comum encontra seu verdadeiro campo de realização histórica.

3.2 O comum como coprodução espacial

---

[15] Como se sabe, historicamente falando, a noção da *poiesis* deita suas raízes em Aristóteles (384-322 a. C.), tal como vemos em sua obra seminal, conhecida e pouco compreendida - considerada inacabada –, "Poética" (2017). Para o filósofo, "o poeta não diz o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança" (Poética, 1451a-30). Ou, no Banquete: "sabes que 'poesia' é algo de múltiplo, pois toda causa de qualquer coisa passar do não-ser ao ser é 'poesia', de modo que as confecções de todas as artes são 'poesias', e todos os seus artesãos poetas" (O Banquete, 205b-205c). No sentido aristotélico (2016), o gesto poético consuma um fazer ou produzir que retoma e revive o mito: introduz, assim, a passagem, a mudança.

A partir de uma análise arqueológica do comum, Dardot e Laval questionam sua compreensão idealizada e banalizada, frequentemente reduzida a mero “elo social” ou “mínimo denominador comum”, com o qual pessoas “de boa vontade” se identificariam para reconstruir um mundo mais convivial (Dardot & Laval, 2017, p. 23). A etimologia latina, *com-munus,* remete à partilha (um fazer junto), à participação, mas também à reciprocidade, compreendida como responsabilidade diante da totalidade social e urbana. Essa noção incorpora a “dupla face da dívida e da dádiva, do dever e do reconhecimento, própria do fato social fundamental da troca simbólica”, o que implica o “princípio político da *coobrigação* entre todos os que estejam engajados numa mesma atividade” (Dardot & Laval, 2017, pp. 24–25, grifos do autor).

Tal concepção ecoa a proposta aristotélica de *koinón*, na qual o comum se realiza por meio da participação ativa na *pólis*. Ao contrário da fragmentação hierárquica da *República* platônica, Aristóteles vincula a existência do comum à coparticipação nos assuntos públicos, articulando dever e engajamento em uma atividade coletiva. Por isso, Dardot e Laval rejeitam interpretações que naturalizam, reificam ou essencializam o comum, como objeto supremo e universal, senso comum ou instância jurídica abstrata (*res communis*), insistindo que ele não se confunde com uma essência compartilhada ou identidade coletiva. Em suas palavras, “o comum deve ser pensado como co-atividade, e não como copertencimento, copropriedade ou copossessão” (Dardot & Laval, 2017, p. 52).

Essa perspectiva reforça a conexão entre o comum, a *práxis* e a *poiesis*. Todo comum político, afirmam, exige uma atividade contínua de “pôr em comum”[16], fundada na igualdade da participação e não em identidades pré-estabelecidas. Nesse sentido, “o pertencimento é consequência, e não causa, da participação” (Dardot & Laval, 2017, pp. 247–251). Importa observar que essa participação não se restringe ao ato político deliberativo, que pressupõe a existência prévia de uma estrutura legislativa já estabelecida[17]. Nesse caso, haveria uma cisão entre *práxis* (agir) e *poiesis* (fazer ou produzir), o que, segundo os autores, não corresponde à tradição grega. Na concepção aristotélica, *pólis*, legislação e deliberação formam um conjunto indissociável, no qual a lei não é imposta de fora, mas “é ao mesmo tempo, o efeito e a causa dessa comunidade” (Dardot & Laval, 2017, p. 249). Isso evidencia a interdependência entre participação, autonomia, entendida como autogoverno e autonormatividade, e o comum.

Embora os autores sublinhem a centralidade da *práxis*, é necessário ressaltar um possível ponto de tensão em sua teoria. Ao afirmarem que o comum é inapropriável, Dardot e Laval acabam imputando à atividade política uma primazia que tende a obscurecer a dimensão *poiética* da criação social. Segundo os autores, o “pôr em comum” não se refere a bens específicos, mas a “palavras e pensamentos”; logo, o comum não pode ser transformado em propriedade, seja ela comum ou privada. Ora, essa aparente ênfase na imaterialidade do comum, em que se sobressaem a linguagem e a dimensão cultural, acaba por marginalizar o papel da apropriação. Em vez de ser compreendida como elemento constitutivo do comum, a apropriação é reduzida, nos autores, à mera conversão em propriedade, qualquer que seja sua natureza. Paradoxalmente, essa posição se distancia da própria matriz marxiana, segundo a qual a apropriação se coloca como o contraponto da alienação.

Contudo, ao articular essa concepção ao pensamento de Henri Lefebvre, especialmente à sua teoria da produção do espaço, abre-se a possibilidade de reformular a questão. Se o comum está intrinsecamente ligado à *pólis*, ele implica, necessariamente, uma forma de espacialização: um pôr em comum materializado, análogo a um contrato social e político que define modos de compartilhamento encarnados no espaço. Sendo, ao mesmo tempo, *forma,* como linguagem, regras, costumes ou saberes, e conteúdo*,* constituído pelas relações sociais concretas, o comum torna-se passível de apropriação coletiva, pois envolve práticas que se manifestam espacialmente. Caso contrário, incorre-se numa contradição interna à própria atividade prático-poiética, a qual pressupõe, por definição, a modificação de algo objetivamente dado — seja o mundo, seja a subjetividade. Em outras palavras: implica apropriação.

---

[16] Ao citarem a Ética a Nicômaco de Aristóteles, o “pôr em comum” (*koinónein*) referia-se à “atividade de pôr em comum palavras e pensamentos (*koinónein logon kai dianoias*)” (Dardot & Laval, 2017, p. 247).

[17] Segundo os autores, esse seria um dos problemas da intepretação arendtiana, para a qual parecia haver uma cisão entre as esferas deliberativa (*práxis*) e legislativa (*poiesis*).

Desse modo, a concepção de comum em Dardot e Laval, se mantida em sua abstração normativa, expõe-se ao risco de se descolar da realidade material e pairar em uma esfera quase transcendente[18]. Reconhecendo-se a importância conferida pelos autores à atividade instituidora, é fundamental enfatizar que, sendo atravessada por *práxis* e *poiesis*, essa atividade supõe tanto ação quanto apropriação. Propõe-se aqui, portanto, compreender o comum, enquanto atividade prático-poiética, como uma coprodução que se realiza espacialmente, o que confere ao espaço urbano uma centralidade decisiva na discussão.

3.3 O comum como princípio do urbano

As leituras de autores como Hardt e Negri oferecem uma compreensão valiosa do urbano enquanto o lugar por excelência de produção do comum. Obviamente, isso não significa obliterar a diversidade de bens comuns que escapam aos limites do tecido urbano, os chamados *comuns naturais*. Na abordagem lefebvriana, trata-se de entender a primazia do urbano como conceito – uma *abstração concreta*, conforme discutido anteriormente – que hoje se expande para além das delimitações morfológicas da cidade[19] e se configura como um espaço de encontro, troca, reunião, da centralidade e da simultaneidade, bem como da presença de certo *Logos* (Lefebvre, 2008; 2016).

Com isso, o comum não deve ser idealizado nem remetido de forma nostálgica a uma comunidade pastoril pré-industrial ou pré-urbana, tampouco à imagem da *pólis* grega, onde o status de cidadão era limitado àqueles do mesmo *genos* (povo). Ao contrário dos comuns naturais, a cidade é atravessada por um "comum artificial", que se expressa através de "linguagens, imagens, conhecimentos, afetos, códigos, hábitos e práticas" (Hardt & Negri, 2016, p. 313). Para esses autores, a metrópole funciona não apenas como um "enorme reservatório do comum", abarcando fatores materiais e imateriais, tanto positivos quanto negativos, mas especialmente como uma "fábrica de produção do comum" (Hardt & Negri, 2016, pp. 202–314). Pois, ao desempenhar um papel de "corpo inorgânico da multidão"[20],

> A metrópole é o lugar da produção biopolítica porque é o espaço do comum, das pessoas vivendo juntas, compartilhando recursos, comunicando-se, trocando bens e ideias. O italiano contemporâneo, ainda, preserva o uso latino medieval, pelo qual o comum — *il comune*, em italiano — é a palavra que designa a cidade. (Hardt & Negri, 2016, p. 313)

Hardt e Negri propõem uma releitura da biopolítica à luz da tradição foucaultiana, recolocando-a como "criação de novas subjetividades, apresentadas ao mesmo tempo como resistência e dessubjetivação", de modo que "em contraste com o biopoder, a biopolítica tem um caráter de acontecimento, antes de tudo, no sentido de que a 'intransigência da liberdade' perturba o sistema normativo" (Hardt & Negri, 2016, pp. 84–85). Para os autores, biopoder e biopolítica configuram-se como faces opostas e interdependentes: domínio e resistência, reprodução e acontecimento, administração e insurreição. A biopolítica aparece, portanto, como diferença ou resíduo da própria atuação do biopoder, e é nesse sentido que a metrópole, enquanto corpo da multidão, se caracteriza pela imprevisibilidade e a aleatoriedade. Pode-se reconhecer, aqui, um paralelismo entre esse duplo processo e a dialética da forma urbana em Lefebvre, na qual o impulso centralizador, totalizante e mundializante do urbano, que tende a atrair e submeter tudo à sua lógica, carrega, em si mesmo, a abertura à diferença e à alteridade. Como aponta o filósofo:

> Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: *lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível*. Este momento vai até à implosão-explosão das violências latentes sob as terríveis coações de uma racionalidade que se identifica com o absurdo. Desta situação nasce a contradição crítica: tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana. (Lefebvre, 2016, p. 85, grifos nossos)

---

18 É isso que permite aos autores afirmarem, sem maiores explicações, que, diferentemente de Aristóteles, "não restringem o comum político à esfera da 'cidade'" (2017, p. 251).

19 Para um aprofundamento, ver discussão de Neil Brenner em *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (2013).

20 Aqui os autores fazem referência à célebre passagem de Marx, nos Manuscritos econômico-filosóficos, ao dizer que a natureza é o corpo inorgânico do homem.

Dialeticamente suprasumido pela dimensão propriamente urbana, o comum reaparece, por um lado, em decorrência da partilha que se dá pela coprodução desse *comum artificial* por meio da reunião das diferenças. Pois "a grande riqueza da metrópole revela-se quando o encontro oportuno resulta numa nova produção do comum, quando, por exemplo, as pessoas comunicam seus diferentes conhecimentos, suas diferentes capacidades de formar algo novo de maneira cooperativa" (Hardt & Negri, 2016, p. 318). Mas não apenas isso. Retomando as palavras de Dardot e Laval, o comum mostra-se como verdadeiro princípio – do grego *archê*, como "fonte da qual deriva todo o resto" (2017, p. 615) – que fundamenta e confere um sentido ao que está por vir. O comum pode ser considerado, portanto, o próprio princípio político do urbano.

4 Considerações finais: Habitar o comum, ou em defesa do excesso e do resíduo

O percurso aqui desenvolvido buscou evidenciar aspectos do comum que, além de dialogarem com a formulação lefebvriana sobre o direito à cidade e o urbano, permitem repensar seu próprio sentido. Em lugar de uma essência reificada, o comum é apreendido em sua dimensão instituinte, como processo normativo, coletivo e criador de novas formas de sociabilidade. Em Dardot e Laval, ele se apresenta como uma invenção prático-poiética que retoma, sob nova chave, a dialética da obra em Lefebvre: de um lado, processo instituinte e criativo, engendrado por ações coletivas; de outro, instituição que tende à estabilização e à inércia. Ainda que enfatizem a imaginação, sua leitura da *poiesis* permanece em parte desmaterializada, relegando à apropriação um papel secundário.

É precisamente nesse ponto que a perspectiva lefebvriana contribui, ao recolocar em tensão forma e conteúdo, subjetividade e objetividade, sendo esta última compreendida como a própria dimensão espacial do comum. Hardt e Negri avançam nessa direção ao enfatizar o comum como coprodução imanente à metrópole, seu espaço privilegiado de expressão. Entendido como obra coletiva e poética, o comum revela-se como o princípio possível do urbano, a "segunda natureza" no léxico lefebvriano. Ele se manifesta na dialética entre biopolítica e biopoder, entre controle e desvio, apropriação e dominação, que estruturam a vida urbana.

Esse movimento encontra eco no pensamento de David Harvey, que desloca o debate do comum para o terreno das práticas insurgentes e das lutas urbanas concretas, nas quais o direito à cidade se realiza como reivindicação coletiva e transformação material do espaço. Em *Cidades rebeldes* (2014), Harvey reforça a dimensão política da produção do espaço ao evidenciar que o direito à cidade não é um direito qualquer, mas o direito de "mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos", reiterando que é "mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização" (Harvey, 2014, p. 28). O autor retoma, a partir de Lefebvre, a ideia de que é a própria centralidade característica do urbano que cria os espaços heterotópicos[21] — espaços de coexistência entre ritmos e racionalidades distintas. Marcadas pela tensão, as heterotopias resultam do ímpeto homogeneizante da lógica urbana e resistem por meio da diferença, da alteridade e do conflito.

Analogamente, podemos falar dos comuns, como vimos discutindo ao longo deste texto, de forma a entender que "a urbanização nada mais é do que uma incessante produção de comum urbano[22] (ou, em sua forma espectral, de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação ou destruição por interesses privados" (Harvey, 2014, p. 156). O geógrafo enfatiza que os espaços e bens públicos — habitação, saneamento, educação, infraestruturas urbanas —, quando sob gestão do Estado, não configuram necessariamente os comuns. Isso evidencia sua dimensão de luta e disputa: "embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, é necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendem apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades" (Harvey, 2014, p. 144).

---

[21] Como adverte Harvey, não se deve confundir as heterotopias em Lefebvre, que constituem essas zonas límitrofes de tensionamento e diferenciação, com as que aparem em Michel Foucault.

[22] Em David Harvey, embora a tradução para o português adote a expressão "bem comum urbano", o original em inglês utiliza simplesmente *urban commons*. Quando o autor se refere explicitamente a algo material, recorre a termos como *common good* (bem comum) ou *commonwealth* (bem-estar comum). Assim como Dardot e Laval, Harvey também enfatiza que o comum não designa um bem ou processo específico, mas sim o ato de comunalização, isto é, uma prática social. Isso não impede, contudo, que os comuns sejam apropriados, cercados ou mesmo privatizados, o que reforça nosso argumento sobre sua dimensão prático-material.

Essa reflexão conduz a uma questão fundamental, que articula diversos pontos tratados ao longo do texto: assim como o direito à cidade, os comuns dependem essencialmente do valor de uso. Enquanto os bens públicos e privados referem-se a gastos produtivos, por parte do Estado ou do mercado, orientados pela lógica quantitativa, o comum manifesta-se onde há dispêndio improdutivo pautado pela dimensão qualitativa, ou seja, pelo valor de uso. No processo de *comunalização*, é a prática coletiva, desde que não subordinada ao mercado, que confere ao comum este valor, por meio de imaginários e simbologias que derivam do excesso e da dádiva. Retomando Hardt e Negri (2016, p. 393), "no contexto biopolítico, o valor transborda qualquer limiar de controle político e econômico". Por isso, enquanto, no mercado, imperam o valor de troca, a economia e a *medida*, essa lógica não deve prevalecer no horizonte do comum. Pelo contrário, o comum deve se fundar como uma:

> Teoria do valor alicerçada na *desmedida*, atravessando o limiar da medida (…) O valor é criado quando a resistência se torna transbordante, criativa e sem limites, e, portanto, quando a atividade humana excede e determina um rompimento do equilíbrio de poder (Hardt & Negri, 2016, p. 395, grifos nossos).

Se a conhecida fórmula capitalista utiliza os produtos (mercadorias) como instrumento para valorização do valor (de troca), o comum se assenta na centralidade (urbana) para criação de valor de uso. Além disso, como argumentam Dardot e Laval (2017), o comum envolve um direito de uso que não é individual nem privado, mas coletivo e auto instituinte. Tal direito é indissociável da coprodução de sua própria normatividade – da criação, pelos que dele participam, das regras do uso comum. Em outros termos, o comum implica um tipo de autogoverno, expressão de uma produção multilateral do espaço em que se negociam as diferenças e em que o habitar se realiza como prática ativa e compartilhada da vida urbana. Trata-se, afinal, do verdadeiro sentido de cidadania, tal como delineado por Henri Lefebvre em *Du contrat de citoyenneté*:

> O importante seria que em torno dessa ideia – cidadania, estipulada, contratual – se produzisse uma renovação da vida política: um movimento com raízes históricas – revolução, marxismo, produção e trabalho produtivo – mas que vai além das ideologias, para que novas forças venham entrar em ação, ao se reunirem, ao exercerem pressão sobre o instituído. (…) Na verdade, isso requer um paradoxo: *a descoberta criativa*. Portanto, nem o negativo absoluto com seus corolários, a saber, pessimismo, niilismo, desespero. Nem positivismo, o realismo que bloqueia o horizonte. Nem estagnação nem catástrofe (Lefebvre, 1990, p. 37, tradução nossa[23], grifos nossos).

Em termos práticos, diante da voracidade de comodificação do espaço, em quais lugares da cidade contemporânea podem se evidenciar os comuns? A partir das palavras de Nancy Fraser, é possível afirmar que, apesar da aparente transformação de todas as esferas da vida em mercadoria, coexistem, fruto da "semi-proletarização" que sustenta o capitalismo, elementos que escapam à lógica mercantil, ainda que sejam "funcionalmente imbricados ao DNA do capitalismo" (Fraser, 2015, p. 711). Esse caráter residual – não no sentido de ser acidental ou contingente do capitalismo, como a autora alerta, mas por compor o pano de fundo indispensável para que o capitalismo se sustente – conecta-se diretamente à esfera da reprodução, em detrimento da produção. Este é o domínio da vida cotidiana, elemento central na crítica lefebvriana.

Portanto, não podemos tomar esses resíduos como simples peças de um sistema maior, subsumidas, de maneira inescapável, à comodificação generalizada. Ao contrário, propõe-se que esses resíduos carreguem uma normatividade própria, irredutível à econômica, ou seja, capaz de impor diferenças ao sistema capitalista. Compreender o comum como resíduo implica uma crítica interna ao capitalismo, como Fraser sugere, sem romantizar relações do passado ou idealizar um futuro distante. De maneira análoga, como refletem Hardt e Negri (2016, p. 76) a partir de Maquiavel, a pobreza seria, ao mesmo tempo, excluída e incluída, não apenas um resíduo das forças arrebatadoras de apropriação do capital, mas "uma força de resistência que se reconhece explorada num regime que ainda carrega as marcas do comum"[24].

---

[23] Do original em francês: "L'important, ce serait qu'autour de cette idée – la citoyenneté, stipulée, contractuelle – s'opère un renouvellement de la vie politique: un mouvement ayant des racines historiques – la révolution, le marxisme, la production et le travail productif – mais qui dépasse les idéologies, de sorte que des forces nouvelles entreraient en action, en se réunissant, en exerçant une pression sur l'institué. (...) Ce qui exige en effet un paradoxe: la découverte créatrice. Donc ni le négatif absolu avec ses corollaires, à savoir le pessimisme, le nihilisme, le désespoir. Ni le positivisme, le réalisme qui bouche l'horizon. Ni stagnation ni catastrophe" (Lefebvre, 1990, p. 37).

[24] Aproxima-se do que De Angelis (2007) vê como espécie de *outside* (externo), que ocorrem a despeito do mercado, por meio de outros tipos de relações sociais e ritmos.

No contexto urbano, tal perspectiva convida a reconhecer os comuns nas brechas e resíduos do cotidiano, espaços de reprodução e de vida ordinária que escapam, ainda que parcialmente, à lógica mercantil. Nesses interstícios emergem usos e práticas que independem da propriedade privada e se baseiam no excesso e no transbordamento, compondo o que Bollier (2003, p. 13) denomina “economia da dádiva” (*gift economy*), em que a partilha e a confiança se afirmam como valores políticos. Lefebvre, assim como Hardt e Negri, associa a essas práticas o *Éros,* acontecimento ontológico que rompe com o existente e instaura novas formas de convivência baseadas na alteridade. É nesse terreno que se inscreve o trabalho coletivo e cooperativo, fundamento da criatividade e da coprodução do espaço, sustentado por “laços de amizade, novas ações, maneiras de coordenar e cooperar e, sobretudo, regras tácitas de ajuda mútua e cumplicidade” (Dardot & Laval, 2017, p. 515). Tais obras urbanas coproduzidas, no sentido lefebvriano, condensam tais experiências, abrigando novas significações para a totalidade social e configurando uma poética do comum que, a partir do residual e do cotidiano, anuncia possibilidades de emancipação e autogoverno.

David Bollier (2003) ilustra o comum por meio da experiência do grupo Green Guerrillas, liderado por Liz Christy, em Nova Iorque, que transformou áreas urbanas degradadas e abandonadas, tanto pelo mercado quanto pelo Estado, em mais de 800 jardins. Tal como na fábula dos devires do amor entre a vespa e a orquídea[25], o *Éros* — valor de uso, e não de troca — extravasa o desejo, fazendo com que o resto pulse como excesso. Este exemplo concreto pode servir como metáfora para a emergência de novas espacialidades que aflorem no contexto urbano por meio do habitar como poesia do comum, sustentadas por práticas não econômicas e pela coprodução multilateral e imaginativa do espaço urbano, capazes de reconfigurar as estruturas institucionais estabelecidas.

Referências

Aristóteles. (2016). *O banquete*. Editora 34.

Aristóteles. (2017). *Poética*. Editora 34.

Benjamin, W. (1987). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica (J. C. Martins, Trad.). In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 165–196). Brasiliense.

Bollier, D. (2003). *Silent theft: The private plunder of our common wealth*. Routledge.

Bollier, D. (2021). The growth of the commons paradigm. In J. G. Speth & K. Courrier (Eds.), *The new systems reader: Alternatives to a failed economy* (pp. 115–134). Routledge.

Brenner, N. (2013). Introduction: Urban theory without an outside. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 14–30). Jovis.

Caldeira, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34; Edusp.

Crawford, M., Chase, J., & Kaliski, J. (Eds.). (1999). *Everyday urbanism*. The Monacelli Press.

De Angelis, M. (2007). *The beginning of history: Value struggles and global capital*. Pluto Press.

Elden, S. (2016). Introduction: A study of productive tensions. In H. Lefebvre, *Metaphilosophy* (pp. 1–20). Verso.

Fix, M., & Paulani, L. M. (2019). Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Brazilian Journal of Political Economy, 39*(4), 638–657. https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954

[25] Como explicam Hardt e Negri (2016), a fábula aparece recontada em Félix Guattari e Gilles Deleuze para comparar dois tipos distintos de relação: por um lado, a das vespas e as orquídeas, baseada no desejo e na diversão, sem o intuito reprodutivo e, por outro, a das abelhas e as flores, fundadas na produtividade e no trabalho.

Fraser, N. (2015). Por trás do laboratório secreto de Marx – Por uma concepção expandida do capitalismo / Marx's hidden abode – For an expanded conception of capitalism. *Revista Direito e Práxis, 6*(1), 703–728. https://doi.org/10.12957/dep.2015.15431

Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. Record.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Laval, C., & Dardot, P. (2017). *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo.

Lefebvre, H. (1967). *Metafilosofia*. Civilização Brasileira.

Lefebvre, H. (1972). *Contra los tecnócratas*. Granica. (Trabalho original publicado em 1967)

Lefebvre, H. (1978). *De lo rural a lo urbano* (4ª ed.). Ediciones Península.

Lefebvre, H. (1990). *Du contrat de citoyenneté*. Calmann-Lévy.

Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. Anthropos. (Trabalho original publicado em 1974)

Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1970)

Lefebvre, H. (2016). *O direito à cidade*. Centauro. (Trabalho original publicado em 1968)

Luck, R. (2018). Participatory design in architectural practice: Changing practices in future making in uncertain times. *Design Studies, 59*, 139–157. https://doi.org/10.1016/j.destud.2018.10.003

Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo.

Marx, K. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.

Marx, K. (2017). *O capital: Livro I. Crítica da economia política*. Boitempo.

Medrano, L., Recamán, L., & Avermaete, T. (Eds.). (2021). *The new urban condition: Criticism and theory from architecture and urbanism*. Routledge.

Nakahara, C. A. M. M. (2021). *Do habitat ao habitar poiético: Participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/T.16.2021.tde-10012022-130103

Shimbo, L., & Rufino, B. (Eds.). (2019). *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*. Editora Letra Capital.

V!RUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO
CONTENTS

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

ÁGORA

014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP

042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY

063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE

082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA

097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO

128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA

142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES

167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS

199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO

214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR

230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES

241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES

266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALŸS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK

279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO

290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS

329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES

370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA

383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE

417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO

URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE

ISABELLE SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA

Isabelle Mangoni Soares é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estuda a produção do espaço, planejamento urbano neoliberal, privatização de espaços públicos. mangoni.isabelle@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/6280666670261682

Clarice Misoczky de Oliveira é Arquiteta e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seus temas de pesquisa abrangem projetos urbanos, práticas recentes de planejamento urbano, direito à cidade, planejamento insurgente, produção do espaço e gênero. arq.clarice@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/6921713375331575

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Soares, I. M. & Oliveira, C. M. (2025). Privatização dos parques urbanos e a produção neoliberal do espaço. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 142-155. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239539

Resumo

O artigo investiga como a privatização de parques urbanos manifesta a lógica neoliberal na produção do espaço público, revelando conflitos e contradições entre a racionalidade técnica, os interesses privados e as práticas sociais. Inserido no debate sobre a mercantilização da cidade, o fenômeno estudado apresenta-se em dois níveis: o primeiro abrange o panorama das concessões no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre; o segundo aprofunda a análise da concessão do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla do Guaíba. Sob a justificativa de eficiência financeira e administrativa, a gestão privada desses espaços restringe o valor de uso e impõe práticas comerciais ao cotidiano urbano. Metodologicamente, utiliza-se a abordagem crítico-dialética com base na Tríade da Produção do Espaço de Lefebvre. A pesquisa posiciona a privatização dos parques urbanos como um campo de diálogo, confrontações e práxis transformadora; identificando processos de elitização, comercialização e segregação dos espaços públicos, ao mesmo tempo em que destaca movimentos de resistência que reivindicam o direito à cidade e modelos de produção espacial mais democráticos. As concessões de parques refletem a hegemonia neoliberal, o que indica a urgência de alternativas que valorizem o uso coletivo dos espaços públicos e a participação social.

Palavras-Chave: Parques urbanos, Produção do espaço, Neoliberalismo, Privatização.

1 Introdução

A privatização dos parques urbanos tem se consolidado como uma emblemática manifestação da lógica neoliberal na produção do espaço público. Sob a justificativa da eficiência e da desoneração financeira do poder público, governos federais, estaduais e municipais têm adotado modelos de concessão que transferem a administração e manutenção de parques naturais, parques urbanos e praças à iniciativa privada. Esse processo gera impactos significativos no acesso democrático e na função social desses espaços, sujeitando-os à lógica mercantil e restringindo seu valor de uso. O debate sobre a privatização dos parques urbanos deve ser compreendido a partir de uma dinâmica mais ampla: o neoliberalismo enquanto racionalidade hegemônica com especificidades locais. Partindo do argumento de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a uma doutrina econômica, mas se manifesta como um sistema de valores que estrutura o Estado, o mercado e os comportamentos individuais. Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo é um projeto político voltado à restauração do poder de classe por meio da reestruturação capitalista. Sustentada por valores de liberdade individual e livre mercado, a prática do estado neoliberal aprofunda desigualdades e favorece a concentração de poder econômico. Nesse contexto, o Estado não se ausenta, mas atua em favor do capital, criando condições jurídicas e institucionais para a acumulação. Neil Brenner (2018) complementa essa leitura ao propor o conceito de urbanismo neoliberal, no qual políticas urbanas subordinam o espaço público à lógica mercantil, excluindo usos não vinculados ao mercado.

A racionalidade neoliberal influencia o planejamento urbano por meio do gerencialismo e do empreendedorismo urbano (Harvey, 2006). Cidades são convertidas em mercadorias por meio de estratégias de atração de investimentos, promoção do consumo e criação de espaços informacionais (Harvey, 2006). As parcerias público-privadas (PPPs) são centrais nesse processo, socializando riscos e privatizando lucros. Ao transformar espaços públicos em ativos comerciais, os contratos de concessão de parques exemplificam essa lógica. Faz-se necessário esclarecer a dualidade do conceito de privatização no contexto dos espaços públicos. No plano jurídico-administrativo, a privatização é abordada como desestatização, instrumento que visa aumentar a eficiência, reduzir a intervenção estatal e promover a liberdade individual (Friedman, 2014 [1962]; Hayek, 2011 [1976]; Stiglitz, 2002). Em contraponto, Harvey (2008, 2014) aponta que a privatização é uma ferramenta de acumulação por espoliação, na qual o Estado organiza a expropriação de bens comuns em favor de uma minoria, impondo práticas de consumo em espaços originalmente destinados ao uso coletivo. Uma aproximação à temática dos parques pode ser feita ao identificar-se que as concessões impõem a lógica de mercado e a exploração comercial a espaços urbanos que não possuem em sua natureza, nem como objetivo principal, o lucro. Nesse processo, o Estado não apenas permite como também produz e organiza a expropriação, convertendo bens comuns em ativos lucrativos. Portanto, a privatização dos espaços públicos neste estudo faz referência ao aspecto de desapropriação, realizada pelo próprio Estado, do caráter comum e coletivo dos lugares em proveito de uma minoria hegemônica, impondo práticas mercantis aos ambientes de lazer.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, reproduz o modelo de privatização dos espaços públicos, a partir da aprovação da Lei Complementar nº 12.559/2019 que permite a concessão de parques e praças urbanos à iniciativa privada. Esse instrumento legal não existe isoladamente, está inserido em um contexto nacional de incentivo às PPPs, impulsionado por instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Semeia, por exemplo. A concessão do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla do Guaíba, localizados na capital gaúcha, exemplifica como as dinâmicas de privatização dos parques se materializam na cidade, transformando espaços públicos de lazer em áreas sujeitas a novas formas de regulação e controle. Como contraponto às práticas mercantis de produção do espaço, surgem manifestações sociais que resistem à lógica neoliberal, reivindicando o direito à cidade e uma gestão mais justa e democrática dos espaços públicos. Henry Lefebvre (2008 [1968]) constrói o conceito de direito à cidade como crítica à sociedade capitalista e produtivista, defendendo a apropriação coletiva da vida urbana pela classe trabalhadora. Esse direito envolve participação política, acesso pleno à cidade e à vivência cotidiana e se baseia no valor de uso dos espaços urbanos. Harvey (2014) reforça o caráter anticapitalista do conceito, posicionando-o como uma reivindicação de controle sobre os processos de urbanização frente à lógica de acumulação capitalista que transforma a cidade em palco e produto do excedente econômico. É à luz do direito à cidade que grupos de moradores e frequentadores dos parques de Porto Alegre se unem em ações críticas e de resistência com o objetivo de barrar os processos de privatização dos parques. É o caso do Coletivo Preserva Redenção, Movimento Salve o Harmonia, Preserva Lami, entre outros.

Diante desse cenário, este artigo[1] busca responder à seguinte questão: de que forma a privatização dos parques urbanos reflete e reforça as lógicas neoliberais na produção do espaço público? O objetivo do artigo, portanto, é desvelar as relações neoliberais na produção do espaço público por meio da privatização dos parques urbanos. O objeto empírico deste estudo é o fenômeno das concessões de parques urbanos em Porto Alegre. Este fenômeno é apresentado em dois níveis: (i) o contexto e o panorama geral em que está inserido; (ii) enfoque no único contrato de concessão de parque urbano em andamento no município. Trata-se do contrato de concessão dos serviços de operação, administração, manutenção, implantação, reforma e melhoramento do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla do Guaíba. O recorte temporal do objeto empírico abrange o período de maio de 2022 a agosto de 2024. A relevância deste estudo está na contribuição para o debate sobre o impacto das políticas neoliberais na produção dos espaços urbanos, desvelando desafios e confrontações; ao mesmo tempo em que aponta interlocuções potenciais para a construção de realidades urbanas alternativas. Diante da crescente mercantilização da vida cotidiana, discutir a privatização dos parques urbanos implica refletir criticamente sobre distintas concepções políticas e interesses divergentes que orientam a produção da vida urbana.

A estrutura do artigo é composta por introdução, quatro seções e considerações finais. Na seção dois, aborda-se a metodologia de pesquisa adotada; na seção três, identifica-se o panorama das privatizações de parques em âmbito nacional, estadual e local; na seção quatro, analisa-se o fenômeno a partir do contrato de concessão do Parque Harmonia e Trecho 1 da Orla do Guaíba; na seção cinco desvelam-se as relações neoliberais no contexto de privatização de parques urbanos.

2 Metodologia

A pesquisa é do tipo exploratório, com abordagem crítico-dialética. Diante da necessidade de compreender os processos sociais, espaciais e econômicos como fruto de relações contraditórias e complexas no contexto capitalista contemporâneo, a pesquisa adota a teoria da Produção do Espaço de Lefebvre (1991 [1974]) como teoria-método. Essa abordagem permite analisar dialeticamente como o espaço social é produzido através de três dimensões interdependentes e que interagem entre si (portanto, trialética): espaço concebido (o arcabouço técnico-legal, o espaço dos arquitetos e planejadores, representações técnicas e institucionais); espaço percebido (a prática espacial cotidiana) e espaço vivido (o espaço de transformação ou de dominação, as práticas alternativas, conflitos e imaginação social) (Lefebvre, 1991 [1974]); Oliveira, 2018, grifos e parênteses nossos). Aplicando essa estrutura analítica à problemática da concessão de parques, a pesquisa

[1] Este artigo é resultado de uma síntese adaptada da dissertação de mestrado de autoria de Isabelle Carolina Mangoni Soares e orientada pela Profa. Dra. Clarice Misoczky de Oliveira, defendida em outubro de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

analisa as relações entre o cotidiano dos usuários (espaço percebido); o conjunto normativo, técnico e institucional das concessões (espaço concebido); e a atuação dos movimentos sociais que propõem formas não hegemônicas de apropriação e uso dos espaços públicos (espaço vivido). Segundo Lefebvre (1991 [1974]), essas dimensões não se hierarquizam, mas se produzem mutuamente, formando uma totalidade dialética. A tríade, portanto, é aplicada ao objeto empírico, permitindo revelar as contradições do neoliberalismo na produção do espaço, ao expor a relação entre o concebido-percebido-vivido no contexto dos parques urbanos em Porto Alegre. Foram definidas técnicas de coleta, análise e sistematização de dados para identificar cada uma das dimensões da produção do espaço e as relações que se estabelecem dialeticamente entre estas. A estrutura metodológica é apresentada na Figura 1.

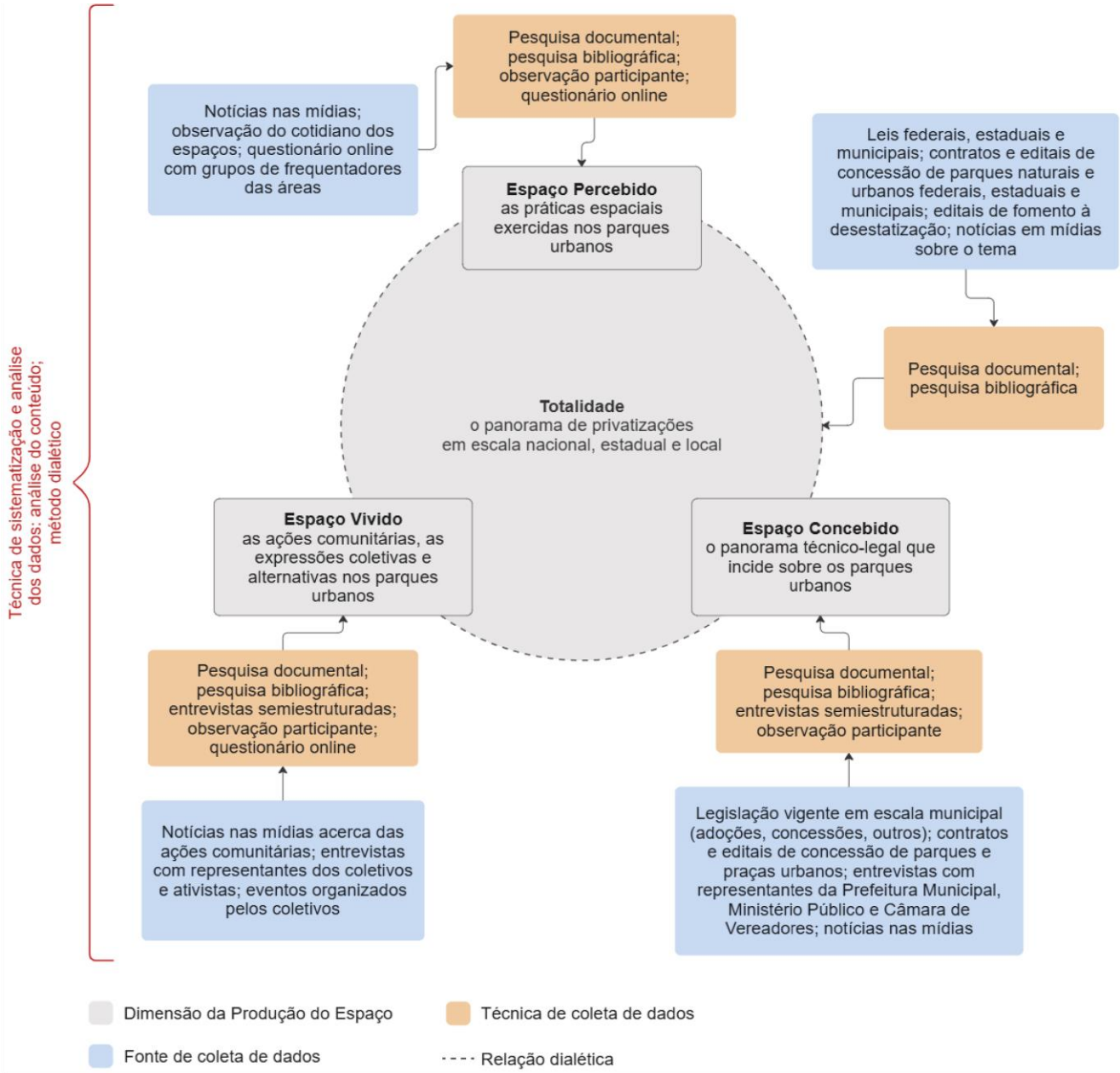


Fig. 1: Relação entre as dimensões da tríade, técnicas de coleta e análise dos dados. Fonte: Autoras, 2025.

3 O panorama das privatizações de parques

Em âmbito nacional, parques naturais e Unidades de Conservação (UCs) foram priorizados em PPPs, sustentadas pelo argumento de que podem impulsionar o turismo e gerar receitas para o PIB. O BNDES identificou um potencial inexplorado nesses espaços e a crise fiscal de muitas prefeituras legitima a transferência da gestão e da manutenção ao setor privado (BNDES, 2023a; ICMBio, 2018). Desde a primeira concessão, em 1999, no Parque Nacional do Iguaçu (PR), o modelo se

estendeu para parques urbanos. Em dezembro de 2023, havia quarenta e seis contratos ativos, que representam cerca de 25% dos parques considerados passíveis de concessão, concentrados principalmente nas regiões Sul e Sudeste (Instituto Semeia, 2023a). Na esfera legislativa, destaca-se que a legislação brasileira oferece quatro arranjos principais para a colaboração público-privada na gestão de parques: concessões com aporte público, ainda que limitado; contratos autossustentáveis sem recursos do orçamento; parcerias com organizações do terceiro setor com investimentos restritos; adoção integral privada em troca de publicidade (Instituto Semeia, 2023b). Por sua vez, a Lei Federal nº 11.079/2004, que regulamenta PPPs, ampliou os incentivos a esses modelos.

Destacam-se alguns atores públicos nesse processo. O BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para promoção de investimentos de longo prazo na economia. O Banco tem historicamente apoiado e financiado a desestatização de parques e UCs. Possui programas como o BNDES Parques e Florestas, com orçamento de R$500 milhões para financiar investimentos em gestão de parques, redução do desmatamento, preservação ambiental e fomento ao turismo (BNDES, 2023b). O ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, é responsável por propor, implantar, gerir e proteger as UCs federais. Pela Lei Federal nº 11.516/2007, é instituída a possibilidade de concessão das UCs sob sua responsabilidade para fins de atividade turística e de educação ambiental. Em 2024, o Governo Federal revogou decretos que excluíram dezenove parques nacionais do Programa Nacional de Desestatização (PND), embora onze deles ainda permaneçam qualificados para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (Agência Brasil, 2024).

Entre os atores privados, destaca-se o Instituto Semeia, organização sem fins lucrativos (ONG) fundada em 2011 por Pedro Passos - cofundador da empresa Natura - que tem por objetivo articular os setores público e privado, realizar pesquisas e assessorar governos na organização e modelagem de concessões de parques (Giovanaz, 2021). Desde então, o Semeia realiza pesquisas e publica guias, artigos e diagnósticos sobre a preservação de parques naturais e urbanos, seu potencial como vetor de desenvolvimento econômico e modelos de gestão público-privada relacionados a concessões (Instituto Semeia, 2023b). Identificou-se a produção teórica pioneira do instituto sobre concessões e potencial econômico de parques, disponibilizada em seu website, reunindo mais de 50 publicações produzidas desde 2013. O Semeia atua como principal assessor técnico de governos nas esferas federal, estadual e municipal em processos de concessão de parques, apoiando a elaboração e a estruturação de projetos de concessão por meio de parcerias público-privadas (Instituto Semeia, 2023b).

Até 2023, o Semeia apoiou sete projetos federais, quarenta e cinco estaduais e dezenove municipais, consolidando-se como a principal empresa de assessoria e cooperação técnica com governos em nível federal, estadual e municipal no contexto de concessão de parques (Instituto Semeia, 2023b). Desde 2017, coopera com o ICMBio na estruturação de concessões federais para aprimorar a gestão, ampliar os serviços de uso público e promover desenvolvimento social e ambiental sustentável. Além disso, em 2020 a ONG firmou parceria técnica com o BNDES para apoiar o Programa de Apoio aos Entes Públicos na Concessão de Parques, voltado à viabilização de projetos de operação, manutenção e investimentos em unidades de conservação (Instituto Semeia, 2023b). A Fundação Getúlio Vargas (FGV) também se destaca como importante ator privado, atuando na realização de estudos de viabilidade econômica para a concessão de parques de diversas escalas. Em 2018, a FGV Direito Rio, em parceria com o Instituto Semeia, investigou modelos jurídicos para a gestão de parques urbanos e desenvolveu uma metodologia analítica para auxiliar gestores municipais na avaliação de alternativas de gestão (FGV Notícias, 2018). O BNDES indica a FGV como consultoria especializada com competência econômico-financeira no tema das concessões, atribuindo-lhe a responsabilidade por relatórios de modelagem econômica de concessões de parques em âmbito nacional (BNDES, 2023b).

Em escala estadual, o Rio Grande do Sul tem se destacado pelo avanço significativo do processo de privatização de ativos públicos. Desde 2019, sob o governo de Eduardo Leite (PSDB), o estado avançou em processos de desestatização de serviços públicos — incluindo energia e saneamento — sob o argumento de melhoria na eficiência, atração de investimentos privados e redução da dívida pública. No contexto dos espaços públicos, o estado possui dezesseis projetos de concessão de parques ativos, sendo dez parques naturais e seis parques urbanos. Dois desses parques são administrados em esfera federal; sete em esfera estadual e sete em esfera municipal (Instituto Semeia, 2023a). É o segundo estado do Brasil com a maior quantidade de projetos ativos de concessão de parques. A concessão do Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral é um exemplo emblemático das concessões de parques no estado e no país. Localizados na divisa com Santa Catarina, esses parques naturais foram selecionados em 2017 para integrar o Programa de Parcerias Ambientais Público-

Privadas (PAPP) como projetos-piloto de concessão. Em setembro de 2021, o contrato de concessão por trinta anos foi assinado com a empresa Urbia (Construcap), a mesma que administra o Parque Ibirapuera em São Paulo. A Urbia assumiu a responsabilidade pela segurança, revitalização, manutenção e administração dos parques. Em troca, a concessionária explora comercialmente a área, o que inclui a cobrança de ingresso, taxa de estacionamento e prestação de serviços turísticos diversos como alimentação, loja de souvenir e transportes internos (Urbia Parques, 2023). Dois anos após o início da concessão, houve relato de diminuição do movimento de turistas em Cambará do Sul, cidade-sede dos parques, que tem no turismo sua principal fonte de renda. O prefeito, Ivan do Amaral Borges, apontou que a estimativa de aumento de visitantes de duzentos e cinquenta mil para um milhão não se concretizou, e que o valor do ingresso é elevado em relação à infraestrutura oferecida, tornando o modelo insustentável e afastando turistas (Guerra, 2024). Este cenário reflete o conceito de cidade-mercadoria de luxo de Carlos Vainer (2007), no qual o espaço é concebido para uma parcela seleta de consumidores, restringindo e inviabilizando economicamente o turismo.

Aproximando-se da escala local, a racionalidade neoliberal encontra na Porto Alegre contemporânea um ambiente fértil para suas práticas. A partir de 2017, sob a gestão de Nelson Marchezan (Porto Alegre para Frente) seguido pelo governo de Sebastião Melo (MDB), a cidade consolidou uma política ativa de PPPs e privatizações. O argumento central é o suposto alto custo e ineficiência dos serviços públicos, justificando concessões, venda de ativos da empresa de transporte público e tentativas repetidas de privatizar o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE). Durante o lançamento das consultas públicas para os parques, Melo proclamou a meta de tornar a cidade a capital das parcerias (Uhr, 2022). Alguns marcos jurídicos e medidas administrativas foram decisivos para estruturar um cenário favorável à consolidação desse modelo administrativo no município. Destaca-se que, desde 2017, a Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) conta com apoio do Instituto Semeia na estruturação do arcabouço jurídico necessário para as concessões de parques urbanos. Essa parceria resultou na elaboração de modelos de concessão e na revisão da legislação municipal referente ao tema (Instituto Semeia, 2023a). A partir disso, em 2019, foi sancionada a Lei Complementar nº 12.559 que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à iniciativa privada o uso e a prestação de serviços relacionados à operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou aprimoramento de praças e parques urbanos, constituindo-se como o principal instrumento legal que permite as concessões dessa natureza no município. De maneira semelhante, a Lei Complementar nº 12.583 de 2009, que regula a adoção de praças e áreas verdes, foi alterada em 2019 e 2021, passando a permitir a exploração comercial do espaço adotado. Nas versões anteriores, apenas a publicidade do patrocinador era prevista como contrapartida.

São vários os parques urbanos de Porto Alegre que estão inseridos em algum tipo de proposta de concessão. Esses projetos se distinguem conforme a fase do processo licitatório. O Parque Marinha do Brasil e o Trecho 3 da Orla fazem parte do mesmo pacote de concessão e se encontram com modelagem econômica e do edital definidos, com estimativa de R$105 milhões em investimentos (Porto Alegre, 2022). Outros espaços como o Parque Moinhos de Vento, o Parque Germânia, o Parque Chico Mendes e o Mascarenhas de Moraes constam como intenção pública para concessão (Instituto Semeia, 2023b). Destaca-se a proposta de concessão que envolvia o Parque da Redenção e o Calçadão do Lami, a qual foi suspensa sobretudo pela mobilização comunitária. A primeira versão do edital, que previa a construção de um estacionamento subterrâneo no Parque Farroupilha, gerou críticas e questionamentos quanto à viabilidade técnica e econômica da proposta. O Coletivo Preserva Redenção, formado por moradores da região e frequentadores do parque, articulou-se para impedir o avanço da proposta inicial, culminando na suspensão do projeto (Suptitz, 2023). Esse episódio evidencia o surgimento de iniciativas comunitárias voltadas à defesa do caráter público de praças e parques na cidade em reação às tentativas da PMPA de conceder áreas de lazer à iniciativa privada. Tanto no caso do projeto suspenso quanto no projeto com modelagem definida, destacam-se movimentos organizados por moradores e ativistas contrários à privatização, como o Preserva Lami e Preserva Parque Marinha do Brasil, além do já citado Preserva Redenção. O único contrato de concessão de parque urbano em andamento no município é o que envolve o Parque Harmonia e Trecho 1 da Orla do Guaíba. Assinado em 2021, tornou-se referência para novos contratos. Com o início das obras no Parque Harmonia, surge o Movimento Salve o Harmonia, formado por cerca de setenta entidades que organizam manifestações e debates contra as obras e contra a privatização, destacando a relevância ambiental do parque. Esse caso de privatização de espaço público será analisado em profundidade na seção que segue.

A análise do contexto nacional, estadual e municipal revela que a privatização dos parques naturais e urbanos, sob a ótica do neoliberalismo, transforma os espaços e o lazer em mercadorias, onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso.

A concessão é legitimada como solução eficiente e sustentável diante da suposta incapacidade técnica e financeira do poder público. Nessa lógica, descrita por Harvey (2005) como acumulação por espoliação, o Estado cria e sustenta marcos jurídicos e financeiros (desde a Lei nº 11.079/2004 às linhas de crédito do BNDES). É possível perceber que os incentivos e construções legislativas se ramificam desde a escala federal, chegando por fim na esfera municipal. Prosperam em grau elevado quando os governos compartilham das estratégias de empreendedorismo urbano focadas nas PPPs, engajando a população em argumentos pró-turismo e pró-desenvolvimento. Em síntese, a privatização em nível nacional se manifesta como prática neoliberal multifacetada, legitimada por um arcabouço técnico-legal e impulsionada por instituições que promovem o empreendedorismo urbano e a mercantilização dos espaços de lazer. O Rio Grande do Sul e Porto Alegre demonstram uma forte adesão às práticas neoliberais de gestão de espaços públicos, utilizando concessões como ferramenta para atrair investimentos e supostamente melhorar a eficiência governamental. Essas práticas geram debates sobre elitização, segregação e sustentabilidade econômica do turismo local e dos espaços coletivos.

4 A concessão do Parque Harmonia e Trecho 1 da Orla do Guaíba

O Parque Harmonia, inaugurado em 1982, conta com 17 hectares. Até a concessão, abrigava áreas para churrasco, galpão de eventos, cancha de rodeio e áreas vegetadas. Historicamente, é sede do Acampamento Farroupilha durante o mês de setembro — comemoração cultural gaúcha e principal uso do parque. Já o Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba — o primeiro de três trechos às margens do Rio Guaíba — foi projetado pelo Escritório de Arquitetura Jaime Lerner e inaugurado em 2018. Sua construção foi parte de um pacote de ações para a Copa do Mundo de 2014, visando impulsionar o turismo e melhorar a infraestrutura. Estende-se por 1,3 km, abrigando espaços de contemplação, ciclovia, equipamentos esportivos e áreas comerciais. É uma grande atração turística metropolitana. A Figura 2 ilustra a localização dos parques objeto da concessão analisada.



Fig. 2: Imagens aéreas localizando o Parque Harmonia e Trecho 1 da Orla do Guaíba. Fonte: Luciano Antunes de Oliveira, 2025.

Na dimensão do espaço concebido, é possível destacar que, desde o início das discussões sobre a concessão desses espaços públicos, a PMPA argumentava que os parques eram excessivamente onerosos para os cofres públicos, com altos gastos de manutenção e baixa visitação no Parque Harmonia. Em janeiro de 2019, foi publicado o Procedimento de Manifestação de Interesse para o Parque, buscando propostas para revitalização, manutenção, operação e administração

do parque, com foco em cultura gaúcha e atrativos turísticos. O relatório de Modelagem Econômico-Financeira estimou uma receita anual de R$19 milhões para ambos os parques e despesas operacionais de R$8 milhões/ano (Porto Alegre, 2019c). O edital de concessão foi lançado em novembro de 2019, recebendo cento e cinquenta e três contribuições na consulta pública e na audiência, principalmente de investidores, órgãos públicos e sociedade civil. A licitação inicial, realizada em julho de 2020, não apresentou interessados, o que levou à revisão do edital. O objetivo foi torná-lo mais atrativo ao setor privado com as seguintes mudanças: tamanho da área concedida, tipo e quantidade de eventos que poderiam ser realizados, redução do investimento previsto pela concessionária e responsabilidade pela iluminação pública, passada ao setor público (Sul21, 2020).

Em novembro de 2020, o consórcio GAM3 Parks (formado pelas empresas 3M Produções e Eventos e Efexis Marketing e Eventos) foi o único interessado e venceu a licitação. Embora proíba a cobrança de ingresso, o contrato autoriza receitas com estacionamento, comércio, aluguel de equipamentos, até dez eventos gratuitos e três shows pagos por ano (Weber, 2020). Em julho de 2022, a GAM3 apresentou o projeto urbanístico Parque da Orla, que integra o Parque Harmonia e o Trecho 1. Foi concebido como um parque temático da cultura gaúcha, com atrações como roda-gigante, restaurantes, áreas homenageando etnias e Parque Terra dos Dinossauros (Sul21, 2022). O projeto previa grandes obras de infraestrutura e a remoção de vegetação, o que gerou críticas da população e de ambientalistas. A concessionária declarou ter autorização para remover quatrocentos e trinta e dois espécimes, mas afirmou ter retirado apenas cento e duas árvores. Houve controvérsia quanto ao projeto não corresponder ao Estudo de Viabilidade Urbanística aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental com denúncias de danos ambientais e de negligência da PMPA na fiscalização. As obras foram suspensas temporariamente por liminar em julho de 2023, mas a decisão foi revogada em agosto do mesmo ano. O projeto urbanístico do Parque Harmonia não exigiu Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e laudos de impacto na fauna, sendo classificado pela PMPA como de baixo risco ambiental. As legislações federal e municipal exigem esses estudos apenas para empreendimentos classificados como alto risco ambiental (Porto Alegre, 1998). A PMPA não exigiu tais laudos para o projeto do Parque da Orla.

Na dimensão do espaço percebido, sublinha-se a relevância ambiental do Parque Harmonia antes das obras realizadas pela Concessão. Segundo Scherer e demais autores (2005), o parque era composto por banhado, mata nativa de restinga, mata de eucalipto e campos, além de abrigar mais de oitenta espécies de aves. Biodiversidade essa descaracterizada após a retirada da vegetação. Além disso, episódios de alagamento no parque após chuvas intensas em setembro de 2023 suscitaram debates sobre as obras de drenagem e a perda de permeabilidade natural do solo devido à pavimentação instalada (Sul21b, 2023). A enchente de maio de 2024 afetou tanto o Parque Harmonia quanto o Trecho 1 da Orla, fazendo com que a GAM3 protocolasse um pedido de suspensão contratual por força maior, transferindo ao poder público a recuperação das áreas alagadas. Ainda, verificou-se que a GAM3 não contratou a apólice de seguro obrigatória contra enchentes prevista no edital, o que forçou o município a investir R$12 milhões na recuperação do Trecho 1 (Gehm, 2025b).

No uso cotidiano desses espaços, identificam-se práticas sociais e culturais significativas para a população da capital gaúcha antes e após a concessão: atividades esportivas e de lazer, contemplação do pôr do sol na Orla e celebrações culturais no Parque Harmonia. Essas práticas destacam o caráter diverso de ambos os parques. Após a concessão, multiplicaram-se quiosques de alimentação no Trecho 1 e grandes eventos pagos no Parque Harmonia. O MP/RS recomendou plano de controle de ruído devido à ampliação do porte e da frequência de eventos musicais. A edição de 2023 do Acampamento Farroupilha contou com o aumento do valor de estacionamento, redução dos piquetes tradicionais e avanço de espaços patrocinados, o que modificou o perfil popular do evento (Barreto, 2023). Ao favorecer o consumo, as práticas espaciais tendem a se restringir os com maior poder aquisitivo, enfraquecendo as trocas sociais e negando o acesso igualitário aos benefícios urbanos.

Os dados obtidos através de questionário e entrevistas indicam que a percepção da população sobre a concessão do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla do Guaíba é marcada pela dualidade entre o reconhecimento das melhorias físicas e a preocupação com os rumos da gestão dos espaços públicos. Muitos frequentadores destacaram melhorias na limpeza, na conservação de equipamentos e na segurança, aspectos considerados benefícios concretos do modelo de concessão. Em contraponto, emergem críticas significativas quanto à orientação dos espaços para o consumo. Prevalece a opinião de que os parques estão sendo transformados em ambientes comerciais, comprometendo seu caráter público e inclusivo. A presença crescente de atividades e estruturas voltadas ao comércio é vista como um fator que pode limitar o acesso e

afastar população que não possui condições financeiras para consumir, alterando a natureza dos espaços, antes destinados prioritariamente ao lazer gratuito e à convivência. A insatisfação se estende também ao projeto urbanístico do Parque Harmonia, que é interpretado como inadequado às necessidades da população. Há resistência à proposta de transformar o espaço em parque temático direcionado ao entretenimento comercial. Outra crítica refere-se à supressão de vegetação para a realização das obras, considerada uma ação que desrespeita a importância ambiental dos parques. Apesar da melhoria na infraestrutura, persiste a preocupação com a perda do caráter democrático dos parques. Frequentadores reivindicam participação efetiva da comunidade na definição de usos, maior transparência na gestão e garantia de atividades gratuitas para que os benefícios da concessão sejam distribuídos de maneira justa e sem exclusões.

Na dimensão do espaço vivido, destacam-se as ações coletivas e alternativas da sociedade civil bem como os momentos de embate. Em resposta às intervenções nas obras do Parque Harmonia, em 2023, é criado o Movimento Salve o Harmonia. O coletivo, que se define como um movimento em defesa do parque, sua cultura e natureza, reúne setenta entidades comprometidas com a preservação ambiental do local. O grupo promove manifestações, reuniões e rodas de conversa com o intuito de conscientizar sobre a importância ambiental do Parque Harmonia. Em julho de 2023, devido à retirada da vegetação, o coletivo e outras entidades ambientalistas protestaram pedindo a suspensão das obras (Sul21, 2023a). Ao mesmo tempo, grupos tradicionalistas organizaram-se em defesa da continuidade das intervenções, uma vez que o Acampamento Farroupilha daquele ano seria prejudicado caso as obras não fossem concluídas (Faleiro, 2023). A pressão social levou o Ministério Público do RS a solicitar auditoria ao Tribunal de Contas do Estado (Brasil de Fato, 2023a), desencadeando a suspensão das obras em 30 de julho, que foi derrubada pelo TJ-RS em 4 de agosto, o que viabilizou a realização dos eventos tradicionalistas no Harmonia em 2023 (Brasil de Fato, 2023b). Esses tensionamentos demonstram a pressão popular e as disputas em torno dos parques. O Salve o Harmonia, influenciado pelos grupos Preserva Redenção e Preserva Lami, representa a continuidade de uma mobilização comunitária que conseguiu barrar projetos de concessão em outros parques da cidade, evidenciando a força do engajamento popular e a busca por formas mais comunitárias de gestão dos espaços públicos.

5 A trialética da produção do espaço

Esta seção adota o método trialético de Lefebvre para desvelar as relações socioespaciais envolvidas na produção do espaço no contexto da concessão do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla. A análise utiliza-se dos elementos contraditórios encontrados na descrição dos eventos ocorridos desde o início do processo licitatório até a fase atual do contrato, assim como nas percepções da população sobre a privatização e nas ações de resistência à concessão.

5.1 Entre o Espaço Percebido e o Espaço Concebido

Nessa interrelação, às ações técnicas e as obras da concessão se conectam à vivência espacial e ao cotidiano dos frequentadores. Aqui são reconhecidas as ações e obras que exploram comercialmente os espaços públicos, gerando renda e atrativos turísticos, atraindo prestadores de serviços e um público específico. Essa relação pode ser percebida pela prioridade da concessionária em relação à movimentação econômica nos espaços públicos, impulsionando a economia local e gerando empregos por meio de pontos de comércio, atrações pagas, shows e eventos. No Trecho 1 da Orla, houve um aumento de pontos de comércio alimentício. No Parque Harmonia, eventos de grande porte com cobrança de ingresso se tornaram frequentes. Essas mudanças atraem um público com poder aquisitivo para consumir os produtos e serviços oferecidos. Além disso, os frequentadores reconheceram aspectos positivos após a concessão, como melhorias na limpeza, na segurança e na manutenção dos espaços.

Outro elemento que faz parte dessa interrelação é a justificativa da PMPA para a concessão, alegando que os parques eram demasiadamente onerosos para os cofres públicos, com altos custos de manutenção e baixa visitação no Parque Harmonia. A transferência para o setor privado é considerada mais eficiente, permitindo à administração municipal direcionar recursos para outras áreas. No entanto, não há transparência sobre a economia real desses gastos. A concessão exemplifica o conceito de empreendedorismo urbano, no qual o setor público busca fontes externas de investimento e financiamento através de PPPs.

Contudo, como aponta Harvey (2006), o resultado é comumente o setor público assumindo os riscos, enquanto o setor privado concentra os benefícios. É possível evidenciar essa questão por meio do pedido da GAM3 Parks para a suspensão

do contrato após as enchentes de 2024, repassando os custos de recuperação ao poder público. Além disso, no pós-enchentes de 2024, a GAM3 não contratou a apólice de seguro obrigatória contra enchentes prevista no edital, fazendo com que o Poder Público se responsabilizasse pelas obras de recuperação do Trecho 1, escancarando a fragilidade da concessão diante dos riscos ambientais e climáticos e da insuficiência das medidas de mitigação previstas no modelo de privatização. Essas contradições ilustram a instabilidade desse modelo administrativo e levantam questionamentos sobre a viabilidade futura de modelos de PPPs, especialmente quando o objeto de lucro, no caso, o parque, se encontra ameaçado pela crise climática. O projeto urbanístico do Parque Harmonia é interpretado como outro aspecto da relação espaço percebido-concebido: idealizado como um parque temático com atrações pagas, direciona o espaço para as necessidades do mercado e o lucro, muitas vezes desconsiderando a dinâmica espacial existente e as necessidades dos frequentadores. As intervenções realizadas pela concessão reconfiguram o fluxo de pessoas e reorganizam o consumo, transformando o espaço em mercadoria. O valor de troca passa a prevalecer sobre o valor de uso, mediando o acesso ao espaço pelo mercado e intensificando a separação entre espaço público e privado.

5.2 Entre o Espaço Concebido e o Espaço Vivido

Esta interrelação aborda a relação entre o arcabouço técnico-legal e os espaços de luta, opressão e mudança. Com base nessa interação, é possível inferir que os benefícios econômicos da concessão não são distribuídos de maneira equitativa, exacerbando a desigualdade social entre os frequentadores. Essa relação pode ser vista desde a formulação do argumento favorável à concessão dos parques até a execução contratual, consolidando um conjunto de mecanismos administrativos e técnicos que limitam o questionamento dessa escolha. O BNDES atua como financiador e facilitador econômico; enquanto o Instituto Semeia forneceu consultoria técnica para a legislação municipal e modelagem do edital, criando um ambiente propício para as concessões. O apoio de instituições federais por meio de financiamento, aliado à atuação de organizações privadas na consultoria técnica, tem tornado a concessão uma estratégia viável e desejada, tanto para o poder público quanto para agentes privados e, em certa medida, para setores da sociedade civil. Em Porto Alegre, a Lei Complementar nº 12.559/2019 é o principal instrumento jurídico que viabiliza a concessão de parques urbanos, estabelecendo um marco legal para esse tipo de contrato. A PMPA, por meio das diretrizes do edital, ações técnicas e fiscalização do contrato, alinha a produção do espaço com os interesses privados, priorizando um modelo de cidade voltado ao consumo e ao lucro em detrimento das demandas populares. Isso reflete a lógica neoliberal, na qual a realidade de mercado se torna a norma inquestionável, transformando espaços públicos em mercadorias em nome do desenvolvimento econômico. O modelo imposto pela concessão tende a modificar o perfil dos frequentadores, resultando em segregação e homogeneização, em que o acesso pleno aos benefícios dos parques é restrito aos com poder aquisitivo. Ao favorecer o consumo, enfraquecem-se as trocas sociais e nega-se o acesso igualitário aos benefícios urbanos. O Acampamento Farroupilha de 2023, com o aumento de espaços patrocinados por empresas e a diminuição de piquetes tradicionais, exemplifica essa mudança no perfil e nas dinâmicas sociais do evento. Isso acentua a desigualdade social e limita o acesso democrático aos espaços públicos. As concessões permitem que a cidade seja administrada como uma empresa, em busca de produtividade, lucro e competitividade. Assim, a cidade é tratada não apenas como mercadoria, mas como mercadoria de luxo, destinada a uma parcela privilegiada de consumidores.

5.3 Entre o Espaço Vivido e o Espaço Percebido

Aqui, são conectados os movimentos de luta e resistência, a prática espacial e o espaço concreto, desvelando a necessidade de um modelo administrativo de gestão comunitária, maior participação popular nos editais e nos projetos, além de espaços com garantia de inclusão e de exercício da democracia. Essa interpelação pode ser vista a partir do desmatamento da vegetação no Parque Harmonia durante as obras, o que se tornou um evento propulsor de manifestações contrárias ao projeto urbanístico e à concessão. Embora a concessionária alegasse autorização e substituição de árvores, ambientalistas e a população questionaram a adequação do projeto, a ausência de estudos ambientais (EIA/RIMA) e a negligência da PMPA na fiscalização.

As suspensões judiciais temporárias das obras evidenciam a tensão entre a dominação hegemônica e a resistência da população. Por sua vez, o surgimento do Movimento Salve o Harmonia, em conjunto com outros coletivos de defesa dos parques, demonstra a resistência comunitária e a luta pela preservação do caráter inclusivo, ambiental e acessível dos parques. Esses movimentos reivindicam o direito à cidade, buscando influenciar os processos de urbanização e garantir o

acesso justo e democrático aos espaços públicos, exigindo uma gestão comunitária e social. As chuvas e alagamentos no Parque Harmonia em 2023, após as obras de drenagem, suscitaram debates sobre a redução da permeabilidade natural do parque e demonstraram as fragilidades do projeto. Reclamações sobre o ruído excessivo de shows e eventos no Harmonia, após a Concessão, resultaram em recomendações do MP. Os resultados dos questionários indicaram que os frequentadores dos parques reconhecem melhorias (manutenção e segurança), além de questionarem se o modelo de parque temático traz benefícios reais para a cidade. Há um anseio por transparência, inclusão da comunidade e atividades gratuitas. Além disso, em fevereiro de 2025, medições do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais registraram 61°C no piso de concreto do Parque Harmonia, enquanto as áreas sombreadas por árvores marcavam 31°C, evidenciando a formação de ilhas de calor decorrentes da supressão da vegetação original (Gehm, 2025a). Essas contradições ilustram a instabilidade desse modelo administrativo e levantam questionamentos sobre a viabilidade futura de modelos de PPPs, especialmente quando o objeto de lucro, no caso, o parque, se encontra ameaçado pela crise climática. A Figura 3 ilustra as relações neoliberais desveladas, sintetizando a tríade da produção do espaço no contexto da privatização dos parques urbanos.

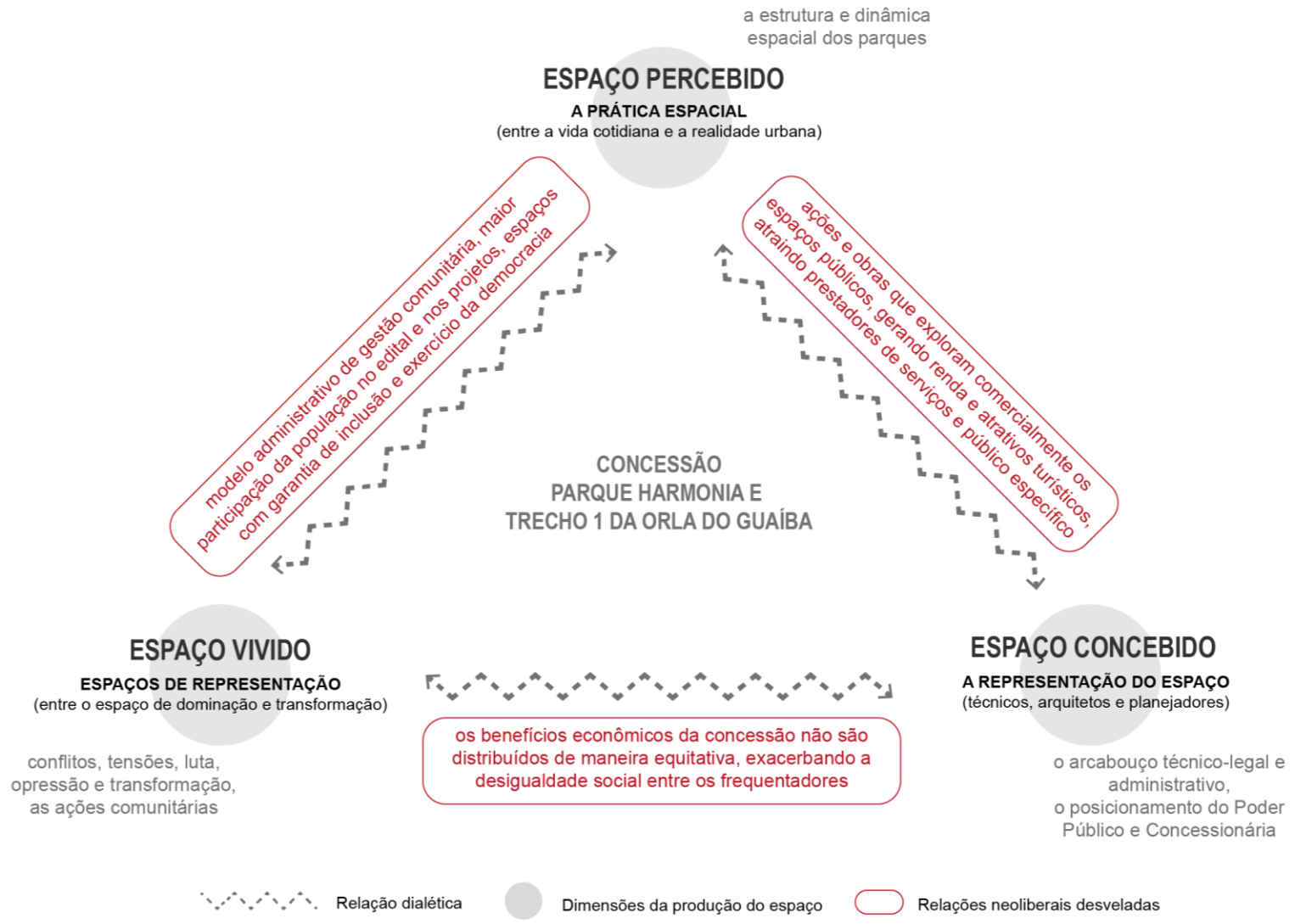


Fig. 3: Síntese da tríade da produção do espaço aplicada ao objeto empírico. Fonte: Autoras, 2025.

6 Considerações finais

A privatização de parques urbanos exemplifica a racionalidade neoliberal, na qual as concessões são apresentadas como soluções prósperas e sustentáveis diante de supostas limitações estatais. Nesse contexto, a lógica de mercado e o valor de troca se sobrepõem ao valor de uso social e coletivo dos espaços públicos. Esse processo é sustentado por dispositivos jurídicos e técnicos, bem como por atores públicos e privados que defendem o consumo e o progresso como normas

orientadoras de políticas públicas. A aplicação da tríade da produção do espaço (Lefebvre, (1991 [1974]) como teoria-método possibilitou a articulação das dimensões técnico-institucional, prática e simbólica, desvelando contradições, conflitos e convergência das diferentes formas de produção do espaço público. O estudo destaca a ausência de participação popular nos processos de concessão, mesmo que a população exponha suas preocupações com o futuro dos parques. É no espaço concebido que se configuram as formas de dominação do espaço para a produção do capital; enquanto, através do espaço vivido, revelam-se as disputas, as forças de opressão e o desejo de um futuro diferente do estabelecido pelo Estado em parceria com o setor privado; já no espaço percebido, consolida-se os prejuízos para a população vislumbrados pelos atores da sociedade civil organizada e mobilizada e ainda imensuráveis pelo futuro que está por vir. A privatização dos parques urbanos, portanto, estrutura-se como uma reconfiguração ambiental e socioespacial complexa que exige resistência e diálogo, com propostas alternativas de ocupação e de produção dos espaços urbanos.

Referências

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2023a). *Parques: perfis setoriais, visão geral*. https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Parques

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2023b). *BNDES Parque e Florestas*. https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-parques-e-florestas

Barreto, M. (2023, setembro 19). Acampamento Farroupilha deixa tradições de lado e caminha para ser evento comercial. *Extra Classe*. https://www.extraclasse.org.br/cultura/2023/09/acampamento-farroupilha-deixa-tradicoes-de-lado-e-caminha-para-ser-evento-comercial/#:~:text=Acampamento%20Farroupilha%20deixa%20tradi%C3%A7%C3%B5es%20de%20lado%20e%20caminha%20para%20ser%20evento%20comercial&text=O%20Acampamento%20Farroupilha%202023%20na,da%20Harmonia%2C%20com%20s%C3%A9rios%20questionamentos

Brasil. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm

Brasil. (2007, 28 de agosto). *Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm

Brasil de Fato. (2023a, julho 28). *Ministério Público de Contas pede ao TCE auditoria urgente das obras no Parque Harmonia*. https://www.brasildefato.com.br/2023/07/28/ministerio-publico-de-contas-pede-ao-tce-auditoria-urgente-das-obras-no-parque-harmonia/#

Brasil de Fato. (2023b, julho 31). *Justiça defere liminar para suspensão imediata das obras no Parque Harmonia.* https://www.brasildefato.com.br/2023/07/31/justica-defere-liminar-para-suspensao-imediata-das-obras-no-parque-harmonia/

Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização: O urbano a partir da teoria crítica*. Letra Capital; Observatório das Metrópoles.

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal.* Boitempo.

Faleiro, F. (2023, julho 30). Tradicionalistas protestam em favor do Acampamento Farroupilha e reforma no Parque Harmonia. *Correio do Povo.* https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/tradicionalistas-protestam-em-favor-do-acampamento-farroupilha-e-reforma-no-parque-harmonia-1.1069940

Friedman, M. (2014). *Capitalismo e liberdade* (Obra original publicada em 1962). LTC Editora.

Gehm, B. (2025a, fevereiro 25). Piso de concreto do Parque Harmonia chega a 61 °C, formando “ilha de calor” no centro de Porto Alegre. *Sul21.* https://sul21.com.br/noticias/geral/2025/02/piso-de-concreto-do-parque-harmonia-chega-a-61-oc-formando-ilha-de-calor-no-centro-de-porto-alegre/

Gehm, B. (2025b, junho 4). Não houve apólice disponível: obrigada por contrato, GAM3 não fez seguro contra enchente para Orla. *Sul21*. https://sul21.com.br/noticias/geral/2025/06/nao-houve-apolice-disponivel-obrigada-por-contrato-gam3-nao-fez-seguro-contra-enchente-para-orla/

Giovanaz, D. (2021, fevereiro 4). Programa de concessão de parques estaduais é financiado por sócio-fundador da Natura. *Brasil de Fato*. https://www.brasildefato.com.br/2021/02/04/programa-de-concessao-de-parques-estaduais-e-financiado-por-socio-fundador-da-natura/

Agência Brasil. (2024, fevereiro 2). Governo revoga decretos e tira unidades de conservação de programa de desestatização. *Carta Capital.* https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-revoga-decretos-e-tira-unidades-de-conservacao-de-programa-de-desestatizacao/

Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo.* Edições Loyola.

Harvey, D. (2006). *A produção capitalista do espaço.* Annablume.

Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: História e implicações.* Edições Loyola.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.* Martins Fontes.

Hayek, F. A. (2011). *Desestatização do dinheiro* (obra originalmente publicada em 1976). LVM Editora.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (2018). Parques do Brasil: Visitar é proteger! Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: Prioridades de execução 2018-2020 https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/parques_do_brasil_estrategia_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf

Instituto Semeia. (2023a). *Mapas de parcerias*. https://www.semeia.org.br/relatorio2023/

Instituto Semeia. (2023b). *Acordos de cooperação*. https://semeia.org.br/como-atuamos/#cooperacao

Lefebvre, H. (1991). *The production of space.* Blackwell. (Obra originalmente publicada em 1974).

Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade.* Centauro. (Obra originalmente publicada em 1968).

Oliveira, C. M. d. (2018). *Projetos urbanos : uma crítica ontológica* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME. http://hdl.handle.net/10183/186158

Porto Alegre. (1998). *Lei nº 8267, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o licenciamento ambiental no município de Porto Alegre*. https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1998/827/8267/lei-ordinaria-n-8267-1998-dispoe-sobre-o-licenciamento-ambiental-no-municipio-de-porto-alegre-cria-a-taxa-de-licenciamento-ambiental-e-da-outras-providencias-2020-09-25-versao-compilada

Porto Alegre. (2019a). *Lei nº 12.559, de 2 de julho de 2019. Autoriza o Executivo Municipal a conceder o uso e os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos do Município de Porto Alegre*. https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2019/1256/12559/lei-ordinaria-n-12559-2019-autoriza-o-executivo-municipal-a-conceder-o-uso-e-os-servicos-de-operacao-administracao-conservacao-manutencao-implantacao-reforma-ampliacao-ou-melhoramento-de-pracas-e-parques-urbanos-do-municipio-de-porto-alegre

Porto Alegre. (2019b). *Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019. Autoriza a adoção de equipamentos públicos e de áreas verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município de Porto Alegre e revoga a Lei Complementar nº*

618/2009. https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2019/1259/12583/lei-ordinaria-n-12583-2019-autoriza-a-adocao-de-equipamentos-publicos-e-de-verdes-complementares-por-pessoas-fisicas-e-juridicas-no-municipio-de-porto-alegre-e-revoga-a-lei-complementar-n-618-de-10-de-junho-de-2009

Porto Alegre. (2019c). *Relatório de modelagem econômico-financeira (Documentos PMI).* Parcerias Porto Alegre. https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/10_-_relatorio_de_modelagem_modelagem_economico_-_financeira_referencia.pdf

Porto Alegre. (2022). *Edital de consulta pública: Concessão do Parque Marinha do Brasil e Trecho 3 da Orla do Guaíba. Secretaria Municipal de Parcerias.* https://prefeitura.poa.br/smp

FGV Notícias. (2018, agosto 17). *Projeto visa estudar a gestão de parques urbanos no Brasil*. https://portal.fgv.br/noticias/projeto-visa-estudar-gestao-parques-urbanos-brasil

Scherer, A.; Scherer, S. B.; Bugoni, L.; Mohr, L. V.; Efe, M. A.; Hartz, S. M. (2005). Estrutura trófica da avifauna em oito parques da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Ornithologia,* 1(1), 25-32.

Stiglitz, J. E. (2002). *A globalização e seus malefícios: A promessa não-cumprida de benefícios globais.* Futura.

Sul21. (2023a, julho 16). *Manifestação pede suspensão das obras e do corte de árvores no Parque.* https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2023/07/manifestacao-pede-suspensao-das-obras-e-corte-de-arvores-no-parque-da-harmonia/

Sul21. (2023b, setembro 4). Chuvas provocam alagamento no Parque Harmonia. https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2023/09/chuvas-provocam-alagamento-no-parque-harmonia/

Sul21. (2022, julho 6). *Parque da Orla terá roda-gigante, arena de rodeio, dinossauros e nova Casa do Gaúcho*. https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/07/parque-da-orla-tera-roda-gigante-arena-de-rodeio-dinossauros-e-nova-casa-do-gaucho/

Sul21. (2020, setembro 29). *Prefeitura aumenta área e diminui valor de contrato para concessão de Parque da Harmonia e trecho 1 da Orla de Porto Alegre*. https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/07/parque-da-orla-tera-roda-gigante-arena-de-rodeio-dinossauros-e-nova-casa-do-gaucho/

Suptitz, B. (2023, outubro 17). Prefeitura de Porto Alegre desiste de conceder o Parque da Redenção. *Jornal do Comércio.* https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/10/1127222-prefeitura-de-porto-alegre-desiste-de-conceder-o-parque-da-redencao.html

Uhr, F. (2022, outubro 24). Com novas concessões no horizonte, Porto Alegre quer se tornar a “Capital das Parcerias”. *Correio do Povo.* https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/com-novas-concess%C3%B5es-no-horizonte-porto-alegre-quer-se-tornar-a-capital-das-parcerias-1.911945

Urbia Parques. (2023, julho). *Urbia lança tirolesa mais alta das Américas dentro do Parque Nacional da Serra Geral como novo atrativo de aventura do cânion Fortaleza.* https://www.urbiaparques.com.br/noticias/urbia-lanca-tirolesa-mais-alta-das-americas-dentro-do-parque-nacional-da-serra-geral-como-novo-atrativo-de-aventura-do-canion-fortaleza#

Weber, J. (2020, novembro 11). Licitação do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho e de trecho da orla tem um interessado. *GZH.* https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/11/licitacao-do-parque-mauricio-sirotsky-sobrinho-e-de-trecho-da-orla-tem-um-interessado-ckh2bqsqj000d015x2851ysxt.html

Vainer, C. (2007). Pátria, empresa e mercadoria. In Arantes, O., Vainer, C. & Maricato, E. (Eds.), *A cidade do pensamento único* (pp. 75–103). Vozes.

TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK

TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK

BRÄULIO RODRIGUES

Braulio Marques Rodrigues é Doutor em Direito e Mestre em Filosofia. Atualmente pesquisa as relações entre o Idealismo Alemão e a Filosofia Contemporânea, dialogando com autores como Nick Land, Jean Baudrillard, Mark Fisher, Eduardo Viveiros de Castro e Peter Sloterdijk.
brauliomr.av@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/2098508773841398

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Rodrigues, B. M. (2025). Topologias do cuidado: da clareira ao parque em Peter Sloterdijk. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 156-166
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.237606

Resumo

Este artigo examina a articulação entre biopolítica e zoopolítica na filosofia de Peter Sloterdijk, destacando a centralidade do conceito de antropotécnica como chave para compreender a gênese da política e da civilização. Com base em uma ontogenealogia da domesticação, o estudo tem como objetivo analisar como a paleopolítica, entendida como matriz originária da habitação e da coimunidade, permite repensar a política como arte da coabitação e do cuidado. Metodologicamente, desenvolve-se uma leitura teórico-comparativa das obras de Sloterdijk em diálogo com Heidegger e Luhmann, de modo a reconstruir uma genealogia do espaço político a partir das esferas da domesticação, da vigilância e da interfacialidade. Os resultados indicam que a antropotécnica oferece um modelo pós-antropocêntrico de multilateralidade, no qual o cuidado e a técnica são compreendidos como mediações entre o humano e o não-humano, o simbólico e o material. Ao investigar as topologias do cuidado em Sloterdijk, o artigo também propõe um diálogo com o tema da multilateralidade espacial, ao compreender a antropotécnica como prática diversificada de coabitação e intercâmbio simbólico entre naturezas humanas e não humanas. Ademais, a leitura da paleopolítica como matriz da coimunidade revela que toda forma de habitar envolve uma práxis de negociação entre diferenças — culturais, técnicas e ambientais —, instaurando interlocuções e confrontos que configuram os diferentes modos de produção do comum.

Palavras-Chave: Sloterdijk, Antropotécnica, Paleopolítica, Multilateralidade, Coimunidade.

1 Introdução

Como podemos repensar os fundamentos da política e da vida em comum para além dos modelos tradicionais baseados no contrato e na soberania? Esta questão, central na filosofia política contemporânea, ganha contornos originais na obra do pensador alemão Peter Sloterdijk. Seu projeto filosófico, notável por resgatar a espacialidade e a tecnologia como dimensões constitutivas do humano, desloca a análise do político dos domínios da lei e do discurso para as topologias do cuidado e as arquiteturas da coexistência. Este artigo tem como objetivo central analisar a articulação entre o paradigma da zoopolítica e o conceito de paleopolítica no pensamento de Sloterdijk, demonstrando como ela redefine a gênese do político. Para o filósofo, a zoopolítica não se confunde com a biopolítica foucaultiana. Enquanto esta última se ocupa da administração da vida da espécie humana (*bios*), a zoopolítica refere-se a uma operação mais originária: o governo e a domesticação da vida animal do homem (*zoe*), o processo pelo qual o humano é formado, selecionado e cultivado.

Tal exploração não se dá em um campo neutro, mas é atravessada por tensões fundamentais que configuram o debate em torno da obra de Sloterdijk e às quais este artigo busca se contrapor. Três eixos de tensão são particularmente centrais: primeiro, a oposição entre o humanismo clássico — criticado por Sloterdijk como uma doutrina literária e domesticadora — e seu pós-humanismo ou além-do-humano, que reconhece os fundamentos animais e técnicos da nossa existência sem abdicar de uma ética do cuidado. Segundo, a relação, por vezes conflituosa, entre a *biopolítica* foucaultiana (gestão da espécie) e a zoopolítica sloterdijkiana (domesticação da animalidade), interrogando-se sobre qual opera como matriz da outra. Terceiro, a ambivalência da domesticação enquanto processo que, por um lado, é condição de possibilidade para a civilização, a segurança e a cultura (uma forma de cuidado), e por outro, pode engendrar mecanismos de controle, seleção e perda de vitalidade (uma forma de sujeição).

A dimensão hermenêutica orienta a leitura das fontes primárias de Sloterdijk, buscando compreender a arquitetura interna de seu sistema conceitual — particularmente os conceitos de paleopolítica e antropotécnica — a partir de suas obras centrais. Trata-se de uma interpretação que busca reconstituir a coerência e a lógica interna do pensamento sloterdijkiano. Complementarmente, o procedimento genealógico rastreia a gênese dessas categorias no desenvolvimento da obra do autor, entendendo-as não como definições abstratas, mas como ferramentas conceituais que emergem de um diagnóstico específico da contemporaneidade e respondem a problemas filosóficos precisos. Por fim, este trabalho possui ainda o mérito de apresentar, em língua portuguesa, um autor cuja recepção no Brasil, especialmente no campo da Arquitetura e do Urbanismo, ainda está em estágio inicial, apesar de sua imensa pertinência. Conceitos como esferas, antropotécnica e o parque humano fornecem lentes poderosas para analisar o espaço construído como um agente ativo na domesticação da vida, na modulação das relações sociais e na criação de climas psíquicos e políticos.

2 Da biopolítica à zoopolítica

Se a biopolítica, na célebre formulação de Michel Foucault, preocupa-se com a administração da vida da espécie humana (*bios*) no nível populacional, Peter Sloterdijk propõe um recuo ontogenético a um gesto mais originário: a zoopolítica. Esta refere-se ao governo e à domesticação da vida animal do homem (*zoé*), o processo fundador pelo qual o humano é formado, selecionado e cultivado a partir de sua animalidade basal. Enquanto a biopolítica gere o *produto* já constituído — a população —, a zoopolítica investiga a *fábrica* mesma que o produz. O conceito que articula essa fábrica do humano é o de antropotécnica, definida por Sloterdijk como "(…) os procedimentos de exercitação mentais e psíquicos com que os homens das mais diversas culturas tentaram otimizar o seu estatuto imunitário" (Sloterdijk, 2018a, p. 23). O domínio dessas técnicas, como adverte Sloterdijk (2018b, p. 44), confere um poder de mando, um poder que se consolida precisamente através da mediação de "meios comunitários e comunicativos pelos quais os homens se formam a si mesmos para o que podem, e o que vão, se tornar" (Sloterdijk, 2018b, pp. 19-20).

Nesta leitura atualizada, a zoopolítica pode ser compreendida como o governo desse processo contínuo de domesticação, que envolve a relação entre domesticadores e domesticados e se expressa numa série de práticas simbólicas e psico-imunológicas cuja origem é anterior até mesmo à linguagem escrita, remontando às primeiras representações cosmológicas registradas de modo pictórico nas cavernas. Em suma, o conceito de zoopolítica pode ser entendido como uma categoria analítica na qual se orienta uma questão antropológica: os homens deixam de ser considerados meras criaturas e começam a ser vistos como criadores (Castro-Gómez, 2012, p. 69). Já segundo as lições de Cortés Ramírez (2013, p. 79), entende-se a zoopolítica como uma agência sobre a vida besta dos homens e a natureza animal da qual o homem abdica e se torna bastardo. Tanto a zoopolítica quanto a biopolítica são técnicas imunológicas de melhoramento do mundo, ou também, pode-se dizer, técnicas para a habitação conforme uma tipologia, contexto vital e racionalidade de mundo. Na concepção de suas *Regras para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger sobre o Humanismo*, Sloterdijk parece compreender a *bios*, e logo, a biopolítica, como aquela racionalidade responsável por administrar o parque humano.

> Tratar a humanidade como espécie biológica e considerar os humanos como meros membros dessa espécie não é o ideal regulador dessas políticas que foram agrupadas sob o nome de "Biopolíticas"? A Política não teria mais de resolver conflitos, administrar territórios, governar homens, ela teria que ver com viventes, dos quais deveria, conforme o caso, gerir a reprodução, preservar ou não a vida, e entre os quais também seria preciso definir os equilíbrios. Pois para gerir racionalmente a coabitação entre as espécies vivas, o governo político dos homens deverá reservar um lugar exclusivo à administração ecológica. Não é esse o sonho ou a quimera de uma política enfim reduzida ao essencial, a ecologia – a gestão dos equilíbrios entre as vidas dos viventes? Todavia, mesmo em sonho essa política se mostraria impotente, obstada por seus próprios princípios: pois de que critérios disporia ela se não pudesse se apoiar na prioridade da preservação da humanidade (ou melhor, da "espécie humana") – o que seria uma entorse antropocentrista ao igualitarismo naturalista? (Wolff, 2013, p. 276).

Aqui, o filósofo francês Francis Wolff refere-se à problemática da administração em Sloterdijk; em termos explicativos, como gerir 'racionalmente' - e, também, normativamente-, a coabitação das espécies vivas, por meio do igualitarismo naturalista observado no 'parque humano' (*Menschenpark*)? A crítica de Wolff a Sloterdijk (2018b) tem fundamento em um possível animalismo advogado pelo último. Em outras palavras, um primado da zoopolítica, em detrimento da biopolítica. Será somente com um ensaio posterior que Sloterdijk resolverá este problema com o animalismo e conciliará a biopolítica com a zoopolítica. Conforme a tradução em inglês aponta já no título *Estranhos à natureza: vidas animais e ética humana* (*Strangers to nature: animal lives and human ethics*), o pensamento de Sloterdijk não pode ser enquadrado na etologia, uma vez que a sua preocupação com a ética ainda parte do humano. Nesse sentido, Sloterdijk (2012) apresenta uma genealogia para a coevalidade ontológica entre as espécies. Segundo Sloterdijk, a narrativa de Noé e a construção da arca representam essa coevalidade, haja vista que, a responsabilidade atribuída a Noé para proteger espécies não-humanas (os animais) possui a mesma medida da proteção ao homem.

Diferente do direito à nomeação – e à dominação – dos animais concedido a Adão, no caso de Noé é atribuído o dever do cuidado. Em virtude do dilúvio por vir, Noé é aquele que traz a primeira instituição da biopolítica. Noé protege a natureza da própria natureza. As espécies não-humanas estão agora sob o abrigo da proteção humana e compartilham com os homens uma dependência de cobertura (*Hülle*). Todavia, no que toca ao tema da dignidade de formas de vida humanas e não-humanas,

é seguro dizer que, desde as *Regras*, e diferentemente da crítica de Wolff (2013), Sloterdijk não está se rendendo ao animalismo com o intuito de reconhecer no atributo biológico o fundamento da dignidade. O que Sloterdijk parece propor é que a humanidade deixe de ser entendida como uma comunidade moral virtual, baseada em ideias de igualdade e reciprocidade, e se volte para os aspectos material e prático da coabitação como coimunidade. Ao voltar-se para a proximidade, ele parece desdobrar uma perspectiva multifocal da atenção sobre o comportamento humano. Trata-se do fato de que a paz só é possível em uma atmosfera cujo clima seja favorável à imitação de comportamentos contêineres de instintos bestializantes.

> Se há uma dignidade do ser humano que merece ser trazida ao discurso de forma conscientemente filosófica, isso se deve sobretudo ao fato de que as pessoas não apenas são mantidas nos parques temáticos políticos, mas porque se mantém lá por si mesmas. Homens são seres que cuidam de si mesmos, que guardam a si mesmos, que – onde quer que vivam – geram a seu redor um ambiente de parque. Seja em parques municipais, nacionais, estaduais, ecológicos – por toda parte os homens têm de decidir como deve ser regulada sua automanutenção (Sloterdijk, 2018b, p. 49).

Considerar o humano como um contêiner da animalidade é sensibilizar-se ao *páthos* individual de todo vivente e a como essa dimensão *sui generis* da vida se reflete no espaço habitado. Conforme a citação ilustra, as pessoas não são simplesmente mantidas em parques temáticos políticos cuja topologia da habitação se deva desprezar ou reduzir a uma posição (*Lage*). Aqui, a crítica de Wolff, ao se voltar para o aspecto animalista da topologia de Sloterdijk, desconsidera que, para o autor alemão, é utopia configurar qualquer comunidade a partir da reciprocidade. Não existe uma comunidade humana holística e universal, mesmo em sua virtualidade. Estar no mundo é habitar uma órbita do cuidado pessoal e compartilhar esta relação de cuidado doméstica por meio não apenas do acontecimento, mas também de rupturas e dissonâncias (Sloterdijk, 2017a, p. 259). Cumpre esclarecer como a crítica de Wolff se arvora no entendimento cartesiano sobre a espacialidade. Para Wolff, a espacialidade é produto da extensão e, por dedução, é possível pensar em uma comunidade humana que habita toda a Terra. Sobre a animalidade, ensina Francis Wolff:

> Mas considerar um “homem” como digno de respeito não é reconhecer nele tal atributo biológico (pertencer à “minha espécie”, como tampouco a posse de tal cor de pele) nem sequer intelectual “a inteligência”, é tê-lo como membro de uma comunidade moral virtual, a humanidade. Funda-se o universalismo humanista na ideia de igualdade e reciprocidade: devo tratar todo homem como ele deveria poder tratar-me; todo outro é para mim um outro porque posso ser para ele esse outro, e assim por diante. É nessa ideia de reciprocidade que se fundamenta a maioria dos nossos conceitos morais e, em primeiro lugar, a virtude da justiça. Com todo homem, devo poder formar uma comunidade justa porque recíproca, mesmo que seja só por podermos nos falar. Que reciprocidade esperar do crocodilo ou do mosquito? Que comunidade moral formar com seres que considero “pacientes morais”? Reconhecer a humanidade de um ser é saber que seria possível ter com ele relações *justas* e formar uma sociedade, ou ter relações morais, por fazermos parte de uma mesma comunidade virtual (Wolff, 2013, p. 281).

Porém, para Sloterdijk, cumpre compreender que não é possível habitar o mundo, mas sim um lugar no mundo onde a coisa extensa (*res extensa*) e a coisa pensante (*res cogitans*) se confundem na definição do espaço próprio, seja este a casa ou a vila. Toda habitação deve ser compreendida como concretização civilizatória de uma macroesfera: uma estufa onde as tensões dos grupos rivais e dos indivíduos desviantes das regras comuns de conduta são isoladas por meio de uma arquitetura própria. A esfera pública é uma estrutura imunitária geral, construída em campos focais. Aqui, a discussão supera a bioética animal e adentra a questão da migração terrestre no âmbito da paleopolítica. Trata-se de trazer à luz o estresse provocado pela diferença e de como as fronteiras representam limites de saturação para o estresse, cuja origem está no tribalismo das primeiras comunidades de caçadores e coletores no paleolítico. Nesse sentido, é preciso investigar como a topologia das esferas compõe e reflete valores para a esfera pública por meio da arquitetura dos espaços de coabitação ao longo do processo de hominização. Sobre a antropotecnologia de Sloterdijk, comenta Fabián Ludueña Romandini:

> Sob este ponto de vista, toda antropotecnologia descansa sobre uma politização constitutiva da vida animal que se quer domesticar e cultivar no processo de civilização. Chamaremos, por razões que ficarão claras na primeira parte desse estudo, de zoopolítica tal operação originária sobre a vida animal,

> apesar de – ou em relação conflitiva com – seu êxtase rumo à hominização. Assim, toda antropotecnologia implica um substrato zoopolítico que jaz em seu centro. Em seus *Regeln für Menschenpark. Ein Antwortschreiben zu Heideggers 'Brief über den Humanismus'*, Peter Sloterdijk fez um uso similar do termo, colocando no centro de sua análise as antropotecnias que subjazem ao projeto heideggeriano de questionamento do humanismo clássico. Desse modo, aplicando uma lente de aumento sobre a *Lichtung*, a clareira heideggeriana na qual surge o humano, Sloterdijk quis mostrar que nela tem lugar um processo de domesticação educativo e eugênico voltado à criação do *homo sapiens* como sujeito civilizatório (Romandini, 2012, p. 10).

Sob o ponto de vista proposto por Romandini, a antropotecnologia delineada por Sloterdijk repousa sobre uma zoopolítica originária, isto é, sobre uma politização constitutiva da vida animal que precede e sustenta o processo de hominização. As técnicas que atuam sobre a vida são simultaneamente naturais e artificiais, e a arquitetura, nesse contexto, se revela como uma das formas mais visíveis dessa racionalização vital: um campo em que a vida biológica é continuamente administrada, ordenada e elevada por meio de sua espacialização técnica. Assim, ao articular o conceito de zoopolítica à filosofia do espaço, pode-se compreender a arquitetura como uma instância privilegiada dessa política da vida. Ela traduz no plano material aquilo que, em Sloterdijk, aparece como a dinâmica antropotécnica de domesticação e cultivo: a construção de esferas habitáveis nas quais o humano se forma, se protege e se eleva. A partir de Sloterdijk, Carla Cordua faz uma crítica à filosofia do espaço de Heidegger:

> A clareira de Heidegger é uma metáfora florestal, que não evoca o reino das discussões cívicas: o mercado. E como ele não avançou para a cidade e seu centro, para a praça, para a ágora ou para o fórum, ele era ainda mais estranho ao que ele alcança além da cidade: o espaço político do Estado (…) (Cordua, 2008, p. 56, tradução nossa[1]).

A saber, pela resposta de Sloterdijk, a cidade só é possível em virtude da segurança que é provida por uma soberania política, e por conseguinte, pela vigilância de um guardião cuja tipologia vital assegura uma unidade para a diversidade. Uma política da domesticação, como será visto em seguida, pode ser percebida na paleopolítica. A paleopolítica deve ser compreendida como uma gestão onto-antropológica da habitação do homem e da coabitação com os animais domésticos. A clareira heideggeriana, reinterpretada por Sloterdijk como lugar de emergência do humano, encontra na arquitetura o seu prolongamento concreto, uma clareira construída onde a governança da *zoé* pela *bíos* se realiza através da configuração do ambiente. Em outras palavras, a arquitetura não apenas abriga a vida, mas a governa e a educa, constituindo-se como uma das formas fundamentais de antropotecnologia e como manifestação espacial da zoopolítica moderna.

3 Política clássica e o sistema imunitário

Para entender a política da domesticação e as implicações sobre as primeiras formações coimunitárias, é preciso recorrer à compreensão do processo de hominização. Ainda que não se possa falar de governança política em sentido estrito ao tratar do paleolítico (Harari, 2020), cabe lembrar, como conceitua Sloterdijk (2018b) em seu primeiro ensaio para a esferologia, que é no interior das jangadas sociais, das hordas e dos rebanhos em êxodo que atravessam para o neolítico, que surgem os espaços de intimização. Pode-se dizer que o próprio direito de propriedade é uma modalidade de experiência social consequente de um processo evolutivo e que se estruturou, possivelmente, a partir de um apossamento originário. Na passagem para o neolítico, "(…) instalaram-se pela primeira vez as relações através das quais o territorialismo se impôs à humanidade; as identidades enraizadas no solo começam agora a produzir seus frutos".

A transição dos grupos nômades para uma vivência comum na mesma terra implica a identificação com um mesmo lugar, uma afetividade maternal direcionada à terra, de onde brota uma agrometafísica e todas as plantas úteis e todos "os animais domésticos, os espíritos domésticos, os deuses dos campos e das veredas" adquirem ânimo (Sloterdijk, 2016a, p. 248). Antes da cidade, ainda no período paleolítico, "(…) houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia o

[1] No original em espanhol: "El claro de Heidegger es una metáfora florestal, que no evoca el ámbito de las discisiones ciudadanas: el mercado. Y como no avanzó hasta la ciudada y su centro, hasta la plaza, el ágora o el foro, le resultó aún más ajeno aquello a que se allega trascendiendo la ciudad: el espacio político del estado (…)".

acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras" (Mumford, 2004, p. 13). Aqui, é possível perceber como o interior da subjetividade é incorporado à exterioridade da política. Trata-se de uma integração no campo vital onde há a aparição da clareira: com o fogão e o controle do fogo é possível iluminar as cavernas, proteger-se do frio e das oscilações climáticas, além, é claro, possibilitar o melhor preparo e cozimento dos alimentos.

> Pois durante a maior parte da evolução, quase tudo que os indivíduos pensavam e sentiam era tão transparente para os que estavam ao redor como se eles mesmos o experimentassem; a noção de ideias privadas não tinha nenhum apoio na experiência espiritual no conceito social de espaço; não se tinha ainda construído células para os indivíduos – nem no imaginário, nem nas arquiteturas físicas das sociedades. Em pequenos grupos, sob a lei da reciprocidade, o ato de um é o ato do outro; assim, também os pensamentos do outro. Isso vale até mesmo para as antigas "culturas do pudor", nas quais os indivíduos tornariam de bom grado seu interior invisível porque sofrem com exposição desmesurada de seus afetos à intuição dos outros. Pensamentos ocultos aparecem, na perspectiva paleopsicológica como um completo absurdo (Sloterdijk, 2016a, pp. 240-241).

Conforme Sloterdijk pontua sobre a fonte do termo, a "(…) imunidade é originalmente um conceito jurídico-moral que tem sua origem no direito romano. No sentido estrito, significa a não imputabilidade dos servidores do Estado durante o tempo em que estiverem em seu cargo"[2] (Sloterdijk, 2021, p. 10, tradução nossa). A função da imunidade (*immunitas*) é garantir que a governança não seja abalada pela disputa privada e que a rivalidade política não seja escalada pelo sistema legal. Sloterdijk estende o sistema imunitário "(…) a todos os dispositivos culturais nos quais se torna visível o modo como as pessoas se protegem contra o risco de sofrer danos e vulnerações", de modo que "a construção de casas e apartamentos, por exemplo, supõe a construção de sistemas imunitários especializados" (Sloterdijk, 2021, p. 11, tradução nossa[3]). Na abordagem da imunidade, Sloterdijk deixa de lado o antropocentrismo e entende a imunidade como fenômeno relativo a toda e qualquer forma de vida em sua relação com o ambiente (*Umwelt)*. É nestas condições que a esferologia mostra seu débito com Niklas Luhmann e sua contribuição para uma teoria imunológica da coabitação.

Enquanto a teoria dos sistemas de Luhmann tende a negligenciar a dimensão espacial como fator relevante para a comunicação (Stichweh, 1998, p. 343), Sloterdijk avança numa direção oposta. Sua analítica espacial demonstra precisamente como a organização do espaço — aquilo que chamamos de sociedade — condiciona e modela os processos comunicativos (Borch, 2013, p. 151)[4]. Nesta perspectiva, habitar uma esfera implica uma dupla exposição: ao estresse de conter forças internas e à necessidade de proteção contra invasões externas. O sistema imunitário, assim, mobiliza todos os recursos da vida em um processo "evolutivo, automatizado e independente da consciência" (Sloterdijk, 2018a, p. 22). Embora o ser humano ocupe um lugar singular na casa da linguagem (Cordua, 2008), Sloterdijk recusa qualquer primado antropocêntrico sobre outras formas de vida. A especificidade humana reside, antes, em sua capacidade de projetar na clareira — o limiar da esfera — as impressões do mundo, utilizando-as como base para a tomada de decisões. Desse modo, o homem se constitui como o arquiteto de sua esfera ao modificar ativamente a topografia, criando assim uma experiência simulada de proximidade com o exterior.

> Ao expor esse *insight*, a psicologia reconhece, em primeiro lugar, seu acordo com a antropologia cultural: só ao se separar da velha natureza os seres humanos se tornaram esse grupo marginal ontológico que inquieta a si próprio. Eles não podem ser completamente explicados pelo que têm de natural, ou melhor, paleonatural – mesmo que não faltem pesquisas para mostrar que as culturas se

---

[2] No original em espanhol: "(…) 'inmunidad', del que muchos creen que proviene de la biología o la medicina. En realidad, la inmunidad es originalmente un concepto jurídico-moral que tiene su origen en el derecho romano. En sentido estricto significa la no imputabilidad de los funcionarios del Estado durante el tiempo que estén en su cargo".

[3] No original em espanhol: "(…) a todos los dispositivos culturales en los que se hace visible el modo en que las personas se protegen frente al riesgo de sufrir daños y vulneraciones. Así, la construcción de casas y departamentos, por ejemplo, supone la construcción de sistemas inmunitarios espacializados".

[4] Depreende-se que a construção de moradas em uma diversidade de formas e escalas, sejam subjetividades, domicílios ou instituições é a evidência de como a linguagem é imanente a uma espacialidade que se particulariza de modo relacional, ou seja, de como a comunicação prescinde uma acústica da ressonância, de modo que é impossível pensar sem som.

> produzem sem descontinuidade, tendo por origem processos naturais. Envoltos pela natureza exterior e assentados na natureza interior, os homens levam a vida de insulares, que sempre tomam suas ações simbólicas, seus hábitos, seus caprichos, sua libertação de padrões instintivos como algo óbvio e, nessa medida, mais uma vez como algo conforme a velha natureza. Mas, quando se observa mais de perto, vê-se que eles habitam apenas construções que brotaram deles mesmos como uma segunda natureza – em suas línguas, seus sistemas de ritos e significados, em seus delírios constitutivos, que, entretanto, estão implantados em algum lugar na superfície da Terra (O nível político é o produto da demência grupal e do território) (Sloterdijk, 2016a, p. 78).

O homem, em seu curso de migração terrestre, agora migra no interior de uma transferência entre espaços protegidos onde residirá o que se chama de civilização. À luz da esferologia, a grande política, a qual será tratada no capítulo seguinte, é tida como demência na medida em que confunde qualquer distinção entre o interior e o exterior e recai em uma vigilância generalizada e paranoica inclusive sobre a interioridade humana. Tal confusão implica uma alienação sobre a aplicação regional da responsabilidade intrínseca à arquitetura de interiores: “a esfera política, diferentemente da esfera íntima, não pode ser o espaço das simples interioridades biunitárias” (Sloterdijk, 2016a, p. 123). Na morfologia do paleolítico, Sloterdijk compreende a incorporação do exterior pelo homem e, no que lhe diz respeito, a tomada das coisas para si no interior da clareira vital. Como pontua Rodrigo Petronio (2013, p. 61), “o interior e o exterior se resolvem em esferas. Não de modo harmonioso, pois essa relação fora-dentro e interior-exterior é diádica, não monista”, trata-se de uma constante ressonância entre o interior e o exterior e, pode se falar, também, sistêmica tendo em vista que se trata de uma “frágil estrutura diádica da vida que se desdobra por meio de transferência de esferas a esferas”, lugar onde surgem os princípios de imunidade.

Outro comentador brasileiro, Juliano Pessanha (2017, p. 34), comenta que “(…) a escuta mútua da díade equivale a um cordão umbilical acústico. A esfera bipolar inicial é acústica e não tem caráter objetal. O mesmo deve ser dito do ar respirado: ele é uma magnitude medial que não tem qualidade objetiva”. Esta perspectiva corrobora a análise de Sloterdijk sobre a clareira vital como um espaço de ressonância medial anterior à distinção sujeito-objeto. A magnitude medial do ar e do som, conforme descrita por Pessanha, ilustra perfeitamente o conceito de imunidade esférica primordial, onde a proteção não é fornecida por uma barreira física contra um exterior hostil, mas pela constituição de uma atmosfera compartilhada e permeável. Nesse estágio diádico, a imunização não se dá pela rejeição, mas pela criação de um meio ressonante e contínuo — um verdadeiro sistema imunológico acústico e respiratório — que antecede e funda a possibilidade de qualquer arquitetura de interiores mais complexa.

> Quando os campos exigem ser cultivados ano após ano ao longo das gerações, quando as reservas tornam possível fazer projetos, e quando os ancestrais mortos demarcam os distritos do seu retorno, é então que se forma o novo tipo de espaço, a pátria, e o modo de conceber o direito territorial – o *nomos* (Sloterdijk, 2016a, p. 249).

Apesar de o direito não possuir hierarquia sistêmica sobre outros saberes há, na operação da forma jurídica, desde o direito arcaico, uma função política necessária para a imunização dos primeiros povos. A política clássica, para Sloterdijk, portanto, não tem origem em Atenas ou nas cidades-Estado da Grécia Antiga, e sim nos regaços do paleolítico, onde as regras são expressão direta dos costumes da comunidade e das relações entre grupos em prol da sobrevivência. O direito arcaico lhe parece consequente de uma boa consciência, na medida em que, diferente da grande política – a qual parece ser o objeto da crítica de Sloterdijk –, não se enquadra no caráter da dominação territorial, pois trata de uma esfera reduzida do cuidado.

4 Rosto e a política da domesticação

Da topologia das esferas é possível extrair uma onto-antropologia animista e colaboracionista. Pode-se atribuir, inclusive, a preocupação de Sloterdijk com a solidariedade e a cooperação, assim como as implicações comunitaristas na ordem de uma zoopolítica, a escritos anteriores. O estar-em-esferas é a condição fundamental para os seres humanos (Sloterdijk, 2016a, p. 44). Esferas (*Sphären*) podem ser pensadas a partir do pragmatismo sistêmico da auto-organização e “(…) deve-se fazer notar que o círculo protetor dos seres humanos não é nem meramente fabricado, nem meramente descoberto, mas se arredonda espontaneamente no umbral entre a construção e a realização de si” (Sloterdijk, 2016a, p. 75). No que se refere a esta constante antropológica, o projeto das esferas coloca a história do desenvolvimento das arquiteturas e da guarda das moradas para a habitação humana em um lugar central para as observações sobre cultura e sociedade.

Anterior à esferologia, na obra *O estranhamento do mundo* (*Weltfremdheit*), Sloterdijk tem um dos seus primeiros registros sobre a condição estruturante da solidariedade na habitação, e defende aqui, a coabitação como coimunidade permeada por uma vigília (*Wache*). Deste modo, a domesticação do homem é ambígua, na medida em que o "(…) mundo só existe para seres que não têm a todo momento de estar preparados para fugir" (Sloterdijk, 2008, p. 193). A vigília comum garante ao homem uma distância em relação ao ambiente. Com esta distância, Sloterdijk desenvolve como o *Homo sapiens* pode usufruir do mecenato no pensamento reflexivo (teoria) e na cultura. De modo geral, o homem torna-se mais sensível em sua senciência, com apelo criador de si mesmo. Mas só é assim porque existe uma comunidade atenta para proteger o homem e velar pelo isolamento de outrem. Logo, o pensamento teórico surge por meio de um "comunismo primitivo da atenção" (Sloterdijk, 2008, p. 195). No coletivismo primitivo, por meio de um esforço mútuo na construção e na manutenção de uma arquitetura do conforto e da segurança, foi constituída a diferença antropológica do *sapiens* em comparação com outras formas de vida.

> Após o colapso de uma programação de orientação puramente biológica, devido à sua extrema neotenia, o arcabouço instintivo do *Homo sapiens* não o guia mais por dentro e perde a ligação firme entre cérebro e meio ambiente, perdas que exigem compensação. Essa compensação é fornecida por sistemas de orientação simbólica, que substituem os instintos por autoridades – um tema desenvolvido em meados do século XX por Arnold Gehlen. Os sistemas de ordenação simbólicos descarregam todos os jovens humanos do problema insolúvel (pelo menos no nível individual) de ter que criar as experiências e descobertas de seus ancestrais novamente por conta própria (Sloterdijk, 2016b, p. 49, tradução nossa[5]).

A cidade é o resultado de uma arte do pastoreio que começa com a mãe, tal vigília consiste, conforme podemos acrescentar a partir da terminologia esferológica, em técnicas climáticas (*Klimatechnik*) para a habitação dentro de uma esfera confortável e suficientemente protegida. Neste espaço urbanizado por técnicas de respiração (*Atmotechnik*) são constituídas regras próprias e sem a pressão exclusiva das leis naturais do ambiente, conforme a metáfora do parque humano. A domesticação, neste contexto, não significa nem a entrada em uma casa da razão, nem na casa da civilização, em vez disso, a gradual transformação das medidas de segurança do ninho em proteções arquitetônicas e privilégios sociotecnológicos. Desta forma, o conceito de domesticação é ambivalente, de um lado tem uma dimensão de corte negativo e se refere à relação entre domesticadores e domesticados e por outro lado tem a dimensão positiva da docilização inerente à coexistência e à socialidade.

Neste sentido, a cultura é a incubadora da *conditio humana* e a arquitetura da cidade, seja na praça ou no mercado, promove o que até então era impossível, a reunião de pessoas sem qualquer filiação ou parentesco. A partir daqui a crítica de Sloterdijk ao conceito de sistema em Luhmann pode ser melhor compreendida. A vida social só é possível em um espaço com configuração habitável para a coletividade, e também, para o eventual isolamento da pessoa em relação à sociedade, nesse espaço habitável. Com a fundação da cidade, e depois, com a ideia do direito à propriedade, a intimidade principia a ter ressonância na arquitetura das moradias. Cada casa é uma bolha portadora de sua própria atmosfera, clima este cuja autorreferencialidade não pode ser derivada da simples diferença entre sistema e ambiente. Em virtude de a subjetividade estar inserida na cidade, a socialização com a diferença só é factível na medida em que o homem possui uma imunidade para com o resto. A diferença entre razão (ou cultura) e natureza ressoa este processo de artificialização das formas de vida humana.

> A razão pela qual o senhor platônico é um senhor reside apenas em um conhecimento régio da arte da criação; em uma perícia, portanto, das mais raras e refletidas. Emerge aqui o fantasma de um reinado de peritos, cujo fundamento de direito, baseia-se no conhecimento de como as pessoas devem ser classificadas e combinadas, sem jamais causar dano à sua natureza de agentes voluntários. Pois a antropotécnica régia exige do estadista que ele saiba como entrelaçar da maneira mais efetiva as

[5] No original em alemão: "Nach dem Abbau der rein biologischen Orientierungsprogramme infloge seiner extremen Neotenie müssen die Verluste kompensiert werden, die homo sapiens infolge der jetz fehlenden Innenlenkung duch Instinksysteme und die verlorene feste Umweltkoppluung der Gehirne erlitten hat. Die Kompensation geschieht mit Hilfe von Systemen der symbolischen Führung, die Instinkte durch Autoritäten erzetzen – ein Motiv, das um die Mitte des 20. Jahrhunderts in den Schriften Arnold Gehlens entfaltet wurde. Die symbolischen Ordenunfssysteme entlasten jedes einzelne Menschenjunge von der voon ihm allein unmöglich zu lösenden Aufgabe, die Erfahrungen und Erfindungen seiner Vorfahren allein aus sich selber noch einmal zu erzeuge".

> características mais favoráveis à comunidade de pessoas voluntariamente dóceis, de forma que sob sua direção do parque humano alcance a melhor homeostase possível. Isso ocorre quando os dois *optima* relativos do caráter humano, a coragem bélica de um lado, a reflexão humano-filosófica de outro, são entremeados com a mesma força no tecido da comunidade (…) o estadista deve, por isso, desenredar as naturezas inadequadas antes de começar a tecer o Estado com as adequadas (Sloterdijk, 2018b, pp. 53-54).

Sloterdijk aborda aqui as implicações políticas da antropotécnica. É nestes termos que a domesticação do homem não pode fazer referência, na história da antropogênese, apenas ao sentido biológico de eugenia, mas antes, àquela "ciência do bom nascimento" (Sloterdijk, 2019, p. 203) que foi citada anteriormente. Sendo esta, a arte da criação de comunidades com culturas pacíficas e harmoniosas. Para o domínio da arte régia da antropotécnica, é necessário ao governante controlar a tensão entre bolhas com entropias próprias, desde o asseguramento da natalidade, até a proteção de pequenas ou grandes famílias, como é o caso da horda arcaica. A domesticação do homem produz, em última instância, a produção do rosto humano. Pelo nome de protração, um termo retirado de Deleuze e Guattari (2011), compreende se um processo faciogenético progressivo, e inspirado em Levinas (2010), imprime se a clareira do Ser no rosto.

Pela abertura do rosto, o empuxo e a tração, sobre os polos da fisionomia – um fenômeno ainda mais importante do que a manualidade, é possível pensar a "história do Ser como um episódio somático" (Sloterdijk, 2016a, p. 150). Com a abertura do rosto, a docilização é enfim conquistada. O homem torna-se um animal aberto e servil ao seu próximo. Surge a interfacialidade e a capacidade de ressonância de emoções no rosto. O olhar mútuo sobre o rosto torna-se um termômetro das temperaturas afetivas (Sloterdijk, 2016a, p. 153). Não apenas por instinto, mas também por reflexão, é possível agora ter uma ideia do que se passa em outra interioridade e cavidade. As participações entre essas cavidades se tornam cada vez mais luxuriante. Não basta ao homem construir ferramentas de mesmo uso, carece-se agora de moradias para a habitação comum e de um lugar para a coexistência das moradias sobre um regime ordenado de habitação.

> Interfacialidade, cabe precisar, não é apenas a zona de uma história natural-social da afabilidade. Quando a arte moderna ainda mostra rostos, é ao mesmo tempo um registro de uma catástrofe interfacial permanente. Desde muito cedo a história dos encontros com o desconhecido também foi uma escola visual do terror. Bacon, por exemplo, dá conta disso a partir de uma sacralidade secular que representa iconicamente o corpo como carne, como o humano mutilado que retorna à animalidade, que se encerra e se confronta e transbordando os discursos estereotipados da masculinidade e a construção cultural dos gêneros, que, obcecado por sua proximidade com a morte e sua semelhança com um cadáver, vem para dissolver-se, para desaparecer ou se tornar um monstro (Rocca, 2008, p. 194, tradução nossa[6]).

Do ponto de vista comportamental, a interfacialidade só é possível porque o homem pode antecipar expectativas por meio de uma estufa interfacial e estabelecer laços de confiança por meio de um rosto sereno. É por meio de uma espessura emocional projetada no campo dos microclimas e das redomas esféricas que "os membros das hordas e das famílias são em grande medida transparentes uns aos outros no que se refere a seus afetos; seus padrões de participação estão *a priori* sincronizados uns com os outros, de forma bipolar e multipolar" (Sloterdijk, 2016a, p. 154). No círculo mais interno das redomas, habita o cuidado da mãe para com o filho. É aqui também o núcleo da participação social na qual se chama por vigília, trata-se do "ritmo e do clima emocional" que dá a vida do grupo e onde "(…) encontra-se quase por toda parte um campo particularmente protegido e carregado, com um caráter altamente refinado de ninho e chocadeira: o espaço mãe-criança" (Sloterdijk, 2016a, p. 154). O

[6] No original em espanhol: "Interfacialidad, cabe precisar, no es sólo la zona de una historia natural-social de la afabilidad. Cuando el arte moderno muestra rostros todavía, levanta acta a la vez de una permanente catástrofe interfacial. Desde tiempos muy tempranos la historia de los encuentros con el extraño fue también una escuela visual del terror. Bacon, da cuenta de ello desde una sacralidad secular que representa icónicamente el cuerpo como carne, como lo humano mutilado que regresa a la animalidad, que se encierra y enfrenta a sí mismo desbordando los estereotipados discursos de la masculinidad y la construcción cultural de los géneros, que, obsesionado por su proximidad a la muerte y su semejanza al cadáver llega a disolverse, a desaparecer o a devenir monstruo".

cuidado da mãe para com o filho e excesso de Eros transforma a produção do homem (hominização) na produção de uma obra de arte.

Partir da paleopolítica para lançar a tese da coabitação como coimunidade em Sloterdijk justifica o seu argumento em razão da atenção que o filósofo alemão dá à etnologia e à abordagem do comunitarismo social em pequena escala. Não à toa Sloterdijk (2007, p. 150) cita a máxima de Tomás de Aquino, “o homem é um animal mais familiar do que político” (*Homo est animal magis familiale quam politicum*). Ou, em outras palavras, a arte da política, isto é, a antropologia política, só é proveitosa e consequente quando dirige sua atenção para formas de vida pré-políticas dos homens e para as pequenas constituições das relações básicas (Sloterdijk & Heinrichs, 2007, p. 150). Em suma, Sloterdijk atenta para como o tribalismo é um fenômeno originário e constante em todo agrupamento humano e processo civilizatório. O tribalismo não está presente apenas em comunidades anteriores à cidade, mas, também, ressoa naqueles movimentos de faccionalismo e instabilidade civil (*stasis*) do regime político descritos desde os comentários de Platão em *A República*. Em seguida, esta analítica do espaço, tanto poético quanto política, voltará a sua abordagem para a constituição desta grande forma da política, assim como, para os perigos e alienações que lhe são derivados.

5 Considerações finais

O percurso realizado neste artigo, da clareira heideggeriana ao parque humano sloterdijkiano, permitiu-nos defender uma tese central: a gênese do político é zoopolítica, e não meramente biopolítica. A política, em Sloterdijk, não nasce no contrato ou na pólis, mas nas práticas de domesticação, cuidado e imunização que tornaram possível a coabitação humana desde a paleopolítica. Esta não é uma mera mudança de origem histórica, mas uma revolução conceitual que desloca o eixo da filosofia política. Ao articular zoopolítica e paleopolítica como matrizes da coimunidade, este artigo buscou demonstrar que a domesticação não pode ser reduzida à um dispositivo de controle, mas deve ser compreendida primordialmente como uma práxis de cuidado e uma condição de possibilidade para a cultura. A arte do pastoreio que começa com a mãe e se estende ao urbanismo é a técnica fundamental pela qual a animalidade humana é conduzida para formas de existência compartilhada.

A consequência teórica mais radical dessa abordagem é a dissolução da fronteira rígida entre natureza e cultura, mostrando que o humano é um produto de sua própria técnica — uma antropodiceia em ato. A contribuição específica desta leitura reside em ter mostrado que a antropotécnica é, antes de tudo, uma tecnologia espacial. A arquitetura e o urbanismo revelam-se, portanto, como as zoopolíticas materiais por excelência. Eles não são o cenário da vida política, mas seu medium operativo. Esta compreensão nos permite repensar desafios contemporâneos de modo radical: a crise da habitação não é apenas social ou econômica, mas uma crise antropotécnica — uma falha na produção de esferas imunológicas viáveis; a educação pode ser reinterpretada para além da transmissão de saberes, aparecendo como uma tecnologia de formação que, no parque humano contemporâneo, disputa os critérios do bom nascimento espiritual e os modos de vida a serem cultivados; as tecnologias digitais surgem como as novas antropotécnicas por excelência, reconfigurando a interfacialidade e criando novas esferas de ressonância e vigilância.

Dessa forma, a proposta sloterdijkiana consolida-se menos como um sistema filosófico fechado e mais como este instrumento crítico voltado a desnaturalizar as formas de vida que se apresentam como evidentes. Seu pensamento convoca-nos a assumir, de modo coletivo e responsável, o caráter sempre inacabado do projeto de autodomesticação humana. O desafio central que daí emerge para a teoria política contemporânea consiste em formular códigos éticos adequados às antropotécnicas do século XXI — arcabouços normativos que, distanciando-se de qualquer idealismo humanista, sejam capazes de regular o poder de modelação que exercemos sobre nossa própria natureza animal e sobre os espaços que coabitamos. Neste registro, a política redefine-se como a arte da gestão da coimunidade habitada, uma prática que se revela, simultaneamente, técnica e ética, espacial e espiritual.

Referências

Ramírez, H. A. C. (2013). *El animal diseñado: Sloterdijk y la ontogenealogía de lo humano*. Ediciones USTA.

Borch, C. (2013). Spatiality, Imitation, Immunization: Luhmann and Sloterdijk on the Social. In A. la Cour & A. Philippopoulos-Mihalopoulos (Eds.), *Luhmann Observed: Radical Theoretical Encounters* (pp. 150–168). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137015297_8

Castro-Gómez, S. (2012). Sobre el concepto de antropotécnica en Peter Sloterdijk. *Revista de Estudios Sociales*, (43), 63–73. http://dx.doi.org/10.7440/res43.2012.06

Cordua, C. (2008). *Sloterdijk y Heidegger: la recepción filosófica*. Ediciones Universidad Diego Portales.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.

Harari, Y. N. (2020). *Sapiens: Uma breve história da humanidade* (J. Ortado, Trad.; 26a ed.). L&PM.

Levinas, E. (2010). *Entre nós: Ensaios sobre a alteridade* (P. S. P. Pimentel, Trad.; 5a ed.). Vozes.

Mumford, L. (2004). *A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas* (N. R. da Silva, Trad.; 4a ed.). Martins Fontes.

Pessanha, J. G. (2017). *Peter Sloterdijk: virada imunológica e analítica do lugar* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09062017-121329/

Petronio, R. (2013). *Uma antropologia para além do humano: Religião e hominização na obra Esferas de Peter Sloterdijk* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1891/

Rocca, A. V. (2008). *Peter Sloterdijk: Esferas, helada cósmica y políticas de climatización*. Editorial de la Institución Alfons el Magnànim (IAM).

Romandini, F. L. (2012). *A comunidade dos espectros: I. Antropotecnia*. Cultura e Barbárie.

Sloterdijk, P., & Heinrichs, H.-J. (2007). *O sol e a morte: Diálogos com Hans-Jürgen Heinrichs*. Relógio d'Água.

Sloterdijk, P. (2008). *O estranhamento do mundo*. Relógio d'Água.

Sloterdijk, P. (2012). Voices for Animals: A Fantasy on Animal Representation. In G. R. Smulewicz-Zucker (Ed.), *Strangers to nature: Animal lives and human ethics* (pp. 263-270). Lexington Books.

Sloterdijk, P. (2016a). *Esferas I: Bolhas* (J. O. de A. Marques, Trad.). Estação Liberdade.

Sloterdijk, P. (2016b). *Was geschah im 20. Jahrhundert?* Suhrkamp Verlag.

Sloterdijk, P. (2017). *Not saved: Essays after Heidegger*. Polity Press.

Sloterdijk, P. (2018a). *Tu tens de mudar tua vida* (C. Leite, Trad.). Relógio d'Água.

Sloterdijk, P. (2018b). *Regras para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger sobre o Humanismo* (J. O. de A. Marques, Trad.). Estação Liberdade.

Sloterdijk, P. (2019). *Pós-Deus*. Editora Vozes.

Sloterdijk, P. (2021). *La venganza estadounidense por el 11S fue el hilo conductor de las últimas décadas* (H. Pavon, Entrevistador). *Clarín, Ñ*, (935), 10–15. https://www.clarin.com/revista-n/peter-sloterdijk-venganza-estadounidense-11s-hilo-conductor-ultimas-decadas-_0_sRe_EN2hA.html

Stichweh, R. (1998). Raum, Region und Stadt in der Systemtheorie. *Soziale Systeme, 4*(2), 341–358. https://orlis.difu.de/handle/difu/49389

Wolff, F. (2013). *Nossa humanidade: De Aristóteles às neurociências* (R. L. Ferreira, Trad.). Editora Unesp.

O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL

THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL

WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA

Wanderson Nascimento Barbosa é Arquiteto e Doutorando em Dinâmica do Espaço Habitado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Integrante dos grupos de pesquisa Nordestanças e do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados. Desenvolve pesquisas em busca da valorização e identificação do patrimônio arquitetônico. wanderson_nascimentobarbosa@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/8031981429943658

Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira é Arquiteta e Doutoranda em Dinâmica do Espaço Habitado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados e do grupo Estudos da Paisagem. Seus temas de pesquisas são nas áreas de preservação, gestão e mapeamento de referências culturais e leciona em cursos de Arquitetura e Urbanismo. tamyresfontenele@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/5366314443600047

Roseline Vanessa Santos Oliveira é Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Lidera o Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados, desenvolvendo trabalhos no campo da identificação e registro de referências culturais, abordando temas do patrimônio paisagístico e história urbanística. roseline@fau.ufal.br
http://lattes.cnpq.br/6443235764762267

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Barbosa, W. N.; Oliveira, T. F. F.; Oliveira, R. V. S. (2025). O des-re-habitar no desastre socioambiental em Maceió-AL. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 167-185. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239649

Resumo

Este artigo apresenta um olhar multilateral para os confrontos entre forças naturais e edificadas, numa região onde se configura o maior desastre socioambiental em curso no mundo, que acontece na cidade de Maceió, Alagoas, Brasil. O ocorrido resultou no afundamento total ou parcial de cinco bairros da cidade — Pinheiro, Mutange, Farol, Bebedouro e Bom Parto — devido à excessiva extração de sal-gema executada pela empresa Braskem. Buscando compreender as consequências do desastre em termos de (des)ocupação espacial, privilegiou-se como parâmetro metodológico a experiência empírica, partindo do levantamento de dados (observação de dinâmicas pós-desastre e registros fotográficos) e um embate entre imagens para o reconhecimento de transformações paisagísticas causadas pela remoção forçada dos moradores das áreas afetadas. Desta forma, o artigo dialoga com os confrontos e insurgências que se relacionam em meio ao desastre na cidade, resultando no reconhecimento de permanências e rastros de um outro habitar — seja pela vegetação que cresceu, pelos escritos nos muros deixados por ex-moradores, pelo silêncio da área abandonada ou o som de máquinas de demolição — que ressaltam o significado das camadas temporais e simbólicas dessa região em ruínas. Neste sentido, percebemos o desastre como um processo contínuo de metamorfose territorial, onde há uma coexistência das presenças e ausências. E assim, os contrastes temporais se acentuam e as relações entre espaço, tempo e formas de vida indicam a pertinência em revisar o conceito de habitar o urbano. Trata-se não apenas de questões de gestão, mas, em especial, a ideia de compartilhar e conviver de uma forma mais integrada, através da interlocução entre seres (humanos e não humanos) em diferentes temporalidades e no mesmo espaço, construindo outras espacialidades.

Palavras-Chave: Des-re-habitar, Desastre socioambiental, Braskem, Maceió.

1 Introdução: um olhar estrangeiro

Como estruturar uma reflexão acerca da subsidência de cinco bairros em Maceió-AL pela perspectiva de quem não mora na região? A partir de Ítalo Calvino (2003, p. 53) entendemos que é possível refletir um pouco mais sobre os modos de apreensão do espaço quando o autor diz que “a cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar”. Sabe-se que há infinitas maneiras ou modos que possibilitam esse feito, mas, talvez, do ponto de vista do não morador, seja interessante partir da compreensão do termo que definiu o ocorrido como o maior desastre socioambiental em curso no mundo. Buscando por uma referência mais remota, encontramos a de Raphael Bluteau (1789, p. 391), que define a palavra desastre como algo que atua em torno da “infelicidade” ou “infortúnio”. Embora o lexicógrafo setecentista restrinja sua definição a esses dois termos, essa síntese vislumbra camadas de significância que conseguimos reconhecer no caso de Maceió. O ocorrido integrou caráter social e ambiental (CPI da Braskem, 2024), desencadeando determinadas dinâmicas que, sob o olhar estrangeiro de quem não mora na cidade, provoca a imaginação para os acontecimentos em três tempos: do habitar, do des-habitar e de outras formas de ocupação e apropriação que, aos poucos, recompõem e redefinem os espaços afetados. Essa reconfiguração apresenta-se a partir do re-habitar desses espaços, integrando o conjunto de tempos sobrepostos e entrepostos, um processo de des-re-habitar, que será tratado de maneira mais detalhada no desenvolvimento do texto.

Outros conceitos perpassam a definição do que levou ao ocorrido, pois, segundo a mineradora responsável pela subsidência, trata-se de um “fenômeno geológico” (Nunes, 2022). É importante considerar os diversos estudos apontados pelo relatório final da CPI da Braskem (2024), que explicam que acontecimentos como este podem ocorrer de modo natural ou pela ação humana. À exemplo, assim como um rio (natural) pode ser contaminado pelo garimpo (ação humana), a exploração irregular das minas de sal-gema em Maceió, desde a década de 1970 (Seixas, 2023), levou ao colapso do solo de cinco bairros da capital alagoana, ocasionando o êxodo da área afetada. Diante disso, pode-se inferir que tal acontecimento na cidade está mais relacionado à ação humana do que à naturalidade em si.

Diversos trabalhos acadêmicos[1], nas mais variadas áreas, têm procurado compreender não apenas as causas que levaram à tragédia em curso, mas também seus impactos na região afetada, na vida e nas relações das pessoas entre si e com o lugar. São estudos que descortinam complexas camadas, que desenham, definem ou dialogam com as variadas questões que circundam e adentram o crime socioambiental. Desta forma, diferente das pesquisas de Júlia Bulhões (2022) ou Carlos Lopes (2022), por exemplo, em que os autores possuíam relações com os bairros e residentes afetados, os prismas aqui analisados são tecidos a partir do desastre em curso, pós-desocupação da área em afundamento, tendo em vista os caminhos que direcionam para um futuro ainda incerto.

Sendo assim, enquanto método, a abordagem é aqui apresentada através do olhar estrangeiro ao local do desastre. Este trabalho tece outras perspectivas que se desenvolvem, em um primeiro momento, por um contato externo à área estudada — na leitura de matérias jornalísticas, errâncias pelo Google Street View, levantamento e estudo de imagens. Posteriormente, a partir de uma aproximação empírica e pessoal do espaço, o uso da fotografia passa a ser ferramenta fundamental de interlocução entre esse olhar estrangeiro e a percepção de diversas outras camadas daquele território em afundamento — da presença marcante da vegetação em meio às ruínas à ausência de pessoas nos bairros afetados. Com isso, torna-se necessária a revisão do conceito de habitar pelo pensamento de Martin Heidegger (2008) e Igor Guatelli (2012), o qual também contribui com os estudos filosóficos conectados à arquitetura. Além disso, as reflexões de Fernando Atique (2019) amparam a construção da percepção da relação entre arquitetura e memória. Aprofunda-se essa experiência de vivência no local com os estudos corpográficos de Paola Jacques (2008), que nos permite captar in loco as sensações despertadas pelo corpo errante no espaço — como o medo, o silêncio, a empatia e até mesmo a solidão. Já a narrativa de Italo Calvino (2003), em *Cidades Invisíveis*, conecta-se às reflexões sobre outras possibilidades da experiência humana na cidade, a memória e a diversidade dos lugares[2]. Por sua vez, discussões com os integrantes do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados (PPGAU-UFAL) foram fundamentais para entender tanto a contextualização do caso como seus efeitos no tecido urbano.

Maceió é divulgada e conhecida dentro e fora no Brasil por suas praias marítimas exuberantes. Contudo, com base na experiência dos autores deste artigo, fora desse recorte geográfico, pouco se ouve falar sobre o desafio devastador que a cidade vem enfrentando desde 2018, sendo a maior notificação nacionalmente transmitida em dezembro de 2023[3], quando ocorreu o rompimento da mina 18 da Braskem (CPI da Braskem, 2024). Embora, pelo menos na última década, não seja a primeira vez que o Brasil é palco de desastres socioambientais por consequências da mineração, como os exemplos das cidades de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, diferentemente desses dois casos, o solo de Maceió segue colapsando e ainda não é possível mensurar os impactos a longo prazo.

---

1 Como exemplos, mencionamos aqui trabalhos vinculados à Universidade Federal de Alagoas: teses de Marina Medeiros (2022) e de Poliana Oliveira (2023), dissertação de Patrícia Vieira (2022) e Trabalhos de Conclusão de Curso de Paulo dos Santos (2023) e Vitória Silva (2025).

2 Diante da metodologia apresentada e a confluência entre o estudo bibliográfico e a experiência empírica de reconhecimento in loco do local do desastre, algumas referências dos autores mencionados e outros essenciais à narrativa da pesquisa serão destacadas no rodapé ao longo de todo o texto como uma forma de priorizar o debate dos autores em torno das discussões apresentadas neste trabalho.

3 Até o momento desta produção (novembro de 2025).



Fig. 1: Edificação localizada no bairro Farol em Maceió–AL. Fonte: Tamires Cassela, 2024.

Em contrapartida, nota-se que a Figura 1 insinua uma re-ocupação dos espaços por outras configurações de vida. A vegetação, sobretudo, apresenta-se como uma das formas de resistência[4] à desocupação dos bairros, apropriando-se de edificações, ruas, fiações elétricas (hoje desativadas) e diferentes vestígios deixados pelo habitar humano que antes incidia naquele local. Apesar de não mais encontrarmos ali movimentos urbanos, como veículos e pessoas circulando pelas ruas e calçadas, observar esse re-habitar a partir das plantas, que retomam o espaço que um dia foi seu, nos lembra dos ensinamentos de Ailton Krenak (2022), sobre o quanto a vida pode ser selvagem. Por isso nos questionamos: existem permanências em um lugar desabitado por pessoas? Como “estrangeiros” podem contribuir para a compreensão dessa transformação ainda em curso? Bluteau (1789, p. 567) define o estrangeiro como “o que nasceu em uma terra estranha, não naturalizado naquela onde reside”. Embora nenhum dos autores que tecem essas palavras residissem nos bairros afetados, temos alguma relação com os mesmos, de forma que esse “olhar de fora” nos leva a um sentimento de empatia diante do infortúnio e infelicidade que tem assolado a capital alagoana nos últimos anos. A partir dessa perspectiva, com as aproximações empíricas, não se buscava ou se estimava o encontro com uma imagem do lugar; afinal não eram bairros por nós diretamente vivenciados — ou seja, não guardamos memórias em que eles aparecem e não o reconhecemos. Kevin Lynch (2011) nos faz refletir sobre isso a partir da percepção de habitantes de cidades norte-americanas, onde os efeitos dos objetos físicos (vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos) atuam na memória individual e coletiva. Os simbolismos destes elementos — em suas qualidades (forma, cor ou disposição) — permitem a criação de imagens mentais bem

[4] Anai Britos (2022, p. 3-4) escreve sobre um alerta contra a “cegueira vegetal” e propõe lembrarmos que “antes desta região ser transformada em uma selva de concreto, era uma floresta”. Reflete sobre como esses vegetais ocupam o espaço sem muito esforço e como a “vegetalidade espontânea é realmente surpreendente”, que mesmo não sendo cultivadas, “subsistem a qualquer custo”.

estruturadas, e quando são alterados constantemente podem ilustrar um “desgaste prático e emocional”[5] (Lynch, 2011, p.96). Observa-se que estes elementos se diluem na subsidência dos bairros em Maceió, à medida que a imagem pública agora é outra — a do desastre — e a imagem individual é bastante afetada pela ausência de pessoas, veículos, de sons e todos os movimentos que uma urbe, mesmo em uma microescala, comumente reverbera.

Dessa forma, o encontro empírico com o desconhecido e uma possível abertura às diversidades de vivências configuram este escrito em seu processo metodológico, caracterizando-se como registros de um olhar estrangeiro[6] ao desastre. Trata-se, portanto, do estudo do espaço através de percepções alheias ao território, que se estabelecem primeiramente através de ferramentas virtuais de investigação, e posteriormente são amparadas pelo contato direto com o espaço. Os diálogos, embates e confrontos desdobram-se entre as produções e apropriações das práticas urbanas, as inter-relações espaciais de interesses divergentes em suas diferentes escalas (local, regional, nacional e mundial), e em como as cosmogonias e visões de mundo impactam os processos de organização da vida urbana.

2 Trajetos afundados

Segundo matéria do portal Agência Brasil (Rodrigues, 2023), parte do solo em Maceió chegou a afundar cerca de dois metros entre o início dos primeiros tremores, em 2018, e dezembro de 2023, ocasionando a rápida remoção da população na área afetada para outras regiões da cidade. O rebaixamento das superfícies transformou, inclusive, os caminhos, que ficaram vazios de pessoas e deixaram de fazer parte da dinâmica da cidade, distorcendo aquela imagem pública já explicada pelo pensamento de Lynch (2011). Todas as rotas foram interrompidas, inclusive as de ônibus, VLTs e carros, que tiveram seus percursos desviados daquela área. O esvaziamento teve como consequência o inacesso às edificações fechadas pela Braskem, que nos norteia a refletir sobre as transformações do lugar. Todos os vãos que permitiam a troca entre espaço interno e externo foram encerrados, de modo a conduzir o observador a uma deambulação pelo lado de fora. Ao avaliarmos esses pontos, outras camadas vão sendo diluídas para além da dicotomia entre público e privado, ou interior e exterior. Se considerarmos os tapumes e muros erguidos, assim como os vãos de acesso fechados para impedir o ingresso das pessoas às construções das áreas afetadas, segundo a crítica de Bruno Zevi (2009, p. 24), estaríamos falando de não-arquiteturas, considerando que “tudo o que não tem espaço interior, não é arquitetura”. Entretanto, assim como “exterior e interior não significam lugares externos e internos” (Guatelli, 2012, p. 110), a distância em torno do que é ou não arquitetura, tal qual entre o habitado e o des-habitado, nos permite refletir a tenuidade desses conceitos olhando para o espaço que permeia cada dualidade. Ao invés de criar uma polaridade, talvez seja interessante notar como esses espaços se intercruzam ao observar através de brechas (ver Figura 2), revelando, por exemplo, que apesar de não existirem pessoas ocupando os espaços internos das edificações na área afetada, ainda estamos falando de arquiteturas e, agora sendo um território pertencente à Braskem[7], falamos também de um espaço privado. Isto nos aproxima do pensamento de Lynch (2011, p. 1-2) quando ele explica que:

> A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber (...). Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (...) Os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias.

[5] Exemplificado pelo autor a partir do caso da cidade de Los Angeles.

[6] Dessa forma, a partir do olhar estrangeiro, reconhecemos que as percepções do espaço são ampliadas para além do desastre, reconhecendo em elementos como a vegetação uma tentativa do espaço de re-existir, re-habitando as memórias deixadas pela população forçadamente removida.

[7] Embora o termo inicial usado para a compensação das famílias afetadas pela mineração da Braskem seja “indenização”, o próprio Ministério Público reconhece a transferência das áreas ocupadas para a empresa, como demonstrado no parágrafo segundo da cláusula 58 do Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental (Processo n.º 0806577-74.2019.4.05.8000), onde cita “A Braskem compromete-se a não edificar, para fins comerciais ou habitacionais, nas áreas originalmente privadas **e para ela transferidas** em decorrência da execução do Programa de Compensação Financeira (...)” (Brasil, 2020, grifo nosso).



Fig. 2: Observar por brechas. Fonte: Wanderson Barbosa, 2024.

Ao compararmos a Figura 3 — constituída por fotomontagens de mapas gerados pelo Google em 2024 (imagem superior) e em 2013 (imagem inferior) — percebe-se a construção de um esvaziamento territorial em parte da orla na Laguna Mundaú (correspondente ao bairro Mutange), cujos edifícios foram integralmente demolidos. Inclusive, a delimitação com o Pinheiro, bairro limítrofe, já não existe pelos referenciais físicos (vias, marcos…), mas apenas no mapa administrativo da cidade. A Figura 3 nos apresenta, em ruínas, um recorte da área atingida pela mineração da Braskem e também nos possibilita acessar uma Maceió anterior ao desastre. Para o reconhecimento corpóreo do espaço, utilizamos da prática errante de Paola Jacques (2008) que é definida pela autora como método contrário ao tradicional instrumento de experiência urbana. Ela considera a experiência livre, na qual o "errante não vê a cidade somente de cima, em uma representação do tipo mapa, mas a experimenta de dentro, sem necessariamente produzir uma representação qualquer desta experiência além, é claro, das suas corpografias que já estão incorporadas, inscritas em seu próprio corpo" (Jacques, 2008, s.p.). A exemplo das experienciadas no bairro do Pinheiro, os caminhos aparentam um cenário pós-apocalíptico, de uma cidade-fantasma, com uma atmosfera de abandono e transformação. Ao percorrer esses mesmos espaços em anos anteriores, através do Google Street View[8], é possível notar, para além da existência de pessoas, pontos nodais de referência espacial que são utilizados pela população urbana, como mercados, oficinas, padarias e restaurantes. Hoje, torna-se quase impossível identificar o tipo de algumas edificações em meio aos vestígios e os pontos edificados de referência começam a mudar para uma árvore,

[8] Talvez, a ferramenta mais acessível, em meio a ausência de pessoas, para estrangeiros entrarem em contato com parte da cidade olhando para diferentes épocas. Considerando que "as fotografias abrem ao observador visões do mundo" (Flusser, 2009, p. 37), utilizamos dessa intermediação na tentativa de aproximar observador e objeto observado a partir de outros momentos, considerando como o espaço se encontra e o que ele foi.

um cacto, pichações nos muros e mesmo características inconstantes, como o som das retroescavadeiras. Como descreve Adele Belitardo,

> Entre rachaduras e silêncios, uma parte de Maceió transformou-se numa espécie de cidade-fantasma, marcada indelével e dolorosamente pelo desastre causado pela Braskem. Desde os primeiros tremores até os eventos mais recentes, bairros outrora vibrantes foram transformados em paisagens desoladas e demolidas (Belitardo, 2023, s.p.).



Fig. 3: Mapa parcial dos bairros em afundamento no ano de 2024 e 2013, respectivamente. Fonte: Google Maps, adaptado pelos autores, 2024.

Durante as visitas à área colapsada, diversas palavras surgem, algumas em meio a uma profusão de sentimentos e outras escritas pelos próprios moradores nos muros de suas residências, como: luto, morte, perda, socorro, vazio, silêncio. Este último interpreta-se não apenas como a ausência de sons, pois eles existem, mas também pela aparente incerteza dos caminhos a serem percorridos no futuro. A fotomontagem a seguir (Figura 4) mostra três tempos de uma mesma vista e exemplifica a transformação do espaço. Em meio aos registros coletados in loco, assim como nas imagens retiradas do Google Street View, é possível perceber a metamorfose da paisagem, que decorreu do êxodo da população ao longo de sete anos, sendo a primeira imagem de 2024, a segunda de 2022 e a terceira de 2019. O contato inicial com as imagens das edificações exibindo seus telhados removidos, as rachaduras nas ruas e o cinza do concreto dando lugar cada vez mais ao verde da vegetação, de certa forma, direciona a imaginação a tentar identificar uma imagem do espaço em abandono. Então, aquela cidade antes destinada às pessoas vai sendo transformada por outros modos de habitar. Enquanto Emanuele Coccia (2020) trabalha o conceito de metamorfoses aplicado a um corpo vivo, como de plantas e animais. Ao longo desta

investigação, percebemos que as concepções do filósofo também se estendem ao ambiente construído, ou demolido, nessa simbiose entre ser e não-ser, ou seja, entre o espaço edificado e as diferentes formas de vida que podem deste emergir.

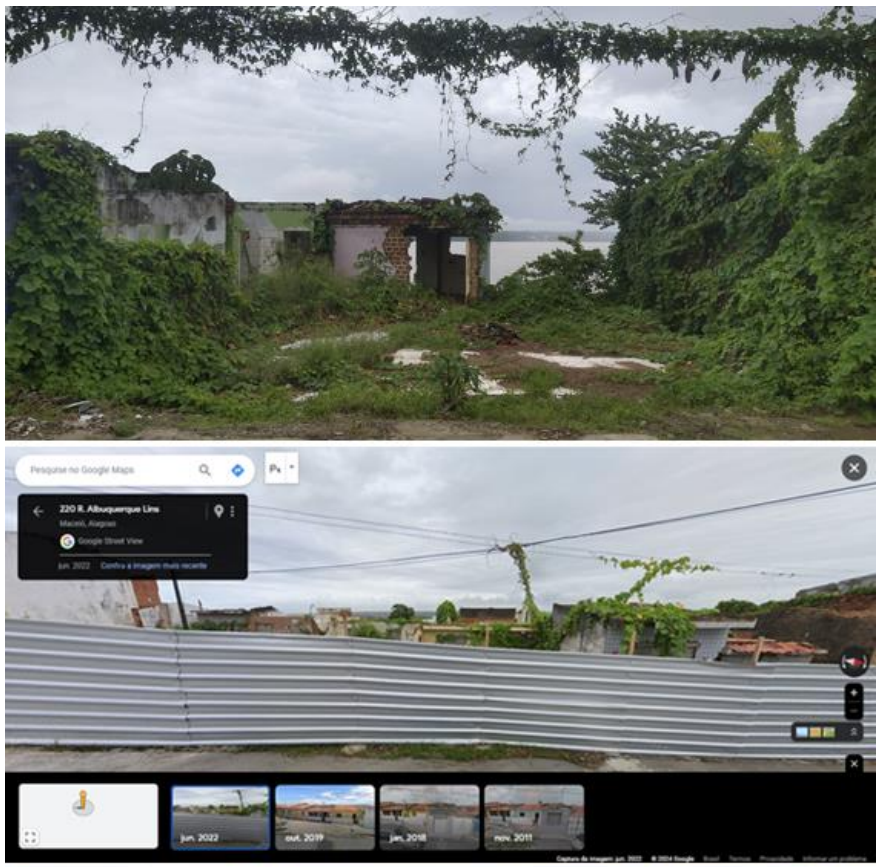


Fig. 4: Trecho do bairro do Farol em 2024, logo acima a mesma vista no ano de 2022 e por último, uma vista do ano de 2019. Fonte: Google Street View, adaptado pelos autores, 2024.

Olhar para o desastre socioambiental que vem acontecendo em Maceió por uma perspectiva estrangeira é assistir também o atravessar do tempo. É um olhar que não se tece a partir de relações e memórias com o que um dia foram os bairros do Pinheiro, Farol, Bom Parto, Mutange e Bebedouro. Configura-se um outro testemunho a partir da relação com o local em subsidência, que explora as camadas do acontecimento através dos sentidos (inicialmente visão, audição e imaginação), contrapostos com a atividade in loco que adiciona outras camadas emocionais ao processo. Esse sentimento pode ser fortalecido por Calvino (2003), que nos apresenta uma ideia de que as diferenças desaparecem quando viajamos, pois, “uma cidade vai se tornando parecida com todas as cidades, os lugares alternam formas, ordens, distâncias, uma poeira informe invade os continentes” (Calvino, 2003, p. 58). E então, nos diálogos descritos pelo autor, o viajante Marco Polo diz que “quanto mais se perdia em bairros desconhecidos de cidades distantes, melhor compreendia as outras cidades que havia atravessado para chegar até lá” (Calvino, 2003, p. 14). Esse encontro com os bairros desconhecidos de Maceió demonstra o que já reconhecemos em outras cidades — seja quando percebemos a vegetação crescendo no espaço

urbano, quando passamos por becos desertos ou mesmo quando vemos escritos e manifestos pelos muros da cidade, por exemplo —, como se em todo lugar houvesse um pouco de outros lugares.

3 Des-re-habitar

Fernando Atique (2019, p.165) nos lembra que "(...) a arquitetura molda a cidade, pois, embora seja discurso formal e funcional, é também imagem, repositório de representações, deflagrador de memórias e suporte material de referenciais urbanos". Incorporar o des-re-habitar nos bairros em subsidência em Maceió é aproximar-se dessa outra percepção, para contribuir na compreensão de que o lugar não evanesceu em sua totalidade. E, por isso, compreendemos que o esvaziamento de pessoas dos bairros afetados pelas atividades de mineração da Braskem entra em consonância com a ideia de des-habitar. Entretanto, antes de pensar o espaço des-habitado é interessante desvelar o que caracteriza o espaço habitado e, nesse sentido, Heidegger (2008, p. 128) demonstra, a partir do estudo semântico e etimológico da palavra *habitar*, que esta encontra uma relação com a palavra construir, que permite o desdobramento para três percepções:

> 1. *Bauen*, construir é propriamente habitar;
>
> 2. *Wohnen*, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra;
>
> 3. No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções.
>
> Pensando com atenção esses três momentos, haveremos de encontrar um aceno e assim poderemos observar que, enquanto não pensarmos que todo construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez questionar de maneira suficiente e muito menos decidir de modo apropriado o que o construir de construções é em seu vigor de essência. Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam (...).

A construção do lugar foi cultivada por pessoas que constituíram naquele espaço o seu habitar — seja pela construção arquitetônica e urbanística, pelas vivências, lembranças, memórias. Mesmo que, ao olhar "de fora", essa percepção seja distante, é possível imaginar que ali havia outras vidas. A razão de ser é afetada à medida que o desabitar humano é forçado e o esvaziamento transforma o que conhecemos como cidade, bairro, rua, residências, escolas, varandas, entre outras construções. O cotidiano, as trocas interpessoais, o costume de habitar, tudo aquilo que normalmente encontramos numa cidade, agora parece conformar-se num grande cenário escultórico, não estático, mas que parece ser habitável (ver Figura 5). Guatelli explica que a arquitetura dificilmente será apenas contemplativa e admirada como objeto, mesmo diante de esculturas que fundam um espaço habitável momentâneo, como as obras de Richard Serra. Para o autor, "a inexorável muralidade da arquitetura sempre criará um fora e um dentro a ser ocupado, habitado e apropriado" (Guatelli, 2012, p. 16-17). Ao caminhar pelos bairros, encontramos ali outras formas de habitar (Figura 6). O modo de existir daquela arquitetura não é o mesmo de sua concepção, ou pelo menos ao que estamos acostumados. Percebemos uma vegetação que se alastra de forma fluida pelas construções, fios e outros artifícios; animais, como aves e répteis, que retomam ali seu espaço de morada (ou apenas passaram a ser vistos). Descortina-se, então, uma condição espacial não destinada ao demorar-se, de morar do ser humano[9], mas sim de uma presença representada por outros elementos e por outras vidas.

[9] Afinal, habitamos de outras formas e nem sempre as habitações apresentam em si a ideia do habitar (Heidegger, 2008).



Fig. 5: Encontro com outros modos de habitar nos bairros em afundamento em Maceió–AL. Fonte: Tamyres Oliveira e Wanderson Barbosa, 2024.

Mesmo diante desse cenário, existe um controle[10] de acesso à área, que inibe outros modos de vivência, até mesmo a livre contemplação. Parece que, após o esvaziamento espacial por parte dos seres humanos, estamos diante de um espaço privativo e, ao mesmo tempo, inseguro. Dia cinza, ruas silenciosas que lembram becos desertos, por vezes sem saída, devido aos tapumes e restrições de circulação, como lugares dos quais geralmente desviamos numa cidade. Os tipos arquitetônicos conformam-se por edificações com vãos sem janelas e vedados com tijolos sem acabamento, com lacunas decorrentes de elementos arrancados — brechas que permitem olhar um interior destruído e cheio de vestígios. Algumas que possuem apenas paredes, sem telhados e lajes, e que aparecem desfiguradas de seus usos. Apesar dessa desestabilização, o espaço não fica desprovido de função. As expressões escritas[11] pelos muros e tapumes, placas que direcionam rotas de fuga, os ruídos das retroescavadeiras que ecoam pelos vazios das ruas ou mesmo pelos destroços e ruínas são rastros de um possível habitar percebido pelo olhar de quem ali não passou nem morou.

[10] Ao percorrer as ruas do bairro Farol, por exemplo, é comum nos deparamos com guardas fazendo vistorias pelos espaços e alertando sobre a permanência em uma área de risco.

[11] Ao refletir sobre a ideia de presença em arquitetura, sobre como habitamos o espaço, Guatelli (2012, p. 19) conta que, em uma entrevista publicada na revista italiana Domus, “(...) Derrida diz que ‘escrever é um lugar de morar’, além de defender ‘uma arquitetura onde o desejo pode morar’. (...) Para ele, ao escrever, estamos habitando, pois tanto o ato de escrever como o de habitar exigem o tempo de reflexão e a ativação do suporte inerte no caso da escrita, a folha em branco, no da arquitetura, o espaço. (...) Se escrever é habitar, habitar é realizar inscrições no espaço, como podem ser ou se dão essas inscrições, abre e fecunda perspectiva indagativa”.



Fig. 6: Vista do habitar de outras vidas nos bairros em afundamento em Maceió–AL. Fonte: Tamyres Fontenele, 2024.

A vista de cima, de quem olha para o antigo bairro Mutange, é de entulhos acumulados e amontoados, organizados como túmulos sequenciados e semelhantes. Talvez seja uma percepção coerente imaginar ali um grande cemitério, afinal, morreram lares, escolas, feiras, padarias, cheiros, cores e sons. Mas o que permaneceu nesses lugares onde nem os limites das ruas e quadras podem ser identificados? Onde não sabemos o que é público ou privado? Que habitar é esse? Guatelli (2012, p. 33-34) propõe uma reflexão sobre como estamos, enquanto arquitetos e urbanistas, habituados a buscar pela definição de espaços e seus conteúdos programáticos, mas que isso restringe e condiciona à utilização e modos de apropriação, que acabamos repetindo modelos e rotinas. Então, estamos diante de um espaço aberto a significações? A bruta modificação da imagem do lugar entra em conflito com a relação espaço-uso, abrindo-se à relação espaço-tempo, afinal a predeterminação de uso do espaço já não faz mais parte do lugar e vincula-se aqui a uma abertura a outros significados e representações, sem omitir um passado que conformou um outro no mesmo. Ainda que se trate de um antigo bairro, que desapareceu em termos materiais, esse parece já abrigar uma outra função. É a metamorfose de um território, uma re-invenção, um re-habitar.



Fig. 7: Vegetação proliferando em meio às edificações abandonadas; Pichação em muro de residência no bairro do Pinheiro, Maceió; Expressões e temporalidades dos bairros afetados. Fonte: Wanderson Barbosa, 2024.

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (Calvino, 2003, p. 09). Não estamos diante de uma das cidades invisíveis de Calvino (2003), mas temos aqui uma cidade que contém um pouco de todas elas. O encontro com as frases “vou pixar a cidade inteira só para ela ver o quanto ela faz falta” ou “a felicidade desta família a Braskem ruiu” nos conta sobre perdas e saudade, manifestos que registram a presença das pessoas que foram removidas do local (ver Figuras 7 a 9). Então nos questionamos: há uma permanência nos escombros?



Fig. 8: Expressão manifestada pela população que residia nos bairros afetados; Vestígios e memórias de uma ocupação humana nos bairros em subsidência. Fonte: Wanderson Barbosa, 2024.

O habitar suscita rastros e estes, por sua vez, estão sujeitos às diversas temporalidades relativas tanto ao próprio tempo quanto ao espaço. Nessa teia, Bluteau (1789, p. 449-450) caracteriza o tempo como a “medida de duração das coisas”, enquanto a temporalidade suscita “algo que dura dentro de um tempo limitado, não eterno, transitório”. Assim, pelas expressões do lugar, percebemos que houve o tempo do morar, crescer, cuidar, se relacionar, o do tremor, da insegurança, da evasão, da impermanência, da revolta. Enquanto visitantes, deambulamos pelas ruas desses bairros em subsidência e enxergamos outras temporalidades dessa tenuidade entre o habitar e des-habitar: entre alguns elementos, destacamos o tempo dos rastros, do silêncio, o som do trator e o tempo do re-habitar. Os rastros mais visíveis se manifestam a partir da própria arquitetura, parcialmente demolida, tamponada, ocupada. A cada passo percorrido pelas ruas que restaram é possível perceber uma diversidade de rastros, seja através das pichações nos muros das edificações ou nas plantas que os antigos moradores precisaram deixar para trás. Entre um rastro material e outro ainda é possível perceber aqueles mais intrínsecos, como a relação casa-paisagem, enquadrada por uma janela, hoje ocupada pelo vazio.



Fig. 9: Simbiose entre vegetação e ruínas no bairro do Farol, Maceió; Proliferar em meio ao concreto. Fonte: Wanderson Barbosa, 2024.

Enquanto o silêncio humano permeia as ruas, questionamentos tomam conta do imaginário: qual o tamanho da área afetada? Existe um polígono traçado pela defesa civil como área de impacto, mas toda a cidade foi alvo das consequências geradas pela mineração, desocupando determinados bairros e superpopulando outros. Para onde as pessoas removidas foram? O mesmo silêncio que permeia vez ou outra as ruas do Pinheiro, Farol, Bebedouro, Mutange e Bom Parto parece ter se estabelecido sobre esses questionamentos que, pelo menos nos bairros afetados, só é rompido pelos sons dos tratores. O que vai sobrar para contar a história desse passado? Durante os encontros empíricos com a região afetada, o barulho das máquinas ecoava como trilha sonora nos bairros (Figura 10). Ouvimos o silêncio do vazio diante do medo, ao caminhar pelas ruas desertas, e até mesmo quando nos deparamos com o ruído da demolição. Naqueles entulhos, interpretamos que as pessoas enterraram muito mais que construções, mas também suas relações socioespaciais, suas memórias e parte de suas existências. O som do trator nos lembra a efemeridade das permanências, das relações e da própria vida.



Fig. 10: Demolição de edificações no bairro Mutange. Fonte: Tuanne Monteiro, 2022.

Assim, o re-habitar surge em meio aos escombros a partir da manifestação de formas de vidas não humanas. Essas outras formas, sobretudo a vegetação, re-habitam o espaço que um dia já foi seu, construindo uma simbiose com os restos em meio às ruínas. Da mesma forma, diversos animais ocupam tanto as fiações elétricas desligadas, quanto as áreas úmidas das construções que, sem telhado, criam um ambiente favorável à sua permanência. Observar esses espaços de fora e se autocaracterizar como um outro olhar é confirmar a existência de um olhar inicial, sendo esse o lugar das pessoas que habitavam e ainda habitam as áreas afetadas. É dentro dessas temporalidades plurais que traçamos nossas relações com o lugar, a partir de perspectivas originadas no contato com o desastre socioambiental. Um olhar consciente de que existiram outros tempos antes do desabitar da população e que outros surgirão a partir dos escombros, seja pelo re-habitar dessas outras vidas que tem cada vez mais tomado conta dos espaços, seja pelo silêncio de um futuro ainda incerto. Abrir possibilidades para enxergar um outro modo de habitar é pensar sobre como a arquitetura (construção) preenche uma lógica latente, e não evidencia outros eventos, significados. Se esse espaço intransitivo[12], por sua indefinição, não tem um desenho pré-adequado, permite as mais diversas formas de apropriação e o que podemos aprender com elas. O que há ainda nesse habitar é a permanência de um resguardo[13] do que foi, de um tempo não tão distante do que é hoje, e a

[12] Igor Guatelli (2019, p. 107) sugere que essa intransitividade não possui uma modelação passível de reprodução.

[13] Compreende-se pelas ideias de Heidegger (2008, p. 129) que o sentido da palavra é íntimo à ideia de um habitar que permanece em nós. Ele nos explica que “resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu

incerteza de um futuro próximo no sentido do que virá a ser dentre as possibilidades que conseguimos vislumbrar: novos edifícios multifamiliares e ruas asfaltadas. Há tudo aquilo que as expressões nos escritos transmitem. Há também, mesmo nos escombros, a permanência do desastre, dos atos de esvaziamento, de um espaço em transformação.

O movimento de des-re-habitar no espaço em subsidência de Maceió se apresenta assim como um palimpsesto no tempo e no espaço — provocando a re-escritura de uma temporalidade (tempo do desastre) em um recorte espacial (bairros afetados) — através do desastre provocado pela Braskem. A partir da mescla dos processos de des-habitar e re-habitar que acontecem em camadas de tempo coexistentes, percebe-se um percurso dinâmico, onde não há uma linearidade temporal, visto que as pessoas foram des-habitando as áreas e a vegetação re-habitando-as gradualmente. Nesse sentido, o conceito se apresenta pela própria resiliência do espaço, que nos demonstra sinais sutis de resistência, procurando outras formas de re-existir, como uma erva daninha que, mesmo sem ser cultivada, prolifera em meio ao aparente caos.

4 Considerações finais: existe permanência?



Fig. 11: Um vão com vista para o antigo bairro Mutange em Maceió-AL. Fonte: Wanderson Barbosa (2024).

Se existe, há nessa permanência a possibilidade de reinvenção? Talvez seja a ideia de um território[14] em processo, onde o descolamento da existência da materialidade ou mesmo o arruinamento dos bairros aponta para o caos, até pelas novas dinâmicas e relações — aqui exemplificadas pelos escritos que aparecem pelos caminhos; afinal, são essas expressões que dão dimensão ao de-morar-se (Heidegger, 2008) ali. Parece que o essencial não está na forma ou na matéria, mas em espaços e dimensões que não alcançamos como estrangeiros, que não acessamos e que se tornam visíveis quando lemos

vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra libertar (*freien*): libertar para a paz de um abrigo. Habitar, ser trazido à paz e um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra".

[14] Essa ideia de território conforma-se a partir do pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012, p. 122-124), quando refletem sobre a busca de ordem em meio ao caos, quando os escritos são abrigo, assim como aquela "cançãozinha" que parece nos levar a um lugar íntimo.

que a “saudade dói” ou “aqui morava uma família”. A Figura 11 enquadra uma paisagem em disparidades. O azulejo florido entra em conflito com a vista através do vão para os fragmentos do que havia. A calmaria da laguna Mundaú contraria o amontoado de entulhos localizados à sua margem, ao mesmo tempo que o silêncio da área verde é posto numa linha antagônica ao barulho das retroescavadeiras. Os cinco bairros afetados pela mineração da Braskem possuem cenários variados, assim como identidades diferentes, entretanto é possível afirmar um ponto em comum: o contraste, que embora seja definido como o que “faz oposição” (Bluteau, 1789, p. 324), abre espaço para o que se acentua entre temporalidades, entre habitar e des-habitar, entre o silêncio e o som do trator. As marcas do lugar coexistem nas presenças e ausências, conformam-se por tensionamentos e articulações espaciais, e está tudo posto no agora, afinal “(...) a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras (...)” (Calvino, 2003, p. 7).

O olhar estrangeiro para o desastre evoca o discurso de Edgar Morin (2020), que nos soou como um consolo no contexto da pandemia da Covid-19: o entendimento de que o avanço técnico, científico e econômico[15] não significa evolução humana, e que as crises podem ser vistas como oportunidades de confrontar posturas e ideias, e reconhecer divergências relativas ao gesto de edificar, de ocupar artificialmente o espaço natural que nos foi deixado. Assim, nos sentimos motivados a vislumbrar uma outra perspectiva desafiadora que concerne não apenas à gestão urbana em termos de proposições intervencionistas e preservacionistas que considerem preexistências e memórias traumáticas, mas, sobretudo, à concepção da própria ideia de habitar, enquanto desafio encarado neste artigo. A proposta abrange, dessa maneira, o desenvolvimento de políticas integradas e participativas, bem como a implementação de projetos urbanos que reflitam a diversidade de interesses, cosmogonias e visões de mundo envolvidas nas disputas multilaterais do espaço urbano.

Dessa forma, assim como o futuro da região em subsidência de Maceió, as considerações finais deste trabalho não se findam em uma conclusão. Da mesma maneira que consideramos o des-re-habitar como um processo dinâmico, entendemos a reflexão aqui proposta como o principal resultado dessa discussão, criando um registro histórico por si. O olhar estrangeiro — do ser alheio ao espaço e tempo observado — possibilitou ao longo da investigação, pelas imersões na área afetada, a captação de imagens que transmitem esse mesmo olhar através dos elementos sutis, ou nem tanto, que redesenham o espaço. Temos, então, a confluência entre o des-habitar e o re-habitar, criando-se uma narrativa texto-imagem. Seja pelos conceitos de Heidegger (2008) e Guatelli (2012) sobre o habitar, de Atique (2019) em relação à arquitetura evanescente, as definições de Bluteau (1789) ou as passagens pelas cidades invisíveis de Calvino (2009), percebemos que o movimento do des-re-habitar não se finda, pelo contrário, perpetua metamorfoseando-se.

Nesse sentido, apesar de todos os abalos e impactos negativos, pensamos que a dinâmica circunstancial que o desastre impulsionou e que aqui sintetizamos como des-re-habitar, abre brechas generosas para, por exemplo, atentarmos para o que Krenak (2025) conceituou de “reflorecidade”. Ou seja, estaríamos diante de uma apropriação socioespacial que vê esse tipo de estrutura urbana que foi devastada, como a própria ruína da natureza e que prega a coexistência entre artifício e meio ambiente de uma forma mais integrada. Mesmo porque, foi esse último o primeiro a ser perfurado, maltratado, colapsado…

Referências

Atique, F. (2019). *Arquitetura Evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica.* Edusp.

Belitardo, A. (2023, 19 de dezembro). Entre rachaduras e silêncios: a cidade-fantasma que assombra Maceió. *Archdaily Brasil*. https://www.archdaily.com.br/br/1011278/entre-rachaduras-e-silencios-a-cidade-fantasma-que-assombra-maceio

Bluteau, R. (1789). *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico (...) offerecido ao Rei de Portugal, D. João V, pelo Padre D. R. Bluteau*. Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

[15] Nesse contexto, podemos citar também o urbanismo mecanizado ainda considerado como um avanço.

Brasil. Justiça Federal da 5ª Região. (2019). Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000. https://pje1g.trf5.jus.br/pje

Britos, A. G. V. (2021). Manifesto de uma erva daninha. In: A. G. V. Britos; B. B. Chizzolini & R. C. de M. Pitombo (Orgs.). *Verdejar ante a ruína: escritos para cultivar novos mundos* (p.16-26). São Paulo: USP. https://cesta.fflch.usp.br/node/1531

Bulhões, J. A. (2022). *Colapso Urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL.* [Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da UFAL. http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9807

Calvino, I. (2003). *As Cidades Invisíveis* (D. Mainardi Trad.). Biblioteca Folha.

Coccia, E. (2020). *Metamorfoses* (2a ed.). Dantes.

CPI da Braskem: relatório final. (2024, 21 de maio). (Comissão de inquérito do Senado Federal (Presidente: O. Aziz Relator: R. Carvalho). Brasília, DF: Senado Federal. https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2642&tp=4

Deleuze, G. & Guattari, F. (2012). Acerca do ritornelo. In: *Mil Platôs* (2a ed., vol. 4, pp.121-179). Editora 34.

Flusser, V. (2009). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.* Sinergia Relume Dumará.

Guatelli, I. (2012). *Arquitetura dos entre-lugares: Sobre a importância do trabalho conceitual.* Senac.

Heidegger, M. (2008). *Construir, habitar, pensar*. In Ensaios e conferências. (M. S. C. Schuback, Trad.). Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco (pp. 125 - 142).

Jacques, P. B. (2008, fevereiro). Corpografias urbanas. *Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius.* https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165

Krenak, A. (2022). *A vida é selvagem*. Amazônia Latitude.

Krenak, A. (2025, 29 de abril). *Pour une florescidade et une florestania : habiter la Terre à l'Anthropocène* [Vídeo]. Conferência apresentada à Collège de France. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=0r75TSGxQBo

Lopes, C. E. S. (2022). *Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia após a tragédia causada pela Braskem*. [Trabalho de conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da UFAL. https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11532

Lynch, K. (2011). *A imagem da cidade*. (3a ed., coleção cidades). WMF Martins Fontes.

Medeiros, M. M. (2022). *Maceió à flor da pele: memória, arte e catástrofe.* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Dinâmica do Espaço Habitado]. Universidade Federal de Alagoas.

Morin, E. (2020, 5 de junho). *Veredas do Futuro: O mundo pós Covid-19* [Vídeo]. Webinar: UnBTV. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=qlCoQPsIFIc

Nunes, S. (2022, 20 de março). Especial: o "fenômeno geológico" da Braskem em Maceió. *O bastidor*. https://obastidor.com.br/politica/especial-o-fenomeno-geologico-da-braskem-em-maceio-2989

Oliveira, P. L. (2023). *O som da lembrança: paisagem sonora do bairro de Bebedouro (Maceió - AL) afetado pelo desastre socioambiental decorrente da exploração de sal-gema*. [Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247543?show=full

Rodrigues, A. (2023, 8 de dezembro). *Afundamento do solo de mina em Maceió já passa de 2 m de profundidade: Alerta de risco continua válido, segundo a Defesa Civil*. Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/afundamento-do-solo-de-mina-em-maceio-ja-passa-de-2-m-de-profundidade

Santos, P. V. M. (2023). *Uso Corporativo do Território e Exclusão Social: o caso Braskem e a Comunidade do Flexal na Cidade de Maceió – Alagoas.* [Trabalho de conclusão de Curso em Geografia - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da UFAL. https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12218

Seixas, J. (2023, 10 de dezembro). Mina da Braskem em Maceió se rompe: o que acontece agora? *BBC News Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2e2e0yz04eo

Silva, V. R. S. (2025). *Arquitetura da lembrança: ideias de espacialização da memória traumática para a área afetada pelo desastre socioambiental em curso (Maceió-AL).* [Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas].

Vieira, P. S. (2022). *Fissurada: cartografia de tensões através de imagens do bairro de Bebedouro em Maceió/AL.* [Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da UFAL. https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/11401

Zevi, B. (2009). *Saber ver a arquitetura*. (6a ed., coleção cidades). WMF Martins Fontes.

SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA

URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE

LUCAS DE ASSIS

Lucas Lenin Resende de Assis é Engenheiro Agrônomo e Doutor em Ciência do Solo. É pós-doutorando no Programa de Melhoramento Genético da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Pesquisa temas ligados a agricultura urbana e periurbana, agroecologia, microbiologia do solo e gestão de resíduos. lucas.lenin.rdassis@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/2511125386346247

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Assis, L. L. R. A. (2025). Solos urbanos e agricultura orgânica: conservação e resiliência. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 186-198
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.238727

Resumo

O artigo tem como objetivo propor uma inflexão epistemológica na compreensão do solo para além de seu papel físico e agronômico, posicionando-o como uma interface viva que conecta práticas produtivas, regimes simbólicos e cosmovisões diversas em meio à crise ecológica atual. A pesquisa foi realizada em Conselheiro Lafaiete (MG), comparando atributos químicos de solos sob três manejos distintos: agricultura orgânica agroecológica, solo urbano e monocultura de eucalipto. Incluiu-se a determinação de pH em água, matéria orgânica, fósforo remanescente, macronutrientes e micronutrientes extraídos por Mehlich^{-1}, e cátions trocáveis (Ca^{2+}, Mg^{2+}, Al^{3+}) por KCl 1 mol L^{-1}. As análises revelaram que a agricultura orgânica promove solos biologicamente ativos e resilientes, enquanto os solos urbanos e de monocultura evidenciam degradação e empobrecimento biogeoquímico, expressando modelos territoriais extrativistas e fragmentados. Sob a lente da Ecocrítica Intermidiática, o solo é entendido como mídia ecológica e arquivo material de escolhas civilizatórias, refletindo tensões entre ciência, poética e política territorial. Ao ampliar a visão do solo como agente simbólico e político, o estudo contribui para os debates sobre justiça ambiental, soberania alimentar e a urgente necessidade de se reconceitualizar a relação entre humanos e territórios, especialmente nas dinâmicas urbanas e rurais contemporâneas.

Palavras-Chave: Áreas urbanas, Qualidade do solo, Sistemas agroecológicos, Sustentabilidade.

1 Introdução

As transformações socioambientais provocadas pelas mudanças climáticas vêm acirrando disputas em múltiplas escalas, do local ao global, sobre como gerir os territórios, os recursos naturais e os modos de vida urbanos e rurais. A escolha do Brasil como sede da COP30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) evidencia não apenas o protagonismo geopolítico da Amazônia, mas também a urgência de reconfigurar os debates sobre a gestão sustentável do solo como eixo estruturante de políticas de mitigação e adaptação climática (Rodrigues & Simonetti, 2024). Nesse cenário, distintas racionalidades se confrontam: de um lado, práticas ecológicas associadas à agricultura orgânica e aos sistemas agroecológicos; de outro, a lógica produtivista de monoculturas florestais e a expansão urbana desordenada. A agricultura orgânica, ancorada em saberes tradicionais e técnicas de manejo que valorizam a adubação natural, o não uso de agrotóxicos e a conservação do solo, tem se consolidado como prática contra-hegemônica. Ela contribui para o aumento da matéria orgânica (M.O.), intensifica a atividade biológica e promove a fertilidade dos solos, desafiando os modelos convencionais de produção (Loss et al., 2015). Por sua vez, os solos urbanos, frequentemente negligenciados nos planejamentos territoriais, revelam sintomas de degradação física e química, resultado de processos de impermeabilização, compactação e contaminação, refletindo a materialização de políticas excludentes e da pressão antrópica em paisagens altamente disputadas (Batista et al., 2018).

Essas formas contrastantes de apropriação e manejo do solo não são apenas ecológicas ou técnicas; elas expressam diferentes cosmovisões, racionalidades e disputas por sentido. Ao tornar visíveis as qualidades e os limites desses solos — em seus contextos urbanos e rurais — emergem também os embates simbólicos e midiáticos sobre o que se entende por sustentabilidade, progresso, natureza e território. Desse modo, o solo transcende sua condição de mero suporte físico, assumindo o papel de arena política, cultural e comunicacional, onde se entrecruzam narrativas de dominação, resistência e transformação socioambiental. Nessa perspectiva, ele torna-se categoria central para a leitura das injustiças climáticas (Mancilla & Baard, 2023; Spiegel, 2021), pois expressa, em sua materialidade e em seus usos desiguais, as consequências de modelos de desenvolvimento excludentes e as disputas por reconhecimento e redistribuição no território. Assim, o solo configura-se como palco de enfrentamento entre racionalidades hegemônicas e práticas emancipadoras, articulando dimensões ecológicas, sociais e epistêmicas na busca por justiça climática e transições socioecológicas mais equitativas.

Conforme demonstra Osnar Aragão et al. (2023), o uso do solo tem um efeito marcante nos atributos microbiológicos utilizados como indicadores, apresentando valores mais elevados em solos argilosos e em florestas. A baixa diversidade vegetal, a ciclagem restrita de nutrientes e a acidificação do solo por exsudações radiculares comprometem os atributos químicos ao longo do tempo, especialmente em contextos onde o manejo não contempla estratégias de reposição e conservação da fertilidade (Ferreira, 2021). Ao comparar solos sob distintas formas de uso — agricultura orgânica, áreas

urbanas e monocultivos florestais — torna-se possível não apenas compreender os efeitos físicos e químicos do manejo humano, mas também decifrar as narrativas que sustentam (ou silenciam) essas intervenções. A agricultura orgânica, pautada em práticas conservacionistas e uso intensivo de matéria orgânica, tende a restaurar a fertilidade natural dos solos e promover maior resiliência ecológica. Por outro lado, os solos urbanos, frequentemente impermeabilizados, contaminados ou compactados, denunciam os efeitos de lógicas de ocupação excludentes e desordenadas. Já nos monocultivos de eucalipto, a acidificação e a depleção de bases trocáveis se manifestam como consequência direta da racionalidade extrativista que rege esses sistemas produtivos (Ferreira, 2021; Batista et al., 2018; Loss et al., 2015).

Essas condições de degradação, em especial nos contextos urbanos e florestais homogêneos, revelam fissuras que vão além dos limites agronômicos. Elas se inscrevem como marcas materiais de modelos de desenvolvimento que subordinam a complexidade ecológica a métricas de eficiência econômica. A Ecocrítica Intermidiática, nesse sentido, torna-se uma chave interpretativa fundamental: ao explorar os vínculos entre manejo territorial, regimes de representação e formas de percepção da crise ambiental, permite evidenciar como determinados impactos são sistematicamente naturalizados ou invisibilizados (Klanovicz & Ramos, 2023). A baixa disponibilidade de micronutrientes ou a acidificação progressiva de solos não devem ser lidas apenas como dados técnicos. São, antes, rastros de um processo histórico de simplificação ecológica e epistemológica — uma herança de narrativas modernas que glorificam a produtividade e o controle técnico sobre a natureza. A ecocrítica, conforme delineada por Greg Garrard (2006), desestabiliza essas narrativas ao demonstrar como a relação entre natureza e cultura é mediada por estruturas simbólicas que normalizam a degradação como um custo do progresso. Já a intermidialidade, nos termos de Claus Clüver (2023), amplia essa crítica ao examinar como essas realidades são traduzidas entre linguagens — da cartografia ao poema, da fotografia científica à arte de protesto — revelando os modos como o solo é discursivamente moldado, narrado ou silenciado.

O solo, aqui, é território epistêmico, lugar de embate entre racionalidades, entre epistemologias do extrativismo e saberes regenerativos. A partir dessa perspectiva, a agroecologia e os conhecimentos tradicionais não são apenas técnicas alternativas, mas linguagens insurgentes que articulam matéria e cultura, propondo um outro modo de habitar a terra e significar a fertilidade: não mais como recurso a ser explorado, mas como elo vivo entre justiça social, saúde ecológica e imaginação territorial. Dessa forma, este artigo propõe uma inflexão epistemológica: pensar o solo não apenas como substrato físico ou objeto de intervenção agronômica, mas como interface viva entre práticas produtivas e regimes de significação, entre ciência e poética, entre os mapas técnicos e os territórios sensíveis da crise ecológica. Em um tempo marcado pela aceleração dos colapsos socioambientais e pela fragmentação dos discursos sobre sustentabilidade, torna-se urgente reconhecer o solo como agente simbólico e político, um arquivo material de escolhas civilizatórias e um espelho dos modos de vida que estruturam (e desestruturam) o comum.

2 Modelo de investigação

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, qualitativa e transdisciplinar, fundamentada na Ecocrítica Intermidiática (Garrard, 2006; Clüver, 2023) e na Agroecologia como epistemologia situada (Ferreira & Cardoso, 2024). Parte-se do pressuposto de que os atributos químicos e físicos do solo não são apenas indicadores biofísicos, mas também marcadores materiais de regimes históricos de uso, conhecimento e poder. Assim, o solo é compreendido como território epistêmico e político, expressão simultânea de processos ecológicos e narrativos.

O presente estudo foi conduzido no município de Conselheiro Lafaiete, localizado no estado de Minas Gerais, nas dependências da unidade de ensino superior UNA. A pesquisa teve por finalidade avaliar comparativamente os atributos químicos de solos submetidos a três distintos sistemas de uso e manejo. Todos os sítios amostrais foram selecionados dentro de uma mesma região climática e apresentaram características topográficas semelhantes, garantindo homogeneidade ambiental e minimizando interferências externas que pudessem comprometer a interpretação dos resultados. Essa estratégia permitiu isolar os efeitos do manejo e do uso do solo sobre seus atributos químicos, reduzindo vieses decorrentes de variabilidade climática, geomorfológica ou edáfica.

2.1 Área amostral

As áreas amostradas corresponderam a: 1) Sistema agrícola com manejo orgânico — Mgbio (20°39'47"S, 43°47'09"W), caracterizado por práticas agroecológicas, como o uso de compostos orgânicos, ausência de agrotóxicos e preservação da cobertura vegetal; 2) Solo urbano (20°39'07"S, 43°47'23"W), coletado em canteiro de praça pública, sem histórico de manejo agrícola ou adubações regulares, representando condição de solo antropizado e submetido a intensa compactação e interferência antrópica; 3) Área de monocultivo de eucalipto (20°38'14"S, 43°47'20"W), composta por plantio homogêneo de espécies do gênero Eucalyptus, com presença de serapilheira, mas manejo convencional e ausência de adubações corretivas. Todas as amostras foram obtidas em condições de clima tropical mesotérmico úmido (Cwa, segundo Köppen, 1936), com distribuição sazonal bem definida e precipitação média anual em torno de 1.300 mm, garantindo homogeneidade ambiental e maior confiabilidade aos dados comparativos.

2.2 Análises químicas

As análises químicas dos solos foram realizadas de acordo com metodologias padronizadas e amplamente consolidadas para solos tropicais, conforme descrito por Embrapa (2017), Tedesco, Gianello, Bissani, Bohnen e Volkweiss (1995) e outros autores clássicos da literatura técnico-científica em fertilidade do solo. Os procedimentos laboratoriais seguiram rigorosamente os protocolos recomendados para solos com diferentes classes texturais: textura arenosa, textura média e textura argilosa, garantindo representatividade e comparabilidade dos resultados. A análise do fósforo remanescente foi conduzida a partir da incubação de 2,5 g de solo com 25 mL de solução padrão de fósforo contendo 60 mg L^{-1} de P, preparada em solução de cloreto de cálcio ($CaCl_2$) 0,01 mol L^{-1}. A suspensão foi agitada por 1 hora em agitador horizontal e, em seguida, filtrada. A concentração de P-remanescente no extrato foi determinada por espectrofotometria, utilizando o método colorimétrico do molibdovanadato, conforme descrito por Victor Alvarez V. et al. (2000). O boro disponível no solo foi quantificado mediante extração por ebulição com água destilada. Foram utilizados 10 g de solo, aos quais se adicionaram 20 mL de água destilada. A mistura foi submetida à fervura por 5 minutos em chapa aquecedora, seguida de filtração. O teor de boro no extrato foi determinado por colorimetria, utilizando o reagente azometina-H, de acordo com o protocolo descrito pela Embrapa (2017).

Além desses, o enxofre disponível (S-SO_4) foi extraído utilizando uma solução de fosfato monocálcico contendo 500 mg L^{-1} de P_2O_5, preparada em ácido acético 0,01 mol L^{-1}, na proporção solo:solução extratora de 1:2,5 (m/v). Após agitação da suspensão por 30 minutos e filtração, o teor de S no extrato foi determinado por turbidimetria, conforme metodologia proposta por Tedesco et al. (1995) e adotada pela Embrapa (2017). A determinação da M.O. foi realizada por oxidação úmida, utilizando-se o método de Walkley-Black modificado. Para isso, 1 g de solo foi tratado com 10 mL de solução de dicromato de potássio 4N ($Na_2Cr_2O_7$) e 20 mL de ácido sulfúrico concentrado (10N), em sistema fechado para digestão térmica. Após resfriamento, o excesso de dicromato não reduzido foi titulado com solução de sulfato ferroso-amoniacal (FAS) 0,5N, utilizando ferroína como indicador redox. O carbono orgânico oxidável (C) foi convertido em teor de M.O. utilizando o fator de correção 1,724, conforme proposto por Walkley & Black (1934).

2.3 Determinação do pH em água

O potencial hidrogeniônico (pH) do solo foi determinado por meio de suspensão solo:água na proporção de 1:2,5 (m/v), conforme metodologia estabelecida pela Embrapa (2017). Para isso, 10 g de solo seco e peneirado foram adicionados a 25 mL de água destilada em béquer de vidro. A suspensão foi homogeneizada por agitação manual por aproximadamente 1 minuto e, em seguida, deixada em repouso por 30 minutos à temperatura ambiente. A leitura do pH foi realizada com pHmetro digital previamente calibrado com soluções tampão padrão de pH 4,0 e 7,0, garantindo a acurácia dos valores obtidos.

2.4 Extração e quantificação nutricional

A extração dos nutrientes fósforo (P), sódio (Na), potássio (K), ferro (Fe), zinco (Zn), manganês (Mn) e cobre (Cu) foi conduzida utilizando-se o extrator ácido duplo conhecido como solução Mehlich-1, composta por HCl 0,05 mol L^{-1} e H_2SO_4 0,0125 mol L^{-1}, na proporção solo:extrator de 1:10 (m/v). Para cada amostra, 5 g de solo seco e peneirado foram transferidos para frascos plásticos tipo Falcon, contendo 50 mL da solução extratora. As amostras foram agitadas em agitador horizontal a 200 rpm por cinco minutos, seguindo o protocolo original de Mehlich (1953). Após a agitação, o conteúdo foi filtrado em papel filtro qualitativo e os extratos obtidos foram submetidos à quantificação dos teores de nutrientes. Os macronutrientes

P, Na e K foram determinados por fotometria de chama, enquanto os micronutrientes Fe, Zn, Mn e Cu foram analisados por espectrofotometria de absorção atômica em chama, conforme as recomendações metodológicas da Embrapa (2017).

2.5 Cálculo dos atributos de fertilidade do solo e teor de matéria orgânica

Os teores de cálcio (Ca^{2+}), magnésio (Mg^{2+}) e alumínio (Al^{3+}) trocáveis foram determinados por meio de extração com solução de cloreto de potássio (KCl) 1 mol L^{-1}, empregando-se uma proporção solo:solução extratora de 1:10 (m/v). Para isso, 10 g de solo seco e peneirado foram adicionados a 100 mL de KCl em frascos plásticos, sendo a suspensão agitada em agitador horizontal por 10 minutos. Após a filtração em papel qualitativo, os extratos foram submetidos à análise: os cátions Ca^{2+} e Mg^{2+} foram quantificados por espectrofotometria de absorção atômica em chama, enquanto o teor de Al^{3+} foi determinado por titulação com solução padrão de hidróxido de sódio (NaOH) 0,025 mol L^{-1}, utilizando azul de bromotimol como indicador (Embrapa, 2017). A acidez potencial do solo, representada pela soma dos íons hidrogênio e alumínio não trocáveis ($H^+ + Al^{3+}$), foi estimada utilizando a solução tampão SMP (Shoemaker et al., 1961). O método consistiu na mistura de 5 g de solo com 5 mL da solução tampão, na proporção 1:1 (m/v), com agitação contínua por uma hora em agitador horizontal. Após repouso, foi realizada a leitura do pH da suspensão com pHmetro previamente calibrado. O valor obtido foi inserido em uma curva de calibração específica para o tipo de solo, permitindo a estimativa indireta dos teores de $H^+ + Al^{3+}$, conforme descrito por Tedesco et al. (1995).

Com base nas concentrações obtidas para os cátions trocáveis e a acidez potencial, foram calculados os seguintes indicadores químicos de fertilidade do solo, segundo fórmulas consagradas pela Embrapa (2017):

Soma de bases trocáveis (SB): $SB = Ca^{2+} + Mg^{2+} + K^+ + Na^+$

Capacidade de troca catiônica efetiva (t): $t = SB + Al^{3+}$

Capacidade de troca catiônica a pH 7,0 (T): $T = SB + (H^+ + Al^{3+})$

Índice de saturação por bases (V%): $V = (SB / T) \times 100$

Índice de saturação por alumínio (m%): $m = (Al^{3+} / t) \times 100$

3 Resultados e discussões

A análise dos atributos químicos dos solos sob diferentes formas de uso revela não apenas contrastes agronômicos mensuráveis, mas expressões microecológicas de disputas maiores sobre os sentidos do território e da sustentabilidade. Os dados empíricos mostram que o solo manejado sob sistema orgânico apresenta um pH significativamente mais elevado (7,54), ausência de acidez potencial ($H^+ + Al^{3+}$) e, por conseguinte, maior capacidade de disponibilizar nutrientes essenciais à atividade enzimática e à diversidade microbiológica (Figura 1). Tais atributos não são apenas indicadores de fertilidade: eles refletem uma epistemologia do cuidado, um modo de intervir no solo que prioriza processos regenerativos e a continuidade da vida subterrânea como fundamento da produtividade.

Em contrapartida, os solos urbanos (pH 6,1) e sob monocultura de eucalipto (pH 6,4) apresentam níveis mais elevados de acidez, sendo o solo florestal homogêneo especialmente marcado por uma acidez potencial de 2,9 cmolc/dm^3. Este valor é indicativo de desequilíbrios químicos profundos, possivelmente vinculados à presença de compostos orgânicos recalcitrantes oriundos da serapilheira do eucalipto (Sartorelli et al., 2022), que afetam negativamente a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas edáficos. Longe de serem neutros ou naturais, esses padrões edáficos materializam racionalidades distintas de ocupação e manejo da terra. Solos empobrecidos e acidificados em áreas urbanas ou florestas homogêneas são os sedimentos de políticas territoriais guiadas por lógicas de eficiência extrativa, que desconsideram a complexidade biológica e os ciclos ecossistêmicos em nome da produtividade ou da expansão urbana. Tais condições revelam injustiças climáticas intrínsecas (Coitinho, 2024), pois os impactos sobre a fertilidade e a resiliência do solo não são distribuídos de forma equitativa, refletindo e perpetuando vulnerabilidades socioambientais, sobretudo para populações que dependem diretamente desses ecossistemas para subsistência, segurança alimentar e bem-estar territorial. Trata-se de um empobrecimento simbólico e material simultâneo, no qual a fertilidade se esvai junto com o conhecimento tradicional, a

biodiversidade e os modos de vida que poderiam sustentar outro paradigma de relação sociedade-natureza (Marques et al., 2021; Oliveira Brito et al., 2024).

Nesse sentido, os dados aqui apresentados podem ser lidos também por meio das lentes da Ecocrítica, entendida como abordagem ambientalista transdisciplinar que revela os entrelaçamentos entre práticas técnicas, representações culturais e lógicas de poder. O solo, então, deixa de ser apenas um dado físico-químico para tornar-se território discursivo — um corpo ecológico que expressa o choque entre paradigmas: o do extrativismo tecnocrático e o da sustentabilidade enraizada na diversidade, no tempo longo e no conhecimento situado. A análise dos solos, nesse contexto, é também uma forma de leitura crítica do mundo — uma arqueologia da crise que se desenha sob nossos pés.

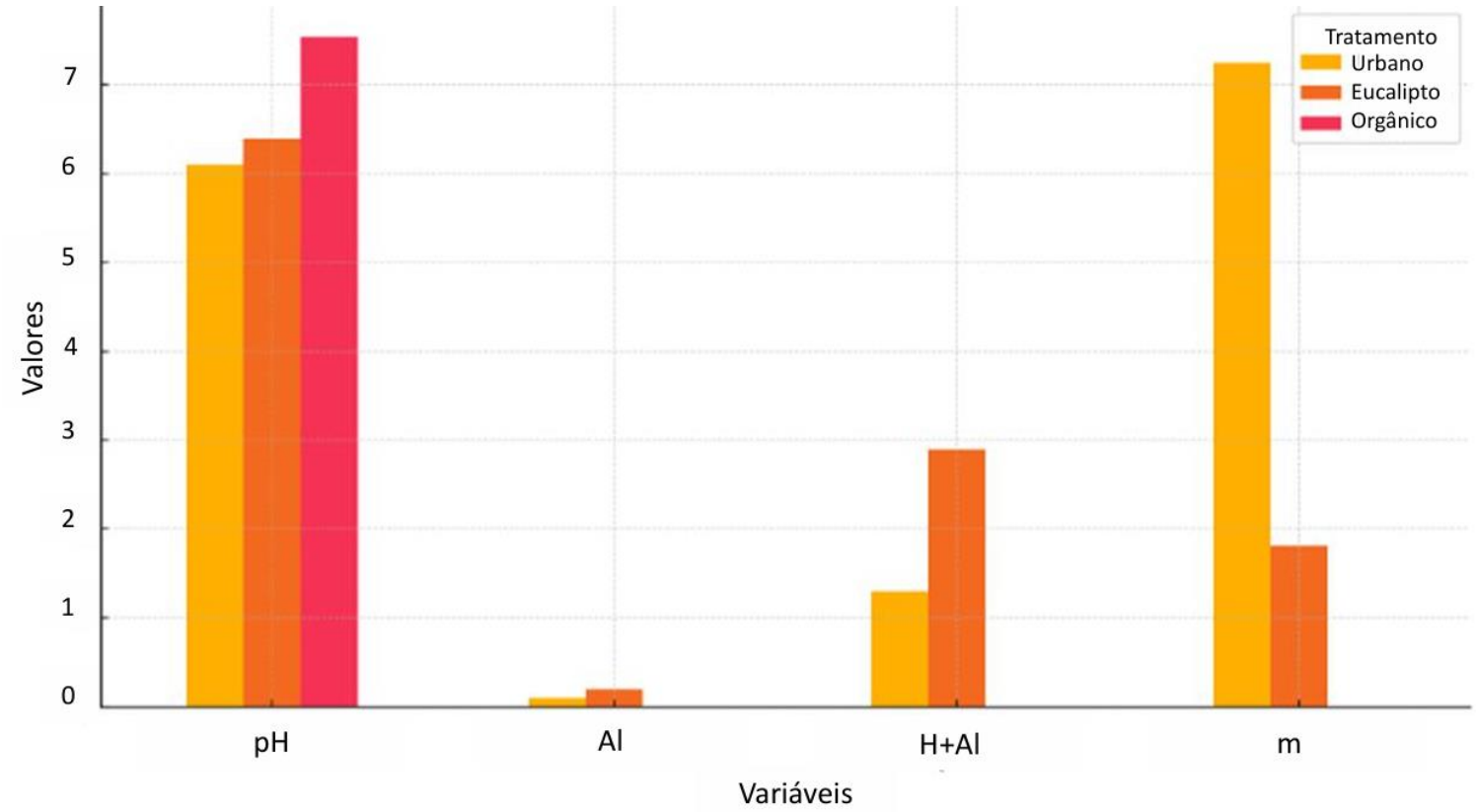


Figura 1: Valores de pH (em água) e acidez potencial ($H^+ + Al^{3+}$, extraído com solução de tampão SMP), m (saturação) de solos sob três usos distintos: área urbana, plantio de eucalipto e sistema orgânico com manejo biológico. Autor, 2025.

A Ecocrítica contemporânea tem aprofundado sua atuação ao dialogar com diferentes mídias e linguagens, desafiando visões tradicionais sobre a natureza e o papel humano diante da crise ambiental (Carson, 2002; Vieira, 2023). Ao escancarar a permanência de lógicas coloniais nas formas de apropriação da terra, essa abordagem permite interpretar a degradação do solo não apenas como consequência técnica, mas como manifestação concreta de modelos históricos de dominação. O contraste entre os diferentes sistemas de uso analisados ilustra bem essa dinâmica.

Na figura 2, a disponibilidade de potássio (K) no manejo orgânico foi de 609,76 mg/dm³ — valor muito superior ao registrado nas demais áreas. Isso indica a aplicação sistemática de insumos orgânicos ricos em K, como cinzas, estercos e biofertilizantes (Oliveira Brito et al., 2024). De forma similar, o teor de fósforo disponível (P) chegou a 165,75 mg/dm³, enquanto a área urbana apresentou apenas 0,13 mg/dm³. Essa diferença extrema reforça o papel da agricultura orgânica na recuperação da fertilidade, sem os riscos de contaminação associados a fertilizantes minerais. O solo urbano foi o mais empobrecido: baixas concentrações de matéria orgânica (M.O.), baixa soma de bases (SB), baixo V% e a maior saturação por alumínio (m% = 7,25%). Esse conjunto de indicadores aponta para um solo quimicamente degradado, com baixa capacidade de sustentar vegetação e forte sinal de uso desordenado do espaço urbano. O solo sob eucalipto apresentou valores elevados de SB (10,87 cmolc/dm^3) e capacidade de troca catiônica total (T = 13,77 cmolc/dm^3), sugerindo alguma ciclagem promovida pela serapilheira. No entanto, o acúmulo de matéria orgânica foi menor do que no manejo orgânico (3,94% contra 5,25%), o que levanta preocupação quanto à sustentabilidade a longo prazo desse modelo. Em áreas sob

monocultivo contínuo, a ausência de rotação e de reposição equilibrada de nutrientes pode acelerar a acidificação e a perda de fertilidade.

Quanto aos micronutrientes, apenas o manejo orgânico foi avaliado. Os níveis de manganês (Mn = 257,24 mg/dm³) e ferro (Fe = 65,15 mg/dm³) foram elevados, podendo refletir tanto a mineralogia local quanto a decomposição ativa da matéria orgânica. Enxofre (S = 25,23 mg/dm³) e zinco (Zn = 16,29 mg/dm³) também se mantiveram em faixas adequadas para a maioria das culturas, o que reforça a eficiência do sistema agroecológico na construção de um solo fértil, funcional e diverso. Em síntese, os dados demonstram que solos manejados com base em princípios agroecológicos são mais férteis, equilibrados e resilientes. Por outro lado, solos urbanos e florestais homogêneos expressam modelos de uso centrados na exploração, que além de degradar a terra, reproduzem desigualdades socioambientais e epistemológicas. O solo, assim, torna-se registro vivo das escolhas civilizatórias que fazemos — e das alternativas que podemos cultivar.

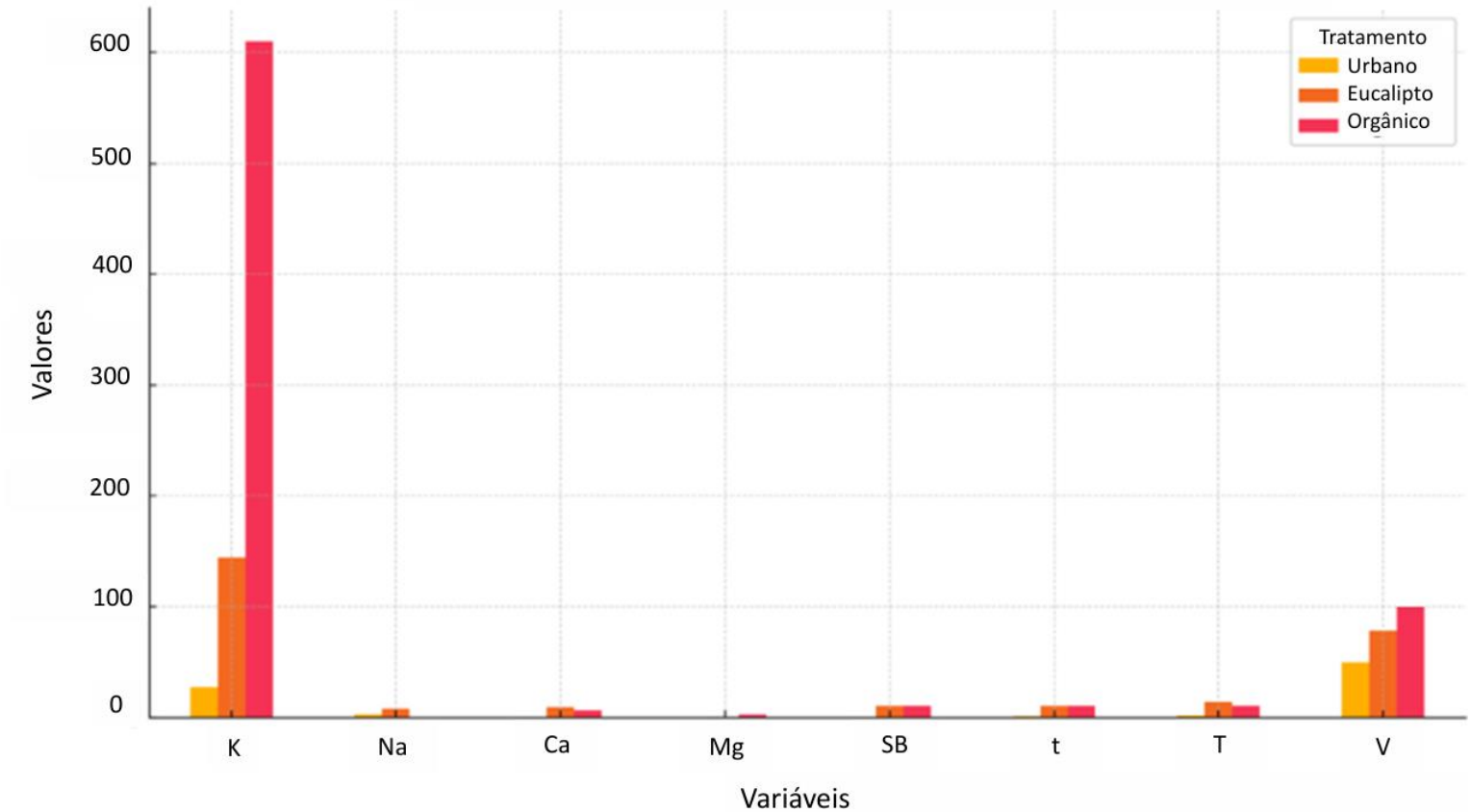


Figura 2: Concentrações de macronutrientes disponíveis (mg/dm³) – Potássio (K), sódio (Na), magnésio (Mg), soma de bases (SB), valores de capacidade de troca catiônica efetiva (t), pH 7,0 (T) e saturação de bases (V), avaliados em solo sob diferentes tratamentos. Autor, 2025.

Por fim, a saturação por bases (V%) alcançou 100% no manejo orgânico, um indicativo clássico de solo bem nutrido e com baixa acidez trocável, refletindo uma gestão altamente eficiente da fertilidade. A comparação entre os tratamentos reforça o potencial da agricultura orgânica como alternativa viável para a sustentabilidade dos solos, alinhando-se às metas globais estabelecidas pela COP30 no combate à degradação e às mudanças climáticas. A Ecocrítica (Garrard, 2006) e a Intermidialidade (Clüver, 2023), reunidas pioneiramente por Jørgen Bruhn (2020) sob o conceito de Ecocrítica Intermidiática, constituem abordagens teóricas e analíticas que se complementam ao propor estudos comparados entre literatura e outras mídias, especialmente quando articuladas à formação crítica e à leitura ambiental das múltiplas linguagens contemporâneas. Tal articulação é particularmente relevante ao se considerar os discursos que emergem de diferentes paisagens antrópicas e seus reflexos simbólicos. Por exemplo, a descrição técnica de um solo urbano com teor de M.O. extremamente baixa, praticamente nulo, indicativo da ausência de cobertura vegetal, intensa mineralização e possível degradação física e química (Figura 3), evidencia um ambiente hostil à vida biológica, com baixa retenção de água e nutrientes (Martins & Nascimento, 2022).

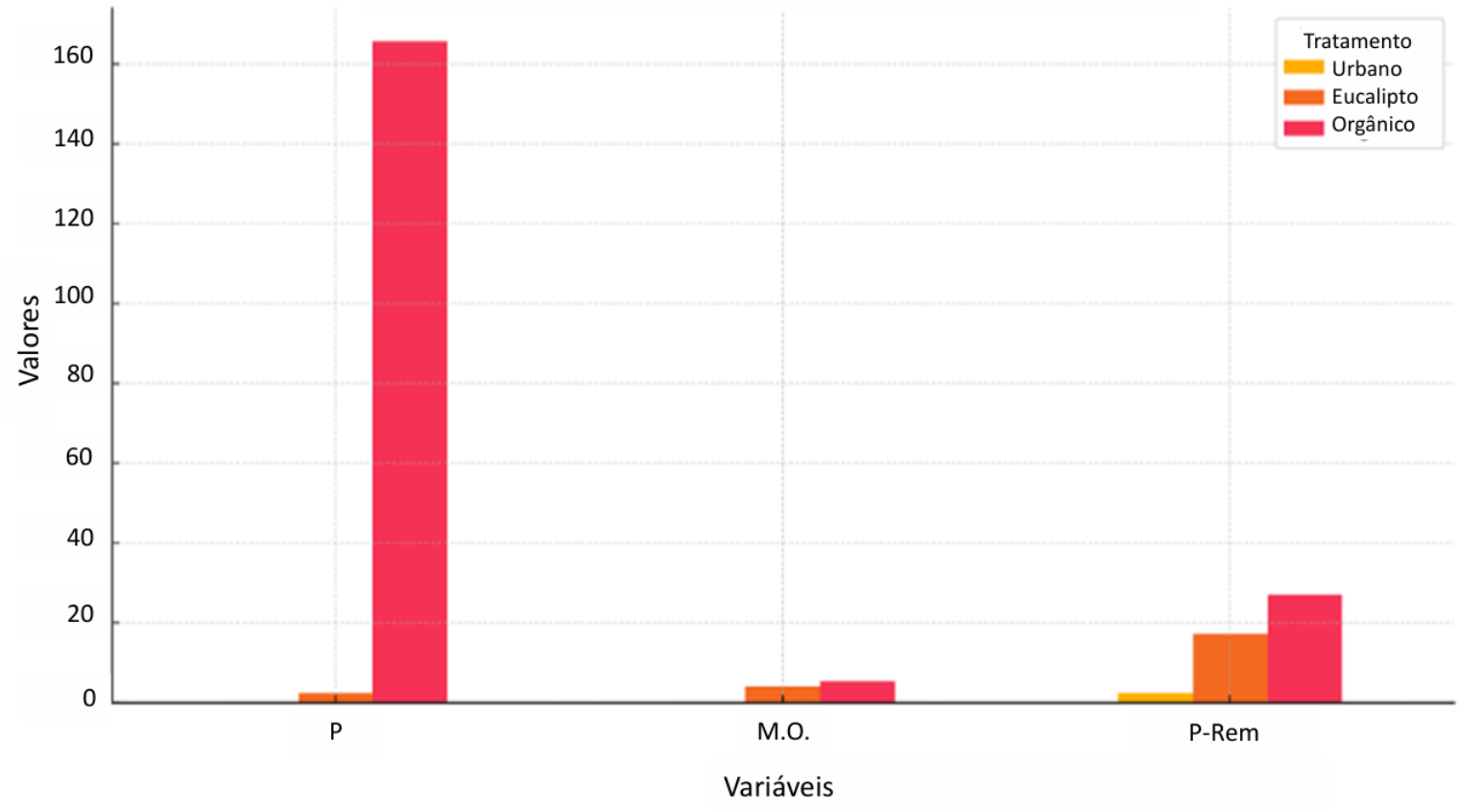


Figura 3: Concentração de fósforo (P) (mg/dm³), matéria orgânica (M.O.) (dag/kg) e fósforo remanescente (P-rem) (mg/L) no solo sob sistema de agricultura orgânica. Autor, 2025.

Já o solo sob eucalipto, embora parte de um sistema de monocultura, apresenta M.O. significativamente maior, refletindo o acúmulo de serapilheira e raízes em decomposição. Ao serem transportadas para o plano das representações, essas realidades físicas do solo podem ser tematizadas, distorcidas ou silenciadas por diferentes mídias — sejam reportagens, documentários, ficções literárias ou mesmo campanhas publicitárias de empresas florestais (Valdetaro et al., 2012; Fernandes & Barichello, 2022; Andreoli, 2023; Lozano-Ramirez, 2024). A Ecocrítica Intermidiática oferece, nesse contexto, uma lente crítica para compreender como esses territórios degradados ou "verdes", embora contrastantes do ponto de vista ecológico, podem ser simbolicamente igualados ou ressignificados, influenciando nossa percepção sobre sustentabilidade, natureza e progresso. Assim, a análise do solo não se restringe ao campo agronômico, mas torna-se chave para entender disputas discursivas e ideológicas sobre o que se considera ambiente saudável nas narrativas midiáticas e educativas contemporâneas.

Apesar da elevada produção de biomassa, o eucalipto não garante acúmulo proporcional de M.O. estável no solo. A acidificação promovida por exsudações radiculares e compostos alelopáticos pode reduzir a atividade microbiana e, consequentemente, a ciclagem de nutrientes (Liu et al., 2022). No sistema orgânico, por outro lado, observou-se o maior teor de M.O. (5,25%), resultado direto de práticas conservacionistas com compostagem, cobertura morta, ausência de queima e uso contínuo de bioinsumos. A presença elevada de M.O. melhora a estrutura do solo, favorece a retenção de água e a complexação de nutrientes, o que explica os altos teores de fósforo e micronutrientes registrados nesse tratamento (Silva et al., 2022). A disponibilidade de fósforo (P) nos solos urbanos foi praticamente nula (Figura 3), reflexo do abandono nutricional típico desses ambientes, onde a ausência de adubação e a presença de óxidos de ferro e alumínio resultam em fixação intensa e erosão superficial. O valor do P-rem (baixo) confirma essa limitação: mesmo quando aplicado, o fósforo tende a se tornar indisponível para as plantas. No solo sob eucalipto, o fósforo disponível é ligeiramente superior, com P-rem de 17,1 mg/L — um sinal positivo em comparação com o solo urbano, embora ainda limitado. Isso se alinha ao padrão conservativo das florestas plantadas: reciclagem superficial sem reposição externa significativa.

O manejo orgânico, novamente, se destaca com um salto expressivo: 165,75 mg/dm³ de fósforo disponível e P-rem de 26,98 mg/L. Esses números sugerem saturação do solo com compostos orgânicos ricos em fósforo, como torta de filtro, esterco curtido ou biofertilizantes fosfatados (Oliveira et al., 2025). Mais que dados agronômicos, esses indicadores revelam

modelos de manejo que rompem com a lógica extrativista, estabelecendo outra relação entre solo, produtividade e sustentabilidade. Mas essa diferença de fertilidade também tem implicações discursivas. A forma como a agricultura orgânica ou a monocultura do eucalipto são representadas em textos, imagens e discursos midiáticos constrói sentidos diversos sobre o que é “sustentável”, “moderno” ou “viável”. É nesse ponto que a Ecocrítica (Garrard, 2006) e a Intermidialidade (Clüver, 2023) se conectam, como propõe Bruhn (2020), para formar a Ecocrítica Intermidiática: um campo de análise que articula o dado material com sua representação simbólica e midiática. A leitura dos solos; com seus diferentes níveis de fertilidade, degradação ou resiliência; torna-se, então, também uma leitura de mundo. A técnica agronômica, longe de ser neutra, está impregnada de valores e ideologias, sendo mobilizada em narrativas que legitimam ou questionam determinados modos de ocupação da terra. A Ecocrítica Intermidiática nos convida a interpretar esses dados como parte de um conflito mais amplo: entre o discurso do progresso e as possibilidades de regeneração territorial e cultural.

Sob o ponto de vista da disponibilidade de nutrientes para as plantas, esse cenário é altamente favorável. No entanto, do ponto de vista ambiental, impõe desafios importantes: solos com alta saturação de fósforo (P) podem se tornar fontes potenciais de contaminação de corpos hídricos, especialmente por meio de processos de lixiviação e escoamento superficial. Esse risco é particularmente elevado em solos arenosos ou em áreas com relevo acentuado. A análise dos micronutrientes nos três tratamentos revela importantes contrastes quanto à disponibilidade de elementos essenciais ao metabolismo vegetal em função do uso e manejo do solo (Figura 4). Observou-se que apenas o sistema de manejo com adição de insumos biológicos e orgânicos apresentou concentrações detectáveis para os micronutrientes analisados, enquanto nas áreas urbana e sob cultivo de eucalipto os teores foram insignificantes ou não detectados (NS).

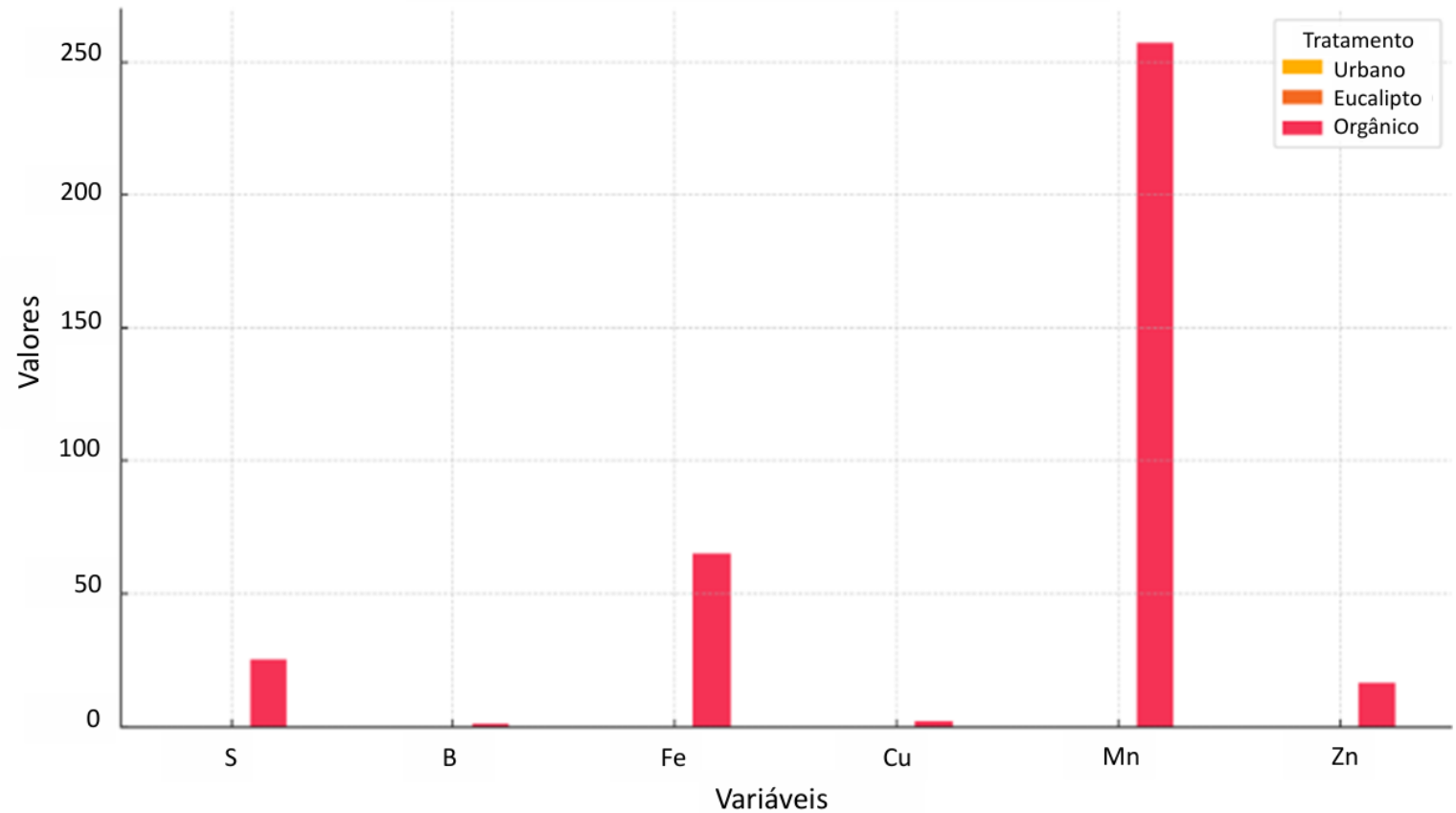


Figura 4: Concentração de micronutrientes disponíveis (mg/dm³) no solo sob sistema de agricultura orgânica, com destaque para S (enxofre), B (boro), Fe (ferro), Cu (cobre), Mn (manganês) e Zn (zinco). Autor, 2025.

No sistema orgânico, os níveis de ferro (Fe = 65,15 mg/dm^3), manganês (Mn = 257,24 mg/dm^3), zinco (Zn = 16,29 mg/dm^3) e cobre (Cu = 2,19 mg/dm^3) foram significativamente superiores aos encontrados nos demais tratamentos. Esses valores não apenas indicam uma alta disponibilidade de micronutrientes, mas refletem a presença ativa de matéria orgânica, complexantes naturais (ácidos húmicos e fúlvicos) e, possivelmente, biofertilizantes com micronutrientes quelatizados. O destaque para o manganês reforça essa leitura: sua intensa mobilização depende diretamente da atividade microbiana e do pH, ambos modulados por práticas agroecológicas (Razera et al., 2021). O teor de enxofre (S = 25,23 mg/dm^3) e boro

(B = 0,95 mg/dm³) também se destacou nesse manejo. O enxofre pode ter origem na adição de composto, farinha de ossos ou gesso agrícola, enquanto a presença de boro — mesmo em pequena concentração — é um marcador relevante, já que não foi detectado em solos urbanos nem sob eucalipto. A ausência desse micronutriente essencial nos demais sistemas reforça o diagnóstico de degradação funcional. É fundamental compreender que a carência de micronutrientes nos solos urbanos e nas monoculturas de eucalipto não é apenas uma falha agronômica, mas uma consequência direta de escolhas políticas, econômicas e culturais que esvaziam os ciclos biológicos e desestruturam a ecologia do solo. A perda de matéria orgânica e da biodiversidade microbiana nesses contextos é efeito de uma racionalidade produtivista, centrada na extração e na homogeneização, que apaga práticas tradicionais e desvaloriza estratégias ecológicas mais complexas.

Esse empobrecimento dos solos — físico, químico e simbólico — não é casual. Ele revela a persistência de um paradigma tecnocientífico que naturaliza o esgotamento dos ecossistemas e mascara os conflitos históricos de uso e posse da terra. A Ecocrítica, nesse cenário, é decisiva: ao desmontar a ideia de neutralidade da técnica, ela denuncia como modelos hegemônicos de ocupação territorial, como o avanço urbano desordenado e os monocultivos de espécies exóticas, incorporam e reproduzem lógicas coloniais, invisibilizando saberes locais e afetando diretamente a resiliência dos territórios. A baixa ciclagem biológica e a imobilização de nutrientes nesses solos não são apenas sintomas químicos, são indicadores sociais e culturais de ruptura. A ausência de micronutrientes sinaliza, também, o afastamento das práticas simbióticas de manejo, como as propostas pela agroecologia e pelos sistemas agrícolas de base tradicional. Reconstituir a fertilidade, portanto, não é apenas uma tarefa técnica: é uma demanda ética, política e epistêmica. Nesse contexto, a matéria orgânica deixa de ser um simples indicador de fertilidade para se tornar símbolo de resistência ecológica e de reconexão com práticas regenerativas. Valorizá-la é defender territórios, modos de vida e ecossistemas vivos. É recusar a lógica que separa natureza e cultura para, em seu lugar, construir uma nova gramática do solo: aquela que reconhece sua potência estética, sua memória histórica e sua centralidade na luta por justiça ambiental.

4 Considerações finais

Os resultados deste estudo ultrapassam a mera análise da qualidade química e fertilidade do solo, revelando como seu uso e manejo refletem racionalidades ecológicas, políticas e territoriais profundamente distintas. A agricultura orgânica, com seus elevados níveis de matéria orgânica, micronutrientes, fósforo assimilável e pH equilibrado, demonstra o potencial transformador dos sistemas agroecológicos na construção de solos funcionalmente ativos, resilientes e integrados a processos biológicos vivos. Em contraste, os solos urbanos e aqueles submetidos à monocultura de eucalipto expõem processos claros de degradação química e empobrecimento biogeoquímico, sintomas materiais de um modelo territorial extrativista, fragmentado e descompassado da complexidade ecológica, social e cultural dos territórios.

Sob o prisma do debate entre cidade e campo e da crítica à dicotomia urbano-rural, a leitura dos processos territoriais à luz da Ecocrítica Intermidiática revela que esses resultados não são meros dados, mas evidências materiais e simbólicas da ruptura entre o humano e a terra. Essa cisão reflete escolhas históricas inscritas em discursos hegemônicos de dominação e apagamento, que sustentam políticas públicas e reforçam a mercantilização tanto da natureza quanto dos saberes locais. O solo, nesse sentido, pode ser compreendido como um suporte vivo que expressa e comunica as tensões entre paradigmas civilizatórios distintos, especialmente nas zonas periurbanas, onde o urbano e o rural se interpenetram. É ali que se materializam as disputas territoriais em torno do futuro da vida, das redes urbanas e das práticas socioambientais, tensionando os limites entre o planejado e o vivido, o técnico e o simbólico.

Dessa forma, este trabalho contribui para o fortalecimento de uma ciência do solo, no contexto urbano-rural, que não se limita à produtividade técnica, mas que se coloca a serviço da justiça ambiental, da soberania alimentar e da reconstrução simbólica de uma relação territorial, fundada no respeito à diversidade epistemológica e na promoção de práticas sustentáveis que desafiem as lógicas extrativistas dominantes. Essa é uma chamada urgente para se repensar as bases políticas, técnicas e culturais da produção do território periurbano e metropolização, especialmente no contexto das dinâmicas urbanas e rurais interconectadas, que definem as cidades contemporâneas.

Referências

Alvarez V., V. H., Novais, R. F., Dias, L. E., & Oliveira, J. A. (2020). Determinação e uso do fósforo remanescente. *Boletim Informativo*. SBCS, v. 25, p. 27–32.

Aragão, O. O. da S., Jesus, E. da C., Oliveira-Longatti, S. M. de, Souza, A. A. de, & Moreira, F. M. de S. (2023). Physical, Chemical, and Microbiological Attributes as Discriminators of Coffee-Growing and Forest Sites in Different Soils in the Brazilian Atlantic Forest Biome. *Journal of Soil Science and Plant Nutrition, 23*(11), 676756776. https://doi.org/10.1007/s42729-023-01532-9

Andreoli, T. P., Cruz, A., & Kissimoto, K. (2023). Marketing verde X Greenwashing na rotulagem ambiental. *Revista Pretexto, 24*(4), 54–71. https://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/9435

Batista, E. R., Zanchi, C. S., Ferreira, D. A., Santiago, F. L. A., Pinto, F. A., Santos, J. S., Paulino, H. B., & Carneiro, M. A. B. (2018). Atributos biológicos do solo em sistema integrado de produção agropecuária. In Souza, E. D., Silva, F. D., Assmann, T. S., Carneiro, M. A. C., Carvalho, P. C. F. e Paulino, H. B. (Orgs.), *Sistemas integrados de produção agropecuária no Brasil* (v. 1, pp. 71–90). Tubarão: Copiart. https://repositorio.ufla.br/handle/1/29868

Bruhn, J. (2020). O que é midialidade, e (como) isso importa? Termos teóricos e metodologia. In Figueiredo, C. A. P., Oliveira, S. R. e Diniz, T. F. N. (Orgs.), *A intermidialidade e os estudos interartes na arte contemporânea* (pp. 15–54). Santa Maria: Editora UFSM.

Carson, R. (2002). *Silent Spring* (40th Anniversary Edition). Mariner Books Classics.

Clüver, C. (2023). Intermidialidade. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, 1*(2), 8–23. https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/48493

Coitinho, D. (2024). Refletindo sobre a injustiça ambiental. *Griot: Revista de Filosofia*, *24*(3), 168–181. https://doi.org/10.31977/grirfi.v24i3.4918

Embrapa. (2017). *Manual de métodos de análise de solo* (3a ed.). (P. C. Teixeira, G. K. Donagemma, A. Fontana, W. G. Teixeira, Eds.). Embrapa Solos.

Fernandes, F. F. & Barichello, E. M. R. (2022). A Media Ecology como lente-analítica de investigação sobre as configurações midiáticas e estratégias comunicacionais em ecossistemas de inovação. *Rizoma, 11*(2), 153–170. https://doi.org/10.17058/rzm.v11i2.15942

Ferreira, A. C. F. (2021). *Efeito do manejo de resíduos da colheita e da adubação no crescimento do eucalipto, na absorção de nutrientes e nas frações de fósforo do solo* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Viçosa]. Repositório UFV. https://locus.ufv.br//handle/123456789/29465

Ferreira, R. de S. & Cardoso, I. M. (2024). Epistemologia agroecológica e coprodução do saber: diálogos a partir de Paulo Freire, Sevilla Guzmán e Hans Jonas. *Cadernos de Agroecologia, 19*(1). https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8929

Garrard, G. (2006). *Ecocrítica* (V. Ribeiro, Trad.). Editora UnB.

Klanovicz, J. & Ramos, A. C. dos S. (2023). Mudança climática e os riscos de um futuro ecofascista em O Conto da Aia: uma leitura histórica e ecocrítica. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 40*(3), 318–336. https://doi.org/10.14295/remea.v40i3.15809

Köppen, W. Das Geographische System der Klimate**.** In: KÖPPEN, W.; GEIGER, R. *Handbuch der Klimatologie*. Gebrüder Borntraeger, 1936.

Liu, Z., Zhang, J., Wang, Y. (2022). Gas chromatography-mass spectrometry analysis of variations in the essential leaf oil of 6 Eucalyptus Species and allelopathy of mechanism 1,8-cineole. *Ciência Rural, 53*(3). https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20210687

Lozano-Ramirez, M. C. (2024). El marketing verde como proceso de aprendizaje para las organizaciones. *Brazilian Journal of Business, 6*(1), 37–46. https://doi.org/10.34140/bjbv6n1-003

Loss, A., Silva, A. R., Costa, F. A. (2015). Carbono orgânico total e agregação do solo em sistema de plantio direto agroecológico e convencional de cebola. *Revista Brasileira de Ciência do Solo, 39*(4), 1212–1224. https://doi.org/10.1590/01000683rbcs20140718

Mancilla, A. & Baard, P. (2023). Climate justice and territory. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, 15*(1). https://doi.org/10.1002/wcc.870

Marques, T. H. N., Rizzi, D., Ferraz, V., Herzog, C. P. (2021). Soluções baseadas na natureza: conceituação, aplicabilidade e complexidade no contexto latino-americano, casos do Brasil e Peru. *Revista Labverde, 11*(1), 12–49. https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.189419

Martins, M. V. E. & Nascimento Silva, M. L. (2022). Physical-structural properties of soil in an area under degradation process near the margins of the Balsas-MA river. *Research, Society and Development, 11*(1). https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25106

Mehlich, A. (1953). Mehlich 1 extractant: A soil test extractant for use on acid soils. *Soil Science Society of America Journal*.

Oliveira Brito, W. R., Morais, C. N. de, Moraes, R. P. (2024). Utilização de substrato preparado com compostagem para produção de mudas: uma revisão sistemática de literatura. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 7*(14). https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1009

Oliveira, J. G. A., Reis, H. S. dos, Araújo, J. F., Bomfim, L. S. V., & Barbosa, A. C. F. (2025). Biodiversidade e a revitalização dos solos – da ação microbiológica à adição de nutrientes para remineralização. *Ciência Florestal, 35*. https://doi.org/10.5902/1980509870819

Razera, R., Vaz, A. R., Silva, A. C. V. (2021). Avaliação da qualidade do solo em manejo agroflorestal utilizando a Cromatografia Circular de Pfeiffer e indicadores microbiológicos. *Revista Brasileira de Agroecologia, 16*(2), 169–182. https://doi.org/10.33240/rba.v16i2.23403

Rodrigues, V. B. & Simonetti, A. P. M. M. (2024). Impacto das mudanças climáticas na produção de grãos e estratégias de mitigação para os produtores. *Revista Cultivando o Saber*, 100–116. https://cultivandosaber.fag.edu.br/index.php/cultivando/article/view/1320

Sartorelli, G. M. S. M., Oliveira, J. A., Santos, L. F., & Pereira, R. S. (2022). Uso sustentável da cinza de eucalipto no cultivo de Beta vulgaris. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, 13*(3), 260–272. https://sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/7126

Shoemaker, H. E., McLean, E. O., & Pratt, P. F. (1961). Buffer method for determining lime requirement of soils with appreciable amounts of extractable aluminum. *Soil Science Society of America Proceedings, 25*(4), 274–277. https://doi.org/10.2136/sssaj1961.03615995002500040014x

Silva, M. D. P. da, Neto, M. A. D., Rufino, D. C., Melo, T. de S., Bulhões, L. A. de, Diniz, B. L. M. T., & Mesquita, E. F. de. (2022). Nutrients in soil and in coprolites of native worms under conventional and agroecological production systems. *Research, Society and Development, 11*(11). https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33843

Souza Ferreira, R. & Cardoso, I. M. (2024). Epistemologia agroecológica e coprodução do saber: diálogos a partir de Paulo Freire, Sevilla Guzmán e Hans Jonas. *Cadernos de Agroecologia, 19*(1), 1–6. https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8929

Spiegel, S. J. (2021). Climate injustice, criminalisation of land protection and anti-colonial solidarity: Courtroom ethnography in an age of fossil fuel violence. *Political Geography, 84*. https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102298

Tedesco, M. J., Gianello, C., Bissani, C. A., Bohnen, H., & Volkweiss, S. J. (1995). *Análise de solo, plantas e outros materiais* (2. ed.). UFRGS.

Valdetaro, E. B., Binoti, M. L. M. da S., Brianezi, D., & Jacovine, L. A. G. (2012). Diagnóstico do marketing ambiental de bens e serviços do setor florestal. *Pesquisa Florestal Brasileira, 32*(70), 221–226. https://doi.org/10.4336/2012.pfb.32.70.105

Vieira, S. A. (2023) Os sinais da Terra e as mudanças climáticas: uma aliança possível entre a antropologia e os conhecimentos tradicionais frente à crise climática e ambiental: Hierarquias e desigualdades sociais, raciais, econômicas e políticas, assim como de saberes, devem ser problematizadas na busca por soluções para o desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, *75*(2), 01–07. http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20230023

Walkley, A. & Black, I. A. (1934). An examination of the Degtjareff method for determining soil organic matter, and a proposed modification of the chromic acid titration method. *Soil Science, 37*(1), 29–38. http://dx.doi.org/10.1097/00010694-193401000-00003

EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION

LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA COVIELLO REI REBELO PEREIRA, GISELLE ARTEIRO NIELSEN AZEVEDO

Luiza Helena Ferraro é Arquiteta e Doutora em Arquitetura. Integrante do grupo de pesquisa Ambiente-Educação (GAE). Pesquisadora nas relações entre educação e arquitetura, cidades educadoras, territórios educativos, infâncias na cidade, percepção ambiental, políticas públicas e processos participativos. luiza.ferraro@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/0024307728371956

Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira é Arquiteta e Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo de pesquisa Ambiente-Educação (GAE), atuando em temas como: Territórios Educativos, Cidade e Infâncias, Arquitetura da paisagem, Mapeamentos afetivos, políticas públicas e processos participativos. mariana.coviello@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/3563781470940564

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo é Arquiteta e Doutora em Engenharia de Produção. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da mesma instituição, e coordenadora do grupo de pesquisa Ambiente-Educação (GAE). Estuda arquitetura escolar, territórios educativos, avaliação pós-ocupação, qualidade do lugar e percepção ambiental. gisellearteiro@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/0625817989520541

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Ferraro, L. H.; Pereira, M. C. R. R.; Azevedo, G. A. N. (2025). Educação urbanística e ambiental como contribuição social. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 199-213. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239894

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a Educação Urbanística e Ambiental como uma prática emergente na sociedade e como uma forma de fazer política, considerando sua capacidade de articular conhecimentos técnico-científicos, territorialidades, participação e transformação social junto às infâncias e juventudes. Essa abordagem, originada no campo da Arquitetura e Urbanismo, discute as problemáticas inerentes às cidades, à sociedade e ao ambiente, articulando diferentes saberes e papéis sociais. Ela promove a transformação dos envolvidos no processo ao mesmo tempo em que questiona os modos de construção e estimula contribuições técnico-científicas a partir de ações mais horizontais e dialógicas. O trabalho apresenta uma estratégia que combina duas práticas metodológicas: Mapeamento Afetivo e oficinas de Educação Urbanística e Ambiental, concebidas como formas de escuta e interação com estudantes, para compreender suas percepções urbanas. A primeira utiliza como ferramenta um formulário respondido com palavras ou desenhos; a segunda emprega recursos como mapas de desejos, jogo da memória e roda de conversa. A discussão fundamenta-se em concepções como a função social da Arquitetura e Urbanismo, os territórios educativos, a Sociologia da Infância e o pesquisarCOM, e busca contribuir com estudos que envolvem as gerações mais jovens nas discussões sobre o ambiente construído. Os resultados indicam a Educação Urbanística e Ambiental e a estratégia metodológica adotada, como fundamentais para o desenvolvimento de micropolíticas e políticas públicas intersetoriais, para promover uma educação cidadã crítica e atenta às questões urbanas.

Palavras-Chave: Educação Urbanística e Ambiental, educação cidadã, processos participativos, pesquisarCOM, políticas públicas.

1 Introdução: Diálogo entre Arquitetura e Urbanismo e Educação

Os territórios urbanos, que materializam os diferentes fenômenos socioterritoriais e as tensões da sociedade, são, muitas vezes, pouco compreendidos, devido à dificuldade de interpretar e estabelecer conexões entre os fatos cotidianos e as ações humanas, de curto, médio e longo prazo. Esse déficit crítico em relação às questões urbanas é denominado por Ermínia Maricato (2015) de analfabetismo urbanístico, no qual tais desconexões comprometem, entre outras coisas, o direito à cidade (Lefebvre, 2011), entendido como a possibilidade de todos os indivíduos participarem ativamente dos processos de construção e transformação urbana. Arno Vogel et al. (1995) afirmam que é preciso que as pessoas tenham condições de refletir sobre os fenômenos urbanos a partir do cotidiano, assim como compreender os mecanismos que regem a sociedade. Por serem as cidades objeto de estudo da Arquitetura e Urbanismo, cabe reconhecer que os profissionais dessa área também têm responsabilidade na formação crítica sobre os territórios, ideia pautada na função social educadora da profissão (Ferraro, 2024). Entretanto, a educação sobre o ambiente construído, enquanto prática sociocultural que permite o acesso ao conhecimento e à conscientização do mundo (Freire, 2013), ainda é pouco abordada nas pesquisas e práticas científicas desse campo do conhecimento. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância de expandir os conhecimentos sobre o ambiente construído com crianças e jovens, por meio da Educação Urbanística e Ambiental, utilizando a escola como ponto fundamental de ações.

O que move esse trabalho é a reflexão sobre outras potencialidades da Arquitetura e Urbanismo, relacionadas à atuação profissional e acadêmica. A pergunta que está entremeando esses pensamentos é: como arquitetos e urbanistas têm contribuído com a sociedade, com práticas e metodologias que discutam questões emergentes relacionadas às cidades, de maneira horizontal e crítica, a fim de cooperar com a formação cidadã, especialmente das infâncias e das juventudes? Essa preocupação se fundamenta no processo educativo para além das ações básicas de ensinar e aprender, reconhecendo-o como instrumento de transformação social, por meio de uma dinâmica dialética de reflexão e intervenção no mundo (Freire, 2013). Assim, discutir a transformação dos ambientes urbanos perpassa pelo conhecimento e a conscientização sobre eles, para que todos os cidadãos estejam aptos a discutir e intervir nos territórios. No caso desta pesquisa, o recorte das crianças e jovens parte do entendimento de que essas categorias geracionais são geralmente invisibilizadas nos processos de discussão urbana. Logo, é preciso reconhecê-las como sujeitos de direito e atores que afetam e são afetados pela sociedade, tal como pressupõe a Sociologia da Infância (Qvortrup, 2010; Sarmento, 2013). Essa perspectiva, somada ao direito à cidade, entende a categoria

também no seu direito de autonomia nos espaços urbanos (Tonucci, 2005). Quando percorremos os espaços, os conhecemos e atribuímos significados, transformando-os em lugares, o que nos permite sentir pertencentes e, consequentemente, cuidar e nos apropriar desses territórios (Pol, 1996). Esse ideal implica que a Arquitetura e Urbanismo se abra para outras áreas de estudo e práticas sociais, aproximando-se de uma abordagem transdisciplinar (Nicolescu, 2000; Morin, 2007), cada vez mais urgente na realidade contemporânea. A transdisciplinaridade é uma maneira de estar entre, através e além das disciplinas individuais, sendo uma via possível para aproximar a Arquitetura e Urbanismo do campo da Educação.

O diálogo entre os campos disciplinares se fundamenta na desconstrução dos saberes científicos como hegemônicos e da desigualdade estrutural comum nos processos de pesquisa (Castro, 2008). No campo da Educação isso implica romper com a ideia dos conteúdos curriculares como absolutos e dos processos educativos como aqueles exercidos exclusivamente pelos adultos sobre a crianças, como se estas fossem “vazias” e sem conhecimentos sobre o mundo que as cerca. Na Arquitetura e Urbanismo significa considerar os saberes cotidianos e de outras camadas da população em detrimento da hegemonia dos conhecimentos técnicos acerca dos territórios. Isso se torna uma maneira de tensionar os conhecimentos institucionais e aqueles vivenciados pelas crianças e juventudes, pois as perspectivas dessas gerações são pouco consideradas nos conhecimentos sobre os modos de viver, morar e construir cidades (Gobbi, 2018). Praticar essa horizontalidade não é apenas especular seus gostos e desejos, mas entender suas relações sociais por completo nos espaços urbanos. Nesse contexto, para ocupar esse lugar holístico entre os campos disciplinares, a Arquitetura e Urbanismo propõe a Educação Urbanística e Ambiental, a qual proporciona discussões críticas de conceitos e fenômenos urbanos, com a intenção de conscientizar e promover ambientes de qualidade. Trata-se de uma prática complexa, transdisciplinar, e consolida-se com a atuação ativa de arquitetos e urbanistas em processos formativos (Ferraro, 2025). A contribuição destes profissionais visa garantir um aprofundamento e respaldo técnico em temas que, muitas vezes, não são de amplo domínio dos professores escolares, sobretudo no primeiro segmento do ensino fundamental, em que há um professor responsável por todos os conteúdos e disciplinas. Além disso, a prática se apresenta como multilateral dialógica, que, ao mesmo tempo em que desconstrói a visão do campo da Arquitetura e Urbanismo como distante da sociedade, articula-se com o campo da Educação ao promover formação cidadã para estudantes do ensino básico.

Os temas tratados pela Educação Urbanística e Ambiental incluem aspectos como: cidades e seus processos de desenvolvimento, infraestruturas urbanas, atores responsáveis pelas cidades, relação entre ambiente natural e antrópico, mobilidade urbana, formas de vivência urbana, patrimônio, problemáticas urbanas, conforto ambiental e a cidade como espaço de cidadania. Esses pontos funcionam como partida para estimular a percepção crítica e sensível sobre o espaço urbano nas novas gerações. Embora educar sobre o ambiente construído seja uma prática desenvolvida por diversos educadores nos territórios brasileiros, a perspectiva proveniente da Arquitetura e Urbanismo ganhou visibilidade com o Programa CAU Educa, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O programa tem o objetivo de fomentar o ensino sobre questões urbanas no ensino fundamental (CAU/BR, 2022) e inspira-se em ações de *Built Environment Education*, terminologia adotada pela União Internacional dos Arquitetos (Ferraro & Azevedo, 2023). A iniciativa tem motivado atividades pontuais e experimentais, em territórios específicos, realizadas principalmente por meio de projetos culturais ou projetos universitários — de pesquisa e extensão. Assim, a Arquitetura e Urbanismo, mediante práticas educativas sobre o ambiente construído, apresenta-se como um campo aberto ao diálogo com outras áreas e esferas de ensino, com a intenção de desarticular a hegemonia: dos saberes técnicos; das gerações; e das classes dominantes nos processos sociais.

2 Diálogo transdisciplinar: crianças e jovens como construtores de reflexão, ação e transformação social

A partir do princípio de que o direito à cidade e o direito à educação são direitos sociais fundamentais, a simbiose cidade-educação revela diferentes urgências para essas trocas, especialmente diante do cenário de múltiplas crises — ambientais, territoriais, econômicas, sociais e educacionais — que se intensificaram com os impactos do Antropoceno (Lewis & Maslin, 2015). O fato de 56% da população mundial viver em contextos urbanos (UNDESA, 2019) e no Brasil, os habitantes das áreas urbanas representarem 87% da população (IBGE, 2022), intensificou fenômenos que afetam o ambiente natural e construído, além da própria qualidade de vida dos indivíduos. Por exemplo, a impermeabilização excessiva dos solos potencializa os alagamentos, agravados também por infraestruturas subdimensionadas. A segregação socioespacial expõe muitas famílias a condições de moradias inadequadas e contribui para exclusão e a restrição de direitos básicos — saúde, educação, lazer — e

oportunidades. A ocupação de Áreas de Proteção Permanente em encostas e cursos d'água expõe populações a deslizamentos e enchentes. O descarte irregular de resíduos oferece risco à saúde da população, além de comprometer o equilíbrio dos ecossistemas. Ou seja, as realidades urbanas não se refletem em um acesso justo e igualitário ao ambiente e à infraestrutura essencial. Pelo contrário, evidencia implicações alarmantes, principalmente na expressiva quantidade de crianças e jovens, em todo o mundo, expostas às problemáticas e tensões da sociedade contemporânea (Sarmento, 2018). A esse recorte geracional, de restrições de acesso ao adequado espaço urbano, se sobrepõem outras camadas de vulnerabilidades como as de classe social, raça e gênero. Essas crianças e jovens vulneráveis são afetadas de maneira ainda mais desigual (Loeb & Lima, 2021), demonstrando um desequilíbrio que é interseccional e mais complexo que somente a divisão etária e de ordem urbanística.

Nesse contexto, é imprescindível entender que as cidades foram moldadas, em sua maioria, por uma visão rodoviarista, adultocêntrica, masculina e predominantemente branca. Isso ocasionou a invisibilidade, o esquecimento e o preterimento das infâncias e juventudes nos espaços urbanos. Fatores como a domesticação, a institucionalização, a insularização, a dualidade, a fragmentação e a restrição da autonomia de mobilidade (Sarmento, 2018) limitam significativamente os direitos dessas gerações. Essa realidade corrobora com a compreensão de que o direito à cidade se conecta ao direito à educação e ao direito à cidadania, ambas aprendizagens sociais fundamentais (Tavares, 2020). Logo, trata-se de entender as crianças e jovens na sua dimensão social e cultural, mas também em sua dimensão política, enquanto sujeitos de direitos e deveres e participantes da vida pública. Essas noções têm provocado questionamentos acerca da percepção, utilização e participação desses indivíduos na apropriação e construção das cidades. Na década de 1990, a arquiteta Mayumi Lima (1995) já indicava a educação como uma ferramenta para desacelerar o processo degenerativo das cidades, evidenciando a aproximação entre os campos disciplinares em discussão. Segundo a autora,

> A busca de um novo modelo de desenvolvimento passou a ser vital para a sobrevivência da espécie humana e do planeta. Nessa busca, a educação tem um papel fundamental, não apenas na formação das novas gerações, mas principalmente na construção de uma consciência coletiva, corresponsável, capaz de buscar como meta da sociedade não o lucro pessoal, mas o bem-estar das populações. Tal educação não pode continuar com visões fragmentadas; terá, ao contrário, de compreender o todo, estabelecer relações, perceber vínculos e buscar respostas para os problemas ambientais no quadro das exclusões econômicas e sociais das áreas rurais e periferias urbanas (Lima, 1995, p. 213).

Essa visão torna-se cada vez mais necessária no cenário contemporâneo, em que, embora existam marcos legais consolidados no Brasil, que tenham uma visão democrática e cidadã — como a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Criança e do Adolescente —, é de conhecimento que muitos direitos ainda não são alcançados por parcela significativa da população. Nesse contexto, pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo começaram a despertar e reforçar essa discussão, entendendo que o campo disciplinar é fundamental para a articulação dos conhecimentos das cidades e sociedades, assumindo a sua corresponsabilidade no tema. Para Rodrigo Mindlin Loeb e Ana Gabriela Godinho Lima (2021), a urgência da transformação dos territórios por meio do desenho urbano passa pela revisão crítica da profissão, considerando o conhecimento acumulado dos aspectos socioterritoriais, inclusive em contextos de vulnerabilidade. Nessa argumentação, reforçam que são nesses territórios vulneráveis que vivem muitas crianças e jovens que têm seus direitos fundamentais tolhidos. Consoante a isso, Carulla et al. (2016) defendem que a Arquitetura e Urbanismo deve deixar de ser um instrumento puramente técnico e financeiro e se tornar um instrumento de educação e difusão cultural. Cabe ressaltar que o ambiente é imbricado de relações manifestadas por fenômenos naturais e antrópicos. Assim, a importância de aproximar a Arquitetura e Urbanismo da Educação transcende uma vontade genuína de fazê-lo e, na contemporaneidade, justifica-se inclusive pela emergência climática que afeta crianças e jovens de maneira ainda mais desigual (UNICEF, 2022; Lima; 2022). Esses sujeitos são justamente quem menos contribuíram e quem mais irão conviver com as problemáticas urbanas às quais estamos expostos. Mais do que torná-los conscientes sobre o mundo em que estamos inseridos, é preciso prepará-los de forma crítica e corresponsável para atuarem nas transformações exigidas constantemente no cenário atual. Em outras palavras, significa empoderar as crianças e jovens para que compreendam e interajam com seus territórios, de modo que desenvolvam habilidades que lhes permitam identificar problemas, expressar necessidades e influenciar decisões que impactam sua vida.

Entender a consciência urbana como uma forma de ação política implica reconhecer sua articulação com múltiplas dimensões, que vão desde as macroestruturais e de grande escala, como é o caso das políticas públicas, até as ações e práticas subjetivas do cotidiano, que operam como micropolíticas. Essas dimensões podem ser integradas por meio da participação social, ancoradas no diálogo e na escuta ativa, a partir de metodologias e espaços outros, que priorizem formas de interlocução atentas e compatíveis com as culturas infantis e juvenis. Nesse sentido político, a cidadania não é uma consequência do simples fato de viver na cidade, nem o resultado de ações pontuais, mas um conjunto de direitos e responsabilidades com a vida pública (Callai et al., 2014), promovido de maneira ativa, crítica e situada, como parte de um processo contínuo de reflexão e ação. Nessa compreensão, as instituições escolares tornam-se lugares potentes de aprendizados, tanto da cidadania (Callai et al., 2014), quanto do direito à cidade (Tavares, 2020). Pensar as articulações, que envolvem a dimensão física, subjetiva e política do habitar, requer discutir e conhecer as cidades a partir dos territórios cotidianos, mas também perceber as implicações e relações que as intervenções pontuais exercem sobre o todo urbano. Como fundamentação que costura esses entendimentos, dois aportes teóricos principais são estabelecidos. O primeiro é a Sociologia da Infância, que permite uma compreensão das crianças e jovens como sujeitos de direitos. O segundo é a ideia de pesquisarCOM, que questiona a tradicional desigualdade estrutural nas pesquisas acadêmicas (Castro, 2008).

A Sociologia da Infância expandiu as concepções sobre as crianças e as considera como sujeitos sociais competentes, produtoras de cultura e detentoras de conhecimento e direitos (Sarmento, 2007; Qvortrup, 2010). Nessa ótica, a infância é entendida como uma categoria geracional e estrutural, que possui agência e visibilidade. Isso, relacionado à Arquitetura e Urbanismo, significa considerar seus interesses e não as excluir dos processos de discussão sobre o território, estigmatizando-as como incapazes ou desconectadas dos aspectos socioterritoriais. As crianças vivem, observam e percebem as cidades tal como elas são. Muito além dos seus desejos de locais para brincar, elas denunciam aspectos negativos dos seus territórios, como o lixo nas ruas, a precariedade da infraestrutura, bem como questões sociais, como pessoas em situação de rua, animais abandonados e a violência em geral. Frequentemente, mais do que os próprios adultos, observam singularidades do cotidiano, como o som dos pássaros, os detalhes das calçadas, além de encontrarem brechas e interpretarem os espaços e elementos urbanos de formas imprevisíveis e criativas. Tal como os adultos, as crianças e jovens, estão presentes em todas as cidades (ou deveriam estar). Esses sujeitos estão em distintas espacialidades urbanas: desde instituições escolares, espaços livres e até mesmo em lugares estigmatizados como não saudáveis para se estar, como os aterros sanitários (Flandes et al.,2019). Isso reforça a ideia de que nenhuma questão deve ser negligenciada na construção crítica de seus conhecimentos sobre os territórios ou em processos educativos sobre o ambiente construído.

Por outro lado, o modo de pesquisarCOM (Moraes, 2014) configura-se como uma postura de atuação que considera o referencial de todos os sujeitos envolvidos e propõe ao pesquisador estar aberto para outras formas de ver e conduzir a investigação. A ideia de pesquisarCOM crianças e jovens implica enxergá-los como atores sociais, com potencial de conhecimento e agência, o que não apenas questiona a visão canônica de objetividade e neutralidade científica, como também problematiza as desigualdades estruturais presentes na produção de conhecimento (Castro, 2008). Logo, se “constitui uma abordagem que é também social e geracional, isto é, abrange aspectos que tangenciam questões econômicas, políticas, emocionais e, pode-se dizer, referente ao repertório e à visão de mundo dos participantes” (Ferraro, 2025, p. 155). Ao confrontar realidades, saberes e vivências tão distintas, de maneira horizontal, o pesquisarCOM é uma maneira empática da postura científica (Ferraro, 2025), qualificando uma escolha no modo de agir e uma necessidade nas condições contemporâneas de ser e estar no mundo. Para a Educação Urbanística e Ambiental, tanto a Sociologia da Infância quanto o pesquisarCOM não pressupõem que arquitetos e urbanistas apenas compartilhem conhecimentos com crianças e jovens. Pelo contrário, propõem que esses profissionais estejam dispostos a rever seus pensamentos e aprender com os sujeitos, crianças e jovens, que igualmente conhecem e percebem os territórios, por meio de outras vivências e olhares, e que podem também ensinar muito aos profissionais.

3 Mapeamento Afetivo e Educação Urbanística e Ambiental como uma estratégia de ação e reflexão urbana

No contexto do Grupo de pesquisa Ambiente-Educação (GAE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ), a Educação Urbanística e Ambiental é estudada a partir da interlocução de concepções e metodologias praticadas desde 2004. O grupo estabelece um diálogo com disciplinas como a

Educação, a Geografia, a Psicologia e a Sociologia, para relacionar arquitetura, cidade e infâncias, por meio do conhecimento técnico e sensível. Ao longo de sua trajetória, as inquietações foram além do olhar específico da qualidade das edificações escolares e passaram a incluir o habitar infantil e juvenil no centro da discussão. As reflexões se ampliaram para os pátios escolares e chegaram à compreensão de que é necessário reconhecer a cidade como um território educativo (Azevedo, 2019). Esse entendimento, em permanente construção, considera o território como um espaço de atuação coletiva, constantemente transformado e construído, social e tecnologicamente, com potencial para influenciar ações e processos educativos (Azevedo et al., 2016). Ou seja, a ideia do território educativo identifica a importância das dinâmicas e experiências no espaço urbano, incluindo crianças e jovens como cidadãos de direito à cidade, que aprendem e produzem nos ambientes urbanos. Nessa interpretação, a escola assume papel central do território educativo, por conta do seu compromisso formador, crítico e de conexão com a comunidade local.

Essas compreensões se articulam à Educação Urbanística e Ambiental, por meio da qual se reconhece a importância da formação crítica e consciente sobre os territórios, suas particularidades e subjetividades. Ao estabelecer essa abordagem educativa como eixo central da sua atuação, o grupo procura ir além da prática e perspectiva tradicional da profissão, como elitizada e desconhecida pelo grande público (Matiello & Azevedo, 2022), e contribui para uma abordagem social, entendida como uma função social educadora (Ferraro et al., 2024; Ferraro, 2025). Isso tem permitido outras formas de exercício e reflexão sobre as atividades profissionais. Recentemente, as oportunidades de pesquisas e trabalhos junto a outros setores da sociedade, provocou questionamentos mais veementes, ultrapassando as discussões habituais da área em estudo. A execução de duas atividades específicas deslocou o pensamento para uma maneira de atuar que é múltipla, rizomática e intersetorial. A primeira é o Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro e a segunda, as oficinas de Educação Urbanística e Ambiental.

3.1 Mapeamento Afetivo do Rio de Janeiro

O Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro é resultado da parceria entre o GAE e os grupos de pesquisa Sistemas de Espaços Livres - RJ e Projeto e Representação do Ambiente, também vinculados ao PROARQ-UFRJ, executado com colaboração do Escritório de Planejamento da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e da Secretaria Municipal de Educação, ambos órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Azevedo et al., 2024). Esse trabalho, pioneiro e relatado de modo mais específico em outras pesquisas (Fernandez, 2020; Pereira, 2022; Flandes, 2023), foi instigado por conta da percepção sobre a diversidade de territórios, com os quais o GAE atuava. Somou-se a isso, a expertise de pesquisas e metodologias que o grupo praticava para promover um diálogo mais específico com crianças e jovens. Já a Prefeitura estava interessada em incluir outras visões nas políticas públicas da cidade. Isso, em um primeiro momento, resultou em um trabalho com as escolas da rede municipal para uma ampla escuta dessas gerações. Os estudantes, por meio de um formulário aplicado pelos professores, responderam, de forma voluntária, sobre a diversidade e complexidade dos seus territórios, a partir das percepções e desejos relacionados aos caminhos cotidianos entre casa e escola. As respostas foram analisadas, categorizadas e geoespacializadas, pelos pesquisadores envolvidos, com a intenção de orientar políticas públicas, fomentar reflexões sobre os espaços da cidade e incentivar a participação cidadã de crianças e jovens. Na primeira edição do Mapeamento Afetivo, realizada em 2019, participaram 734 escolas e foram analisados 13.376 documentos respondidos por estudantes de 1º a 9º ano; na segunda, em 2022, participaram 760 escolas (Figura 1) e foram analisados 98.041 documentos de estudantes de 3º, 5º, 7º e 9º ano. Os resultados dessa atividade (Azevedo et al., 2024), organizados por categorias como aspectos urbanísticos e de infraestrutura, conforto ambiental e saúde, mobilidade, acessibilidade, aspectos econômicos e culturais, mudanças climáticas, segurança e violência entre outros, contribuíram para a construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021), além de outras políticas públicas municipais[1].

[1] O Mapeamento Afetivo é considerado pela gestão municipal como uma atividade contínua. A intenção é aplicá-lo a cada três anos, alinhado à construção dos planos estratégicos do município. A próxima aplicação ocorrerá em novembro de 2025.

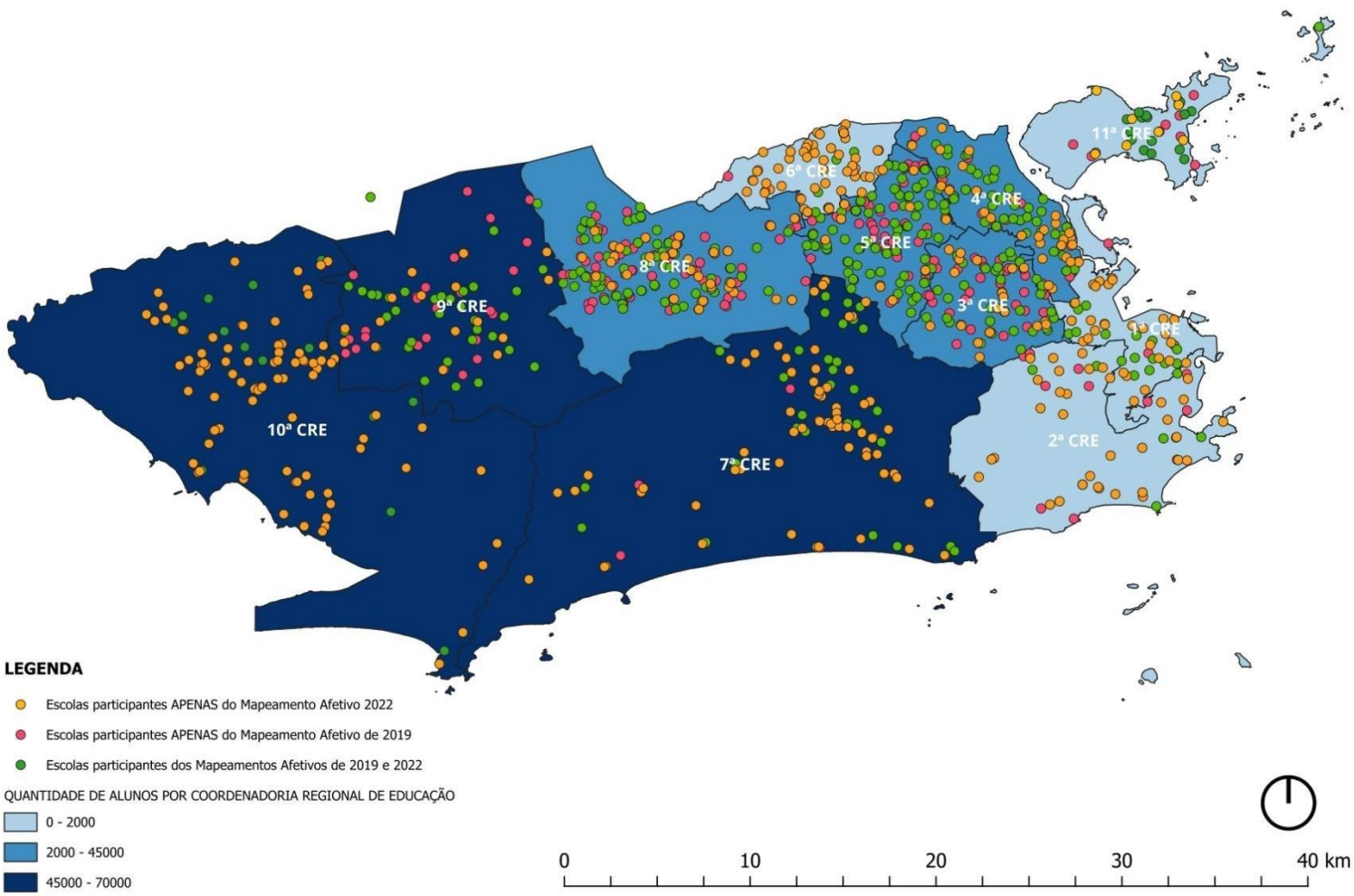


Fig. 1: Mapa de participação das escolas no “Mapeamento Afetivo”, em 2019 e 2022. Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ, 2025.

A atividade se mostrou potente para fundamentar políticas públicas por meio do georreferenciamento da participação social, ao assegurar que suas perspectivas fossem incorporadas nas decisões que moldam a cidade, reconhecendo-os como cidadãos de direito e agentes de transformação. Esse resultado foi possível por meio da parceria sólida entre: universidade, responsável pela idealização da atividade, escolha dos métodos, elaboração de formulário, tabulação e análise da documentação; poder público, na figura de gestores e técnicos em diferentes instâncias, que viabilizaram a aplicação como uma atividade coordenada simultaneamente em todas as escolas; professores e estudantes, participantes do trabalho. Com isso, não se pode deixar de ressaltar a importância da escola pública como núcleo articulador central dessa rede, configurando-se como único equipamento capaz de abarcar a complexidade escalar da atividade, devido à sua presença em todos os territórios (Pereira, 2022). Também, trabalhar a partir dessas instituições públicas reforça o exercício de incluir grupos sociais que historicamente são excluídos da discussão do pensamento sobre as cidades, instigando-os, assim, à sua participação política desde cedo. Contudo, a iniciativa ainda apresenta certas limitações relacionadas à sua abrangência, especialmente porque o processo de escuta, não acompanhado *in loco* pelos pesquisadores, resulta na quantificação dos indivíduos e de suas percepções, o que, de certa forma, afasta as trocas de aprendizagem e pode vir a posicionar crianças e jovens como meras produtoras de dados. Essa abordagem se contrapõe aos pressupostos do pesquisarCOM e da Sociologia da Infância, que defendem a participação ativa desses grupos geracionais, reconhecendo-os como coautores nos processos de construção de dados e conhecimentos. Dessa reflexão emergiu a seguinte questão: como garantir que toda essa riqueza de resultados seja incorporada não apenas nas políticas públicas, mas também em ações locais, nas escolas e comunidades, articulando os conhecimentos e os processos formativos dos sujeitos que responderam às perguntas?

3.2 Oficinas de educação urbanística e ambiental

Essa questão motivou a realização de novas atividades, aproximando-se dos sujeitos e promovendo uma participação social mais dialogada e intensa. Nesse contexto, e como parte de um projeto contínuo iniciado em 2023, desenvolveram-se oficinas de Educação Urbanística e Ambiental em escolas da rede municipal do Rio de Janeiro que participaram do Mapeamento Afetivo (Ferraro et al., 2024; Ferraro, 2025). A atuação, até o momento tem se concentrado em escolas na zona sudoeste da cidade, por ser uma região que apresenta múltiplas unidades de paisagem, o que evidencia marcantes contradições e complexidades (Pereira, 2022). Essas oficinas têm como objetivo promover discussões voltadas à educação cidadã, contribuindo para a construção de cidades e comunidades mais justas, sustentáveis e inclusivas. Ao mesmo tempo, alinham-se às novas perspectivas da prática profissional, fundamentadas na função social educadora. Para isso, integram atividades lúdicas e participativas, baseadas em: dispositivos já consolidados nas pesquisas do GAE; correlação entre os conteúdos escolares propostos pela Base Nacional Comum Curricular, compreendidos como temas geradores (Ferraro, 2025); e temas que têm como suporte os fenômenos urbanos. Além disso, consideram para sua execução o currículo escolar, o projeto político-pedagógico, o plano pedagógico anual, o material didático e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As atividades são construídas conforme a realidade de cada instituição e são formuladas a partir das especificidades da turma, escola, espaço, tempo, número de estudantes, pesquisadores envolvidos, entre outros aspectos. De modo geral, são organizadas em etapas sequenciais que abordam diferentes escalas do território, iniciando pela casa e passando pela escola, entorno escolar e o bairro em que se localizam. Busca-se estabelecer a percepção desses lugares como parte de um contexto urbano mais amplo. Como forma de estruturação, as oficinas utilizam três momentos: aproximar, mapear e construir (Azevedo, 2019), conforme Figura 2.

APROXIMAR

Apresentação
Tema gerador: Mapeamento afetivo
Objetivo: Aproximação com os estudantes para conhecerem os pesquisadores, a pesquisa e as atividades.

Métodos:
1. Apresentação
2. Mapeamento Afetivo



Oficina 1: Escala - Arquitetura
Tema gerador: A casa e o bairro
Objetivo: Apresentar a profissão de arquitetura e urbanismo, ferramentas, recursos e as escalas de trabalho a partir da discussão da moradia e do bairro.

Métodos:
1. Desenho de Memória da casa
2. Mapa de desejos do bairro
3. Roda de conversa



MAPEAR

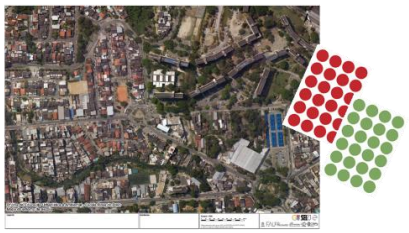
Oficina 2: Escala - Território
Tema gerador: O bairro da escola
Objetivo: Perceber como os estudantes reconhecem o território na leitura de mapa e discutir aspectos urbanos como escalas, equipamentos da cidade e senso de pertencimento.

Métodos:
1. Reconhecimento da cidade e lugares significativos
2. Mapete (Azevedo, 2019)
3. Jogo da memória
4. Roda de conversa



Oficina 3: Escala - Território
Tema gerador: Qualidades do entorno escolar
Objetivo: Discutir situações urbanas no entorno escolar elencando questões positivas e negativas deste contexto.

Métodos:
1. Mapete
2. Assembleia
3. Roda de conversa



CONSTRUIR

Oficina 4: Escala - Território
Tema gerador: Soluções para o ambiente urbano
Objetivo: Discutir soluções para as problemáticas urbanas percebidas e selecionadas pelos estudantes, discutir sobre os atores da cidade e seus papéis.

Métodos:
1. Matriz de soluções
2. Roda de conversa



Feira de Arquitetura e Urbanismo
Tema gerador: Possibilidades da Arquitetura e Urbanismo
Objetivo: Compartilhar com a comunidade escolar os resultados das oficinas.

Métodos:
1. Estações temáticas: qualidade de vida nos lugares, patrimônio, espaços livres e paisagem sonora.
2. Roda de conversa

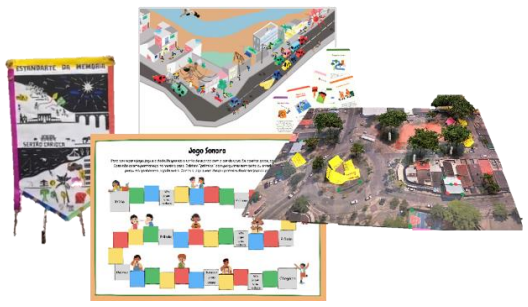


Fig. 2: Momento das oficinas, temas geradores, objetivos e métodos. Fonte: Autoras, 2025.

As etapas do *momento aproximar* (Figura 3) referem-se ao contato inicial com a direção, coordenação da escola, professores e estudantes, com o intuito de construir vínculos de confiança com todos os envolvidos no processo. Essa aproximação possibilita, junto ao corpo docente, desconstruir a imagem dos arquitetos e urbanistas como profissionais distantes das atividades educativas, além de abrir espaço para uma construção coletiva com os atores da escola. Com os estudantes, esses primeiros contatos permitem "quebrar o gelo" e tornar mais natural a presença dos pesquisadores. O ponto de início é justamente o Mapeamento Afetivo, realizado em anos anteriores pela grande maioria dos estudantes e conhecido pelos professores. A partir dele, se discute a casa, elemento imagético da profissão, o que possibilita introduzir os trabalhos e apresentar a área profissional, muitas vezes desconhecida dos estudantes. O *momento mapear* (Figura 4) promove interações de caráter mais técnico com os estudantes. As atividades abrangem a elaboração de desenhos, leitura de mapas, discussão de temas específicos, rodas de conversa, além de dispositivos como poema dos desejos, mapete, jogo da memória, teatro da espontaneidade, dominó do tempo, assembleia, matriz de descobertas, etc. (Azevedo, 2019). Em todas as formas de interação, o principal objetivo é valorizar os saberes e as vivências cotidianas desses sujeitos. A partir dessas experiências, constroem-se diálogos sobre diferentes temas e conhecimentos relacionados às percepções urbanas como infraestrutura básica, aspectos culturais, ambientais e sociais, importância da cidade, entre outros. No *momento construir* (Figura 5), propõe-se atividades de reflexão crítica, com o intuito de pensar soluções para as problemáticas identificadas pelos estudantes. Procura-se incentivar que esses sujeitos, junto aos pesquisadores e professores, escolham as ferramentas mais adequadas para a realização das atividades, considerando o tempo disponível e os materiais acessíveis. Nas experiências realizadas, foram produzidos cartazes, maquetes, vídeos, performances teatrais, rodas de conversa, entre outros. Também relacionado ao *momento construir*, destaca-se a dinâmica denominada Feira de Arquitetura e Urbanismo, que promove uma devolutiva à comunidade escolar, expondo os materiais produzidos nas oficinas e ampliando as trocas com outros estudantes e professores, uma vez que as oficinas são realizadas com um número restrito de turmas. Esse momento fortalece o senso de pertencimento e a corresponsabilização, ao estimular que os estudantes atuem como multiplicadores dessa educação cidadã.

momento
APROXIMAR



Fig. 3: Momento aproximar. Fonte: Autoras, 2023 e 2024.

momento
MAPEAR



Fig. 4: Momento mapear. Fonte: Autoras, 2023 e 2024.



Fig. 5: Momento construir. Fonte: Autoras, 2023 e 2024.

3.3 Discussão: a estratégia combinada como metodologia

Apresentadas brevemente essas duas atividades, discute-se a combinação delas como uma estratégia potente para outras formas de ação a partir do campo da Arquitetura e Urbanismo, especialmente por meio da Educação Urbanística e Ambiental, um processo educativo dialógico, praticado por arquitetos e urbanistas e integrando diferentes atores. O Mapeamento Afetivo pelo caráter diagnóstico, ao levantar muitos dados relacionados a elementos que compõem as diferentes dimensões do planejamento urbano, pode ser referência para intervenções sociais e de infraestrutura urbana. Enquanto, as oficinas, pela aproximação com os sujeitos, contribuem diretamente para a formação, transformando não só eles, mas os demais envolvidos, como arquitetos e professores. Isso instiga a reflexão sobre como essa combinação pode ser viabilizada como uma política pública multilateral, que atenda simultaneamente às demandas educacionais e urbanas. Sobretudo ao se considerar o interesse da Prefeitura do Rio de Janeiro em aderir à iniciativa mundial das Cidades Educadoras (EDCities, n.d.), conforme definido no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática do município (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021), em que o conhecimento do território, a participação e formação cidadã das crianças e jovens são princípios fundamentais.

O Mapeamento Afetivo, ainda é uma ação pontual, mas configura-se como um caminho de ação global do município que permite orientar a gestão pública, indicando pontos nevrálgicos socioespaciais. Essa não é a única maneira de coletar dados, mas colabora com outros tipos de levantamentos, em sua maioria realizados de modo técnico e quantitativo, que desconsideram as percepções mais sensíveis da população. Além disso, por incluírem as apreensões das crianças, esses dados oferecem uma outra visão, ao considerar que as concepções infantis e juvenis ainda não estão tão contaminadas pelos processos políticos. O Mapeamento, no campo político, ocorre como uma atividade de caráter mais impositivo, pois, embora não seja uma atividade obrigatória, o fato de ser sugerida por meio da parceria de secretarias municipais implica em um processo, indiretamente, hierárquico. Soma-se a isso os poucos esclarecimentos e discussões entre os idealizadores das atividades e os executores — professores e gestores escolares —, que aplicam o questionário, mas não se envolvem com os resultados ou outras ações sobre a temática. Por sua vez, as oficinas ocorrem por meio do interesse e da disponibilidade de pesquisadores e profissionais de Arquitetura e Urbanismo em atuar com essas dinâmicas, mediante seleção prévia e convite a determinada escola municipal. Embora muito enriquecedoras, essas oficinas exigem uma dedicação intensa e esbarram na limitação da disponibilidade e interesse de profissionais para conduzi-las (Ferraro, 2025). Desse modo, as duas atividades, quando combinadas no âmbito municipal, podem suprir lacunas uma da outra e garantir diretrizes voltadas à discussão e construção de ambientes mais receptivos às vivências das diversas infâncias e juventudes.

As experiências indicam pontos de atenção relacionados a questões políticas, educacionais e urbanas. Isso permite reafirmar, também pelos olhares das crianças e jovens participantes, que a Arquitetura e Urbanismo é eminentemente política. Tanto nas respostas do Mapeamento Afetivo como nas atividades das oficinas, os participantes demonstraram conhecimento significativo das relações e contradições entre os aspectos físicos territoriais e os aspectos sociais que envolvem os lugares que frequentam. Em uma das oficinas realizadas, a escolha de um grupo de estudantes foi discutir os impactos das ações humanas no ambiente natural. Outros se engajaram com dilemas estruturais da cidade, abordando sobre as desigualdades e a promoção da igualdade de gênero. Neste último caso, em particular, a justificativa da escolha foi a pouca oportunidade dessa discussão no âmbito escolar. Em outra oficina, os estudantes discutiram a violência urbana e as responsabilidades individuais e coletivas da sociedade. Nessa situação, apontaram a educação, e, em especial, a existência das instituições escolares e culturais, como

solução para a violência. Perceberam, assim, a relação entre os territórios, as questões sociais e a arquitetura, e essa para além de suas dimensões espaciais. Em geral, nas experiências com crianças entre o 3º e 6º do ensino fundamental, no contexto do Rio de Janeiro, existem narrativas sobre a violência, as desigualdades e a pobreza, tanto quanto de aspectos como ausência de infraestrutura, poluição, saneamento básico, tráfego, etc.

Nesse sentido, as oficinas de Educação Urbanística e Ambiental reforçam a ideia de que a participação de arquitetos e urbanistas nas escolas oportuniza experiências mais integrais e ricas aos estudantes, ao não fragmentar as compreensões do ambiente construído das realidades dos indivíduos, e que não só contribuem com conhecimentos técnicos, mas inclusive com perspectivas de vida (Ferraro, 2025). Ainda, fortalecem o seu reconhecimento enquanto cidadãos de direitos, participantes da vida pública e agentes transformadores dos territórios. Para os arquitetos e urbanistas, essas experiências são oportunidades de ação-reflexão e permitem descobrir outros modos de ver o mundo, ao dar atenção às perspectivas participativas e sem hierarquia de saberes, instigando o papel social e educador da profissão. Para estudantes de Arquitetura e Urbanismo participantes das atividades, por meio de projetos de pesquisa e extensão, essas vivências possibilitam perceber a formação de uma maneira mais humanista e social. Para os professores, as oficinas oportunizam: a troca de conhecimento com outros profissionais, conhecer outras estratégias para tratar os conteúdos urbanos e acessar materiais diferenciados do seu cotidiano. Muito além disso, esses atores são essenciais, pois são eles quem têm a possibilidade de colaborar, de forma permanente, nessa relação educação-cidades-infâncias e juventudes, a partir da incorporação de temas e recursos nas aulas, e tornando-se, assim como as crianças e jovens, agentes multiplicadores das ações e aprendizagens produzidas.

4 Considerações finais

Este trabalho, resultado de uma trajetória que une teoria e práxis, ação e reflexão, destaca uma questão fundamental para a Arquitetura e Urbanismo: a disciplina não está isolada em seus conhecimentos e atuação. Ao contrário, ela tem a capacidade de atuar nas convergências e negociações entre os diferentes saberes e modos de abordar, conceber e produzir a cidade e a vida urbana. Como arquitetos-urbanistas, ao nos depararmos com a indagação das contribuições técnico-científicas no mundo contemporâneo, não podemos nos eximir das corresponsabilidades profissionais, que neste caso são urbanas, educacionais e políticas, pois estas são indissociáveis. A questão de como articular as diferenças em um mundo contemporâneo permeado de conflitos, encontra nessas outras formas de atuação profissional e de parcerias incomuns, um respiro e um alento. Quando os profissionais se colocam de maneira sensível para dialogar com diferentes setores da sociedade os saberes territoriais, trazem para si a responsabilidade de equilibrar as interlocuções, tão necessárias e desafiadoras. A discussão se concentra em olhar para crianças e jovens, não apenas como um grupo de usuários dos ambientes, como tradicionalmente tratado na área de estudo, mas como sujeitos sociais que têm direito de acessar o conhecimento e as cidades de forma igualitária aos demais cidadãos. Com isso, espera-se colaborar com pesquisas de distintas áreas do conhecimento que atuam com os mais jovens sobre o ambiente urbano, fortalecendo ações e posturas voltadas à construção coletiva de cidades mais inclusivas e democráticas.

Ao se desdobrar em um olhar incomum e múltiplo, este trabalho evidencia metodologias que, combinadas, podem contribuir com diferentes frentes de participação social, alcançando políticas públicas e processos educativos. O Mapeamento Afetivo, enquanto uma metodologia global, subsidia os gestores para categorizar e priorizar ações municipais, considerando as percepções infantis e juvenis, geralmente negligenciadas nos processos participativos. As oficinas de Educação Urbanística e Ambiental, como ações de arquitetos e urbanistas com um público diferente daquele com o qual estão habituados, permitem aos profissionais ressignificar suas ações perante a sociedade. Pela prática do GAE, a soma desses trabalhos tem se transformado em uma estratégia de refinamento dos conhecimentos territoriais, incorporando outras concepções importantes, que conectam a Educação à Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, trata-se de um ponto de virada para o grupo. Não apenas isso, pois, muito além de reconhecer sua necessidade, pela inerente relevância nas cidades e nas sociedades contemporâneas, a Educação Urbanística e Ambiental contribui, de maneira inovadora e crítica, para o diálogo sobre o ambiente construído, a partir de uma perspectiva multimétodos, multiescalar e transdisciplinar.

A atividade do Mapeamento Afetivo demonstrou que as apreensões das crianças sobre a cidade se concentraram prioritariamente em aspectos urbanísticos, de infraestrutura e mobilidade, tangenciando múltiplas formas de violência nesse habitar, como a violência clássica, ambiental e urbanística (Azevedo et al., 2024). No entanto, essas abordagens apresentam

tais problemáticas de forma mais representativa e pontual, sobretudo em razão dos métodos e do tempo disponível para realização da atividade. Por sua vez, as oficinas de Educação Urbanística e Ambiental, realizadas em contextos que refletem as múltiplas desigualdades socioterritoriais, adquiriram um caráter de aprofundamento, discussão e formação cidadã. Nessas atividades os estudantes puderam contextualizar melhor seus territórios, revelando e denunciando os aspectos sociais como as múltiplas violências e os marcadores econômicos, com a mesma intensidade que os parâmetros físicos urbanos e de infraestrutura (Ferraro, 2025). Essas observações são um retrato dos desafios que marcam não apenas a cidade em estudo, mas a maioria no contexto do Sul Global. As narrativas das crianças são potentes para revelar mais que sobre um lugar específico: evidenciam também o próprio momento histórico e a oportunidade de manifestá-las, marcando um novo posicionamento dessas gerações e desses contextos, que têm sido pouco considerados na história global.

Desse modo, a articulação das atividades confirmou a ideia da Arquitetura e Urbanismo em sua abordagem política e social. É importante ressaltar que o êxito dessa prática não está na replicação e sim na vontade e na capacidade de articular, de forma situada, o contexto territorial, os arranjos institucionais e os processos de participação social. A experiência relatada, por ter sido desenvolvida em uma grande cidade, o Rio de Janeiro, com desafios e particularidades significativas, suscita reflexões sobre as possibilidades de adaptação, bem como as dificuldades e reverberações que ela pode gerar em outros contextos e escalas, como cidades de pequeno e médio porte. Considerando que as ações relacionadas a essa temática ainda são dispersas e incipientes, evidencia-se a necessidade de investigações específicas nas diferentes territorialidades brasileiras, visto as particularidades de cada contexto, em relação ao acesso, a recursos e possibilidades de articulações setoriais. Além disso, mostra-se importante consolidar uma rede intersetorial, para que seja possível o desenvolvimento integral das iniciativas, enxergando as crianças em sua totalidade. Isso significa promover estratégias que emergem das demandas e saberes locais, nos espaços de tomada de decisão, nos espaços públicos e nas escolas.

Em síntese, essa estratégia que combina abordagens específicas, que surge da arquitetura e dialoga com outros atores sociais, permite vislumbrar outro caminho para ações mais efetivas que impactam as sociedades e as cidades. O trabalho técnico e sensível dos profissionais de arquitetura junto às gestões municipais, ao lidar com novas metodologias e se relacionar com um público pouco considerado, configura-se como uma alternativa promissora e benéfica de múltiplas formas. Para os gestores públicos, muitas vezes desgastados com os métodos tradicionais de levantamento de dados para a construção de políticas públicas, o Mapeamento Afetivo representa uma maneira de recuperar a legitimidade da participação social no cenário contemporâneo, tantas vezes já desacreditada. Para as cidades, os resultados desse levantamento, podem significar intervenções pontuais e mais assertivas, em consonância com cada território e grupo social. Para os cidadãos, especialmente crianças e jovens, isso significa um novo entendimento sobre seu papel enquanto cidadãos e, de certa forma, uma esperança, em novas formas de fazer política e cidade.

Referências

Azevedo, G., Tângari, V. R., & Rheingantz, P. (Eds.). (2016). *Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade.* Rio Books.

Azevedo, G. (Ed.). (2019). *Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: Territórios educativos em ação.* Paisagens Híbridas.

Azevedo, G., Tângari, V., Rego, A. Q., & Lamounier, A. A. (Eds.). (2024). *Mapeamento afetivo do Rio de Janeiro: Escuta de crianças e jovens como forma de participação no processo de planejamento da cidade.* PROARQ-FAU/UFRJ.

Callai, H. C., Toso, C. E. I., Moraes, M. M. de, & Kuhn, M. (2014). Educação e cidadania. *Salão Do Conhecimento*, *2*(01). https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/4092

Carulla, M. S., Thornberg, J. M., Rodríguez, S. M., & Borrás, J. B. (2016). De la educación del arquitecto a la arquitectura de la educación: Un diálogo imprescindible. *Bordón, Rivista de Pedagogía*, *68*(1), 165–180. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5306337

Castro, L. R. (2008). Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In L. R. Castro, V. L. Besset (Eds.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 21-42). NAU/Faperj.

CAU/BR (2022). *Caderno CAU Educa: Educação Urbanística e Ambiental.* CAU/BR.

EDCities. (n.d.). *EDCities*. https://www.edcities.org/

Fernandez, F. O. (2020). Mapeando a cidade do Rio de Janeiro com jovens e crianças. *Revista V!RUS*, *1*(20). https://revistas.usp.br/virus/article/view/229010

Ferraro, L. H., & Azevedo, G. A. N. (2023). Educação Urbanística e Ambiental: rede colaborativa, corresponsabilização e função social da universidade. *Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente*, *8*(3), 57–70. https://doi.org/10.21680/2448-296X.2023v8n3ID32247

Ferraro, L. H., Pereira, M. C. R. R., & Azevedo, G. A. N. (2024). Função social da arquitetura e urbanismo a partir da Educação Urbanística e Ambiental. *Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Encruzilhadas – convergências e dispersões*, Rio de Janeiro. https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/828436-funcao-social-da-arquitetura-e-urbanismo-a-partir-da-educacao-urbanistica-e-ambiental/

Ferraro, L. H. (2024). Função social da arquitetura e o diálogo crianças-cidade. In G. A. N. Azevedo, A. M. Matiello, & R. C. Silva (Eds.). *O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede.* (pp. 234-243). Paisagens Híbridas/PROARQ-FAU/UFRJ.

Ferraro, L. H. (2025). *Educação Urbanística e Ambiental: diálogo cidade-escola.* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. https://proarq.fau.ufrj.br/producao/teses-e-dissertacoes/3171/educacao-urbanistica-e-ambiental-dialogo-cidade-escola

Flandes, A., Porto, S., Fernandez, F., & Sevilha, M. (2019) Infância e lixão: preconceitos espacializados. In G. A. N. Azevedo (Eds.). *Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: Territórios educativos em ação* (pp. 146-167). Paisagens Híbridas/PROARQ-FAU/UFRJ.

Flandes, A. (2023). *Cidade Maravilhosa pra quem? Entre sonhos e realidades na construção de políticas públicas com crianças no Rio de Janeiro, Brasil.* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. https://proarq.fau.ufrj.br/producao/teses-e-dissertacoes/2838/cidade-maravilhosa-pra-quem-entre-sonhos-e-realidades-na-construcao-de-politicas-publicas-com-criancas-no-rio-de-janeiro-brasil

Freire, P. (2013). *Educação e mudança.* Paz e Terra.

Gobbi, M. A. (2018). Entre a casa, a rua e a escola: o que o menino viu? Itinerários de uma criança em São Paulo. *Revista Teias*, *19*(52), 8–27. https://doi.org/10.12957/teias.2018.31122

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo 2022*. https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/

Lefebvre, H. (2011). *O direito à cidade*. Centauro.

Lewis, S., & Maslin, M. A. (2015). Defining the Anthropocene. *Nature*, *519*, 171–180. https://doi.org/10.1038/nature14258

Lima, A. G. G. (2022). Cidade, gênero e infância no contexto das mudanças climáticas. *Cuadernos Del Centro De Estudios De Diseño Y Comunicación*, (57–66). https://doi.org/10.18682/cdc.vi175.8583

Lima, M. W. S. (1995). *Arquitetura e Educação*. Studio Nobel.

Loeb, R. M., & Lima, A. G. G. (2021). *Cidade, gênero e infância*. Romano Guerra Editora.

Matiello, A. M., & Azevedo, G. A. N. (2022). Participação social e políticas públicas: cidade como lugar de ação coletiva das infâncias e juventudes. In M. A. Buzzar, T. A. Moreira, M. R. Alves, R. S. Lopes, J. L. S. Silva, F. M. Fachi, D. R. Franco, T. A. de Freitas, P. N. dos Santos, D. N. Marques, & C. C. P. de Paula (Eds.), *Anais do VII Encontro da Associação Nacional de*

Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Vol. 1, pp. 279–284). https://www.iau.usp.br/enanparq2022/index.php/anais/

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular.

Moraes, M. (2014). Do “PesquisarCOM” ou tecer destecer fronteiras. In G. M. Tavares, M. Moraes, & A. G. Bernardes (Eds.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. (pp. 26-51). EDUFES.

Morin, E. (2007) Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In J. L. N. Audy, & M. C. Morosini (Eds.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. (pp 22-31). EDIPUCRS.

Nicolescu, B. (2000). Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. In UNESCO: CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar. *Educação e transdisciplinaridade* (pp. 9-25). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127511

Pol, E. (1996). La apropiación del espacio . In L. Íñiguez, & E. Pol (Eds.). *Cognición, representación y apropiación del espacio*. 9, 45-62. http://www.ub.edu/escult/editions/0apropia.pdf

Pereira, M. C. R. R. P. (2022). *O Território Educativo e suas linhas de fuga: Práticas infantis nos trajetos casa-escola na 7a CRE na área de planejamento 4 do Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. https://proarq.fau.ufrj.br/producao/teses-e-dissertacoes/2600/o-territorio-educativo-e-suas-linhas-de-fuga-praticas-infantis-nos-trajetos-casa-escola-na-7a-cre-na-area-de-planejamento-4-do-rio-de-janeiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2021). *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática do município do Rio de Janeiro*. https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/

Qvortrup, J. (2010). A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa, 36*(2), 631–643. https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200014

Sarmento, M. J. (2013). A Sociologia da Infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In R. T. Ens; M. C. Garanhani (Eds.). *Sociologia da Infância e a formação de professores* (pp. 13-46). Editora Universitária Champagnat.

Sarmento, M. J. (2018). Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação, 41*(2), 232–240. https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317

Sarmento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. In V. M. R. Vasconcellos, & M. J. Sarmento (Eds.) *Infância (in)visível* (pp. 25-49). Junqueira e Marina Editores.

Tavares, M. T. G. (2020). infâncias, cidade e relações intergeracionais na vida cotidiana. *Childhood & Philosophy*, *16*, 01-26. https://doi.org/10.12957/childphilo.2020.48030

Tonucci, F. (2005). *La città dei bambini: un nuovo modo di pensare la città*. Editori Laterza.

Vogel, A., Vogel, V. L., & Leitão, G. (Eds.). (1995). *Como as crianças veem a cidade*. Pallas.

UNDESA. (2019) *Word Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. United Nation. https://population.un.org/wup/publications/Files/WUP2018-Report.pdf

UNICEF. (2022). *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil: Um panorama sobre percepções e iniciativas em curso.* https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-no-brasil-2022

A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO

THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM

ANGELA DE SOUZA, CAIO HENRIQUE DE AGUIAR

Angela Carine Elias de Souza é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa questões ligadas à territórios dissidentes, sobretudo indígenas, políticas públicas e epistemologias contra-hegemônicas. angelacarine.ac@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/1063661538956205

Caio Henrique Gomes de Aguiar é Arquiteto e Mestre em Arquitetura e Urbanismo, com pesquisa sobre territórios quilombolas. caioaguair060288@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/5245666714206204

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Souza, A. C. E. & Aguiar, C. H. G. (2025). A pluralidade epistêmica do território na crítica ao urbanocentrismo. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 214-229 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239959

Resumo

A centralidade da cidade e do urbano como categorias analíticas, normativas e projetuais tem operado como impulsionadora da padronização de modelos e problemas no campo da Arquitetura e Urbanismo, condicionando o pensamento espacial a lógicas hegemônicas, urbanas e produtivistas. Mas, como pensar espaços e territórios para além do viés urbanocentrado e das categorias que o sustentam como centro epistemológico e projetual? Inserido no debate sobre *Práxis, Interlocuções e Confrontações*, no artigo, articulam-se saberes tradicionais e críticos do urbano objetivando confrontar a centralidade da cidade e do urbano como categorias analíticas, normativas e projetuais, ancorando-se na revisão bibliográfica, em estudos de caso — Terra Indígena Potiguara e Quilombo Paratibe — e no diálogo com epistemologias dissidentes. Os resultados indicam que essas territorialidades desafiam o urbanismo tradicional ao afirmar práticas baseadas em coletividade, ancestralidade e vínculo espiritual com a terra. Tais experiências evidenciam que a superação das hegemonias urbanas exige diálogos multilaterais entre epistemologias, por meio de uma práxis territorial que articule saberes técnicos e comunitários. Conclui-se que confrontações e interlocuções entre diferentes racionalidades territoriais constituem não apenas uma abordagem metodológica, mas uma condição política e epistêmica para pluralizar o campo e enfrentar os regimes de poder que estruturam a colonialidade do saber urbano.

Palavras-Chave: Urbanocentrismo, Territórios dissidentes, Práxis territorial, Espaços-outros.

1 Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo confrontar a centralidade da cidade e do urbano não enquanto fenômeno empírico, mas enquanto regime de pensamento que orienta classificações, metodologias, instrumentos jurídicos e formas de projetar o espaço, especificamente no que se refere à binaridade de classificações e seu condicionamento à territórios dissidentes. Parte-se do pressuposto de que o urbanocentrismo, mais do que um referencial técnico, constitui um dispositivo epistêmico-político que reitera hierarquias de poder e de conhecimento, configurando uma forma de colonialidade do saber territorial (Farrés, 2023). Ao privilegiar territorialidades associadas ao crescimento econômico, à modernização urbana e à institucionalidade do Estado, o campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo tem negligenciado e subalternizado formas de espacialização oriundas de contextos históricos, culturais e políticos diversos, entre elas, as de povos tradicionais identificados pelo Decreto nº 8.750/2016, de territórios populares legalmente não reconhecidos, de assentamentos informais, entre outras experiências autônomas de organização espacial (Costa & Peluso, 2016; Costa, 2021). Logo, a crítica aqui desenvolvida não busca opor dicotomias como urbano e rural, mas evidenciar territorialidades híbridas, rururbanas e fluidas, cuja dinamicidade tensiona tais classificações rígidas.

Tendo em vista este cenário, questiona-se: como pensar espaços e territórios para além do urbanocentrismo e das categorias que o sustentam como centro epistemológico e projetual? Que formas de produção do espaço, modos de vida e racionalidades territoriais estão sendo invisibilizadas por esse enquadramento, e de que forma elas podem contribuir para uma renovação crítica e inclusiva do pensamento urbanístico? A pesquisa objetiva, portanto, tensionar a hegemonia do urbanocentrismo como modelo analítico e, mais especificamente, discutir meios que valorizem territorialidades plurais e enraizadas em outras matrizes de existência; analisar como territorialidades dissidentes produzem espacialidades, racionalidades e modos de vida que desafiam a lógica urbanocentrada; e evidenciar as tensões, conflitos e disputas que atravessam esses territórios. Para isso, propõe-se uma abordagem teórico-metodológica situada e contra-hegemônica, sustentada pela leitura crítica de autores latino-americanos e pelo diálogo direto com práticas territoriais de povos e

comunidades dissidentes, sobretudo por meio dos estudos de caso do Quilombo Paratibe[1] e do Território Indígena (TI) Potiguara[2].

Espaços-outros, frequentemente classificados como informais ou periféricos, não apenas resistem às normatividades urbanas, mas produzem novas gramáticas territoriais, que deslocam as noções convencionais de planejamento, projeto e cidade. Contribuem, assim, para uma práxis territorial comprometida com a pluralidade epistêmica, justiça espacial e direito à diferença. Afinal, pensar espaços para além do viés urbano deixa de ser apenas um exercício teórico e passa a constituir um gesto ético e democrático. Ao propor uma crítica ao urbanocentrismo, este artigo se insere no escopo de *Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações*, reconhecendo que pensar o território para além da cidade exige a articulação de múltiplas racionalidades territoriais. A análise de territorialidades dissidentes e de experiências comunitárias demonstra que a renovação crítica da Arquitetura e do Urbanismo depende de interlocuções efetivas entre saberes técnicos e práxis situadas, capazes de tensionar categorias hegemônicas e ampliar as formas de compreender, produzir e habitar o espaço. Nesse sentido, o artigo evidencia que deslocar o urbano de seu lugar central implica assumir confrontações epistêmicas e tensões entre racionalidades como dimensões constitutivas de uma prática multilateral, na qual epistemologias dissidentes e práticas comunitárias dialogam com o campo disciplinar e contribuem para redefinir seus horizontes críticos.

1.1 Referencial teórico-metodológico

A pesquisa adota uma abordagem metodológica situada e contra-hegemônica, baseada nos aportes de Donna Haraway (1995) sobre conhecimento situado, de Boaventura de Sousa Santos (2007) sobre ecologia de saberes; e das epistemologias produzidas por povos indígenas e quilombolas. O conhecimento situado denota que todo saber é perspectivado e emerge de localizações históricas, políticas e corporificadas, exigindo crítica constante, responsabilização e atenção às relações de poder (Haraway, 1995). A ecologia de saberes, por sua vez, trata da valorização de saberes diversos para além do científico e entende o conhecimento como intervenção no real, sempre parcial e incompleto, exigindo diálogo entre perspectivas distintas e uma postura contínua de reflexividade crítica diante das relações de poder que atravessam a produção do saber (Santos, 2007). Parte-se do entendimento de que todo conhecimento é historicamente localizado e politicamente posicionado; dessa forma, nenhuma categoria espacial pode ser tratada como universal, neutra ou desvinculada das relações de poder que a constituem. Assumir essa perspectiva implica reconhecer que os modelos analíticos dominantes no campo da Arquitetura e Urbanismo são resultados de processos históricos específicos, que privilegiam determinadas racionalidades e invisibilizam outras formas de conhecimento territorial (Farrés, 2023).

A partir dessa base teórica, o artigo mobiliza os conceitos de território, cidade, urbano, urbanocentrismo, territórios dissidentes e espaços-outros. O território (Sturmer & Costa, 2017) articula espacialidade, pertencimento e práticas cotidianas, sendo produzido pelas ações dos agentes sociais. A cidade (Lencioni, 2008), é entendida aqui como uma construção social resultante de determinações políticas, econômicas e culturais que organizam formas específicas de vida coletiva, incorporando territorialidades híbridas onde atividades diversas coexistem. O urbano (Lencioni, 2008) refere-se a um processo histórico associado à dinâmica capitalista, capaz de reconfigurar territórios e relações sociais desde os primórdios da colonização, não se limitando à urbanização industrial. O urbanocentrismo, por sua vez, constitui um dispositivo que hierarquiza a cidade como medida legítima de progresso e conhecimento, subalternizando práticas e saberes não urbanos (Farias & Faleiro, 2020). Nesse contexto, territórios dissidentes (Oliveira, 2025) são espaços produzidos por relações horizontais e autonomistas, inspirados na noção foucaultiana de heterotopia, onde emergem racionalidades alternativas de habitar e organizar o espaço. Por fim, os espaços-outros designam espacialidades que coexistem com o

1 O Quilombo Paratibe, localizado na cidade de João Pessoa (PB), compõe um dos estudos de caso desta pesquisa a partir do trabalho de campo desenvolvido na dissertação de mestrado de Caio Aguiar (2024). A investigação adotou uma abordagem qualitativa de pesquisa de campo, com ênfase na imersão e na escuta ativa na comunidade, combinando observação participante, entrevistas e mapeamento.
2 O Território Indígena Potiguara, localizado no litoral norte da Paraíba, compõe um dos estudos de caso desta pesquisa a partir do trabalho de campo desenvolvido na dissertação de mestrado de Angela Souza (2024). A investigação adotou uma abordagem qualitativa e etnográfica, com ênfase na imersão prolongada na comunidade, combinando observação participante, entrevistas abertas e semiestruturadas, cartografia da memória e registro audiovisual.

ordenamento hegemônico, mas operam segundo lógicas próprias, de vínculo, uso compartilhado e práticas comunitárias, tensionando as categorias normativas do planejamento moderno (Foucault, 2013).

A metodologia estrutura-se em três procedimentos principais. O primeiro consiste em uma revisão crítica da literatura, centrada em autores que discutem o urbanismo hegemônico, a colonialidade do saber, a legislação territorial e diálogos contra-hegemônicos, incluindo pesquisadores indígenas, quilombolas e latino-americanos. O segundo procedimento refere-se à pesquisa de campo realizada entre 2022 e 2024[3], que envolveu observação participante nas aldeias Potiguara e nas glebas do Quilombo Paratibe, percursos territoriais, entrevistas semiestruturadas[4], anotações etnográficas, registros fotográficos e cartográficos, além do acompanhamento de eventos coletivos, rituais, assembleias e outros. O terceiro procedimento é a análise territorial situada, que compreende a leitura do território como síntese de materialidade e cosmologia, interpretando as formas espaciais a partir das narrativas e categorias das próprias comunidades e descrevendo essas territorialidades como práticas em si mesmas. Neste procedimento foi adotada a abordagem multiescalar (Silva & Romero, 2011) para compreender as dinâmicas territoriais dos casos nos níveis macro, meso e micro.

Ao enfatizar a produção de conhecimento a partir de múltiplas racionalidades territoriais e ao assumir o conflito epistemológico como elemento constitutivo da análise, a metodologia situada permite evidenciar de que maneira os territórios dissidentes operam por meio de práxis multiescalares que tensionam, confrontam e reconfiguram os modelos urbanocentrados. Assim, o referencial adotado contribui para aprofundar o debate sobre multilateralidade epistêmica, produção contra-hegemônica do espaço e articulação horizontal entre saberes técnicos e saberes territorializados.

2 Questionando o urbanocentrismo enquanto modelo analítico, normativo e projetual

Nas últimas décadas, a crítica às categorias analíticas do campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo se intensificaram, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e territorialidades dissidentes. Pesquisadores como Raquel Rolnik (2007) e Ermínia Maricato (2011) têm discorrido sobre a centralidade do urbano como paradigma epistêmico-normativo e como este tem operado enquanto eixo estruturante do pensamento espacial ocidental, direcionando práticas projetuais, políticas públicas e processos de produção do saber acadêmico. Essa centralidade, como destaca Camila Faria (2008), não é imparcial, pois define hierarquias de legitimidade binárias — como o moderno e o atrasado, o urbano e o rural, o visível e o invisível — reforçando um padrão que reduz a complexidade das formas de vida dissidentes a uma lógica universalizante e excludente.

No plano jurídico-institucional, essa lógica se expressa em marcos normativos incompletos. O Decreto nº 8.750/2016 reconhece vinte e nove povos e comunidades tradicionais; contudo, ele carece de atualização no que diz respeito ao contexto atual desses povos e de sua participação na cidade. Formas outras de expressão cultural permanecem à margem do reconhecimento legal, levando à invasões e retiradas territoriais legalmente justificadas, como acontece com a Aldeia Maracanã, uma ocupação multiétnica urbana localizada no antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que sofre com a constante ameaça de despejo. Essa insuficiência normativa torna-se evidente quando confrontada com realidades como a da comunidade Tiririca dos Crioulos, um povo de dupla descendência quilombola e indígena que ocupa o território Pankará em Carnaubeira da Penha, em Pernambuco. A comunidade revela, conforme observado na legislação indigenista (Silva, 2008)[5], a tendência à ruralização e homogeneização de modos de vida complexos, como as comunidades indígenas. Essa limitação deixa lacunas significativas no tratamento jurídico de questões que envolvem contextos urbanos, terras não homologadas e outras formas de organização territorial próprias das comunidades indígenas. Ou seja, o marco legal

---

3 As atividades seguiram os padrões éticos acadêmicos, submetendo-se ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Associação Atlética Cultural Acadêmica e Desportiva de Quilombos (AACADE), à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

4 As entrevistas foram realizadas com roteiros ajustados com a análise de objetivos (Manzini, 2004) em três blocos de perguntas (políticas administrativas e legislativas, questões territoriais e as dinâmicas territoriais locais), seguindo a classificação macro de agentes espaciais: civis, funcionários públicos e lideranças coletivas.

5 Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira, publicada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Abarca normativas que permeiam os povos indígenas e sua relação com a sociedade e o Estado.

brasileiro sobre direitos territoriais indígenas apresenta significativas lacunas ao não contemplar a complexidade das formas contemporâneas de ocupação e desconsiderar a vulnerabilidade das comunidades ainda não reconhecidas.

Essas lacunas se agravam diante de obstáculos estruturais já amplamente documentados: pressões econômicas e políticas (Cavalcante, 2016), morosidade processual (Azanha, 2005), e a inadequação dos marcos legais para contextos transnacionais (Tovar-Restrepo, 2013). Essas limitações impactam diretamente o acesso a serviços públicos básicos, como saúde e educação (Azanha, 2005), e perpetuam conflitos fundiários, ignorando o território como corpo vivo, crítica presente tanto no trabalho de Daniel Serna (2017), quanto no de Ailton Krenak (2022). Segundo Raquel Rolnik,

> Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização [...] além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infra-estruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção no mínimo ambígua nas cidades onde se localizam. [...] a consolidação desses assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do Poder Público [...] A presença desse vasto contingente de assentamentos inseridos de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso aos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. [...] Finalmente, o modelo condena a cidade, como um todo, a um padrão insustentável, do ponto de vista ambiental e econômico, já que impõe perdas ambientais e externalidades para o conjunto da cidade muito difíceis de recuperar (Rolnik, 2007, p. 7-8).

A crítica de Rolnik (2007) sobre assentamentos irregulares aprofunda esse cenário: territórios invisibilizados na cartografia estatal, sem infraestrutura ou validade jurídica, tornam-se engrenagens da exclusão socioespacial que estrutura a urbanização brasileira. Ao mostrar que o acesso às áreas bem localizadas é sistematicamente restringido por barreiras econômicas, políticas e legais, a autora evidencia como a cidade é produzida e reproduzida como um espaço seletivo e estar dentro da legalidade jurídica significa abdicar de características tão estimadas para essas populações. Todavia, além do plano normativo e institucional, há manifestações territoriais da colonialidade que atingem escalas diversas. A análise de René Castillo (2013) sobre as fronteiras e não lugares da Colômbia revela como a marginalização desses espaços reforça binaridades urbanas (centro/periferia, ordem/caos, seguro/violento), herdadas do colonialismo e perpetuadas pelo Estado, dialogando com a análise de Cristhian Marco, Paulo Santos e Gabriela Moller (2020) sobre gentrificação. Em paralelo, Alfredo Lozano (2017) demonstra como as cidades andinas tiveram sua sacralidade cosmogônica apagada pela urbanização colonial, apontando para a necessidade de uma epistemologia própria que ressignifique o patrimônio como prática viva de resistência.

No contexto estadunidense, Clara Irazábal (2012) problematiza a instrumentalização do Novo Urbanismo Latino que, embora pretenda valorizar práticas espaciais latinas, frequentemente reforça hierarquias anglocêntricas. Para a autora, a proposta do etnourbanismo surge como contraponto, enfatizando a pluralidade de urbanismos insurgentes que desafiam a universalização dos padrões urbanos. Essa reflexão dialoga com estudos como os de Erualdo González e Clara Irazábal (2015), que evidenciam como raça, classe e migração interseccionam-se em crises urbanas, exigindo um planejamento antirracista, interseccional e sensível. Tais análises convergem na ideia de que a cidade não pode ser universalizada como referência única de ordenamento espacial. Assim, a superação das hegemonias espaciais demanda não apenas a inclusão de territórios marginalizados, mas a desconstrução das lógicas que os produzem. É necessário reconhecer que a binaridade de classificações não apenas organiza o espaço urbano, mas moldam a forma como diferentes territorialidades são legitimadas ou invisibilizadas. Por outro lado, a concepção desses povos sobre território oferece possibilidades para pensar a cidade por um viés mais inclusivo e sensível. Conforme Juan Echeverri (2004), Dominique Gallois (2004), Eckart Boege (2012), Ailton Krenak (2022) e Eliane Potiguara (1989) abordam, a concepção de território contraria diretamente a lógica dominante que separa a terra do ser humano e reduz o espaço a recurso econômico ou área a ser normatizada. Nessas cosmologias, o território é simultaneamente corpo, natureza, espaço de resistência e sagrado, são dimensões que não se enquadram no paradigma de cidade como medida universal de progresso e cidadania.

Para Joelson Ferreira (2025), a desconexão com a terra e o território lança povos dissidentes em um estado de desenraizamento, os submetendo às alienações impostas por um sistema que fragmenta. O espaço urbano, com sua lógica de distanciamento e rigidez, torna-se um ambiente hostil à relação autêntica, tudo é distante, tudo é predeterminado, e até mesmo nas cidades pequenas, a rotina acelerada impede que o tempo se abra para o diálogo e o encontro. Essa estrutura opressiva nega a possibilidade da experiência compartilhada, sufocando a humanização ao eliminar o contato direto, o corpo presente, o brincar livre. No cerne dessa disputa, como sempre, está a terra: não como propriedade privada, mas como fundamento da vida coletiva.

As consequências da invisibilização, colonização e marginalização dessas concepções são diversas. Casos como o do povo Yanomami, denunciados por Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), expõem como a imposição de um modelo desenvolvimentista centrado em valores urbanos e extrativistas resulta em degradação ambiental, violência e ruptura de vínculos culturais. Nessa perspectiva, o território deixa de ser reconhecido como espaço de vida e passa a ser visto como um vazio produtivo a ser explorado, deslocando e precarizando as comunidades. Questionar o urbano como medida de todas as coisas implica romper com tais binaridades e abrir espaço para epistemologias situadas, capazes de reconhecer e dialogar com a diversidade das territorialidades, inclusive aquelas que se mantêm vivas apesar da contínua pressão da colonialidade do poder e do saber. Em outra escala, estudos de caso, como os realizados por Carmem Lima (2020) com indígenas de Crateús demonstra como a mobilidade e a adaptação a contextos urbanos tornaram-se estratégias de sobrevivência para diversas comunidades. Todavia, além dos conflitos fundiários, territórios dissidentes enfrentam crescentes desafios decorrentes de atividades ilegais, como tráfico de drogas, que intensifica a insegurança (Lima, 2020). Tais pressões externas, se somadas à industrialização e aos grandes empreendimentos, acarretam deslocamentos forçados e expropriações, agravando a marginalização socioespacial dessas populações (Faria, 2008).

3 Práxis Territorial: Autonomia, territorialidades plurais e saberes situados

Ao privilegiar territorialidades plurais, esta seção parte do pressuposto de que não há um único modelo válido de produção do espaço, mas múltiplos arranjos resultantes de saberes enraizados nas histórias e nos ecossistemas onde se desenvolvem. Práticas como o manejo comunitário de recursos por povos indígenas, as redes de solidariedade que sustentam assentamentos agroecológicos ou mesmo as formas colaborativas de construção nas periferias urbanas são exemplos de saberes situados que tensionam a lógica urbanocêntrica e ampliam as possibilidades de imaginar o território. Nota-se a partir das pesquisas de campo que essas experiências, longe de serem resquícios do passado ou expressões de precariedade, configuram sistemas complexos de conhecimento e ação, capazes de articular resistência e inovação. À exemplo, lideranças quilombolas, indígenas e de movimentos por moradia têm reiteradamente afirmado que suas práticas espaciais não são alternativas à um modelo hegemônico, mas expressões legítimas de mundos distintos, coexistentes e interdependentes.

Organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a Teia dos Povos emergem como atores centrais na luta por reconhecimento jurídico e político de territorialidades que transcendem as categorias formais do Estado. Essa mobilização constante pressiona por uma reavaliação crítica do ordenamento político normativo e administrativo, exigindo que o Estado reconheça a pluralidade das territorialidades tradicionais — apesar das classificações rurais, urbanas, multiétnicas ou transnacionais — como fundamentais para a efetivação de direitos. A compreensão dessas territorialidades requer uma abordagem que ultrapasse a simples análise física e o entendimento comum sobre a formação de planos diretores, bairros, quadras e lotes; requer a compreensão sobre territorialidades, simbologias, ordenamentos autodeterminados e entendimento de que essas formas de fazer o espaço são intuitivas, experimentais e históricas; consolidadas e conceituada, tanto quanto o planejamento urbano. Por isso, o artigo trás os estudos de caso da Comunidade Quilombola de Paratibe, localizada na Zona Sul do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, e a Terra Indígena Potiguara, localizada no litoral norte da Paraíba, como apresentado a seguir.

3.1 A Comunidade Quilombola de Paratibe

A comunidade quilombola de Paratibe, localizada em João Pessoa (Figura 1), constitui um exemplo emblemático da disputa simbólica e material pelo reconhecimento de seu espaço. Sua organização territorial, uso do solo e práticas comunitárias expressam uma lógica própria de espacialização, marcada pela ancestralidade, pela relação simbiótica com a terra e pela construção coletiva do espaço, em oposição à fragmentação imposta pela urbanização convencional, caracterizando-se como um quilombo situado nos perímetros urbanos (Aguiar, 2024).

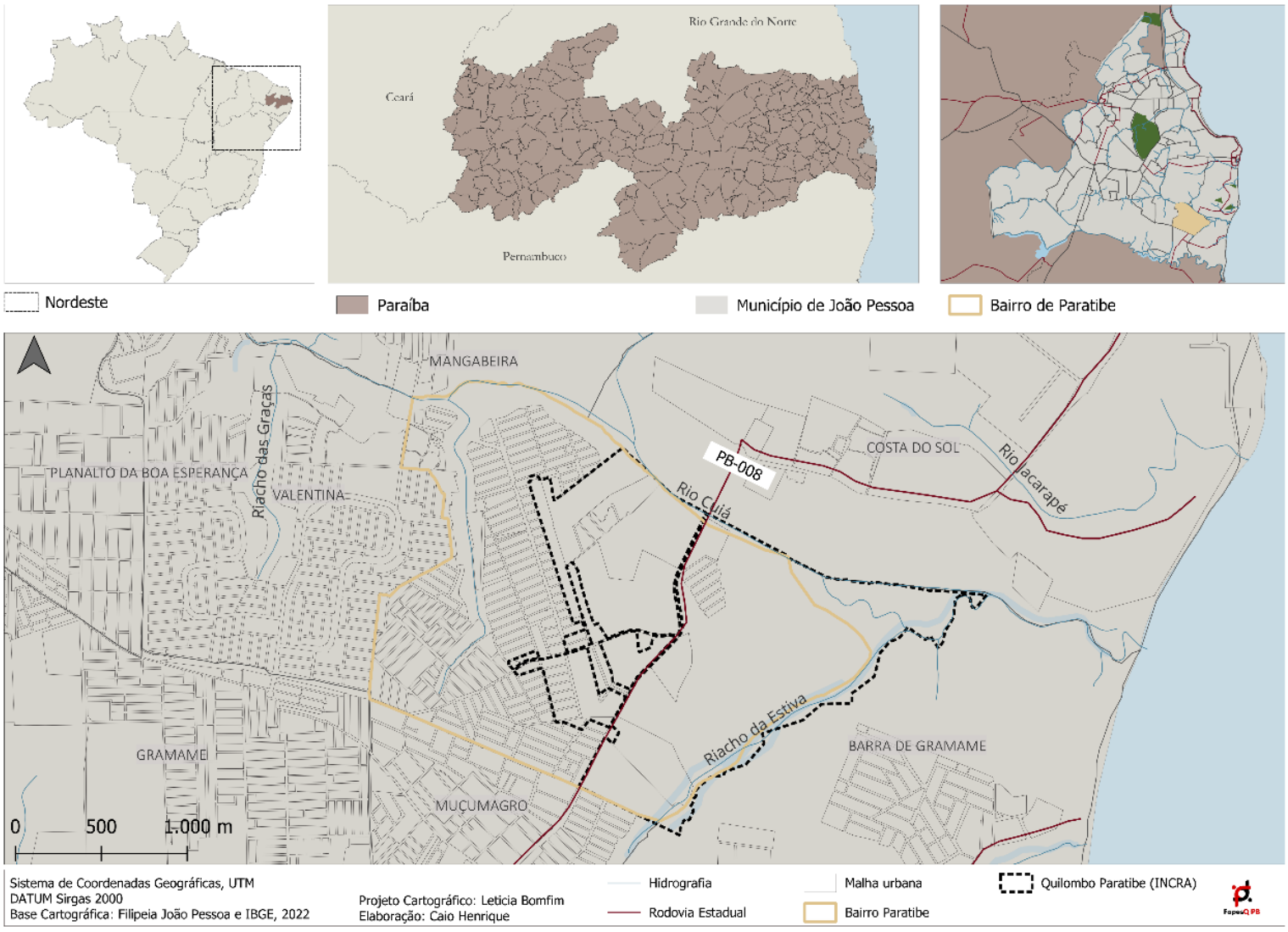


Fig. 1: Localização da Comunidade Remanescente Quilombola Paratibe na região Sul do estado da Paraíba. Fonte: Aguiar, 2024.

Conforme ilustrado na Figura 1, a Comunidade Remanescente Quilombola Paratibe localiza-se em meio ao bairro de Paratibe, entre os limites dos bairros de Valentina de Figueiredo, Mangabeira e Muçumagro, na cidade de João Pessoa. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o território quilombola de Paratibe reúne cerca de 180 famílias e possui 3.761 moradores, mas dentre eles apenas 1.054 se autodeclaram quilombolas. Desta forma, é o sexto quilombo com mais moradores do Brasil. Como resultado do processo de territorialidade coletiva e familiar, o quilombo Paratibe está constituído por cinco glebas (Figura 2), visto que, inicialmente, a organização do espaço ocorreu através de pequenos sítios, pertencentes a cinco núcleos familiares bem definidos. As famílias tinham seus representantes, que eram responsáveis pelas atividades em suas terras, em uma escala familiar e estruturada cada uma em sua respectiva gleba. Atualmente, o quilombo se insere dentro de um processo urbano com glebas separadas por empreendimentos imobiliários e vias.

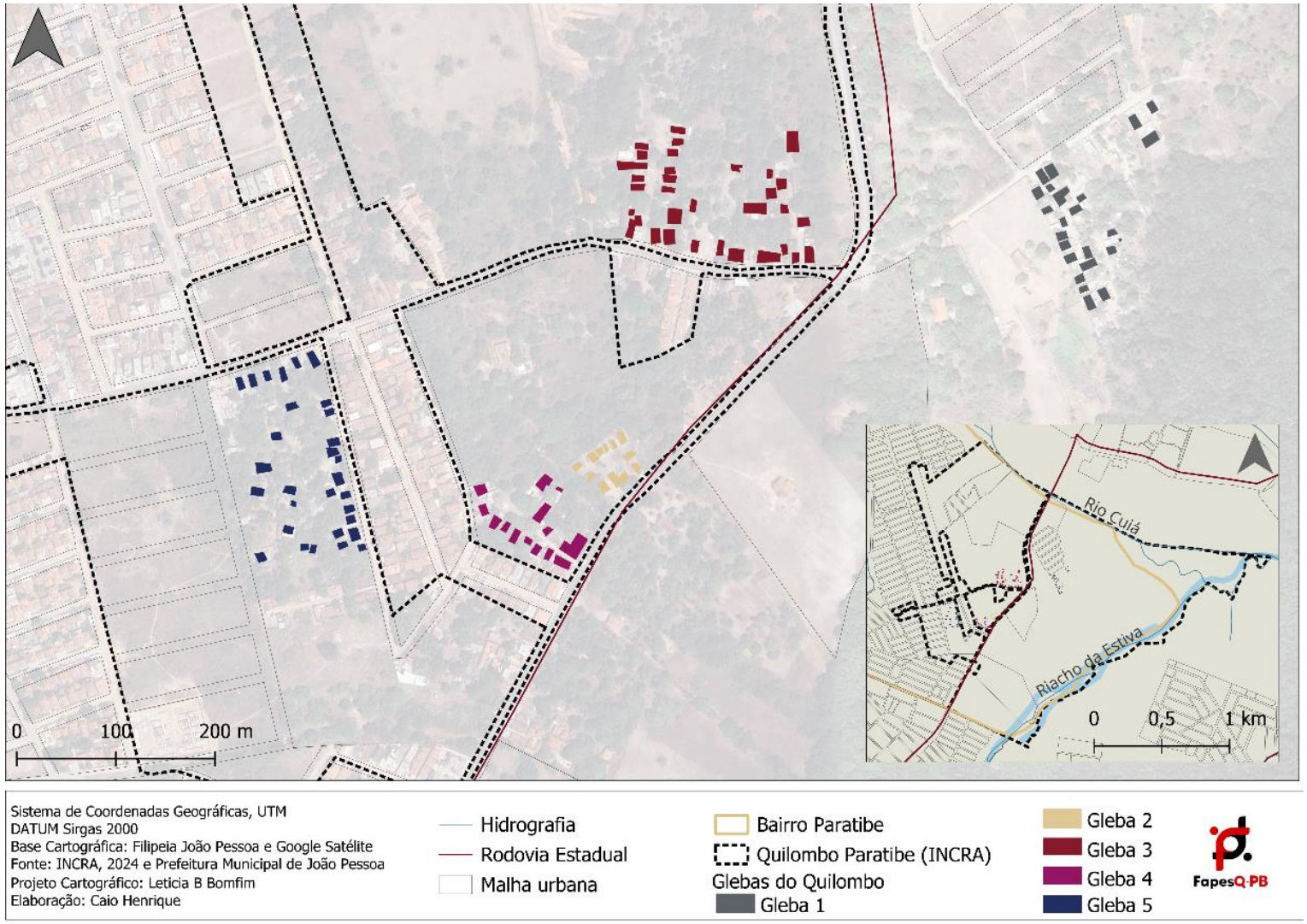


Fig. 2: Glebas da Comunidade Remanescente Quilombola Paratibe. Fonte: Aguiar, 2024.

As glebas são marcadas pela presença de áreas naturais, construções vernaculares e traçado orgânico em consonância com a permeabilidade e porosidade do ordenamento, como verifica-se na figura 2. Sua fragmentação é também resultado de um processo histórico marcado pelas dinâmicas internas junto à expansão urbana na área. A especulação imobiliária, que ocupa as terras antes destinadas às famílias quilombolas, é um exemplo da transformação do espaço comunitário em objeto de mercado, desconsiderando históricos de resistência, práticas de uso sustentável e identidades culturais. Além disso, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado em 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), identificou 267 hectares de território quilombola, embora registros históricos indiquem que sua área original era significativamente maior. Na sequência, iniciou-se o processo de notificação de proprietários e disputa territorial, mas o avanço da regularização tem sido marcado por morosidade e ausência de medidas estatais eficazes. Nesse processo de embate, existem atualmente mobilizações comunitárias e atuação judicial do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da Paraíba, com recomendação contra novos loteamentos sem autorização e audiência pública para esclarecer as políticas do Programa Brasil Quilombola.

O quilombo, enquanto categoria histórica e política, não se limita à resistência escrava colonial, mas se configura como um espaço contemporâneo de produção de vida e identidade (Moura, 1987). Assim como territórios indígenas, os quilombos representam não apenas um espaço físico, mas também um lugar de memória, cosmologia e modos específicos de produzir e reproduzir a existência. Em Paratibe, isso se traduz em práticas agrícolas comunitárias, festas tradicionais, redes de parentesco e solidariedade, além da preservação de saberes construtivos vernaculares, que contrastam com a lógica fragmentadora do parcelamento urbano imposto pelo mercado imobiliário local (Aguiar, 2024). Na Figura 3 por exemplo,

encontramos trilha em meio a mata, chão de terra batido, casas de taipa e quilombolas utilizando árvores como recreação. O caso do Quilombo de Paratibe evidencia os efeitos do urbanocentrismo na lógica de desenvolvimento urbano que concentra investimentos, equipamentos públicos e atenção política nos centros consolidados e em áreas de alto valor imobiliário, relegando as comunidades a uma função secundária no tecido urbano. Sob essa perspectiva, os quilombos urbanos como o de Paratibe, são frequentemente vistos não como territórios vivos, com história e cultura próprias, mas como reservas territoriais à disposição da expansão urbana voltada ao mercado. Essa visão reduz a comunidade a um espaço em especulação, cuja transformação legítima só se concretiza quando incorporada à lógica do capital imobiliário.



Fig. 3: Fotografias das glebas da Comunidade Remanescente Quilombola Paratibe. Fonte: Autores, 2024.

O resultado é um processo de inclusão capitalista planejada, na qual a periferia é incorporada ao espaço urbano formal não para garantir direitos, mas para expandir a máquina de produção de valor do solo urbano. Tanto indígenas quanto quilombolas, enfrentam a expropriação territorial, a imposição de padrões construtivos alheios e a criminalização de práticas tradicionais em nome do chamado progresso urbano: um progresso muitas vezes seletivo, excludente e destrutivo para certos modos de vida, memórias coletivas e ecossistemas. Um verdadeiro progresso só poderia ser pensado de forma plural, reconhecendo e fortalecendo modos de vida não urbanos, respeitando a história e os direitos territoriais, e garantindo que as transformações sirvam à vida, e não apenas ao capital. Ambos compartilham lutas pelo direito à terra, à autodeterminação e à preservação de suas cosmologias, desafiando a homogeneização cultural e espacial imposta pelo urbanocentrismo.

3.2 A Terra Indígena Potiguara

O Território Potiguara, identificado na Figura 4, é oficialmente dividido em três Terras Indígenas (TI)[6] — Potiguara, Potiguara de Monte-Mor e Jacaré de São Domingos — e abrange trinta e três aldeias distribuídas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, reunindo aproximadamente vinte e dois mil indígenas[7]. Trata-se de um espaço cuja configuração material e simbólica resulta da sobreposição de territorialidades indígenas, lógicas urbanas e práticas rurais, compondo um cenário híbrido e em permanente negociação.

[6] As três Terras Indígenas — Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mor — não correspondem a uma divisão sociopolítica ou geográfica interna ao povo Potiguara, mas a uma categorização normativa vinculada aos processos de demarcação e homologação realizados pelo Estado brasileiro. A Terra Indígena Potiguara foi homologada pelo Decreto nº 267, de 29 de outubro de 1991 (Brasil, 1991); a Terra Indígena Jacaré de São Domingos pelo Decreto de 1º de outubro de 1993 (Brasil, 1993); e a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor pela Portaria MJ nº 2.135, de 14 de dezembro de 2007 (Brasil 2007).Nesse sentido, é importante considerar que tais demarcações não abarcam a totalidade do território tradicional Potiguara. Áreas como Taepe, reconhecida como aldeia desde o período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), permanecem sem homologação, assim como a expressiva presença territorial dessa comunidade no centro municipal de Baía da Traição.

[7] De acordo com as informações concedidas pelo Cacique Geral Sandro, em entrevista realizada no dia 04 de setembro de 2024.

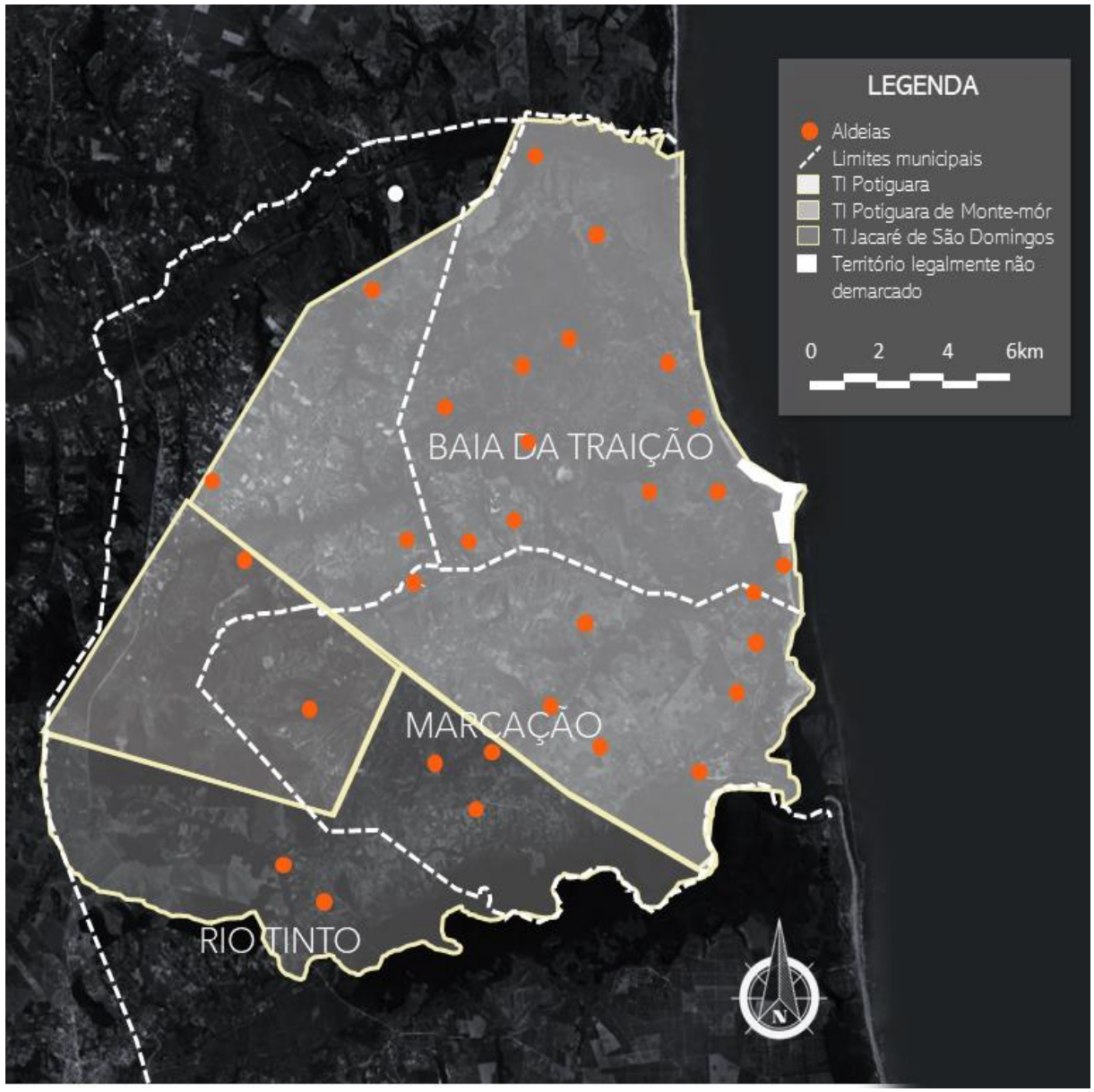


Fig. 4: Localização das Terras Indígenas, limites municipais e aldeias Potiguara na região Litoral Norte do estado da Paraíba. Fonte: Autores, 2025.

A organização espacial Potiguara ultrapassa a dimensão física, articulando práticas culturais, sociais e políticas que sustentam a identidade coletiva. Ao longo de todo o território, construções (Figura 5) realizadas em sistemas, simbologias e materiais próprios da comunidade, manifestam a dimensão coletiva, seja pela escala, pela porosidade espacial ou pelos usos atribuídos. Os municípios, enquanto subdivisão político-territorial, interpenetram-se com a territorialidade Potiguara, mesclando usos urbanos e rurais. Nesse sentido, estas dimensões integram-se às dimensões étnica, ambiental, sagrada e política, manifestando-se em formas espaciais que podem ser interpretadas como rururbanas, revelando fronteiras fluidas e um espectro de configurações. Essa hibridização é sustentada por uma lógica de ocupação que preserva tipologias vernaculares, organiza o território a partir da coletividade e integra atributos naturais como parte essencial da vida cotidiana (Souza, 2024).



Fig. 5: Fotografias das construções vernaculares nas aldeias Potiguara na região Litoral Norte do estado da Paraíba. Fonte: Autores, 2024.

As aldeias mais isoladas apresentam traçados orgânicos moldados pela relação direta com o solo e a paisagem, priorizando percursos pedestres e espaços coletivos (Figura 6). Nessas áreas, os quintais e as varandas funcionam como extensões do espaço público, favorecendo a convivência e a manutenção de práticas culturais. A natureza é elemento estruturante, não apenas recurso material, mas também base espiritual e simbólica. Contudo, pressões externas, como a expansão da monocultura da cana-de-açúcar e o avanço da urbanização, tensionam esses modos de vida. Conforme mostra a Figura 6, observando o ordenamento territorial, nota-se que a aldeia Potiguara é mantida pela população cuja base é o solo conjuntamente com os atributos naturais, onde ocorrem eventos ritualísticos, percursos e atividades cotidianas. É sobre esses elementos que as famílias situam as ocupações, que, por sua vez, dão gênese ao traçado espacial, que tem caráter de passagem. As ocupações e o traçado organizam e constituem vazios espaciais, que assumem as características de coletividade e de permanência. E é essa estrutura do espaço construído que define as tipologias e a forma territorial de cada aldeia.

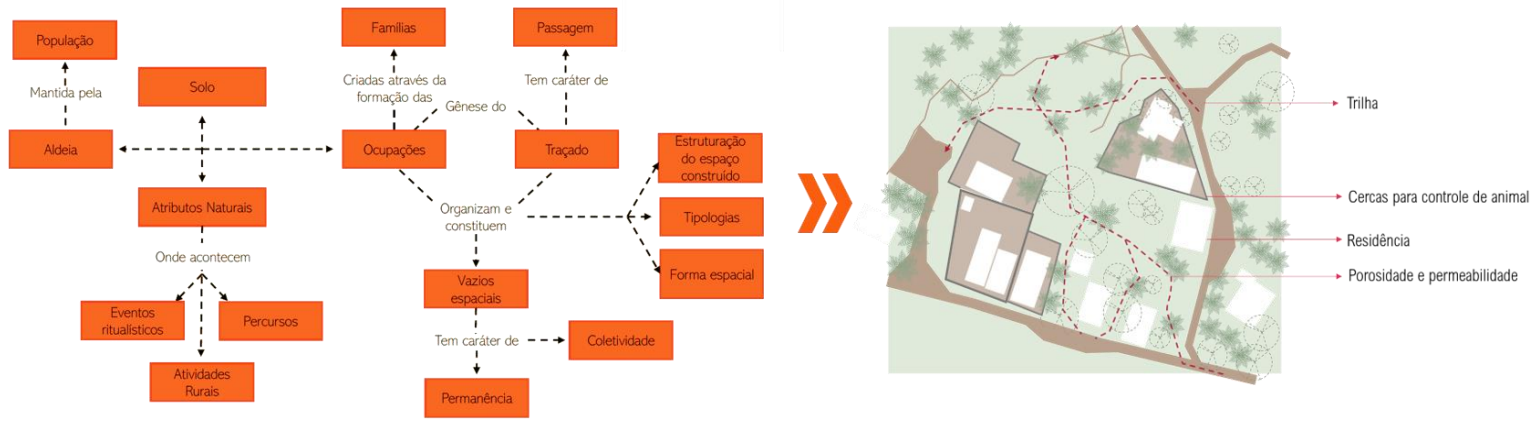


Fig. 6: Diagramas de processo da reprodução territorial Potiguara. Fonte: Souza, 2024.

A tradução cartográfica dessa lógica, representada no segundo diagrama, explicita a sobreposição entre estrutura física e paisagem natural. Percursos principais conectam habitações, áreas coletivas e marcos ambientais, enquanto o arranjo das edificações preserva áreas verdes e mantém a permeabilidade. Esse modelo territorial, distante de padrões urbanocentrados, demonstra que o espaço Potiguara se constitui por uma matriz relacional em que ambiente, práticas culturais e organização social se entrelaçam. Trata-se de um ordenamento que não deriva de imposições externas, mas de uma lógica própria, que traduz no espaço físico as dimensões materiais e imateriais do território indígena. Longe de se organizar por bairros, por quadras e lotes definidos por um planejamento e regimento prévio, o Território Potiguara se organiza sem delimitações rígidas internas, sendo uma articulação entre as aldeias, com passeios por onde se situam as ocupações, sem estruturas coletivas ocidentais, como parques e praças, mas com uma dimensão coletiva que faz de todo e qualquer espaço, simultaneamente, extensão da casa e da aldeia.

As aldeias Acajutibiró, Forte e Alto do Tambá, situadas em zonas de transição entre o centro urbano de Baía da Traição e as aldeias mais isoladas, apresentam maior adensamento e oferta limitada de serviços turísticos, coexistindo com práticas comerciais informais e equipamentos públicos pontuais, como escolas e unidades de saúde. Já o centro urbano de Baía da Traição, embora não demarcado, faz parte da territorialidade Potiguara e adota uma lógica espacial que privilegia o traçado

e a concentração de serviços, subordinando atributos naturais e abrigando novas dinâmicas ligadas ao turismo e ao veraneio. Nesse sentido, apresenta características espaciais, como formação de quadras, mais próxima à conformação urbanocêntrica, ainda que com ressalvas da expressividade construtiva local e das simbologias atribuídas. Essas variações internas revelam que o território Potiguara não deve ser compreendido a partir de classificações binárias e urbanas, mas como um complexo orgânico de territorialidades interdependentes, atravessadas por processos de transformação, resistência e ressignificação. A valorização recente de elementos patrimoniais, como os canhões da aldeia Forte e as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, integra-se a estratégias de afirmação identitária que combinam preservação material e ativação de memórias coletivas (Souza, 2024).

4 Abrindo margem para a pluralização no paradigma urbanocêntrico

Os resultados obtidos a partir da articulação entre revisão teórica e os estudos de caso (Quilombo Paratibe e Terra Indígena Potiguara) revelam que a hegemonia do urbanocentrismo opera como um dispositivo epistêmico-institucional que restringe a legitimidade de territorialidades plurais e orienta a produção territorial e as práticas de planejamento de modo seletivo e hierarquizado. As análises de Rolnik (2007) e Maricato (2011) evidenciam que a cidade moderna tornou-se matriz universal para definir o que é desenvolvimento, cidadania e ordenamento territorial, produzindo um campo disciplinar pouco apto a reconhecer espacialidades não conformes. Essa constatação revela eco empírico nas dinâmicas observadas nos territórios estudados, nos quais formas comunitárias de uso, ancestralidade e vínculos simbólicos se chocam com marcos normativos incapazes de traduzi-los.

Em consonância, embora instrumentos como o Decreto nº 8.750/2016 (Brasil, 2016) reconheçam a diversidade de povos e comunidades tradicionais, mantêm lacunas estruturais que resultam na fragilização jurídica de ocupações, sobretudo urbanas, multiétnicas ou situadas em territórios não homologados. Casos como a Aldeia Maracanã e Tiririca dos Crioulos são exemplos. Assim, a marginalização normativa não decorre apenas da ausência de instrumentos legais, mas de uma matriz epistemológica que define quais territorialidades são reconhecíveis e quais permanecem fora do regime de visibilidade estatal.

Essa produção desigual do espaço, descrita por Rolnik (2007) e aprofundada por autores como Marco, Santos e Moller (2020), é sustentada por fronteiras urbanas que reiteram hierarquias coloniais entre centro e periferia, ordem e desordem, formalidade e informalidade. Essa estrutura é igualmente observável em Paratibe e nas aldeias litorâneas Potiguara, onde processos de especulação, conflitos fundiários e pressões do turismo de veraneio configuram disputas territoriais marcadas pela assimetria de poder e pela incompreensão institucional das racionalidades indígenas. Nesse sentido, as análises de Castillo (2013) e Lozano (2017) contribuem para compreender como a urbanização opera apagamentos históricos e simbólicos, deslocando territorialidades sagradas ou comunitárias para posições de subalternidade.

Ao incorporar concepções indígenas e quilombolas de território, como as de Echeverri (2004), Gallois (2004), Boege (2012), Krenak (2022) e Potiguara (1989), os resultados revelam que tais territorialidades não apenas divergem do paradigma moderno, mas o desafiam estruturalmente, oferecendo outras ontologias do espaço baseadas em interdependência, reciprocidade e relação corpo-território. Essa dimensão emerge com nitidez nos estudos de campo, nos quais práticas de manejo ancestral, usos coletivos, espiritualidade e formas próprias de governança evidenciam modos de produção do espaço que escapam às taxonomias urbanas e às categorias técnico-institucionais convencionais.

Diante desse cenário, reconhecer a hegemonia do urbanocentrismo implica diagnosticar seus limites e criar condições para visibilizar e legitimar outras epistemologias e práticas territoriais. Essas aberturas constituem verdadeiros espaços de insurgência capazes de tensionar aspectos da Arquitetura e do Urbanismo a partir de referenciais não hegemônicos. Tal deslocamento requer a revisão crítica de currículos acadêmicos, lógicas institucionais e marcos normativos, bem como a criação de dispositivos que fortaleçam práticas projetuais e de gestão territorial ancoradas em saberes locais, práticas comunitárias, etc. Nesse sentido, metodologias participativas desempenham papel central ao assegurar às comunidades dissidentes o pleno exercício de sua autodeterminação. O Quilombo Paratibe e a Terra Indígena Potiguara evidenciam que tais territorialidades não apenas propõem modos alternativos de organização espacial, mas confrontam diretamente as estruturas epistêmicas do urbanismo tradicional, resistindo à lógica da propriedade privada, do parcelamento padronizado

do solo e da especulação imobiliária, enfrentando pressões externas sem abrir mão de valores fundantes como coletividade, ancestralidade e vínculo espiritual com a terra, que não encontram tradução adequada nos instrumentos jurídicos e urbanísticos vigentes, demandando novas categorias analíticas e normativas capazes de reconhecer e proteger territorialidades dissidentes.

Em síntese, a discussão demonstra que a pluralização do campo disciplinar não se limita à inclusão formal de novos sujeitos, mas exige o desmantelamento crítico das categorias que sustentam o urbanocentrismo como matriz universal de interpretação. Os resultados indicam que o deslocamento epistêmico, operado por meio da valorização de epistemologias situadas e territorialidades dissidentes, constitui não apenas uma necessidade metodológica, mas uma condição para a formulação de práticas projetuais e de gestão territorial mais justas, dialogadas e coerentes com a diversidade socioespacial brasileira.

5 Considerações finais

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam que a compreensão e a prática do urbanismo, quando centradas exclusivamente nos parâmetros da cidade hegemônica, reduzem a pluralidade de modos de vida e invisibilizam territórios que não se enquadram na lógica urbano-centrada. O exame das relações entre corpo, território e natureza, articulado às experiências e saberes de povos indígenas e quilombolas, revela que outras epistemologias espaciais não apenas existem, mas resistem e propõem formas alternativas de organização social, econômica e ambiental. Por sua vez, a análise dos conflitos, desigualdades e assimetrias que moldam o espaço contemporâneo mostra que tais realidades não são fruto do acaso, mas resultado de processos históricos de colonização, exploração e concentração de poder, que se perpetuam em políticas públicas, práticas de planejamento e discursos hegemônicos. Essa constatação exige um reposicionamento crítico do campo da arquitetura e do urbanismo, de modo a reconhecer a legitimidade de territórios e territorialidades que operam com lógicas próprias, e que por isso desafiam a normatividade jurídica e a visão urbana de desenvolvimento.

Ao evidenciar que a terra, para muitos povos, é corpo, natureza, sagrado e resistência, torna-se possível vislumbrar caminhos de coexistência mais equilibrados e sustentáveis. Esses caminhos passam necessariamente por processos coletivos de decisão, pelo fortalecimento das autonomias locais e pela articulação das lutas, de modo que resistências fragmentadas se tornem frentes integradas de transformação. A superação das binaridades e hegemonias requer mais do que incluir espaços-outros na cidade tal como ela é, requer repensar a própria medida do urbano, abrindo espaço para modos de vida que não se encaixam em sua lógica, mas que podem oferecer respostas vitais à crise ambiental, social e política que atravessamos. Nesse sentido, o desafio não é apenas técnico, mas ético e civilizatório: construir futuros onde a diversidade de territórios e saberes não seja tolerada como exceção, mas reconhecida como fundamento da vida coletiva. A partir desses diálogos e confrontações entre epistemologias urbanas e saberes territoriais, o texto reforça que descolonizar o campo da Arquitetura e Urbanismo não é apenas uma revisão crítica, mas uma prática multilateral que demanda abertura à escuta e à construção coletiva do espaço.

O artigo contribui para a pluralização epistêmica no campo da Arquitetura e Urbanismo propondo uma abertura real aos diálogos decoloniais entre saberes técnicos e comunitários. Reconhece-se que as confrontações políticas e epistemológicas não são obstáculos, mas dimensões constitutivas dessa práxis territorial, por meio da qual se afirmam outras formas de existência e produção do espaço. Assim, mais do que uma crítica ao urbanocentrismo, este trabalho reafirma a necessidade de construir campos de interlocução horizontal entre diferentes modos de conhecer e habitar, promovendo uma transformação ética e coletiva na maneira como concebemos o território.

Referências

Aguiar, C. H. G. de (2024). *Ser quilombo, sendo urbano: O território da Comunidade Remanescente Quilombola Paratibe* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.

Azanha, G. (2005). As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*, 1, 61–111. https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/06/As-terras-ind%C3%ADgenas-Terena-no-Mato-Grosso-do-Sul.-Gilberto-Azanha.pdf

Boege, E. (2012). La importancia de los territorios de los pueblos indígenas y la cubierta forestal. In F. Chapela (Ed.), *Estado de los bosques de México* (pp. 116–143). Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sustentable. https://www.aacademica.org/eckart.boege/45.pdf

Brasil. (1991). Decreto nº 267, de 29 de outubro de 1991: Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Potiguara, no Estado da Paraíba. Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d267.htm

Brasil. (1993). Decreto de 1º de outubro de 1993: Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Jacaré de São Domingos, no Estado da Paraíba. Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1993/dnn1743.htm

Brasil, Ministério da Justiça. (2007). Portaria MJ nº 2.135, de 14 de dezembro de 2007: Declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Potiguara de Montemor. Diário Oficial da União / Diário Oficial do Estado da Paraíba. https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-2135-2007_203741.html

Brasil. (2016). Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016: Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm

Cavalcante, T. L. V. (2016). "Terra indígena": Aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História (São Paulo)*, *35*(e75), 1–22. http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000075

Castillo, R. J. (2013). Conflictos centrales y marginales en las fronteras y los no lugares urbanos y rurales del Estado colombiano. *Revista Saber Universidad Libre*, *8*(2), 129–137. https://doi.org/10.18041/2382-3240/saber.2013v8n2.1914

Costa, E. (2021). Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina: conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geográfica Venezolana*, *62*(1), 108–127. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522

Costa, E., & Peluso, M. L. (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio 3W*, *21*(1.151), 1–36. https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26323/27786

Echeverri, J. Á. (2004). Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿Diálogo intercultural? In A. Surrallés, & P. G. Hierro (Eds.), *Tierra adentro: Territorio indígena y percepción del entorno* (pp. 13–29). Tarea Gráfica Educativa / IWGIA.

Faria, C. S. de. (2008). *A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole* [Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo]. Teses USP.

Farias, M. N., & Faleiro, W. (2020). Educação dos povos do campo no Brasil: Colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. *Educação em Revista*, 36. https://doi.org/10.1590/0102-4698216229

Farrés, Y. (2023). La dimensión espacial de la colonialidad: una propuesta interpretativa y otras voces ignoradas. *V!RUS*, *1*(26), 12–28. https://revistas.usp.br/virus/article/view/228454

Ferreira, J. (2025). Discurso durante aula magna no encontro do CEBI-MG, em 21/06/25, sobre a Teia dos Povos e a luta por terra e território. https://www.youtube.com/watch?v=t_uO_6b8v9Q&t=2749s

Foucault, M. (2013). De espaços outros. *Estudos Avançados*, *27*(79), 113–122.

Gallois, D. T. (2004). Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In F. Ricardo (Org.), *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: O desafio das sobreposições territoriais* (pp. 27–46). Instituto Socioambiental. https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/07/doc11.pdf

González, E. R. & Irazábal, C. (2015). Emerging issues in planning: Ethno-racial intersections. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability, 20*(6), 600–610. https://doi.org/10.1080/13549839.2015.1048975

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41.

IBGE. (2022). P*opulação quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do Censo. Governo do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo

Irazábal, C. (2012). Beyond "Latino New Urbanism": Advocating ethnurbanisms. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, *5*(3), 241–268. https://doi.org/10.1080/17549175.2012.701817

Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.

Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *Espaço e Tempo*, (24), 109–123. https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740

Lima, C. L. S. (2020). *Indígenas na cidade: Os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús*.Editora UFPE.

Lozano, A. C. (2017). Recuperación del Patrimonio Cultural de las Ciudades Andinas desde una Epistemología propia. *III Congreso de Conservación del Patrimonio Cultural, Turismo y Medio Ambiente*. UNACH, Riobamba.

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 2, 10. https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf

Marco, C. M.; Santos, P. J. T., & Möller, G. S. (2020). Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: O direito à cidade como proposta decolonizadora. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20190253. https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e2019025

Maricato, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Vozes.

Moura, C. (1987). *Quilombos: resistência ao escravismo*. Ática.

Oliveira, M. C. de. (2025). Bloco da Laje, Porto Alegre/RS: Intervenção urbana como prática espacial autônoma na formação de um território de resistência cultural. *ParaOnde!?*, *19*(1), 165–181. https://doi.org/10.22456/1982-0003.136822

Potiguara, E. (1989). *A terra é a mãe do índio*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Pró-Reitoria de Extensão / GRUMIN. https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/lemad-dh-usp_a_terra_%C3%A9_a_m%C3%A3e_do_%C3%ADndio.pdf

Rolnik, R. (2007). Apresentação geral — curso a distância em regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. In R. Rolnik et al. (Eds.), *Regularização fundiária sustentável: Conceitos e diretrizes* (pp. 7–24). Ministério das Cidades. https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/Livro_Regularizacao_Fundiaria_Plena_Referencias_Conceituais.pdf

Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, (79). https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004

Serna, D. R. (2017). El territorio como víctima: Ontología política y las leyes de víctimas para comunidades indígenas y negras en Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*, *53*(2), 85–120. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0486-65252017000200085&script=sci_arttext

Silva, L. F. V. e (Org.). (2008). *Coletânea da legislação indigenista brasileira*. CGDTI / Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Silva, G. J. A., & Romero, M. A. B. (2011). *O urbanismo sustentável no Brasil: A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (Parte 02)*. TETURAARQUI. https://teturaarqui.wordpress.com/2011/03/10/2607/

Souza, A. C. E. de. (2024). *Liminaridade territorial em terra indígena: Um olhar sobre as aldeias litorâneas Potiguara* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/36535

Sturmer, A. B., Costa, B. P. D. (2017). Território: Aproximações a um conceito-chave da Geografia. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, 21(3), 50–60.

Tovar-Restrepo, M. (2013). Nations within nations: Transnationalism and Indigenous citizenship in Latin America. In C. Irazábal (Ed.), *Transbordering Latin Americas: Liminal places, cultures, and powers (t)here* (pp. 201–232). Routledge. https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8JW8F3Q

DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE

DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY

MARINA BORGES

Marina Ferreira Borges é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e Investigadora Principal do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal. Seu enfoque de pesquisa está na investigação sobre processos digitais de projeto arquitetônico e planejamento urbano com o uso de ferramentas computacionais emergentes. marinafborges@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/6910873135038220

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Borges, M. (2025). Dados, governança e opacidade: por um direito informacional à cidade. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 225-235
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.236696

Resumo

Este ensaio propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre o direito informacional à cidade, entendido como extensão contemporânea do pensamento de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade. Parte-se das transformações urbanas mediadas por infraestruturas digitais e sistemas de informação geoespacial, tomando o BHMaps, plataforma pública de dados territoriais de Belo Horizonte, como exemplo das tensões entre transparência, controle e apropriação cidadã da informação urbana. A análise baseia-se na experiência institucional da autora[1] na Secretaria de Política Urbana (2015–2024), período marcado pela consolidação de plataformas SIG e pela transição digital da gestão pública. Essa vivência confere à reflexão uma perspectiva situada sobre as relações entre transparência, poder e curadoria informacional. O texto articula contribuições da teoria crítica urbana, da cartografia crítica e dos estudos sobre urbanização digital, defendendo que o direito informacional à cidade envolve não apenas o acesso, mas a capacidade coletiva de produzir, interpretar e disputar o espaço informacional, em diálogo com uma práxis voltada à democratização do conhecimento territorial. Ao reconhecer as confrontações que atravessam a produção e o uso das plataformas digitais, o ensaio propõe repensar essas infraestruturas como comuns urbanos digitais, orientados pela justiça informacional e pela governança colaborativa.

Palavras-chave: Direito à Cidade, Justiça Informacional, Inclusão Digital, Governança Urbana, Cartografia Crítica.

1 Introdução

A urbanização contemporânea está profundamente marcada pela presença de tecnologias digitais que, ao mesmo tempo em que reorganizam a produção e a experiência do espaço urbano, introduzem novas dimensões às dinâmicas de governança. A promessa de transparência e democratização informacional que acompanha essas tecnologias, entretanto, convive com formas renovadas de centralização, opacidade e exclusão. O presente ensaio parte desse paradoxo: a coexistência entre o potencial emancipador das plataformas digitais e as barreiras estruturais que limitam sua apropriação cidadã. Propõe-se discutir o direito informacional à cidade como desdobramento do direito à cidade formulado por Lefebvre (1968, 1974), considerando os processos de digitalização da gestão urbana e as infraestruturas de dados. Lefebvre concebeu esse direito como a possibilidade de reapropriação do espaço urbano pelos habitantes, em oposição às lógicas fragmentadoras do capital. A proposta aqui é explorar como esse direito pode ser pensado hoje, à luz da crescente mediação digital da vida urbana. Como aponta Neil Brenner (2009, 2014), a teoria crítica urbana exige constante atualização frente às transformações socioespaciais promovidas pelo neoliberalismo e pelas tecnologias emergentes, o que inclui considerar a infraestrutura informacional como elemento central na produção do urbano.

O conceito, inspirado em Shaw e Graham (2017), questiona quem tem o poder de produzir, organizar e interpretar as informações que configuram o território urbano. Se, para Lefebvre, o direito à cidade implicava participar da produção social do espaço, o direito informacional à cidade estende essa reivindicação ao campo digital: trata-se de participar da produção social da informação urbana, compreendida como nova camada constitutiva do urbano. A reflexão aqui desenvolvida é conceitual e crítica. O BHMaps, plataforma pública de geoinformação da Prefeitura de Belo Horizonte, é tomado como referência ilustrativa de processos mais amplos que caracterizam a gestão tecnocrática do espaço informacional nas cidades brasileiras. O ensaio não pretende oferecer resultados empíricos, mas elaborações teóricas informadas pela experiência institucional da autora e pela literatura sobre urbanização digital, cartografia crítica e justiça socioespacial.

Esta posição situada permite compreender como a informação territorial se torna campo de disputa política, em que o acesso público não implica necessariamente apropriação democrática. O objetivo central é propor um quadro conceitual para o direito

[1] A autora é arquiteta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte desde 2015, atuando na Secretaria Municipal de Política Urbana, na Subsecretaria de Regulação Urbana, tendo exercido funções na Diretoria de Edificações (DLCE), na Diretoria de Parcelamento do Solo (DLCP) e na Diretoria de Cadastro e Informação Urbanística (DCIU). Atuou também como assessora técnica do Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana. Entre 2017 e 2019 foi membro da Comissão de Diretrizes para Parcelamento do Solo, responsável pela elaboração de diretrizes para empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico.

informacional à cidade, explorando suas dimensões políticas, epistemológicas e urbanas. Argumenta-se que plataformas públicas de dados como o BHMaps só poderão operar como instrumentos de democratização quando forem apropriadas como comuns informacionais urbanos, sustentadas por práticas de governança participativa.

A reflexão sobre o direito informacional à cidade insere-se nas dinâmicas contemporâneas de mediação entre técnica, política e vida urbana, nas quais diferentes racionalidades se entrelaçam e se confrontam. A digitalização das infraestruturas urbanas revela tanto novas possibilidades de interlocução entre saberes quanto assimetrias que limitam a participação cidadã na produção do espaço informacional. Pensar o BHMaps nesse contexto significa reconhecer o potencial e os impasses de uma práxis informacional que busca traduzir o urbano em dados, mas que também pode abrir brechas para o diálogo e para a reinvenção coletiva das formas de conhecer e governar a cidade.

2 Percurso analítico

O presente texto não segue o formato de um estudo de caso, mas de um ensaio teórico-crítico que combina fundamentos conceituais com observações empíricas indiretas, tomadas como exemplos ilustrativos de dinâmicas sociotécnicas mais amplas. A análise parte da tradição da teoria crítica urbana (Lefebvre, 1968; Brenner, 2009; Swyngedouw, 2011) e do campo emergente dos estudos sobre urbanização digital (Kitchin & Dodge, 2011; Luque-Ayala, 2020; Batty, 2024; Shaw & Graham, 2017), articulando-os com contribuições da cartografia crítica (Wood, 1992; Crampton, 2010), dos Sistemas de Informação Geográfica participativos (Elwood, 2006; Wilson, 2017) e das discussões contemporâneas sobre comuns urbanos (Harvey, 2012; Stavrides, 2016; Tonucci Filho & Cruz, 2023).

Do ponto de vista epistemológico, o ensaio adota uma perspectiva dialética: compreende as infraestruturas informacionais como expressões materiais e simbólicas de relações de poder, que produzem e ocultam desigualdades. Em vez de observar o BHMaps empiricamente, o texto propõe lê-lo conceitualmente, como signo de uma racionalidade tecnocrática estatal e, simultaneamente, como potencial campo de resistência informacional.

A autora escreve a partir de um lugar de prática: a experiência técnica na administração pública municipal, em processos de planejamento e gestão territorial. Essa vivência fornece uma forte percepção às camadas invisíveis da informação urbana, aquelas que não são públicas, que são filtradas por critérios políticos ou que não são consideradas desejáveis de serem produzidas. Sem revelar dados institucionais restritos, essa posição permite problematizar a curadoria informacional como prática política e epistemológica: decidir o que mapear, omitir e tornar legível é também um ato de governo. O exercício de trabalhar dentro da própria estrutura estatal que se analisa revelou não só contradições, mas também dilemas cotidianos sobre o que significa produzir informação pública em um contexto de racionalidade tecnocrática.

Desta forma, o percurso analítico que orienta este ensaio articula-se em quatro movimentos complementares. O primeiro consiste em retomar as bases teóricas do direito à cidade, formuladas por Lefebvre e reinterpretadas por autores contemporâneos, para situar a discussão sobre a produção do espaço em seu desdobramento digital. Em seguida, busca-se discutir a produção informacional do espaço urbano, explorando as lógicas da chamada “cidade computável” (Batty, 2024) e os modos como os sistemas de informação territorial configuram novas formas de mediação entre governo, técnica e cidadania. O terceiro movimento propõe interpretar o BHMaps como referência paradigmática de infraestrutura informacional pública. Por fim, o ensaio reflete sobre as possibilidades de reapropriação cidadã e de construção dos comuns digitais urbanos, entendidos como expressões de uma política de compartilhamento e democratização do saber territorial. Trata-se, portanto, de uma reflexão situada, voltada a problematizar as relações entre acesso e apropriação, transparência e poder.

3 Do direito à cidade ao direito informacional à cidade

O conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre (1968, 1974), permanece um dos pilares da teoria crítica urbana. Para Lefebvre, o espaço urbano é uma obra coletiva, resultado de relações sociais que se expressam no território. O direito à cidade é o direito à apropriação e à participação na produção do espaço urbano, não apenas o direito de acesso à cidade existente, mas o direito de reinventá-la, de participar de sua produção simbólica, social e material.

No contexto contemporâneo, esse princípio ganha novas camadas de complexidade. A cidade de hoje é mediada por infraestruturas digitais, sistemas de informação geográfica, plataformas de dados e algoritmos que organizam a vida urbana e produzem novas formas de visibilidade e controle. Essas infraestruturas, longe de neutras, instauram novas formas de governança urbana, definindo o que é visível, mensurável e controlável. Shaw e Graham (2017) ampliam o horizonte lefebvriano ao propor o direito informacional à cidade, reivindicando o acesso, a coprodução e a disputa das infraestruturas digitais como dimensões da cidadania. Assim como o espaço físico, o espaço informacional é socialmente produzido e passível de apropriação e contestação.

Brenner (2014) e Harvey (2012) lembram que o direito à cidade não é apenas de uso, mas de poder e um chamado à repolitização das estruturas urbanas. No contexto digital, isso implica questionar quem governa os fluxos de informação e quem se beneficia do conhecimento produzido. O direito informacional à cidade envolve, portanto, uma crítica à concentração do poder informacional, tal como a teoria lefebvriana criticava o poder urbano. Enquanto Lefebvre denunciava o controle tecnocrático sobre o espaço, hoje é necessário questionar o controle tecnocrático sobre os dados. Como observam Luque-Ayala e Marvin (2020), as infraestruturas digitais configuram novas formas de governança urbana baseadas na captura e no controle da informação.

A partir da experiência institucional da autora, observa-se como a produção e a curadoria dos dados urbanos refletem tensões entre transparência e controle. Camadas de informação são criadas, filtradas ou omitidas conforme interesses administrativos, limitações jurídicas ou estratégias políticas. Essas escolhas, embora técnicas em aparência, configuram atos de poder. Assim, o direito informacional à cidade é entendido como o direito de participar dessas decisões, de coproduzir o visível e disputar o que é reconhecido como dado, abrindo a cidade informacional à imaginação coletiva e tensionando o monopólio técnico do saber urbano.

4 A cidade informacional e o espaço digitalmente mediatizado

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o espaço urbano passa a ser mediado por dados, algoritmos e plataformas digitais. Como observam Kitchin e Dodge (2011), a cidade torna-se um espaço “codificado”, um território cuja gestão e percepção se dão por meio de fluxos computacionais. A cidade computável é, portanto, um artefato político: o código não apenas descreve, mas produz o urbano. Essa nova configuração introduz uma dimensão informacional da urbanização que redefine as relações entre governo, técnica e cidadania. O discurso da “cidade inteligente” promete eficiência, sustentabilidade e transparência, mas frequentemente opera segundo uma lógica de controle, centralização e vigilância (Morozov, 2013). Como afirma Mattern (2017), a infraestrutura digital da cidade também é uma infraestrutura ideológica, uma forma de “urbanismo computacional” que naturaliza decisões políticas sob a linguagem da neutralidade técnica.

Nesse cenário, o BHMaps constitui um exemplo paradigmático de plataforma pública de geoinformação, no qual se condensam as promessas e as contradições da digitalização da gestão urbana. Embora concebido como instrumento de transparência e acesso público, o sistema materializa as racionalidades estatais de curadoria informacional, definindo o que se torna visível e o que permanece opaco, o que é reconhecido como dado legítimo e o que é descartado como ruído. Essas escolhas, ainda que técnicas em aparência, configuram o que se pode chamar de uma cartografia do poder informacional.

O BHMaps é a plataforma oficial de geoinformação da Prefeitura de Belo Horizonte, desenvolvida pela Subsecretaria de Modernização da Gestão (SMGO) em colaboração com diferentes órgãos municipais. Trata-se de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de uso público que centraliza, organiza e disponibiliza dados territoriais sobre o município, orientado às políticas de planejamento urbano, gestão territorial e transparência administrativa. Por meio de uma interface web interativa (Figura 1), a plataforma permite que usuários de perfis diversos tais como técnicos da prefeitura, pesquisadores, profissionais do urbanismo e cidadãos em geral, visualizem, cruzem e exportem informações georreferenciadas. As bases de dados estão organizadas em camadas temáticas combináveis, o que viabiliza análises espaciais complexas. Entre as categorias mais relevantes, destacam-se aquelas relativas à infraestrutura urbana, ao parcelamento do solo, ao uso e ocupação do solo, ao meio ambiente, à topografia e às ortoimagens de alta resolução. A hierarquia entre essas camadas revela uma prioridade institucional voltada à regulação fundiária e à gestão de ativos, em detrimento de dimensões sociais, culturais e afetivas do território. A própria interface cartográfica, quantitativa e normativa traduz a lógica estatal de visibilidade e controle do espaço.

Do ponto de vista técnico, o BHMaps é sustentado por uma infraestrutura moderna de dados espaciais, baseada em bancos geoespaciais corporativos, servidores de mapas (GeoServer e ArcGIS Server) e serviços de interoperabilidade, oferecendo exportações em formatos abertos como Shapefile, KML, GeoJSON e CSV. A plataforma se conecta ainda a outros sistemas municipais tais como licenciamento, cadastro técnico e fiscalização, formando um ecossistema informacional integrado. A alimentação contínua dos dados é realizada pelos técnicos da administração municipal por meio do SisCTM (Sistema de Compartilhamento do Território Municipal), uma ferramenta interna que viabiliza a edição, revisão e validação colaborativa das informações espaciais.

Essa arquitetura técnico-institucional revela a dimensão política da infraestrutura informacional: cada camada de dados é também uma camada de decisão, resultado de negociações, disputas e prioridades que moldam a forma como o território é conhecido e representado. O BHMaps ultrapassa o papel de ferramenta cartográfica: é um dispositivo de governo do território, onde produzir informação é produzir o urbano. A autora, tendo participado diretamente do monitoramento e da produção de dados da plataforma, observou que as disputas internas em torno da visibilidade de determinadas camadas de informação (por exemplo, bens dominiais, diretrizes urbanísticas ou áreas de conflito ambiental) revelam as fronteiras entre o público e o institucional. Essas fronteiras não são apenas técnicas, mas são políticas e epistemológicas.

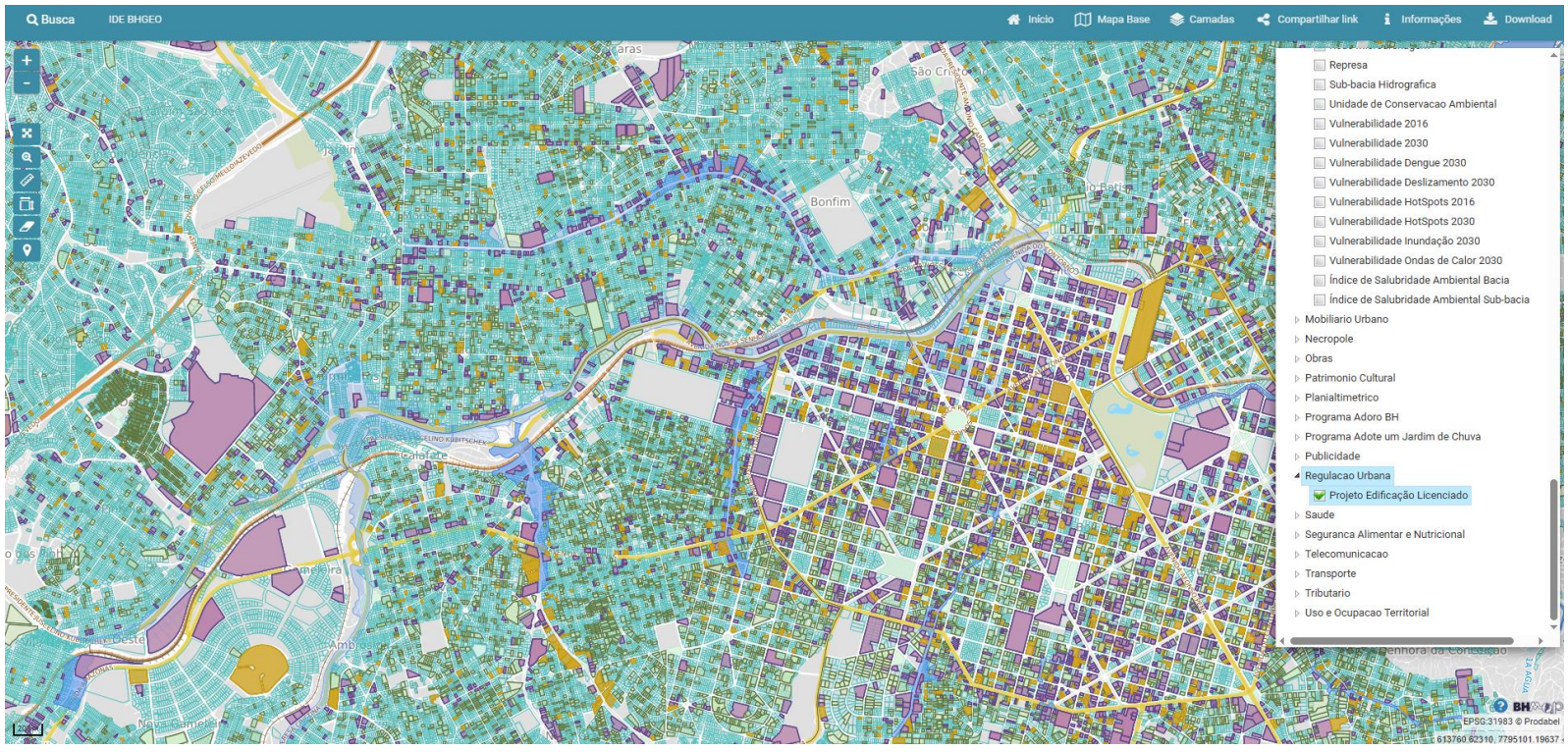


Fig. 1: Mapa interativo da cidade de Belo Horizonte extraído de BH Maps. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, s.d. https://bhmap.pbh.gov.br

A cartografia crítica, como propõem Wood (1992) e Crampton (2010), ensina que todo mapa é um ato de poder. Mapear é decidir o que existe. Nas plataformas digitais urbanas, esse poder estende-se à produção e circulação de dados, aos protocolos de interoperabilidade, às ontologias espaciais e aos padrões de metadados. A neutralidade técnica, nesse contexto, é uma ficção conveniente: cada camada de informação resulta de uma escolha e, portanto, de uma exclusão.

Para compreender mais profundamente o papel da plataforma BHMaps na mediação do espaço urbano digitalizado, recorremos às cinco perguntas de poder formuladas por Tony Benn, político britânico do Partido Trabalhista, em discurso proferido no Parlamento do Reino Unido em 2001. As perguntas “Que poder você tem?”, “De onde você o obteve?”, “Em benefício de quem o exerce?”, “A quem você é responsável?” e “Como podemos nos livrar de você?” foram concebidas para examinar criticamente as autoridades públicas e privadas, desvelando estruturas invisíveis de poder que moldam a vida coletiva. Nos estudos urbanos críticos, essas questões foram reinterpretadas por autores como Shaw e Graham (2017) para analisar o papel das

infraestruturas digitais, como o Google Maps, na organização do espaço informacional urbano. Inspirando-se nesse gesto, é possível transpor essas perguntas para o contexto do BHMaps, não como metodologia empírica, mas como ferramenta teórico-conceitual que permite revelar as camadas políticas da informação territorial.

Ao perguntar “que poder você tem?”, reconhece-se o poder do BHMaps de organizar e tornar legível o território urbano de Belo Horizonte. O sistema centraliza dados espaciais sobre zoneamento, equipamentos públicos, redes de infraestrutura e meio ambiente, definindo o que é visível, consultável e calculável na cidade. Trata-se de um poder técnico e simbólico: ao estruturar o espaço urbano em camadas organizadas e manipuláveis, a plataforma produz narrativas oficiais do território, silenciando outras leituras possíveis, sobretudo aquelas que emergem das periferias ou de coletivos não institucionalizados.

Perguntar “de onde você obteve esse poder?” implica reconhecer que a autoridade do BHMaps deriva de sua legitimação institucional. Vinculado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à política de dados abertos, o sistema expressa a racionalidade estatal moderna, que combina transparência administrativa e controle técnico. Essa origem pública confere legitimidade, mas também limita sua capacidade crítica, uma vez que os critérios de seleção e curadoria de dados permanecem pouco transparentes e dificilmente contestáveis. A governança da informação, embora descentralize o acesso, mantém centralizado o poder de decisão.

A questão “em benefício de quem você exerce esse poder?” direciona o olhar para as assimetrias de uso e compreensão da plataforma. Embora o BHMaps seja formalmente aberto, é mais acessível a usuários com domínio técnico e letramento cartográfico, como profissionais do planejamento, pesquisadores e consultores. A ausência de interfaces pedagógicas, navegação guiada e tutoriais básicos restringe sua apropriação pela população em geral, agravando desigualdades já existentes. Assim, a exclusão não está no acesso bruto aos dados, mas na capacidade de interpretá-los e utilizá-los criticamente.

Ao indagar “a quem você presta contas?”, evidenciam-se as lacunas de responsabilização pública na governança da plataforma. O BHMaps presta contas formalmente à estrutura técnica da Prefeitura, mas não há canais de participação cidadã capazes de propor novas camadas informacionais, revisar conteúdos ou avaliar a utilidade pública dos dados. O acesso é unidirecional: o cidadão consulta, mas não coproduz a informação. O direito informacional à cidade exige o contrário, isto é, a possibilidade de participar da produção do espaço informacional.

A última pergunta, “como podemos nos livrar de você?”, convida a refletir criticamente sobre como transformar estruturas de poder informacional quando se tornam opacas, excludentes ou limitadoras. Livrar-se, neste contexto, não significa eliminar a plataforma, que representa um avanço institucional, mas resinificá-la como bem comum urbano digital (Tonucci Filho & Cruz, 2023). Isso implicaria democratizar a curadoria de dados, integrar camadas produzidas por comunidades locais e universidades, criar interfaces acessíveis e instituir mecanismos participativos de governança informacional.

Essas cinco dimensões revelam o potencial político e crítico do BHMaps enquanto infraestrutura cognitiva urbana. Mais que um repositório técnico, ele configura um campo de poder simbólico e epistemológico, no qual o direito informacional à cidade ainda permanece em latência. A ausência de disputas explícitas não indica neutralidade, mas a distância entre a plataforma e os sujeitos urbanos que poderia engajar. Nesse sentido, o BHMaps não é hoje um espaço de conflito visível, mas um dispositivo que estabiliza a informação e dificulta sua apropriação coletiva. Politizar suas infraestruturas digitais significa, portanto, reconhecer essa ausência de tensão como sintoma da própria desigualdade informacional: aquilo que não é disputado permanece invisível.

5 Desigualdade digital e curadoria informacional

A promessa de transparência que acompanha o avanço das plataformas digitais frequentemente encobre o fato de que o acesso à informação é estruturalmente desigual. A urbanização digital não elimina as assimetrias sociais; ao contrário, tende a reproduzir e ampliar desigualdades preexistentes. Pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), realizadas pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), mostram que o acesso à internet e às competências digitais ainda é profundamente desigual entre regiões, gêneros e classes sociais no Brasil (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, 2025).

Mesmo em contextos urbanos, a apropriação das plataformas públicas exige letramento técnico, equipamentos adequados e tempo disponível, recursos distribuídos de forma desigual.

O BHMaps, embora represente um avanço no acesso público à informação territorial em Belo Horizonte, revela também a geografia desigual do direito informacional à cidade. Sua apropriação cidadã é condicionada por barreiras materiais e simbólicas que limitam a reapropriação do espaço urbano por grupos historicamente marginalizados. Essas barreiras articulam três dimensões interdependentes de desigualdade: infraestrutura digital, letramento técnico e visibilidade informacional.

O uso de plataformas georreferenciadas exige conectividade estável, equipamentos adequados e familiaridade com linguagens cartográficas, condições ainda desigualmente distribuídas. Assim, o BHMaps tende a favorecer usuários especializados, como técnicos, urbanistas e pesquisadores, reforçando hierarquias entre saberes codificados e saberes locais. Como adverte Lefebvre (1974), o risco é que o espaço urbano se converta em abstração técnica, apagando a multiplicidade e o conflito que definem o espaço vivido.

A desigualdade informacional manifesta-se também nas invisibilidades produzidas pela curadoria de dados. As camadas disponibilizadas refletem prioridades institucionais voltadas à gestão formal do território, omitindo aspectos sensíveis da vida urbana, como moradia informal, práticas culturais ou dinâmicas comunitárias. Essa seleção produz o que Graham e Dittus (2022) chamam de desigualdade geoinformacional, em que certos espaços se tornam hiper representados enquanto outros permanecem opacos, invisíveis tanto para o poder público quanto para seus próprios habitantes. A cidade digital, assim, revela-se apenas parcialmente, filtrada por lógicas técnicas e institucionais que reproduzem desigualdades espaciais por meio da informação. Esse ponto ressoa com a crítica de Brenner (2014) à racionalidade tecnocrática vigente nas políticas urbanas, que tende a priorizar informações compatíveis com modelos de gestão já consolidados, deixando de fora dimensões sociais, afetivas e conflitivas do território.

Durante sua atuação na Secretaria de Política Urbana, a autora vivenciou situações que evidenciaram os limites entre o discurso da transparência e o controle político da informação. Entre elas, destacou-se a tentativa de incluir camadas de diretrizes para processos de licenciamento ambiental já concluídos no sistema de informação territorial, proposta tecnicamente fundamentada e voltada à ampliação da leitura do planejamento do território. O projeto, entretanto, foi vetado pela instância superior sob o argumento da prudência administrativa. O episódio revelou que, mesmo em estruturas comprometidas com a abertura de dados, subsistem zonas de silêncio que definem o que pode ser tornado público. Essa experiência direta demonstrou que mapear é também negociar visibilidades e que, nas cartografias institucionais, o invisível não é ausência, mas resultado de escolhas. Essa dinâmica dialoga com a argumentação de Wilson (2017), que demonstra como os sistemas de informação geográfica, ao se apresentarem como ferramentas técnicas, ocultam decisões políticas que estruturam o modo como o território é visualizado e administrado. Mais do que um impasse técnico, tratou-se de uma aprendizagem sobre o poder difuso que atravessa a curadoria informacional, em que governar é também escolher o que não será mostrado.

Essa vivência sintetiza uma dinâmica recorrente na gestão pública da informação: a produção e manutenção de bancos de dados envolvem decisões complexas e, frequentemente, excludentes. O que se torna público é aquilo que já está tecnicamente consolidado, juridicamente seguro e politicamente aceitável, enquanto zonas de incerteza ou conflito tendem a ser apagadas do campo visível. Essa prática traduz um mecanismo estrutural da racionalidade administrativa, que privilegia a estabilidade da informação em detrimento da complexidade do território. A curadoria informacional, compreendida como o conjunto de práticas que selecionam, validam e publicam dados urbanos, constitui, portanto, um ato de poder. Ela define não apenas o que é mostrado, mas o que é possível saber sobre a cidade. O direito informacional à cidade, por sua vez, implica tensionar esses critérios de seleção, questionar hierarquias epistêmicas e desnaturalizar os filtros institucionais que configuram as plataformas públicas. Como enfatiza Harvey (2012), disputar a produção do espaço urbano implica contestar também os instrumentos técnicos, discursivos e institucionais que o tornam inteligível, uma vez que esses instrumentos participam da reprodução das lógicas de acumulação e controle que moldam a cidade contemporânea.

6 Reapropriação cidadã e comuns informacionais

A análise crítica do BHMaps revelou uma infraestrutura sólida de disponibilização de dados urbanos, articulada a uma política municipal de transparência e modernização da gestão pública. No entanto, essa abertura informacional, por si só, não garante a democratização do espaço urbano, tampouco assegura o direito informacional à cidade em sua plenitude. Como argumenta Brenner (2014), as tecnologias urbanas são incorporadas a formas historicamente constituídas de poder, e sua apropriação crítica requer rupturas epistemológicas e institucionais que ultrapassem o tecnicismo administrativo. A centralização da curadoria, a opacidade dos critérios de atualização e a ausência de participação revelam que o BHMaps ainda opera sob uma racionalidade técnico-burocrática, e não sob a produção coletiva do urbano.

A análise do BHMaps revela também uma dimensão significativa de autonomia tecnológica no contexto das infraestruturas digitais públicas brasileiras. Desenvolvido pela Prodabel, empresa pública de tecnologia da Prefeitura de Belo Horizonte, o sistema opera sobre o SISCTM (Sistema de Cadastro Técnico Multifinalitário), cuja arquitetura e manutenção são realizadas internamente, sem dependência de softwares proprietários ou plataformas externas. Essa condição confere ao BHMaps um caráter singular de soberania técnica e cognitiva, permitindo que o poder público detenha o controle local sobre os dados e sobre as formas de representação do território. Contudo, mesmo sustentado por uma infraestrutura pública e autônoma, o sistema permanece atravessado por racionalidades tecnocráticas que tendem a reproduzir hierarquias de saber e limitar a participação cidadã. O desafio, portanto, consiste em transformar essa capacidade tecnológica em práxis informacional coletiva, orientada pela coprodução do conhecimento e por um multilateralismo tecnológico comprometido com a justiça informacional e a democratização do urbano.

Desse modo, a plataforma reproduz o que Swyngedouw (2011) descreve como urbanização pós-política: um regime que simula abertura e participação, mas neutraliza o dissenso e converte o espaço urbano em painel gerencial de consensos aparentes. No BHMaps, não há lugar para o conflito, o incômodo ou o outro urbano; trata-se de um território “limpo”, ortogonal e funcional, moldado por uma lógica de governança que privilegia a estabilidade informacional sobre a pluralidade da experiência. Ainda assim, as fissuras existem: é na crítica que as brechas se tornam visíveis e politicamente férteis. Reconhecer essas fissuras é o primeiro passo para reimaginar o BHMaps não como instrumento técnico de gestão, mas como um comum urbano digital, um espaço informacional partilhado, aberto à coprodução e à contestação cidadã. Se o poder informacional tende à concentração, a democratização desse poder exige sua redistribuição por meio de práticas coletivas de produção e curadoria de dados. A ideia de comuns informacionais, derivada da teoria dos comuns desenvolvida por autores como Harvey (2012) e Stavrides (2016), oferece esse horizonte: compreender a informação como bem comum urbano, cuja gestão deve ser cooperativa, transparente e inclusiva.

A reapropriação cidadã da informação urbana manifesta-se em múltiplas escalas e práticas: desde mapeamentos colaborativos e cartografias afetivas até plataformas de ciência cidadã, dados comunitários e observatórios urbanos participativos. Essas experiências contestam a centralização estatal ou corporativa da informação, propondo modelos distribuídos de produção e gestão do conhecimento territorial. Experiências como o Humanitarian OpenStreetMap Team (2003), o Mapa de Cuidados y Asistencias (Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, n.d.) e o Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2023) demonstram que as plataformas podem ser reapropriadas como instrumentos de solidariedade e visibilidade de grupos subalternizados. Nesses casos, o ato de mapear é também um ato político de reivindicação espacial e informacional, um gesto de autorreconhecimento coletivo.

Nesse sentido, o conceito de direito informacional à cidade aproxima-se da noção de direito à diferença de Lefebvre (1968): o direito de não ser reduzido à homogeneidade das bases de dados, o direito de inscrever outras narrativas, geografias e temporalidades no espaço digital urbano. Como destaca Wilson (2017), pensar criticamente os sistemas de informação geográfica implica interrogar suas ausências e excessos, reconhecendo o potencial insurgente das práticas de contra mapeamento. Essas práticas, quando articuladas em rede e voltadas ao interesse público, constituem os comuns informacionais urbanos, entendidos como infraestruturas partilhadas de produção de saberes e visibilidades.

No entanto, a utopia desses comuns não se confunde com a ideia de “dados abertos”: ela vai além, propondo a coautoria cidadã na produção da informação, uma pedagogia coletiva da leitura territorial e uma governança cooperativa das plataformas

públicas. Sendo assim, o direito informacional à cidade não propõe um novo modelo de gestão, mas uma leitura crítica das infraestruturas digitais como arenas de disputa, onde o comum não é dado, mas continuamente produzido.

7 O papel das políticas públicas na governança informacional

O avanço das infraestruturas digitais nas administrações públicas brasileiras foi acompanhado por um conjunto de políticas e marcos legais que buscaram estruturar o regime de dados e transparência. A Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), a Política de Dados Abertos, decreto n.º 8.777/2016 (Brasil, 2016) e a Estratégia de Governo Digital (Brasil, 2020) introduziram novas exigências de abertura, interoperabilidade e mecanismos de transparência e responsabilização democrática

Porém, a transição digital da administração pública municipal, observada de perto pela autora, mostrou que a normatividade legal é frequentemente limitada pela infraestrutura técnica e pela cultura organizacional. A ideia de “abrir dados” depende de equipes, processos e sistemas capazes de garantir a qualidade, atualização e contextualização das informações.

Essas limitações revelam que a democratização da informação urbana não é apenas um problema técnico, mas político e institucional. Ela exige repensar a própria forma de gestão dos sistemas, reconhecendo que a curadoria de dados é também uma política pública. Sendo assim, o desafio é construir estruturas institucionais flexíveis e transparentes que garantam a manutenção e a abertura dos dados sem reproduzir hierarquias tecnocráticas. Isso implica criar mecanismos de participação contínua na definição de prioridades informacionais, bem como espaços de mediação e tradução entre saberes técnicos e saberes locais.

8 Considerações finais

O presente ensaio procurou delinear o direito informacional à cidade como uma categoria política e teórica que amplia o debate sobre o direito à cidade na era digital. A partir de uma leitura crítica e situada, argumentou-se que as plataformas públicas de dados exemplificadas aqui pelo BHMaps, condensam tanto o potencial emancipador da transparência quanto os limites impostos pela centralização do poder informacional. As reflexões aqui desenvolvidas apontam para a necessidade de repensar a informação como infraestrutura política, e não apenas técnica. A informação urbana, como o espaço urbano em Lefebvre, é produzida socialmente e deve ser objeto de disputa, negociação e imaginação coletiva.

O direito informacional à cidade não se realiza apenas no acesso aos dados, mas na capacidade de coproduzi-los, interpretá-los e resinificá-los. Trata-se de um direito insurgente, orientado pela crítica às hierarquias de saber e pelo desejo de um urbano cooperativo. Reafirma-se, assim, que o desafio contemporâneo não é apenas abrir os dados, mas abrir o processo de produção do conhecimento urbano, reconhecendo o papel político dos mapas, das bases e das plataformas.

Essa transformação, no entanto, não se reduz a ajustes de gestão. Requer conflito, negociação e experimentação institucional. Um comum urbano digital não nasce do consenso, mas da disputa pela legitimidade de produzir e compartilhar o conhecimento territorial. Sua construção depende de abrir fissuras no próprio aparelho técnico-burocrático que o sustenta, criando zonas de tradução entre saberes locais, científicos e administrativos. Como nos lembra Lefebvre, o direito à cidade é o direito à invenção contínua da vida urbana e, hoje, isso inclui o direito de inventar o próprio espaço informacional que a sustenta. A democratização das infraestruturas digitais exige reconhecer o conflito como dimensão produtiva e compreender a informação como campo de negociação permanente entre instituições, comunidades e tecnologias. Transformar plataformas como o BHMaps em espaços de práxis coletiva implica criar condições para que o diálogo entre saberes técnicos e cotidianos se torne motor de experimentação política e de reinvenção democrática do urbano.

Referências

Batty, M. (2024). *The Computable City: Histories, Technologies, Stories, Predictions.* Cambridge, MA: MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/14099.001.0001

Brenner, N. (2009). What is Critical Urban Theory? *City, 13*(2–3), 198–207. https://doi.org/10.1080/13604810902996466

Brenner, N. (2014). Urban theory without an outside. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 15–29). Harvard Graduate School of Design. https://doi.org/10.1515/9783868598933-002

Brasil. (2011). *Lei nº 12.527*, *de 18 de novembro de 2011: Dispõe sobre o acesso a informações*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Brasil. (2016). *Decreto nº 8.777*, *de 11 de maio de 2016: Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm

Brasil. (2020). *Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020: Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022.* Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm

Crampton, J. W. (2010). *Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS*. Wiley-Blackwell. https://doi.org/10.1002/9781444317411

Elwood, S. (2006). Critical Issues in Participatory GIS: Deconstructions, Reconstructions, and New Research Directions. *Transactions in GIS*, 10(5), 693–708. https://doi.org/10.1111/j.1467-9671.2006.01023.x

Graham, M., & Dittus, M. (2022). *Geographies of Digital Exclusion: Data and Inequality*. Pluto Press. https://doi.org/10.2307/j.ctv272452n

Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. (n.d.). *Mapa de cuidados y asistencias*. https://buenosaires.gob.ar/vicejefatura/cultura-ciudadana-y-responsabilidad-social/mujer/mapa-de-cuidados

Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso.

Humanitarian OpenStreetMap Team. (2023). *Humanitarian OpenStreetMap Team*. https://www.hotosm.org/

Kitchin, R., & Dodge, M. (2011). *Code/Space: Software and Everyday Life.* MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262042482.001.0001

Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Anthropos.

Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Anthropos.

Luque-Ayala, A., & Marvin, S. (2020). *Urban Operating Systems: Producing the Computational City*. MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/10869.001.0001

Mattern, S. (2017). *Code and Clay, Data and Dirt: Five Thousand Years of Urban Media*. University of Minnesota Press. https://doi.org/10.5749/minnesota/9781517902438.001.0001

Morozov, E. (2013). *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism*. PublicAffairs.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br. (2025). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024* [Livro eletrônico]. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf

Prefeitura de Belo Horizonte. (n.d.). *BHMaps: Plataforma de geoinformação urbana*. https://bhmap.pbh.gov.br

Rede Nossa São Paulo. (2023). *Mapa da Desigualdade 2023*. Rede Nossa São Paulo. Retrieved from https://nossasaopaulo.org.br/category/mapa-da-desigualdade

Shaw, J., & Graham, M. (2017). An informational right to the city? Code, content, control, and the urbanization of information. *Antipode*, *49*(4), 907–927. https://doi.org/10.1111/anti.12312

Stavrides, S. (2016). *Common Space: The City as Commons*. Zed Books. https://doi.org/10.1177/0042098017713556

Swyngedouw, E. (2011). Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, *30*(7), 370–380. https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2011.08.001

Tonucci Filho, J. B. M., & Cruz, M. de M. (2023). O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 25*(1), 1–16. https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p487

Wood, D. *The Power of Maps*. Guilford Press, 1992.

Wilson, M. (2017). W. *New Lines: Critical GIS and the Trouble of the Map*. University of Minnesota Press. https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816698523.001.0001

INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES

SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA

Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa é Psicóloga, Especialista em Psicologia em Saúde. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisa as relações entre infâncias e cidades. Atua na área de Psicologia Social. samanthapedrosa@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/7908315341873605

Eliane Regina Pereira é Psicóloga, Doutora em Psicologia e com Pós-doutorado em Psicologia Ambiental. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da mesma instituição. Pesquisa nas áreas de Psicologia Social e da Saúde. eliane@ufu.br.
http://lattes.cnpq.br/0023990232502452

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Pedrosa, S. P. O. F. & Pereira, E. R. (2025). Infâncias na cidade: tensões, direitos e práticas de inclusão. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 241-254. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239934

Resumo

Este ensaio teórico-crítico tem como objetivo refletir sobre o reconhecimento das infâncias na produção da cidade e sobre seu papel ativo na transformação dos espaços urbanos. Fundamentado na Psicologia Social Crítica e em autores como Milton Santos e Francesco Tonucci, argumenta-se que o direito à cidade deve contemplar a participação presente das crianças e não apenas sua projeção futura. Metodologicamente, o ensaio inspira-se em Walter Benjamin, compondo uma montagem teórico-crítica como forma de articular fragmentos selecionados a partir da leitura crítica da literatura. Discute-se a invisibilidade das infâncias no planejamento urbano; o brincar como prática contra-hegemônica; e caminhos para cidades mais inclusivas às crianças. São apresentadas três frentes de atuação que ampliam o protagonismo infantil: o urbanismo tático, exemplificado pelo programa *Mais Vida nos Morros*, em Recife/PE; os orçamentos participativos, destacando experiências que integram crianças aos processos decisórios; e a extensão universitária, articulando saberes acadêmicos e comunitários. Conclui-se que garantir o direito das crianças à cidade implica romper com abordagens hegemônicas que as silenciaram, promover políticas públicas inclusivas e reconhecer as crianças como agentes legítimos na transformação social. Este ensaio insere-se no debate sobre *práxis, interlocuções e confrontações* ao articular experiências, saberes e agentes diversos na produção do espaço urbano.

Palavras-Chave: Infância, Direito à cidade, Planejamento urbano, Brincar, Território.

1 Introdução

> “As crianças criam elas mesmas o seu mundo de coisas, um pequeno mundo dentro do grande” (Benjamin, 2023, p. 11).

As cidades têm sido historicamente planejadas por e para adultos. Seus ritmos, formas e lógicas obedecem a racionalidades produtivas que pouco consideram os modos de existência de sujeitos que escapam ao padrão hegemônico: crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e populações periféricas. Essa exclusão não é apenas física, mas revela desigualdades estruturais nas formas como os espaços urbanos são concebidos, organizados e experienciados. A compreensão de cidade é complexa e abrange múltiplos significados, refletindo as transformações sociais, tecnológicas, econômicas e ambientais que ocorrem em escala global. Embora a cidade possa ser reconhecida como a consequência das interações humanas em um espaço, é importante destacar o possível risco dessa definição ao priorizar aspectos concretos, como as construções de edifícios ou o aumento de tráfego de automóveis, em detrimento de aspectos importantes à dimensão humana, como equidade, justiça social, sustentabilidade, saúde e cidadania.

Compreender a cidade exige reconhecer que ela não se constitui somente a partir de um conjunto de ruas ou edifícios, mas que sua complexidade reflete a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado da existência humana, como destaca Bader Sawaia (1995). Assim, as características de cada cidade não advêm exclusivamente da infraestrutura concebida pelo planejamento urbano, mas surgem do encontro das identificações de pessoas com os espaços. Ou seja, esse encontro constrói espaços tangíveis, mas também tece narrativas, constrói memórias e sustenta afetos. Conforme Cássio Eduardo Hissa e Maria Luísa Nogueira (2013), a vida urbana se constrói nas relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação. O corpo experimenta a cidade e, simultaneamente, a cidade se constitui e se transforma por meio dos corpos que a habitam, tornando-se território de existência. Ao compreender o território como espaço onde circulam afetos e relações, torna-se possível perceber que ele também é palco de tensões e disputas no planejamento urbano. Nessa perspectiva, é preciso entendê-lo como espaço de cidadania, situado em um contexto histórico, físico-geográfico, social e político específico, no qual direitos são reivindicados e exercidos em meio a dinâmicas de relações sociais e estruturas institucionais. Para Silvia Lane (1984), compreender os sujeitos em suas interações sociais significa reconhecê-los, ao mesmo tempo, como produtos e agentes de suas histórias pessoais e coletivas.

Ao discutir as relações entre espaço e território na globalização, Mílton Santos, Odette Seabra, Mônica Carvalho e José Leite (2001) argumentam que o território não deve ser um conceito abordado em si mesmo. Sua relevância para a análise social emerge apenas quando consideramos seu uso em conjunto com os atores que dele se ocupam. A partir dessa

perspectiva, Milton Santos introduz o que nomeia como *território usado* (Santos et al., 2001, p. 26) e enfatiza que este transcende a ideia de território enquanto forma física, para englobar objetos e ações, constituindo-o como espaço humano, vivido e habitado (Santos, 1994). Essas reflexões são pertinentes para este estudo, pois reforçam a ideia de que o *território usado* é uma categoria importante para a formulação de políticas urbanas comprometidas com a justiça social e, consequentemente, para o desenvolvimento de estratégias e políticas que levem em conta as necessidades e demandas de minorias historicamente invisibilizadas no planejamento urbano. Dentre esses grupos minoritários, destacamos as crianças, geralmente excluídas dos processos de tomada de decisão, e cujas formas de apropriação do espaço e experiências afetivas nos territórios urbanos revelam modos de existência que tensionam os padrões com os quais as cidades têm sido historicamente organizadas.

Assim, neste ensaio teórico-crítico, volta-se o olhar para a infância, compreendendo-a como historicamente silenciada nos processos de produção do espaço urbano e, consequentemente, buscando destacar a importância de incorporar seus desejos e demandas na construção de cidades mais inclusivas. Este ensaio estrutura-se a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento, na área de Psicologia, e ancora-se nas inquietações centrais do estudo, estabelecendo diálogos com outras áreas do conhecimento e refletindo a natureza interdisciplinar do campo em que se insere. A partir de uma leitura crítica da literatura acadêmica, propomos uma reflexão sobre a (in)visibilidade das infâncias na produção da cidade e os tensionamentos entre os modos infantis de habitar o espaço e as formas instituídas de organização e planejamento urbano. Metodologicamente, este ensaio inspira-se em Walter Benjamin, mobilizando fragmentos a partir de uma leitura crítica da literatura sobre infâncias e cidade, compondo uma montagem teórico-crítica que busca evidenciar as tensões e potências presentes nesse campo (Azevedo, 2020).

Francesco Tonucci, pedagogo italiano, desafia as concepções dominantes sobre urbanização ao promover ativamente a participação das crianças na discussão pública sobre o futuro das cidades, uma temática frequente em sua obra (Tonucci, 2020). Nesse sentido, este ensaio teórico-crítico reconhece as crianças como sujeitos de direitos[1] e destaca a importância de assegurar o espaço e o direito de expressarem suas opiniões sobre questões que as afetam, fortalecendo o exercício de sua cidadania. No contexto da Argentina e do Brasil, diversos autores têm aprofundado essa perspectiva ao refletirem sobre a infância no Sul Global, defendendo que a escuta atenta e o reconhecimento das experiências infantis são essenciais para tensionar modelos hegemônicos e impulsionar a construção de alternativas epistemológicas e políticas no campo dos estudos da infância (Castro, 2021). Essas discussões nos conduzem ao debate sobre o direito das crianças à cidade, entendido tanto como o acesso físico aos territórios que habitam, como também à possibilidade concreta de participação e expressão. Conforme argumenta o geógrafo David Harvey (2012), o direito à cidade está relacionado a uma questão de direitos humanos, sendo também o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Reconhecer as crianças como sujeitos desse direito implica considerar sua cidadania não como uma promessa futura, mas como uma realidade presente, com o direito de opinar, brincar, ocupar e transformar os espaços urbanos, sendo também por eles transformadas.

Nesse sentido, este ensaio teórico-crítico tem como objetivo refletir sobre o reconhecimento das infâncias na cidade, entendendo que sua presença ativa, tecida por vínculos, descobertas e experiências compartilhadas, tensiona as formas hegemônicas de planejar e habitar o espaço urbano. Este ensaio se estrutura em três seções: na primeira, intitulada *Da invisibilidade ao reconhecimento das infâncias no planejamento das cidades*, discutimos como as cidades tem sido historicamente marcadas por uma lógica adultocêntrica que silencia as crianças; na segunda, *O direito das crianças à cidade e o brincar como prática contra-hegemônica*, discutimos como o direito das crianças à cidade e o brincar, enquanto práticas contra-hegemônicas, são capazes de desestabilizar as lógicas produtivas que estruturam o espaço urbano; por fim, a terceira seção*, Práticas insurgentes para o reconhecimento das infâncias na cidade*, dedica-se à discussão de caminhos para cidades mais inclusivas às infâncias, em diálogo com práticas de participação, extensão universitária e políticas públicas. Este ensaio se articula ao tema *Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações*, ao situar-se no lugar dos embates e das disputas que atravessam a produção da cidade. O recorte apresentado busca destacar os tensionamentos entre abordagens hegemônicas e práticas insurgentes, mas também apontar caminhos possíveis para o reconhecimento das infâncias como agentes políticos e sensíveis do espaço urbano.

[1] Destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, referente à Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), que consolida a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

2 Da invisibilidade ao reconhecimento das infâncias no planejamento das cidades

Tonucci (2020) afirma que o planejamento urbano tem se estruturado historicamente em torno de um perfil idealizado de cidadão: masculino, adulto, trabalhador e motorista. Esse modelo influenciou a maneira como as cidades foram planejadas e construídas, priorizando as necessidades e demandas desse perfil específico e negligenciando as de quem não se enquadra nesse padrão. Como destacado por Joice Berth (2023), a arquitetura e urbanismo são capazes de se deslocar da sua função organizadora e social para se tornarem segregacionistas e excludentes. Como resultado, as cidades passam a ser fragmentadas a partir de uma lógica hierárquica dada pela raça, pela classe social e pelo gênero, sendo desprovidas de espaços que considerem os grupos minoritários. Embora seu foco recaia sobre as experiências urbanas de mulheres, Leslie Kern (2021) destaca a necessidade de explorar experiências urbanas menos visíveis, analisando as dinâmicas sociais da cidade através de aspectos como gênero, raça, sexualidade e idade. Inserida nesse contexto de invisibilização, a infância emerge como uma parcela da população cujas características e necessidades são negligenciadas no processo de planejamento urbano. Contudo, convém destacar que a infância não constitui uma minoria numérica, mas uma condição social frequentemente invisibilizada e silenciada nas decisões que definem o espaço urbano. Além disso, as infâncias se expressam de modos diversos, atravessadas por classe, gênero e território, o que implica desigualdades distintas de acesso e de experiência da cidade.

Jan Gehl (2015) argumenta que o planejamento urbano ao longo dos anos tem dado pouca importância aos espaços públicos, áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro entre os habitantes da cidade. Essa abordagem desconsiderou a criação de espaços adequados para as crianças de um modo geral, mas teve um efeito particularmente prejudicial sobre as crianças provenientes das famílias de baixa renda. Devido à falta de acesso a espaços privados, como clubes ou condomínios, e diante da ausência de políticas urbanas que priorizem espaços inclusivos e seguros para as infâncias, essas crianças têm suas experiências nas cidades ainda mais limitadas. Com isso, as desigualdades sociais se materializam no espaço urbano. A invisibilidade da infância é abordada por Manuel Sarmento (2018) como um fenômeno multifacetado, com raízes históricas, sociais, políticas, econômicas e epistemológicas. Segundo o autor, a cidade tanto inclui quanto exclui, oferecendo, simultaneamente, oportunidades e impondo constrangimentos que também recaem sobre as crianças. Nesse sentido, Sarmento (2007) reconhece como oportunidade as iniciativas e movimentos orientados à participação das crianças. Porém, como constrangimento, Sarmento (2007) destaca uma construção social da cidade que potencialmente restringe sua autonomia, ameaça sua segurança e induz formas globalizadas de colonização pelo consumo. Diante disso, é relevante compreender que as desigualdades e as contradições presentes na vida urbana compõem, com desigual intensidade, os contornos das vivências e existências de crianças.

Esses efeitos contraditórios e desiguais da vida urbana incidem sobre a invisibilidade ou o reconhecimento das infâncias nas cidades. Coerente com diversos estudos (Azevedo, Tângari & Flandes, 2020; Seixas, Tomás & Giacchetta, 2022; Carmo, 2022; Santos, 2022), o presente ensaio teórico-crítico argumenta que o apagamento ou o reconhecimento das crianças na produção das cidades são processos socialmente construídos. De um lado, há experiências que afirmam as crianças como sujeitos de direitos, saberes e presença ativa nos espaços urbanos; de outro lado, prevalecem práticas e estruturas que silenciam seus modos de viver e deslegitimam sua participação. Nesse sentido, conforme Sarmento (2007), a invisibilidade da infância ocorre duplamente: primeiro, as crianças são ignoradas em sua complexidade social e desconsideradas como atores políticos concretos; segundo, as suas formas próprias de agir e se relacionar com o mundo são silenciadas pela hegemonia das abordagens adultocêntricas. Ou seja, mesmo quando lembrada, a infância pode permanecer subordinada às interpretações e prioridades definidas pelos adultos.

Gislei Lazzarotto e Maria Livia do Nascimento (2016) problematizam as relações entre cidade-infância-visibilidade, atravessadas por dinâmicas de poder que impactam ou limitam os modos infantis de habitar os espaços urbanos. Nesse movimento, ao questionarem se a associação entre a presença de crianças nas ruas e ideias de violência ou negligência é, de fato, tão evidente quanto se costuma supor, as autoras tensionam os sentidos socialmente atribuídos à tutela e ao risco. Portanto, a depender dos sentidos que atribuímos à presença das crianças nas ruas (como, por exemplo, associá-las ao abandono, ao risco ou à inadequação), podemos legitimar seu afastamento dos espaços públicos, perpetuando uma cidade que exclui e silencia as infâncias. Ressaltamos, contudo, que problematizar esses sentidos não implica desconsiderar a importância da segurança das crianças, mas sim refletir criticamente sobre os efeitos que determinados discursos produzem nas formas como a infância é percebida no espaço urbano. Nesse contexto, as autoras evidenciam que a articulação

infância-cidade permaneceu, por muito tempo, à margem dos estudos psicológicos (Lazzarotto & Nascimento, 2016). Dessa forma, o campo da psicologia pode contribuir para a invisibilidade ou reconhecimento da infância na cidade e, ao trazer à tona essa tensão, as autoras convidam a psicologia a se implicar na construção de novas leituras e intervenções.

Assim, considerando a inserção deste ensaio no campo da Psicologia e, em diálogo com autoras da Psicologia Social Crítica, como Silvia Lane (1984) e Mary Jane Spink (2011), a cidade é compreendida não como cenário, mas como espaço ativo na produção de subjetividades, na vivência e expressão de afetos, na construção de modos de ser e de narrativas sobre si. Ser criança na cidade é uma experiência social situada, construída nas relações com os outros e pelos dispositivos que regulam sua circulação ou presença nos espaços urbanos. Spink (2011), ao problematizar o uso conceitual de termos como pessoa, indivíduo e sujeito, discorre acerca de como a Psicologia tem contribuído historicamente para processos de individualização, atuando como um mecanismo de controle das condutas por meio da categorização, padronização e medicalização das formas de existir. A autora discute a sistematização de observações e registros como ferramenta que possibilitou, simultaneamente, “a padronização e a normalização da infância” (Spink, 2011, p. 16). Nesse sentido, tais práticas podem colaborar para a construção do que seria um ideal de infância, baseado em normas que excluem ou silenciam modos diversos de habitar o espaço. Por outro lado, ao tensionar tais normatividades e concepções enrijecidas sobre infância, atentando-se aos efeitos que produzem, a Psicologia pode se implicar na produção de visibilidade para infâncias diversas, reconhecendo que cada criança vivencia experiências singulares, situadas em contextos históricos, sociais, culturais e materiais específicos, como destaca Lane (1984). Esse posicionamento, que rompe com a lógica hegemônica, convida a Psicologia a sair do lugar de observadora externa e assumir uma postura ético-política comprometida com a transformação das relações sociais que produzem exclusões e desigualdades no acesso aos espaços da cidade.

Nessa direção, compreender como as crianças se relacionam com o espaço urbano exige atenção à dimensão afetiva das experiências cotidianas. Conforme propõe Baruch Espinosa (2009), o corpo pode ser afetado de várias formas, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída. Ao ampliar a potência de ação, os indivíduos passam a ter mais possibilidades de afetar e serem afetados, ampliando também novas possibilidades de se relacionar com o mundo. Embasada nesse referencial, Bader Sawaia (2003) elege a afetividade como categoria ético-política central na constituição do sujeito e enfatiza sua relevância como ferramenta de transformação. A afetividade, conforme discutido pela autora, amplia a capacidade de ação dos sujeitos, especialmente em situações de sofrimento, seja ele de ordem psíquica ou ético-política, quando decorre de processos sociais como a exclusão, a violência e a negação de direitos. Dessa forma, ao reivindicar espaços públicos acessíveis e experiências urbanas que favoreçam bons encontros, este ensaio enfatiza a importância de ampliar a potência de ação das crianças, reconhecendo que sua presença ativa na cidade se constitui também por vínculos, descobertas e experiências compartilhadas.

3 O direito das crianças à cidade e o brincar como prática contra-hegemônica

As obras *Rua de Mão Única* e *Infância Berlinense por volta de 1900*, reúnem aforismos e fragmentos em que Walter Benjamin (1979) (re)constrói uma cartografia da cidade, além de sua dimensão física ou funcional. Ao revisitar experiências cotidianas e memórias de sua infância, revela como os espaços urbanos são também atravessados pela sensibilidade, pela imaginação e pela experiência estética. Assim, desde a infância, nossas vivências urbanas moldam modos de ver, sentir e habitar o mundo. Essa perspectiva nos convida a refletir que a presença infantil na cidade deve ir além do acesso ou circulação, abrangendo participação, interação e produção de sentidos. Reconhecer a presença e a participação das crianças na produção da cidade é também afirmar o seu lugar nos processos de construção de sentido e de memória urbana. Conforme discute Carolina Fedatto (2018), a cidade não é somente o cenário onde a história se desenrola, mas um espaço de textualidade viva, onde os sentidos se inscrevem, se deslocam e se configuram. Segundo a autora, “não há memória no vácuo, não há sentido sem materialidade” (Fedatto, 2018, p. 4). Sob essa perspectiva, a materialidade urbana (formada pelas ruas, edificações, praças, parques e demais infraestruturas), é suporte para diferentes modos de narrar a cidade, um terreno no qual a memória se ancora, se atualiza e se transforma. Dessa forma, os elementos materiais da cidade não são neutros: carregam histórias, disputas de sentido e rastros de vivências cotidianas que participam da constituição dos sujeitos e das coletividades.

Conforme argumenta David Harvey (2014), o direito à cidade não se resume ao direito de acesso ao espaço urbano, mas abrange o direito coletivo de transformá-lo. Reinventar a cidade, portanto, exige a implementação de formas de poder

compartilhado sobre os processos de urbanização, o que rompe com as lógicas excludentes que concentram as decisões em poucos atores. Essa configuração ocorre porque, como enfatiza Harvey (2014), o poder de decidir sobre os rumos de uma cidade (seus usos, investimentos e formas) historicamente esteve concentrado nas mãos de grupos privilegiados, que moldam o espaço urbano conforme seus próprios interesses. Segundo Milton Santos (1993), a lógica dominante que orienta o processo de urbanização contemporâneo está associada à urbanização corporativa, marcada pela conformação da cidade corporativa, um modelo conduzido pelos interesses das grandes empresas, que moldam o espaço segundo exigências do mercado e da rentabilidade. Assim, falar em direito e participação de crianças na cidade implica reconhecer que esse debate é atravessado por estruturas de poder que as mantêm em subordinação.

Se o direito à cidade envolve transformá-la e produzir sentidos, a mudança também ocorre em práticas cotidianas que tensionam a lógica dominante. É nesse contexto que o brincar emerge como uma prática contra-hegemônica: quando brincam, as crianças interrompem o fluxo da cidade adulta, uma forma de resistência e pausa em meio à aceleração do tempo urbano, desafiando a lógica produtivista e utilitarista da cidade. Conforme Robertha Barros e Gicélia Mendes (2023), por meio do brincar as crianças ocupam e ressignificam os espaços públicos, afirmando sua cidadania e protagonismo, ao mesmo tempo em que desestabilizam a lógica hegemônica que historicamente as invisibilizam. Além disso, as autoras ressaltam que compreender como as crianças vivenciam e atribuem sentidos aos espaços é importante para incluí-las nos processos de transformação das cidades. Tonucci (2020) destaca que as crianças se relacionam com a cidade de forma sensível e criativa, tendo no brincar um de seus principais modos de expressão.

Ana Luiza Smolka (2015) defende o brincar como atividade criadora na elaboração de vivências, papéis sociais e modos de apropriação da cultura. Em diálogo com a perspectiva histórico-cultural proposta por Lev Vigotski (2008), a criança cria, através do brincar, situações imaginárias que as distanciam do real imediato. Nesse movimento, a criança não apenas reproduz a realidade, mas a reinventa, expressando sua singularidade e elaborando novas formas de estar, agir e se relacionar. Ressaltamos a importância da imaginação, pois é por meio dela que a criança ultrapassa os limites do presente imediato e experimenta outras possibilidades de existência, relação e ação. No entanto, Vigotski (2008) argumenta que autores anteriores reduziram o valor da imaginação nas brincadeiras, atribuindo-lhe um sentido secundário, e destaca três principais dificuldades dessa compreensão: o risco de uma abordagem intelectualista da brincadeira, que a entende como um processo abstrato simbólico, semelhante a um “cálculo algébrico” (Vigotski, 2008, p. 26), uma atividade de natureza lógica e mentalmente organizada; a redução da brincadeira a um processo exclusivamente cognitivo, desconsiderando sua dimensão afetiva e o papel ativo da criança na construção da experiência; e a necessidade de investigar o que a situação imaginária da brincadeira promove no desenvolvimento da criança.

Ivone Oliveira e Anna Maria Padilha (2015) apresentam uma crítica ao modo como muitos educadores têm recorrido às ideias de Vigotski, caracterizando o brincar como ferramenta instrumental nas práticas pedagógicas da educação infantil. Nessa perspectiva, a brincadeira é valorizada sobretudo quando associada a uma intencionalidade didática clara: “brinca-se para aprender porque não se pode ‘perder tempo’ com atividades desprovidas de uma pretensa intencionalidade pedagógica” (Oliveira & Padilha, 2015, p. 28). Assim, ao restringir a brincadeira a um meio para alcançar fins pedagógicos específicos, corre-se o risco de esvaziar seu potencial expressivo, sensível e inventivo. Fora do contexto de escolarização formal, o brincar pode emergir livremente, sem estar subordinado à lógica da produtividade. Esse brincar livre é caracterizado por ações lúdicas espontâneas, que se manifestam em diversos espaços da vida cotidiana, sem subordinação a tempos, finalidades pedagógicas ou objetivos cognitivos previamente definidos (Alves, Amaral & Lucindo, 2024). Nos espaços urbanos, o brincar enquanto prática contra-hegemônica escapa dos moldes utilitaristas. Desta forma, ao brincarem livremente, o exercício imaginativo da criança permite que a cidade se amoleça dos contornos endurecidos proporcionados pela lógica da produtividade e da pressa. A imaginação possibilita que uma calçada riscada por giz seja cenário de aventuras, uma árvore passa a ser esconderijo, o meio-fio torna-se palco de equilibrismo e um banco se transforma em mirante, de onde a criança percebe o lugar a partir de outro ponto de vista. A cidade torna-se território de invenção, descoberta e encantamento.

Embora as crianças reinventem as cidades, a potência transformadora do brincar não autoriza a adaptação da infância aos espaços hostis. Ao contrário, revela a urgência de que pessoas adultas se comprometam, ética e politicamente, com a criação de cidades mais inclusivas. Conforme discutido por Samy Lansky e Maria Cristina Gouvea (2022), a crescente periculosidade das metrópoles, somada à privatização dos espaços públicos e ao modelo rodoviarista que prioriza os

automóveis em detrimento dos pedestres, têm restringido os espaços de convivência, lazer e brincadeira. Alinhada ao esvaziamento da rua enquanto lugar de encontro, Jane Jacobs (2011) questiona a naturalização da ideia de que os *playgrounds* e parques são considerados locais bons para as crianças, enquanto as ruas são inerentemente ruins ou perigosas. Assim, os espaços urbanos pensados com e para crianças não devem, necessariamente, se restringir à criação de espaços próprios, embora estes possibilitem oportunidades seguras e qualificadas de lazer. Além dos espaços específicos pensados para infância, é importante garantir o direito das crianças de estarem presentes nos diversos espaços públicos, entre ruas e praças, bem como proporcionar-lhes a oportunidade de participar ativamente da construção cotidiana dos diferentes territórios, reafirmando a compreensão destes como espaço de existência e expressão da cidadania. Na próxima seção, serão apresentados estudos e movimentos que tensionam os modelos hegemônicos e propõem caminhos para o fortalecimento de cidades mais abertas à infância.

4 Práticas insurgentes para o reconhecimento das infâncias na cidade

Não buscamos, neste ensaio teórico-crítico, apresentar um levantamento histórico e exaustivo de documentos ou soluções, mas compartilhar estudos, experiências e intervenções recentes que apontem caminhos possíveis para a construção de cidades mais inclusivas à infância, sobretudo no contexto brasileiro. Sabemos que esses caminhos não são neutros ou universais, mas estão inscritos em contextos sociais, políticos e culturais específicos. No entanto, são caminhos que partem de um compromisso ético-político com o direito das crianças de estarem, participarem e transformarem as cidades. Nesse sentido, esta seção aborda três frentes de atuação que, embora sejam heterogêneas na forma e no alcance, possuem em comum o esforço de tensionar as lógicas hegemônicas de planejamento urbano: o urbanismo tático, como estratégica local de reapropriação do espaço urbano com potencial de ampliar o protagonismo das crianças; os orçamentos participativos, enquanto dispositivo democrático que, especialmente quando inclui crianças ou organizações que as representam, ampliam a escuta das infâncias; e a extensão universitária, como ponte entre saberes, sujeitos e territórios, capaz de visibilizar infâncias e reconfigurar fronteiras entre academia e cidade.

A primeira frente de atuação refere-se ao urbanismo tático, entendido como práticas espaciais de pequena escala, geralmente circunscritas aos bairros, ruas ou parques, que reconfiguram o uso do espaço urbano a partir de ações locais. Não se trata de movimento unificado, mas de categoria que abrange projetos urbanos emergentes, geralmente com visão participativa e prática, em que atores diretamente afetados se mobilizam para enfrentá-la (Brenner, 2016). Contudo, como adverte Neil Brenner (2016), sua eficácia enquanto alternativa para o urbanismo neoliberal não é automática, as práticas podem ser neutralizadas ou absorvidas pelas lógicas hegemônicas, ainda com o potencial de promover justiça espacial e engajamento popular. Assim, embora se reconheçam os limites do urbanismo tático, conforme diversos autores apontam (Eboli, 2019; Nogueira & Portinari, 2017; Felizardo, 2024), como a ausência de garantias de participação efetiva, o potencial de reprodução de relações de poder e dominação simbólica, bem como risco de reforço a ideais neoliberais de responsabilização individual, este ensaio busca destacar algumas experiências desenvolvidas no contexto brasileiro.

Desta forma, apesar de suas ambiguidades e limites, o urbanismo tático pode ser reapropriado criticamente, especialmente quando articulado a processos participativos e políticas públicas comprometidas com justiça social. Como exemplo, destacamos o programa *Mais Vida nos Morros* (MVM), desenvolvido na cidade de Recife/PE, uma política pública que mobiliza princípios do urbanismo tático como estratégia de intervenção espacial localizada, de escuta ativa e participação política das infâncias em territórios marcados por desigualdades históricas (Prefeitura de Recife, 2020). Entre as ações promovidas pelo programa, a Figura 1 ilustra um exemplo de espaço de convivência implantado na capital pernambucana. Em análise recente sobre o programa, as autoras Daniella Silva, Ana Clara Nascimento, Poliana Santana e Sérgio Mello (2024) ressaltaram que, ao articular soluções de baixo custo, rápida implementação e envolvimento direto da comunidade, o *Mais Vida nos Morros* se constitui como uma alternativa viável e inovadora frente ao modelo tradicional de planejamento urbano. Os autores enfatizam que o protagonismo das crianças no processo decisório promoveu experiências concretas de cidadania desde a infância, fortalecendo os vínculos de pertencimento com os espaços públicos, além de ampliar a compreensão e o exercício do direito à cidade por parte das próprias crianças.



Fig. 1: Espaço de Convivência em Recife/PE. Fonte: Prefeitura de Recife (2021). Disponível em: https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/espacos-de-convivencia/.

Conforme o caderno informativo do programa *Mais Vida nos Morros*, as crianças são consideradas protagonistas da transformação urbana e envolvidas através de diferentes metodologias participativas. São mencionadas diversas atividades que buscam engajá-las afetiva e subjetivamente no planejamento urbano, dentre elas: as caminhadas lúdicas, percursos guiados pelas próprias crianças em seus territórios, onde são convidadas a observar, nomear e comentar sobre os espaços; os mapeamentos afetivos, em que as crianças são estimuladas a escrever ou desenhar o que gostariam de mudar nos territórios, a partir de um mapa ilustrativo da área; as oficinas e as rodas de conversa, momentos em que representam graficamente o território e refletem coletivamente sobre mudanças; e as intervenções práticas nos territórios a partir de pinturas, plantios e construção de brinquedos. Entre os equipamentos pensados para crianças estão varandas brincantes, brinquedos adaptados aos desníveis, brinquedos feitos de PVC e cabo de vassoura, caminhos brincantes e mobiliário urbano na altura infantil (Prefeitura de Recife, 2020).

Em outra experiência de atuação, Amanda Macêdo e André Almeida (2015) analisaram ações na Vila de Santa Luzia, às margens do Rio Capibaribe (Recife), realizadas pelo coletivo *Praias do Capibaribe* com o projeto *A Cidade Precisa de Praias*. Apesar de não ser diretamente voltado às infâncias, o projeto incorpora a criança como sujeito presente e ativo no território. Os autores destacam intervenções como criação de mobiliários infantis, a produção de um píer que possibilitou o acesso a água, oficinas de bioconstrução, implantação de uma horta comunitária, brincadeiras como a construção de um toboágua, criação de piscinas e brinquedos infláveis (Macêdo & Almeida, 2015). São ações que contribuíram para a ressignificação do espaço público como lugar de convivência, cuidado e brincadeira. Além dessa, alguns municípios brasileiros adotaram iniciativas como as *Ruas de Brincar* (Prefeitura de Jundiaí, 2019), *Ruas Abertas* (Prefeitura de São Paulo, 2016) ou *Ruas de Lazer* (Prefeitura de São Paulo, 2014), que também se inserem no contexto de intervenções urbanas que promovem espaços públicos mais inclusivos às crianças. Ao fechar temporariamente as vias públicas para o

uso coletivo, tais iniciativas fortalecem o convívio comunitário e a ocupação lúdica dos espaços por crianças e suas famílias. Conforme discutido por Marcelo Peroni e Adriana Uemori (2024), o município de Jundiaí/SP tem desenvolvido iniciativas com o objetivo de garantir o direito das crianças à cidade, a partir da escuta, do brincar e da participação. Como desdobramento da adesão do município à Rede Latino-americana Cidade das Crianças, a Figura 2 ilustra o programa *Ruas de Brincar* instituído pelo Decreto 28.075/2019 (Prefeitura de Jundiaí, 2019). Esta mudança prevê que qualquer morador poderá solicitar a implementação do fechamento temporário de vias públicas, desde que obtenha a aprovação de 75% dos vizinhos. As crianças e os adultos que habitam o entorno da rua são responsáveis por definirem ações, atividades e escolherem a periodicidade para o uso das ruas. Moradores reconhecem esses espaços como importantes para a convivência, o brincar livre e a redução do uso de telas (Peroni & Uemori, 2024).



Fig. 2: *Rua de Brincar* em Jundiaí/SP. Fonte: Prefeitura de Jundiaí (2021). Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2020/12/12/cidade-das-criancas-ruas-de-brincar-leva-o-segundo-lugar-em-premio-nacional/.

Outra frente de atuação na construção de cidades mais inclusivas à infância é a das políticas públicas participativas, como os Orçamentos Participativos (OP). Conforme apresentado por Jon Anderson Cavalcante (2011), o *Orçamento Participativo Criança e Adolescente* (OPCA) é uma proposta que integra crianças e adolescentes aos processos deliberativos do orçamento público, reconhecendo-os como sujeitos políticos. Segundo Leonardo Soares (2012), o Orçamento Participativo em Fortaleza/CE se organiza em dois níveis: territorial, através da divisão em regiões administrativas; e por segmento social, incluindo as crianças e adolescentes, com participação em todos os ciclos do OP. No entanto, ainda que reconhecido como inovador, o OPCA enfrentou resistências baseadas em concepções limitantes sobre a infância, como o questionamento da capacidade moral e cognitiva das crianças (Soares, 2012; Cavalcante, 2011). Lis Melo, Veriana Colaço e Jesus Pascual (2011) discutem que, para se efetivar a participação de crianças nas decisões que envolvem o orçamento público, deve-se adotar metodologias e linguagens específicas, como oficinas, jogos e brincadeiras. No contexto do OPCA, a presença de crianças pode ser compreendida como prática insurgente, na medida em que desafia a exclusividade dos adultos nos

processos democráticos e afirma o direito das infâncias à participação política no presente, não apenas como promessa futura.

Por fim, a terceira frente de atuação é a extensão universitária, compreendida como uma prática que promove o encontro entre saberes acadêmicos e conhecimentos produzidos nos territórios. Como exemplo, o projeto *Ciranda de Palavras*, desenvolvido por Luciana Quixadá e Jaileila Menezes (2021), buscou possibilitar um espaço de escuta contínua para crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social, utilizando a contação de histórias e a produção artística como mediadores. Foram mobilizadas oficinas, exposições e visitas culturais como formas de fortalecer a expressão das crianças e estimular sua participação na vida pública. As autoras mencionaram sobre as mudanças percebidas na relação das crianças com os espaços após uma visita ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza/CE, quando inicialmente expressaram desconfiança e posteriormente se reconheceram como pertencentes àquele local. Além desta experiência, a prática extensionista possibilitou que as crianças expusessem suas obras (fotos, desenhos e pinturas) nos espaços públicos e dialogassem com os transeuntes, experiência que mostrou o potencial da extensão universitária em constituir micropolíticas de resistência e criação de novos sentidos para a infância em contextos de vulnerabilidade (Quixadá & Menezes, 2021).

Regiane Oliveira (2025) menciona diversos projetos de extensão que contribuem com a promoção de cidades mais inclusivas às crianças. Dentre eles, o *Cartilha da Cidade* que foi desenvolvido pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), em São Carlos/SP. O projeto constitui uma iniciativa de extensão universitária com objetivo de promover a educação urbana e a formação cidadã por meio de práticas interativas, incluindo o jogo *Agentes Urbanos e Cidade Participativa*, destinado a incentivar o diálogo e a proposição coletiva de transformações urbanas. Desenvolvida por Miguel Antonio Buzzar, Ana Maria Beraldo, Analee Sasso, Edimilson Santos Junior e Mayara Vivian Cruz (2023), a Cartilha da Cidade propõe uma aproximação crítica e acessível entre os moradores e os elementos que compõem e organizam a vida nas cidades. Outro projeto, desenvolvido por Lansky (2022), teve como objetivo contribuir para a formulação de planos, intervenções urbanas centradas nas infâncias, além de incentivar metodologias participativas de reflexão e transformação dos espaços públicos. A partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária, um espaço na Vila Pindura Saia, em Belo Horizonte/MG, foi gradualmente ressignificado, transformando um antigo estacionamento de motocicletas em local dedicado às brincadeiras infantis. Nomeado pela própria comunidade como *Nossa Pracinha*, o espaço foi posteriormente reconhecido pela gestão municipal como área de lazer e um projeto arquitetônico foi realizado por Lansky (2022) e os alunos da universidade, a partir das sugestões de crianças. Ao mencionar experiências como estas, buscamos destacar a relevância de iniciativas extensionistas que envolvem crianças em práticas urbanas, contribuindo para o deslocamento da universidade de sua posição hegemônica e ampliando o diálogo com as demandas concretas das pessoas e territórios.

5 Considerações finais

Ao longo deste ensaio teórico-crítico, procuramos argumentar como a infância permanece invisibilizada nos processos de planejamento urbano, seja pela ausência de sua participação efetiva, seja pela predominância de uma lógica hegemônica voltada aos interesses de produtividade e de consumo de pessoas adultas. Nesse cenário, defendemos o brincar como prática contra-hegemônica, capaz de tensionar o uso funcionalista dos espaços e de inscrever, no tecido da cidade, temporalidades e modos de estar que escapam à lógica produtiva. A partir deste ensaio, não buscamos apresentar soluções definitivas, mas problematizar as ausências e invisibilidades que marcam a relação entre infância e cidade. As práticas apresentadas aqui como insurgentes para o reconhecimento das infâncias, como o urbanismo tático, os orçamentos participativos e a extensão universitária, ilustram diferentes modos de criar fissuras no modelo hegemônico de produção dos espaços. Embora distintas em forma, escala e alcance, são iniciativas que compartilham a intenção de ampliar a presença e o protagonismo das crianças. Em diálogo com o tema *Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações*, as reflexões desenvolvidas reafirmam a necessidade de práticas urbanas e políticas públicas que articulem múltiplos saberes e agentes sociais, reconhecendo as crianças como produtoras legítimas de conhecimento e de espaço. Ao discutir modos de habitar a cidade e experiências de confrontação e invenção, o artigo se inscreve nas reflexões sobre as cidades em disputa e nas práticas que emergem entre universidade, políticas públicas e comunidades, afirmando a extensão universitária e a transdisciplinaridade como práxis comprometidas com a transformação social e com diferentes modos de produzir conhecimento.

Assim, reconhecer e sustentar práticas que possibilitem fissuras no modelo hegemônico significa assumir um compromisso ético-político com o direito das crianças de habitar e transformar as cidades. Esse compromisso implica repensar e ampliar os sentidos de cidadania, democracia e espaço público, incorporando as vozes, os corpos e as experiências infantis como elementos constitutivos da vida nas cidades. Além disso, demanda criar e preservar condições que fortaleçam a potência de ação das crianças, reinventando espaços e imprimindo neles suas marcas, tempos e modos próprios de habitar. Essas práticas questionam quem define o espaço urbano, para quem ele é feito e quais formas de vida ele privilegia. No contexto do Sul Global, esse compromisso ganha densidade à medida que se inscreve em realidades marcadas por desigualdades estruturais, sociais e culturais. Considerando esse cenário, as políticas públicas comprometidas com o direito das crianças à cidade tornam-se fundamentais. Além de garantir a infraestrutura, podem instituir mecanismos de participação e ampliação do acesso aos espaços de qualidade, seguros e inclusivos. Dessa forma, buscamos fortalecer práticas e políticas públicas capazes de ir além da transformação dos espaços, alcançando também as relações que ali se constroem. Ao reconhecer as crianças como agentes legítimos na produção da cidade, abrimos caminho para que novas formas de convivência, participação e pertencimento se consolidem, desafiando padrões excludentes, ampliando as possibilidades de habitar e viver as cidades.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

Alves, D. C., Amaral, J. L., & Lucindo, N. I. (2024). (Des)construções filosóficas sobre o Brincar. *Conjectura: filosofia e educação*, *29*(1). https://doi.org/10.18226/21784612.v29.e024007

Azevedo, F. G. S. de. (2020). A cidade através do olhar metodológico de Benjamin. *Revista Direito e Práxis, 11*(3), 2018–2046. https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/51890

Azevedo, G. A. N., Tângari, V. R., & Flandes, A. (2020). O habitar das infâncias na cidade: territórios educativos como uma forma de resistência. *Desidades*, *28*, 111-126. https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/40425

Barros, R. G. G. de, & Mendes, G. (2023). Criança e cidade: Possibilidades de cidadania infantil por meio do espaço público. *Observatório de la Economía Latinoamericana, 21*(9), 14369–14390. https://doi.org/10.55905/oelv21n9-207

Benjamin, W. (1979). *One-Way Street and Other Writings.* NLB.

Berth, J. (2023). *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Editora Paz e Terra.

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brenner, N. (2016). Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *e-Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, *7*(27), 6–18.

Buzzar, M. A., Beraldo, A. M., Sasso, A. T., Santos Junior, E. R. dos, & Cruz, M. V. dos P. (2023). *Cartilha da cidade* (2ª Ed.). São Carlos: IAU/USP.

Carmo, A. (2022). Em busca de um lugar para as crianças na cidade. In M. A. Gobbi, C. I. dos Anjos, E. C. Seixas, e C. Tomás (Eds.), *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal* (pp. 59-66). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. https://doi.org/10.11606/9786587047317

Castro, L. R. de (Ed.). (2021). *Infâncias do Sul Global: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil.* EDUFBA.

Cavalcante, J. A. M. (2011). *Sociopoetizando a participação nos entre-lugares de crianças, adolescentes e adultos/as conselheiros/as do orçamento participativo de Fortaleza-CE* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC. http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3112

Eboli, P. C. (2019). O Urbanismo Tático e seus limites políticos. *Revista Políticas Públicas e Cidades, 8*(1), 50–62. https://doi.org/10.23900/2359-1552v7n104

Felizardo, A. C. M. D. (2024). *Investigações críticas acerca do urbanismo tático: [in]congruências e disputas.* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/D.102.2024.tde-14052024-160131

Fedatto, C. (2018). Poesia na cidade: como a memória se inscreve na história. *Palimpsesto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, 7*(7), 1–17. https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/35800

Gehl, J. (2015). *Cidades para Pessoas*. Editora Perspectiva.

Harvey, D. (2012). Direito à cidade. *Lutas Sociais*, *29*, 73–89. https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (J. Camargo, Trad.). Martins Fontes.

Hissa, C. E. V., & Nogueira, M. L. M. (2013). Cidade-corpo. *Revista UFMG*, *20*(1), 54–77. https://doi.org/10.35699/2316-770X.2013.2674

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades* (C. S. M. Rosa, Trad.; 3ª ed.). WMF Martins Fontes.

Kern, L. (2021). *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens.* Editora Oficina Raquel.

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane e W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (13ª ed., pp. 10–19). Editora Brasiliense.

Lansky, S., & Gouvea, M. C. S. (2022). O Brincar como Prática Social de Territorialização Infantil. In M. A. Gobbi, C. I. dos Anjos, E. C. Seixas, C. Tomás (Eds.), *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal* (pp. 362–382). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. https://doi.org/10.11606/9786587047317

Lansky, S. (2022). A rede de vizinhos ‘amigos da rua’ e a ocupação de um espaço público com crianças. *Brazilian Journal of Development*, *8*(3), 18538–18552. https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-202

Lazzarotto, G. D. R., & Nascimento, M. L. do. (2016). Infância e Cidade: Inventar espaços e modos de viver. *Fractal: Revista de Psicologia*, *28*, 257–265. http://hdl.handle.net/10183/159363

Macêdo, A. F., & Almeida, A. M. (2015). O espaço público frente ao urbanismo tático: O caso das Praias do Capibaribe. *Anais do 1º Congresso Internacional Espaços Públicos* (pp. 1–10).

Melo, L. A., Colaço, V. de F. R., & Pascual, J. G. (2011). Crianças, orçamento participativo e teoria da atividade: algumas reflexões. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 63*(3), 58–71. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000400006

Nogueira, P. C. E., & Portinari, D. B. (2017). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. *Arcos Design*, *9*(2), 177–188. https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/29397

Peroni, M., & Uemori, A. (2024). O brincar como elemento transformador. *Boletín IINfancia, 17.* Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN-OEA). https://iin.oea.org/pdf-iin/boletines/Boletin_17_ESP.pdf

Prefeitura de Jundiaí (2019). *Decreto nº 28.075, de 30 de outubro de 2019*. Dispõe sobre a implantação do Programa Ruas de Brincar. Prefeitura do Município de Jundiaí. https://jundiai.sp.gov.br

Prefeitura de Recife. (2020). *Mais vida nos morros: Reinvenção urbana passo a passo* (1ª ed.). Secretaria Executiva de Inovação Urbana. https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/

Prefeitura São Paulo. (2014). *Decreto nº 55.684, de 12 de novembro de 2014. Confere nova regulamentação à Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas.* Diário Oficial da Cidade de São Paulo. https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55684-de-12-de-novembro-de-2014

Prefeitura de São Paulo. (2016). *Decreto nº 57.086, de 24 de junho de 2016. Institui o Programa Ruas Abertas, nos termos da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Política Nacional de Mobilidade Urbana.* Diário Oficial da Cidade de São Paulo. https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57086-de-24-de-junho-de-2016

Quixadá, L. M., & Menezes, J. de A. (2021). (In)Segurança no campo da extensão universitária: Micropolíticas das afetações com crianças na periferia. *Revista de Psicologia, 12*(2), 188–197. https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/62752

Santos, M. (1993). A urbanização e a cidade corporativas. In M. Santos (Ed.), *A urbanização brasileira* (Cap. 12, pp. 99-115). Editora Hucitec.

Santos, M. (1994). O retorno do território. In M. Santos, M. A. A. Souza, & M. L. Silveira (Eds.). *Território: Globalização e fragmentação.* Editora Hucitec/Anpur.

Santos, M., Seabra, O. C. de L., Carvalho, M. de, & Leite, J. C. (2001). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos.* Editora Fundação Perseu Abramo.

Santos, M. W. dos. (2022). Crianças também habitam cidades: realidades invisíveis; direitos, invenções e inversões possíveis. In M. A. Gobbi, C. I. dos Anjos, E. C. Seixas, & C. Tomás (Eds.*), O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal* (pp. 97–121). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. https://doi.org/10.11606/9786587047317

Sarmento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. In V. M. R. Vasconcellos, & M. J. Sarmento (Eds.). *Infância (in)visível?* (pp. 25–49). Junqueira & Marin Editores. https://hdl.handle.net/1822/66522

Sarmento, M. J. (2018). Infância e cidade: Restrições e possibilidades. *Educação*, *41*(2), 232–240. https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317

Sawaia, B. B. (1995). O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo Em Perspectiva*, *9*(2), 20–24. https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/o-calor-do-lugar.pdf

Sawaia, B. B. (2003). Fome de felicidade e liberdade. In Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Ed.), *Muitos lugares para aprender* (pp. 53–63). CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef.

Seixas, E. C., Tomás, C., e Giacchetta, N. (2022). Produção social da infância nos parques urbanos de Lisboa. In M. A. Gobbi, C. I. dos Anjos, E. C. Seixas, & C. Tomás (Eds.), *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal* (pp. 67– 89). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. https://doi.org/10.11606/9786587047317

Silva, D. R. da, Nascimento, A. C. L. do, Santana, P. N. de, & Mello, S. C. B. de. (2024). Urbanismo tático e transformação da cidade: a participação política das crianças. *Revista De Direito Da Cidade, 15*(4), 2044–2079. https://doi.org/10.12957/rdc.2023.67779

Smolka, A. L. B. (2015). Das artes do brincar: seu papel no desenvolvimento da criança. In D. N. H. Silva, & F. D. Abreu (Eds.). *Vamos brincar de quê? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil* (pp. 13–16). Summus.

Soares, L. B. (2012). Formação conceitual em crianças participantes do Orçamento Participativo de Fortaleza. *Revista Polis E Psique*, *1*(2), 43. https://doi.org/10.22456/2238-152X.20941

Spink, M. J. P. (2011). Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In M. J. P. Spink, P. Figueiredo, & J. Brasilino (Eds.), *Psicologia social e pessoalidade* (pp. 1–22). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO.

Spinoza, B. (2009). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Editora Autêntica.

Oliveira, I. M. de, & Padilha, A. M. L. (2015). A constituição cultural da criança e a brincadeira: contribuições e responsabilidades da educação infantil. In D. N. H. Silva, & F. D. Abreu (Eds.). *Vamos brincar de quê? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil* (pp. 17–38). Summus.

Oliveira, R. (2025). O direito à cidade. *Revista Pesquisa FAPESP,* (348). https://revistapesquisa.fapesp.br/criancas-podem-contribuir-para-deixar-as-cidades-mais-acolhedoras-e-inclusivas/

Tonucci, F. (2020). O Direito de Brincar: Uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. In *Revista Práxis Educacional, 16*(40), 234–257. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6897

Vygotsky, L. S. (2008). A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança (Z. Prestes, Trad.). *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, *1*(1), 1–30.

FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS

FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: THE MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES

LETÍCIA BEDENDO CAMPANHA PIRES

Letícia Bedendo Campanha Pires é Arquiteta e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas nas áreas de patrimônio cultural, morfologia e história urbana. leticia.campanha@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/3468224703147911

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Pires, L. B. C. (2025). Fragmentos do Rio no XIX: a Misericórdia e seus logradouros. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 255-265
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239980

Abstract

O Bairro da Misericórdia, situado na antiga Freguesia de São José, no Rio de Janeiro, passou por profundas transformações em seu uso e ocupação ao longo de sua trajetória secular, refletindo as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram a cidade. Este estudo se concentra no bairro e nos seus logradouros especialmente na década de 1870, mobilizando um conjunto diversificado de fontes — como mapas históricos, imagens, notícias, anúncios e trechos da literatura que abordam temporalidades e contextos complementares — a fim de lançar luz sobre a vida cotidiana da região por meio de uma abordagem que articula escalas macro e micro do território. Na segunda metade dos oitocentos, os crescentes investimentos em infraestrutura urbana, associados à exploração do solo como fonte de lucro, induziram a subdivisão dos imóveis existentes no centro. Os resultados obtidos revelam um bairro com forte presença de comércio e serviços, e marcado pela convivência de diferentes formas de habitar. Ao destacar práticas cotidianas e usos das arquiteturas, a investigação busca posicionar a Misericórdia como espaço estratégico para repensar a cidade e suas memórias, além de evidenciar o potencial da articulação de fontes primárias nas revisões historiográficas que procuram reconhecer atores e territórios tradicionalmente invisibilizados nos Estudos Urbanos.

Palavras-Chave: Bairro da Misericórdia, Rio de Janeiro, Século XIX, Imóveis, Escalas.

1 Introdução

O Bairro da Misericórdia, situado na antiga Freguesia de São José, constitui um objeto de estudo paradigmático para a compreensão dos processos de urbanização, segregação e valorização fundiária característicos do Rio de Janeiro oitocentista. Sua origem remonta a um gesto estratégico da Coroa portuguesa no século XVI voltado à proteção territorial frente a invasores estrangeiros. Ao longo dos séculos, sua função no território foi sendo progressivamente redesenhada em nome das necessidades que se impunham, bem como dos projetos de reforma urbana, que encontraram eco principalmente a partir do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, pouco antes do início de seu processo de demolição, cronistas atentos ao cotidiano da cidade, como João do Rio, pseudônimo do escritor João Paulo Barreto (1881–1921), e Luís Edmundo (1880–1961), retrataram o Bairro da Misericórdia como uma área insalubre, marcada pelo abandono progressivo e pela negligência do poder público. A segunda metade do século XIX notadamente foi marcada por uma intensificação no processo de urbanização do Rio de Janeiro. Segundo Maurício de Almeida Abreu (2003, p. 218), a crescente mercantilização do solo urbano, impulsionada pela crise do sistema escravista e pelos investimentos em infraestrutura, contribuiu para o reordenamento da cidade, favorecendo a ocupação de novas áreas e a conversão de antigas residências da elite em moradias coletivas. A Rua da Misericórdia, situada no bairro homônimo e originalmente vinculada ao núcleo fundacional da cidade, transformou-se em um espaço onde os imóveis passaram a ser comumente subdivididos em cômodos e alugados a trabalhadores urbanos e estudantes.

Dada a contextualização, este artigo tem como objetivo investigar a ocupação do Bairro da Misericórdia na década de 1870, marco inicial desse processo, com ênfase no uso dos imóveis, em especial dos sobrados de uso misto, termo aqui designado para edificações com mais de um pavimento que abrigavam simultaneamente usos residenciais e não residenciais. As atividades de comércio e serviços costumavam se concentrar nos pavimentos térreos, enquanto as habitações ocupavam os andares superiores. A pesquisa articula a bibliografia existente sobre o bairro a um conjunto de fontes primárias, como notícias e anúncios em periódicos da época, fotografias, cartografias e registros literários, com o intuito de reconstituir os usos cotidianos dessa porção do território urbano. Nos casos em que registram a numeração dos imóveis, as fontes possibilitam identificar os logradouros correspondentes, orientando a espacialização das formas de sociabilidade que estruturavam a região. Embora o bairro seja frequentemente abordado em estudos voltados à sua fase colonial ou ao momento de sua demolição, os processos intermediários que conduziram ao seu apagamento gradual permanecem relativamente pouco explorados. O artigo busca justamente lançar luz sobre esse intervalo atravessado pela crescente rentabilização do solo e pelo adensamento habitacional. Para tanto, articulam-se fontes de diferentes períodos históricos como forma de ampliar a compreensão do fenômeno estudado. O cruzamento dessas fontes, quando feito de forma estratégica, permite vislumbrar a história a partir de perspectivas complementares. Explorar suas conexões remete ao que o filósofo alemão Walter Benjamin (1892–1940) conceituou como

"constelações": arranjos não lineares de elementos dispersos que, em associação, revelam novos sentidos sobre o objeto de estudo (Benjamin, 1984 [1925]). No caso do bairro da Misericórdia e de seu cotidiano enquanto objeto de análise, busca-se evidenciar o valor das fontes primárias como aliadas na construção de leituras capazes de iluminar a trajetória deste e de outros territórios apagados, articulando-se às agendas contemporâneas comprometidas com a recuperação de memórias marginalizadas.

2 Entre o Micro e o Macro: abordagens historiográficas e escalas de análise

Os campos de investigação da História e da Historiografia[1] são frequentemente incorporados a outras áreas do conhecimento como estratégia para uma compreensão multidisciplinar de seus objetos de estudo. No caso específico dos Estudos Urbanos, essa articulação torna-se fundamental para a leitura das conexões que se estabelecem no espaço ao longo do tempo. Assim, reconhecer os métodos no âmbito da História implica admitir as potencialidades e as limitações que cada perspectiva oferece ao campo. De acordo com Bernard Lepetit (2001a), durante grande parte do século XX as estruturas de longa duração ocuparam posição central nas abordagens historiográficas europeias, em especial na tradição francesa[2]. Contudo, o protagonismo da macroescala nos campos de observação entrou efetivamente em crise entre as décadas de 1970 e 1980. Foi nesse cenário, mais precisamente na Itália, que emergiu a abordagem micro-histórica[3], recorrendo ao artifício da coleta, interpretação e análise de fontes ligadas às particularidades de personagens que compunham o cotidiano da cidade, concomitantemente ao desenvolvimento da informática e à possibilidade de novas ferramentas de registro, armazenamento e tratamento de dados quantitativos (Revel,1998). Lepetit (2001b) apontou que um dos principais méritos das microanálises foi servir de anteparo aos riscos da esquematização teórica excessiva de determinados contextos históricos. O autor lembrou, todavia, que as conclusões que resultam de uma análise conduzida em uma escala particular não deveriam se opor às amplas de observação, mas complementá-las de modo que a pesquisa histórica fosse retomada cada vez em novas bases (Lepetit, 2001b).

Amparado por essa perspectiva, Naylor Vilas Boas (2019) destacou o potencial da microanálise para articular a História Demográfica com a História Social. Ao reunir diversas fontes capazes de elucidar aspectos do cotidiano, ele propôs ultrapassar os limites das leituras estritamente quantitativas das séries históricas, orientando o olhar para as relações sociais nelas implicadas. Nesse sentido, definiu as *micronarrativas* como registros que, embora aparentemente desprovidos de relevância histórica ampla, concentram-se em escalas temporais reduzidas e revelam fragmentos da vida de indivíduos e grupos. Essas micronarrativas podem ser construídas a partir da associação de múltiplas fontes, cada qual contribuindo para iluminar diferentes aspectos das cidades, de suas populações e do contexto histórico em que se inserem. Ainda que as divergências de datação entre as fontes apresentem desafios, o autor afirmou que tais obstáculos não são intransponíveis. No que tange às diferentes temporalidades no campo dos Estudos Urbanos, o geógrafo Milton Santos (1926–2001) destacou o centro da cidade como um objeto privilegiado, justamente por incorporar diferentes formas herdadas pelo tempo, as chamadas *rugosidades*. Essa condição resulta da acumulação de técnicas inscritas no território, que vinculam o "homem" e o trabalho, e que atuam como um elo entre tempo e espaço, promovendo a coexistência, no presente, de múltiplas fases históricas (Santos, 2002 [1996], 2008 [1959]). O Bairro da Misericórdia exemplifica esse fenômeno ao atravessar diferentes fases políticas e econômicas do Rio de Janeiro. A abordagem microanalítica centrada no bairro articula-se, assim, com escalas mais amplas, permitindo compreender como as temporalidades coexistem e se projetam dialeticamente em distintos níveis de observação. Além disso,

---

1 Acerca da diferenciação entre história e historiografia, Marina Waisman (2013), traz que a historiografia se trata, em linhas gerais, do estudo da escrita da história, ou em suas palavras, "A ciência histórica não é a mera reprodução do que aconteceu (…) e a historiografia permite a dupla leitura da matéria tratada e da ideologia do momento histórico em que foi estudada." (Waisman, 2013, pp. 3–4).

2 Como estruturas de longa duração, Jacques Revel (1998, p. 17) explicou se tratarem de temporalidades definidas pela historiografia a partir de rupturas históricas identificadas, voltadas ao estudo de fenômenos sociais por meio da escolha de uma duração suficientemente extensa a fim de que se tornassem observáveis transformações de âmbito global.

3 Segundo Lepetit (2001b, p. 191), as discussões acerca do campo da micro-história foram anunciadas pelo grupo de historiadores italianos reunidos em torno da revista Quaderni Storici e da coleção das Microstorie. Dentre os nomes e as obras mais relevantes da época, está o de Carlo Ginzburg e seu livro "O Queijo e os Vermes" de 1976 e Giovanni Levi, autor de "A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII", de 1985.

essa perspectiva evidencia como as técnicas se manifestam na interação entre as grandes rupturas urbanas e as respostas cotidianas.

Uma potencial chave metodológica de prática sobre o estudo das micronarrativas está nas propostas desenvolvidas a partir da teoria de Walter Benjamin a respeito de posturas frente à historiografia. Conforme definiu Michael Löwy (2002), a teoria benjaminiana esteve pautada na crítica a uma filosofia de progresso ou a uma percepção positiva e qualitativa de temporalidade. Benjamin considerou simultaneamente a continuidade de certos temas essenciais, ao passo que as curvas e rupturas emergiam à medida que se investigasse a história "a contrapelo", ou seja, do ponto de vista dos agentes que foram invisibilizados de contarem suas histórias nas construções historiográficas hegemônicas (Benjamin, 2000 [1940]; Löwy, 2002). Um conceito de Benjamin em diálogo direto com o estudo das cidades é o de *constelação*, que Rita Velloso (2018) utilizou a fim de evitar tratar das conexões existentes no espaço urbano de forma linear ou evolutiva. Segundo a autora, por constelação, Benjamin se apropriou da imagem gerada pela relação entre as estrelas e o agrupamento constelar como forma de ilustrar conceitos que, interligados, concretizam ideias e geram uma configuração de conexões na qual não existe um centro, mas um conjunto de significados interdependentes. A partir das reflexões benjaminianas, pensar por extremos, ou seja, pelos pontos correspondentes às estrelas, gera obrigatoriamente vazios e descontinuidades que servem de potencialidades de análise. Ao se tratar do urbano, deve-se considerar o estudo da morfologia da cidade enquanto sua ordenação física e seus desdobramentos materiais em associação àquilo que contrariou o planejamento e extrapolou o desenho urbano, como os conflitos, reivindicações e demandas por espaço (Velloso, 2018).

Velloso (2018) propôs, então, pensar a cidade a partir da apresentação de imagens históricas presentes em diferentes fontes, desde documentais, iconográficas, até a materialidade dos edifícios, que, em associação, formam uma montagem literária de fenômenos em suas heterogeneidades, ou seja, uma constelação. Como exemplo prático defendido por Walter Benjamin, estaria o artifício da construção de mosaicos, no qual as imagens produzidas se originariam da justaposição de elementos isolados. Interessa ver que, nos mosaicos, quanto menor a relação dos fragmentos com a imagem resultante, maior seria o valor de apresentação. Em suas palavras, trata-se de "estilhaços de ideias, arrancadas do seu contexto original, e que precisam renascer num novo universo relacional, contribuindo para a formação de um novo todo" (Benjamin, 1984 [1925], p. 23). Conforme complementou Paola Berenstein Jacques (2018), na montagem historiográfica ou urbana, associações improváveis proporcionam choques a partir dos diferentes tempos e espaços contidos nas citações. Com relação a essa temática, a autora discorreu a respeito do artifício da montagem enquanto processo — o que inclui desmontagem e remontagem — como precisamente uma das respostas fundamentais ao problema de construção da historicidade (Jacques, 2018). De forma ilustrativa, está o chamado *Atlas Mnemosyne*, de autoria de Aby Warburg, um historiador da arte, que se propunha a realizar um espaço de pensamento com relação à história da arte, nunca, contudo, se restringindo ao seu campo mais estrito. O Atlas consistiu em um conjunto de grandes painéis móveis contendo fragmentos e imagens bastante heterogêneas, como fotografias de obras de arte, detalhes de obras, mapas, desenhos e esquemas variados, recortes de jornais e de revistas. A questão principal de Warburg seria realizar uma espécie de "testamento metodológico" e buscar um tipo de "vida" remanescente a partir de memória de épocas posteriores. A prática dessas montagens promete, assim, aproveitar os resíduos da história através da remontagem de fragmentos do tempo e de diferentes narrativas e narradores (Jacques, 2018, p. 210)

3 Misericórdia em perspectiva: um percurso por suas diferentes temporalidades

A área correspondente ao Bairro da Misericórdia integrou a antiga Freguesia de São José, cujas delimitações iniciais remontam ao século XVIII. Como explicou Francisco Agenor Noronha Santos (1965), antes da criação do Município Neutro em 1834, o Rio de Janeiro organizava-se territorialmente pelas Freguesias, cujos limites coincidiam com os das paróquias. Mesmo após essa primeira transição e depois para o Distrito Federal, em 1892, as divisões eclesiásticas continuaram a operar como unidades administrativas, evidenciando a sobreposição entre as esferas religiosa e civil (Santos, 1965). A Freguesia de São José foi instituída por alvará em 1753, a partir do desmembramento da Candelária. Seus limites iam do entorno do Chafariz da Carioca em direção à Gávea e se estendiam a Jacarepaguá, bem como abrangiam áreas como Laranjeiras, Cosme Velho e Botafogo. Posteriormente, em 1834, parte de seu território foi desmembrado para formar a Freguesia da Glória (Santos,1965). A região da Misericórdia, especificamente, ocupava terrenos provenientes de antigas sesmarias e áreas de marinha concedidas no século XVI por Mem de Sá (Santos, 1965). Importantes edificações marcaram o espaço, como o Forte de Santiago (1603),

a Casa do Trem (1762) e o Arsenal de Guerra (1764). O forte, voltado inicialmente à defesa contra invasões, passou a ser utilizado como prisão e local de tortura de pessoas escravizadas, dando origem à alcunha Ponta do Calabouço. Essas construções, atualmente integradas ao Museu Histórico Nacional (MHN), localizam-se na Praça Marechal Âncora, entre a Praça XV e o Aeroporto Santos Dumont (Museu Histórico Nacional, s.d.).

Ao percorrer os fundos do MHN, ainda é possível encontrar a Ladeira da Misericórdia, único vestígio físico remanescente da antiga rua homônima e do Morro do Castelo, ambos apagados do traçado urbano a partir das primeiras décadas do século XX. Anexo à ladeira e na base do morro, encontrava-se o Largo da Misericórdia, defendido por Jacques Sillos (2015) como o primeiro espaço livre público da cidade aos moldes de uma praça, e onde se estabeleceu a Ordem da Misericórdia. O estabelecimento da Ordem no local resultou na implantação de uma igreja, um hospital, um orfanato e um cemitério. A construção da Igreja da Misericórdia, hoje Nossa Senhora de Bonsucesso, e do Hospital da Misericórdia data o final do século XVI (Sillos, 2015). A fachada principal do hospital era voltada para a antiga praia de Santa Luzia, que desapareceu a partir de 1905 com os aterros promovidos durante a gestão de Pereira Passos (1902-1906) (Brasiliana Fotográfica, s.d.). A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia se espalhou pelo império português com apoio da Coroa, assumindo funções assistenciais e colonizadoras e sua atuação no Rio de Janeiro teria se iniciado com José de Anchieta, em 1582 (Gandelman, 2001). O Colégio dos Jesuítas, ao lado da ladeira, abrigou a primeira Escola de Medicina da cidade em 1808, funcionando em conjunto com o Hospital Real Militar. A Irmandade consolidou sua atuação assistencial e educacional no território com a Casa dos Expostos e o Recolhimento das Órfãs, que, embora tenham sido deslocados fisicamente ao longo do tempo, permaneceram sob a tutela da Irmandade[4]. Esses estabelecimentos funcionavam como dispositivos de disciplinamento social e de reprodução de papéis de gênero, ao acolherem meninas e meninos em situação de vulnerabilidade (Santos, 1965; Gandelman, 2001). Nesse contexto, a Roda dos Expostos ou dos Enjeitados funcionou como um mecanismo instalado nas paredes das instituições, destinado à entrega anônima de recém-nascidos à Santa Casa (Arantes, 2010; Marcílio, 2016).

No século XIX, a Santa Casa passou por uma reestruturação em virtude das doenças que assolavam a cidade. Assim, a partir da década de 1830, instaurou-se um movimento de especialização e fragmentação dos espaços, com reformas estruturais e administrativas. Nesse contexto, implantaram-se melhorias sanitárias, como a introdução da água encanada nas repartições, e a construção de um novo cemitério fora do espaço hospitalar. A Casa dos Expostos foi alvo de medidas que visavam aumentar o controle e a salubridade, dentre elas a separação entre crianças saudáveis e doentes, troca de roupas e utensílios e uso de amamentação artificial. Deixou de funcionar anexa ao hospital em 1811, mudando-se para um prédio nas proximidades e, já no século XX, para o bairro do Flamengo. O Recolhimento das Órfãs, por sua vez, passou por reformas, como a ampliação do espaço interno e a redução do contato com as vielas públicas. Em 1842, a instituição deixou o hospital e iniciou um percurso por diferentes imóveis da cidade (Gandelman, 2001). A Rua da Misericórdia, articulada ao Largo e à ladeira e por se estender até a Primeiro de Março, servia como eixo de circulação e acesso aos serviços da Irmandade. Ademais, no início da via, junto ao Largo do Paço, funcionou a Casa de Câmara e Cadeia a partir de 1630. O edifício, que ao longo dos séculos abrigaria instituições como a primeira Caixa Econômica e, em 1823, a primeira Assembleia Constituinte, foi posteriormente conhecido como sede da Câmara dos Deputados, sendo demolido em 1922 (Brasil, 1965). No entorno, instalou-se a Igreja de São José, em 1842, cuja Irmandade era regida por critérios de pureza de sangue e integrava o rito de passagem dos sentenciados rumo à prisão[5] (Santos, 1965). Os contos de Machado de Assis (1839-1908), como Sem Olhos (1876), Uma por Outra (1897), A Mulher Pálida (1881) e O Anjo Rafael (1869) mencionaram repúblicas e quartos alugados na Rua da Misericórdia, sugerindo a presença de jovens vindos de outras províncias para estudar na capital. Anos mais tarde, registros da Delegacia de Polícia que

[4] A Santa Casa detinha uma expressiva receita, oriunda de imóveis urbanos isentos de impostos como a décima predial, além de contribuições provenientes de loterias, legados, cotas da Renda Pública, prêmios, taxas pagas por doentes abastados e pelo serviço funerário. Fora do complexo arquitetônico da Misericórdia, a Irmandade também administrava os hospitais de Irajá, de Nossa Senhora da Saúde e de Nosso Senhor do Socorro, em São Cristóvão (Santos,1965, p. 137–138).

[5] Machado de Assis registrou a religiosidade presente nesses trajetos urbanos por meio de personagens como o "irmão das almas", em sua obra Esaú e Jacó (1904).

englobava a região[6] confirmaram essa ocupação coletiva. Um exemplo foi o relato de um morador em 1916 sobre o furto de um cão por seu companheiro de quarto. A queixa, nesse caso, foi corroborada por duas testemunhas, também residentes no mesmo andar e na vizinhança próxima. O episódio, aparentemente corriqueiro, revela aspectos centrais do habitar na rua: compartilhamento de quartos, vínculos informais e convivência entre trabalhadores. Indica ainda, já no início do século XX, a permanência de uma lógica de moradia coletiva presente nas crônicas oitocentistas.

O Bairro da Misericórdia, cujos limites variam conforme as fontes, englobava, além do Largo, ladeira e rua homônimos, outras vias, entre ruas, largos e becos. Gerson Brasil (1965) esclareceu a origem de nomes dos principais becos: o do Cotovelo, por exemplo, teria sido aberto ainda no século XVI como acesso ao mar, recebendo esse nome devido à sua forma angulosa. O beco da Batalha derivaria de um oratório ali existente, dedicado à devoção de Nossa Senhora da Batalha. No caso do Beco do Moura, no fundo do Largo homônimo foi instalado, inicialmente em barracas e depois em um quartel, o Regimento de Moura, vindo de Portugal em 1777, o que justificaria o nome do local. O Beco da Música, por sua vez, era frequentado por músicos tamborileiros que ali ensinavam em uma casa que anteriormente abrigava a administração do monopólio do sal. O Beco da Boa Morte estaria associado à proximidade de uma forca, enquanto o do Guindaste remeteria ao plano inclinado e ao equipamento utilizado pelos jesuítas para transportar cargas do porto até o alto do Morro do Castelo. Quanto ao Beco dos Ferreiros, o autor não apontou a origem do nome, mas destacou que, na virada do oitocentos, nele residia uma significativa população chinesa, reconhecendo, inclusive, a presença desses personagens nas crônicas sobre a cidade. De fato, ao se referir ao mesmo beco, o cronista Luís Edmundo (1938) descreveu os usos de seus imóveis pela comunidade sino-brasileira, em especial sua associação ao consumo de ópio em casas coletivas compostas por diversas salas escuras e insalubres conhecidas como *fumeries*. Ele identificou, ainda, quanto à materialidade do Bairro da Misericórdia, elementos como rebocos descascados, paredes expostas, telhados cobertos por fungos e infiltrações. Esses sinais materiais de ruína coexistiam com práticas cotidianas que demonstraram a permanência da ocupação residencial, como roupas estendidas em varais improvisados, bem como uma série de serviços ofertados nas casas e nas ruas (Edmundo, 1938). As fotografias de Augusto Malta (1864–1957) feitas ao longo da década de 1920 ilustram a materialidade do bairro ao registrarem as tipologias dos imóveis da Rua da Misericórdia e dos becos transversais, incluindo prédios térreos e sobrados[7]. No caso dos sobrados, as imagens mostram uma ocupação que combinava funções residenciais e comerciais: lojas no térreo e moradias nos andares superiores.

4 Os imóveis expostos da Misericórdia: solo, arquitetura e cidade no Rio oitocentista

Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro passava por uma contínua reconfiguração urbana, da qual o Bairro da Misericórdia participava com suas singularidades. Nesse cenário, a cidade dispunha de uma rede de ruas comerciais, como revela o *Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro: parte commercial*, de 1874[8], que delimita o Beco da Fidalga por inteiro e a Rua da Misericórdia até os números 13 e 36, em lados opostos da via. O documento sugere a importância da área ao numerar imóveis e mapear suas testadas, mas, por não cobrir toda a rua, exige o cruzamento com outras fontes a fim de esclarecer seus padrões de ocupação. João do Rio compara, em “A alma encantadora das ruas” (1908), a Rua da Misericórdia com a do Ouvidor, destacando suas diferenças estruturais e sociais. Enquanto a Rua do Ouvidor representava um espaço de ostentação e efervescência cultural, a Misericórdia era descrita como um local marcado pela decadência (Rio, 1995 [1908]). O início do século XX, contemporâneo à obra, foi marcado pela consolidação de reformas urbanas idealizadas ao longo das décadas anteriores. Essas intervenções baseavam-se em uma discussão técnica fortalecida desde meados do século XIX que associava as habitações coletivas à propagação de doenças endêmicas. A segunda metade do oitocentos marcou um momento

---

[6] Registro coletado de ocorrências da 5ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, referentes ao Bairro da Misericórdia, ao Morro do Castelo e suas adjacências no ano de 1916. Trata-se de um acervo composto por 388 microfilmes, atualmente sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa, que oferece um vislumbre da vida cotidiana na região (Rui Barbosa, [S] SSP-RJ 001850, 1916).

[7] Imagens disponíveis em Loredano, C. (2022). Misericórdia: rua, largo e ladeira, no Rio de Janeiro [Série “Avenidas e ruas do Brasil”]. Brasiliana Fotográfica. Biblioteca Nacional / Instituto Moreira Salles. https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=rua-da-misericordia.

[8] Fragoso, J. da R. (1874). Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro: parte commercial. Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB). https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/16411.

de intensas transformações políticas e sociais no Brasil — da transição do Império à República, da escravidão institucionalizada ao trabalho livre — ao passo que o centro do Rio se reconfigurava segundo os ideais de modernização da urbe.

O desenvolvimento dos transportes, a abertura de novas vias e o avanço do saneamento urbano transformaram as lógicas de ocupação e circulação na cidade, pressionando áreas centrais como a Misericórdia, ao mesmo tempo em que expandiam o acesso às zonas periféricas (Abreu, 2003). O surgimento do bonde de burro e o trem a vapor foram cruciais para o crescimento físico da cidade a partir de 1870, de modo que, graças aos novos meios de locomoção, as áreas nobres se estenderam para a zona sul da cidade, ao passo que o subúrbio foi progressivamente ocupado por classes menos privilegiadas. As residências situadas nas freguesias centrais passaram a abrigar cada vez mais trabalhadores urbanos, muitos deles envolvidos em ocupações temporárias, o que os forçava a permanecer no centro em busca de viabilidade econômica. Esses imóveis foram frequentemente transformados em cortiços, marcados pela precariedade e alta densidade populacional (Abreu, 2003; 2022 [1987]). Na época, o Rio atraiu capitais internacionais que, à procura de novas fontes de reprodução, investiram no setor de serviços públicos via concessões estatais (Abreu, 2022 [1987]). Quanto ao acesso à rua da Misericórdia por bondes, Alfredo do Valle Cabral (2023 [1884]) apontou que as linhas que a serviam eram a da praça Onze de Junho e a do Largo da Lapa e rua do Riachuelo. O texto, que consiste em um guia destinado a viajantes no Rio na década de 1870, também indica comércios na Rua da Misericórdia, como uma loja de vinhos localizada no número 10, um órgão da tribuna para interesses portugueses, no número 79 e a Câmara dos Deputados, no número 1 (Cabral, 2023 [1884]). Esse período de transformações urbanas estimulou uma produção cartográfica que mapeasse essas modificações. Um exemplo é o *Plan of the city of Rio de Janeiro : Brazil*, elaborado por Edward Gotto e publicado em 1871[9], com base em levantamento realizado em 1866. Trata-se de um livro dividido por regiões da cidade, onde são detalhados os pontos de rede de esgoto de acordo com o plano desenvolvido pelo engenheiro. Esse mapa, de escala detalhada, indica os limites dos lotes e os números de cada edificação, incluindo a área da Misericórdia.

Em paralelo à atmosfera modernizante, a cidade mantinha-se na base escravista. Raquel Rolnik (1997) trouxe que a presença de escravizados domésticos, ligados aos serviços urbanos e conhecidos como “de ganho”, conferiu a coexistência entre a posse de pessoas e a monetarização progressiva da terra. De acordo com o recenseamento realizado em 1872, a Paróquia de São José abrigava cerca de trinta e oito mil habitantes, dos quais aproximadamente metade vivia em condição de escravidão. A população total era classificada em brancos, negros, pardos (mestiços) e caboclos (indígenas ou seus descendentes). Os homens trabalhavam sobretudo na construção civil, com marcenaria, confecção de roupas e calçados, enquanto as mulheres atuavam como costureiras, comerciantes de rua, lavadeiras e empregadas domésticas (Brasil, 1874). Por meio da plataforma da Hemeroteca Digital[10], foram localizados anúncios, bem como pequenas notícias, a partir da busca por menções às vias do Bairro da Misericórdia em periódicos da década de 1870. Dentre os anúncios identificados, é recorrente a presença de ofertas relacionadas à compra, venda e aluguel de pessoas escravizadas, entre crianças e adultos, além de referências a indivíduos pretos e pardos empregados como força de trabalho, especialmente em atividades domésticas e em ofícios ligados à produção de bens para o comércio. Observa-se, ainda, a distinção de funções segundo o gênero: para mulheres, são mencionadas tarefas gerais ligadas à cozinha, à limpeza e à costura; para homens, aparecem ocupações como padeiro e cozinheiro.

Quanto às tipologias dos imóveis e aos modos de habitar, Gilberto Freyre (1900–1987) apontou as transformações dos usos dos sobrados. Inicialmente residências de famílias abastadas, com o tempo, passaram a abrigar habitações coletivas, como cortiços, prostíbulos, pensões, hotéis e asilos; ou, no caso de sobrados maiores, foram descaracterizados para se converterem em sedes de repartições públicas, legações, consulados, clubes, jornais, lojas maçônicas, teatros e armazéns, entre outras funções. No contexto específico do Rio de Janeiro, o autor mencionou explicitamente a Rua da Misericórdia, assim como outras vias como São José, Ajuda e Guarda Velha, como exemplos emblemáticos desse processo. Essas áreas foram consideradas progressivamente “um flagelo” e “um perigo constante à saúde pública”, onde a “transmissão de moléstias, mais ou menos graves, era sua consequência natural” (Freyre, 2013 [1936], p. 28). Entre 1822 e 1850, o regime jurídico da terra iniciou por um momento de transição. Como aponta Raquel Rolnik (1997, p. 23), a aquisição por meio de compra registrada fomentou a

9 Gotto, E. (1871). Plano de esgotamento e edificações em escala dos lotes. Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB). https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326448/cart326448.html.

10 Biblioteca Nacional. (s.d.). Hemeroteca Digital Brasileira. https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

crescente monetização das relações fundiárias. Esse processo se consolidou com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, que, conforme observou Murillo Marx (1999), instituiu um novo sistema de domínio da propriedade, deslocando o controle do solo da Coroa para o indivíduo. Nesse cenário, Luiz César de Queiroz Ribeiro (1996), identificou três principais agentes no processo de capitalização do solo: o proprietário, o capitalista e o usuário, sendo os usos atribuídos às regiões urbanas provenientes da interação entre os três agentes. Como acrescentou o autor, existe uma relação direta entre o nível de investimentos públicos em determinado território e sua valorização fundiária, sendo o preço dos terrenos urbanos resultado das disputas pelo uso econômico da cidade (Ribeiro, 1987). No cenário das regiões centrais, quando o proprietário e o capitalista coincidem, mas o usuário é distinto, o foco recai sobre a renda imobiliária, promovendo a reconversão de usos, locação, construção ou loteamento com vistas à maximização do lucro (Ribeiro,1996). Nesse caso, o chamado "capital rentista" opera com a lógica mercantil aplicada ao mercado de habitação, resultando na proliferação de cortiços, entre casas de cômodos e estalagens. Lilian Vaz (1994) definiu as estalagens como conjuntos de pequenas casas térreas enfileiradas, de dimensões e compartimentos reduzidos. Já as chamadas "casas-de-alugar-cômodos", consistiam em edificações subdivididas internamente. Ambos os modelos aproveitavam o espaço limitado não construído das antigas freguesias centrais, ocupando quintais e terrenos livres, bem como adaptando as casas existentes. Nesse sistema, proprietários cediam imóveis a terceiros, que investiam pequenas quantias na construção ou adaptação das edificações, obtendo altos lucros por meio de aluguéis elevados. Para o ano de 1869 no Rio de Janeiro, Freyre apontou a existência de 642 sobrados dessa natureza, totalizando 9.671 quartos ocupados por 21.929 pessoas, sendo 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores (Freyre, 2013 [1936], p. 188).

As notícias e anúncios centrados na região da Misericórdia que abordam os modos de habitação de seus moradores fazem referência a endereços de "casas de alugar quarto", bem como à locação de andares inteiros a cômodos isolados, como salas, alcovas e sótãos, indicando a subdivisão de um mesmo imóvel para fins de moradia individual ou multifamiliar. Também estão presentes anúncios de pensões, além de um hotel. A articulação entre pequeno comércio varejista e a exploração de moradias coletivas era comum. Nesse contexto, o pequeno comércio de longa duração, ao resistir a se deslocar para outras áreas mediante a imposição de novos usos das edificações, representa a sobrevivência de formas econômicas anteriores do capitalismo (Ribeiro,1996). No que se refere às formas de comércio mais comuns, diferentes verbetes publicados em periódicos da época indicam a presença de pequenos estabelecimentos voltados à venda de produtos predominantemente nacionais na região da Misericórdia. Entre os exemplos identificados, destacam-se livrarias, armazéns, lojas de sementes e rapé, casas de carvão, secos e molhados, além de estabelecimentos especializados na venda de alimentos, como batatas, e de artigos como roupas, tecidos, cristais e porcelanas, estes últimos tanto de origem nacional quanto estrangeira. Também são registrados serviços prestados por profissionais como cirurgiões-dentistas, médicos e tipógrafos. Quanto ao uso das edificações, são recorrentes as notícias sobre a existência de tavernas, casas de festa, estabelecimentos de venda de bebidas e as chamadas *public houses*, que funcionavam como espaços de convívio social e, com frequência, como cenários de conflitos, brigas e outras desavenças, envolvendo inclusive estrangeiros. A menção a diferentes endereços sugere a concentração desses estabelecimentos ao longo da Rua da Misericórdia. Aqui, chama atenção a presença de estrangeiros, sobretudo estadunidenses, espanhóis e ingleses, frequentemente associada a episódios conflituosos que acabavam registrados na delegacia. O levantamento realizado na Hemeroteca, mais do que fornecer respostas imediatas, instiga novas perguntas. O exercício de leitura não se limita ao que a fonte explicita ou revela, mas exige atenção às lacunas e aos silêncios que permeiam os registros. A quem pertenciam esses imóveis? Qual era a relação da população escravizada com eles? Qual o perfil dos proprietários e em que condições se realizavam as locações? No caso específico da Ordem da Misericórdia, de que forma ela exercia seu poder sobre os imóveis do bairro? O exposto ilustra um esforço de demonstrar meios para responder a essas perguntas conforme novas conexões acontecem.

5 Considerações finais

Os modos de apropriação cotidiana dos imóveis e das ruas trazidos nas crônicas oferecem uma via para compreender o território a partir da microescala, revelando o papel do bairro nas dinâmicas da cidade por meio das funções comerciais ali exercidas. Ademais, as permanências e passagens, sejam elas de estudantes ou trabalhadores, parece ser um traço de ocupação que permaneceu até que iniciasse o processo de demolição da região, reforçando a hipótese de que seu processo de desvalorização se deu menos mediante a um abandono e mais por uma transformação gradual de suas funções urbanas.

De maneira geral, por séculos o espaço da Misericórdia consolidou seu papel na cidade por meio dos serviços assistenciais, desde sua ocupação inicial pelos jesuítas até sua posterior incorporação ao ensino médico formal. Nesse contexto, o cuidado aos enfermos revelou-se uma constante. Paralelamente, a atuação da Irmandade esteve perenemente orientada pela propagação de valores morais e religiosos, sustentando práticas disciplinares que atravessaram diferentes regimes políticos e momentos históricos. Por meio das estruturas assistenciais na área, o Largo, a ladeira e a rua afirmaram-se como espaços de acesso e circulação dos sujeitos atendidos por esse sistema. No entanto, à medida que as instituições vinculadas à Santa Casa foram sendo transferidas para outras áreas da cidade, essa função pode ter se dissipado, contribuindo para o enfraquecimento da centralidade político-religiosa da zona original justamente no contexto da afirmação de concepções que orientariam mais a frente as grandes reformas urbanas. A mobilização de fontes provenientes de diferentes escalas amplia o potencial analítico da investigação urbana ao permitir a construção de relações não evidentes entre tempos, espaços e sujeitos. No horizonte das constelações benjaminianas, tais fontes, ao se disporem de forma não linear, se articulam por aproximações críticas. O *Atlas Mnemosyne* de Warburg oferece, nesse sentido, a montagem de imagens e palavras-chave como dispositivo de pensamento, no qual o valor das conexões emerge justamente das tensões e intervalos entre elementos. Ao integrar dados cartográficos, registros visuais e narrativas de distintos contextos em um mesmo campo interpretativo, a análise passa a operar pela composição de quadros múltiplos, nos quais a história urbana se revela à medida que é complementada à luz de novos mosaicos. Nesse sentido, o trabalho se dedica a ampliar o repertório de leituras possíveis sobre os processos urbanos, aproximando-se de debates contemporâneos que buscam reconhecer memórias invisibilizadas, enfrentar assimetrias e articular múltiplas perspectivas na compreensão das transformações que moldam a vida urbana.

Referências

Abreu, M. de A. (2022). *Evolução urbana do Rio de Janeiro* (5ª ed). Publicações Pereira Passos. (Originalmente publicado em 1987).

Abreu, M. de A. (2003). Da habitação ao habitat: A questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro, 10*, 210–234.

Arantes, E. M. de M. (2010). Arquivo e memória sobre a roda dos expostos do Rio de Janeiro. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 5*(1), 5–16.

Assis, M. de. (1881, 15, 31 de agosto; 15, 30 de setembro). *A mulher pálida*. A Estação.

Assis, M. de. (1904). *Esaú e Jacó*. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro.

Assis, M. de. (1869, outubro–dezembro). *O anjo Rafael* (assinado por Victor de Paula). Jornal das Famílias.

Assis, M. de. (2022). *Pai contra mãe*. Cobogó. (Originalmente publicado em 1906)

Assis, M. de. (1876, dezembro; 1877, janeiro–fevereiro). Sem olhos. *Jornal das Famílias*.

Assis, M. de. (1897, 15, 30 de setembro; 15, 31 de outubro; 15, 30 de novembro). Uma por outra. *A Estação*.

Benjamin, W. (1984). *A origem do drama barroco alemão* (S. P. Rouanet, Trad.). Editora da Universidade de São Paulo. (Originalmente publicado em1925)

Benjamin, W. (2000). Sobre o conceito de história. In A. Müller, & M. Seligmann-Silva (Orgs. & Trad.), *Edição crítica* (pp. 211–231). Alameda. (Originalmente publicado em 1940)

Biblioteca Nacional. (s.d.). *Hemeroteca Digital Brasileira*. https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Brasiliana Fotográfica. (2025, 21 maio). Praia de Santa Luzia e a Ponta do Calabouço. https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=25474

Brasil. Diretoria Geral de Estatística. (1874?). *Recenseamento do Brazil em 1872* (Vol. 5: Município Neutro, Pará, Paraíba). Typographia G. Leuzinger. https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes

Brasil, G. (1965). *História das ruas do Rio de Janeiro*. Folha Carioca Editora.

Cabral, A. do V. (2023). *Guia do viajante no Rio de Janeiro: acompanhado da planta da cidade, de uma carta das Estradas de Ferro do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos* (L. C. Ramiro Júnior, Ed.). Fundação Biblioteca Nacional. (Originalmente publicado em 1884)

Campos, A. C. M. de. (1928). *Rua da Misericórdia* [Fotografia]. Instituto Moreira Salles.

Edmundo, L. (1938). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Imprensa Nacional. https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1071

Fragoso, J. da R. (1874). *Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro: parte commercial*. Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB).

Freyre, G. (2013). *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* (1ª ed. digital). Global Editora e Distribuidora Ltda.

Gandelman, L. M. (2001). A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 8*(4), 613–630.

Gotto, E. (1871). *Plano de esgotamento e edificações em escala dos lotes* [Mapa]. Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB).

Jacques, P. B. (2018). Pensar por montagens. In P. B. Jacques, & M. S. Pereira (Orgs.), *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I – modos de pensar* (pp. 206–234). Edufba. http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/Nebulosas-do-Pensamento-Urbanistico-Tomo-I-Modos-de-pensar.pdf

Lepetit, B. (2001a). A história leva os atores a sério? In B. Lepetit, *Por uma nova história urbana* (pp. 227–244). Edusp.

Lepetit, B. (2001b). Arquitetura, geografia, história: Usos da escala. In B. Lepetit, *Por uma nova história urbana* (pp. 191–226). Edusp.

Löwy, M. (2002). A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados, 16*, 199–206.

Marcílio, M. L. (2016). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726–1950. In M. C. de Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil* (9ª ed.). Cortez.

Marx, M. de A. (1999). *Cidade no Brasil: Em que termos?* Nobel.

Museu Histórico Nacional. (S.d.). *O Museu*. https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/

Revel, J. (1998). Microanálise e construção do social. In J. Revel, *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 15–38). FGV.

Ribeiro, L. C. Q. (1996). *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Editora Record.

Rio, J. do. (1995). *A alma encantadora das ruas: Crônicas* (3ª ed.). Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. (Biblioteca Carioca). (Originalmente publicado em 1908)

Rolnik, R. (1997). *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Studio Nobel.

Fundação Casa de Rui Barbosa. (1916). *[S] SSP-RJ 001850* [Documento].

Santos, F. A. N. (1965). As freguesias do Rio antigo vistas por Noronha Santos. *O Cruzeiro*.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp.

Santos, M. (2008). *O centro da cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana* (2ª ed.). Editora da Universidade de São Paulo; Edufba.

Sillos, J. (2015). *Largo da Misericórdia: Marcos da fundação do Rio de Janeiro, 1565–2015*. Andrea Jakobsson Estúdio.

Vaz, L. F. (1994). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — A modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 29(127) 581–597. https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_1994_corticos_favelas_edificios_apartamentos_modernizacao_moradia_Rio_Janeiro.pdf

Velloso, R. (2018). Pensar por constelações. In P. B. Jacques, & M. S. Pereira (Orgs.), *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I – modos de pensar, volume 1* (pp. 98–121). Edufba. http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/Nebulosas-do-Pensamento-Urbanistico-Tomo-I-Modos-de-pensar.pdf

Vilas Boas, N. B. (2019, dezembro). The dawn of modernity in Rio de Janeiro: Historiographic approaches to digital mapping the everyday life of a changing city. *DigitCult – Scientific Journal on Digital Cultures, 4*(2), 29–42. https://digitcult.lim.di.unimi.it/index.php/dc/article/view/133

Waisman, M. (2013). Interior da história: Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. *Perspectiva*.

A *LINHA VERDE* DE FRANCIS ALŸS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL

FRANCIS ALŸS' *GREEN LINE*: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH

YURI TARACIUK

Yuri Taraciuk é Mestre em Planejamento Urbano e Regional e Bacharel em Moda. Sua pesquisa explora as relações entre arte, moda e cidade, com foco na análise de discursos normativos, na produção de subjetividades e em práticas de resistência. yuritaraciuk@outlook.com
http://lattes.cnpq.br/5629150956346234

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Taraciuk, Y. (2025). A linha verde de Francis Alÿs: imperialismo e os limites do Sul Global. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 266-278
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239018

Resumo

Este artigo discute os conceitos de *Estados imperialistas*, *colônias* e *semicolônias* a partir de Vladimir Lenin e de *estratégia* e *tática*, apresentados por Michel de Certeau, pensando os limites e atualidades dessas ideias para a análise das relações de poder contemporâneas. Para isso, o estudo utiliza uma abordagem crítica e interpretativa, articulando a leitura de textos teóricos, a performance artística *The Green Line*, do artista Francis Alÿs, e o contexto do conflito Israel-Palestina. Essa abordagem responde ao objetivo deste artigo, isto é, definir os conceitos apresentados e problematizar a concepção de Norte e Sul Global, considerada aqui como insuficiente para a compreensão das formas de dominação e resistência no contexto capitalista/imperialista. Em consonância com o tema desta edição da revista V!RUS, Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações, esse tensionamento das noções de estratégia, tática e imperialismo, em conexão com o campo da arte e com a história, busca demonstrar a relevância desses conceitos para a análise do funcionamento dessas relações de poder em suas diferentes dimensões, ao mesmo tempo que explicitam o caráter colonial e imperialista que ainda as sustentam.

Palavras-Chave: Imperialismo, Estratégia, Tática, Sul Global, Francis Alÿs.

1 Introdução

Um cenário amarelo-alaranjado cobre o olhar e, sobre ele, uma profusão de linhas se movimentam partindo de algum lugar e indo não se sabe para onde. Em meio a esse emaranhado, uma linha se destaca. Delineada em um traço mais espesso, essa linha corta o papel alaranjado de maneira irregular, como se ela seguisse uma lógica desconhecida por aqueles que a veem. À primeira vista, imagina-se que a lógica da linha siga aquilo que o papel, um mapa, não revela, isto é, o território intraduzível em traços. Mas, na terra, a lógica da linha se faz ainda mais arbitrária do que no mapa, pois nela recaem os absurdos das estratégias que tentam delimitar um espaço próprio em um solo repleto de vida e história. Foram esses absurdos que o artista belga Francis Alÿs[1] retratou com cinquenta e oito litros de tinta e uma caminhada de vinte e quatro quilômetros, recriando a Linha Verde desenhada pouco mais de cinco décadas antes pelo comandante militar israelense Moshe Dayan, na ocasião do armistício israelo-árabe de 1949, para delimitar as fronteiras entre Israel e a Palestina (Alÿs & Devaux, 2004). Contudo, tal recriação pode também ser lida como uma criação de fato, uma vez que a fronteira nunca foi respeitada por Israel, que em repetidas ocasiões invadiu o território palestino (Said, 2012). Ao mesmo tempo que não reconhece a linha, Israel a mantém viva como um instrumento de controle na forma de muros, guaritas e *checkpoints* irrelevantes para os israelenses, mas onipresentes no cotidiano palestino.

Essa dualidade de uma linha simultaneamente presente e ausente pode ser lida no título duplo da performance de Alÿs: *Sometimes doing something poetic can become political and sometimes doing something political can become poetic* (Às vezes fazer algo poético pode se tornar político e às vezes fazer algo político pode se tornar poético), também conhecida como *The Green Line*. Os desdobramentos desse título e da questão que Alÿs levanta por meio dele – como a arte pode permanecer politicamente relevante sem recair em ativismo? – não cabem a este artigo[2]. Neste texto, a intenção é pensar como um ato pode simultaneamente deslizar entre o gesto de traçar uma linha e a ação de circunscrever um espaço próprio de saber-poder, e ainda como ambos os polos desse ato se pressupõem e se excluem. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que a delimitação de um espaço próprio de onde se administra uma exterioridade, desde um território até uma forma de ser e saber, convive e depende do seu contrário: a prática que joga com aquilo que lhe é imposto e que ocupa a posição de um Outro. A título de conceituação, é possível denominar o primeiro ato como *estratégia* e o segundo como *tática* (Certeau, 2014), e são esses conceitos, articulados com a concepção de imperialismo proposta por Vladimir Lenin

[1] Francis Alÿs (1959-) é um artista belga radicado no México cujo trabalho interdisciplinar costuma abordar temas relacionados a conflitos urbanos e geopolíticos, traçando diálogos entre diferentes partes do mundo por meio de aproximações e diferenças.

[2] Para isso, remete-se ao texto *Aesthetics and the Political: an essay on Francis Alÿs's 'Green Line'*, de Fisher (2011).

(2008) e ampliada por Edward Said (2011), que serão discutidos neste artigo, que se colocou a pensar os limites e as atualidades dessas ideias para a análise das relações de dominação e resistência contemporâneas.

Para desenvolver essa discussão, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e interpretativa, orientada pela leitura crítica de textos teóricos e da performance artística mencionada. O procedimento metodológico se baseou em um diálogo entre contribuições pós-estruturalistas e marxistas, em articulação com a leitura do trabalho de Alÿs, que serviu como um disparador conceitual. A reflexão se desenrolou a partir de elementos observados na performance, prosseguindo pela definição dos conceitos apresentados e sua análise em face do contexto histórico do conflito Israel-Palestina. Esse procedimento metodológico foi inspirado em concepções foucaultianas de crítica como prática de pensamento, como um exercício que dispensa modelos e que se dá por meio da problematização dos discursos, compreendendo-os como práticas constitutivas da realidade, que possibilitam e delimitam as formas de conhecer e falar sobre as coisas (Foucault, 2005, 2017). Nesse caso, a articulação entre a teoria, a performance artística e o caso empírico do conflito possibilitou uma revisão de perspectivas teóricas atuais, com base na problematização de concepções que reduzem relações históricas e sociais complexas em oposições simples, que não apresentam contribuições substanciais para o debate em que elas se inserem.

O artigo questiona, portanto, a aparente dicotomia entre os termos estratégia e tática, bem como as diferentes formas de divisões geopolíticas formuladas ao longo do século XX, em especial a noção de Norte-Sul Global. Contrapondo essa concepção com a definição de imperialismo apresentada aqui e aprofundando as noções de estratégia e tática para demonstrar como ambas não se reduzem a um mero binarismo, o artigo argumenta a favor da pertinência do pensamento de Michel de Certeau (2014) e Lenin (2008) como instrumentos conceituais para uma compreensão aprofundada do imperialismo e de outras modalidades de relações de poder. Essa discussão funciona como uma defesa de uma postura crítica em prol de perspectivas teóricas que sejam capazes de pensar o caráter estrutural das formas de dominação no capitalismo imperialista. Por meio desses objetivos, o artigo reflete os temas da presente edição da revista V!RUS – Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações – sob uma perspectiva que busca apresentar as fragilidades da noção de Norte-Sul Global, questionar binarismos e propor, ao final, formas de apropriação de saberes formulados em países imperialistas para pensar as realidades coloniais e semicoloniais. Neste sentido, a utilização de uma performance artística como lócus da discussão possibilita o desenvolvimento de uma reflexão que expõe a potência da arte enquanto meio de produção de conhecimento e de diálogos entre saberes dispersos no tempo e no espaço.

É necessário mencionar também que este artigo não aborda diretamente os acontecimentos mais recentes do conflito em Gaza e na Cisjordânia. Desde o dia 7 de outubro de 2023, Israel empreende uma brutal investida contra a Palestina em decorrência de ataques do Hamas, culminando, em pouco mais de um ano, naquilo que só pode ser descrito como um genocídio: mais de 60 mil palestinos mortos, sendo a maioria crianças, mulheres e idosos, e mais dezenas de milhares de feridos e desalojados. A escolha de não abordar o tema se deu tanto por questões de coerência textual, ou seja, focar na discussão dos temas propostos, quanto por uma questão de sensibilidade diante de tal evento, que não deve ser reduzido em poucas linhas de um artigo que não o tomará como o fundamento de uma reflexão específica. Vale dizer que essa escolha não elimina o fato de que este texto foi escrito em um contexto de incerteza sobre o futuro da Palestina e dos palestinos, e foi pensando nisso que uma das defesas feitas aqui é por teorias e conceitos que explicitam o caráter colonial da violência perpetrada por potências capitalistas sobre outras nações. Embora ínfima em face dos eventos citados, essa defesa é uma tentativa de efetuar um gesto político que busca na reflexão crítica os meios para pensar o presente que nos constitui e outros que podemos vir a construir.

2 A linha: estratégia

Antes da tinta existe a lata perfurada na terra. O som do metal na areia é acompanhado pelos passos sobre as pedras e sobre o asfalto, e é em meio a esses ruídos que a tinta silenciosa corre trançando a sua fina linha. Quem vê esse fio de poucos milímetros não imagina que a Linha Verde, que definia as fronteiras da Faixa de Gaza e da Cisjordânia com Israel até a Guerra dos seis dias, em 1967, retratada na Figura 1, se referia a um desenho feito com caneta sobre um mapa em escala 1:20.000, que, na prática, significava um território inclassificado com cerca de sessenta metros de largura e centenas de quilômetros de comprimento (Alÿs & Devaux, 2004). Mas esse status ambíguo do território durou pouco. No momento que o desenho do mapa se traduziu sobre a terra, não foram os palestinos que tiveram o direito de terem a sua leitura considerada, afinal, eles eram considerados habitantes do Oriente, esse lugar mítico inventado pela Europa e governado

pela *selvageria* e *ignorância* (Said, 2007, 2012). Nessa terra vista como desocupada, o imperialismo europeu e sionista traçou as suas estratégias de apropriação de um território estrangeiro sob o pretexto de transformá-lo de acordo com os princípios da civilidade ocidental.



Fig. 1: Fronteiras da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Israel pré-1967. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/two-state-solution. Acesso em 20/10/2025.

Utilizado nesse contexto, o termo *estratégia* remete a uma ação que "postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças" (Certeau, 2014, p. 93). O *próprio* é o resultado da circunscrição de um lugar de poder, de um lugar teórico e de um lugar físico em que essas forças se distribuem e se combinam; é um espaço de onde se distingue e administra um querer, que delimita os objetos a se conhecer e as formas de conhecê-los; que estipula os modelos de organização e os limites do fazer. As estratégias articulam a força militar, política e científica sob o privilégio da espacialidade capaz de tornar cada elemento uma unidade a ser organizada em um conjunto. Mais do que simplesmente transformar as incertezas em espaços legíveis, as estratégias produzem um tipo de saber específico, voltado para a sua autossustentação enquanto forma de poder. Ou seja, seu funcionamento não se baseia em pressupostos morais – apesar das pessoas que as utilizam serem atravessadas por eles –, mas, enquanto cálculo de relação de forças, seu objetivo é a estabilidade de seu próprio ambiente (Certeau, 2014). Portanto, afirmar que o Estado de Israel e o imperialismo europeu realizam uma operação estratégica sobre a Palestina significa dizer que eles postulam um lugar de poder teórico e físico – uma posição social, política, econômica e militar de controle; a constituição de discursos legitimadores e a definição de um território de ação – de modo a expandir e assegurar um domínio colonial sobre a região.

Para colocar em prática essa operação, Israel fragmenta o território palestino, expande a sua área territorial por meio de assentamentos ilegais financiados pelo governo e habitados por apoiadores do projeto sionista, utiliza tecnologia de última geração para controlar o espaço aéreo e a terra, emprega técnicas de terra arrasada para destruir a infraestrutura urbana, bem como produz medidas judiciais, econômicas e de desestabilização política para minar os direitos palestinos e seus meios de subsistência (Mbembe, 2018; Sacco, 2021). Além disso, o próprio sionismo funciona como uma estratégia de delimitação de uma identidade dita legítima e, portanto, dona da terra em face dos árabes-palestinos, considerados incivilizados. É importante ressaltar que o sionismo não se refere a um elemento de uma (irreal) identidade judaica homogênea, mas a um movimento político que, mesmo tendo surgido em uma época de extremo antissemitismo, também coincidiu com o auge do imperialismo e com a profusão de discursos orientalistas. Diante desse contexto, o sionismo se vinculou a um projeto colonial, inicialmente europeu e depois estadunidense, compreendido como uma missão civilizatória, cujos objetivos seriam, por um lado, levar os ideais de liberdade, conhecimento e progresso para uma região tida como despótica, tomada pela suposta ignorância de nativos, e, por outro lado, expandir a influência e o domínio político-econômico europeu/estadunidense na região (Said, 2012)[3].

Tendo em vista esse cenário, cabe destrinchar o significado da expressão *interesses coloniais e imperialistas*. Mesmo sendo termos relativamente comuns, o uso deles frequentemente restringe-se a compreensões amplas e, por vezes, genéricas, tais como a designação do imperialismo como “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” e a do colonialismo como a “implantação de colônias em territórios distantes” (Said, 2011, p. 42). Apesar de não estarem incorretas, essas definições pouco explicam o que seria o imperialismo e como ele opera. Sendo assim, é possível dar contornos mais precisos a esse conceito através de cinco traços que, embora também breves devido à insuficiência de caracterizações do tipo, aprofundam a compreensão do processo de formação e funcionamento do imperialismo. Esses cinco traços são:

> 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2008, p. 88).

O imperialismo se refere àquilo que seria a fase avançada do capitalismo, isto é, a sua fase monopolista, a sua fase atual. Seu surgimento resulta de uma continuação das características gerais do capitalismo, em que a livre concorrência engendra a emergência de monopólios que partilham o mundo tanto em sua dimensão territorial, quanto através de associações internacionais centralizadoras de capital, que, nesse estágio, se encontra em plena fusão do capital financeiro com o capital industrial, e que o exportam para qualquer lugar do mundo sob a fachada da *livre-troca* (Lenin, 2008). Cabe ressaltar que esses traços não excluem o fato de o imperialismo também se configurar como uma filosofia política que visa conquistar e se legitimar através do domínio cultural e epistemológico. Quando se fala em uma partilha do território por parte das potências capitalistas, é preciso pensá-la não apenas em sentido geográfico, mas também no sentido discursivo, ou seja, como um modo de compreender a terra, de definir quem a possui e sobre como ela deve ser trabalhada e explorada (Said, 2011). O capital, desde suas primeiras conceituações (Marx, 2011)[4], se refere não apenas a uma dimensão econômica da vida social, mas a um conjunto de relações que determinam também as formas de subjetivação dos indivíduos e de narrar o mundo, e é nesse sentido que o imperialismo precisa ser lido. A partir daí é possível observar como as estratégias são

---

[3] Apontar conexões entre certas ideias sionistas e o imperialismo europeu – explícitas em alguns textos de Theodor Herzl (1960, p. 80), fundador do sionismo moderno – não significa dizer que o sionismo faz parte de um projeto de dominação global arquitetado por *elites ocultas*, argumento da conspiração nazista do *judeu internacional*. Ao contrário, essa afirmação indica como essas ideias surgiram em um determinado contexto histórico que as influenciou direta e indiretamente, e como elas foram instrumentalizadas em favor de projetos políticos coloniais europeus. Vale sempre lembrar que a crítica ao Estado de Israel não deve cair em antissemitismo.

[4] “Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (Marx, 2011, posição 862).

uma forma de poder que, ao mesmo tempo, são operadas pelas potências capitalistas em suas colônias e definem o próprio funcionamento do imperialismo. A ocupação colonial se configura como um gesto estratégico que instaura novas relações espaciais, determinando fronteiras, regimes de propriedade e produção, configurações políticas e sociais, classificação de sujeitos e a instauração de imaginários culturais (Mbembe, 2018).

Contudo, as relações imperialistas nem sempre possuem traços tão aparentes, o que pode gerar a impressão de que a perspectiva apresentada aqui não seria capaz de explicar as atuais configurações de poder. O problema com essa ideia é que ela não passa de uma *impressão*, pois o controle imperialista sempre assumiu formas variadas, como no caso de países que dispõem de relativa independência política, econômica e social, mas que, devido a um conjunto de relações de dependência de diferentes espécies, se tornam, em certa medida, subordinados aos mandos e desmandos de Estados imperialistas. Esses países que representam uma forma intermediária de subordinação colonial, como é o exemplo do Brasil, podem ser designados pelo termo *semicolônias* (Lenin, 2008), que indica uma atualidade ainda latente nessa teoria. Com base nessas ideias, é possível justificar o uso dos conceitos de *Estados imperialistas*, *semicolônias* e *colônias* no contexto do capitalismo avançado por três motivos: 1) ele permite um maior grau de precisão analítica, uma vez que a categorização parte de pressupostos empíricos; 2) ele oferece flexibilidade interpretativa, pois a posição de um determinado Estado pode variar de acordo com a relação analisada (apesar de haver limites ligados à presença dos cinco traços citados); e 3) ele caracteriza de maneira explícita o regime de dominação das relações capitalistas/imperialistas contemporâneas.

Em meio a esses motivos, reside uma crítica a outras formas de categorizações geopolíticas que circularam, ou ainda circulam, em meios acadêmicos e políticos, e que buscam dividir o mundo em blocos homogeneizantes. Na genealogia dessas formas de categorização, é possível destacar o já mencionado Orientalismo (Said, 2007), que dividia o mundo entre o Ocidente e o Oriente; a ideia de Primeiro, Segundo e Terceiro mundo (Sauvy, 1986), que perdeu força com a dissolução da União Soviética – que compunha o chamado Segundo mundo –, mas cujo cerne foi preservado na concepção ainda vigente de países Desenvolvidos, Emergentes e Subdesenvolvidos, que, no geral, utiliza como critérios de classificação fatores como o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além dessas três, é preciso citar também a distinção entre Norte e Sul Global, concebida em 1980 com o relatório *North-South: A program for survival*, também conhecido como Relatório Brandt, em referência ao ex-chanceler alemão Willy Brandt, que chefiou o estudo a pedido do Banco Mundial. Em resumo, os países do Norte foram classificados como industrializados e os do Sul como em desenvolvimento e, mesmo admitindo se tratar de uma divisão simplista, o relatório apresentou um mapa que permanece inalterado quando se trata dessa concepção, no qual coloca-se a Austrália e a Nova Zelândia como países do Norte e a China ao Sul. No que tange ao conteúdo do documento, seu objetivo era mapear uma série de problemas sociais presentes nos países do Sul e propor soluções. Ainda que preocupado em atender as necessidades básicas desses países, o texto reproduz uma postura de superioridade moral, política e econômica dos países do Norte, fazendo com que as soluções sugeridas não toquem no caráter estrutural do sistema político-econômico, que condiciona os países do chamado Sul à posição de dependência em relação ao Norte (Brandt, 1980).

Apesar do histórico, a divisão Norte-Sul ganhou adeptos nas últimas décadas, especialmente entre correntes de pensamento pós-coloniais e descoloniais. Para citar apenas uma referência com grande repercussão na popularização dessa concepção, é possível mencionar o livro *Epistemologias do Sul*, mais especificamente o texto de Boaventura de Sousa Santos (2013) intitulado *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Nele, o autor apresenta uma divisão de Norte e Sul idêntica à do Relatório Brandt, destacando que o Sul se refere a um conjunto de países que foram submetidos ao colonialismo europeu e que no interior dos países do Norte certas classes e grupos também foram sujeitos a uma dominação semelhante, mas com o acréscimo da ideia de que a dominação colonial também se constitui como uma dominação epistemológica (Santos, 2013). Entretanto, conforme destacado anteriormente, desde Lenin (2008), passando também por autores como Frantz Fanon (1968) e Said (2007), o imperialismo e o colonialismo são compreendidos como formas de dominação epistemológica que impuseram regimes de saber-poder e de subjetivação, que apagaram as epistemes nativas e produziram estruturas de dominação capazes de se autossustentarem não apenas pela coerção direta, mas através do consentimento.

Mesmo assumindo que essa aparente atualização teórica apresentada pela concepção de Norte-Sul Global tenha o mérito de destacar a dimensão de violência epistemológica presente no colonialismo – e o termo *aparente* se refere ao fato de que essas ideias já estavam pressupostas, ou mesmo explícitas, em autores anteriores –, ela possui o problema de

desconsiderar a presença e a importância dos outros fatores que constituem e movem essa violência, como o funcionamento do capital em si. Mais do que isso, essa concepção insiste em um gesto – bem-intencionado, mas intenções não importam nesse caso – de dividir o mundo com uma linha imaginária, criando dois blocos que pouco explicam a realidade que se faz ver para além dos mapas. Assim como o gesto de Alÿs traçou curvas invisíveis que cortaram desertos e cidades, as linhas de divisões geopolíticas também desenharam mapas com divisas que, diferentes da tinta muda, falam sobre os poderes que dão forma ao mundo sob certas condições e com determinados objetivos. Mas essas linhas se assentam sobre terrenos irregulares, onde a tinta se move e as divisões simplistas são borradas. Sob a sola dos sapatos que caminham na areia, o espaço próprio das estratégias imperialistas é questionado, e nas marcas deixadas por esses passos se vê o movimento de tensão que se contrapõe e ao mesmo tempo constitui as estratégias. Esse é o movimento das táticas.

3 O caminhar: tática

O caminhar prossegue e, com ele, a tinta segue a sua rota estranha em meio aos prédios, tornando a sala e o quintal de uma mesma casa em dois países distintos. O silêncio se contrapõe aos passos e a ambiguidade diante de um ato aparentemente simples – caminhar com uma lata pingando tinta – se faz ver. É nesse ser ambíguo que os sentidos deslizam, levando a linha a uma simplificação que reduz a complexidade do contexto histórico e social da região a uma caricatura do absurdo que sustenta o poder colonial, ou então sugerindo uma visão alternativa de fronteira, onde os muros dão lugar à impermanência líquida da tinta, ou mesmo a essas duas coisas ao mesmo tempo (Figura 2). Talvez, quem sabe, nenhuma delas, como se a inconstância dos passos e da tinta não permitisse definições claras. Em meio a essa inconstância o caminhar prossegue, e ao atualizar a ordem espacial que estipula por onde é permitido circular, ele também a perturba com variações e deslocamentos, fazendo com que o traçado gráfico seja borrado pelo movimento dos corpos.



Fig. 2: Cena de *The Green Line* (2004), de Francis Alÿs. Disponível em: https://francisalys.com/the-green-line/. Acesso em 20/10/2025.

No interior dos espaços definidos por cálculos estrangeiros, os interstícios emergem como vazios à espera de serem preenchidos, pontos cegos a serem iluminados, erros a serem corrigidos. No processo de correção desses erros, que muitas vezes são executados por meio de estratégias, outras fissuras são criadas, ferindo a ordem da pretensa estabilidade de um ambiente próprio. Esse outro cálculo que opera pela ausência de um próprio, pela ação fragmentária que joga com o terreno que lhe é imposto, pode ser chamado de *tática*. Sem uma base para capitalizar seus ganhos, para assegurar a sua autonomia, para gerar distâncias, para estabelecer fronteiras e se expandir; a tática precisa aproveitar as ocasiões em atos que funcionam pela singularidade de um golpe, ela precisa se mover pelo campo de visão adversário como se todo momento fosse novo em face das reconfigurações estratégicas. Enquanto as estratégias postulam uma "vitória do lugar sobre o tempo" (Certeau, 2014, p. 45), as táticas indicam uma utilização do tempo ao seu favor, elas remetem "às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre movimentos sucessivos de um 'golpe', aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc." (Certeau, 2014, p. 96).

Diante das estratégias utilizadas por Israel para dominar a Palestina, a realidade é que os seus habitantes e a ideia de um Estado independente seguem vivas, mesmo sob a indescritível devastação física e simbólica. Ainda que hoje a Palestina não exista para além da reminiscência de uma vontade popular (Said, 2012), a persistência dessa imagem demonstra como todo projeto de colonização produz também resistências de diferentes tipos, pois a invasão imperial não se configura como o simples encontro de uma força dominante estrangeira com um nativo inerte, mas como uma colisão entre duas potências com forças desiguais. A persistência de uma experiência palestina, notável em âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos revela como a presença palestina configura em si mesma uma tática diante das estratégias do Estado israelense de reinterpretar a história da região e de dominá-la de maneira direta. Nesse sentido, o ato de chamar a região de Palestina já designa uma forma de resistência, pois remete ao reconhecimento de um Outro que é constantemente ignorado e apagado, a uma afirmação dos limites que as estratégias tentam, mas não conseguem superar (Said, 2011, 2012).

As transgressões que se lançam na direção das incertezas que residem para além dos espaços próprios, as contracondutas que recusam um determinado modo de guiar a vida, ou simplesmente a revolta que se insurge contra tudo aquilo que tenta calá-la – todas essas são formas assumidas pelo gesto tático (Foucault, 2009, 2014, 2023). A guerrilha urbana, as construções sem autorização, a sabotagem de equipamentos eletrônicos, a sonegação de impostos, a abertura de rotas escondidas, o contrabando de mercadorias e informações, as marchas de protestos… – nenhuma dessas ações possui a força de incapacitar um *bulldozer* blindado, muito menos de derrubar um regime imperialista. Porém, elas servem para que os palestinos ganhem algum tempo para as suas vidas nos breves dias sob um teto improvisado para chamar de seu, nas caminhadas até a casa de um conhecido, no encontro de uma roupa ou de um brinquedo a mais; pequenos momentos de paz em um espaço governado pela guerra (Sacco, 2021; Weizman, 2012). Considerando a contextualidade das táticas, é possível dizer que no caso palestino a prática do *sumud*, mais ou menos traduzido como "firmeza", articula um conjunto de práticas de resistência diversas – como se negar a responder em interrogatório, ter sobrevivido a várias ofensivas militares e prisões, atravessar os *checkpoints* todos os dias, construir uma microeconomia etc. – e as reinterpreta como elementos de uma subjetividade comum em face da violência colonial (Meari, 2014).

E é no deslocamento desses exemplos que se revela um espaço intersticial entre as estratégias e as táticas, trazendo à tona perguntas como: qual a linha que delimita a prática do *sumud* como uma tática de resistência e não uma estratégia que define uma identidade palestina própria em contraposição a um Outro? Na colisão entre as potências imperialistas e as culturas nativas, quais os limites entre o espaço próprio e o exterior? Ou, ainda, como esses conceitos de imperialismo, colonialismo, estratégias e táticas operam nos casos em que as posições dos agentes não são – aparentemente – tão bem definidas como no conflito entre Israel e a Palestina. Depois desse breve desvio pela ideia de tática, cabe agora questionar a estabilidade das linhas que definem esses conceitos. E se a *Linha Verde* de Alÿs ao mesmo tempo une e separa diferentes dimensões de tempo e espaço, talvez a trajetória dessa questão também se mova no sentido daquilo que distorce esses limites.

4 As fronteiras: estratégia ⇄ tática

Um senhor e um menino caminham lado a lado no centro de Jerusalém quando são entrecortados por um homem e seu rastro de tinta verde. O senhor e o menino, vestidos com o tradicional traje usado por judeus ortodoxos, encaram de maneira incrédula a linha e o homem que se distancia. O menino, talvez com maior curiosidade, olha para trás e percebe a câmera que os filma, mas é o senhor que toma a iniciativa de dar um passo sobre o absurdo e ignorar a divisão (Figura 3). O homem com a lata de tinta segue a sua caminhada até cruzar um *checkpoint* israelense, que ele atravessa sem maiores dificuldades, encerrando a performance de *The Green Line*. No entanto, o trabalho de Alÿs não se encerra quando o vídeo acaba, na realidade ele se estende no tempo, se ligando ao passado da obra original realizada em São Paulo no ano de 1995 – *The Leak* – reencenada em Jerusalém, e o futuro, em que os comentários de historiadores, antropólogos, arquitetos, jornalistas e ativistas revelam as forças e os limites de sua performance (Alÿs & Devaux, 2004). É nessa tensão que articula diferentes contextos históricos, sociais e interpretações que a obra extravasa as fronteiras da questão Palestina, vinculando-a a uma realidade que não se encerra em definições centradas em dicotomias simples e estáveis, como aquelas que foram apresentadas aqui nos conceitos de *estratégia* e *tática*, ou mesmo de países imperialistas e colônias/semicolônias.



Fig. 3: Cena de *The Green Line* (2004), de Francis Alÿs. Disponível em: https://francisalys.com/the-green-line/. Acesso em 20/10/2025.

A redução desses conceitos a meras dicotomias ignora a contribuição teórica mais ampla que eles carregam e as suas implicações enquanto termos operacionais. É preciso destacar que tanto Certeau (2014), com a sua concepção de estratégias e táticas, quanto Lenin (2008), com a sua definição de imperialismo, frisam a formalidade desses conceitos e os modos como as teorias tendem a simplificar a realidade. Na prática, fora de casos exemplares, como é o conflito Israel-Palestina, em geral a constatação dos elementos que compõem esses conceitos costuma ser mais difícil, pois no cotidiano os limites entre eles tendem a se confundir. Há ainda o fato de que essas ideias buscam descrever relações de poder que não se estruturam em instâncias fixas de dominante e dominado, mas em tramas de interdependências dinâmicas, por onde se distribuem as forças de controle e resistência em suas diversas formas possíveis. Em geral, esses conceitos continuam sendo aquilo que esses antigos autores haviam proposto, isto é, categorias operacionais, por vezes até mesmo iniciais, para a compreensão de realidades que não podem ser explicadas sem alguma dose de simplificação, e é isso que permite evidenciar a flexibilidade e a atualidade dessas ideias.

A base para uma reescrita desses conceitos, não para negá-los ou reinventá-los, mas para reafirmar aquilo que já era pressuposto por eles, reside na própria dinâmica que os constitui. Ao definir um lugar, um saber e um sujeito próprios, a estratégia o faz a partir de um Outro que garante o valor dessa identidade, o que significa que ambos os termos – estratégia e tática – não apenas trocam de posições entre si a depender do contexto, mas também podem apresentar reversões e trocas na mesma situação. Esse movimento de reversibilidade explica como as táticas também podem empregar estratégias para diferenciar elementos em suas dinâmicas internas, como no caso daquilo que escaparia de determinada noção de *identidade palestina*, ou ainda, em outros contextos sociais, como em movimentos contraculturais ou de resistência política que reproduzem, de maneira direta ou velada, preconceitos da mesma ordem que se critica (Taraciuk, 2025)[5]. Essa aparente contradição não nega o caráter de resistência proposto pelas táticas, assim como a maleabilidade e a reversibilidade das estratégias não desfazem o seu caráter distinto, pelo contrário, ela indica que esses conceitos possuem um certo grau de dinamismo que permite a análise de relações sociais para além de simples binarismos. Se um termo pressupõe seu contrário, se as tecnologias e cálculos que salvam vidas também produzem a bomba atômica, se o mesmo agente que resiste também pode produzir opressões, isso revela que nenhuma posição é estável e que todas as fronteiras de um espaço próprio são transitórias. Ao invés de estratégias *e* táticas, o que se tem são *estratégias ⇄ táticas*[6], em que a conjunção aditiva dá lugar a duas flechas que representam o caráter dinâmico dessa relação.

Essa reescrita possibilita uma leitura das relações de poder sob uma ótica que destaca a indistinção de limites bem definidos entre o interno e o externo. É nesse ponto que o tema do imperialismo retorna a essa discussão, pois a ênfase nessa indefinição indica como esses conceitos dialogam entre si e como eles ainda falam com precisão sobre o presente. No conflito entre Israel e a Palestina, é possível constatar como Israel opera simultaneamente como um país imperialista em suas relações com a Palestina e como uma colônia perante os Estados Unidos[7]. A depender do recorte de uma análise que utilize os termos propostos aqui, Israel ocupará a posição de potência imperialista, definida pelos cinco traços apresentados, que coloniza a Palestina por meio de uma série de estratégias de dominação, porém, em outro recorte, Israel aparecerá não como um Estado autônomo, mas na posição de uma colônia que serve como braço estadunidense para a preservação de seus interesses imperialistas na região. Apesar da dinamicidade, a definição de países imperialistas, semicolônias e colônias não possui o mesmo grau de mobilidade que a estratégia e a tática, pois as relações imperialistas se fundamentam em elementos concretos que definem as posições dos agentes nesse nexo. Mesmo que na correlação de forças entre dois países ditos semicolônias ou colônias um possua a vantagem, isso não implica que um deles passe a ser um Estado imperialista. Ainda assim, os traços que definem o imperialismo contribuem para um entendimento dessa correlação de forças em suas especificidades, sem que se caia na simples definição de um bloco coeso de países subalternos a uma ordem hegemônica também coesa.

É com base nessa reflexão que se torna possível constatar que, por vezes, aquilo que aparenta ser um avanço teórico mais se parece com um eufemismo que busca suavizar a realidade desagradável que o mundo revela. A substituição dos termos *colônia*, *semicolônia* e *Estados imperialistas* por *Sul* e *Norte Global*, em muitos casos, retira o foco do caráter imperialista que perfaz as relações entre Estados, culturas e povos na atualidade, além de não ser capaz de explicar a lógica que estrutura as relações de dominação no capitalismo avançado. É nesse sentido que este texto questiona as formas de significação dessas relações de dominação, ou seja, como elas são lidas, quem as leem, onde elas são lidas e os possíveis resultados dessas leituras. No cerne desta crítica está a compreensão de que o deslocamento de conceitos que expressam diretamente o caráter colonial da dominação dos países imperialistas para outros que o diluem em termos aparentemente neutros (e.g., “colônias” e “semicolônias” por “países do Sul Global”) não representa uma aproximação ou um afastamento

---

5 Também vale destacar que esses conceitos não implicam em um julgamento moral prévio do ato analisado. Assim como nem toda estratégia diz respeito a uma *ação condenável de controle* – afinal, elas são operações necessárias em diferentes ocasiões –, certas táticas de resistência podem muito bem configurar crimes terríveis.

6 Inicialmente, havia sido proposta a escrita *estratégia ↔ tática* (Taraciuk, 2025), porém, considerando que o símbolo (↔) pode sugerir uma falsa equivalência entre os termos, se optou pelo sinal (⇄) para indicar reversibilidade.

7 Apenas no período que compreende outubro de 2023 e setembro de 2024, os EUA destinaram mais de 17 bilhões de dólares para Israel (Bilmes et al., 2024), isso sem considerar a presença militar por meio de empresas privadas como a *Palantir* – dois fatores citados por Lenin (2008) ao definir o imperialismo.

em relação a uma suposta *verdade* sobre essas dinâmicas de poder, mas indica como essa dominação é (e como ela deixou de ser) percebida na atualidade[8]. E é em resposta a essas questões que surge a proposta de um resgate de conceitos supostamente antigos como tentativa de preservar o rigor necessário para esse tipo de análise, um rigor capaz de descrever o funcionamento dessas dinâmicas de acordo com as complexidades em que elas se apresentam.

A defesa que se faz aqui é por diálogos capazes de ampliarem os horizontes teóricos e estimularem a leitura crítica de concepções que, em muitos casos, repetem o que era pressuposto por conceitos anteriores sob o falso signo da *novidade*. Em vez da revisão e da atualização de outras ideias, o que essas *novas* elaborações produzem são nichos de teorias fechadas em si mesmas que não dialogam nem com a história em que elas estão inscritas e nem com o presente com o qual elas se relacionam. A multiplicação de perspectivas é algo positivo e deve ser estimulado, desde que se mantenha atenta ao modo como esse processo está ligado a uma lógica produtivista que fundamenta a construção de conhecimento nos dias de hoje, em que a quantidade e a suposta *novidade* valem mais que o rigor. Em tons mais poéticos, é possível dizer que essa lógica gera monumentos perdidos em um deserto que imobiliza a crítica diante de uma vastidão intransponível de conceitos, fazendo com que o único modo de percorrer essa aridez teórica seja a escolha da ideia mais recente do mesmo modo como se escolhe um produto em um mercado. Diante de tal deserto, a crítica, entendida como um movimento de releitura do passado e diagnóstico do presente, deve servir como o calçado que possibilita o caminhar por essas areias, onde a parcimônia, o rigor e a atenção se revelam como os instrumentos mais adequados para a análise da realidade.

Por fim, cabe resolver o principal objetivo deste artigo com a indicação de um gesto legitimamente tático e, por isso, também estratégico de apropriação de saberes produzidos nos países imperialistas. Tal apropriação se dá por meio de uma leitura que, nas distâncias e descaminhos de uma história formada por resistências, demonstra que certos conceitos e teorias desenvolvidos no seio dos impérios são *nossos*, isto é, dos habitantes dos países colonizados e semicolonizados. Ainda que escritas por mãos que nunca tocaram o solo das colônias, essas ideias falam delas mesmo quando não se dão conta disso, legando a *nós* o trabalho de desfazer essas fronteiras e reivindicar esses pensamentos. Toda teoria, conceito e autor que se colocou, em meio aos seus limites e problemas, a pensar de maneira crítica os diferentes modos de dominação exercidos por potências imperialistas e que conceberam formas de insubmissão a essas forças, pertence a *nós*. É no movimento estratégico ⇄ tático de uma tradição que se fecha em suas fronteiras como parte de uma determinada cultura, e nos inevitáveis movimentos de apropriação e transformação que distorcem e rompem essas mesmas fronteiras, que se constrói uma tradição *nossa*, uma tradição que caminha em direção à superação do seu próprio ser e pensar.

5 Considerações finais

Este artigo propôs um resgate dos conceitos de *Estados imperialistas*, *colônias* e *semicolônias* – sob a perspectiva de Lenin – e de *estratégia* e *tática* – conforme delineados por Certeau – para a análise de diferentes formas de relações de poder, seja em nível cotidiano ou mundial, na contemporaneidade, ou seja, no capitalismo avançado. A partir da performance artística intitulada *Sometimes doing something poetic can become political and sometimes doing something political can become poetic* (2004), também conhecida como *The Green Line*, do artista Francis Alÿs, o texto buscou definir os conceitos apresentados no contexto do conflito Israel-Palestina, demonstrando como esse acontecimento se configura como um exemplo de imperialismo e como ele engendra simultaneamente operações estratégicas e táticas por parte de seus agentes. Ao longo da discussão, o artigo buscou demonstrar a insuficiência da concepção de Norte-Sul Global para a compreensão dessas formas de poder e das complexidades que elas carregam, uma vez que elas funcionam hoje por meio de uma indistinção entre exterior e interior. Com isso, os conceitos discutidos foram tensionados de modo a romper com uma aparente dicotomia, revelando que eles não apenas já pressupunham as atualizações teóricas sugeridas pela concepção de Norte-Sul, mas que eles também possuem o mérito de: 1) encarar essas experiências de dominação e resistência nas múltiplas dimensões que as fazem funcionar (política, econômica, social, cultural, epistemológica etc.); 2) servirem para pensar a individualidade dos fatos ao mesmo tempo em que não perdem de vista o horizonte mais amplo que estrutura tais

[8] Vale reconhecer que a noção de Sul Global pode servir como um título positivo de construção de uma identidade coletiva entre grupos de países colonizados e semicolonizados em contextos político-ativistas, mas isso não significa que ela possui o rigor necessário enquanto categoria analítica das relações de poder contemporâneas.

experiências; e 3) caracterizarem de maneira explícita a dinâmica imperialista e colonial que fundamenta as relações entre diferentes países no cenário global, mesmo no caso de nações aparentemente independentes, como o Brasil.

Ao fim, esses fatores respondem aos propósitos estipulados no início deste texto, que consistiam em expor as fragilidades da noção de Norte-Sul Global, questionar binarismos e apresentar formas de apropriação de saberes formulados em países imperialistas para pensar as realidades de países coloniais e semicoloniais. Longe de representarem uma conclusão, essas respostas indicam precisamente o sentido do termo chave que fornece o título temático desta edição da revista V!RUS, isto é, elas são propostas de *diálogos*. É em virtude desse diálogo que o artigo encerra com a defesa de que o resgate de perspectivas teóricas supostamente *antigas* em detrimento de outras mais *novas* serve como exemplo de um gesto que coloca a análise crítica da história do nosso pensamento, especialmente em seus recantos hoje distantes e estrangeiros, na frente de supostas novidades. É através de uma leitura do passado baseada na atenção e na sensibilidade, como a de um arqueólogo que trabalha com cuidado sobre os registros da nossa história e que não tem por objetivo reinventar o antigo sob o signo do novo, que poderemos compreender aquilo que nos tornou o que somos hoje e imaginar aquilo que poderemos ser.

Referências

Alÿs, F. & Devaux, J. (Diretores). (2004). *The Green Line* [Vídeo]. https://francisalys.com/the-green-line/

Bilmes, L., Hartung, W., Semler, S. (2024). United States Spending on Israel's Military Operations and Related U.S. Operations in the Region, October 7, 2023-September 30, 2024. *Watson School of International and Public Affairs*. https://watson.brown.edu/costsofwar/papers/2024/USspendingIsrael

Brandt, W. (1980). *North-South: A program for survival*. MIT Press.

Certeau, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer.* (22a ed). Editora Vozes.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização brasileira.

Fisher, T. (2011). Aesthetics and the Political: An essay on Francis Alÿs's "Green Line". *Cultural Critique*, *78*(1), 1–26. https://doi.org/10.1353/cul.2011.0012

Foucault, M. (2005). *A ordem do discurso.* (12a ed). Edições Loyola.

Foucault, M. (2009). Prefácio à transgressão. Em M. Foucault, *Estética: Literatura e pintura, música e cinema* (2a ed, p. 28–46). Forense Universitária.

Foucault, M. (2014). É inútil revoltar-se? Em M. Foucault, *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed, p. 76–80). Forense Universitária.

Foucault, M. (2017). *O que é a crítica? Seguido de a cultura de si*. Texto e Grafia.

Foucault, M. (2023). *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978).* (2a ed). Martins Fontes.

Herzl, T. (1960). *The complete diaries of Theodor Herzl*. (H. Zohn, Trans.). Herzl Press and Thomas Yoseloff.

Lenin, V. I. (2008). *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo.* (4a ed). Centauro.

Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Boitempo. *E-book*.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1 Edições.

Meari, L. (2014). Sumud: A palestinian philosophy of confrontation in colonial prisons. *South Atlantic Quarterly*, *113*(3), 547–578. https://doi.org/10.1215/00382876-2692182

Sacco, J. (2021). *Palestina*. Veneta.

Said, E. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.

Said, E. (2011). *Cultura e imperialismo*. Companhia das Letras.

Said, E. (2012). *A questão da Palestina*. Editora Unesp.

Santos, B. de S. (2013). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do sul* (p. 23–72). Cortez Editora.

Sauvy, A. (1986). Trois mondes, une planète. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, *12*, (p. 81-83). https://doi.org/10.2307/3768593

Taraciuk, Y. R. (2025). *Letras e mãos sobre muros; ou, a paisagem pichada/pixada: Uma análise do discurso de criminalização da pichação/pixação.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/291676

Weizman, E. (2012). *Hollow Land: Israel's architecture of occupation*. Verso.

RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA

RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS SUBJECT OF RESISTANCE

CEZAR PRADO

Cezar Maxwel do Prado é Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo. É Mestre e Bacharel em Filosofia, com pesquisas voltadas à Filosofia Política, especialmente ao campo dos Estudos Raciais e Queer. cezarprado.m@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/3417123855699438

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Prado, C. (2025). Racionais MC's: A constituição do negro drama como sujeito de resistência. V!RUS, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 279-289
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.237836

Resumo

Este ensaio tem por objetivo analisar, de um ponto de vista ético-político e nos utilizando de instrumentos teóricos contemporâneos, a produção musical do grupo de rappers Racionais MC's, os quais nos oferecem condições para refletir sobre uma práxis de resistência, algumas interlocuções com o movimento negro no Brasil e as confrontações necessárias a partir de uma tal reflexão. Dividiremos o ensaio metodologicamente em três seções, correspondentes aos períodos sucessivos da mencionada produção, com o objetivo de mostrar (1) como o grupo de rappers parte inicialmente de fortes posicionamentos de classe, acentuados em sua crítica contra a desigualdade racial e social, ao mesmo tempo em que mantém posicionamentos misóginos ainda neste momento inicial da sua produção; (2) de que modo este primeiro momento tem sua continuidade em um segundo período também marcado pela crítica social, adicionando-se o que chamo de um "devir-ostentatório" na produção do grupo, em que percebemos minimizada a crítica de classe; por fim, (3) tentaremos descrever como este devir-ostentatório se torna ainda mais manifesto no terceiro momento da produção do grupo, também caracterizado por certa crítica social e pelo abandono das posições misóginas anteriores. Esse percurso tem como resultante a ideia segundo a qual o sujeito de resistência possui aspectos simultaneamente assujeitados e subjetivantes, traduzindo uma subjetividade constituída pelos mecanismos de poder que lhe são exteriores, mas também pelo próprio trabalho ético de si sobre si.

Palavras-Chave: Racionais MC's, Raça, Mulheres, Classe, Subjetividade.

1 Introdução

Permaneço vivo, prossigo a mística

Vinte e sete anos contrariando a estatística

Mano Brown

O discurso racial tem uma longa história na cultura ocidental, operando divisões entre grupos humanos e corroborando desigualdades que, por essa mesma via, aparecem como "efeitos" de uma base racista naturalizada pelo saber científico moderno. A invenção da "raça", nesse sentido, serviu para a escravização de povos inteiros, para a segregação de populações e, ainda hoje, para a manutenção de privilégios políticos nos diversos lugares do mundo onde a colonização fez seu papel embranquecedor. Mesmo no Brasil, onde a maioria da população é negra, esta população permanece minoritária—assim como as mulheres—em relação aos lugares de poder no interior das instituições, das empresas e das diversas estruturas sociais que definem o cenário político do país. Dado o caráter histórico da identidade negra, com suas ramificações de caráter às vezes desmobilizador (e.g. a invenção da "parditude"), temos como ponto de partida para uma reivindicação política justamente essa categoria racial que ainda opera com grande força nas lutas contemporâneas contra a desigualdade. Uma grande parte dos movimentos identitários já reconhece, no entanto, o aspecto situacional e estratégico dessas categorias, abandonando essencialismos que historicamente serviram—e ainda servem—para hierarquizações dentro destes movimentos, tendo sua força enfraquecida diante da norma definida pela cultura branca e europeia. Meu objetivo neste texto, aproximando-se àquele intencionado pelos artistas que serão meu objeto de estudo, consiste, como diz Mano Brown, em "agregar uma ideia mais política a um ritmo mais dançante" (Vicente, 2022), elucidando as estratégias de subversão do movimento negro que nos conduzem a uma reflexão ético-política—a partir de um instrumental teórico foucaultiano, entre outros—sobre a condição do sujeito negro e periférico enquanto resultante de um processo de *assujeitamento* [*assujettissement*], mas também de *subjetivação* [*subjectivation*], compreendidos como processos de produção da subjetividade a partir (1) de mecanismos exteriores de poder e (2) do trabalho ético de si sobre si exercido pelo próprio sujeito (Foucault, 1975, pp. 30-31; 2004, p. 187).

A cultura *hip hop* surgiu na década de 1970 entre negros e latinos do subúrbio de Nova York, sendo introduzida no Brasil a partir da década de 1980, quando também surge, entre outros, o grupo Racionais MC's, um dos maiores representantes da cultura no país até hoje. Diferentemente das produções características da MPB, nas quais também encontramos inúmeras referências à cultura negra, os Racionais MC's surgem como um novo fronte de luta no combate ao racismo e à

desigualdade social, desta vez a partir de uma produção musical voltada não tanto para a classe média brasileira—como sempre foi, em grande medida, o caso da MPB—, mas especialmente para os grupos marginalizados de negros e pobres das grandes zonas urbanas do país, utilizando-se de uma linguagem ousada que se traduzia numa crítica muito mais dura às condições de vida impostas a estes grupos urbanos. O surgimento dos Racionais MC's, em 1988, ocorreu precisamente a partir da união entre artistas da zona sul (Mano Brown e Ice Blue) e da zona norte (KL Jay e Edi Rock) da cidade de São Paulo, os quais já realizavam trabalhos com a cultura *hip hop*. Destaca-se o fato de que o grupo surgiu logo após o final da ditadura, sendo fundado no mesmo ano em que foi promulgada a Constituição Federal, o que permitiu aos seus integrantes uma maior liberdade de palavra consoante à enorme coragem para denunciar em suas músicas a situação de miséria existente nas periferias, além da insistente violência policial cometida contra jovens negros e pobres, cujo destino era frequentemente marcado pelas drogas, pelo crime, pela vida em cárcere e pela morte advinda dessas mesmas condições.

Para uma análise mais minuciosa da produção musical dos Racionais MC's, dividirei a sua discografia em três momentos, cada qual caracterizado por certas problemáticas e por descontinuidades importantes que tentarei explicitar ao longo deste artigo.

2 "Estas letras intimidatórias"

O primeiro momento, entre os anos 1988 e 1994, releva de uma produção marcada pela forte afirmação de um sujeito negro de resistência, aquele que toma consciência da sua própria situação socio-histórica e que incita os demais a fazer o mesmo. Isso se evidencia no primeiro EP do grupo, intitulado *Holocausto Urbano* (1990), em que os assim considerados "indigentes" pela sociedade—sem nenhum segredo, nenhuma novidade—são os negros que "vivem como ratos jogados […] vítimas de uma ingrata herança", aos quais resta a possibilidade de uma mudança baseada na coerência dos atos conscientes. A falta de coerência, no caso, consistiria em não reconhecer os objetivos de um sistema que é a verdadeira causa de uma marginalidade crescente, cuja solução para muitos dos que a sofrem é roubar e se inserir mais profundamente no mundo do crime, corroborando de certo modo o mesmo sistema que reserva a cadeia aos que não obtêm sucesso por essa via. Além disso, os rappers fazem questão de ressaltar a identidade racial que se impõe sobre o negro marginalizado, realizando uma crítica sobre a homogeneização de classe efetuada por certos intelectuais: "Os sociólogos preferem ser imparciais / E dizem ser financeiro o nosso dilema / Mas se analizarmos bem mais, você descobre / Que negro e branco pobre se parecem / Mas não são iguais." Essa crítica enfatiza a posição de vulnerabilidade do sujeito negro que, mesmo sendo comparado ao branco em sua posição de classe, efetivamente sofre com a violência policial e com o estigma dos antecedentes criminais de modo mais acentuado que o indivíduo branco—condição evidenciada pela canção "Um homem na estrada", do disco *Raio-X do Brasil* (1993).

Esse sentimento de distância em relação à população branca, mesmo das classes menos privilegiadas, produz nela uma dúvida quanto à própria possibilidade de identificação com a produção artística do grupo. De fato, o sujeito privilegiado pelas canções não é o sujeito branco, mas com frequência o "pretinho", que *olha* o clube onde não pode entrar, que *olha* a quadra e o campo onde não tem acesso, que *olha* as pessoas consumirem sorvete, cinema e piscina quente, permanecendo apenas com seu desejoso olhar do lado de fora. É dessa exclusão sistemática que surge, representada nas letras do rap, uma indignação do negro marginalizado cuja consciência da sua posição lhe permite ao menos enxergar uma saída—e uma entrada—por via da autoformação e de "uma mente articulada" contra o racismo. Trata-se de enfrentar este racismo, na perspectiva dos rappers, do modo mais radical e intransigente, motivo pelo qual os "Racionais declaram guerra / Contra aqueles que querem ver os pretos na merda", como diz Edi Rock na faixa "Negro Limitado", do EP *Escolha seu Caminho* (1992). Maria Rita Kehl demonstra essa preocupação política ligada à impossibilidade de identificação ao perguntar, sentindo-se diretamente atacada pelas canções do grupo:

> Como escutar estas letras intimidatórias, acusatórias, frequentemente autoritárias, embaladas pelo ritmo que lembra um campo de trabalhos forçados ou a marcha dos detentos ao redor do pátio, que os garotos dançam de cabeça baixa, rosto quase escondido pelo capuz do moletom e os óculos escuros, curvados, como se tivessem ainda nos pés as correntes da escravidão? Por onde se produz a identificação que rompe a barreira da segregação e atravessa um abismo de diferenças, e faz com que adolescentes ricos ouçam e (por que não?) entendam o que estão denunciando os Racionais, e uma mulher adulta de classe média como eu receba a bofetada violenta do rap não

> como um insulto, mas como um desabafo compartilhado, não como uma provocação *pour épater* [para esmagar, privar do uso da pata (C.P.)], mas como uma denúncia que me compromete imediatamente com eles? (Kehl, 2000, p. 148).

Um segundo elemento que ainda caracteriza esse primeiro momento da produção musical dos Racionais, agora do lado oposto da crítica realizada por eles, consiste numa efetiva culpabilização—por um "Júri Racional" (cf. *Raio-X do Brasil*)—do negro "alienado", que permanece indiferente em relação à sua própria condição de assujeitamento. Na mesma faixa em que uma guerra é declarada contra os racistas, os rappers assumem nitidamente uma postura de arrogância (o que será admitido posteriormente por Mano Brown, como veremos) diante daqueles que ainda não tomaram consciência da sua situação histórica e de classe, permanecendo limitados pela "falta de postura" e sem "QI suficiente", remetidos à raiz dos seus problemas. O título do EP onde se encontra esta faixa sugere, numa via semelhante, a possibilidade de livre escolha para quem ouve a letra do rap, mesmo quando esta letra paradoxalmente denuncia, em outras canções, o caráter sistemático da marginalização imposta sobre o negro: "Cultura, educação, livros, escola / Crocodilagem demais, vagabundas e drogas / A segunda opção é o caminho mais rápido e fácil / A morte percorre a mesma estrada, é inevitável / […] Ter consciência ou se afogar na sua própria indiferença / Escolha o seu caminho (menos um vírus) / Ser um verdadeiro preto, puro e formado / Ou ser apenas mais um negro limitado". Digamos que o incômodo gerado por tais letras, afetando tanto a população branca quanto a parcela majoritária de negros, apoia-se neste caso sobre uma perspectiva ideológica, segundo a qual haveria uma realidade usufruída pelos indivíduos privilegiados sob a herança escravocrata e simplesmente ignorada, até mesmo desprezada, por aqueles cuja condição socio-histórica seria revertida através da coragem sustentada sobre a própria consciência.

Em terceiro lugar, este momento inicial da produção dos Racionais é também marcada por um firme posicionamento de classe e uma crítica explícita ao sistema capitalista. A burguesia é reconhecida como "classe nobre" que enriquece às custas da pobreza do povo negro, de quem tem nojo e ódio, para o qual ainda promove campanhas contra as drogas, falando do seu poder destrutivo, ao mesmo tempo em que lucra hipocritamente "com o álcool que é vendido na favela". É esta mesma classe privilegiada que os rappers denunciam como causadora e observadora do rotineiro holocausto urbano, pessoas que "nada trabalham, só atrapalham", exaurindo os trabalhadores para quem oferecem salários mínimos, enquanto acumulam a grande parte da riqueza produzida por esses mesmos trabalhadores, em sua maioria negra. A cada momento essa oposição de classe é apresentada ressaltando os objetivos torpes da classe burguesa para a destruição e o esgotamento da classe trabalhadora, sem deixar de ser enfatizado o caráter histórico dessa exploração que ocorre não por um dia ou dois, mas há "mais de quatrocentos anos". Também é pontualmente observado o fato de que a discriminação ocorre a todo o momento, sendo no entanto amenizada—elemento bastante importante para nossa análise —pelo consumo do povo negro que retroalimenta seu próprio trabalho, perfazendo a imagem de um país aparentemente mais igualitário: "Esse é o Brasil que eles querem que exista / Evoluído e bonito, mas sem negro no destaque / Eles te mostram um país que não existe / Escondem nossa raiz / Milhões de negros assistem / Engraçado que de nós eles precisam / Nosso dinheiro, eles nunca discriminam"—como dizem na canção "Voz Ativa" (*Escolha seu Caminho*). Por fim, destacam também a competitividade que caracteriza o sistema capitalista em consonância à precariedade que atinge os malsucedidos no interior deste mesmo sistema: "Na lei da selva consumir é necessário / Compre mais, compre mais / Supere o seu adversário / O seu status depende da tragédia de alguém / É isso capitalismo selvagem"—da canção "Mano na Porta do Bar" (*Raio-X do Brasil*).

Uma última consideração sobre este período, mas não menos importante, concerne às posições fortemente misóginas do grupo apresentadas em diversas letras, o que evidencia a falta de intersecção entre as pautas de raça e classe, por um lado, e as pautas de gênero, por outro. De algum modo, essas pautas *parecem* se interseccionar na visão dos rappers, na medida em que as afirmações misóginas acompanham de perto suas críticas contra o racismo e a exploração de classe, dando a impressão de que constituem uma só crítica, como constatamos na música "Júri Racional" (*Raio-X do Brasil*), cantada por Edi Rock e Ice Blue: "As vagabundas que você a vida toda elogiara / Se divertem hoje e riem da sua cara / Aquelas vacas usufruíram, usaram do pouco que você tinha / Até a última gota / No entanto, não há outra. E agora? / Você foi desprezado, jogado fora! / Você não precisa delas / Se existem negras tão belas, e pode ter as melhores / Por que ficar com as piores / Burguesas cadelas?" Percebemos que a crítica sobre as mulheres, escamoteada sob um suposto interesse natural que nutrem pelo dinheiro, acaba por rebaixá-las a cada verso, exaltando o homem negro que, sendo vítima de outros males que já o assolam socialmente, não se deixa iludir por um tipo de indivíduo que deseja explorá-lo ainda mais. Os

contornos machistas dessa crítica revelam, de certa maneira, uma espécie de paranoia generalizada contra toda possível ameaça à condição econômica do homem negro, cuja precariedade reforça os estigmas sociais da "mulher interesseira", onde percebemos que o problema efetivamente reside na falta de intersecção dos problemas políticos ignorada, neste momento, pelos Racionais. Essa posição misógina, apesar dos "ganhos" que pode ter produzido entre os ouvintes homens do grupo (i.e. a corroboração de posturas que já existiam entre uma população negra e pobre sob influência da cultura cristã-ocidental), tem por resultado uma crítica totalmente infundada sobre o movimento feminista, considerado majoritário na voz de Mano Brown:

> Derivada de uma sociedade feminista / Que consideram e dizem que somos todos machistas / Não quer ser considerada símbolo sexual / Lutam para chegar ao poder, provar a sua moral / Numa relação a qual não admite ser subjugada, passada pra trás / Exige direitos iguais, certo mano? / E do outro lado da moeda, como é que é? / Pode crê, pra ela, o dinheiro é o mais importante / Seu jeito vulgar, suas ideias são repugnantes / É uma cretina que se mostra nua como objeto / É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo. ("Mulheres Vulgares", do álbum *Holocausto Urbano*).

3 Eu era a carne, agora sou a própria navalha

Com o lançamento do disco *Sobrevivendo no Inferno* (1997), considerado uma espécie de "teologia da sobrevivência" por seu forte teor espiritual e por seu caráter positivamente marginal (Oliveira, 2018, p. 32), temos alguns deslocamentos importantes na postura ético-política dos Racionais MC's, embora também se mantenha uma dura crítica social. Cada palavra pronunciada nos versos, como diz Mano Brown, tem o valor de um "tiro" e, nesse sentido, vale como instrumento de luta contra a opressão da população negra e periférica. Essa estratégia de luta, associando elementos políticos e religiosos, atribui a decadência de "um preto tipo A", transformado num "neguinho", às tentações do demônio que contamina o caráter do sujeito negro — através de meios como "rádio, jornal, revista e outdoor" — até roubar sua própria alma, comprando-a com um dinheiro sujo através do mundo do crime. Não é casual o fato deste álbum se abrir com a oração de São Jorge, explicitamente associado a Ogum, para proteger os rappers em sua empreitada, revelando deste modo um sincretismo de alto valor cultural na produção musical do grupo. Todo esse conjunto de elementos espirituais se associa, numa continuidade aos discos anteriores, a uma forte crítica social que leva em conta a história do Brasil e da violência policial que afeta o povo negro, tal como exemplificada na descrição do Massacre do Carandiru (ocorrida em 2 de outubro de 1992, matando 111 pessoas) através da música "Diário de um Detento", escrita conjuntamente por Mano Brown e pelo ex-detento Jocenir, sobrevivente do massacre (Jocenir, 2001, pp. 99-102). Esta canção denuncia a total negligência do poder público com a população carcerária, submetida a condições, geralmente ocultas ao olhar público, de extrema precariedade e violência, enquanto o governador é referenciado nominalmente ("Fleury e sua gangue") como possibilitador de uma chacina friamente executada, ao mesmo tempo em que goza de "caviar e champagne" com seus aliados. Deslocando um instrumento teórico de outro lugar para analisar este álbum, poderíamos facilmente dizer que também se trata, aqui, de uma "espiritualidade política" colocada em prática pelos rappers (Foucault, 1994b, p. 694).

Antes de avançar aos pontos de descontinuidade maior na produção do grupo, ressalto alguns elementos de crítica social também presentes em outro álbum deste mesmo período (1997-2006), por mim classificado como o "segundo momento" dos Racionais MC's[1]. Em 2002, temos o lançamento de *Nada Como Um Dia Após o Outro Dia*, no qual encontramos faixas muito famosas tais como "Vida Loka Pt. 1", "Negro Drama", "Eu Sou 157", "Jesus Chorou" e "Da Ponte pra Cá". Trata-se de um álbum que inevitavelmente retoma temas como o racismo, a violência policial, a criminalidade e a história do Brasil, desta vez referenciando "as conquistas científicas, espaciais e medicinais" que abrem o século XXI, dando a esperança de um futuro melhor para as populações periféricas que sofrem com estes problemas, descritos em letras, de todo modo, pungentes. O cotidiano do negro periférico é caracterizado como um constante "teste de sobrevivência", reconhecendo-se a dificuldade que este sujeito tem em se tornar um empresário ou mesmo para estudar, sendo antes necessário trabalhar em ocupações que garantam uma vida minimamente digna da maneira menos árdua possível: "Ser criminoso aqui é bem

[1] O primeiro momento de produção musical do grupo (1988-1994) se fecha, em minha análise, com a coletânea *Racionais MC's*, de 1994, na qual os rappers agregam as produções de *Holocausto Urbano* (1990), *Escolha seu Caminho* (1992) e *Raio-X do Brasil* (1993). Este segundo momento seria aberto, por sua vez, com o álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e se fecharia com a coletânea ao vivo intitulada *1000 Trutas, 1000 Tretas* (2006), onde também são reunidas somente as produções anteriores do grupo.

mais prático / Rápido, sádico ou simplesmente esquema tático / Será instinto ou consciência / Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência?" Neste contexto, o crime assume um lugar central, sendo novamente remetido a um domínio religioso que, de certo modo, justifica os atos cometidos pelo criminoso, como percebemos na música "Vida Loka Pt. 2", na qual Dimas—o homem crucificado ao lado de Jesus e por ele perdoado, por reconhecê-lo como Deus (Bíblia, 2002, Lucas 23:39-43)—é considerado o "primeiro vida loka da história". Se engana quem vê na obra dos Racionais, porém, uma apologia à criminalidade, pois não se trata exatamente de exaltar a figura do bandido, mas de se colocar ao lado dele (sem se identificar plenamente com ele) para explicitar uma estratégia de sobrevivência social (Oliveira, 2018, p. 35), como já era claro em "Diário de um Detento", onde Mano Brown afirma explicitamente que "A vida de bandido é sem futuro". Essa ausência de apologia ao crime também é patente no próprio álbum de 2002, em que o ladrão geralmente é retratado com um final trágico, apesar de suas ações denotarem uma afronta ao sistema que o oprime:

> O neguinho vinha vindo, do que vinha rindo? / O pesadelo do sistema não tem medo da morte / Dobrou o joelho e caiu como um homem / Na giratória, abraçado com o malote / Eu falei, porra! Eu não te falei?! Não ia dar! / Pra mãe dele, quem que vai falar, quando nóis chegar? / Um filho pra criar, imagina a notícia / Lamentável, vamo aí, vai chover de polícia. ("Eu Sou 157"; ênfase minha)

Diferentemente do primeiro momento da produção musical dos Racionais, em que o sujeito negro e periférico era tratado como "alienado" e "limitado" na medida em que não agia segundo uma certa consciência histórica e de classe, este segundo momento é caracterizado por uma empatia muito maior em relação ao mesmo sujeito, sobretudo aquele que desanda na vida do crime e no consumo de drogas, tendo em vista suas condições de fragilidade socioeconômica e a facilidade de amenizar tamanho sofrimento por via de entorpecentes. Quando Ice Blue sugere, ao seu amigo Mano Brown, se afastar dos indivíduos viciados que vê "[…] na beira do asfalto / Tragando a morte, soprando a vida pro alto", Brown responde a partir de uma posição bastante humilde: "Veja bem, ninguém é mais que ninguém / Veja bem, veja bem, e eles são nossos irmãos também". Essa posição não é, como no caso da criminalidade, uma exaltação do indivíduo viciado, antes correspondendo a uma compreensão maior das condições sociais e mesmo espirituais pelas quais ele chegou até aquele lugar, associando suas ações à felicidade do diabo: "Mas quem sou eu pra falar de quem cheira ou quem fuma? / Nem dá, nunca te dei porra nenhuma / Você fuma o que vem, entope o nariz / Bebe tudo que vê, faça o diabo feliz" (Capítulo 4, Versículo 3). Do mesmo modo, aqueles que são capturados pelo sistema penal são entendidos como produtos de uma poderosa "química" em que se misturam, entre diferentes relações de vida e afetos pessoais, certos elementos investidos social e politicamente: "Cada detento, uma mãe, uma crença / Cada crime, uma sentença / Cada sentença, um motivo, uma história / De lágrima, sangue, vidas e glórias / Abandono, miséria, ódio, sofrimento / Desprezo, desilusão, ação do tempo / Misture bem essa química / Pronto: eis um novo detento" (Diário de um Detento). Não se trata mais de culpabilizar moralmente, portanto, os indivíduos que se abandonam ao mundo das drogas e do crime, mas de compreender sua realidade apontando as causas maiores — históricas, sociais, políticas, etc. — da sua conduta, refratária em se transformar.

Mano Brown identifica essa mudança de perspectiva, sobretudo a partir do álbum de 2002, quando a periferia não é mais retratada "tanto como oprimida e enganada", visto que "ali a periferia tá errando ou acertando, ela tá opinando e tá pondo pra frente". A perspectiva arrogante de uma "periferia submissa, ignorante, alienada" é, portanto, contestada por Brown[2] em favor de uma perspectiva mais generosa que leva em conta não apenas o assujeitamento do indivíduo periférico, mas especialmente seus aspectos subjetivantes. Isso é evidenciado pela canção "Negro Drama", na qual é retratado o sujeito negro e periférico que vive "entre e o sucesso e a lama", com um grande sentimento de cobrança recaindo sobre si em sua busca por melhores condições de vida, carregando consigo o trauma "pra não ser mais um preto fodido". O negro drama, condicionado por uma cultura que lhe é imposta, dirige-se a um interlocutor que ele sabe ser branco ou não periférico, para quem formula interpelações ásperas que enfatizam a comum conivência da população branca com a violência — amiúde policial — exercida sobre o povo negro: "Você deve estar pensando o que você tem a ver com isso / Desde o início, por ouro e prata / Olha quem morre, então, veja você quem mata / Recebe o mérito a farda que pratica o mal / Me ver pobre, preso, morto já é cultural". Em contramão a essa opressão ligada ao racismo estrutural que recai sobre sua pessoa, o negro drama representado na voz de Edi Rock reconhece a si mesmo como um "exemplo de vitória, trajetos e glórias",

[2] Cf. VICENTE, Juliana (Diretora). (2022). *Racionais MC's: Das ruas de São Paulo pro mundo* [Documentário]. Preta Portê Filmes.

transformando-se de “carne” em “navalha”, ao mesmo tempo em que não perde de vista sua origem periférica, cuja miséria pode ser amenizada pelo dinheiro, mas com o qual não é de modo algum possível — tampouco desejável — arrancar de dentro de si a favela da qual provém (Zeni, 2004, p. 226-227). Portanto, o sujeito de resistência constituído pelo negro drama, em suas adversidades e batalhas cotidianas contra o “senhor de engenho” que ainda subsiste naqueles que visam oprimi-lo e até mesmo destruí-lo, não é um sujeito meramente assujeitado pelos poderes que permeiam a sociedade, sendo também um sujeito subjetivante que ativamente se constitui através de um modo de vida afirmador da sua própria posição e subversivo em relação à mesma.

Interessa-nos destacar, neste contexto de produção dos Racionais, certa continuidade às críticas de classe que mencionam explicitamente, ao menos de passagem, o capitalismo como causa de uma situação que conduz ao mundo do crime (“A Vida é Desafio”, em *Nada Como Um Dia Após o Outro Dia*). No álbum de 1997, o termo “capitalismo” não aparece, tornando essa relação causal menos explícita. Porém, encontramos nele considerações que recaem invariavelmente sobre a desigualdade entre classes, na medida em que denuncia a condição do trabalhador que tem seu tempo quase integralmente ocupado pelo trabalho, necessitando fazer hora extra para alimentar a si mesmo e sua família, essa hora extra que funciona como “esmola de patrão, cuzão, milionário”. Sem esse regime de trabalho, de aspecto extenuante, pode-se facilmente perguntar: “Se a escravidão acabar pra você / Vai viver de quem, vai viver de quê?” (Periferia é Periferia) – o que certamente denota a exploração de classe característica de uma sociedade capitalista. Por outro lado, ambos os discos apresentam o que eu denominaria de um “devir-ostentatório” do rap produzido pelos Racionais MC’s a partir deste momento, embora a ostentação seja firmemente recusada em alguns versos, por exemplo: “Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação / Pode rir, ri, mas não desacredita não” (em “Vida Loka Pt. 2”, de *Nada Como Um Dia...*). O caráter ostentatório do rap se apresenta de modo mais evidente não só em outros versos da mesma canção, onde o rapper exalta uma situação de vida onde pode gozar de certos itens de luxo, tais como um “cordão de elite, 18 quilates” ou um relógio Breitling, como também em diversas outras canções em que afirma não ser uma “questão de luxo”, mas de “fartura”, a possibilidade de consumir todos os itens de uma loja – o balcão, o espelho, o estoque, a modelo — e viver num “mundo igual Cidadão Kane” (Da Ponte pra Cá). Temos neste segundo momento da produção dos Racionais, nesse sentido, uma disposição um tanto paradoxal dos posicionamentos de classe sustentados em cada letra, os quais se tornam no terceiro momento, como desejo mostrar adiante, alinhados a um modo de vida cada vez mais ostentatório e menos preocupado com as questões econômicas que influem na exploração da população negra, apesar da sua ainda tímida ascensão social no mundo contemporâneo.

Por fim, observamos que este segundo momento ainda retém diversos posicionamentos misóginos, seguindo aqueles já presentes no primeiro momento da produção musical do grupo, além de acrescentarem posicionamentos homofóbicos e transfóbicos. No álbum de 1997, Mano Brown retrata a imagem de uma pessoa que, sendo aparentemente uma mulher trans, prostitui-se para ganhar sua vida de maneira não menos louvável que um homem visando enriquecer através do crime: “Em troca de dinheiro e um carro bom / Tem mano que rebola e usa até batom” (Capítulo 4, Versículo 3), versos que revelam uma postura transfóbica do rapper escamoteada sob uma crítica de classe, como se a pessoa em questão valorizasse o dinheiro antes de uma vida “mais honrosa”, porque “não vendida” ao capital, ou algo semelhante. No álbum de 2002, por sua vez, além de Edi Rock apresentar o “amor entre homem, filho e mulher” como uma “verdade universal” (A Vida é Desafio), revelando uma postura explicitamente homofóbica, ainda temos uma das faixas mais misóginas produzidas pelos Racionais, intitulada “Estilo Cachorro”, em que Mano Brown inicia sua parte dizendo: “Fale o que quiser, o que é, é / Verme ou sangue bom, tanto faz pra mulher / Não importa de onde vem, nem pra que / Se o que ela quer mesmo é sensação de poder”. Ao longo de toda a canção, a mulher é retratada como interessada por dinheiro e poder, assumindo uma posição submissa e dissimuladora frente ao homem. Ice Blue segue o mesmo tom machista, descrevendo uma “agenda” que possui de nomes e horários da semana nos quais encontra certas mulheres, cada qual supostamente interessada em seus bens materiais e no seu dinheiro:

> Segunda, a Patrícia; terça, a Marcela / Quarta, a Raissa; quinta, a Daniela / Sexta, a Elisângela; sábado, a Rosângela / E domingo? / É matinê, 16, o nome é Ângela / Tenho uma agenda com dezenas de telefones / Uma lista de características e os nomes / Qual é a fonte parceiro? / Ah, isso não é segredo / Colo de moto, tá ligado, tenho dinheiro / As cachorras ficam tudo ouriçada quando eu chego / Eu ponho pânico, peço Champanhe no gelo / Aquele balde prateado, em cima da mesa / Dá o clima da noite, uma caixa de surpresa / Fico ali olhando, sentado, filmando / Só maldade pra

> lá e pra cá, desfilando / Elas fazem de tudo pra chamar sua atenção / Para, taca na cara, na pretensão / Cola de calça apertada, boca de sino / De blusa decotada, perfumada e sorrindo.

4 Os Racionais MC's no século XXI: novas estratégias de sobrevivência

O terceiro momento na produção dos Racionais, por mim situado entre 2013 e 2023 (entre álbuns solos e do próprio grupo)[3], marca uma postura fortemente preocupada com o mundo contemporâneo, especialmente no Brasil, junto a suas transformações sociais, políticas e estéticas. Depois de *Nada Como Um Dia Após o Outro Dia* (2002), aguardamos 12 anos para o lançamento do álbum *Cores & Valores* (2014), recebido por apreciações muito diversas, mas ainda representando uma realidade muito atual. O ponto mais crítico do álbum, sem dúvida, concerne ao sujeito negro em sua ascensão socioeconômica no sistema capitalista, sem deixar de haver reflexões que enfatizam a persistente desigualdade entre classes, porém, introduzindo um conteúdo ostentatório evidente em diversas letras e nos comentários de pesquisadores especializados[4]. Na faixa intitulada "Eu Compro", percebemos essa tensão entre, por um lado, o progressivo aumento do poder aquisitivo do negro periférico que se introduz em espaços sociais até então inacessíveis e, por outro, a exacerbada vontade em adquirir itens de luxo com certo tom meritocrático nos versos: "Financiar o seu sonho e acreditar em você / Seu limite cê que sabe, quer chegar aonde? / Ter helicóptero no iate, conquiste sua condição / Sem trauma, malandragem é viver". A mesma canção retoma elementos de álbuns anteriores, transformando em *loops* o verso "Na mão de favelado é mó guela", de Vida Loka Pt. 2 (*Nada Como Um Dia…*) e reformulando a crítica de "Fim de Semana no Parque" (*Sobrevivendo no Inferno*) com versos que explicitam a inacessibilidade de indivíduos negros marginalizados em espaços consagrados de consumo: "Olha só aquele shopping, que da hora / Com uns moleques na frente pedindo esmola" (vertendo o que era "Olha só aquele clube, que da hora […] / Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora").

Tendo em vista o movimento geral de produção musical dos Racionais, constatamos um deslocamento considerável de posições concernentes à crítica de classe, pois se em *Escolha seu Caminho* (1992) tal crítica incidia diretamente sobre o caráter totalmente supérfluo do consumo de itens caros em comparação com "uma mente articulada" (Negro Limitado), no álbum de 2014 prevalece a perspectiva de adaptação às "leis da rua" que aparentemente forçam o indivíduo a ser bem-sucedido no mundo dos negócios, enriquecendo ao ponto de poder adquirir qualquer item antes exclusivo das classes mais abastadas: "Ninguém se fere, quero espécie, dinheiro / Nada pessoal, o assunto é financeiro / Difícil compreender se as ruas tem as suas lei [*sic*] / Não são minha linhas [*sic*], inventei, eu me adaptei" (Somos o Que Somos). Nessas letras, os rappers denunciam o racismo que se esconde por trás do desconforto da classe privilegiada ao ver um indivíduo negro se apropriando da sua exclusividade consumista, pois "Mesmo podendo pagar / Tenha certeza que vão desconfiar / Pois o racismo é disfarçado há muitos séculos / Não aceita seu status, nem sua cor" (Eu Compro). Essa denúncia nos remete à herança colonial que tenta distinguir o máximo possível a posição social do indivíduo branco em relação ao negro, herança esta que tenta ignorar as apropriações de símbolos que caracterizam os estratos sociais mais abastados por aqueles que, através de uma luta histórica, não se deixam permanecer numa posição de submissão. Deste modo, o herdeiro colonial "olha o Outro vestido como ele e não se reconhece", como num "jogo de espelhos desconcertante do encontro de classes da sociedade brasileira" (Pinheiro-Machado & Scalco, 2014, s.p.).

Retomando os conceitos deleuzianos de "desterritorialização" e "reterritorialização", podemos dizer que a inserção do sujeito negro em espaços privilegiados de poder, em especial aqueles definidos por uma certa condição econômica, representam certamente uma ampliação das margens de ação da população negra em geral, doravante aceita em tais espaços — por via do capital, deixemos isso muito claro — apesar do incômodo experimentado pela classe burguesa. Trata-se de uma desterritorialização que, ao mesmo tempo, libera o sujeito negro das estratégias de dominação produzidas por uma matriz econômica de poder, levando em conta um longo processo histórico de resistência, mas também amplia essa mesma matriz por um processo de reterritorialização através de novas estratégias de controle. Estas últimas, como vimos acima, são exemplificadas na adoção de condutas ostentatórias em relação a artigos de luxo produzidos por empresas que exploram

---

[3] Podemos enumerar as seguintes produções deste período: *Contra Nós Ninguém Será* (2013) [Álbum solo de Edi Rock], *Cores & Valores* (2014) [Álbum do grupo], *Boggie Naipe* (2016) [Álbum solo de Mano Brown] e *Racionais 3 Décadas* (2023) [Coletânea ao vivo].

[4] Para uma análise minuciosa deste álbum, recomendo a leitura da monografia de Alex de Cassio da Silva, intitulada *Cores & Valores: Racionais MC's, ascensão da classe C e ocaso do arranjo político da Nova República*, defendida como trabalho de conclusão de curso, em 2021, no Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

o trabalho amiúde realizado pela população negra assalariada, quando não utiliza o trabalho escravo de diferentes populações ao redor do mundo. Ice Blue exerce hoje o cargo de vice-presidente da GR6, a maior produtora de funk do Brasil, em evidente alinhamento às produções de funk ostentação que chegam a bilhões de visualizações em plataformas como o YouTube, além de afirmar que o movimento negro precisa "jogar o jogo" como estratégia para a quebra de paradigmas: "O funk deixou as pessoas periféricas milionárias, fazendo os moleques sonharem com coisas que, na minha infância, não tinha o direito de sonhar. Não existia." — afirma o rapper em entrevista à *Folha de São Paulo* (Bergamo, 2024). É interessante observar que a luta política, assim desdobrada por diferentes frontes, interliga questões raciais e de classe segundo uma via de mão dupla, pela qual a resistência impulsionada por um lado reverbera em contraestratégias reterritorializantes por outro.

Problemática semelhante ocorre na mudança de posição dos Racionais em relação às mulheres, aos gays e às pessoas trans, em favor dos quais temos neste terceiro momento declarações respeitosas e até mesmo de admiração ao gênero feminino. Esses novos posicionamentos sobressaem em faixas como "Eu Te Disse" e "Eu Te Proponho", do álbum *Cores & Valores*, nas quais a relação entre homem e mulher não é mais marcada pela traição (como em "Estilo Cachorro"), mas pela confiança e pelo deslumbramento do rapper para com uma só mulher, fazendo-se ainda homenagens a artistas reconhecidos por suas letras românticas, tais como Roberto Carlos, Gilberto Gil, Cazuza e Marina Lima: "Baby, eu te proponho / Meu jardim secreto, a casa do meu sonho / Matriz do meu lugar, onde você poderia nadar [...] Peço discrição por mais de mil motivos / Não por nada, um pouco possessivo, perdão" ("Eu Te Proponho"; Da Silva, 2021, p. 73). Esta inflexão ético-política em relação às mulheres no rap dos Racionais pode ser atribuída, em certa medida, à migração do público periférico ao funk, em que as mulheres aparecem mais como protagonistas, destacadas por sua beleza e sensualidade (em que não se exclui um certo sexismo), ao invés de serem tão apenas desprezadas por uma suposta dissimulação interessada (Pereira, 2014, s.p.). No álbum solo de Mano Brown, intitulado *Boogie Naipe* (2016), temos um reflexo desses deslocamentos em faixas como "Mulher Elétrica", onde a mulher é associada à riqueza referenciada em certas marcas de luxo (Dolce & Gabbana, Louis Vuitton, etc.) e ao hipnotismo daquele que se sente atraído por ela, permanecendo não de todo acessível na "agenda" do rapper. Em algumas entrevistas, Brown tece elogios a artistas como Pabblo Vittar, Anitta, Ludmilla e Linn da Quebrada, reconhecendo que "toda luta é válida", especialmente quando se trata de introduzi-la no mundo artístico, e que o próprio universo do *hip hop* — desde muito dominado pelos homens — tem se tornado mais feminino, mais ocupado por mulheres, as quais promovem a maior parte das mudanças nos diferentes ramos musicais (Balsemão, 2018; Assef, 2017).

5 Considerações finais

O percurso aqui descrito da produção musical dos Racionais, ao invés de representar uma "evolução" de posições ético-políticas ou uma linearidade qualquer, representa um conjunto de problemas entrelaçados envolvendo a situação histórica de sujeitos marcados por sua cor, por sua condição periférica, por seus preconceitos, por suas vivências. Não cabe a mim formular um julgamento moral que enquadre cada produção atribuindo-lhe um valor específico, como se não fosse possível reconhecer em todas elas uma força política de certo modo necessária ao seu próprio tempo, concomitante a outros modos de ver o mundo que partem de outras perspectivas. Isso não significa que devo me isentar de uma posição política quanto ao racismo, à misoginia e aos problemas de classe, entre outros que invariavelmente constituem nosso *ethos*, nossa maneira situada de lidar com as coisas e que consideramos preferíveis em detrimento de outras. Meu trabalho enquanto intelectual implica uma tarefa crítica de perscrutar o íntimo das coisas, aquilo que permanece pouco evidente, as brechas interpretativas que dão margem aos acontecimentos de nossa vida cotidiana, os lugares onde predomina o silêncio e as possibilidades de pensar para além do imediatamente constatável. Sei muito bem, no entanto, que este trabalho não se realiza sozinho, sendo condicionado de todos os lados por minhas relações e minha cultura em geral, esta mesma que faço objeto de minha infindável crítica. Não fosse a existência dos Racionais, cujas letras certamente inspiram milhares de outros jovens negros como eu, em diferentes momentos desde a década de 1980 até hoje, não haveria este texto, estas problemáticas assim apresentadas, este trabalho de pensamento. Não cabe a mim o papel de juiz moral, mas sim, como diria Michel Foucault (1994a, p. 725), de cartógrafo das estratégias que atravessam o campo político, valorizando menos a própria escrita do que sua potência de se carbonizar como um "coquetel molotov".

A trajetória dos Racionais nos interessa sobremaneira na medida em que constitui por si só uma primorosa estratégia de resistência. Suas canções permitem uma profunda reflexão sobre a condição do sujeito negro nas periferias urbanas, sobre

a possibilidade efetiva de realização dos seus sonhos e sobre os impedimentos para uma tal realização, com frequência constituídos por aquilo que lhe parece mais evidente no corpo social em que vive. Neste texto, tentei descrever o movimento de um grupo que parte de posicionamentos fortemente críticos contra a desigualdade social, aquela que recai especialmente sobre o povo negro, mas mantendo durante boa parte do seu percurso opiniões um tanto estreitas sobre a luta feminista, que contribuirá interseccionalmente para o seu sucesso ulterior; tentei mostrar como esses posicionamentos vão paulatinamente se transformando e assumindo lugares, privilegiando novos frontes de luta e abrindo mão de outros. É evidente que nos cabe não somente criticar os contornos finais dessa trajetória, em que a exploração capitalista deixa de ter pertinência porque se concebe a possibilidade da periferia enriquecer, como se muitos negros dramas ainda não pudessem enxergar tão somente "uma estrela, assim, longe meio ofuscada"; cabe a nós, antes de tudo, nos colocarmos numa posição de compreensão dessa atitude e perguntarmos sinceramente: de que modo uma parcela inteira da população, subjugada no interior de uma cultura capitalista, pode ascender socialmente sem se utilizar daqueles instrumentos que parecem ser dos mais pertinentes no próprio exercício do poder que caracteriza essa mesma cultura? Se o materialismo histórico teve alguma razão em dizer que as condições materiais de existência são essenciais para as relações políticas e ideológicas de uma sociedade, estas não sendo exatamente *determinadas*, mas fortemente *condicionadas* por aquelas, como ignorar a total ausência de pessoas negras em posições materiais privilegiadas nesta mesma sociedade que ainda consideramos marcada pela desigualdade? Em outras palavras: enquanto a revolução proletária não ocorre, pelos diversos fatores que impedem a sua execução, como não enxergar uma verdadeira estratégia de sobrevivência — mais ou menos inconsciente, se quiserem — sendo praticada por uma enorme quantidade de indivíduos que não veem outra saída da sua condição precária senão por via do enriquecimento às custas da exploração do trabalho alheio?

Creio que devemos ser empáticos às estratégias de sobrevivência daqueles que mais sofrem no interior de uma sociedade injusta, não para justificá-los, mas para redirecionarmos nosso sentimento de indignação. Como dizia um famoso materialista histórico, o capitalista deve ser considerado antes de mais nada como uma *função* que cumpre seu papel dentro de um sistema muito maior que ele, representando o capital corporificado, este capital que o impele a ser uma pessoa de comportamentos desprezíveis, mas ainda assim uma *pessoa* muito longe de ser o próprio capital[5]. Nós sabemos que a luta política não deve ocorrer somente no fronte econômico, que nossas vidas não se reduzem a trocas econômicas, em suma, que não somos economicistas. As lutas contemporâneas lidam com diferentes pautas e posições de combate, não devendo ser hierarquizadas como se houvesse um "elo mais fraco" ao qual dar atenção maior, negligenciando outros problemas igualmente pertinentes. A "resolução" de um problema como o racismo não vai se dar com uma única estratégia, por uma única via seja lá qual for, mas por uma cuidadosa análise do campo político em que nos situamos e pela contínua transformação dos modos de pensar que levem em conta as dificuldades do povo negro para se manter vivo. Nesse sentido, finalizando essa ainda breve reflexão, dedico este texto-molotov aos Racionais MC's e à enorme potência de criação que perfizeram e promoveram ao longo de sua trajetória, cujos frutos colhemos e saboreamos com diferentes paladares. Também aos jovens negros de periferia desejo a mais dura e firme obstinação da luta, deposito neles as minhas esperanças, deixo a todos o meu salve!

Referências

Assef, C. "Prestes a estrear show do disco solo, Mano Brown dá a letra: 'o discurso masculino tá esvaziado. As mulheres tão puxando o bonde das ideias'". In: *MusicNonStop UOL*, 03-05-2017 (acesso: 17/01/2025)

Balsemão, R. "'Hoje a luta das pessoas é individual. Não vejo mais luta de classes', afirma Mano Brown". In: *GZH*, 01-02-2018 (acesso: 17/01/2025)

Bergamo, M. (Coluna). "O funk trouxe liberdade, e pessoas periféricas ficaram milionárias, diz Ice Blue, do Racionais". In: Folha de São Paulo. Por Manoella Smith, 29.jun.2024, às 23h00 (acesso: 17/01/2025).

---

5 "*Après moi, le déluge!* [Depois de mim, o dilúvio!] é o lema de todo capitalista e toda nação capitalista. […] [Mas] isso não depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas e inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista" (Marx, 2013, p. 342).

BÍBLIA. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Editora Paulinas, 2002.

Brown, M. *Boggie Naipe*, Boggie Naipe Store, 2016.

Silva, A. C. *Cores & Valores: Racionais MC's, ascensão da classe C e ocaso do arranjo político da Nova República*. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso ao Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

Foucault, M. *Dits et écrits II*. Paris : Éditions Gallimard, 1994a.

Foucault, M. *Dits et écrits III*. Paris : Éditions Gallimard, 1994b.

Foucault, M. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France, 1977-78, Paris : Éditions Seuil/Gallimard, 2004.

Foucault, M. *Surveiller et punir*. Paris : Éditions Gallimard, 1975.

Jocenir. *Diário de um detento*. 2a edição, São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

Kehl, M. R. "A fratria órfã – o esforço civilizatório do rap na periferia de São Paulo". In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. XV, n. 1, Jan./Jun. 2000.

Marx, K. *O capital*. Livro 1. Trad. Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Oliveira, A. S. de. "O evangelho marginal dos Racionais MC's". In: *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Pereira, A. B. "Funk ostentação em São Paulo: imaginação, consumo e novas tecnologia da informação e da comunicação". *Revista Estudos Culturais*, 1(1), 2014.

Pinheiro-Machado, R, & Scalco, L. M. "Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil". In: *Revista Estudos Culturais*, 1(1), 2014.

Racionais MC's. *1000 trutas 1000 tretas*. Direção de Ice Blue, Mano Brown e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Cosa Nostra, 2006. 1 DVD (126 min.).

Racionais MC's. *Cores & Valores*. São Paulo: Cosa Nostra, 2014. 1 CD (32 min.).

Racionais MC's. *Escolha seu caminho*. São Paulo: Zimbabwe Records, 1992. 1 LP (22 min.).

Racionais MC's. *Holocausto urbano*. São Paulo: Zimbabwe Records, 1990. 1 LP (29 min.).

Racionais MC's. *Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 2 CD (107 min.).

Racionais MC's. *Racionais 3 Décadas*. Boggie Naipe Store, 2023.

Racionais MC's. *Raio-X Brasil*. São Paulo: Zimbabwe Records, 1993. 1 LP (39 min.).

Racionais MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. 1 CD (73 min.).

Racionais MC's. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Rock, E. *Contra Nós Ninguém Será*, Bagua Records, 2013.

Vicente, J. (Diretora). (2022). *Racionais MC's: Das ruas de São Paulo pro mundo* [Documentário]. Preta Portê Filmes.

Zeni, B. "O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva". In: *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004.

TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO

FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE

ANA LUIZA RIBEIRO CARVALHO, DINAH TEREZA PAPI DE GUIMARAENS

Ana Luiza Ribeiro Carvalho é Arquiteta e Doutoranda no Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Estuda técnicas vernaculares e identidade cultural do povo Guarani na representação do patrimônio nacional. analuizacarvalho@id.uff.br
http://lattes.cnpq.br/4862373368629504

Dinah Tereza Papi de Guimaraens é Arquiteta e Doutora em Antropologia Social. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa sobre antropologia cultural e estética, cultura indígena e afro-brasileira e popular. dinahguimaraens@id.uff.br
http://lattes.cnpq.br/2261328991405752

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Carvalho, A. L. R. & Guimaraens, D. T. P. (2025). Tecnologia vernacular das mulheres Guarani Mbya e patrimônio cultural biodiverso. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 290-304. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239974

Resumo

Este artigo trata sobre a tecnologia vernacular do pensamento arquitetônico das mulheres guarani mbya como patrimônio cultural biodiverso e prática de resistência frente à colonialidade arquitetônica. Objetiva-se evidenciar o conceito de corpo-território, no qual natureza, gênero e cultura formam um sistema integrado. Para isso, parte-se do estudo dos trançados em bambu, utilizados nos artesanatos e considerados sagrados, sendo associados ao mito de criação feminina. Analisa-se como a imposição de modelos arquitetônicos hegemônicos, especialmente durante as reduções jesuíticas, apagou conhecimentos construtivos ancestrais e desqualificou modos de habitar e cosmovisões não ocidentais. A metodologia baseia-se em processos participativos em aldeias guarani, envolvendo oficinas e ações que integram arquitetura, etnobotânica, antropologia e estudos de gênero, promovendo a troca horizontal entre saberes orais e acadêmicos. Os resultados demonstram que o trançado não é apenas artefato material, mas um dispositivo de memória viva e uma prática política de preservação cultural. A pesquisa dialoga com o tema da edição da revista V!RUS ao transformar conflitos históricos em ações e práticas concretas e dialógicas. O trabalho aborda a ecologia de saberes ao articular diálogos interculturais e insurgentes, fortalece a herança cultural invisibilizada e aponta caminhos para práticas construtivas enraizadas no território, frente às dominações epistêmicas.

Palavras-Chave: Tecnologia vernacular, Patrimônio cultural biodiverso, Mulheres guarani mbya, Colonialidade arquitetônica.

1 Introdução

> Eu não via nenhum espetáculo mais edificante do que pertencer do chão. Para mim esses pequenos seres tinham o privilégio de ouvir as fontes da Terra (Barros, 2003, n.p.).

Há uma sabedoria tecida entre a natureza e as mãos das mulheres guarani, um conhecimento que não está em manuais de arquitetura, mas na prática que transforma. Este artigo analisa parte da pesquisa de doutorado intitulada *PELA GRETA: tecnologia vernacular e patrimônio cultural biodiverso dos guarani mbya*, investigando as relações intrínsecas entre natureza, gênero e cultura. Abordaremos a natureza aqui como um elemento feminino, compreendendo as diversas violências e extrativismos (Gago, 2020) que atravessam esses corpos-territórios. A arquitetura e o urbanismo são campos profundamente marcados por hierarquias de poder, colonialidade e patriarcado, que historicamente invisibilizaram conhecimentos não hegemônicos, especialmente os das mulheres e dos povos indígenas. Intentamos, portanto, costurar duas linhas de investigação aparentemente distintas, mas intrinsecamente conectadas: a pesquisa sobre a sabedoria dos trançados Guarani nas artes e na arquitetura, e a noção de corpo-território como fundamento para arquiteturas feministas. Nessa costura, este ensaio oferece uma resposta prática ao questionamento sobre como conceber contribuições técnico-científicas para um mundo multilateral. Através de uma ecologia de saberes, demonstramos que a articulação entre diferenças e conflitos históricos, representados pelo embate entre o conhecimento vernacular guarani e os modelos arquitetônicos hegemônicos, pode gerar uma práxis transformadora quando baseada no diálogo horizontal interepistêmico.

A fragmentação dos saberes entre natureza e ciência após o século XIX, e entre natureza e cultura a partir do século XX, desempenha um papel significativo no apagamento de culturas construtivas, principalmente indígenas, e na consequente formação da identidade e do patrimônio nacional como conhecemos hoje. Durante muito tempo, a natureza foi vista apenas como um recurso a ser explorado (Carvalho, 2019), enquanto a cultura, em grande parte originária de outro continente, era tratada como um privilégio da minoria. Compreendendo que o espaço se constitui, além de muitas outras coisas, do seu legado cultural e da sua identidade, aqui nos atemos aos restos, às sobras e aos apagamentos culturais produzidos pela formação da nossa sociedade. O interesse por epistemologias não hegemônicas constitui um interesse de longa data nesta trajetória acadêmica, encontrando fundamentação teórica na poética de Manoel de Barros, cujo conceito de desaprender constitui um gesto epistemológico de descolonização do conhecimento.

Se reconhecer como uma arquiteta brasileira originária do Sul Global e pensar o ambiente construído enquanto formador da nossa sociedade carrega em si muitas contradições. Se o espaço que habitamos e o modo como vivemos são importantes na

nossa construção social, como lidar com a questão das nossas referências de identidade virem de outro continente e de outras culturas que não a nossa própria? É ainda mais conflituoso quando pensamos na noção de patrimônio, que deveria representar a preservação e o direito à memória de um povo, mas que, na verdade, foi construído em cima de processos excludentes e de apagamento histórico de conhecimentos ancestrais. Falar em representação ressoa consequentemente em identidade. A identidade está profundamente ligada às relações de poder, que define quem é incluído e quem é excluído nesse processo de construção. Em relação às exclusões dos conhecimentos indígenas, utilizaremos o termo etnogenocídio, criado pela indígena guarani Geni Nunez Longhini, que classifica o apagamento da "própria identidade" (Longhini, 2022, p. 56) como apagamento das suas vidas, da sua cultura, dos seus modos de vida, da sua língua e de seus costumes. Milton Santos (2016), geógrafo brasileiro, corrobora o argumento de Geni ao dizer que é no lugar que se preservam essas práticas de vida. Para ele, a história da criação está intimamente ligada à história da produção. O autor ainda critica a visão meramente técnica e funcionalista do espaço sem considerar uma abordagem geral das dimensões humanas e culturais. Kathrin Woodward reforça dizendo que "a construção da identidade é tanto simbólica como social" (Woodward, 2014, p. 11) e que essa construção é sustentada por sistemas de representação.

Nestor Canclini sustenta o argumento sobre a construção da identidade nacional ao criticar o fato de o patrimônio cultural funcionar como um recurso para a produção de desigualdades, onde "vale mais a arte que o artesanato, a medicina científica que a popular, a cultura escrita que a oral" (Canclini, 1994, p. 98). Canclini reitera que o modelo ideal de nação é criado pela realidade material e simbólica de discursos de quem os cria, o que acaba por gerar fragmentações na representação cultural. Para Santos (2016) é no lugar que se preservam práticas, saberes, linguagens e modos de vida; e são essas práticas culturais que atuam como poder simbólico das nossas referências de identidade e de arquitetura. Nessa perspectiva, questionar o modelo estético e cultural criado com base em uma racionalidade ocidental e reenquadrar o olhar deslocando-o do colonizador para o colonizado ajuda a compreender as fragmentações como produto social. Os binarismos resultantes dessa fragmentação desempenham um papel significativo no apagamento histórico e na produção de identidade e cultura da nossa sociedade, Fanon (1968, conforme citado em Longhini, 2022, p. 55) lembra que "a bússola do mundo colonial que divide tudo em compartimentos: mente e corpo, natureza e cultura, material e imaterial, físico e simbólico e assim por diante." O trabalho de Geni Nunez Longhini contribuiu muito para que essa pesquisa reenquadrasse o olhar colonizado da arquitetura, reconhecendo o papel da academia e da atuação profissional na descolonização.

Inicialmente, como uma pesquisa que emerge de uma pesquisadora e arquiteta branca, a atenção estava centrada na técnica, na representação, na herança cultural e em tudo que era matéria e visível. A partir do estudo da obra de Geni Nunez Longhini e de diálogos com Johnny Andrés Calderon Mendez[1], foi possível compreender que esse enfoque reproduzia estruturas coloniais de apagamento epistemológico. A partir dessa reflexão, orientamos esta investigação pelas epistemologias das mulheres guarani, principais responsáveis pela manutenção dos preceitos culturais como a base para a descolonização em arquitetura. As mulheres guarani lideram a transmissão dos saberes e têm um papel central na luta contra a colonialidade. Para as mulheres indígenas, o entorno ecológico não é um recurso a ser explorado, mas um território vivo, um corpo sagrado e um espaço de conhecimento ancestral que as liga à terra (Gago, 2020), um corpo como extensão da natureza. Essa qualidade do cuidado integrado talvez seja o caminho da libertação para combater o domínio sexista (hooks, 2019) que, assim como o racismo e o classismo, opera na lógica de domínio mundial dos corpos-territórios. Um pensamento que não busca fragmentar, mas coletivizar processos, "assim é também a nossa epistemologia, essencialmente interdisciplinar, sem hierarquia entre produção de pensamento como algo da 'mente' versus o pensamento do 'corpo' que se faz no artesanato, sem desqualificação de saberes tradicionais que não se constroem na academia" (Longhini, 2022, p. 94, aspas da autora).

[1] Em entrevista realizada por videoconferência, Johnny Andrés Calderón Mendez (UNAM) compartilhou aspectos relevantes de sua investigação sobre *arquitectura propia* e o conhecimento das *mayoras*, as anciãs indígenas. A tese de Mendez demonstra que a ênfase excessiva na dimensão técnica constitui um mecanismo de silenciamento do contributo feminino para a arquitetura, pois privilegia o objeto em detrimento do sujeito. O autor argumenta que este fenômeno repete-se frequentemente na academia, onde pesquisadores de diversas origens étnicas tendem a valorizar aspectos técnicos, negligenciando as origens sociais do conhecimento arquitetônico – que, em sua perspectiva, emerge das necessidades das *mayoras* em criar espaços de abrigo para o cuidado das crianças e da comunidade.

As práticas dos trançados em bambu são uma expressão viva na representação do corpo-território, em que é possível compreender que para o guarani “o modo de vida se faz na terra” (Longhini, 2022, p. 91), expresso pelo *Ñande Reko*. Esse conceito, que expressa “o nosso modo de ser” (Melià et al., 1976) na cosmovisão guarani, é manifestado principalmente na sua forma de lidar com a terra e é, na cultura das artes trançadas em bambu, que o *Ñande Reko* se materializa. Em vista de tal reflexão, este artigo aborda o desafio de produzir conhecimento técnico-científico em contextos multiculturais, demonstrando que a contribuição significativa emerge do reconhecimento de epistemologias historicamente apagadas. O estudo da tecnologia vernacular Guarani Mbya evidencia como a ecologia de saberes possibilita transformar conflitos históricos em alternativas concretas de produção arquitetônica. A metodologia participativa desenvolvida a partir dos trançados guarani exemplifica a articulação entre reflexão crítica e ação transformadora, oferecendo um modelo de diálogo intercultural que responde aos desafios de dominação técnica e cultural.

Para uma melhor abordagem sobre o processo ao qual esta pesquisa se propõe, foi adotado como fundamento metodológico a ecologia de saberes, articulando conhecimentos acadêmicos e tradicionais por meio de uma abordagem participativa e interdisciplinar. A pesquisa se desenvolve em três eixos complementares, sendo a pesquisa-ação participativa em aldeias Guarani Mbya, o fio condutor do trabalho. O campo foi conduzido nas aldeias Guyraitapu, em Paraty, no Rio de Janeiro, e na aldeia Yaká Porã, em Ubatuba, em São Paulo, envolvendo desde oficinas formativas agrupadas para ativação do imaginário guarani a projetos arquitetônicos participativos. Partiu-se de uma abordagem interdisciplinar integrada, na articulação de campos do conhecimento distintos, mas que cruzam entre si, sendo eles: a análise das técnicas construtivas e espaciais, a partir da arquitetura e do urbanismo; a etnobotânica, no estudo das espécies de bambu (*takuara*) e seu manejo tradicional; a antropologia, na compreensão da cosmovisão guarani e do conceito de *Ñande Reko*; e os estudos de gênero, na análise do papel das mulheres como guardiãs do conhecimento arquitetônico e artesanal guarani. Por fim, foi realizada uma análise histórico-crítica a partir de estudos iconográficos de representações arquitetônicas indígenas, da análise documental de processos históricos de apagamento, com foco nas reduções jesuíticas e de uma revisão bibliográfica de autores decoloniais e indígenas. A abordagem permitiu transpor o conflito histórico do apagamento em uma práxis transformadora, onde o diálogo horizontal entre saberes acadêmicos e tradicionais gerou tanto inovação arquitetônica quanto fortalecimento cultural.

2 Tecendo conhecimento pelas mãos

> Nosso conhecimento não era de estudar em livros. Era de pegar de apalpar de ouvir e de outros sentidos. Seria um saber primordial? Nossas palavras se ajuntavam uma na outra por amor e não por sintaxe (Barros, n.p., 2003).

Os povos guarani possuem sua própria cosmologia que envolvem narrativas sobre a criação do mundo e sua própria presença na terra, as traduções orais são sempre contadas pelos mais velhos, que são considerados mais sábios, e passado de geração em geração. O trançado dos artesanatos dos guarani é uma das principais fontes de renda das famílias e uma prática vernacular tradicional de representação de sua cultura. Sandra Benites, em entrevista para o artigo intitulado *É importante respeitar o Ijá das coisas* explica que é através do resultado do que se faz com as mãos que a arte guarani se expressa, é o “tembi apó, tembi é algo que você traz e apó é fazer” (Barreto et al., 2022, p. 41). Para o guarani, a arte ou como denomina Geni Nunez Longhini (2022) as artesanias fazem parte do cotidiano e tem um significado espiritual. O artesanato é feito como uma atividade em família, sendo uma tarefa realizada principalmente pelas mulheres, acompanhadas de suas mães, filhas, irmãs. O trançado das cestarias, conhecidos em guarani como *ajaka*, e seus grafismos têm como inspiração as figuras míticas e o mito da origem da criação da mulher. Para os povos guarani, a mulher é considerada o corpo em forma de cesto (Fazanaro, 2020) e foi concebida por Nhanderu a partir do bambu, que em guarani é denominado *takuara*.

Berta Ribeiro (1980), antropóloga brasileira, em sua tese *A civilização da palha – o trançado dos indios do Brasil*, demonstra o uso das técnicas do trançado em diversos aspectos do cotidiano indígena e, inclusive, denomina-os como *cesteiros-arquitetos*, ao falar das habitações que fazem referência à cestos emborcados, como demonstrado na Figura 1. Nesse mesmo pensamento, Gottfried Semper, arquiteto e teórico alemão, dizia que a arquitetura “deve escolher e aplicar seus materiais de acordo com as leis e condições da natureza, sua grande professora” (Semper, 1851, conforme citado em Cantalice, 2015, p. 102) e defendia que a prática arquitetônica se origina da prática têxtil, especificamente do entrelaçamento de fibras vegetais. É no ato de transformar o meio natural em arte que o guarani aprende sobre o tempo e sobre o respeito à finitude das coisas

(Longhini, 2022), pois “a natureza nos ensina a trançar, a tecer, modelar e a utilizar diversos materiais. É com ela que aprendemos a respeitar tudo antes de usufruir” (Silva, 2015, conforme citado em Longhini, 2022, p. 97). Desta forma, compreender que o corpo-natureza está totalmente ligado ao corpo-humano e que o artesanato dos trançados guarani rompem as barreiras entre mente e corpo, em que tecer “é pensar com as mãos, desembaraçando os fios do pensamento” (Longhini, 2022, p. 101) ao integrar corpo e espírito.



Fig. 1: Indígenas Kamayurá montando a estrutura da casa, como um cesto emborcado. Fonte: Milton Guran, 2018.
https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aguran-2008-casa/Guran%26Fausto_2008_ACasaXinguana.pdf

Os trançados guarani, produzidos principalmente por mulheres, são, portanto, mais do que técnicas artesanais: são expressões de uma cosmovisão que entrelaça corpo, território e espiritualidade. O bambu taquara, material central nessa prática, não é um mero recurso, mas um elemento sagrado, parte de um território vivo e reciprocamente parte do cuidado com a terra. O trançado é um sistema de conhecimento integrado que resiste à lógica fragmentária do patrimônio nacional e fomenta práticas de cuidado, realizadas, em quase sua totalidade, por mulheres, como é possível observar na Figura 2. Reafirmar essa técnica como representação arquitetônica se propõe a retirar o véu da invisibilidade sobre as mulheres no que se refere ao conhecimento acadêmico e arquitetônico, colocando-as como sujeitos políticos que tecem resistência através de saberes ancestrais e da organização coletiva (Diaz & Campiño, 2023). Zaida Martinez (2024) propõe a revisão do nosso olhar às atividades domésticas e de moradia, tidas como inferiores dentro da arquitetura, para reverter a desierarquização arquitetônica na busca por romper com as divisões de gênero e classe. Em seu texto *Mulheres, corpo e cidades*, ela reforça a importância das práticas de cuidado, presentes em arquiteturas do cotidiano, no mesmo sentido que bell hooks (2019) defende ao sugerir uma reavaliação radical do lar como espaço de luta e solidariedade. Neste sentido, o lar e os espaços cotidianos são tidos como espaço de transmissão oral da cultura e dos modos de vida, algo tão presente na perspectiva guarani e tão potente na

luta anticolonial e na preservação da natureza. Um lar que não é só abrigo físico e material, mas construído pelas “teias da palavra” (Longhini, 2022, p. 101) que reconhecem a preservação de todos os seres tão importantes como a nossa própria.



Fig. 2: Isadora Vilialva, indígena Avá Guarani da aldeia Ocoy/Jacutinga tecendo com fibras naturais. Fonte: Acervo do Cimi, 1980.
https://portal.unila.edu.br/editora/livros/imagem-e-memoria-dos-ava-guarani-paranaenses

A colonização impôs um modelo patriarcal e cristão que subordinou as mulheres indígenas, relegando-as aos espaços domésticos e apagando seu protagonismo político e espiritual. Reconhecer a importância das práticas cotidianas e de cuidado é reconhecer a importância da palavra, da oralidade. A transmissão oral de conhecimentos (mitos, medicina tradicional, agricultura) é liderada por mulheres, reforçando sua função como tecedoras do pensamento, algo distante do que vemos no universo acadêmico e principalmente do universo arquitetônico, dominado por homens, tanto no desenho como na matéria. Mais do que falar sobre materialidades, é compreender o que há por detrás, colocar a mulher indígena como sujeito de conhecimento e não como objeto ao se referir somente a técnica. Reconhecer e valorizar o tecer do pensamento da arquitetura própria (Mendez, 2025) como construção de uma “identidade singular e coletiva” (Longhini, 2022, p. 95) que é como o guarani se apresenta ao mundo. A investigação de Johnny Andrés Calderón Mendez parte da interlocução com as *mayoras* colombianas, revelando que as sábias construtoras dominam técnicas ancestrais de trançar, tecer, costurar e entrelaçar, constituindo estas práticas a base epistemológica do pensamento arquitetônico do abrigo. Tais saberes técnicos, enraizados na cosmovisão indigena, originaram o que se denomina Arquitetura Própria, conceito análogo ao de Educação Própria, ambos cunhados pelos povos indígenas colombianos para designar sistemas de conhecimento vernaculares que afirmam sua autonomia epistêmica. Essa fundamentação corrobora nossa investigação demonstrando como as tecnologias vernaculares do trançado guarani transcendem a dimensão artesanal para constituir-se como sistemas construtivos essenciais para a compreensão do nosso pensar arquitetônico.

2.1 Arquitetura Reduzida, Corpos Silenciados

> Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas (Barros, n.p., 2003).

No contexto das tradições construtivas, o apagamento ocorreu de diferentes formas, como no caso das Reduções Jesuíticas, cujo objetivo dos espanhóis era impor a civilização aos povos indígenas, tidos como selvagens. Apesar de a arquitetura missioneira, ou jesuítico-guarani, refletir uma fusão de técnicas, espaços e estéticas, o que predominou foi a influência simbólica do colonizador. Isso se tornou evidente quando algumas construções, com o passar do tempo, foram substituídas e passaram a incorporar estruturas arquitetônicas compreendidas como sofisticadas, com características técnicas e estilísticas tipicamente europeias, com a chegada de arquitetos do velho continente, que se encarregaram de desenhar o que seria a representação da nossa identidade arquitetônica. O desenvolvimento da arquitetura jesuítico-guarani aconteceu em três fases distintas, como

demonstra Joaquin Trillo (2023) em seu artigo denominado *La casa grande guaraní: historias de movilidad y resistencia entre la selva paranaense y las yungas salto-jujeñas* e Luis Antônio Custódio nos artigos *Ordenamentos Urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani*, partes 1 e 2. A primeira fase foi marcada pelo uso de madeira e fibras vegetais na construção de moradias alongadas, com aberturas laterais, conhecidas como *Oga Jekutú*, ou casa cravada na terra, como é possível observar na Figura 3, caracterizadas pela ausência de divisões internas e com base no conhecimento dos guarani.

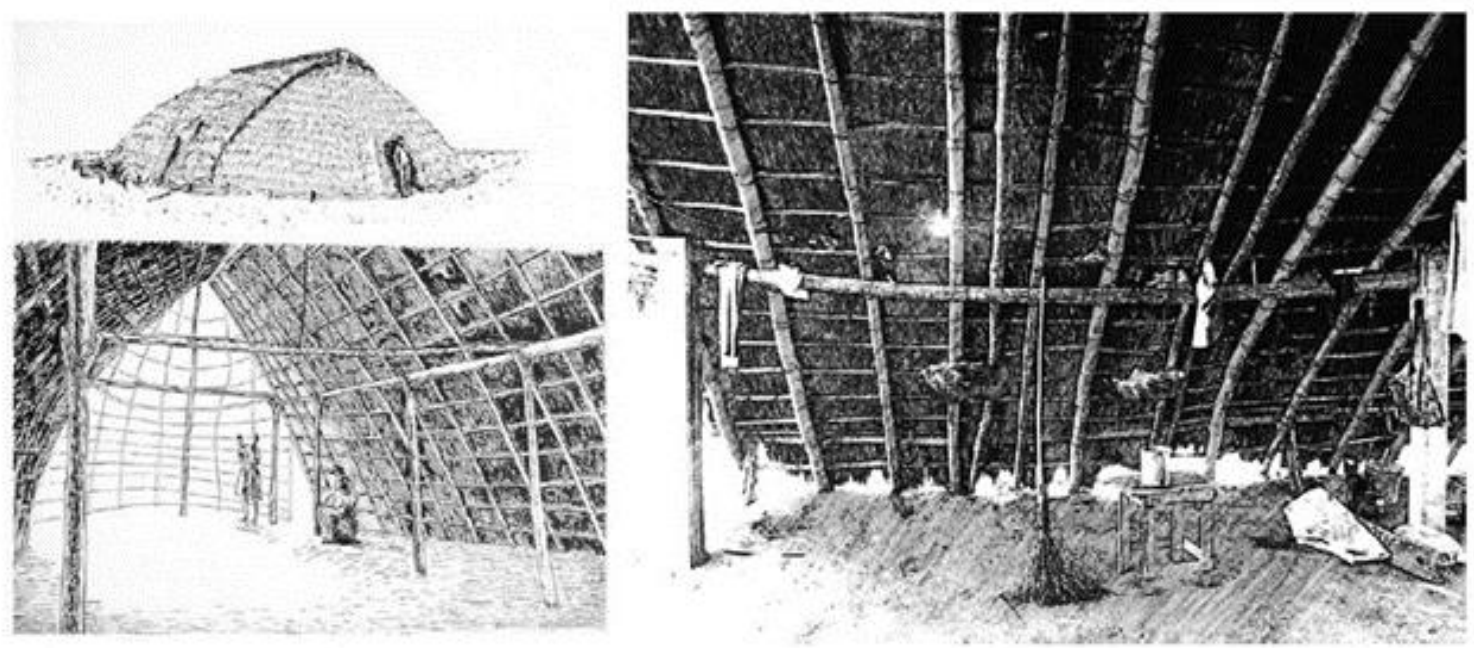


Fig. 3: Montagem de croquis do exterior e interior da *Oga Jekutu*. Fonte: Joaquin Trillo, 2023.
https://www.academia.edu/102184527/La_Casa_Grande_guaran%C3%AD_historias_de_movilidad_y_resistencia_entre_la_selva_Paranaense_y_las_Yungas_salto_juje%C3%B1as

Na segunda fase, embora os materiais utilizados ainda seguissem a lógica dos recursos disponíveis no território e empregados pelos guarani, a estética das edificações passou a refletir a ordem imposta pela Coroa Espanhola, onde a arquitetura guarani foi gradualmente substituída por construções em alvenaria de pedra, adobe e estruturas autoportantes, evidenciando a crescente influência colonial. É significativo observar que, concomitantemente a esse período de transição material e simbólica, os missionários envolvidos na fundação da Igreja de Chiquitos, na Bolívia, representada por um corte esquemático na Figura 4, registraram em seus relatos a carência de materiais construtivos considerados como essenciais pela imposição arquitetônica européia. Conforme demonstra o estudo de Sandra Negro (2000), a inexistência de pedra e argila de qualidade constituiu um obstáculo material significativo para a implementação dos modelos arquitetônicos da colônia espanhola. Essa contradição evidencia o profundo desencontro entre as tecnologias construtivas importadas e os materiais e técnicas disponíveis, reforçando a tese de que a colonialidade arquitetônica (Delgado, 2016) operou segundo a desqualificação paulatina dos saberes, técnicas e materiais locais.

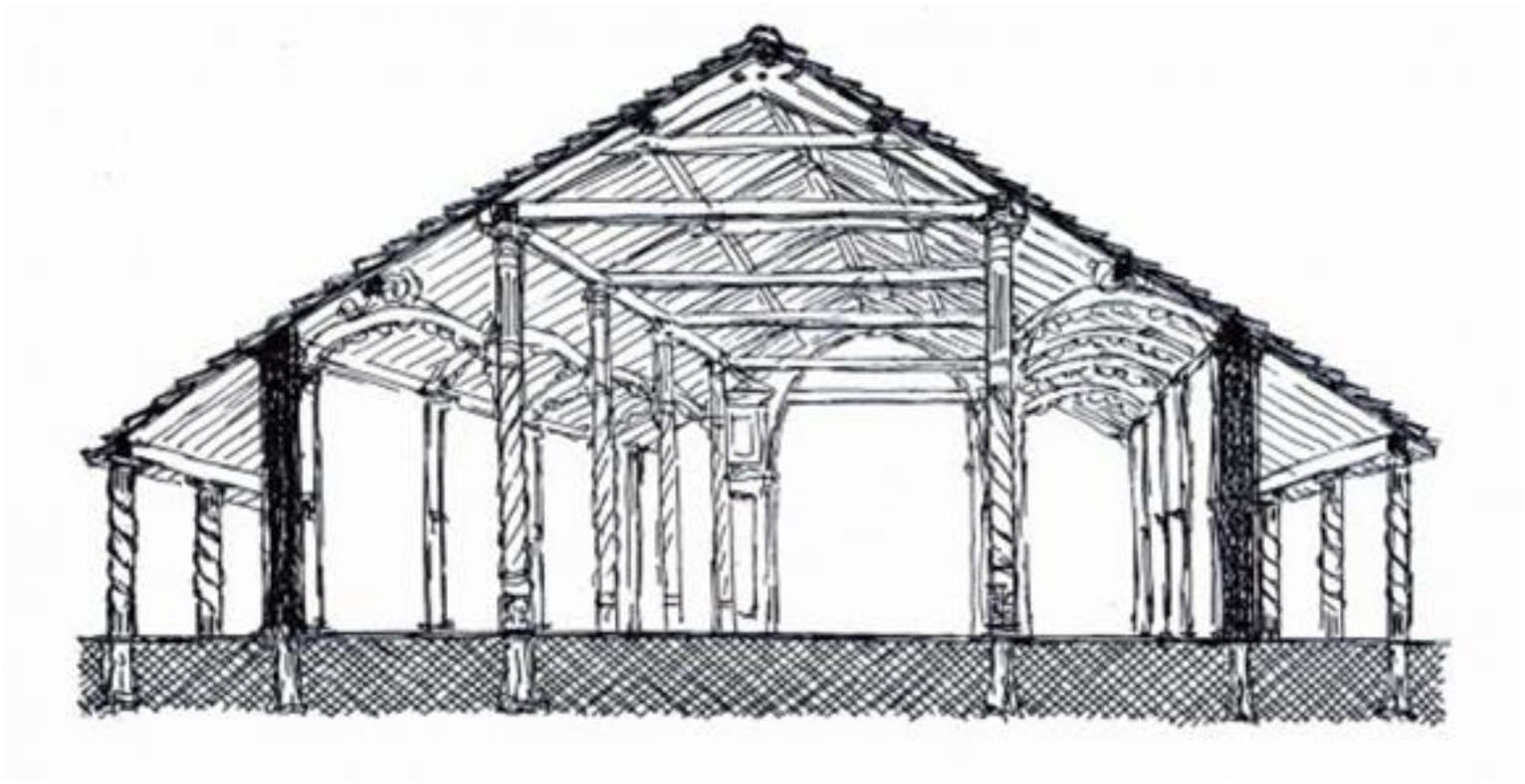


Fig. 4: Corte esquemático da Igreja de São Miguel em Chiquitos, Bolívia. Fonte: Kuhne. https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6430

A terceira fase do processo missionário caracterizou-se pela introdução direta de arquitetos europeus, cujo projeto hegemônico visava a transposição integral de modelos estilísticos e simbólicos do Barroco para o território colonizado. Essa empreitada constituiu um paradoxo, enquanto a concepção formal era estrangeira, a execução se materializava mediante mão de obra indígena. Conforme demonstra Ione Pereira (2014) em seu estudo intitulado *Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas*, as reduções operaram uma dupla transformação nos repertórios arquitetônicos e urbanísticos guarani. A substituição material e estética conjugou-se com uma ressignificação simbólica dos espaços, implantando uma arquitetura de poder que materializou valores patriarcais e monogâmicos europeus. A Figura 5, ao apresentar a fachada da Igreja de São Miguel das Missões, exemplifica este processo, em que a arquitetura missioneira, concebida por religiosos europeus, "atuou como um instrumento de controle simbólico" (Trillo, 2023, p. 5). Este controle exercia-se através da reconfiguração coercitiva das técnicas construtivas, dos hábitos de vida e da própria experiência espacial, impondo um ideal ocidental de habitar que negava as cosmovisões e as práticas vernaculares. A materialidade arquitetônica tornava-se, assim, agente ativo de um projeto colonial que buscava redefinir identidades e corpos através do espaço construído.

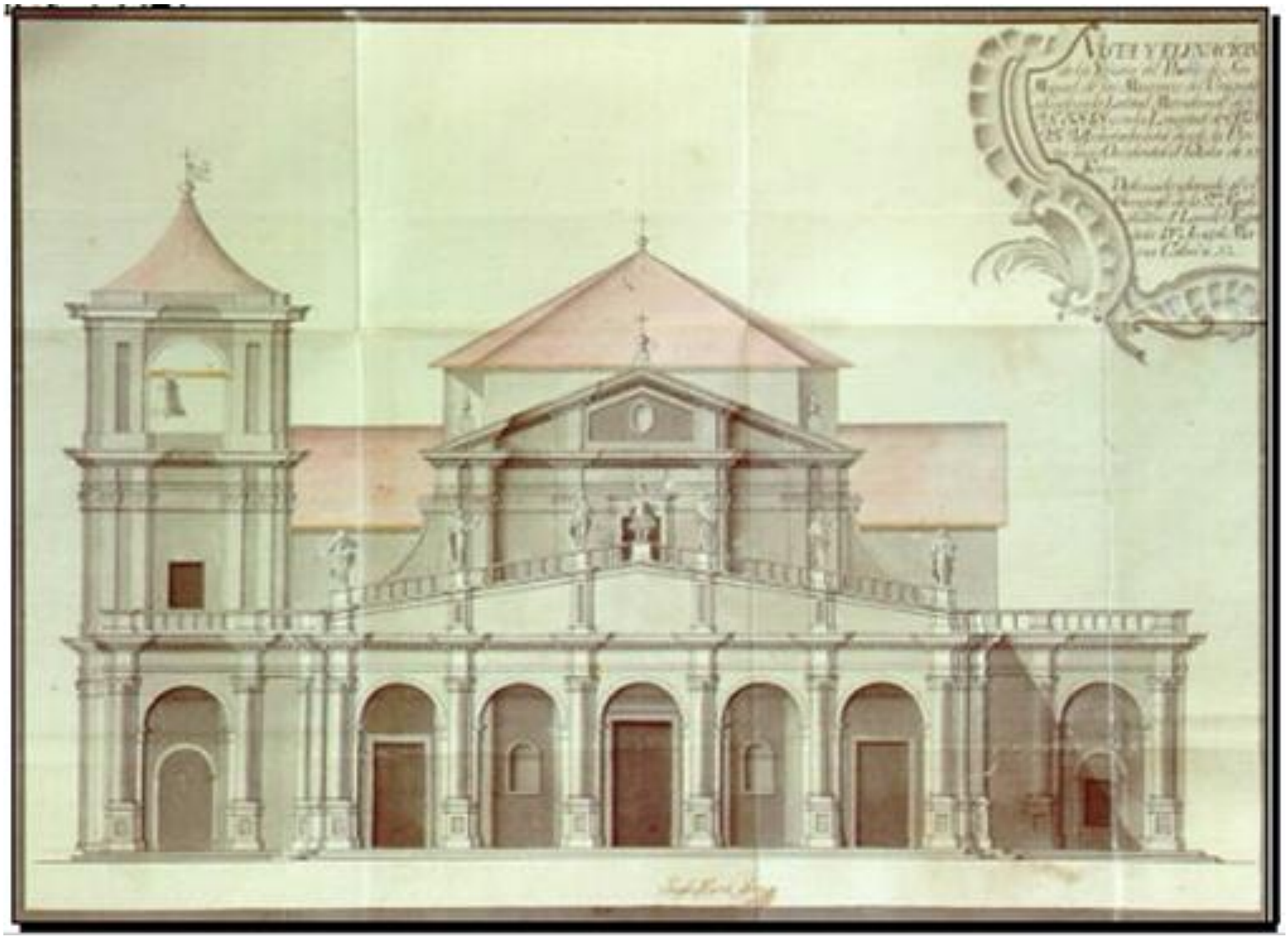


Fig. 5: Elevação da fachada da Igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul. Fonte: desconhecida, 1756.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:S_miguel_arcanjo_-_1756.jpg

O apagamento cultural de tecnologias indígenas e do conhecimento das mulheres para o pensamento arquitetônico não apenas contribui para a morte de técnicas importantes para a construção da nossa história, como contribui para o não pertencimento. Essa cultura do apagamento define o que Yasser Farrés Delgado (2016) chama de *colonialidade arquitetônica* e que Verônica Gago (2020) reforça ao relacionar domesticação e colonização. Não é casual que, nas reduções jesuíticas, tenha sido justamente o conhecimento construtivo indígena o mais perseguido: substituíram suas técnicas vernaculares por técnicas importadas de outro continente, com o uso da pedra principalmente, em arquiteturas monumentais (Martinez, 2024) e religiosas.

2.2 Entrelaçando Arquiteturas-Natureza

> Eu só não queria significar. Porque significar limita a imaginação. E com pouca imaginação eu não poderia fazer parte de uma árvore
> (Barros, n.p., 2003)

Embora, todo esse processo de formação do espaço seja excludente e tenha escolhido alguns lugares em detrimento a outros, as cosmologias indígenas demonstram a potencialidade da apropriação do espaço através das relações estabelecidas no cotidiano. David Harvey (2012) nos direciona para as relações estabelecidas por meio da cultura, principalmente a produzida pelo comum, como vislumbres na construção de modos de vida alternativos. Diferente da racionalidade capitalista, que

segmenta o espaço e mercantiliza recursos, os povos nativos operam dentro de uma lógica de reciprocidade e pertencimento, onde a tecnologia não é vista como ferramenta de domínio, mas como extensão da relação entre os seres humanos e a natureza. No caso dos guarani, o espaço é tanto um território físico quanto simbólico, onde se expressam suas cosmovisões e práticas coletivas, afinal

> o “corpo” do guarani não termina nele mesmo, o corpo se faz em teias de interconexão com os demais seres, de maneira que o ecocídio não deixa, novamente, de também ser parte do epistemicídio, do etnogenocídio (Longhini, 2022, p. 96, aspas da autora).

Eles constroem seus saberes de uma maneira distinta do conhecimento ocidental e colonizador. Para eles, todos os elementos da natureza e o conhecimento de seus ancestrais são como livros, dos quais eles adquirem sabedoria para viver em comunidade. Para esses povos, o entorno natural é a “base dos modos de vida e, para muitos, a natureza é sagrada” (Miranda, 2021, p. 25) o que faz com que, qualquer ameaça ao meio ambiente tenham impactos nas dimensões espirituais e psicológicas, segundo o perspectivismo ameríndio (De Castro, 2014).

Ailton Krenak desafia a ideia de que o futuro precisa ser construído com base no progresso ocidental, em um processo desconectado do passado. Para ele, o futuro e a ancestralidade são poderosas ferramentas para se imaginar outros mundo possíveis e estão totalmente interligados. Os conhecimentos tradicionais são fundamentais para que possamos sobreviver às crises ecológicas e sociais, portanto não é possível pensar em um futuro sem considerar o que já foi apagado (Krenak, 2022). Krenak afirma que o enquadramento da história brasileira atual é um processo contínuo de colonização, desconsiderando as contribuições indígenas para os campos sociais, políticos e ambientais. Para o autor, a luta pela retomada dos territórios não é apenas uma questão de espaço físico e econômico, mas de reconstrução cultural. Neste contexto, os conhecimentos das mulheres anciãs guarani sobre os trançados emergem como práticas de resistência cultural frente aos processos globalizantes e colonizadores. Compreende-se que, em sua cosmovisão, as espécies vegetais cultivadas para suas artes e sua arquitetura resultam de uma relação intrínseca entre biologia e cultura (Emperaire, 2005), nas quais a materialidade expressa modos de vida e suas interações com o ambiente. Tal concepção ecoa a afirmação de Manuela Carneiro da Cunha para quem “o sentido primeiro da palavra cultura, historicamente, é o do cultivo da terra” (Cunha, 2005, p. 17), noção que dialoga diretamente com a discussão deste trabalho, ao fundamentar a concepção de um patrimônio cultural biodiverso.

3 Resultados e discussão: vestindo a estética do Terceiro Mundo

> Choveu na palavra onde eu estava. Eu via a natureza como quem a veste (Barros, n.p., 2003).

Ao considerarmos o cuidado, seja com a terra, com a oralidade, com as pessoas ou com as crenças, como elemento essencial para a manutenção de patrimônios vivos, isso envolve não apenas a preservação de técnicas construtivas e simbologias, mas também o trabalho de cuidado como ato político e, consequentemente, cultural. Esse trabalho de cuidado envolve o conhecimento vernacular do trançado de bambu como representação da identidade e da cultura das mulheres guarani. O conhecimento do trançado de bambu, nas artes e na arquitetura, é extensão do corpo-território. Essa afirmativa fica evidente na Figura 6, onde o trançado compõem as divisórias externas de uma habitação tradicional, cuja cobertura em fibra vegetal também testemunha a intrínseca relação entre cultura e botânica locais. É precisamente a partir dessa compreensão do trançado como pedagogia sensível e gesto político que a pesquisa avança da teoria para a práxis. O desafio de ativar esse conhecimento no diálogo com a arquitetura contemporânea encontra sua resposta no próprio território, mediante a consolidação de uma metodologia participativa que, construída em colaboração com as mulheres Guarani Mbya, traduz esse saber-fazer em novas materialidades espaciais que afirmam sua relevância no cenário arquitetônico atual.



Fig. 6: Família em frente a casa guarani trançada na aldeia Ocoy/Jacutinga. Fonte: Acervo do CIMI, 1982.
https://portal.unila.edu.br/editora/livros/imagem-e-memoria-dos-ava-guarani-paranaenses

No exercício da arquitetura[2] em aldeias da etnia Guarani Mbya, foi possível instituir uma metodologia de pesquisa-ação, fundamentada em ações formativas agrupadas, com ênfase na participação de mulheres e crianças. Na busca por uma produção arquitetônica efetivamente coletiva, procedeu-se ao desenvolvimento de processos de projeto de arquitetura participativa, cujos resultados são expostos na maquete virtual representada pela Figura 7. O resultado do projeto arquitetônico se deu por meio da implementação de ações de sensibilização acerca da relevância do imaginário guarani, do bambu taquara e dos saberes-fazer associados às técnicas de trançado, os quais foram transpostos para a esfera arquitetônica como elementos portadores de significação cultural. Essa transposição materializou-se em componentes simbólicos integrados ao projeto arquitetônico e ao espaço construído. Dessa forma, a pesquisa não apenas gerou produtos arquitetônicos territorializados, mas também fomentou um diálogo de saberes, reforçando a autonomia das comunidades e a preservação de sua cultura material e imaterial através da sabedoria da mulher guarani na esfera técnica.

[2] A autora desenvolveu os trabalhos como bolsista vinculada ao Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a FIOCRUZ e o movimento social local, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

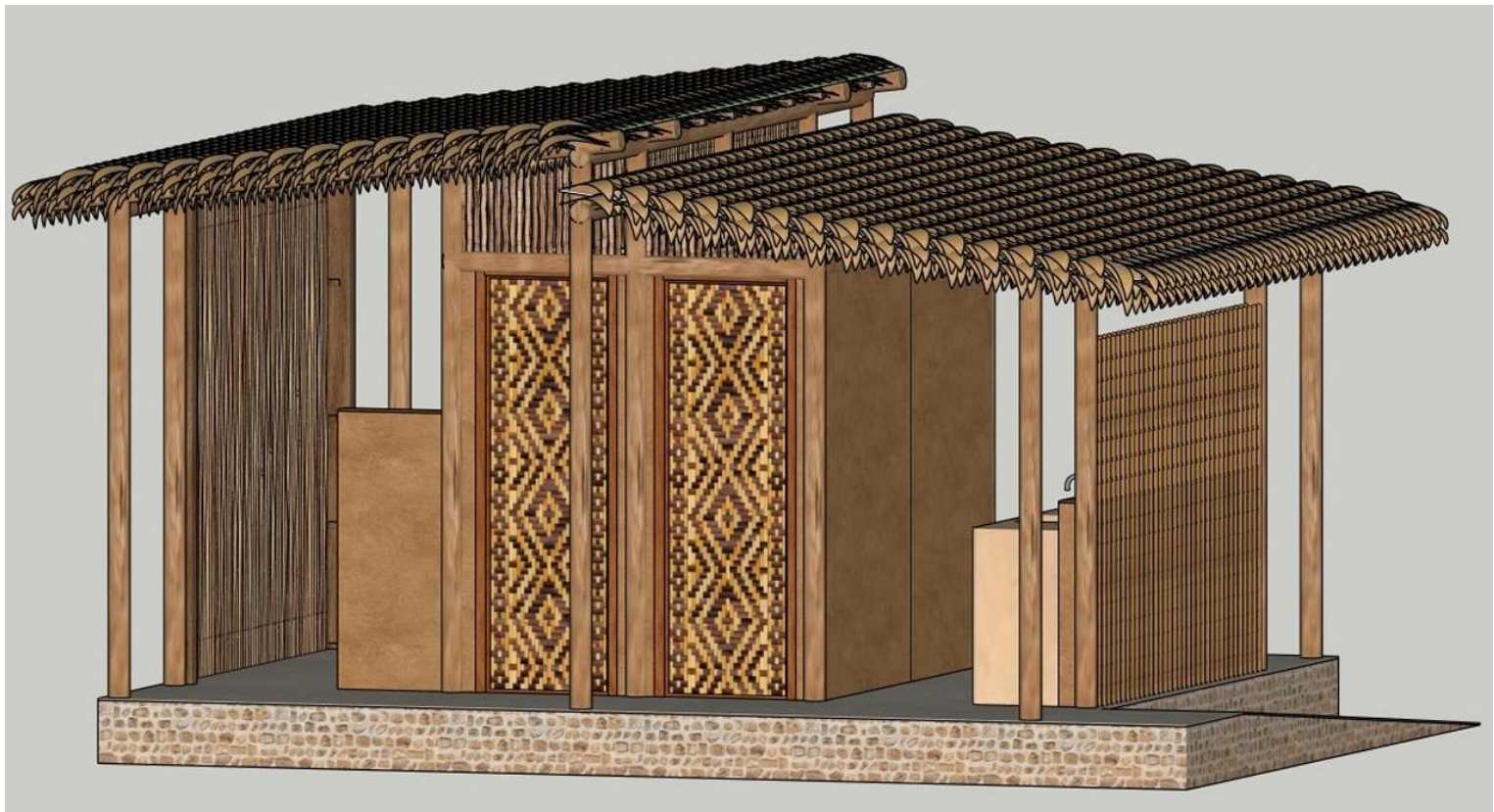


Fig. 7: Projeto arquitetônico de banheiro coletivo na aldeia Yaka Porã, em Ubatuba, a partir do processo participativo e das oficinas de sensibilização.
Fonte: Autora, 2024.

Essa abordagem metodológica consolida um caráter intrinsecamente interdisciplinar, integrando a arquitetura, a etnobotânica, com seus estudos específicos sobre as espécies de bambu, a antropologia e os estudos de gênero. O objetivo central transcende a revisão bibliográfica convencional, articulando-se por meio de estudos iconográficos que atestam o valor da imagem na pesquisa aplicada em arquitetura, e de pesquisas-ação que materializam, na práxis projetual, os conhecimentos sistematizados. A pesquisa de campo, ao centrar-se na sabedoria das mulheres e das crianças, revela-se fundamental para acessar e compreender a cosmovisão guarani, uma epistemologia que se constitui simultaneamente por meio da oralidade e da visualidade. Dessa forma, a metodologia não apenas investiga, mas também se conforma como um espelho do próprio objeto de estudo: um sistema de saberes entrelaçados, análogo ao trançado que o inspira. Compreendemos que a colaboração com os saberes vernáculos orientam a tradução do conhecimento tradicional em soluções arquitetônicas contemporâneas que respeitam e fortalecem a autonomia comunitária.

As pesquisas e oficinas desenvolvidas buscaram compreender como o imaginário e os trançados guarani desafiam a noção ocidental de arquitetura como monumento, propondo uma arquitetura do cotidiano, feita de gestos repetidos e coletivos. O projeto de esquadrias trançadas em bambu ilustra essa transposição do artesanato para a arquitetura não como mera técnica, mas como prática de resistência cultural e pretende continuar em outras oficinas, principalmente liderada por mulheres. A busca por fomento para a continuação das ações nas aldeias guarani com o projeto dos trançados e do estudo dos bambus utilizados nos trançados costuram os corpos que compõem o modo de ser guarani, nas “teias de interconexão com os demais seres” (Longhini, 2022, p. 96) sem encerrar em si mesmo. Dessa forma, a arquitetura deixa de ser um produto acabado e individualizado para se tornar um processo contínuo de aprendizado e compartilhamento.

Essas ações são a prova de que outras arquiteturas são possíveis, não somente de pedra, concreto e aço, mas de bambu e fibras vegetais. Não patriarcal e excludente, mas nos tecidos da vida comunitária. Não sobre o território, mas com ele. Não dividindo e compartimentando, mas unindo *“*a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, em alusão ao livro do geógrafo Milton Santos (2016), pois, como diria Elizete Antunes, “sem esse conhecimento, que envolve a cabeça e o coração, é impossível compreender os indíos guarani” (Antunes, 2015, conforme citado em Longhini, 2022, p. 100). A valorização da cultura guarani começa no conhecimento das mulheres e anciãs, no fio que tece as relações entre as mãos, as plantas e histórias que insistem em não se deixar apagar. É na busca por estabelecer relações diversas com a arte e a arquitetura, nas

ações experimentais, e na busca de uma liberdade coletiva e com responsabilidade social (Bardi, 2019) que essa pesquisa tenta adentrar. Uma busca por romper com fronteiras ocidentais impostas e valorizar uma cultura e uma estética baseadas no terceiro-mundo, como um manifesto em alusão ao artista Artur Barrio.

4 Considerações finais

> A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido
> pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como
> acontece com o amor (Barros, n.p., 2003).

Estreitamente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que defendem soluções construtivas e habitacionais sustentáveis, as tecnologias vernaculares das mulheres guarani fazem uso de materiais sustentáveis adaptados às especificidades locais e asseguram o conforto bioclimático, além de respeitar a natureza e promover a igualdade de gênero. Assim como Berta Ribeiro (1980) destaca que a civilização da palha representa um sistema tecnológico e cultural sofisticado, muitas vezes subestimado pela visão ocidental e que tende a valorizar apenas culturas baseadas em metais ou pedra, reforçamos a riqueza da tecnologia das mulheres guarani e sua profunda conexão com a natureza. Para além dos aspectos ambientais, esta pesquisa evidencia como a ecologia de saberes constitui uma resposta às disputas de poder no campo do conhecimento. A metodologia participativa desenvolvida demonstra que a produção técnico-científica em sociedades multiculturais deve ser construída através de diálogos que articulem diferenças e conflitos, transformando hierarquias históricas em colaborações horizontais. Dessa forma, o trançado guarani transcende sua materialidade para se tornar um paradigma de como conceber contribuições epistêmicas que não reproduzam as dominações que pretendem superar.

As oficinas de sensibilização e de trançados em bambu para a arquitetura buscam contribuir para a valorização do processo criativo e do imaginário coletivo dos guarani, principalmente junto às mulheres e às crianças, os principais agentes da manutenção da cultura guarani, conforme relato de Ivanildes Kerexu em Projeto Ajaka: Tramas do Olhar Guarani (2025). O intuito não foi se restringir às técnicas dos trançados e dos bambus, mas no reconhecimento das mulheres indígenas como força transformadora, vinculando ancestralidade, gênero e território (Mafla Mejía, 2023). E, sem dúvidas, as mulheres têm sido historicamente as guardiãs da memória e da cultura. Sendo o bambu o material mais apropriado para o estudo, tendo em vista a crença que envolve a criação da mulher e pelo fato de os *takua týva*, em guarani, serem espécies endêmicas da América do Sul – ou como denominaria a sociedade indígena *Abya Ayala*. O que era saber doméstico vira arte, vira arquitetura e vira representatividade. A promoção do uso consciente dos recursos naturais não só assegura a manutenção dos ecossistemas locais, mas também fortalece as práticas de adaptação às mudanças climáticas. A crise global e ambiental é também uma crise cultural (Carvalho, 2019) e a solução para essa crise é a própria cultura ou o resgate dela. O trançado guarani, afinal, não é somente sobre técnica, é sobre o corpo-território tecido em movimento.

Costurando temas que se entrelaçam, essa pesquisa promove diálogos entre conhecimentos vernaculares Guarani Mbya e o campo arquitetônico-acadêmico em uma perspectiva decolonial. Ao investigar os trançados em bambu como técnica sagrada e expressão do corpo-território, valoriza-se um patrimônio cultural biodiverso que, embora invisibilizado por processos históricos de silenciamento, permanece como prática viva e essencial à identidade coletiva guarani. A valorização da oralidade e da visualidade como dispositivo de preservação e transmissão de saberes reforça a transculturalidade (Guimaraens, 2024) ao incluir cosmovisões indígenas. O trançado, mais que artefato material, atua como resistência política e como arquivo simbólico que guarda histórias, culturas e modos de habitar. Em síntese, os processos e artesanias produzidos durante as ações demonstram que a contribuição técnico-científica para um mundo multilateral exige a conversão do conflito histórico em colaboração criativa. A pesquisa concretiza essa premissa ao validar a ecologia de saberes não como uma abstração teórica, mas como uma metodologia operante: a tradução do conhecimento vernáculo do trançado em soluções espaciais contemporâneas revela que a inovação arquitetônica emerge justamente do diálogo horizontal com epistemologias historicamente silenciadas. Dessa forma, o trabalho constitui uma resposta concreta ao tema *Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações*, demonstrando um modelo em que a reflexão crítica e a ação transformadora se fundem, fortalecendo a autonomia comunitária e materializando a produção de um saber culturalmente enraizado e socialmente justo.

Agradecimentos

Agradeço às comunidades Guarani que acolheram esta pesquisa: Aldeia Itaxi Mirim (Paraty-RJ), Aldeia Guyraitapu (Paraty-RJ), Aldeia Guarani do Bracuí (Angra dos Reis-RJ) e Aldeia Yaka Porã (Ubatuba-SP). Meu reconhecimento especial às mulheres Guarani cujos saberes foram fundamentais para este trabalho: Márcia, Ivanildes, Marciana, Marina, Ilda e Nina e a todas as crianças. Agradeço igualmente a Gabriel e seu pai Jorge, da Aldeia Guyraitapu, pela parceria e por compartilharem reflexões essenciais. A pesquisa contou com o apoio institucional da Fiocruz, por meio do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina, que possibilitaram dois anos de atuação como arquiteta e pesquisadora nas aldeias. À Universidade Federal Fluminense, agradeço a oportunidade de desenvolvimento desta investigação e agradeço a CAPES pelo apoio financeiro (código de financiamento 001). Agradeço à minha orientadora, Dinah Guimaraens, pelo conhecimento generosamente partilhado e pela abertura de novos caminhos. À minha coorientadora, Juliana Córtez Barbosa (UNESP), pelo acompanhamento desde antes o trabalho virar uma pesquisa formal, incluindo sua atuação nas oficinas de esquadrias em bambu, e pela confiança depositada em meu trabalho.

Referências

Bardi, L. B. (2019). Um balanço dezesseis anos depois. In A. Pedrosa, J. E. C. Cuy, J. González, T. Toledo (Eds.), *Lina Bo Bardi: Habitat*. Editora Masp.

Barreto, C., Benites, S., Ekman, A., Warnier, C. (2022). "Es importante respetar el ljá de las cosas": Reflexiones sobre la repatriación de Brasil. *Revista de Arqueología Americana*, *40*, 31–43. https://doi.org/10.35424/rearam.v0i40.1538

Barros, M. (2003). *Memórias Inventadas: a Infância*. Editora Planeta.

Campiño, M. E. R., & Díaz, C. A. H. (2023). Mujer indígena Quillasinga: Siguiendo huellas, tejiendo territorio. *Revista V!RUS, 1*(27), 58-69. https://revistas.usp.br/virus/article/view/228425

Canclini, N. G. (1994). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In H. Buarque de Hollanda (Ed.), *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico – Cidade* (23a ed.). IPHAN, MinC.

Cantalice, A. S. C. (2015). Descomplicando a tectônica: Três arquitetos e uma abordagem [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18009

Carvalho, A. L. R. (2019). *Pela Greta: contradições urbanas e ações poéticas no abandono do Frigorífico Santa Cruz Ltda*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei]. https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pipaus/00_Pela%20Greta_Ana%20Luiza%20R_%20%20Carvalho.pdf

Castro, E. V. de (2014). *A inconstância da alma selvagem*. Editora Cosac Naify.

Cunha, M. C. da. (2005). Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (32), 15–27. https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/558

Delgado, Y. F. (2016). Arquitectura y decolonialidad: algunas ideas sobre la Escuela de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Aisthesis*, (60), 167-190. https://dx.doi.org/10.4067/S0718-71812016000200009

Emperaire, L. (2005). A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (32), 31–43. https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/558

Fazanaro, T. R. (2020). *Trançando o cotidiano: uma abordagem sobre a produção de cestaria Guarani Mbya.* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCAR. https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/13869

Gago, V. (2020). *A potência feminista: O desejo de transformar tudo*. Editora Elefante.

Guimaraens, D. P. (2024). Paisagens transculturais: Ação comunicativa e transtemporalidade virtual. In D. P. Guimaraens (Ed.), *Paisagens transculturais - Territórios em transformação*. Riobooks.

Harvey, D. (2012). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

hooks, b. (2019). constituir o lar: um espaço de resistência. In *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais*. Editora Elefante.

Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.

Longhini, G. D. N. (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: Perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036

Mafla Mejía, T. M. (2023). *Mujeres indígenas de los Pastos: líderes, guardianas y reconstructoras del territorio.* [Dissertação de mestrado, Universidad Pedagógica Nacional]. Repositório universitário. http://hdl.handle.net/20.500.12209/19377

Martinez, Z. M. (2024). *Mulheres casas e cidades*. Editora Olhares.

Meliá, B., Grunberg, G., & Grunberg, F. (1976). Los *Paĩ Tavyterã: Etnografía Guaraní del Paraguay Contempoŕaneo*. CEADUC.

Miranda, F. (Ed.). (2021). *Territórios do Carapitanga*. Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

Negro, S. (2000). Maynas, una misión entre la ilusión y el desencanto. In S. Negro, & M. M. Marzal (Eds.), *Un reino en la frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial*, (pp. 185–205). Sandra Negro y Manuel M. Marzal.

Pereira, I. A. M. C. (2014). *Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas* (1607 – 1767). [Tese de Doutorado, Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5682/1/000455137-Texto+Completo-0.pdf

Projeto Ajaka: Tramas do Olhar Guarani. (2025, 10 de janeiro). *A importância das fibras naturais na vida dos guaranis* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=t_4r5k6RJrY

Ribeiro, B. G. (1980). *A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP. https://repositorio.usp.br/item/000708791

Santos, M. (2016). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (4a ed.). EdUSP.

Trillo, J. (2023). La casa grande guaraní: historias de movilidad y resistencia entre la selva paranaense y las yungas salto-jujeñas. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas. Mario J. Buschiazzo*, *53*(1), 4. https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-20242023000100004&lng=es&tlng=es

Woodward, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-20). Editora Vozes.

CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL

DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL

MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA

Maria Heduarda Nascimento Vasconcelos é Arquiteta e Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas e integrante do grupo de pesquisa Estudos da Paisagem. maria.vasconcelos@fau.ufal.br
https://lattes.cnpq.br/5140065028744833

Maria Angelica da Silva é Arquiteta e Doutora em História. Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência nos temas da história da paisagem, do urbanismo e da arquitetura; iconografia, arquitetura moderna e contemporânea; patrimônio e design de produtos culturais. tem como principal tema de investigação, a arquitetura e arte franciscanas. Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem desde 1998. mas.ufal@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/0004923271744434

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Vasconcelos, M. H. N. & Silva, M. A. (2025). Corpos dançantes, arquiteturas do axé: rituais de lavagem em Penedo-AL. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 305-318. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239950

Resumo

Este artigo tem como objetivo pensar a cidade como corpo ritualizado, a partir da experiência imersiva na lavagem das escadarias da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e do Beco da Preguiça na cidade de Penedo, em Alagoas. Buscou-se compreender de que modo os gestos e os saberes ancestrais envolvidos na lavagem atuam na reconfiguração da paisagem urbana, aqui compreendida como matéria viva feita de axé, memórias e presenças. Festas como a lavagem celebram a ancestralidade e produzem outras formas de ver e analisar cidades, atualizando vínculos, territorialidades e modos de habitar. Para a realização da pesquisa, adotou-se uma metodologia do sensível, em que o corpo em travessia se torna instrumento de leitura e posteriormente de escrita e imagem, resultando em uma cartografia performática. O artigo tensiona noções hegemônicas de tempo, memória e patrimônio, propondo apresentar uma arquitetura feita de gestos, gira e escuta. Ao incorporar epistemologias das encruzilhadas e da circularidade, desenha-se uma cidade que insiste em existir como festa, gesto e reencantamento, levando ao repensar da prática urbanística tradicional.

Palavras-chave: Arquitetura do axé, Corpo-pesquisador, Religiosidades afro-brasileiras, Lavagem, Penedo.

1 Introdução: Corpo-paisagem ritualizadas: apresentando a festa da lavagem

Quando consideramos cidades não apenas como fronteiras ou aglutinados de concreto compostos por linhas geométricas que desenham arquiteturas, ruas, becos e vielas, mas enquanto um palimpsesto de camadas menos evidentes, como aquelas trazidas pelas corporalidades e pelo viés subjetivo, abrimos outros caminhos para observá-las e produzi-las. Os gestos, por exemplo, como prolongamento de corpos, reconfiguram as paisagens do cotidiano. Há, nas dobras da cidade, rastros que não cabem nos mapas verticalizados. São inscrições que vêm do tambor que gira, do corpo que dança, do cheiro de alfazema que escorre pelas escadarias e becos. É neste sentido que se encaminham as reflexões que trazemos aqui, motivadas pelo estudo de uma prática multicultural ligada à lavagem das escadarias da Igreja do Rosário, situada na cidade de Penedo, em Alagoas. Conhecida por seu importante acervo arquitetônico e urbanístico de cunho patrimonial, ela também é referência quando se pensam as práticas ligadas ao cotidiano e ao bem comum. Neste contexto, o artigo tem como objetivo compreender as formas como os gestos e os saberes ancestrais envolvidos na lavagem em Penedo ajudam na formulação de outras práticas de leituras das cidades.

Gestos se inserem em paisagens, que são feitas de afetos, histórias e presenças. Elas são criadas a partir de perspectivas, de contextos, de corpos. Metodologicamente falando, a pesquisa se fez como uma criação situada, como tradução poética destas paisagens, impondo a tarefa de pensar Penedo a partir dos saberes ancestrais, cientes do abafamento historiográfico que sofreram por séculos. Esses saberes se expressam nos corpos, nas paisagens performadas e especialmente no celebrar. A festa da lavagem revela um campo de fricção entre racionalidades arquitetônicas coloniais e epistemologias afro-brasileiras que persistem como formas de produzir cidade. As ruas tornam-se espaço de encontro entre diferentes regimes de conhecimento. A lavagem opera como práxis insurgente que confronta modos hegemônicos de habitar, instaurando interlocuções entre mundos que, muitas vezes, são mantidos apartados. Essa perspectiva evidencia que as práticas rituais afro-diaspóricas não se reduzem ao campo simbólico, mas configuram processos concretos de territorialização e reconfiguração urbana. Ao aproximar esses referenciais da experiência vivida na lavagem, este trabalho argumenta que os gestos ritualísticos reinstalam, na paisagem urbana, temporalidades outras, memórias que sobrevivem ao apagamento e que trazem novas possibilidades de leitura da cidade.

Penedo se situa na foz do rio São Francisco. Sua história acolhe a presença humana acompanhando o rio desde tempos anteriores aos registros letrados. Além da pesca e da navegabilidade, especialmente na região da foz, o transbordamento das águas criava regiões propícias a uma série de cultivos. Por todas estas razões, fez parte do rol das primeiras ocupações urbanas promovidas pelos europeus, justamente por se situar próximo a este caudaloso curso d'água que foi acessado por eles logo no início do século XVI. Penedo, ou Penedo do São Francisco, como também era denominada, se tornou vila em 1636, no contexto da presença holandesa no Nordeste Brasileiro, demarcando a porção mais ao sul da então Capitania de Pernambuco (Muniz, 2019). Em tempos de leituras decoloniais, outras histórias têm emergido sobre essa cidade, seja pela questão da presença dos povos ancestrais, seja pelos estudos das memórias das nações africanas. Este trabalho se coloca neste sentido, revistando

práticas que persistiram até a contemporaneidade e que acontecem nas ruas de Penedo, sublinhando os encontros e desencontros entre diferentes e longevas marcações culturais. Buscando fincar a narrativa no presente e na corporalidade, o artigo se vale de uma longa vivência com a cidade. Escolheu-se uma manifestação que se desenvolveu a partir de religiões afro-brasileiras, encarnadas na prática da lavagem das escadarias da igreja do Rosário e do Beco da Preguiça, inserindo-nos na convivialidade com seus integrantes e no próprio caminhar do cortejo.

Festas afro-brasileiras como essa, intimamente atravessada pelas águas, inscrevem formas outras de ocupar, nomear e construir a paisagem. O ritual da lavagem reestrutura e atualiza os saberes ancestrais para aqueles que se permitem vivenciar a experiência. Aos arquitetos e urbanistas, ele se coloca como desafio rumo à compreensão da cidade dita colonial, tensionando também a lógica racional-modernista de produção urbana, ainda tão presente nas normativas que regem as cidades, assim como na própria formação dos profissionais que nela atuam. Podemos falar de uma arquitetura do axé, ou seja, de um modo de produzir espaço que se constrói a partir da energia vital que sustenta os terreiros e seus ritos, transborda para além de seus limites físicos e reconfigura a cidade. Essa arquitetura se constrói pelo movimento do corpo, pelo sopro da palavra e pela presença dos ancestrais que habitam o agora. Diferentemente da lógica moderna que separa o sagrado do profano e segmenta o urbano em funções fixas, a arquitetura do axé opera pela fusão, pela encruzilhada onde o visível e o invisível se encontram. Líquida, inquieta e performática, ela é gira, é corpo, é memória e construção de um território que se constituiu em disputa, mas que, pela iniciativa dos terreiros locais, pôde se inserir no atual rol das atividades festivas da cidade. Os rastros da lavagem, deixados na cidade e nos corpos, são também deságue: deságue de memórias, de escutas, de corpos em festa e de caminhos ancestrais. Um percurso que se abriu na correnteza dos encontros e que agora se deixa levar pelas águas que atravessam o território, o corpo e o tempo.

O caminho da lavagem começa na parte alta da cidade, no terreiro *Ilê Axé Sessú Omim Odé Akuaran*. Ali, ainda durante a manhã, a concentração toma forma e serve para preparar, espiritual e fisicamente, os materiais necessários à festa. Ao longo do ano, o pessoal da casa confecciona esses elementos com dedicação: jarros de barro e flores são encomendados e as roupas dos orixás são costuradas pelas baianas e por outros integrantes do terreiro. Quando a hora da lavagem chega, parte-se para a concentração oficial, na Praça do Senhor dos Pobres, onde o cortejo se organiza. À frente seguem as baianas e, logo atrás, os orixás regentes do ano incorporados no ritual de Penedo. Em seguida, forma-se o coro com os outros orixás tradicionalmente presentes nas festas de lavagem, como Iemanjá, Oxalá e Oxum. O cortejo avança pela avenida principal da cidade ao som dos pontos cantados enquanto batuques de tambores atravessam olhares e histórias, cruzam a fé dos devotos e a alegria dos foliões que esperam as atrações da noite, pois a festa se dá próximo ao carnaval. A primeira pausa acontece no Beco da Preguiça. Nesse pequeno espaço, as baianas consagram, varrem e lavam o local, para, então, seguir em direção à igreja do Rosário, onde o ritual encontra seu momento final, aos pés da escadaria. O encerramento ocorre com a distribuição de rosas e borrifos de água de cheiro sobre as pessoas que acompanham o ritual (Figura 1).

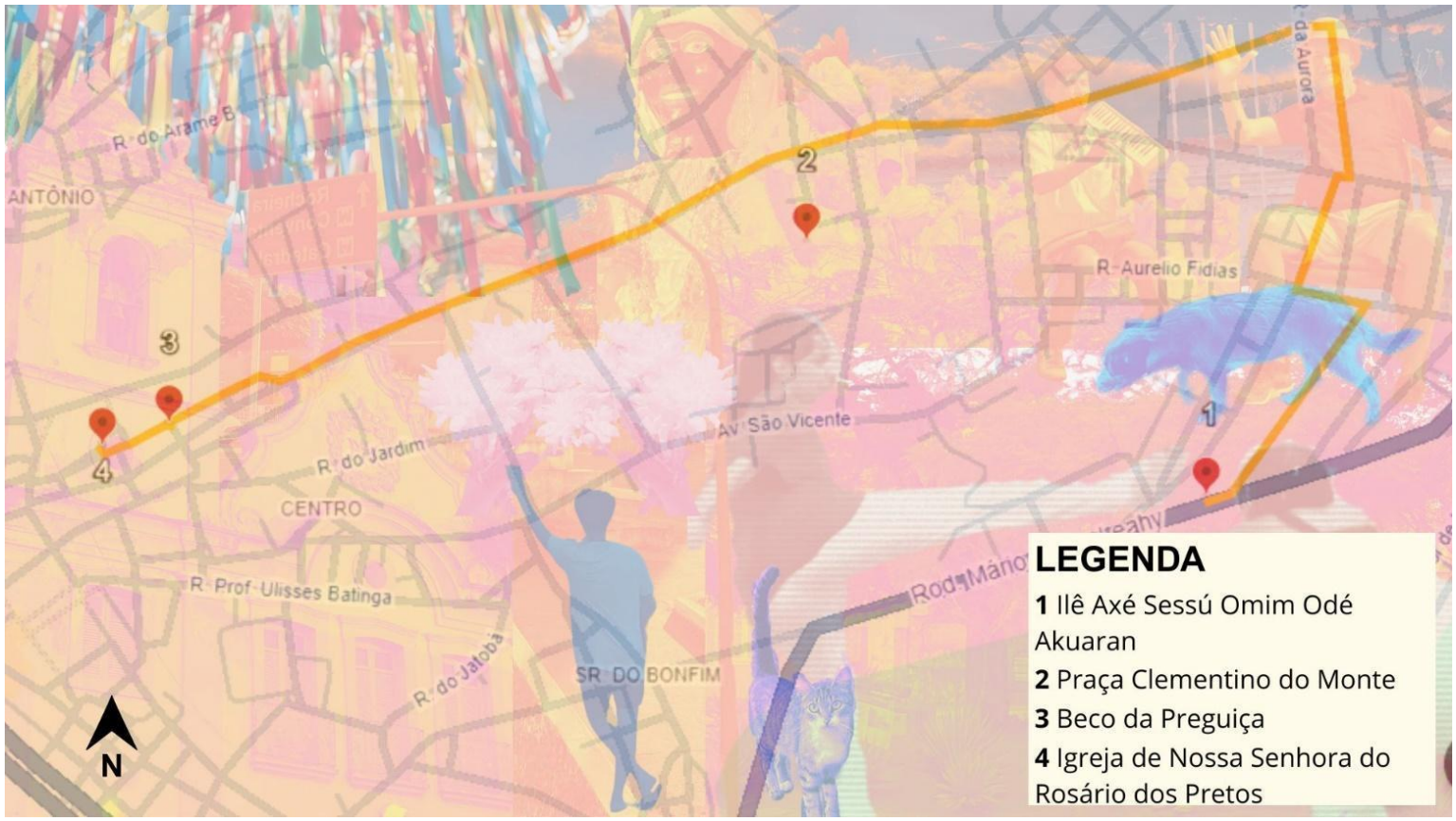


Fig. 1: Mapa da cidade de Penedo. Fonte: Elaboração própria a partir de Google Earth, 2025.

2 A cidade em avessos e a busca de uma metodologia sensível

Quando desenhamos, a olho de pássaro, os caminhos da festa, como se observa na Figura 1, temos uma visão rígida da paisagem. Mas, procurando torná-la mais acolhedora e, de certo modo, desconstruindo-a, fizemos com que a linha imaginária que mostra o percurso se molhasse nas águas, tornando o mapa desfocado. Aqui, a desfocagem é também gesto metodológico: desfocar significa romper com a hegemonia do olhar cartesiano, somando a visão vertical a uma aproximação que privilegia o ponto de vista dos corpos que caminham. De certa forma, esses caminhos adentrariam brancas arquiteturas de pedra e cal através de vultos de pessoas e animais domésticos, conectando-se ao que usualmente está desconectado na cidade, ou seja, o beco periférico e o patrimônio tombado. Passariam, assim, por mundos e heranças que podem ser consideradas de fundo europeu, mas também pelos lugares negros e, até mesmo, por pedaços de mundo líquidos e aéreos habitados por peixes e aves, por terras e maciços de longa geologia que acabaram por dar nome à cidade: Penedo. Trata-se de mostrar avessos e revisitar os lados considerados direitos. O percurso ritual produz interlocuções imprevistas entre esses mundos, subvertendo fronteiras simbólicas e institucionais.

Nesta pesquisa, adotou-se uma metodologia do sensível, compreendendo-se que, corpos que escrevem, também podem se fazer performáticos. Durante a festa, buscou-se acompanhar de que maneira saberes ancestrais, incorporados em práticas rituais como a lavagem, reconfiguram o espaço urbano, instaurando outras formas para pensar e viver a cidade. Ao tensionar noções colonialistas de organização urbana e arquitetônica, utilizou-se o corpo como instrumento metodológico e partiu-se do pressuposto da paisagem como um território vivo. Como descrito anteriormente, o presente artigo propõe pensar uma arquitetura do axé, onde o corpo é entendido como atravessamento, é conduzido por saberes múltiplos, é chão onde se inscrevem ancestralidades e memórias. O território, por sua vez, pulsa, canta, dança em gira. É a partir dos pés que este trabalho foi feito, seja ao escrever descalça ou ao caminhar, sentindo a textura das pedras, seja molhando-se nas águas do ritual, deixando-se embebedar pelos aromas e pela pulsação dos tambores. A pesquisa aqui não se fez na borda da festa, mas dentro dela, como quem dança e se emociona, como quem canta e se afeta. Os corpos que escrevem atravessaram os cortejos, se colocaram como corpos em travessia. Por isto, se fala em uma metodologia do sensível. A escrita assume a performance

como método, o afeto como dado e o gesto como pensamento. Não se trata de descrever a cidade de fora, mas de vivê-la como um organismo em constante negociação entre presenças e memórias, entre fatos e assombrações. O corpo se torna lente, superfície de inscrição, lugar de escuta ativa: escuta que passa pelos pés, pela pele, pela vibração do tambor, pelo canto coletivo que reencanta o espaço.

Para isto, foram realizadas imersões em três edições da lavagem (2023, 2024 e 2025), permitindo uma aproximação processual que se transformou à medida que as próprias edições da festa também se modificaram. Durante as lavagens, foram realizados registros fotográficos, observações, caminhadas acompanhando o cortejo e conversas com integrantes do terreiro. Ao longo de três anos, a inserção do corpo na festa assumiu configurações distintas, acompanhando, tanto a construção do olhar das pesquisadoras, quanto das aberturas de diálogo junto da própria comunidade. O percurso do cortejo, em média, dura duas horas. Trata-se de um evento aberto, que reúne mulheres, homens e crianças, contando com a presença de centenas de pessoas. Observações sistemáticas apontam para uma presença marcante de mulheres, sobretudo das baianas que conduzem a lavagem. Outro aspecto relevante diz respeito à própria dinâmica histórico-política da lavagem: cada edição se modifica, ajustando-se ao contexto institucional e às negociações realizadas entre o terreiro e a prefeitura. Inserida no contexto de uma cidade turística, hoje, a celebração já se encontra inserida na sua pauta de eventos. A ampliação ou reconfiguração da festa depende das conversações e autorizações formais, evidenciando uma prática urbana negociada, que ocupa e reinventa o espaço público conforme encontra respaldo e viabilização na gestão municipal.

Um outro ponto a relevar na metodologia são as imagens. O trato com esta narrativa não verbal e não escrita que se coloca potente para traduzir e para ditar conteúdos tem sido uma constante na produção de conhecimentos em várias instâncias acadêmicas. Se, hoje, imagens engendram transbordamentos e excessos nas redes digitais, isto não afasta a sua importância; ao contrário, fazem com que esta forma de comunicar exija cada vez mais atenção e crivo na sua produção[1]. As colagens revelaram-se importantes recursos por abrirem caminhos e orientarem percursos, sustentadas pela ideia de que a cidade não se esgota em uma corrente linear, em que a visão cumpre apenas um papel literal. Ela é feita de camadas, desvios e passagens. Em especial, o olhar artístico pode distorcer, embaçar, reinventar ou deixar permanecer inalterado o visto. Buscou-se tornar possível o registro do ver e do refazer do mesmo trajeto inúmeras vezes, até que, de repente, a paisagem insinuasse algo antes oculto, em um constante repetir. Tudo se passa na medida da percepção do corpo que observa: único, parcial, guiado pelo que, naquele instante, lhe importa. Sem se curvar à ideia da imagem como representação, as colagens, então, tornam-se esse olhar singular que expande as ideias que navegam na prática e na mente do autor e oferecem, ao que as contempla, um breve vislumbre de um tempo suspenso, no exato momento em que se decidiu capturar a cena (Figura 2).

[1] Cabe lembrar as práticas do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado (PPGAU/FAU/UFAL) que, busca investigar não apenas as dinâmicas de produção do espaço, mas também do espaço que adquire sentido quando habitado. Ressalta-se as atividades do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, que enfatiza conhecimentos advindos de experiências estéticas, comunicativas e artísticas, alinhadas a vivências corporais. Acesse: https://fau.ufal.br/grupopesquisa/estudosdapaisagem/.



Fig. 2: Andanças imersivas na cidade de Penedo (colagem). Fonte: Autoras, 2024.

Voltando à técnica do caminhar, a metodologia se ancorou não no vagar descompromissado da flânerie, mas em uma prática de atenção expandida, aberta ao que emerge no próprio ato de caminhar (Debord, 1967). O andar em cortejo, regrado e curioso, inscreveu-se na experiência de deslocamento coletivo, imerso em uma pequena multidão, considerando a dimensão modesta da cidade de Penedo, que não ultrapassa sessenta mil habitantes. Ao mesmo tempo, esse gesto passou a compor um conjunto de experiências já em curso em disciplinas e pesquisas de mestrado e doutorado no âmbito da pós-graduação da FAU/UFAL:

> As temáticas e atividades envolvem experimentos, tendo como eixo comum a demanda por inventar e constituir novas metodologias, nas quais o eu e o nós, o corpo e a subjetividade estejam contemplados. Busca lançar fios de pensamento que ajudem a pensar os mundos habitados pactuados com maiores dinâmicas e vontades, que observe os que se situam "à margem" e, justamente por isso, são de uma maior energia de mudança, reativos e ativos no jogo das apropriações espaciais. O trabalho com o

> espaço e suas dinâmicas envolve o corpo e seus gestos. Assim, tratamos desses espaços múltiplos, construídos ou não, moradas de humanos ou de outros seres, indo para além do Antropoceno, acompanhando o processo de construir e hierarquizar os seres viventes a partir de nós mesmos (Silva, 2023, pp. 8–9).

Caminhar foi também escutar: escutar o que o chão diz, o que os corpos dizem, o que a cidade diz quando gira. É nesse tipo de anti-deriva atenta que o corpo se torna método, instrumento de leitura e de inscrição no território. Ele aprende com a festa e é transformado por ela, carregado por rastros e saberes não ditos, memórias não lineares, espiritualidades encarnadas. As práticas corpóreas das ritualidades afro-religiosas acordam conhecimentos ancestrais, que se revelam no gesto, na dança, na repetição do ritual. O corpo torna-se cartografia, em uma mediação entre mundos, espaço de passagem e território do saber. Luiz Rufino (1987) ensina, com sua Pedagogia das Encruzilhadas, que o saber que vem deste encontro geométrico entre ruas é o saber de risco, de abertura, de mistura. A encruzilhada é campo epistemológico onde diferentes tempos, corpos e mundos se tocam. Não são saberes que apaziguam aqueles que insistem em enxergar pelas óticas coloniais, pois essas pedagogias desaguam onde o saber atravessa o sentir tocado por outras fontes de espiritualidade. Por isso, o cortejo se oferece também como ritual. Seu ritmo é atravessado por cheiros, cantos e passos. Aqui, a escrita é festa e reza, som e silêncio. É uma tentativa de escutar com os ouvidos dos pés e de escrever com as mãos que ainda carregam traços do perfume e de vapores.

3 Rastros de uma cidade que dança

Em Penedo, os caminhos percorridos durante a festa das águas tornaram-se movimentos ritmados pelos sons do atabaque. Neste ritual, onde se vai e vem trajando longos vestidos brancos de antigas linhagens, a cidade dança. Há depoimentos que dizem que a cerimônia da lavagem em Penedo propriamente dita é recente (Torquato Junior, 2018) e começou por volta de 2005, através da iniciativa do babalaô Fernando Oiá Belegum, ou Pai Fernando, que buscou traduzir as antigas homenagens dedicadas à Mãe Branca do Rosário, padroeira de Penedo, vinculadas à presença dos afro-brasileiros[2]. Tal como ocorre em inúmeras cidades do Brasil, em especial as mais antigas, a devoção a Nossa Senhora do Rosário se ligou enormemente aos processos escravagistas, quando as irmandades dos Homens Pretos e Pardos e constituíram como espaços de organização religiosa, sociopolítica e cultural da população negra[3]. Nessas irmandades, a religiosidade católica imposta se entrelaçava aos saberes e ritos de matriz africana, dando origem a práticas híbridas que, ainda hoje, encontram na lavagem das escadarias um gesto de memória, resistência e celebração. Para Atílio Avancini (2021), a lavagem enquanto prática ritual inscreve-se na genealogia viva das festas populares de matriz afro-brasileira, guardando as marcas das expressões de fé que, na travessia forçada da diáspora, teceram alianças entre o catolicismo e os saberes sagrados trazidos e recriados pelos povos africanos. Segundo o autor,

> O ritual da lavagem corresponde a certas práticas religiosas, como a tradição católica de limpeza interna da igreja – costume medieval ibérico –, inicialmente realizada por mão de obra escravizada. Em terras baianas, a Lavagem do Bonfim é patrimônio do povo para a rendição em agradecimento a duas divindades: Nosso Senhor do Bonfim e Oxalá. Essa interculturalidade se insere nas relações no contexto latino-americano, fruto do amálgama entre o cristianismo e as religiões africanas (Avancini, 2021, p. 3).

Pelas ruas da cidade histórica que a festa circula em Penedo. Gira em cortejo, conduzida por cânticos, batuques e corpos adornados de branco, em homenagem às águas que sustentam a vida e os orixás que as regem: Oxum, senhora da fertilidade, do ouro e do rio calmo; Iemanjá, mãe de todos os mares; e Oxalá, pai criador, senhor da paz e do alvorecer. No caminhar penedense, soma-se ainda o gesto de trazer ao cortejo os orixás que regem o novo ciclo, como quem consulta os ventos para saber por onde caminhar. Esse movimento pode ser observado na Figura 3, nas colagens que reúnem fragmentos do percurso e evidencia a presença das entidades e das baianas.

---

[2] Sobre a edificação dessa igreja, ver Crônica do Penedo: 1872–1873 (Caroatá, 2024, pp. 38–40).

[3] Sobre a irmandade dos Homens Pretos e Pardos, ver a dissertação de Alves, 2018.



Fig. 3: Colagens de registros durante a lavagem. Fonte: Autoras, 2025.

A importância deste ritual da lavagem é que ele não se limita aos velhos procederes do preservar. Trata-se, como se viu, de uma festividade recente. Ela se constrói no hoje, se fortalece no gesto que reatualiza o vivido e inscreve a presença dos sujeitos ditos periféricos, na paisagem. É uma dança de permanência que firma os corpos no presente. Ao abandonar os limites do terreiro e se expandir para a cidade, o saber a inscreve como extensão do corpo. Penedo já não é um objeto para ser mapeado de cima, traçado em linhas retas que tentamos sutilmente subverter na Figura 1, superpondo aos traços cartográficos, corpos e franjas coloridas. Ela se torna *Ayê* (terra) onde se pisa com o corpo inteiro. Essa transição é fundamental, pois o olhar que parte do alto tende à verticalidade, à hierarquia do saber, como em geral o fazem arquitetos e urbanistas. Por sua vez, o olhar que brota das margens se curva, escuta, se permite afetar. É um olhar circular, que gira, como no *xirê* (dança). Como todas as religiões, as afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda cultivam uma íntima relação entre o sagrado e o social. Ao tratar a religião como uma construção coletiva enraizada nas práticas comunitárias, ilumina-se a ótica de que não são os símbolos que criam coesão, mas os sentimentos compartilhados emergentes da experiência ritual, sentimentos que reforçam os laços e reafirmam a identidade do grupo.

De maneira análoga, as religiões afro-brasileiras se tornaram corpos moventes. Espalharam-se por diferentes regiões do país, atravessaram territórios e dançaram com culturas diversas. Até a década de 1930 segundo Reginaldo Prandi (1999), muitas dessas expressões religiosas eram consideradas étnicas, guardando patrimônios culturais, históricos e simbólicos dos africanos escravizados e seus descendentes matizados em diversas práticas. Essa dispersão resultou em variadas formas rituais, em consórcios densos e misturados, embora tomando certas especificidades locais: o candomblé na Bahia, o xangô em Pernambuco e Alagoas, o tambor de mina no Maranhão e Pará, o batuque no Rio Grande do Sul e a macumba no Rio de Janeiro. Da mesma forma, cosmovisões dos inúmeros povos indígenas foram entrançadas, em maior ou menor medida, com elementos das religiões afro-brasileiras, ou por elas foram influenciadas. Neste sentido, destaca-se o catimbó – religião de espíritos –, nome dado aos mestres e caboclos, que se manifestam em transe para aconselhar, prescrever e curar. Essas relações afro-ameríndias revelam feições singulares, que dependem do lugar onde são performadas, e arrastam um vasto cortejo toponímico, trazendo vocábulos compartilhados como a jurema, o toré, a pajelança, o babaçuê, a encantaria ou cura (Prandi, 1999). Tais manifestações fazem circular paisagens religiosas, mobilizadas pelas vivências e diálogos culturais vivos de seus praticantes.

Se mergulharmos nesta narrativa, podemos entender que, nas trocas com os outros, gira a roda do saber, ecoando a afirmação de Antônio Bispo dos Santos de que “somos começo, meio e começo” (Santos, 2023, p. 102). Em Penedo, entre as águas que descem os becos e as saias rendadas que sobem para lavar as escadarias da igreja do Rosário, ressoa uma forma singular de circular os saberes. A paisagem se torna um território performado do sagrado, onde a lavagem caminha à sua maneira, moldada pela cultura que a atravessa. A presença das manifestações religiosas afro-brasileiras em diálogo com as estratégias de ocupação dos espaços urbanos revela a complexidade desse signo religioso na cidade ribeirinha. As lavagens operam como rituais de passagem entre mundos, atualizam vínculos entre ancestralidade, corpo e território e, ao fazê-lo, reinscrevem memórias vivas. Em meio aos rastros que se espalham no chão molhado, acalmam e saúdam, abre-se caminho para o início do cortejo.

Essa água lançada à rua, que saúda os orixás, que acalma a terra e abre os caminhos, carrega a força vital, o axé, como chamam os Yorubá, o *tumi* entre os Akan, o *nguzo* entre os Kongo. Uma força que não se opõe ao mundo, mas que o compõe (Lopes & Simas, 2020). É nela que tudo pulsa, cresce, transforma. Não há separação entre natureza e humanos, entre corpo e território, entre saber e sentir. Aprende-se no corpo, na gira, na reza, na repetição. Segundo Tássio Ferreira,

> No Caminho *Talenu*-Atmosfera problematizarei sobre a ideia de que as ensinagens de Terreiro passam por cinco caminhos distintos que circulam entre si. Estes caminhos me ajudam a compreender um sistema de ensino que se dá: de modo integral (não permitindo o particionamento); de modo circular, (retroalimentando-se); de modo corporal (e neste reverberando); de modo ancestral (considerando valores imateriais); de modo místico (considerando a experiência viva). Estes caminhos são fundamentos de ensino, dentre os quais, muitas vezes, não se sabe exatamente em qual deles estamos percorrendo, porque eles giram por si e pelo conjunto filosófico que ampara este pensar. Estes giros podem ser entendidos como operadores de aprendizagem - o modo pelo qual o conhecimento é apresentado no terreiro. Consigo compreender este processo em pelo menos 3 operadores: o ritual (a repetição), o acaso e o sagrado (Ferreira, 2021, p. 46).

As sabedorias cotidianas ensinadas nos terreiros nos transmitem que o saber é gira. Antônio Bispo dos Santos (2023), afirmava que a vida é continuidade de saber, um fluxo que se transmite de geração em geração. Essa herança se dá por incorporação onde os saberes se instalam nos corpos das filhas e filhos de santo, reiniciando o rodopio da vida a cada gesto, canto e escuta. Parafraseando-o, “somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Santos, 2023, p. 102). No terreiro, aprende-se com os sentidos. É o cheiro da defumação que acende a lembrança, o gesto que marca, o canto que ensina. O conhecimento se faz no corpo e pela experiência, ele dança. Essa forma de aprender ressoa com a compreensão de memória proposta por Tim Ingold (2015) quando ele afirma que é através da atividade de lembrar que as memórias são forjadas. A memória, então, é uma criação constante que emerge das experiências sensoriais do corpo no mundo. No mesmo caminho, Emanuele Coccia (2020) fala de uma perspectiva vinculada a estudos do Antropoceno. Para ele, “não precisamos girar o globo para sentir o mundo, para vê-lo, para vivenciá-lo em toda sua infinitude. Tudo o que temos de fazer é explorar a memória material e espiritual do nosso corpo. Cada um de nós é a história da Terra, uma versão dela, uma possível conclusão” (Coccia, 2020, p. 31).

É por essa via que *Iroko* (tradição Yorubá), orixá do tempo e da ancestralidade, se faz presente como árvore sagrada, raiz profunda e tronco. Foi por onde, segundo algumas narrativas mitológicas, os orixás da criação chegaram ao *Ayê*, a terra. *Iroko* nos lembra que não somos donos do tempo, somos atravessados por ele. O abutre, seu mensageiro, encarna a finitude. As raízes de *Iroko*, a eternidade. Tempo de ancestralidade e tempo do porvir coexistem, como dois lados de um mesmo tambor que ressoa no corpo e no mundo (Simas & Rufino, 2020). As antigas religiões de matriz africana não observam o tempo em linha reta, tampouco o cronometram. Para Ferreira (2021), na tradição bantu, o *Kitembo* nos guia com a paciência das voltas do mundo e com o saber de que há verdades que só o tempo revela. Tempo que é ontem, hoje e amanhã, em constante fluxo, sem separação rígida, sem pressa de resposta; um tempo que gira, que espera, que escuta. Essa sabedoria, no entanto, entra em choque com a maquinaria do tempo moderno. Na lógica ocidental, o tempo foi capturado, reduzido à produtividade, acelerado ao limite, cronometrado até o último segundo. O tempo não gira, corre. Não canta, apita. Não ensina, comanda. Byung-Chul Han (2019) observa que vivemos sob a ditadura da hiperatividade e da aceleração contínua. O tempo do agora se estende como uma prisão, um presente interminável e estéril, que se esgota em si mesmo. O futuro se encurta, a pausa se torna intolerável, e até a ira, como ele diz, desaprendemos, pois ela exige tempo para amadurecer. Não há mais tempo para a espera, nem para o silêncio, nem para a pausa. Como afirma,

> Se a sociedade pós-moderna do desempenho reduz a todos nós como vida desnuda, então não apenas as pessoas que estão à margem da sociedade ou as pessoas em situações excepcionais, portanto não apenas os excluídos, mas todos nós, indistintamente, somos *homines sacri*. Aqui, a palavra sacer não significa “amaldiçoado”, mas “sagrado”. Ora, a própria vida desnuda, despida é sagrada, de modo que deve ser conservada a qualquer preço. A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não

> são uma sociedade livre. Elas geram novas coerções. A dialética de senhor e escravo está, não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer (Han, 2019, pp. 24-25).

No entanto, nas rodas de *xirê* (dança), nas ladainhas da Jurema Sagrada, nos toques que ecoam no corpo, outros tempos se reerguem. A gira nos devolve, o silêncio ritual e o canto que abre passagem. Pede um tempo que não se mede, se vive. Cada batida do tambor é um ensinamento, cada movimento uma travessia entre mundos. O tempo do axé é tempo de presença e permanência. Nesse cruzamento de temporalidades, é preciso escutar os saberes que resistem. Saberes que giram e não marcham, que acendem a possibilidade de reencantar o tempo como morada. Habitar o tempo, e não correr dentro dele. Como *Iroko*, árvore que cresce devagar e funda a passagem dos orixás. Como *Kitembo*, que nos sussurra que a verdade vem, mas só para quem sabe esperar. A festa é dobradiça entre tempos, entre mundos visíveis e invisíveis. O corpo-pesquisador que se insinua na roda transforma-se em corpo-festa, corpo-ritual, e escreve a partir dos próprios rastros atravessados pelo cortejo. O corpo sente através das emoções evocadas pelos poros arrepiados da pele, pela visão embaçada das lágrimas contidas, e sente, com os ouvidos, os sons dos tambores que se somam às batidas frenéticas do coração. Num instante, tudo se passa ao mesmo tempo, como em uma cena. Foram nessas águas carregadas de sentido que ganharam voz, corpo e memória, que se cantou o primeiro destrançar da pesquisa: desfazer para refazer (Figura 4).



Fig. 4: Imagens registradas das mãos que conduzem as águas. Fonte: Autoras, 2025.

4 Arquiteturas do sagrado: para uma arquitetura do axé

A lógica funcional da cidade moderna, regulada por normas, fluxos e segmentações, distancia o espaço urbano de outras formas de existência e de relação. Esse urbanismo opera por meio de cisões, entre racional e simbólico, corpo e espaço, busca conter o sagrado em recintos isolados: igrejas, cemitérios, templos, espaços autorizados para culto. Dentro do conceito foucaultiano, trata-se de uma lógica de compartimentalização, onde o corpo e o desejo são vigiados, controlados e domesticados (Foucault, 2013). Contudo, há práticas que desestabilizam essa racionalidade. Os caminhos dançados na lavagem propõem outros modos de perceber, habitar e produzir cidade. O corpo é gesto e território, é memória, chão e travessia. Durante a festa, os sujeitos que ocupam e movimentam os espaços urbanos atualizam sentidos para a paisagem, ativam memórias e percepções corpóreas que não cabem nas lógicas da razão moderna. Lewis Mumford já advertia que a cidade não pode ser pensada sem o mito. Em sua origem, todo espaço carrega uma cosmologia, uma forma de relação com o tempo e o sagrado. Como descreve,

> Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assimilada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornaram os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. Embora o ajuntamento de alimentos e a caça não encorajem a ocupação permanente de um sítio único, pelo menos os mortos reclamam esse privilégio (Mumford, 1982, p. 13).

A cidade dos mortos antecede e funda a cidade dos vivos. Ela é o seu núcleo inaugural. Em Penedo, a lavagem reatualiza essa cosmologia. A paisagem torna-se viva, e o corpo vínculo com o ancestral. Coccia (2020, p. 70) lembra que “a metamorfose permite a uma vida conectar vários mundos incompatíveis”. A cidade dançante é uma metamorfose, síntese de tempos, gestos

e presenças. Não se trata apenas de delimitar o território por coordenadas ou mapas técnicos. O espaço aqui se constrói pelo gesto, pela memória e pela vibração das presenças. O território nasce do axé que percorre as veias da cidade. Como nos ensinam os povos de terreiro, o território não se mede em metros, mas em saberes que giram, se entrelaçam e circulam. Nesta lógica, a festa emerge como arquitetura em movimento, uma forma de reinscrever sentidos e memórias no território por meio do corpo. O axé se manifesta como força vital que organiza os espaços a partir de relações ancestrais, espirituais e comunitárias, reconfigurando becos, ladeiras e escadarias como lugares de passagem e transformação. Trata-se de uma arquitetura do invisível, que se constrói menos pela materialidade do concreto e mais pela vibração das presenças, dos cantos, das águas, dos passos ritmados que lavam e consagram o chão (Figura 5).

A festa das águas constitui essas arquiteturas do axé: sustentadas não em colunas, mas em pilares de memória, fé e resistência. São formas atravessadas por outras temporalidades, que se convertem em encruzilhadas onde os mundos se tocam. Espaços ativados ritualmente por saberes afrodiaspóricos, em disputa com a cidade colonial e seus projetos de silenciamento. O caminho da lavagem, que parte das margens da cidade e desacelera no centro histórico, em meio às escadas da igreja do Rosário, é igualmente um ritual de reconfiguração territorial. Ao lavar as escadarias, as mãos femininas das baianas reafirmam seu lugar no espaço urbano. A rua torna-se terreiro. O beco, encruzilhada. O gesto de jogar água, um ato político e espiritual. As tensões entre sacralidade e espetáculo, tradição e invenção, tornam a festa um campo de forças em disputa. Aqui, o conceito de *arquitetura do axé* se adensa: trata-se de uma arquitetura que emerge do corpo e o ultrapassa, instaurando espacialidades afetivas e ancestrais. Esta postura, ao mesmo tempo poética e teórica, contribui para ampliar o repertório do urbanismo ao incluir formas de produção espacial baseadas em energia vital, memória e ritualidade. Em suma,

> Axé é uma dimensão polissêmica que permeia o arcabouço, cosmológico, epistêmico e filosófico do Candomblé. Em linhas gerais pode-se traduzir Axé como: energia vital. O Axé é constituído a partir do movimento interativo, interdependente e intercruzado da contração entre dois lugares coexistentes: o Orun – mundo metafísico sem limites o universo espiritual e ancestral e o Ayê – mundo físico com limites o universo natural e humano (Faislon, 2020, p. 19).



Fig. 5: Imagens registradas durante o ritual. Fonte: Autoras, 2025.

Ao procurar compreender como a subjetividade dos corpos, atravessados pelas forças das águas, pela escuta e pelas espiritualidades ancestrais, reconfigura a percepção e a produção da paisagem urbana durante a lavagem das escadarias do Rosário e do beco da Preguiça, em Penedo, observa-se um ativar de memórias, territorialidades e modos de habitar o espaço. “Todo corpo é a porta de entrada para uma infinidade de outros mundos” (Coccia, 2020, p. 151). Os rastros da lavagem, deixados na cidade e no corpo, são também deságue: deságue de memórias, de escutas, de festa e de caminhos ancestrais. Um percurso que se abriu na correnteza dos encontros e que agora se deixa levar pelas águas que atravessam o território, o corpo e o tempo.

A relação entre a rua e os sujeitos que ocupam esses espaços revela dinâmicas socioespaciais que se fazem e refazem constantemente. Essas relações, porém, não são sempre harmônicas. Muitas vezes, o espaço é palco de tensões, como uma

“guerra fria” entre a água perfumada e os corpos aglomerados. Ingold (2015) descreve que, assim como a cultura brota da terra e se ramifica em múltiplas direções, a história também nasce do solo da natureza, mas, neste caso, é concebida como um processo de colonização. Os espaços urbanos, portanto, não são neutros. São moldados pelas interações entre agentes sociais, seus desejos, memórias e lutas. Entender esses espaços exige reconhecer quem são os sujeitos que o constituem, com seus corpos, histórias e afetos. Segundo Grada Kilomba (2019), perceber o outro exige uma objetividade que incorpore a materialidade e a subjetividade do corpo. Os significados se constroem no diálogo entre o eu e o outro, entre o familiar e o desconhecido.

> Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida (...) provocada por experiências que colocam em questão nossas preconcepções sobre nós mesmas/os e nos obriga a nos vermos através dos olhos de "outras/os", nos ajudando a reconhecer a discrepância entre a percepção de outras pessoas sobre nós e nossa própria percepção de nós mesmas/ os: "Quem sou eu? Como as/os "outras/os" me percebem? E o que represento para elas/eles?" (Kilomba, 2019, pp. 42–43).

Trata-se de reconfigurar os dados existentes a partir de saberes historicamente marginalizados, reconhecendo neles vozes legítimas e potentes. Como dizem Nei Lopes e Luiz Antônio Simas (2020, p. 7): “Fazemos parte do Todo, sem conhecê-lo. É preciso humildade. Não o saberemos, resta-nos compor, alumiar e se deixar alumiar”. O mundo que pulsa não se conhece com distanciamento, mas com entrega. A este pensamento pode se somar as reflexões de Ana Clara Torres Ribeiro, que tanto contribuiu nos estudos das cidades ao propor as teorias e cartografias da ação. A socióloga problematizou a leitura dominante dos espaços, que se ancora no visível e no imediato, ignorando a complexidade do território vivido. O território usado, segundo ela, “destaca a vida, as relações (...), espaço banal, o espaço que é de todos e de todas as práticas, incluindo as solidariedades e o agir comunicativo” (Ribeiro, 2012, p. 69). Em certos momentos, a cidade se abre como espaço de troca e expressão. É quando a cidade se permite ser festa. Fora dessas ocasiões, prevalecem normas e lógicas urbanas que restringem, silenciam, excluem. E a pergunta permanece: por que certos gestos e certos corpos só podem existir plenamente quando autorizados pelo calendário? Quando a cidade dança, ela tensiona essa lógica. Nesses instantes, ela se abre como encruzilhada de presenças. Ventre fértil de memórias múltiplas.

5 Considerações finais

Ao procurar compreender como a subjetividade dos corpos, atravessados pelas forças das águas, pela escuta e pelas espiritualidades ancestrais afro-brasileiras, reconfigura a percepção e a produção da paisagem urbana durante a festa, percebe-se o ativar de outras memórias, territorialidades e modos de habitar o espaço. A lavagem não é apenas um evento, mas uma festa que reinventa o urbano, que o reencanta. A cada passo, a cada canto entoado pelas baianas, a paisagem se refaz viva, sensível e insurgente. Em consonância com tema “Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações”, percebe-se que a lavagem atua como campo onde se pode observar diferentes posturas acerca das cidades que se encontram, se tensionam mas também dialogam. A cidade reconhecida pelas leis patrimoniais está ali, assim como a cidade dos sincretismos vivos. Observa-se a Penedo do trabalho e a da festa. São cidades que não se separam, mas se somam e se potencializam. Talvez, a aprendizagem sobre o campo do urbanismo ainda se mostre longe desta mistura, e as práticas patrimoniais se façam ainda reféns dos ordenamentos burocráticos oficiais. Sob a ótica da lavagem, os mundos se tocam, negociam e se reconfiguram mutuamente. A cidade se faz, assim, pela disputa mas também pelas interconexões simbólicas e materiais entre diversas formas de existência: entre o que se pretende fixar como patrimônio e o que insiste em se mover como rito; entre a lógica estatal de regulação e a lógica ancestral de continuidade; entre práticas urbanísticas normativas e epistemologias encarnadas que resistem ao apagamento histórico.

Se o axé é a força vital que circula entre os mundos, os corpos e os tempos, então lavar a cidade é reativar essa energia no espaço urbano. A paisagem, assim, torna-se não apenas campo de disputa simbólica e espiritual. Mas, alegria e bênção. O beco e a escadaria deixam de ser simples vias de passagem, tornam-se territórios onde a cidade se curva diante da força ancestral que insiste em permanecer e se manifestar. Ao assumir uma metodologia sensível e uma cartografia performática, o estudo reforça a importância de reconhecer o corpo como instrumento de pesquisa e de análise urbana. O corpo-pesquisador, ao inserir-se no cortejo, percebe dimensões do espaço que não aparecem nos mapas técnicos e participa de uma cidade que

se faz no movimento, na sensorialidade e no afeto. Por fim, pensar a cidade pelo corpo, pelo efêmero e pela festa é performar novos mundos. A água que escorre carrega o tempo, limpa, inscreve, convoca os ecos da diáspora e dos quilombos urbanos. A lavagem, nesse sentido, é um gesto político. Portanto, o presente artigo não se encerra aqui, mas incita que a pesquisa continue a escorrer pelas bordas do texto. A festa é a reinvenção do viver em coletivo. Esta contribuição se apresenta como mais uma voz entre muitas que acreditam na urgência de falar dessas ancestralidades que nos atravessam como presença viva, que resiste, gira e se transforma.

Referências

Avancini, A. (2021). A interculturalidade da Lavagem do Bonfim da Bahia. *V!RUS, 22*(1), 1–13. https://revistas.usp.br/virus/article/view/229154

Alves, F. (2018). *Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório UFAL. http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5066

Coccia, E. (2020). *Metamorfoses*. Dantes Editora.

Caroatá, J. P. J. da S. (2024). Crônica do Penedo, 1872-1873 [PDF]. História de Alagoas. https://wp.historiadealagoas.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Cronica-do-Penedo.pdf

Debord, G. (1967). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto.

Faislon, L. (2020). *Candomblé: Axé e Ancestralidade como categoria analítica afrocêntric*a. Sibiuni (Sistema de bibliotecas da UNILA), 1–25. https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1828

Ferreira, T. (2021). *Pedagogia da circularidade: Ensinagens de Terreiro*. Telha.

Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, As heterotopias.* N-1 Edições.

Han, B. (2019). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Routledge.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Lopes, N, & Simas, L. (2020). *Filosofias africanas: Uma introdução*. Civilização Brasileira.

Mumford, L. (1982). *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.* Martins Fontes.

Muniz, B. (2019). Penedo, a lógica que lhe deu sentido. In SILVA, M. *A invenção da Cidade*. EDUFAL - EDUFBA.

Prandi, R. (1999). Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. In *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Pallas. https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100008

Ribeiro, A. (2012). Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra, 03*(09), 58–71. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/revista_redobra_num9_ano3_2012.pdf

Rufino, L. (1987). *Pedagogia das Encruzilhadas*. Mórula Editorial.

Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. (4a ed.). Ubu Editora.

Silva, A. (2023). *Arquiteturas costuradas: corpos, gestos e experimentos criativos*. EDUFAL.

Simas, L., & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Mórula Editorial.

Torquato Junior, E. (2018). *"E lá vem ele": uma etnografia da procissão do Senhor Bom Jesus dos navegantes em Penedo/AL* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório UFAL. http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2999

O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA

THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART

JOÃO PAULO DE FREITAS

João Paulo de Freitas é Artista e Doutor em Arte e Cultura Visual. É Professor da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, onde coordena o Projeto LIFE – Laboratório de Inovação na Formação de Educadores, com pesquisas nas áreas de História do Design e Gravura. joao.freitas@uemg.br
http://lattes.cnpq.br/8175824431338605

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Freitas, J. P. (2025). O retrato além do cânone europeu: reinvenções na arte latino-caribenha. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 319-328.
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239968

Resumo

No contexto da arte contemporânea latino-americana e caribenha, o retrato e o autorretrato tornam-se espaços de confronto entre identidade e alteridade, nos quais artistas reescrevem histórias visuais e disputam regimes de representação herdados do colonialismo. Este artigo analisa as estratégias de Ana Mendieta, Firelei Báez, Leasho Johnson, Éder Oliveira e Chiachio & Giannone, articulando descrição visual e interpretação crítica a partir de abordagens decoloniais. Ao observar como essas obras negociam memória, corpo e território, o estudo evidencia modos de produção de subjetividades que ativam interlocuções entre diferentes cosmologias, histórias e visualidades. Em diálogo com o tema *Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações*, argumenta-se que as práticas analisadas instauram lugares de disputa simbólica, nas quais diferenças culturais se articulam por meio de tensões, fricções e reinvenções estéticas. A metodologia combina análise formal e contextual, destacando como essas produções subvertem o paradigma eurocêntrico do retrato e propõem visualidades que confrontam estruturas de poder, ampliando o campo de investigação sobre identidade e representação na arte contemporânea. Os resultados apontam que essas práticas autorrepresentativas constituem dispositivos críticos capazes de tensionar códigos eurocêntricos de representação e propor novos modelos visuais para imaginar identidades e histórias no contexto latino-americano e caribenho.

Palavras-Chave: Multilateralidade, Poéticas decoloniais, Autorretrato, Alteridade, Arte latino-americana.

1 Introdução

O retrato e o autorretrato não se limitam à reprodução do rosto ou do corpo; constituem processos de autoanálise e invenção de si, nos quais a imagem se converte em espaço de construção identitária e de enunciação poética. Nessa perspectiva, o gênero ultrapassa a função descritiva e se afirma como território de experimentação estética e política, capaz de negociar memória, corpo e pertencimento. No contexto latino-americano e caribenho, marcado pela herança colonial e pela experiência diaspórica, essa prática adquire densidade histórica e cultural, operando como uma estratégia de resistência e reconfiguração das narrativas visuais sobre si e sobre o outro. Nesse sentido, o estudo dialoga diretamente com o tema *Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações*, ao investigar como práticas de retrato e autorretrato constituem zonas de atrito e circulação entre repertórios visuais eurocentrados e cosmologias situadas, produzindo negociações simbólicas entre regimes de ver conflitantes.

A investigação parte da pergunta: quais estratégias poéticas têm sido mobilizadas por artistas latino-americanos e caribenhos para construir o retrato e o autorretrato sob uma chave decolonial? Para buscar essa resposta, o estudo analisa obras de Ana Mendieta, Firelei Báez, Leasho Johnson, Éder Oliveira e Chiachio & Giannone, articulando descrição visual contextualizada e interpretação crítica a partir de referenciais que problematizam três conceitos-chave: identidade, alteridade e decolonialidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza histórico-social e caráter analítico-interpretativo, compreendendo como essas imagens operam como dispositivos de disputa simbólica. O *corpus* foi definido por pertinência temática e diversidade de procedências geográficas, incluindo obras apresentadas em exposições, acervos institucionais e publicações especializadas[1].

A identidade é compreendida como uma construção social, histórica e cultural que define pertencimentos individuais e coletivos, sempre sujeita a negociações e transformações (Hall, 2006). Essa concepção afasta-se de noções fixas ou essencialistas, aproximando-se da ideia de identidade como processo contínuo. A alteridade, por sua vez, refere-se à construção do outro — aquele percebido como diferente (Said, 2007; Todorov, 2019). Essa relação pode abrir espaço para o reconhecimento e o diálogo, mas também sustentar práticas de exclusão. Em contextos coloniais e pós-coloniais, identidade e alteridade se

[1] Em observância às diretrizes de direitos autorais e às normas de submissão da revista, as imagens das obras analisadas não foram reproduzidas no corpo do texto. Para garantir a compreensão da análise, optou-se pelo uso da écfrase (descrição detalhada) e pela indicação, em nota de rodapé, dos links oficiais para consulta aos acervos das instituições detentoras ou dos artistas.

entrelaçam: a definição de quem somos frequentemente se constrói em contraste com quem não somos. Por fim, a decolonialidade é entendida como uma perspectiva crítica voltada a desestabilizar hierarquias e narrativas herdadas do colonialismo (Mignolo, 2007, 2012; Walsh, 2019). Ela busca promover formas plurais de ver, narrar e representar, valorizando saberes e práticas historicamente marginalizadas.

Essas três noções não são tratadas de forma isolada no estudo: atravessam e orientam a análise das obras, permitindo compreender como o retrato e o autorretrato funcionam como territórios de disputa simbólica e invenção de novas formas de visibilidade. Metodologicamente, a investigação articula três procedimentos complementares: 1) a análise formal, considerando composição, pose, enquadramento e materialidade; 2) a interpretação contextual, articulando elementos históricos, culturais e políticos; e 3) a leitura crítica orientada pelas categorias analíticas de identidade/alteridade, agência do sujeito retratado e relações entre corpo, memória e território. Essa abordagem integra sensibilidade poética e rigor analítico, aproximando estética e política na produção contemporânea.

2 Arte visuais e decolonialidade

Pensar a arte sob um viés decolonial exige adotar outra perspectiva analítica. É necessário afastar-se do enquadramento rígido dos cânones e metodologias eurocêntricas para enxergar o que foi sistematicamente colocado fora de quadro. Isso implica reconhecer que a história da arte e os estudos da imagem sempre atuaram como filtros seletivos, definindo o que merece ser visto, narrado e preservado. Nessa mudança de compreensão, a imagem deixa de ser simples representação direta do real e se revela como um artefato ativo, capaz de consolidar ou desestabilizar regimes de poder, como observa Nicholas Mirzoeff (2011). A partir dessa perspectiva, o campo visual torna-se terreno privilegiado para analisar conflitos epistêmicos e disputas de representação. Essa abordagem reforça que as tensões visuais não são neutras, mas atravessadas por estruturas históricas de dominação.

Essas tensões estão enraizadas na colonialidade do poder — estrutura global que, mesmo após o fim formal do colonialismo, continua a organizar hierarquias raciais, culturais e epistêmicas. Aníbal Quijano (2007b) demonstra que essa lógica opera também na colonização do imaginário, impondo padrões de conhecimento e linguagem que transformam a matriz europeia em paradigma universal. No contexto latino-americano e caribenho, romper com esses padrões implica não apenas criar novas imagens, mas redefinir os próprios critérios de legitimidade artística. Nas artes visuais, isso demanda investigar quem decide o que é arte, quem pode narrá-la e quais parâmetros sustentam essa validação. Walter Mignolo (2012) ressalta que uma estética decolonial desloca deliberadamente o olhar da matriz eurocêntrica e valoriza formas de criação enraizadas em histórias e sensibilidades silenciadas pela modernidade colonial. Nesse sentido, o ato criativo assume função crítica, tensionando estruturas estéticas e políticas naturalizadas.

Quijano amplia essa compreensão ao mostrar que hierarquias de poder e saber moldam também os modos de classificar e difundir a produção artística. Essa constatação dialoga com Stuart Hall (2006), para quem a representação é sempre um campo de disputa identitária. Cada imagem é atravessada por posições históricas e culturais específicas. Analisar a arte latino-americana e caribenha, portanto, exige mais do que reconhecer suas temáticas: é necessário expor os sistemas de interpretação que condicionam sua recepção no circuito global, revelando quais narrativas são valorizadas e quais permanecem invisibilizadas. Esse debate converge com o conceito de pensamento abissal formulado por Boaventura de Sousa Santos (2009), que denuncia linhas radicais que separam o conhecimento reconhecido como legítimo daquele declarado inexistente. Nas artes, isso se manifesta tanto na exclusão de tradições não europeias quanto na apropriação seletiva de repertórios culturais reinterpretados sob lentes hegemônicas.

Ao propor uma ecologia de saberes, Santos defende a coexistência entre formas científicas e não científicas, artísticas e comunitárias, eruditas e populares. A partir dessa articulação teórica, o gesto decolonial pode ser compreendido como um duplo movimento: denunciar mecanismos de exclusão e hierarquização estética e, ao mesmo tempo, criar regimes de visibilidade nos quais a diversidade epistemológica se converte em potência criadora. Essa perspectiva também questiona a própria estrutura moderna dos gêneros artísticos. Consolidada na Europa entre os séculos XVII e XIX, essa estrutura hierarquizou modalidades visuais, colocando a pintura de história no topo e relegando o retrato a papéis secundários. Mesmo o modernismo, ao tentar

romper com essas hierarquias, preservou aspectos dessa lógica (Dória, 2008). Uma abordagem decolonial, portanto, desloca o foco dos gêneros normativos para práticas que emergem de contextos socioculturais específicos.

Na produção contemporânea da América Latina e do Caribe, revisitar o retrato e o autorretrato sob lentes decoloniais significa ampliar o horizonte de leitura. O retrato deixa de ser simples registro individual e passa a ser espaço de enunciação política, negociação identitária e confronto com visualidades coloniais. Ao transformar corpo e rosto em territórios de criação, artistas dessa região desenvolvem estratégias que desestabilizam fronteiras entre o eu e o outro, entre memória individual e coletiva, entre visibilidade e apagamento. Instauram-se novas formas de presença no cenário global da arte, contribuindo diretamente para os diálogos multilaterais propostos por esta edição da revista.

3 O gênero do retrato no sistema acadêmico eurocêntrico

No sistema acadêmico europeu, consolidado entre os séculos XVII e XIX, os gêneros pictóricos eram hierarquizados conforme valores estéticos e sociais. A pintura de história ocupava o topo, seguida pela pintura de gênero e pela paisagem; em posição inferior estavam o retrato e a natureza-morta. A nobreza do tema era associada ao prestígio artístico, razão pela qual narrativas religiosas, mitológicas ou históricas de grande escala eram mais valorizadas do que representações de indivíduos ou objetos cotidianos (West, 2004). Nesse arranjo, o retrato foi concebido como prática secundária, mesmo quando amplamente difundido. Embora socialmente relevante, manteve posição subordinada: atendia a demandas privadas ou institucionais, como preservar memórias familiares, afirmar status e consolidar imagens públicas. Ao contrário da pintura histórica, era visto como gênero incapaz de oferecer o suposto engrandecimento moral ao espectador, o que reforçava sua marginalização (West, 2004).

O autorretrato e o retrato de artistas possuem longa trajetória e ganham novos sentidos no Renascimento, quando o criador reivindica um estatuto intelectual próximo ao do filósofo ou poeta. A autorrepresentação passa a atuar como estratégia de legitimação profissional e social, incorporando atributos visuais que comunicam erudição e distinção. Nos séculos XVII e XVIII, com o fortalecimento das academias, prevalecem representações que enfatizam disciplina e racionalidade; já o Romantismo introduz a ênfase na subjetividade e na individualidade criativa (Freitas, 2013). Essa tradição moldou a prática moderna do retrato no Brasil e na América Latina. O gênero foi incorporado a partir de pressupostos acadêmicos europeus e, no século XIX, consolidou-se como instrumento de afirmação social e construção de uma imagem nacional. Mesmo com a ascensão da fotografia, o retrato pictórico manteve prestígio simbólico e continuou a operar como discurso identitário. Artistas utilizaram-no para veicular narrativas culturais e políticas, deslocando-o para arenas de disputa simbólica (Freitas, 2015).

No caso brasileiro, Sergio Miceli (1996) propõe compreender o retrato como imagem negociada. Ele resulta tanto da competência estética do artista quanto das estratégias de afirmação social do retratado. Não é apenas representação individual, mas tradução plástica de sinais de posição social, aspirações políticas, filiações culturais e modos de distinção. Entre artista e modelo estabelece-se um jogo de legitimidades recíprocas: o artista reforça sua autoridade no campo, enquanto o retratado consolida sua imagem pública e seu lugar nas redes de poder. Já Peter Burke (2004) destaca que o retrato deve ser visto também como evidência histórica — mas não de forma ingênua — pois é resultado de escolhas, enquadramentos e convenções visuais que refletem valores e estruturas de poder do contexto em que foi produzido. John Berger (1999) acrescenta que toda imagem é produto de um modo de ver, tanto do artista que a cria quanto do espectador que a interpreta. No retrato acadêmico, esse modo de ver está imerso em premissas sobre beleza, status e gosto, frequentemente naturalizadas.

Esse enquadramento histórico serve como contraponto para pensar o gênero produzido por artistas latino-americanos e caribenhos sob outras lógicas — menos comprometidas com hierarquias herdadas e mais abertas a modos de ver, representar e narrar que afirmam identidades plurais e experiências marginalizadas. Para orientar uma leitura comparativa, elaborou-se um quadro comparativo entre compreensões tradicionais, eurocentradas, e perspectivas decoloniais do retrato (Quadro 1). Ele não se propõe como modelo normativo, mas como instrumento inicial de aproximação às imagens, permitindo identificar continuidades, inversões ou deslocamentos em relação ao paradigma histórico e reconhecer estratégias poéticas que articulam identidade e alteridade na produção latino-americana e caribenha.

EIXO DE ANÁLISE	PERSPECTIVA TRADICIONAL EUROCENTRADA	PERSPECTIVA DECOLONIAL
FUNÇÃO SOCIAL	Legitimação de status, poder e prestígio; registro oficial e institucional	Resistência cultural, afirmação comunitária, denúncia de injustiças
CENTRO DA REPRESENTAÇÃO	Ênfase na fisionomia como prova de identidade individual	Corpo-território, identidades coletivas, múltiplas e mutáveis
ESTÉTICA E TÉCNICA	Óleo sobre tela, escultura clássica, técnicas consagradas	Mídias híbridas, artes populares, suportes têxteis, performance e instalação
RELAÇÃO COM O TEMPO	Identidade fixa, atemporal, idealizada	Identidade processual, mutável, situada no tempo e espaço
HIERARQUIAS VISUAIS	Valorização da “alta arte” e das artes eruditas	Valorização de linguagens historicamente marginalizadas e artes “menores”
NARRATIVA VISUAL	Composição centrada, pose formal, equilíbrio e simetria	Composições fragmentadas, narrativas plurais, excesso ornamental como estratégia
POSIÇÃO DO ESPECTADOR	Olhar contemplativo, passivo e distante	Olhar implicado, diálogo com a obra, participação ativa
DIMENSÃO POLÍTICA	Neutralidade aparente, reforço de hierarquias sociais	Confronto com hegemonias, contravisualidade, reexistência
MEDIAÇÃO COM O OUTRO	Relação unilateral artista–retratado–público	Processos colaborativos, coautoria, diálogo intercultural
RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA ARTE	Continuidade e reverência aos cânones	Apropriação crítica, subversão e reescrita da tradição

Quadro 1: Comparação entre a compreensão tradicional eurocentrada do retrato e uma abordagem decolonial. Fonte: Autor, 2025.

4 Outras vias de acesso ao retrato

Encarar o retrato por outras vias exige reconhecer o peso das narrativas que o moldaram. A história da arte, tal como foi formalizada no Ocidente, construiu-se sobre um corpus teórico que não apenas descreveu, mas hierarquizou modos de ver. Nomes como Winckelmann, Lessing, Baumgarten, Wölfflin e Panofsky ajudaram a sedimentar um sistema que ordenou gêneros e definiu padrões estéticos que, sob o manto do universal, traduzem preferências culturais europeias e excluem outras

sensibilidades (Wagner, 2024). Confrontar esse legado normativo é o primeiro passo para abrir espaço a epistemologias visuais plurais, nas quais o retrato possa operar fora das hierarquias herdadas.

Nesse arcabouço, o retrato não é apenas uma forma artística, mas um documento de relações de poder. Ao mesmo tempo que preserva fisionomias, seleciona, enquadra e performa status, alianças e identidades sociais. Ler essas imagens como evidências históricas é compreender as intenções de quem as produziu e as estruturas que as sustentaram (Burke, 2004). Todo olhar é mediado por convenções, interesses econômicos e imaginários de poder — o que, no retrato, se manifesta em quais corpos são dignos de serem fixados e sob quais códigos visuais essa fixação ocorre (Berger, 1999). A análise desloca-se da contemplação formal para a crítica do regime de visibilidade que organiza o ver e o ser visto.

A crítica decolonial propõe intervir nessa própria matriz visual. Para Mignolo, a estética decolonial não é um estilo, mas uma opção política e epistemológica que busca libertar a *aiesthesis* — o sentir — das amarras normativas da estética moderna. Esse gesto exige reconhecer a herança colonial, marca histórica e sensorial da subalternização, e atuar sobre a colonialidade do ver, que regula não apenas o que vemos, mas como vemos (Mignolo, 2017). Nessa direção, Madina Tlostanova propõe o anti-sublime decolonial — uma recusa ao sublime kantiano e ao ideal de beleza universal — substituindo-os por uma sensibilidade transmoderna, enraizada em histórias locais e aberta à diferença, na qual razão e emoção se reencontram fora das grades coloniais (Tlostanova, 2011).

Essa mudança de perspectiva ancora-se no diagnóstico de Quijano (2007a) sobre a colonialidade do poder e do saber: regimes visuais integram uma estrutura global que define quem pode ser visto e de que forma. Joaquín Barriendos amplia essa reflexão ao cunhar o conceito de colonialidade do ver, que revela como arquivos e práticas visuais racializadas se reproduzem, mesmo em linguagens contemporâneas (Barriendos, 2019). O olhar, portanto, é também um campo de disputa política e sensorial, no qual a crítica desconstrói e a reexistência propõe. Aníbal Albán Achinte descreve práticas que inventam novas formas de narrar e visualizar o mundo a partir de cosmopercepções próprias, não subordinadas às narrativas coloniais (Achinte, 2009b). Franciele Clara Peloso e co-autores (2023) analisam a produção indígena contemporânea, mostrando como artistas rompem com a exotização e constroem imagens que emergem do diálogo entre memória e presente, entre comunidade e indivíduo. Sandra Benites e colegas (2020) como corpo-território, em que grafismos, gestos e materiais não são ornamentos, mas extensões de cosmologias e redes de pertencimento.

Frantz Fanon lembra que o olhar colonial é também uma violência simbólica, capaz de produzir alienação e impossibilidade ontológica no sujeito representado (Fanon, 2008). Contra esse olhar, o retrato — e, sobretudo, o autorretrato — afirma existência e agência, tornando-se gesto de resistência que converte representação em presença. Pensar o retrato por outra perspectiva, portanto, é deslocá-lo de sua função tradicional de fixar e legitimar hierarquias para fazê-lo operar como espaço de reinvenção do olhar e do sentir. Nesse processo, o retrato deixa de ser documento e passa a constituir território político, estético e sensorial de disputa e criação.

O quadro comparativo (Quadro 1) atua como síntese metodológica dessas diferenças entre o paradigma eurocentrado e a abordagem decolonial. Mais do que listar contrastes, ele serve como guia de observação para identificar deslocamentos, subversões e reconfigurações do gênero, conectando teoria e análise. Sua elaboração partiu de uma leitura crítica de distintas concepções do retrato ao longo da história da arte e da cultura visual. Na vertente eurocentrada, considerou-se o retrato como registro de status e distinção, fundamentado em convenções estéticas e sociais discutidas pela tradição ocidental. Em contraste, a perspectiva decolonial foi construída a partir de referenciais que questionam hierarquias e narrativas visuais herdadas do colonialismo, deslocando o centro da representação para corpos e memórias marginalizadas — conforme apresentado na introdução.

A definição dos critérios analíticos seguiu dois passos: 1) o mapeamento de eixos recorrentes na literatura sobre o retrato, abrangendo função social, centro da representação, escolha técnica, relação com o tempo, hierarquias visuais, narrativa, posição do espectador e dimensão política; e 2) a contraposição das características associadas a cada eixo nas duas perspectivas, evidenciando contrastes e interseções. Essa metodologia busca não apenas marcar diferenças, mas identificar zonas híbridas e categorias emergentes que transgridem fronteiras rígidas entre modelos. O Quadro 1 não é um modelo fixo

ou normativo: funciona como guia flexível de aproximação às imagens, permitindo reconhecer, em cada obra, estratégias de continuidade, subversão ou reinvenção do gênero. Ele traduz conceitos teóricos em prática analítica e integra teoria, método e crítica em um mesmo gesto interpretativo.

5 Retratos outros

Nesta seção, serão explorados autorretratos e trabalhos autorreferenciais de artistas latino-americanos e caribenhos, com o objetivo de compreender de que maneira essas produções tensionam a tradição eurocêntrica do gênero retrato e propõem outras matrizes de visualidade. As obras selecionadas serão examinadas a partir de um diálogo entre referenciais teóricos — relacionados à crítica à colonialidade do ver e à estética decolonial — e observações formais e contextuais que emergem da leitura atenta das imagens. Esse percurso adota uma abordagem comparativa, buscando evidenciar, em cada análise, como estratégias poéticas, escolhas visuais e posicionamentos políticos operam na construção de regimes de visibilidade alternativos. Com base no quadro conceitual desenvolvido nas seções anteriores, passa-se agora à aplicação desses referenciais na leitura das obras, considerando elementos formais e aspectos contextuais. Essa transição da teoria para a análise mantém uma relação de mão dupla: verifica como os conceitos iluminam a leitura das obras e observa como as próprias imagens tensionam, expandem ou complexificam esses referenciais.

Sob essa perspectiva, a obra de Ana Mendieta apresenta um exemplo contundente de confronto com a tradição eurocêntrica. No início da década de 1970, a artista desenvolveu trabalhos performáticos que questionavam convenções de gênero, destacando-se *Untitled* (*Facial Hair Transplants*)[2] (1972). A análise da documentação fotográfica revela a potência do gesto: nessa obra, Mendieta transplanta pêlos faciais de um outro artista para o próprio rosto num processo minucioso de colagem capturado em close-up, criando uma imagem liminar de um corpo feminino marcado por atributos tradicionalmente masculinos. O registro evidencia a tensão entre a pele lisa da artista e a textura áspera da barba postiça. A ação atua como uma desnaturalização do olhar (Berger, 1999), expondo que a leitura visual do gênero é ancorada em códigos culturais. Ao inserir um signo masculino no próprio rosto, a artista rompe a lógica binária e desmonta a expectativa de feminilidade ocidental, mobilizando dicotomias essencialistas para torná-las ambíguas (Blocker, 1999).

Essa recusa à fixidez é aprofundada na série *Silueta*[3] (1973–1980). A análise crítica de intervenções como o exemplar *Untitled (Silueta Series)* revela uma fusão visceral entre corpo e natureza: nessas obras, a artista imprime a silhueta de seu corpo diretamente na paisagem — seja na lama ou na areia — preenchendo o vazio com materiais orgânicos. A presença física se alterna com a ausência, instaurando um diálogo entre corpo, território e ancestralidade que ressoa com a cosmopercepção decolonial de Mignolo (2012) e o ato de re-existência de Achinte (2009a). Na lógica eurocêntrica, o retrato tende a fixar identidades hierárquicas; em contrapartida, Mendieta constrói um “eu” mutável e insurgente. Trata-se de uma operação de descolonização do ver que desloca o espectador, confrontando-o com a artificialidade das categorias usadas para interpretar o corpo. Assim, tanto os transplantes faciais quanto as silhuetas funcionam como pontos de inflexão, tensionando as estruturas estéticas e epistemológicas da representação.

Na obra de Firelei Báez, o retrato assume outra forma de enfrentamento, equilibrando-se entre a tradição do gênero e a invenção de regimes visuais alternativos onde a figura feminina aparece cercada por símbolos das cosmologias afro-caribenhas. Em *Given the ground (the fact that it surprised me, doesn’t mean that I would abandon it)*, apresentada na mostra Histórias Afro-Atlânticas[4] (2022), a figura central ocupa a tela com imponência. A descrição do gesto pictórico evidencia a estratégia da artista: o rosto, exceto pelos olhos que encaram o espectador, é coberto por um padrão marmorizado em roxo e amarelo, criando uma espécie de pele-cartografia em fluxo. O turbante vermelho e a moldura escultural branca atuam como

---

[2] Referência visual e contexto da obra disponíveis na página da *exposição Radical Women: Latin American Art*, 1960–1985, organizada pelo Hammer Museum (UCLA): https://hammer.ucla.edu/radical-women/art/art/untitled-facial-hair-transplants.

[3] Ana Mendieta, *Untitled* (*Silueta Series*, México), 1976. Coleção Solomon R. Guggenheim Museum (Nova York). A documentação visual desta obra, representativa da série, pode ser consultada no acervo digital da instituição: https://www.guggenheim.org/artwork/5216.

[4] Firelei Báez, *Given the ground (the fact that it surprised me, doesn’t mean that I would abandon it),* 2017. Acrílica e óleo sobre tela. Obra integrante da exposição *Afro-Atlantic Histories*. Referência visual e contexto da mostra disponíveis na página oficial da *National Gallery of Art* (Washington): https://www.nga.gov/exhibitions/2022/afro-atlantic-histories.html.

marcadores que conectam ancestralidade e reapropriação crítica. Ao negar o rosto como centro identificador, Báez subverte a lógica fisionômica eurocêntrica (Berger, 1999; Mirzoeff, 2011) e sustenta a tensão entre presença e ausência, dialogando com a identidade como processo (Hall, 2006) e a crítica à colonialidade do ver (Quijano, 2000).

O gesto de Báez situa-se no cruzamento entre resistência cultural e contravisualidade, desmontando a transparência ilusória do retrato por meio de uma redistribuição do sensível (Rancière, 2005). A presença escultórica da moldura rompe a bidimensionalidade e envolve o espectador, obrigando-o a reconhecer que todo ato de ver é perspectivado. A obra apresenta-se, assim, como um autorretrato expandido e simbólico, no qual a figura encarna um corpo coletivo moldado por histórias afro-atlânticas. Já o artista jamaicano Leasho Johnson transita entre pintura e intervenção urbana para tensionar convenções de gênero e sexualidade, dialogando com a estética do dancehall. Um exemplo significativo ocorre na obra *6:30*[5] *(2014),* em que o artista utiliza a técnica de lambe-lambe para inserir figuras caricaturais diretamente nos muros da *Kingston Parish Church*. A imagem apropria-se do passo de dança homônimo, no qual o corpo feminino se curva projetando o quadril, confrontando a moralidade religiosa com a hipersexualidade performativa.

A intervenção de Johnson ativa a colonialidade do ver ao revelar corpos sujeitos à vigilância, recusando o paradigma do retrato idealizado em favor da performance corporal e do gesto como núcleo identitário. Ao conectar a figura histórica das *higglers* a imaginários contemporâneos com uma estética pop (Saunders, 2018), o artista reforça a lógica de reexistência, apropriando-se de linguagens populares para reposicionar corpos negros. De modo análogo, Éder Oliveira investiga a racialização na Amazônia, apropriando-se de fotos de páginas policiais para tensionar a estigmatização de corpos. Isso é visível na obra Refração[6] (2018). Nesta tela de grandes dimensões, o rosto de um homem amazônico — cujos traços remetem aos retratos policiais — é banhado por uma monocromia vermelha vibrante. O vermelho funciona como filtro crítico de memória e urgência, enquanto a monumentalidade da obra demanda uma experiência iniludível, deslocando o espectador da posição de consumidor passivo para a de testemunha implicada.

A série Páginas Vermelhas de Oliveira insere-se na matriz comparativa como um contra-arquivo, reescrevendo narrativas visuais sobre indivíduos estigmatizados e convertendo imagens de exclusão em dispositivos de agência. Paralelamente, a série Familia, de Chiachio & Giannone, transporta o retrato para o bordado artesanal. Na obra *Family in Six Colors #2*[7] (2018) as composições simulam poses fotográficas tomadas por um emaranhado cromático exuberante onde a figura do casal e seus animais se dissolve e se refaz entre fios coloridos, celebrando uma domesticidade queer vibrante. Essa escolha desafia hierarquias da história da arte que relegaram o têxtil ao decorativo, reposicionando o retrato como espaço afetivo e evocando a identidade mestiça de Gloria Anzaldúa (1987). O trabalho desnaturaliza convenções (Berger, 1999), trocando a ostentação de status pela intimidade e propondo uma "opção decolonial estética" (Mignolo, 2012) onde o retrato é um tecido de relações que escapam às normativas de parentesco.

Em suma, as obras analisadas revelam que, apesar das distinções de suporte e contexto, Mendieta, Báez, Johnson, Oliveira e Chiachio & Giannone convergem na recusa a modelos hierárquicos de representação. Cada artista reposiciona o retrato como campo de disputa simbólica: Mendieta através do corpo-território liminar; Báez pela negação parcial do rosto e hibridismo cultural; Johnson transformando a rua em palco de re-existência; Oliveira operando um contra-arquivo da dignidade; e Chiachio & Giannone expandindo o retrato para o afeto têxtil. No cruzamento com o quadro comparativo (Quadro 1), observa-se a intersecção de categorias como resistência cultural, contravisualidade e identidade mestiça. Essa diversidade confirma que o retrato, sob uma perspectiva decolonial, é um campo de experimentação onde memória e política se entrelaçam, produzindo identidades e alteridades que abrem brechas para novas formas de existir e serem narradas.

---

[5] Leasho Johnson, 6:30, 2014. Intervenção urbana (papel e cola de trigo/lambe-lambe). Kingston, Jamaica. O registro documental desta e de outras obras da série "Pim-Pim" pode ser consultado no portfólio oficial do artista: https://www.leashojohnson.com.

[6] Éder Oliveira, Refração, 2018. Óleo sobre tela. O registro visual desta e de outras obras da série "Páginas Vermelhas" encontra-se disponível no portfólio oficial do artista: https://www.ederoliveira.net/obras.

[7] Chiachio & Giannone, Family in Six Colors #2 (Família a seis colores #2), 2018. Bordado manual com fios de algodão e rayon sobre tecido. A documentação desta e de outras obras da série Família pode ser consultada no site oficial dos artistas: http://chiachiogiannone.com.

6 Considerações finais

A análise das obras destaca que, no contexto latino-americano e caribenho, o retrato e o autorretrato se constituem como espaços privilegiados de reescrita histórica e de afirmação cultural, operando simultaneamente nas dimensões estética, política e afetiva. Ao articular conceitos teóricos com leituras formais e contextuais, este estudo buscou ampliar a compreensão das poéticas decoloniais, situando o autorretrato como prática estratégica de resistência e criação. Mais do que retratar um eu isolado, as obras examinadas tensionam fronteiras entre o individual e o coletivo, o local e o transnacional, convocando o espectador a rever seus modos de ver. Nesse sentido, e em consonância com o tema desta edição, constata-se que essas práticas instauram arenas de negociação simbólica onde diferentes cosmopercepções e repertórios visuais entram em confronto. Ao evidenciar como esses artistas operam entre regimes visuais conflitantes, o estudo reforça a potência do retrato como espaço multilateral de disputa, reimaginação e produção de subjetividades em contextos pós-coloniais.

Como campo de pesquisa, permanece aberta a possibilidade de aprofundar investigações sobre outras intersecções entre autorrepresentação, deslocamentos geográficos e hibridismos visuais, bem como explorar como essas práticas dialogam com suportes emergentes, tecnologias digitais e redes transnacionais de circulação de imagens. Essa abertura não busca encerrar o debate, mas sugerir que o retrato, em chave decolonial, continua a ser um território fértil para pensar identidades em movimento e para imaginar outras histórias visuais possíveis.

Referências

Achinte, A. A. (2009a). Artistas indígenas y afrocolombianos: Entre las memorias y las cosmovisiones. Estéticas de la re-existencia. In W. Mignolo, & Z. Palermo (Eds.), *Arte y estética en la encrucijada descolonial* (pp. 83–112). Ediciones del Signo.

Achinte, A. A. (2009b). *El re-existir de la imagen: Las ontologías relacionales en las poéticas y políticas del sur*. Universidad de Caldas.

Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. Aunt Lute Books.

Barriendos, J. (2019). A colonialidade do ver: Rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. *Epistemologias do Sul*, *3*(1), 38–56. https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2434

Benites, S., Ekman, A., & Amaro, F. (2020). Encontros entre a arte e a educação escolar indígena: por uma educação não assimilacionista. *Revista GEARTE*, *7*(3), 466–483. https://doi.org/10.22456/2357-9854.109565

Berger, J. (1999). *Modos de ver* (L. A. Pereira, Trad.). Rocco. (Obra original publicada em 1972)

Blocker, J. (1999). *Where is Ana Mendieta?: Identity, performativity, and exile*. Duke University Press.

Burke, P. (2004). *Testemunha ocular: História e imagem*. EDUSC.

Dória, R. P. (2008). Entre retratos, paisagens, alegorias e histórias: A sobrevivência dos gêneros na arte brasileira contemporânea. *IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP*, 514–519.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). EDUFBA. (Obra original publicada em 1952)

Freitas, J. P. de. (2013). *Artistas visuais nos retratos fotográficos: Da tradição aos retratos de artistas no Jornal Correio* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da UFU. https://doi.org/10.14393/ufu.di.2013.187

Freitas, J. P. de, Boaventura, M. C. R. (2015). O gênero do retrato na contemporaneidade: Entre o pictórico e o fotográfico. *XI Encontro de História da Arte*, *11*, 240–250.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. da Silva; G. L. Louro, Trads.). DP&A. (Obra original publicada em 1992)

Miceli, S. (1996). *Intelectuais à brasileira: A política cultural, cultura e política*. Companhia das Letras.

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade (M. Oliveira, Trad.). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *32*(94), e329402. https://doi.org/10.17666/329402/2017

Mignolo, W. D. (2012). Primera Parte: Lo Nuevo y Lo Decolonial. In P. P. Gómez, & W. Mignolo (Eds.), *Estéticas y opción decolonial* (pp. 21–47). Universidad Distrital Francisco José de Caldas & Duke University.

Mignolo, W. D. (2007). *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Gedisa.

Mirzoeff, N. (2011). *The right to look: A counterhistory of visuality*. Duke University Press.

Nascimento, E. (2020). Retratos, autorretratos, alter-retratos: Um ensaio-testemunho. *Revista Poiésis*, *21*(36), 145–160. https://hal.science/hal-03778071

National Gallery of Art. (2022). *Afro-Atlantic Histories*. https://www.nga.gov/exhibitions/afro-atlantic-histories

Peloso, F. C., Mota Neto, J. C., Machado, É. R. (2023). Arte e estética decolonial: Um diálogo a partir da colonialidade do ver. *Revista Práxis Educacional*, *19*(50), e12049. https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.12049

Quijano, A. (2000). El fantasma del desenvolvimento en América Latina. *Revista de Ciencias Sociales*, *6*(2), 7–21. https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369

Quijano, A. (2007a). Colonialidade do poder e classificação social. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73–117). Cortez.

Quijano, A. (2007b). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, *21*(2–3), 168–178. https://doi.org/10.1080/09502380601164353

Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: Estética e política*. EXO/34.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (R. Eichenberg, Trad.). Companhia das Letras.

Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23–71). Cortez.

Saunders, P. J. (2018). Church inna session: Leasho Johnson, mapping the sacred through the profane in Jamaican popular culture. *Small Axe*, *22*(2), 86–99. https://smallaxe.net/cqv/issue-01/pdfs/CQV-086%20patriciaJ-SAUNDERS.pdf

Tlostanova, M. (2011). La aesthesis trans-moderna en la zona fronteriza euroasiática y el anti-sublime decolonial. *Calle14*, *5*(6), 10–27. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3735469

Todorov, T. (2019). *A conquista da América: A questão do outro* (B. Perrone-Moisés, Trad., 5a ed.). WMF Martins Fontes.

Wagner, C. (2024). Consciência histórica e estética: Arte e imagem (de)colonial. *Eikón / Imago*, *13*, e88891. https://doi.org/10.5209/eiko.88891

Walsh, C. (2019). Interculturalidade e decolonialidade do poder: Um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas*, *5*(1), 6–38. (Trabalho original publicado em 2007)

West, S. (2004). *Portraiture*. Oxford University Press.

A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR

THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR

ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS

Ariel Luís Romani Lazzarin é Arquiteto, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa urbanismo, paisagismo, design, história da arquitetura e arquitetura moderna no Brasil e na América Latina. allazzarin@usp.br
http://lattes.cnpq.br/1077994854085483

Carlos Alberto Ferreira Martins é Arquiteto e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor Titular Sênior do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tem experiência de pesquisa em História da Arquitetura e Urbanismo, especialmente em arquitetura e urbanismo das vanguardas europeias e arquitetura e urbanismo modernos no Brasil e na América Latina. cmartins@sc.usp.br
http://lattes.cnpq.br/7689101674915215

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Lazzarin, A. L. R. & Martins, C. A. F. (2025). A exposição Repassos e o moderno interesse pelo popular. *V!RUS, (30)*. Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 329-351. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239951

Resumo

A *Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro* foi a síntese de um trabalho marcado pelo acúmulo de conteúdos e diálogos que confrontaram posturas teórico-metodológicas, técnicas e tecnológicas, apresentando uma realidade de pobreza de forma contundente e que reverbera ao longo das décadas seguintes. O produto apresentado no MASP marcou a investigação sobre modos de fazer de uma prática enraizada no processo de colonização da região a partir do século XVII e que persistiu, até a segunda metade do século XX, como expressão de resistência cultural. Sob a ótica de autores como Lina Bo Bardi e sua compreensão de fenômenos como o pré-artesanato, o presente estudo tem como objetivo discutir a mostra como oportunidade para a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro e alternativa à lógica do capital e às formas de modernidade hegemônicas. A metodologia articulou pesquisa histórica e análise documental, combinando etnografia e estudo técnico do fazer. Os resultados indicam que, a partir do trabalho cooperativo entre artista e tecedeiras, construiu-se oportunidade decisiva para a preservação de saberes e interpretações sobre o debate teórico contemporâneo, oferecendo perspectivas para a produção de saberes comprometidos com a revisão das hierarquias estruturantes da cultura brasileira.

Palavras-Chave: Tecelagem Manual, Triângulo Mineiro, Exposição, Popular, Movimento Moderno.

1 Introdução

Há décadas, desenvolvem-se práticas, registros e investigações em torno da tecelagem manual no Triângulo Mineiro[1]. Essa delimitação suscita indagações relevantes: quais são suas origens? Quais suas características? A prática ainda persiste? Embora os fatores que contribuíram para a consolidação desse saber tradicional extrapolem os limites do presente estudo, é possível afirmar que a *Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro*, realizada entre 9 e 28 de setembro de 1975 no Museu de Arte de São Paulo (MASP), conforme apresentado na Figura 1, constituiu o primeiro produto cultural a atribuir uma leitura regionalizada à prática da tecelagem, cujos desdobramentos reverberam, sob distintas formas, nos últimos 50 anos. A mostra pode ser compreendida como um marco de resistência, ao tornar visível um saber-fazer historicamente marginalizado pelas narrativas hegemônicas da modernidade; um entendimento construído a partir de uma reflexão crítica sobre o significado histórico, simbólico, técnico e material da exposição. Pela natureza do objeto, que envolve práticas técnicas, sociais e simbólicas, adotou-se uma metodologia que articula pesquisa histórica, análise documental e observação etnográfica, possibilitando compreender a tecelagem manual não apenas como um fazer material, mas como um campo de sentidos e relações, atravessado por modos de transmissão, gestos e memórias coletivas. A análise dos registros da mostra, articulada ao estudo das práticas e trajetórias das pessoas envolvidas, permitiu reconhecer os desdobramentos dessa obra.

Propõe-se iniciar a análise pela decomposição descritiva e interpretativa do próprio título, tomado como chave de leitura do conteúdo apresentado. Nesse percurso, introduzem-se ao leitor o conceito de repasso, a atuação do artista Edmar de Almeida e sua interlocução com as tecedeiras da região, elementos considerados indispensáveis à presente investigação. Antes de passarmos à decomposição proposta, é importante uma breve contextualização a partir de um panorama histórico conciso sobre a tecelagem manual no território em estudo. Em Minas Gerais, ao longo do período colonial e pós-colonial, desenvolveu-se uma tecnologia artesanal essencialmente feminina, marcada por um saber técnico transmitido entre gerações e, inicialmente, voltada à subsistência doméstica, onde as mulheres teciam “para o gasto”, ou seja, com finalidade estritamente utilitária, bem como na confecção de enxovais[2]. Segundo Cláudia Renata Duarte (2011), a partir da segunda metade do século XVIII a produção têxtil manual passou a extrapolar os limites do consumo próprio, ganhando proporções comerciais em diferentes localidades da então Capitania de Minas Gerais. Tal expansão provocou reações da metrópole

[1] Oficialmente, a região é definida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

[2] Hoje ainda é possível encontrar arcas/caixas de madeira fabricadas artesanalmente onde eram armazenadas peças tecidas em tear manual e oferecidas às moças quando de seu casamento.

portuguesa, que via com preocupação o crescimento autônomo dessa prática econômica. Em decorrência disso, foram decretadas medidas restritivas pela Coroa Portuguesa, visando limitar a manufatura local e evitar o enfraquecimento da dependência econômica da colônia em relação à metrópole.

No entanto, determinadas produções foram isentas da proibição, como registram documentos da época: “dos ditos Teares, e Manufacturas, em que se técem, ou manufacturam Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuario dos Negros, para enfadar, e empacotar Fazendas, e para outros Ministérios similhantes” (Duarte, 2011, pp. 1805-1806). Tal imposição revela não apenas o controle político sobre os meios de produção local, mas também os limites impostos à autonomia técnica e econômica da população, especialmente no que se refere à atuação das mulheres no campo da produção têxtil. Mesmo diante da tentativa de controle, teares e artefatos sobreviveram no interior do país, conservando os moldes tradicionais introduzidos no cotidiano brasileiro a partir da imigração portuguesa — especialmente com a utilização do tear de pedal[3] — e mesclando-se a outras práticas nas técnicas de tecer, tingir e até mesmo nas padronagens, influenciadas por referências indígenas e africanas[4]. Por serem desmontáveis, os teares acompanharam os processos de ocupação do território desde o século XVI, difundindo-se graças ao conhecimento transmitido e à sua reprodução artesanal por carpinteiros e ferreiros locais.

Ao se considerar o processo de produção têxtil em Minas Gerais, é necessário incluir a abertura das primeiras indústrias têxteis a partir de 1868, com sua chegada ao Triângulo Mineiro em 1920. Embora sua atuação na região tenha sido breve, o impacto sobre as formas tradicionais de produção foi significativo, especialmente ao introduzir novas lógicas de consumo, organização do trabalho e relações produtivas (Duarte, 2011). Esse processo contribuiu para o enfraquecimento da tecelagem artesanal, na medida em que deslocou o eixo da produção para uma lógica industrial. Além disso, a expansão da atividade agrícola e o intenso processo de urbanização vivenciado pela região a partir da década de 1950 geraram mudanças estruturais profundas: muitos teares foram abandonados, ferramentas tornaram-se obsoletas e as condições de obtenção da matéria-prima, tradicionalmente associadas à vida rural, foram comprometidas (Duarte, 2011). Nesse contexto, identifica-se um dos principais riscos à continuidade dessa prática, marcada historicamente por sua inserção nas dinâmicas do campo.

Lina compreendia o artesanato como “expressão de um tempo e de uma sociedade” realizado por “um trabalhador que possui um capital mesmo modesto, que lhe permita trabalhar a matéria-prima e vender o produto acabado, com lucro material e satisfação espiritual, sendo o objeto projetado e executado por ele mesmo” (L. B. Bardi, 2009a, p. 107), e essa concepção enfatiza a autonomia criadora do artesão, contraposta à fragmentação do trabalho industrial. No Triângulo Mineiro, o saber têxtil foi majoritariamente transmitido entre gerações no meio rural por meio de laços familiares e de redes comunitárias, mas há também registros relevantes de continuidade e reinvenção dessa prática em contextos urbanos. Nesses casos, destacam-se as estratégias de adaptação adotadas por essas mulheres que, diante das transformações socioeconômicas, reformularam seus modos de fazer para compatibilizá-los com os novos espaços, tempos e condições da vida urbana, preservando, ainda assim, aspectos fundamentais do saber tradicional. Nesse contexto, a tecelagem manual no Triângulo Mineiro pode ser compreendida como uma prática de resistência, fomentando um ambiente fértil a uma modernidade outra — ou mesmo a uma transmodernidade[5] —, que recusa o consumo como finalidade última da criação.

---

[3] Tipo de tear manual onde o controle da abertura da urdidura se dá por meio de pedais, que estão conectados a um sistema de liços.

[4] Aqui podem ser citados outros tipos de tear, como o de mesa e o de cintura. Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento e desenvolvida pelo autor Ariel Luís Romani Lazzarin sob orientação do Professor Carlos Alberto Ferreira Martins, junto ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), onde um maior aprofundamento sobre esse assunto será apresentado.

[5] O conceito desenvolvido por Enrique Dussel pode oferecer desdobramento para a discussão em sua transposição ao tempo presente, enquanto continuidade dos eventos aqui investigados. Para o autor, a transmodernidade supera a modernidade construída a partir dos saberes que ela própria desconsiderou. Ao eurocentrismo, a transmodernidade propõe uma abertura para múltiplas tradições e epistemologias, projetando um horizonte histórico verdadeiramente plural e, ainda, multicultural (Dussel, 2003).



Fig. 1: Cartaz da exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo pessoal de Edmar de Almeida, 1975.

2 Elementos fundamentais da obra

Compreender os repassos demanda não apenas atenção à técnica em si, mas também ao contexto histórico de resistência, controle e adaptação em que a prática da tecelagem sobreviveu. Os repassos são o método de produção e preservação do conhecimento dessa técnica, por meio de registros gráficos, códigos e transmissão oral. Desenhados em cadernos, anotações à margem de folhas, croquis e esquemas feitos à mão, conforme apresentado na Figura 2, integram um acervo informal que se constitui como repositório da memória técnica das tecedeiras e necessário para os processos de urdir e tramar. Esses registros não apenas orientam o processo de montagem e organização do tear, mas também documentam padrões, ritmos e combinações de cores e texturas específicas de determinada artesã ou comunidade. Segundo Almeida

(Revista Veja*,* 1975, pp. 106–108)[6], “os ‘repassos’ (sinais inscritos numa espécie de pauta rudimentar, que servem para indicar a ordem e a posição dos fios de diferentes cores, resultando em um certo desenho) foram anotados em papéis de embrulho, de forma grosseira, e também passados de mãe para filha”. Ou seja, sua forma de transmissão vai além do aspecto técnico, representando um saber cultural que conecta memória, tradição e prática, evidenciando a centralidade das tecedeiras na preservação do patrimônio têxtil do Triângulo Mineiro.

Tecnicamente, o repasso corresponde à etapa de passagem dos fios de urdidura pelos liços e pelo pente do tear, determinando o entrelaçamento, e consequentemente, o desenho final do tecido. No entanto, mais do que uma etapa operatória que exige conhecimento, precisão e tempo na manipulação de muitos fios, o repasso representa um gesto carregado de saber acumulado, de cálculo visual e de experiência sensível, repassado entre gerações por meio da observação, da prática e da partilha entre mulheres. Uma pesquisa iniciada pela Fundação Nacional Pró-Memória no final da década de 1970 identificou mais de 200 repassos no Triângulo Mineiro, que recebem nomes como *Doce de Leite, Bagageiro de Dama, Pé de Gato, Cândida Maria da Paixão, Bico de Rosa, Borboleta*, entre outros. Em contextos em que o acesso a instruções formais era limitado, o repasso constituiu uma tecnologia social que articulou memória, improviso e método.

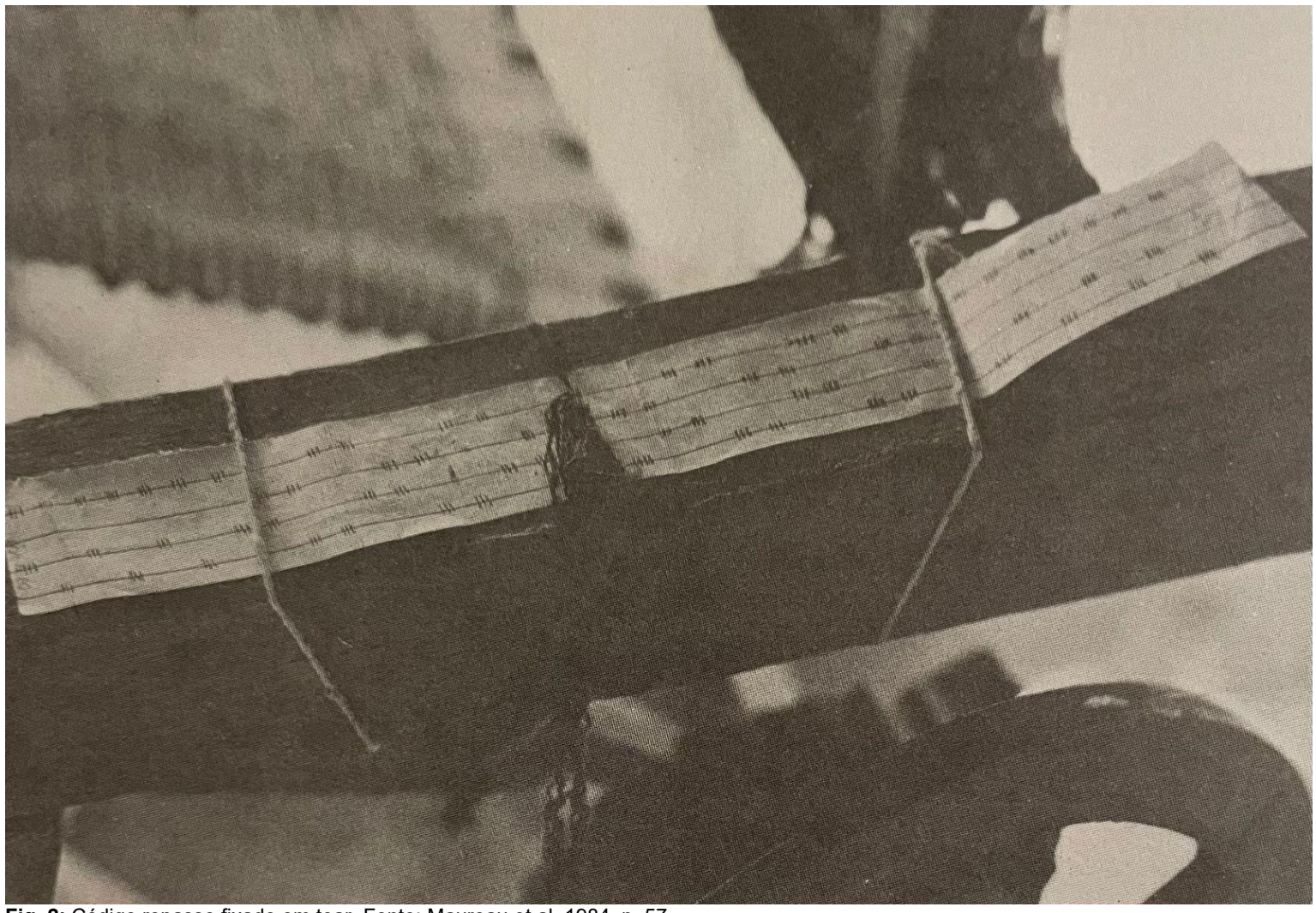


Fig. 2: Código repasso fixado em tear. Fonte: Maureau et al, 1984, p. 57.

Assim, compreender o repasso é também compreender os modos de codificação e reinvenção do conhecimento artesanal em contextos de constante transformação social, revelando a potência dessa prática como linguagem própria e

[6] Manifestação atribuída a Edmar de Almeida em texto publicado pela Revista Veja.

profundamente enraizada em processos coletivos de criação, ou seja, os repassos estão na base de resistência aos processos de invisibilização desse conhecimento. O território é decisivo para esse fazer, na consolidação das técnicas de cultivo do algodão, extração da paina ou da lã animal, tingimento dos fios e estabelecimento do trabalho coletivo. Após a apresentação dos repassos é importante registrar o conjunto composto pelos artefatos utilizados na produção de tecidos na tecelagem manual, tendo como base o trabalho publicado pela Fundação Nacional Pró-Memória, em 1984[7], citado anteriormente. Na preparação dos fios, a depender do tipo de matéria prima, são utilizados o descaroçador, para retirada de caroços, e o cordel, para remoção de impurezas menores. O processo seguinte, o de cardar, depende de duas cardas, que são ferramentas necessárias para o destrinchamento das fibras e nova etapa de limpeza. Em seguida, a pasta formada se transforma em fio com a utilização da roda de fiar e armazenamento do produto em um carretel, acoplado à roda. O tingimento exige um processo prévio de reunião dos fios em meadas, garantindo coloração homogênea; para isso, é necessária a utilização de outro equipamento denominado dobadeira ou outro similar, a dobadeira sarilho. No tingimento são utilizados bastões inoxidáveis ou de madeira, barrilheiro, pilão, fogão, vasilhas, tachos de cobre e ferro, panos e peneiras, além de água e sabão. Além disso, antes de tecer, a urdidura corresponde à operação final com os fios, destinada a receber a trama; para isso, utilizam-se o casal e a espada. Para tecer, o principal equipamento é o tear, que pode ser vertical, horizontal ou inclinado, e o desenvolvimento do tecido depende da trama desejada, com ou sem utilização de repassos.

Voltando à Exposição, o artista Edmar José de Almeida, mineiro de Araxá, nascido em 1944, iniciou sua formação artística ainda criança na cidade de Uberaba, onde teve aulas com Elizabeth Van der Winckel[8], que lhe apresentou obras de Henri Matisse e Georges Rouault. Em 1960, transferiu-se para São Paulo onde estudou com Wega Nery Gomes Pinto[9] e, dois anos depois, ingressou no curso de Artes e Letras Brasileiras na Universidade de Brasília, onde foi aluno dos artistas Maciej Babinski e Athos Bulcão. Retornou a São Paulo em 1966, quando estudou desenho e pintura com Yolanda Mohalyi[10] e técnicas de tecelagem com Agnes Schumaker. Nesses anos seu trabalho têxtil, tornou-se visível aos olhos da crítica, como registrado por Vilém Flusser, em seu artigo *Tapeçarias*, escrito em 1970 e publicado no Suplemento Literário do Estado de São Paulo. O autor iniciou seu texto questionando se a caverna é o habitat primitivo do homem e se o homem é realmente um ser que mora ou se foi sua necessidade pela caça que o fez aventura-se e construir seus próprios espaços, alcançando a partir dessa introdução a contemplação do trabalho de arte têxtil de Edmar. Para ele, a tapeçaria estaria para a cultura da tenda assim como a arquitetura estaria para a cultura da casa, e essa possível existência de uma em função da outra (tapeçaria e arquitetura) seria fundamentada pelo autor por uma retrospectiva histórica que vai do Egito às então mais recentes bienais de arte. Assim como os tapetes góticos anunciaram “a tempestade do renascimento” (Flusser, 1970a, s.p.), o autor questiona o que anunciaria a tapeçaria contemporânea. Para ele,

> os tapetes são resultado de um urdir que procura negar e fazer desaparecer a sua trama. (...) E atualmente são os tapetes o veículo predestinado a conservar e propagar as tendências que os simbolistas e a arte fantástica iniciaram na geração passada. Com efeito: graças ao tapete, tais tendências poderão continuar a desafiar aquelas outras atuais, que podem ser resumidas sob o título “estruturalista” (Flusser, 1970a, s.p.).

A partir da reflexão do autor, é possível compreender que para ele a tapeçaria não se limitava a sua função decorativa, mas atuava como um instrumento de transmissão cultural e estética, em que a técnica do urdido invisível reforçava seu papel simbólico no questionamento de tendências artísticas contemporâneas. Em outro artigo escrito no mesmo ano, denominado *Tapêtes*, Flusser (1970b) deu sequência à sua leitura sobre a obra de Edmar como uma tendência anti-estrutural, onde, ao analisar sintática e semanticamente um trabalho do artista, entendeu a borboleta tecida como contestadora de tal mundo estruturalista em sua volta como tapete que é. Flusser utilizou a obra para explicitar “o engajamento de Edmar nos tapetes,

---

7 Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Centro Nacional de Referência Cultura a partir de 1976.

8 Natural de Rotterdam, Holanda. Estudou na Academia de Belas Artes e Ciências Técnicas, em Rotterdam.

9 Natural de Corumbá, MS, Brasil. Artista, escritora e professora teve seu trabalho exposto em dezenas de exposições no Brasil e exterior.

10 Natural de Cluj Napoca, Romênia. Estudou desenho e pintura na Academia de Belas Artes de Budapeste. No Brasil, integrou o Grupo 7.

um engajamento cujas raízes são provavelmente inconscientes para ele, que se revelam na análise disciplinada" (Flusser, 1970b, s.p.). Para ele, o caminho escolhido por Edmar foi difícil, pois na busca por alternativa à tendência anti-semântica, o artista se arriscava ao perigo da kitschização (Flusser, 1970b).

> Edmar se agarra à tradição da tapeçaria, porque nela descobre um canal apto "*par excéllence*" para transmitir uma mensagem simbólica oposta às mensagens sintáticas que nos inundam. Por ser um tapeceiro tradicional, pode Edmar vir a ser um artista perturbador, e neste sentido altamente informativo (Flusser, 1970b, s.p.).

O filósofo fez uma leitura precisa daquilo que o artista investigava em sua obra como ato de resistência, que foi posteriormente sustentado pelo impacto e sucesso que a exposição de 1975 ofereceria como aprovação de sua escolha artística e social. Ao estudar as obras de Edmar, Flusser reforçou sua crítica à técnica, à racionalidade moderna e à ideia de progresso linear, oferecendo subsídios para uma reflexão sobre outras modernidades, a partir da valorização do simbólico e do sensível para a superação da dicotomia entre tradição e modernidade.

Após um período de estudos na Europa, por intermédio de Dom Evaristo Arns[11] e por força da repressão, já nos anos de 1970, o porto seguro de Edmar foi a casa de sua família, em Uberlândia e no Sítio Santo Antônio, localizado na zona rural dessa mesma cidade (Museu Virtual de Uberlândia, 2016). Sua formação, associada ao interesse pelos meios de produção populares de sua terra e a sua íntima relação com o cerrado, ressignificou sua relação com o lugar, passando a pesquisar e estudar as técnicas envolvidas na tecelagem, os artefatos e os repassos identificados na região. Durante o período que passou em Uberlândia durante o clima de perseguição da ditadura militar, aproveitou para desenvolver atividades com as tecedeiras e produziu a peça *Crucifixo,* conforme apresentado na Figura 3, em homenagem à Dom Pedro Casaldáliga[12], em 1973, trabalho que foi apresentada à Lina Bo Bardi por intermédio de amigos em comum[13] e que foi o elo entre a arquiteta e o artista.

Edmar não foi o único a ser instigado por esses modos de fazer populares na região; ele esteve acompanhado muitas vezes pelo amigo Flávio Império, que, segundo Marcelina Gorni (2004), também possuía interesse pelo produto artesanal brasileiro. Segundo a autora, o trabalho do arquiteto evidenciava "seu interesse e curiosidade quanto às manufaturas de subsistência que resistiam aos avanços do progresso industrial" (Gorni, 2004, p. 49). Junto com Edmar, Flávio produziu três trabalhos de vídeo em Super-8: *Colhe, corda, fia, tece, As tecedeiras de Uberlândia – MG e Tecidos artesanais de Edmar de Almeida*, os quais também foram expostos em 1975. Nesses trabalhos são transmitidas imagens de paisagens, técnicas populares de fiação e tecelagem e manifestações religiosas na forma de arte popular, captadas durante os percursos pela região do Triângulo Mineiro. Para Flávio, "o ato de 'fazer', de colocar 'a mão na massa' sempre vai representar uma forma de conhecimento peculiar, que confere um repertório único àquele que o 'faz' e o pratica" (Gorni, 2004, p. 50). De forma muito convergente a Edmar, para o arquiteto, essa tecnologia transcendia a mera execução técnica, configurando-se como um saber enraizado no corpo e no território. Ao registrar essa produção, ele não apenas documentou um patrimônio cultural e a atuação de um artista, mas reconheceu a dimensão transformadora do fazer manual, que articula memória, técnica e criatividade.

3 O povo no museu mais uma vez

O *Crucifixo*, trabalho que representou naquele momento as convergências entre os interesses do artista mineiro e da arquiteta ítalo-brasileira, foi a conexão entre Edmar e Lina. Ela havia obtido no Nordeste o conteúdo para novas formulações críticas sobre arte popular, sobre o pré-artesanato brasileiro e sobre uma arte industrial que estivesse no museu — onde, para ela, deveria existir também uma escola de arte industrial. Nesse caso, "(arte no sentido de ofício, além da arte) que permitisse o contato entre técnicos, desenhistas e executores" (L. B. Bardi, 2009a, p. 109). Sua proposta indicava para

---

[11] Conforme depoimento publicado pelo Museu Virtual de Uberlândia em 08 de setembro de 2016.

[12] Dom Pedro Casaldáliga nasceu em Balsareny, Barcelona, viveu no Brasil a partir de 1968 e esteve em São Felix do Araguaia, Mato Grosso, durante a ditadura.

[13] A peça foi apresentada à Lina Bo Bardi pelos amigos Flávio Império e Alan Meyer, em São Paulo.

necessária tomada de consciência coletiva diante das características da industrialização abrupta e importada e de suas graves consequências, como o distanciamento da rica realidade cultural do país. Um de seus chamados foi para que os artistas assumissem o fato de que não existia artesanato no país, na forma como o próprio termo se constituiu e ligado às corporações de ofícios, mas sim um pré-artesanato doméstico, que poderia ter sido identificado a tempo de ter influenciado as escolhas tomadas pela indústria, para maior coerência com seu povo (Bardi, 1994). Parte de sua pesquisa resultou na *Exposição Nordeste*, realizada em Salvador em 1963, onde, segundo a própria arquiteta, foi apresentada uma:

> poética das coisas humanas não gratuitas, não criadas pela mera fantasia. (...) Formas de desenho artesanal e industrial. (...) produção técnica ligada à realidade dos materiais e não à abstração formal folklórico-coreográfica. (...) caminho necessário para encontrar, dentro do humanismo técnico, uma poética (L. B. Bardi, 2009b, pp. 117–118).

Ou seja, essa exposição não foi importante somente na continuidade das proposições e discussões sobre o espaço expositivo, como também marcou um ponto de inflexão na valorização da produção popular como componente e criadora do presente, rompendo com a lógica folclorizante e com a hierarquia que subordinava o popular ao erudito. Inclusive, para Lina, abominar o folclore era necessário, pois sua capacidade de exterminar raízes culturais deveria ser enfrentada com uma plataforma de investigação oposta e racional, para compreensão de qual o significado da Arte Popular para esse país (L. B. Bardi, 2009b). Voltando à exposição *Nordeste*, a quem a arquiteta se referiu também como *Civilização Nordeste*[14], ela tanto assustou, que sua montagem em Roma foi suspensa, gerando grande repercussão internacional e levando o arquiteto Bruno Zevi a escrever o artigo *L'arte dei poveri fa paura ai generali*[15] (Zevi, 1965), denunciando o silenciamento e apresentando a trajetória e o projeto de Lina no Brasil. Esse reconhecimento dos artefatos como expressões vivas de criatividade, técnica e identidade, dialogando com a arte e o design contemporâneos, ganhou escala nacional com *A Mão do Povo Brasileiro*, em 1969. Essa outra, a primeira exposição temporária da recém-inaugurada nova sede do MASP, seguiu o mesmo gesto político, discutindo uma outra modernidade brasileira. Com a participação de Pietro Maria Bardi, Glauber Rocha e Martim Gonçalves, a mostra apresentou aproximadamente mil objetos de todo o Brasil, de um país desconhecido por boa parte dos brasileiros. Mais uma vez a produção do povo esteve no museu, dessa vez no museu mais importante do país, cumprindo o importante papel de valorizar o produto cultural popular – inventivo, criativo e utilitário –, construir uma identidade cultural brasileira, questionar discursos dominantes de modernidade e levar o povo ao museu, como forma de legitimar saberes e práticas marginais[16].

Não por acaso, o vínculo produtivo entre Edmar e Lina — posteriormente convertido em amizade — perdurou. As obras citadas acima aparecem como amostra de trabalhos pretéritos da arquiteta no campo da expografia e que em paralelo ao que era investigado por Edmar naquele período, explicitam a convergência no interesse dos dois. No início da década seguinte às exposições *Nordeste* e *A Mão do Povo Brasileiro*, Lina iniciou sua sequência de viagens ao sertão de Minas Gerais para visitar o amigo no Sítio Santo Antônio, conhecer o trabalho que ele desenvolvia com as tecedeiras, explorar o cerrado e formular o que viria a ser o primeiro trabalho conjunto deles. A *Exposição Repassos – Edmar e as tecedeiras do Triângulo Mineiro*, foi pensada como um ato de resistência cultural e assim compreendida desde sua formulação. Em carta de 28 de julho de 1975, Pietro Maria Bardi informou a Edmar ter recebido e compreendido a apresentação do trabalho, reforçou a importância da futura exposição e manifestou seu apoio, de Lina e do Museu à ação, que ele definiu como "documento (um dia) arqueológico" (P. M. Bardi, 1975, s.p.). Diante da responsabilidade coletiva com a História, afirmou que o trabalho do artista colocava questões da sobrevivência do homem diante de arrogante progresso tecnológico (P. M. Bardi, 1975, s.p.).

---

[14] Lina inicia o texto sobre a exposição *Nordeste* dizendo que a exposição poderia ter sido denominada *Civilização Nordeste*, por se tratar de aspectos práticos da vida do homem. Inclusive, em *Tempos de Grossura: o design no impasse*, o texto é apresentado com o título *Civilização Nordeste.*

[15] Traduzido do original em italiano: "A arte dos pobres assusta os generais".

[16] Uma nova montagem da Exposição ocorreu no MASP em 2016, seguindo o conceito, mas com adaptações.

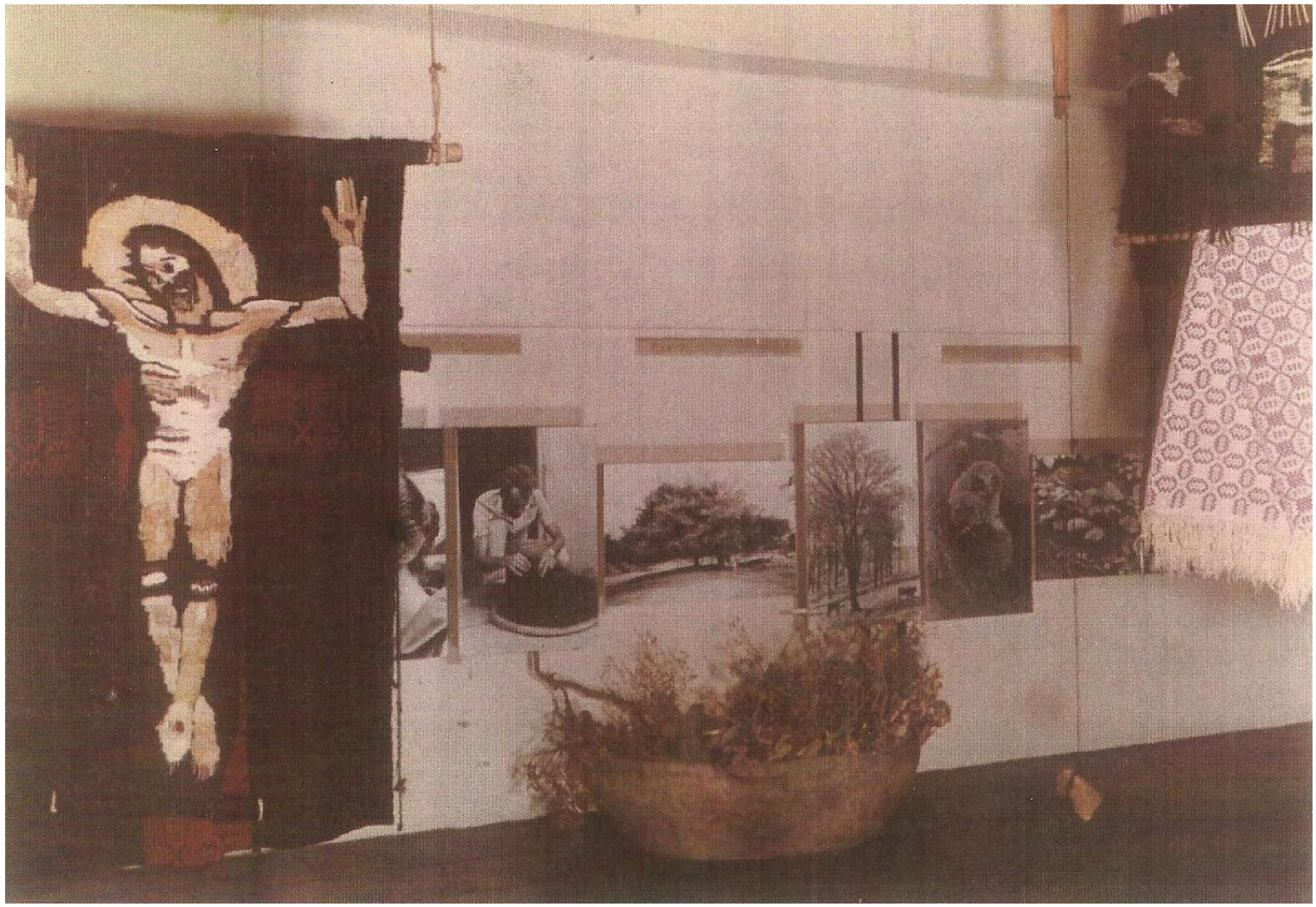


Fig. 3: Crucifixo compondo a Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo Pessoal de Edmar de Almeida, 1975.



Fig. 4: Montagem da Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo MASP, 1975.

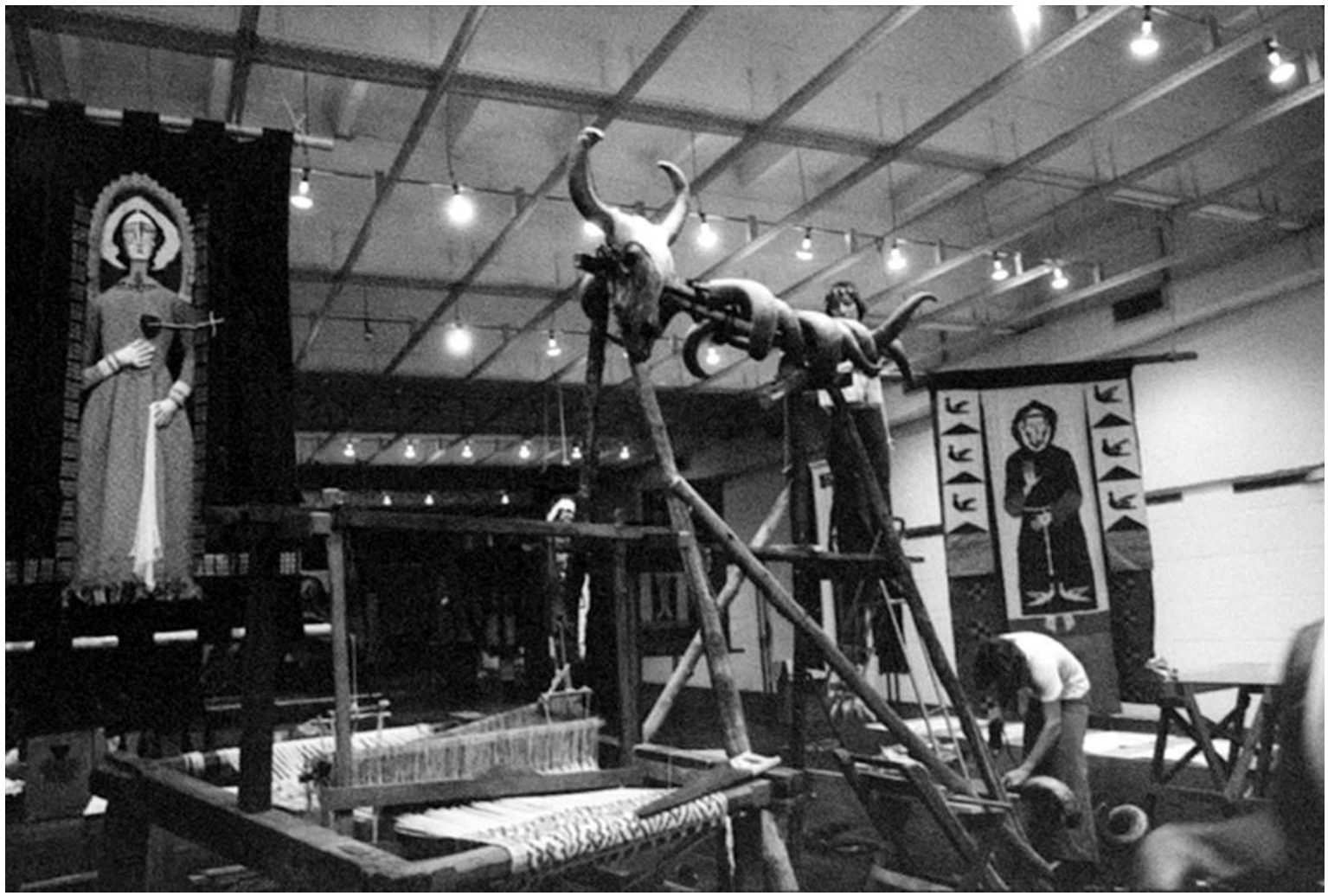


Fig. 5: Montagem da Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo MASP, 1975.



Fig. 6: Montagem da Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo MASP, 1975.

Com eles trabalharam Luiz Sodaki Ossaka, Flávio Império, Alan Meyer e Maria Cecília Cerrotti. Além do *Crucifixo*, foram confeccionadas tapeçarias a partir do desenho de Edmar e com o trabalho de tecedeiras de Martinésia (distrito de Uberlândia), Abadia dos Dourados e Araguari. As peças[17] foram expostas no salão do museu juntamente com vídeos, fotografias, plantas do cerrado, artefatos, ferramentas de trabalho e pesquisa de tinturas. A partir do caráter etnográfico da exposição configurou-se um grande ambiente, conforme apresentado nas Figuras 3 a 7, que apresentou o modo como aquelas obras foram produzidas em Minas Gerais. A resistência estava explícita como continuidade àquilo que havia sido iniciado com a exposição de 1963 e como expressão da angústia dos anos de ditadura, onde as tapeçarias, como aquela em homenagem ao Frei, falavam pelo povo como afirmação de identidade e como denúncia de um tempo difícil. Para Pietro[18] esse trabalho apresentou-se como um obra-prima “essencialmente brasileira” (P. M. Bardi, 1975, p. 106). *Deposição*, por exemplo, peça pesando cerca de 200 quilos, medindo cinco por quatro metros e tecida com crinas de cavalos, foi uma das peças expostas, conforme apresentado na Figura 8, e se colocou totalmente relacionada ao momento de perseguição e tortura. Como exemplo do trabalho desenvolvido, conforme descrito a seguir, cada peça utilizou um conjunto de saberes e sintetizou o trabalho coletivo sobrevivente naquele cotidiano sertanejo.

---

[17] Conforme encarte da exposição, as obras expostas foram: 01 – Cordeiro; 02 – Divino; 03 – Antônio Conselheiro; 04 – Nossa Senhora Menina; 05 – Anjo 1; 06 – São Francisco de Assis; 07 – Crucifixo; 08 – Nossa Senhora e o Menino; 09 – Estrela; 10 – Espírito Santo; 11 – Menino Jesus; 12 – Nossa Senhora; 13 – São José; 14 – Nossa Senhora do Vale; 15 – Santa Teresa de Ávila; 16 – Cristo da Loucura; 17 – Arcanjo; 18 – Nossa Senhora das Dores; 19 – Descida da Cruz; 20 – Rei Gaspar; 21 – Rei Belchior; 22 – Rei Baltazar; 23 – Cristo na Cruz; 24 – Anja; 25 – Cristo Ressurgido; 26 – Paramento Festa Pentecostes (para uso litúrgico).

[18] Manifestação atribuída a Pietro Maria Bardi em texto publicado pela Revista Veja.

Conforme registrado nos arquivos do MASP, a peça *Nossa Senhora das Dores* foi concebida tendo como referência a tradição espanhola – *La Amargura, La Soledad, La del Valhe, La Macarena*[19]. Para a confecção dessa peça seria utilizado como material barbante tinto, lã industrializada, fio de seda, fio de prata, algodão cru, lã crua, crina, pedras de cristal e lata. Os tecidos seriam produzidos em tear de quatro pedais a partir de repassos (fundo – bagageiro e bagageiro dos dados, roupa – rosinha e quadro, capa – lua miúda, orla – detalhe de lua miúda) e o rosto tecido em tear de dois pedais, além de corte e costura. A montagem previa armação de folha e solda, bambus e eucalipto. Para sua confecção seria necessário o trabalho de quatro tecedeiras, duas montadeiras[20] (costureira e ajudante), uma crochezeira[21], um folheiro, uma bordadeira, um tecelão (rosto), um carapina e um ajudante. Também conforme documentos, outra peça seria *Irmã Probreza,* a qual dependeria do trabalho de duas fiandeiras, um tecedeiro, um tecelão, duas arrematadeiras[22] e um carapina e utilizaria fios de urdume expostos; técnica mais ligada à tecelagem propriamente dita. Seu tema faria referência à São Francisco de Assis e foi descrita como

> uma “alegoria” das velhas sertanejas brasileiras, de sua dura vida, seu trabalho, sua luta. É uma velhinha, típica do sertão com seu vestido de algodão, as mãos calosas. Nada possuem por isto está de mãos abertas e vazias, pois em contínua doação nada guardam para si, nem o mínimo necessário. Traz um avental pois trabalham desde crianças até a velhice. Só param para morrer. O rosto foi baseado em milhares de rostos dessas velhas mulheres do sertão mineiro, desde minha avó, minha mãe, a mais velha das tecedeiras d. Maria do José Isídio. Sua filha Nêga, tecedeiras de 38 anos é quem executou o desenho, tendo em mente a figura de sua mãe D. Maria, a mais dedicada e a quem mais tem criatividade e capacidade de trabalho entre tôdas as que teceram em função desse trabalho em grupo (*Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro*, 1975, s.p.).

---

[19] Tema de nossa senhora das dores. De tradição espanhola, mais particularmente de Sevilha, onde é chamada, La Amargura, La Soledad, La del Valhe, La Macarena. Os andaluzes demarcam três etapas das Dores – La Amargura, prestes a chorar não derrama o pranto. É puro silêncio. Daí ser chamada, Silenciosa e La Soledad. Do Del Valhe, traz a face em lágrimas e La Macarena chora e sorri ao mesmo tempo. Nela coexistem sem se oporem a dor e alegria extremas. No Brasil, é a representação de Maria mais difundida e conhecida, desde o período da colonização aos nossos dias onde é usada na procissão do Encontro na 5ª feira da Semana Santa. Quando em procissão leva usualmente manto roxo, vestido azul. No decorrer do ano, colocada em altar, o manto é azulão e o vestido branco ou azul claro. Leva nas mãos um lenço delicado e uma espada no coração. Coroa, em círculo estrelado. Na sua maioria, as imagens, são de roca, em tamanho natural. Protetora de Joazeiro, a Mãe do Pe. Cícero. No México se confundo com a Guadalupe, ainda na Espanha, La Soledad é protetora das ordens contemplativas e cenobitas. A virgem do Silêncio, por excelência (*Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro*, 1975, s.p.).

[20] Montadoras do trabalho.

[21] Crocheteira.

[22] Arrematadoras.



Fig. 7: Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo MASP, 1975.

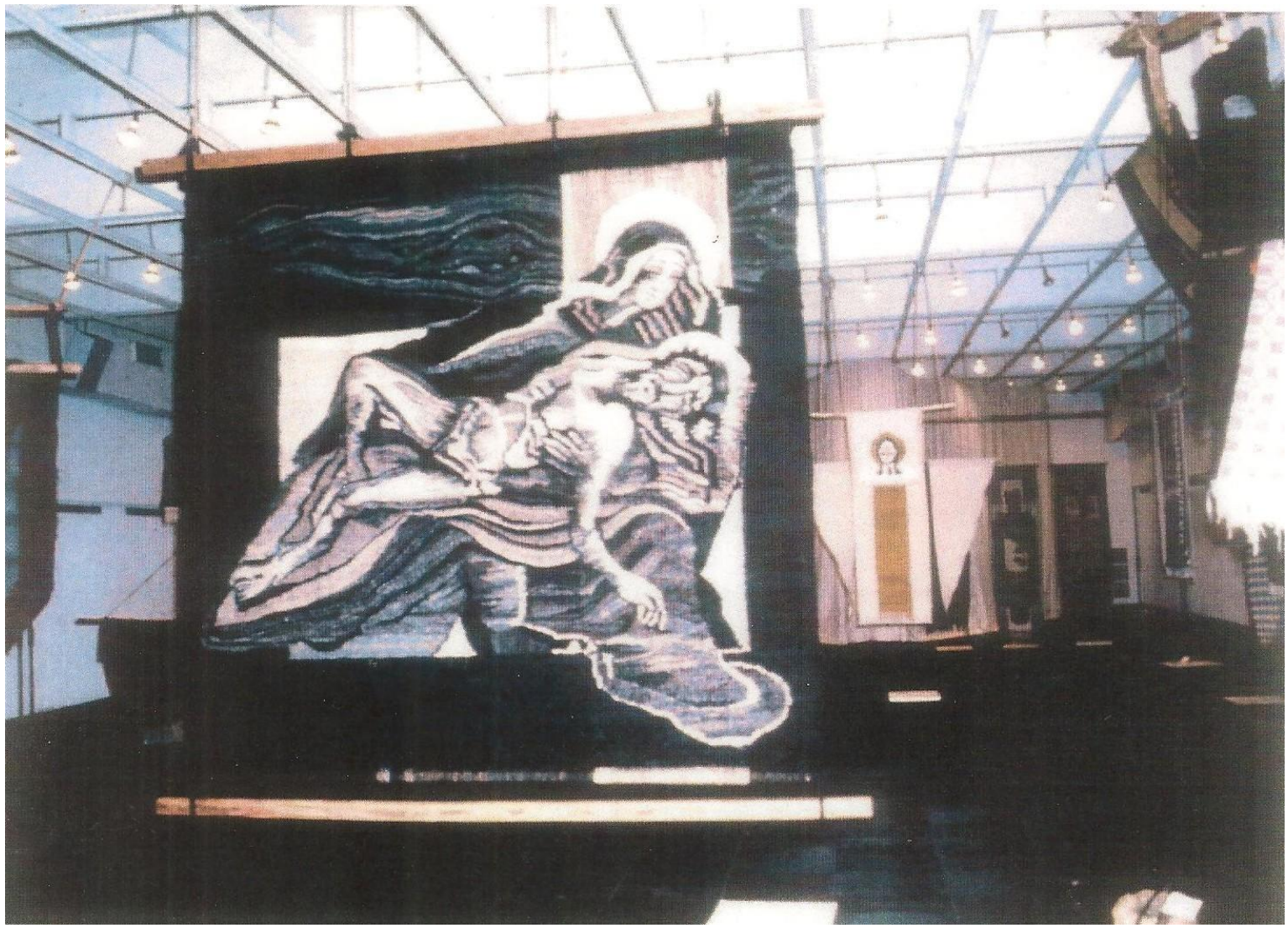


Fig. 8: Deposição compondo a Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro (1975). Fonte: Acervo Pessoal de Edmar de Almeida (1975).

Os detalhes expostos acima denotam o longo e coletivo processo de produção do trabalho e seu aspecto antropológico. Uma exposição que marcou a cena cultural por tudo o que apresentava, por colocar o mundo rural na Avenida Paulista e pela repercussão de aspectos impactantes como a distribuição de esterco aos presentes na abertura, o som do berrante que chamava o povo a entrar no museu e a temática religiosa das peças. De certa forma, essa exposição afasta Edmar do risco ao perigo da *kitschização*, como colocado por Flusser (1970b), a partir do momento em que a obra é lida sob a visão de Lina de que o verdadeiramente popular jamais será *kitsch*, uma vez que para ela esse conceito não pertence à Arte Popular, e sim à burguesia, e é irreversível. Segundo ela,

> o verdadeiro sentido do kitsch é o medo, medo da morte, a recusa à morte feita pelas donas de casa que amontoam, contra um fantasma, para não ter que enfrentá-lo, o dilúvio das pequenas ternuras familiares, a hipocrisia das rendinhas e dos coelhinhos pascais, das cortinas bordadas e dos enfeites, e lembranças de todos os tipos (L. B. Bardi, 1994, p. 31).

A exposição apresentou um país que muitos não queriam ver; denunciava desigualdades e a pobreza, assumindo a condição do país ao mesmo tempo em que apresentava uma alternativa, sem exaltação da miséria, mas com o aprendizado daquele povo que resistia à falta. Impossível não retomar a perspectiva crítica de Lina para uma leitura do trabalho de Edmar junto às tecedeiras, pois assim como Vilém Flusser, ela reconhece o caráter perturbador quando diz que aquela não era

uma exposição de arte religiosa; para ela “nos períodos difíceis da história de um país quando as estruturas se desfazem o misticismo é o último recurso que tira o homem da passividade” (L. B. Bardi, 1975, n.p.). Coube à Lina a produção do texto de apresentação da exposição, onde o trecho citado acima é seguido pela transcrição na íntegra abaixo, dado seu poder de síntese e contundência, como uma leitura da escolha artística de Edmar, o qual parte de um repertório regional para se comunicar.

> Assim — A miséria até a loucura de Mariazinha-tecedeira, de Waldir-ferreiro e Arlindo-concertador de carros-de-boi, habitantes de Martinésia, Triângulo Mineiro. O desejo de ‘fazer’, de por a criatividade a serviço de alguém, a procura de uma saída para uma situação humana mais digna, acham no misticismo uma solução provisória. É o único sentido desta exposição que está bem longe de ‘poética’ religiosa, da tapeçaria como ‘arte’ dos exibicionismos artísticos personalistas. As técnicas de fiação, tecelagem e tintura, os materiais ligados à natureza e não a sucedâneos, indicam apenas a possibilidade de uma civilização que procura saídas que não são aquelas do ‘consumo’. Não é uma exposição contra as conquistas da civilização ocidental, contra a industrialização e o ‘*comfort*’. Não é uma exposição que apresenta a arte como consolo da miséria, como tranquilizante das consciências dos que não ‘precisam’. Edmar apenas registrou coisas, fatos, possibilidades, nos Serrados do Triângulo Mineiro. Uma pequena contribuição à grande tomada de consciência coletiva que transcende as fronteiras nacionais para entrar no debate internacional que denuncia a perversidade de um sistema que acreditou no ‘*industrial design*’ como força purificante e sabe que não pode voltar à apologia de Ruskin e Morris. Uma procura artística a nível antropológico, uma autocrítica a nível coletivo. O fato do trabalho ser ‘figurativo’ ou ‘religioso’ nada muda, nesta apresentação, testemunho duro de mãos que tecem, entrelaçam, cortam, tingem. Um depoimento sem pieguice e falso populismo. Um contra-artesanato ciente de todas as possíveis mudanças, marcado pelo esforço humano (L. B. Bardi, 1975, n.p.).

Com grande repercussão, a exposição chamou atenção, por exemplo, de Vladimir Herzog, que trabalhando na TV Cultura, produziria um programa sobre ela, contudo o projeto foi interrompido pela trágica morte do jornalista em outubro de 1975. Segundo registro da mostra, para Pietro, “a exposição das Tapeçarias de Edmar foi a demonstração que no Brasil pode-se trabalhar nesta arte com seriedade e originalidade” (P. M. Bardi, s.d., s.p.)[23]. A imprensa[24] noticiou a exposição e exibição de filme feito por Flávio sobre o trabalho de Edmar e das tecedeiras, sempre destacando a originalidade da obra, com um discurso que não poderia ser mais convidativo e instigante pelo tom popular inevitável proposto pela mostra. Por exemplo, um recorte de jornal não identificado, junto ao arquivo da Exposição no MASP, registra a fala do próprio artista afirmando se tratar de um trabalho que negava à tapeçaria tradicional e o artesanato. O Estado de São Paulo, em texto de Telmo Martino (1975), noticiou se tratar de um novo tipo de cultura, a dos fascículos, bem como o desejo de Edmar pela preservação de sua liberdade. Dias depois o mesmo jornal publicou um texto de Jacob Klintowitz, onde o autor reconheceu a importância, ousadia e vitalidade do trabalho marginalizado pela elite cultural e, fazendo uma conexão com *A Mão do Povo Brasileiro* e outras iniciativas, pontuou a importância de olhar com atenção aos trabalhos que fugiam daquilo que era oferecido pelo mundo das artes e que apresentavam uma realidade profunda (Klintowitz, 1975).

Nitidamente, a imprensa dedicou-se à veiculação de informações ao passo em que a exposição repercutiu[25]. Em 24 de setembro do mesmo ano, a Revista Veja publicou um artigo sobre a exposição, aberto com a manifestação de Pietro de que aquela teria sido a exposição mais importante do ano, onde ele destacou o papel fundamental do trabalho para a construção da arte brasileira e sua exceção enquanto tal (P. M. Bardi, 1975). A Revista destacou o caráter didático da mostra e a persistência de Edmar, o qual contou sobre o início de sua prática com a tecelagem e destacou a presença da tecelagem até mesmo em situações de miséria. O texto também fez esclarecimentos sobre o conjunto de saberes envolvidos na produção desses trabalhos, citando o papel de fiandeiras, tingideiras e tecedeiras. A repercussão da mostra revela como

---

[23] Texto datilografado com assinatura de PMB.

[24] Edição de 08 de setembro de 1975 do jornal O Estado de São Paulo.

[25] Trecho do texto de Jacob Klintowitz foi utilizado para nova divulgação da exposição em 19 de setembro de 1975.

o trabalho ultrapassou o circuito expositivo, despertando interesse crítico e jornalístico, posicionando a tecelagem no debate cultural da época. As manifestações diversas – da crítica especializada à imprensa de grande circulação – indicam que a exposição não apenas chamou atenção, mas também ampliou a compreensão sobre a relevância estética e social dessa prática no contexto artístico brasileiro.

4 Desdobramentos socioculturais

O ano de 1976 iniciou com a repercussão do Prêmio recebido por Edmar da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) pela exposição realizada no ano anterior. O Jornal Folha de São Paulo, em 18 de janeiro, apresentou os vencedores do importante prêmio destacando a monumental *Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro* e, na mesma edição, apresentou o texto *Tapeçarias: a arte do século XX*. O texto contribuiu para o reconhecimento da exposição ao situar o trabalho em um contexto nacional de desenvolvimento da tapeçaria. Além de justificar o título, apresentou uma retrospectiva das produções realizadas por artistas no país — sobretudo no ano anterior — reunindo um expressivo número de mostras no Brasil e no exterior, bem como artistas e prêmios relacionados à tapeçaria nacional. O alto nível da exposição foi destacado e Edmar figurou entre os expoentes, tendo seu trabalho reconhecido como original e distinto de tudo o que se produzia entre os artistas então mencionados, como Regina Graz, Norberto Nicola, Genaro de Carvalho, Jacques Douchez, Burle Marx, entre outros. O texto também apresentou um breve panorama histórico da técnica, como uma das mais antigas atividades manufatureiras da humanidade e destacando sua presença e capacidade de adaptação ao longo dos séculos e em diferentes continentes.

Entre aqueles que visitaram a Exposição esteve Xavier Maureau, francês que manifestou admiração pelo trabalho e detectou que aquela mostra poderia direcionar outro trabalho. A partir de seu interesse, dedicação e articulação, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a direção de Aloísio Magalhães e por meio da Fundação Nacional Pró-Memória, realizou a partir de 1976 um dos seus maiores projetos, onde uma pesquisa sobre a Tecelagem no Triângulo Mineiro[26] foi de encontro ao objetivo do órgão de “realizar o referenciamento da dinâmica cultural brasileira de modo a favorecer a adoção de modelos de desenvolvimento socioeconômicos adequados à nossa realidade” (Maureau et al., 1984, p. 5). O projeto mapeou e identificou artesãs na região, muitas afastadas de suas atividades. Esse levantamento, associado à recente repercussão da exposição no MASP, inseriu Edmar como consultor de um processo que tinha como objetivo reaproximar artesãs ao exercício da tecelagem, gerar melhoria da qualidade de vida e renda, bem como formar jovens e adultos para o ofício. Foram identificados e catalogados aproximadamente 200 repassos, registradas técnicas, artefatos, produtos e ambientes, conforme apresentado na Figura 9. Como devolutiva à sociedade, foram produzidos um documentário e uma publicação impressa, denominada *Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro: uma abordagem tecnológica*, que traz os registros dos anos de trabalho e até hoje funciona como material orientativo às tecedeiras a partir do registro gráfico, à época codificado pelo Centro de Computação da Universidade de Minas Gerais – UFMG, conforme apresentado na Figura 10.

[26] O estudo desse projeto faz parte da pesquisa de doutorado em andamento e por se tratar de vasto conteúdo e que extrapola os objetivos deste artigo, será apresentado de forma detalhada oportunamente.

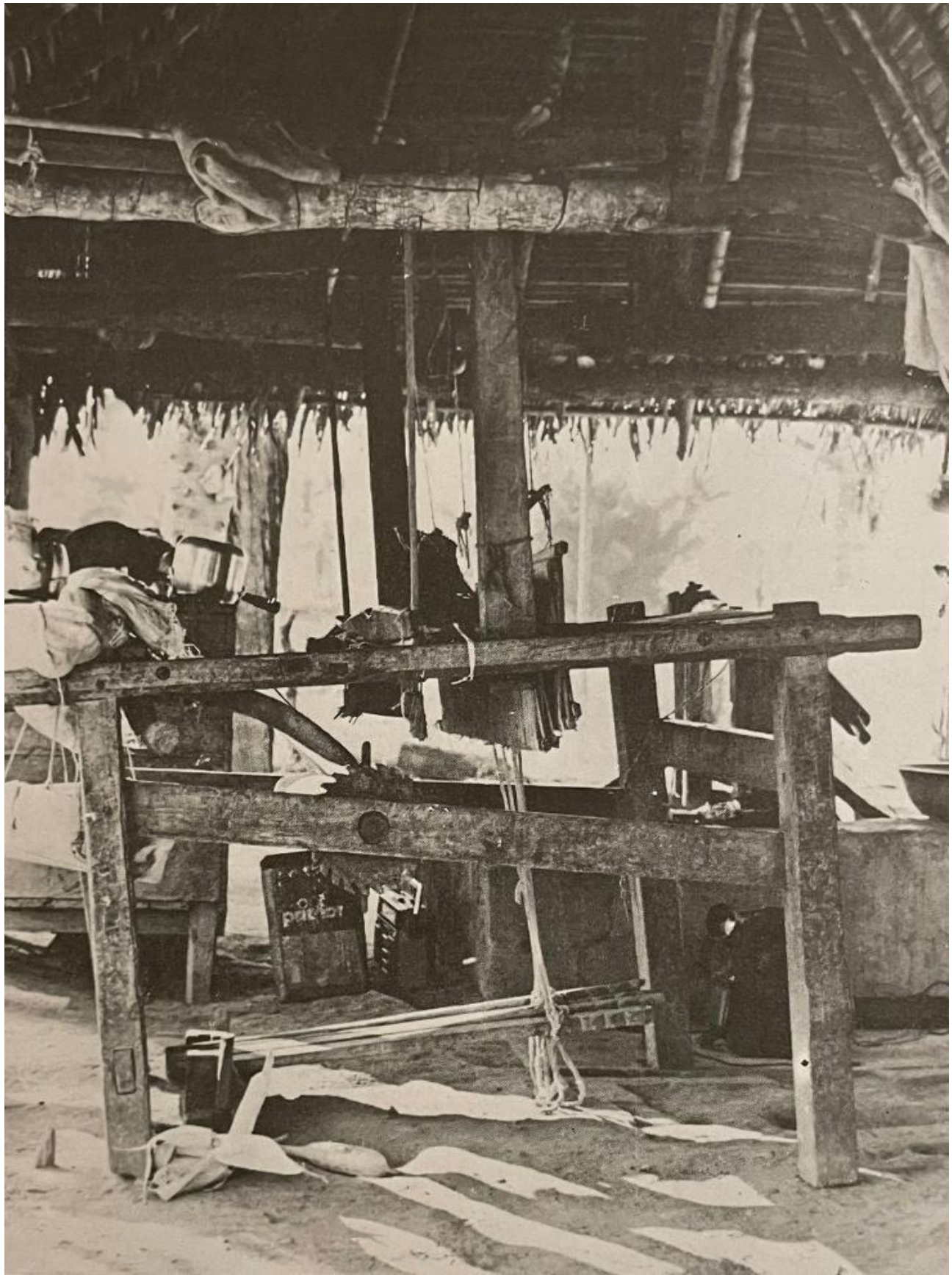


Fig. 9: Ambiente. Fonte: Maureau, Fonseca & Altafin (1984).

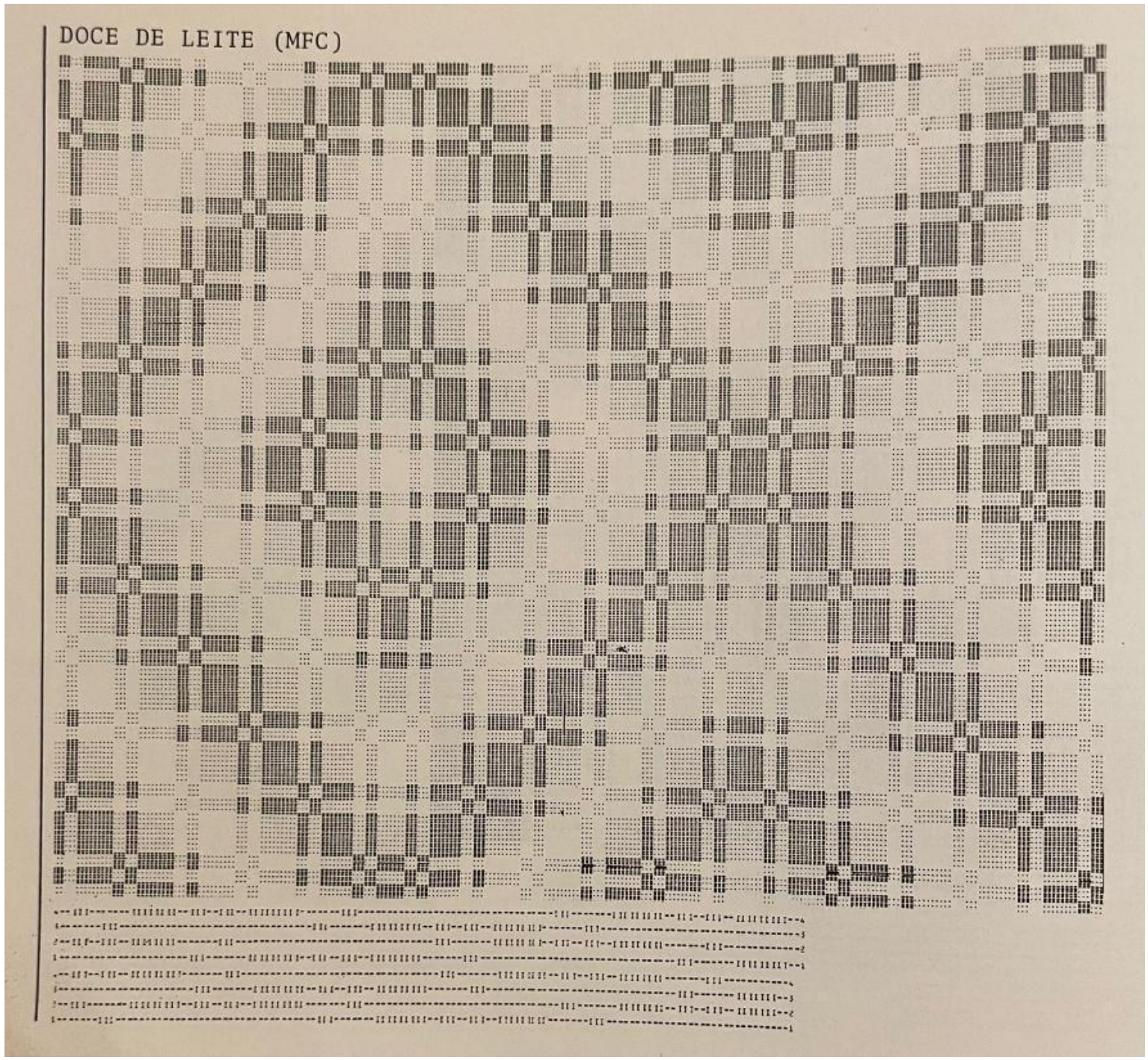


Fig. 10: Repasso Doce de Leite codificado. Fonte: Maureau, Fonseca & Altafin (1984).

O projeto fomentou debates e, consequentemente, a construção do Centro de Fiação e Tecelagem, com projeto arquitetônico de Márcia Cristina de Freitas, Maria Eliza Guerra e Roberto Andrade e inaugurado em 1992 em Uberlândia, o qual resiste até os dias de hoje como projeto social e cultural. De certo modo, essa narrativa nos convida a revisitar a experiência da Bauhaus na Alemanha, onde uma das alternativas colocadas por Walter Gropius, por exemplo, era a cooperação entre artista e artesão. Destaca-se também o fato de as oficinas de tecelagem resistirem preconceitos de gênero e sobreviverem do início ao fim da escola (Weltge, 1993, conforme citado em Gradim, 2015). Como as demais oficinas daquela escola, a oficina de Tecelagem combinou a atividade educativa com produtividade comercial, onde se trabalhava sob demanda, bem como realizadas participações em exposições e feiras, obtendo ganhos adicionais. A carência de material e força de trabalho dificultou a frequência da produção da oficina têxtil, a qual sofria com semelhantes dificuldades da oficina de cerâmica, mesmo com cooperações e produção de ícones da Bauhaus. A documentação e registro da

produção era cuidadosa, as peças mais importantes eram fotografadas e muitos trabalhos eram adquiridos pela própria escola (Droste, 2011, conforme citado em Gradim, 2015). Sob pauta similar, o Centro de Fiação e Tecelagem abrigou importantes investigações e ações formativas integrando o design à vida de adultos que encontraram a possibilidade de se reconectar a práticas esquecidas e exercer o ofício com condições de trabalho adequadas, bem como de jovens que puderam experimentar a tecelagem como formação técnica e profissional no contraturno escolar.

A atuação de Lina no Triângulo Mineiro seguiu com o projeto e construção da Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado, finalizada em 1982, onde a arquiteta encontrou "condições de formular uma nova proposta à condição de subdesenvolvimento brasileiro. Mesmo sem uma relação direta com a realidade do nordeste e suas limitações, ela viu no cerrado de Minas a possibilidade de dar continuidade às suas pesquisas" (Lazzarin, 2015, p. 147)[27]. O trabalho foi desenvolvido voluntariamente a convite Edmar, Frei Egídio Parisi[28] e Dona Aurora, mãe de Edmar, para a comunidade do Bairro Jaraguá, em Uberlândia. A experiência da arquiteta junto à produção da tecelagem foi importante no desenvolvimento do projeto, o qual traz implícita à sua concepção, materialidade e processo de construção uma alternativa àquilo que Flávio Império, por exemplo, via como "uma industrialização não concretizada e que não poderia atender a toda a grande massa da população naquele momento" (Gorni, 2004, p. 48). Edmar seguiu produzindo de diversas formas e demandando o trabalho de tecedeiras da região para a confecção de trabalhos integrados à arquitetura. A partir da continuidade de sua produção com Lina, como dos painéis acústicos do SESC Fábrica da Pompéia, por exemplo, seu trabalho foi incluído como parte integrante de projetos como a Praça das Artes em São Paulo, conforme apresentado na Figura 11, Museu Oscar Niemeyer em Curitiba, Museu do Pão em Ilópolis, Museu de História do Homem do Pantanal em Corumbá, Teatro Engenho Central em Piracicaba[29], Auditório do Bloco 3Q do Câmpus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia[30], além de tapeçarias para o interior da Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado em Uberlândia e de outros trabalhos em desenvolvimento atualmente.

Além dos desdobramentos citados acima, destacam-se as formulações críticas contemporâneas de Lina e expressas em sua produção literária, que consideraram de forma nítida sua experiência no Triângulo Mineiro. Suas definições de artesanato, enquanto algo inexistente no Brasil, o conceito de pré-artesanato, onde, pelas razões expostas durante seus estudos sobre o Nordeste, podem abarcar a Tecelagem Manual do Triângulo Mineiro, e, por fim, o conceito de contra-artesanato, que aparece no texto de apresentação da exposição em estudo, são importantes contribuições decorrentes de sua experiência no interior do Brasil. Por exemplo, para ela, não deveríamos rotular como artesanato o trabalho de rendeiras do Ceará ou ceramistas de Pernambuco apenas por sua organização em grupos, pois o trabalho dessas pessoas tenderia a desaparecer diante de melhores e necessárias condições de renda no campo, por ser uma produção intimamente ligada aos fatores sociais daquelas comunidades (L. B. Bardi, 1994), diferente do artesanato. Ou seja, com relação ao trabalho das tecedeiras do Triângulo Mineiro, é possível aplicarmos seu conceito e compreender o projeto que se desenvolveu a partir da exposição, principalmente pela atuação de Edmar. Sua visão foi a de que, ao identificar essa produção verdadeiramente popular, se contribuiria para a conservação de possibilidades criativas originais, as quais como estrutura profunda do popular, seriam preservadas diante das inevitáveis transformações provocadas pelos materiais e meios de produção modernos (L. B. Bardi, 1994).

Assim como Lina, Aloísio Magalhães discutia o conceito de artesanato e entendia que o mesmo não existia no Brasil, onde, para ele, mesmo não existindo, havia no país "uma inventividade ou disponibilidade para o fazer, que ele nomeia de pré-design" (Anastassakis, 2011, p. 293). O autor dialogou com Lina afirmando que sua ideia, talvez, estivesse "mais próxima da realidade e de sua dinâmica do que a de pré-artesanato. Esta última implicaria uma evolução na direção de artesanato,

---

27 Ariel Luís Romani Lazzarin é autor da Dissertação de Mestrado intitulada A Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado e suas alternativas à arquitetura brasileira, defendida em 2015 e desenvolvida sob orientação do Professor Titular Renato Luiz Sobral Anelli junto ao PPGAU IAU-USP.

28 Frei Egídio Parisi (1909 – 1981) nasceu em Montesano, Salerno, Itália. Ordenou-se sacerdote em 1932 e chegou no Brasil como Delegado Provincial da Fundação Franciscana.

29 Trabalhos desenvolvidos a partir de projetos arquitetônicos do Escritório Brasil Arquitetura.

30 Projeto arquitetônico de Maria Eliza Guerra.

o que não me parece ser o caso" (Magalhães, 1977, conforme citado em Anastassakis, 211, p. 293). Convergente à Lina, ao observar o produto do pré-design brasileiro, segundo Anastassakis (2011), Aloísio identificava o potencial da cultura popular e os riscos iminentes de perda da autenticidade diante de fatores externos e perturbadores. É importante perceber que, a partir de 1973, Lina se aproximou do Triângulo Mineiro, culminando na exposição de 1975 que, em seguida, gerou o extenso trabalho de documentação da tecelagem na região pelo CNRC, sob a direção de Aloísio. As posturas de crítica contundente da exposição, bem como de interesse pela transmissão a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Centro, não foram contrárias a industrialização e são fundamentais a desdobramentos teóricos que discutem a modernidade, como o da noção de transmodernidade desenvolvida por Dussel (2003) que, por exemplo, ao invés de negar a modernidade, propõe superá-la por meio do diálogo com os saberes subalternizados. Lina, desde os anos 1960 já possuía posicionamento diante de uma condição de pobreza e alarmava para uma urgente tomada de consciência coletiva diante das transformações do país, alarme explícito na exposição em estudo. Para ela, se o artesanato das velhas corporações deixou de ser "parte viva de uma estrutura social" por não mais existirem as condições sociais e sobrevivia como "herança de ofício" (L. B. Bardi, 1994, p. 17), naquele sertão de Minas Gerais, diante de semelhante esgotamento e/ou ainda do esgotamento ambiental, aquele pré-artesanato deveria ser objeto de estudo sobre o significado de seu trabalho e seu produto.



Fig. 11: Painéis concebidos por Edmar de Almeida para a Praça das Artes – Projeto Arquitetônico de Brasil Arquitetura (Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz, Fábio Oyamada, Luciana Dornellas, Marcos Cartum, Cícero Ferraz Cruz, Fabiana Fernandes Paiva, Anselmo Turazzi, Carol Silva Moreira, Anne Dieterich, Beatriz Marques, Felipe Zene, Fred Meyer, Gabriel Grinspum, Gabriel Mendonça, Victor Gurgel, Pedro Del Guerra, Thomas Kelley, Vinícius Spira, André Carvalho, Julio Tarragó e Laura Ferraz). Fonte: Nelson Kon, s.d. https://brasilarquitetura.com/project/praca-das-artes

5 Considerações finais

A delimitação geográfica que já definia o Triângulo Mineiro desde a década de 1850, somada ao mapeamento inicial realizado por Edmar de Almeida, bem como posteriormente investigado pelo CNRC, foram fundamentais na definição e

reconhecimento dessa prática sobrevivente às pressões sociais e econômicas da história do país. Nos anos 1970, o popular, a tradição e a modernidade foram assuntos do momento, onde o pré-artesanato discutido por Lina Bo Bardi ou o pré-design discutido por Aloísio Magalhães foram debates contemporâneos na oferta de possibilidades ao subdesenvolvimento brasileiro e ilustrados na exposição em estudo. Em *Tempos de Grossura: o Design no Impasse*, por exemplo, publicado apenas nos anos 1990 a partir de textos da arquiteta, há o registro de um percurso sólido na construção de uma ideia de país. Embora não incluída no conjunto de trabalhos apresentados, a *Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro* cumpriu papel relevante nesse contexto e na valorização de saberes locais e práticas tradicionais e não pode ser vista apenas como registro etnográfico ou recorte curatorial, mas como ato de afirmação política e cultural.

Decerto, as mulheres tecedeiras são a força principal desse caso de resistência, mas sua história se entrelaça com as pesquisas e projetos desenvolvidos por artistas e arquitetos que, a partir dos anos 1970 e com maior circulação de ideias e pessoas por essa região do país, colocaram em prática bases teóricas daquele período. Para Lina, por exemplo, a experiência se mostrou fundamental para o desenvolvimento de suas ideias escritas sobre artesanato e pré-artesanato. A relação entre artistas, tecedeiras e instituições revelou a potência crítica de um fazer manual capaz de tensionar hierarquias e reposicionar práticas tradicionais no debate sobre cultura e modernidade no Brasil. Para além da compreensão de conceitos teoricamente discutidos, a mostra tensionou os limites entre arte, erudito, popular, centro e periferia, e pode ser compreendida como um produto cultural que antecipou discussões hoje articuladas em torno das epistemologias do sul e do estudo de outras modernidades, conforme temática proposta pela revista onde se insere esse trabalho. Considerando a amplitude e complexidade do tema, que não se encerra em um artigo, permanecem abertas diversas possibilidades de aprofundamento e interlocução a partir de outros trabalhos de pesquisa, bem como no âmbito da pesquisa de doutorado em andamento e onde o presente texto se insere.

Referências

Anastassakis, Z. (2011). *Triunfos e impasses: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e a institucionalização do design no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bardi, L. B. (1975). *Exposição Repassos – Edmar José de Almeida e as tecedeiras do Triângulo Mineiro*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Bardi, L. B. (2009a). Arte industrial. In S. Rubino & M. Grinover (Eds.), *Lina por escrito* (pp. 107–110). Cosac Naify. (Texto original publicado em 1958)

Bardi, L. B. (2009b). Nordeste. In S. Rubino & M. Grinover (Eds.), *Lina por escrito* (pp. 116–118). Cosac Naify. (Texto original publicado em 1963)

Bardi, L. B. (1994). Um balanço dezesseis anos depois [1980]. In M. Suzuki (Ed.), *Tempos de grossura: O design no impasse*. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi & Fundação Vilanova Artigas.

Bardi, P. M. (1975, 28 de Julho). *Carta a Edmar de Almeida* [Carta]. Arquivo da exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), São Paulo, SP, Brasil.

Bardi, P. M. (n.d.). *Comentário datilografado sobre a exposição das Tapeçarias de Edmar* [Documento de arquivo não publicado]. *Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro*, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), São Paulo, Brasil.

De volta ao tear. (1975, 24 de setembro). *Revista Veja*. 106–108.

Duarte, C. R. (2011). A transdução do passado: dos panos funcionais aos tecidos simbólicos. In *I Seminário Internacional História do Tempo Presente* (pp. 1804–1818). UDESC.

Dussel, E. (2003). Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación). *Erasmus: Revista para el diálogo intercultural*, *5*(1-2).

Exposição Repassos – Edmar e as Tecedeiras do Triângulo Mineiro. (1975). *Descrição das peças da exposição* [Documento de arquivo não publicado]. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), São Paulo, Brasil.

Flusser, V. (1970a, 10 de outubro). Tapeçarias. *Suplemento Literário – O Estado de São Paulo*.

Flusser, V. (1970b, 17 de outubro). Tapetes. *Suplemento Literário – O Estado de São Paulo*.

Gorni, M. (2004). *Flávio Império: arquiteto e professor* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-04022009-105939

Gradim, M. I. S. (2015). Mulheres e a oficina de tecelagem da Bauhaus. In *XXVIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH.

Klintowitz, J. (1975, 12 de setembro). Edmar e suas criativas tecedeiras – Do Triângulo Mineiro para o MASP, uma vitalidade difícil de encontrar na arte dita “erudita” do país. *O Estado de São Paulo*.

Lazzarin, A. L. (2015). *Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado e suas alternativas à arquitetura brasileira* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/D.102.2015.tde-31072015-101029

Martino, T. (1975, 8 de setembro). Sete dias esfuziantes. De quinquilharias, como num bazar. *O Estado de São Paulo*.

Maureau, X., Fonseca, C. L., & Altafin, G. (1984). *Tecelagem manual no Triângulo Mineiro: Uma abordagem tecnológica*. Fundação Nacional Pró-Memória.

Museu Virtual de Uberlândia. (2016, 8 de setembro). Edmar Almeida e a exposição Repassos. *Museu Virtual de Uberlândia*. https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/edmar-almeida-e-a-exposicao-repassos/

Zevi, B. (1965, 14 de março). L’arte dei poveri fa paura ai generali. *L’Espresso*.

DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E A PRÁXIS PEDAGÓGICA

DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS

THIAGO RANGEL, ALINE MARQUES

Thiago dos Santos Rangel é Arquiteto, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa patrimônio cultural, gamificação com o conceito de ambiências e pedagogia utilizando videogames. thiago.rangel@fau.ufrj.br
https://lattes.cnpq.br/3197340502218531

Aline Calazans Marques é Arquiteta e Doutora em Arquitetura. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus temas de pesquisa são concepção em arquitetura e urbanismo, conforto ambiental e representação gráfica. alinecalazans@fau.ufrj.br
http://lattes.cnpq.br/6457361847510784

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Rangel, T. S. & Marques, A. C. (2025). Desafios digitais em arquitetura e urbanismo: videogames e praxis pedagógica. V!RUS, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 352-369. https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239964

Resumo

Este artigo apresenta uma metodologia transdisciplinar aplicada ao ensino de Arquitetura e Urbanismo, que utiliza videogames como ferramenta didática para promover a adesão a aspectos sensoriais e interpretativos do espaço, aprimorando instâncias projetivas conceptuais. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito de uma disciplina experimental no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e propõe uma nova práxis pedagógica, voltada à construção de saberes sensíveis e éticos. A metodologia articula práticas projetuais com dinâmicas interativas dos jogos digitais, ancoradas no conceito de Ambiências, e busca fomentar interlocuções entre diferentes modos de produção de conhecimento. Os objetivos incluem a descrição da experiência didática, o detalhamento dos procedimentos metodológicos e a apresentação dos principais resultados obtidos. Entre os resultados obtidos destacam-se: a reconexão afetiva dos discentes com a prática projetual; o desenvolvimento de um olhar sensível para os elementos subjetivos dos lugares; a reafirmação da arquitetura como campo de mediação de sentidos; e a reestruturação do pensamento ético e moral. Ao propor uma abordagem crítica e multilateral, o artigo se insere no debate sobre práxis, interlocuções e confrontações no ensino superior, contribuindo para a transformação social e acadêmica no campo da arquitetura.

Palavras-Chave: Pedagogia, Arquitetura e urbanismo, Videogames, Ambiências.

1 Introdução

A pesquisa apresentada, derivada de tese de doutorado, foi desenvolvida a partir da disciplina Ateliê Avançado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU/UFRJ), e se organiza em dois eixos: o pedagógico, que investiga a relação dos discentes com a mídia videogame e sua aplicação em processos de ensino-aprendizagem; e o conceitual, centrado na interseção de temas subjetivos em Arquitetura e Urbanismo, com destaque para o conceito de Ambiências, amplamente estudado pelo Laboratório de Arquitetura Subjetividade e Cultura (LASC/UFRJ), ao qual a pesquisa está vinculada. Ela se insere no debate sobre universidade e práxis no ensino de Arquitetura e Urbanismo, com especial atenção à transdisciplinaridade e aos modos alternativos de produção de conhecimento. Alinhada ao tema da edição Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações, propõe uma metodologia crítica que confronta o produtivismo acadêmico e valoriza experiências sensíveis, éticas e subjetivas. Ao incorporar os videogames como mídia pedagógica, a disciplina tensiona fronteiras disciplinares, ativa interlocuções entre corpo, espaço e linguagem digital e promove deslocamentos vocacionais que revelam o potencial transformador da prática docente.

Buscou-se desenvolver um olhar sensível para os lugares e a realidade vivenciada, especialmente no ensino mediado pelas dinâmicas que os videogames podem suscitar. Considerando que esse olhar é construído ao longo da formação, o uso dos videogames como espaços de interação dialógica, e não apenas como simuladores, favorece o reconhecimento subjetivo e cultural do espaço. Interpretar subjetivamente os espaços arquitetônicos e urbanísticos a partir de suas dinâmicas humanas é uma ação crítica, que exige ferramentas sensíveis. Os videogames se revelam como ambientes de aprendizagem capazes de promover interpretações híbridas do espaço construído, ampliando as formas de pensar e praticar Arquitetura e Urbanismo. Esta metodologia buscou nos videogames o seu potencial para trabalhar conteúdos complexos em uma sociedade acelerada, o que inclui relações pós-pandêmicas, consumo intenso de mídias digitais e a presença crescente de inteligências artificiais. Para validar os instrumentos, foi pensada uma disciplina na FAU/UFRJ que pudesse testar práticas e gerar respostas projetuais sensíveis, fundamentadas no reconhecimento de Ambiências. De acordo com Cristiane Duarte e co-autores,

> A ambiência, nessa abordagem, poderia ser definida como um “pacote” que agrupa não apenas o espaço vivenciado, mas todo o conjunto de dados sensoriais e seus aspectos materiais e imateriais. Ao enumerar algumas definições da palavra ambiência, Augoyard diz que uma das mais correntes é a “atmosfera material e moral que envolve um lugar e uma pessoa” (2004, p. 18). Em outro texto, o autor traz a definição de ambiência como “um plural de pedaços justapostos e cacofônicos capazes de induzir um certo clima a partir de dimensões não visíveis de espaço construído” (Augoyard, 2008, p. 33), mas

> o próprio Jean François Augoyard sublinha que a definição de ambiência é difícil de explicar, mas muito fácil de compreender (Duarte et al., 2023, p. 10).

Ainda segundo os autores,

> Neste sentido, estudar Ambiências é também tecer um compromisso de experienciá-las, pois não se pode analisar empiricamente o que está fora do ato do corpo e do fenômeno. A Ambiência, assim, é menos como um conceito e mais como um acesso ao mundo, como temos comprovado (Duarte et al., 2023, p. 26).

Apesar de não ser um conceito complexo, as Ambiências demandam uma certa sensibilidade e alguma orientação. Elas podem ser compreendidas como uma colcha de retalhos em microcosmo, onde cada retalho representa um sentido, uma percepção, um elemento tangível ou intangível do espaço, uma partícula de cultura individual ou coletiva. Embora distintos, esses elementos são indissociáveis. Ambiências são o conjunto espacial composto tanto pelo suporte físico, o lugar, quanto por suas particularidades imateriais, morais, sensoriais, atmosféricas e dinâmicas[1]. Diante de tantos eventos possíveis, os videogames surgem como meio onde não temos corpo físico, mas habitamos um avatar de pixels e dados com o qual nos identificamos. Não trataremos aqui da capacidade dos videogames de produzir experiências sensíveis, pois enquanto arte e mídia imersiva, os videogames criam relações subjetivas plurais. Mas trataremos de sua virtualidade como expressão do possível, do mundo em latência, como propõe Pierre Lévy (1996). Os videogames apresentam um lugar entre mundos, parcial, e são uma mídia adequada aos eventos que propomos. Se as ambiências são um acesso ao mundo, cada mídia atua como mediadora dessa experiência. Nosso principal canal de relação com o mundo é o corpo, que funciona como filtro entre o interno e o externo, como propõe Maurice Merleau-Ponty (1999, p. 203): “O corpo é nosso meio geral de ter um mundo”. No entanto, a intensa digitalização da produção arquitetônica parece deslocar essa corporeidade, afastando os sentidos do fazer espacial. Este fenômeno, apontado por Marshall McLuhan, revela uma mudança na forma como a mídia reconfigura nossa sensorialidade. Segundo ele, “o meio é a mensagem” (McLuhan, 1994, p. 7), ou seja, cada tecnologia transforma nossa percepção e interação com o mundo. Observa-se o desafio de engajar os estudantes em práticas físicas e corporais. Estudos com papel, croquis, maquetes, luz e percursos urbanos cedem espaço às suas versões digitais, que operam sob códigos e abstrações distintas, como propõe Vilém Flusser (2017), transformando o gesto criativo e marcando a transição dos gestos tradicionais para os mediados por aparatos técnicos.

Paralelamente, com cerca de 3,42 bilhões de jogadores no mundo (Newzoo, 2024) e 82,8% da população brasileira consumindo jogos digitais (GoGamers, 2025), os videogames se apresentam como mídia dominante no século XXI. Altamente engajadores, influenciam diversas atividades humanas, sendo amplamente difundidos entre jovens adultos, público predominante na graduação em Arquitetura e Urbanismo. A computação transformou os processos de produção e aprendizado, resolvendo problemas antigos e gerando novos. Parece evidente que os discentes atuais percebem o aprendizado e suas mídias de forma distinta dos docentes e das gerações anteriores. Enumerar as causas da crescente complexidade pedagógica seria impossível: capitalismo tardio, transformações geracionais, guerras culturais, revoluções tecnológicas. Recentemente, as Inteligências Artificiais inauguraram uma nova revolução tecnológica, transformando as estruturas pedagógicas e levantando questões técnicas e éticas. Também abriram novos mundos projetuais (Mitchell, 1990), muitas vezes incompatíveis com o tempo necessário para que a prática docente acompanhe seu domínio. Nesse cenário, mídias audiovisuais tradicionais perdem protagonismo na mediação educacional, enquanto mídias interativas, como os videogames, ganham força.

Este artigo tem como objetivo apresentar a metodologia aplicada na disciplina, detalhar sua estrutura e procedimentos, e discutir os principais resultados obtidos. A pesquisa está organizada em quatro partes: introdução, metodologia, resultados e discussão, acompanhando os blocos temáticos da disciplina e suas implicações pedagógicas. Ao propor uma abordagem sensível e crítica, o artigo contribui para a construção de práticas educativas transdisciplinares e insurgentes no ensino superior.

2 Metodologia

[1] Para melhor entendimento sobre o conceito de Ambiências, visitar o site do grupo de pesquisa LASC em https://lasc.fau.ufrj.br/.

A disciplina Metodologias e Linguagens Gráficas de Videogames para a Concepção e Representação de Projeto, realizada na FAU/UFRJ no primeiro semestre de 2025, propôs o uso dos videogames como ferramenta de articulação entre teoria e prática, permitindo vivenciar, mesmo que virtualmente, dinâmicas espaciais orientadas ao desenvolvimento de qualidades subjetivas dos lugares. Foram abordadas questões como alteridade, afetos, corpo, memória, identidade e, como conceito integrador, as ambiências. Integrante do ciclo avançado da FAU/UFRJ, a disciplina atua como ação exploratória de temas e metodologias inovadoras, contribuindo para os Trabalhos de Conclusão de Curso e consolidando investigações anteriores. Atender às três práticas previstas no projeto pedagógico, teórica, projetual e experimental, sendo uma disciplina de projeto arquitetônico e urbano com extensa fundamentação teórica sobre ambiências e videogames. Seus objetivos incluem: utilizar os videogames para refletir sobre aspectos sensoriais e interpretativos do espaço no processo de concepção; familiarizar os estudantes com o conceito de ambiências e análise sensorial do lugar usando estratégias interpretativas da linguagem digital; e debater o impacto das novas tecnologias na formação profissional. Pensada como um percurso crescente em escala e complexidade, da casa à metrópole, a disciplina estimulou escuta ativa, imaginação projetual sensível e reflexão.

A disciplina foi montada em etapas, iniciando com uma revisão teórica aprofundada para definir sua estrutura, objetivos e resultados esperados. Foram analisados o projeto pedagógico da universidade, os ciclos estruturantes e ementas de disciplinas de projeto, além de ementas de outras áreas, que incorporavam videogames. Com base nisso, elaboraram-se a ementa, objetivos, calendário, procedimentos didáticos, sistema de avaliação, bibliografia e os jogos que seriam utilizados. Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil, conforme a Lei nº 14.874/2024 (Brasil, 2024), que regula pesquisas com seres humanos. Em sequência, foi aprovada pela FAU/UFRJ e integrou os ateliês avançados da faculdade. A disciplina foi ofertada, com os participantes sendo informados sobre a pesquisa antes da inscrição. Eles receberam os Registros de Consentimento Livre e Esclarecido, que foram todos devidamente assinados. A disciplina foi estruturada em quatro blocos sequenciais, cada um guiado por um jogo estruturante e articulado com atividades como seminários, palestras, práticas projetuais e discussões, estimulando uma abordagem sensório-perceptual do espaço. Os sete jogos utilizados foram selecionados a partir de um grupo de sessenta e dois títulos com mecânicas relacionadas à Arquitetura e Urbanismo. Eles foram organizados por tema, testados e escolhidos com base em seu potencial pedagógico: os jogos introdutórios selecionados foram *Minami Lane* (2024), *The Block* (2022) e *Mini Motorways* (2019). Os jogos estruturantes escolhidos foram *The Sims 4* (2014)*, Tiny Glade* (2024), *Manor Lords* (2024) e *Cities: Skylines* (2015).

Em sala de aula, os discentes foram organizados em trios e participaram de trinta encontros de quatro horas (cento e vinte horas totais), tempo adequado para investigação, interação, exploração e produção. Ao final do período, os estudantes elaboraram um relatório e responderam a um questionário, compondo a base empírica da disciplina. Foram adotados métodos de coleta de dados quantitativos e qualitativos, aumentando a abrangência do processo. A seguir, serão apresentados os blocos e o relatório final, analisados junto ao questionário.

Bloco 1 - Introdução e experiências em subjetividades (8 aulas).

- Objetivo: trabalhar a escala do indivíduo e introduzir conceitos subjetivos como ambiência, atmosfera, empatia espacial entre outros;
    - Jogo estruturante: *The Sims 4* (2014). Selecionado por ser um simulador de vida que permite construir ambientes internos e externos com riqueza simbólica e narrativa. Possui ferramentas acessíveis de composição espacial que expressam desejos pessoais, incentivando a experimentação projetual sem muita rigidez técnica e com forte apelo sensorial e emocional.
- Experiência proporcionada: os grupos puderam testar configurações espaciais que respondessem aos afetos e anseios dos clientes, utilizando o design como linguagem empática;
- Exercício-chave: os grupos criaram casas para seus clientes (outros grupos) baseando-se em respostas a perguntas sensíveis advindas dos poemas dos desejos, que foram ensinados e aplicados entre eles em aula;
- Ênfase: projeto como escuta; criação de espaços afetivos que respondem aos desejos invisíveis do usuário.

No bloco 1, trabalhamos com a escala da casa. O jogo *The Sims 4* (2014), amplamente reconhecido e utilizado pelos estudantes, revelou-se significativo por sua relação pessoal e histórica com muitos deles, inclusive como estímulo à escolha do curso de Arquitetura e Urbanismo. A base conceitual deste bloco se concentrou no debate sobre ambiência e outros temas subjetivos relacionados à Arquitetura e Urbanismo. Trabalhamos no primeiro exercício com o poema dos desejos, método de investigação que "(...) possibilita a identificação dos desejos referente ao ambiente construído (...)" (Sobral et al., 2015, s.p.). Nele, cada grupo assumiu o papel de cliente do grupo seguinte, aplicando o poema como ferramenta para investigar os anseios dos colegas. A partir dessa escuta, realizou-se uma análise projetual voltada à revelação de interseções e narrativas ocultas nos desejos identificados. Com base nas análises, os grupos desenvolveram propostas de habitação que atendiam não apenas aos aspectos funcionais e métricos, mas também favoreciam relações subjetivas e significativas no espaço. O objetivo era criar condições para o desenvolvimento de ambiências positivas, promovendo experiências sensíveis e afetivas dentro dos projetos. A relação dos discentes com o jogo escolhido adicionou uma camada extra de afeição ou mesmo nostalgia ao exercício, criando uma conexão emocional múltipla entre proposta, processo e ferramenta.

Bloco 2 – Entorno imediato e narrativas urbanas (6 aulas):

- Objetivo: transitar da casa ao entorno imediato; refletir sobre a ambiência urbana e o desenho subjetivo do espaço coletivo;
    - Jogo introdutório: *Minami Lane* (2024). Estabeleceu um primeiro contato com um urbanismo afetivo, em escala reduzida e estética lúdica.
    - Jogo estruturante: *Tiny Glade* (2024). Selecionado para beneficiar um projetar por fluxo, estética e intuição. Foram trabalhadas abordagens poéticas a partir de dinâmicas semiestruturadas de projeto.
- Experiência proporcionada: os grupos experienciaram o urbanismo como narrativa, criando vilarejos que respondiam mais ao olhar sensível do que a normas pré-definidas; aprenderam a valorizar o vazio, as relações, o tempo lento, os percursos espontâneos e a intuição;
- Exercício-chave: desenvolvimento de pequenos vilarejos, com atenção às relações entre conceitos, estruturas, construções, fluxos, paisagens sensíveis e relações com a natureza;
- Ênfase: urbanismo como narrativa e a liberdade estética do sentir como ferramenta projetual.

O bloco 2 apresenta o primeiro salto de escala e complexidade, da casa para a de um entorno imediato. Os grupos jogaram brevemente o *Minami Lane* (2024), um jogo onde o(a) jogador(a) desenvolve uma rua e lida com os desejos e demandas dos *NPC's* (*Non Playable Character* – personagens não controláveis do jogo). Estas demandas são variadas e ajudam o(a) jogador(a) a ter algum *feedback* sobre suas escolhas de projeto e gestão espacial, servindo para introduzir o tema de entorno imediato aos grupos. No jogo estruturante *Tiny Glade* (2024), os grupos precisaram desenvolver um vilarejo. O jogo funciona como uma caixa de areia digital voltada à simulação e ao estudo de conceitos arquitetônicos e urbanísticos com ampla liberdade de criação. Foram desenvolvidos vilarejos focados no desenho urbano e na criação de um projeto que desse condições de criar relações subjetivas na cidade. O jogo possui uma estética particular e expressiva, focada na relação com a natureza e com controles pouco estruturados e muito intuitivos. Isto ajudou os discentes a usar a imaginação e a criatividade para explorar noções de urbanismo em uma espécie de laboratório em miniatura. Para orientar o processo projetual, foi utilizada uma estrutura morfológica urbana básica, adotando um modelo orientado de design, com reflexões sobre geografia, estruturas verdes e azuis, acessos, sistema viário, blocos e lotes. Paralelamente, realizaram estudos sobre modelos e tipologias urbanas, explorando como desenvolver seus elementos utilizando o jogo.

Bloco 3 - Práticas de projeto e complexidades emergentes (8 aulas):

- Objetivo: trabalhar territórios de médio porte, introduzir elementos de gestão de recursos e dinâmicas sociais e morais;
    - Jogo introdutório: *The Block* (2022). Serviu como provocação inicial sobre um urbanismo conectado a partir de pré-existências.

- Jogo estruturante: *Manor Lords* (2024). Selecionado por propor a cidade como um organismo dinâmico e interdependente. Explora a tensão entre intenção projetual e resposta sistêmica, investigando como os *NPC's* respondem às intervenções espaciais realizadas. Adicionou mecânicas de gestão de recursos e suas complexidades.

- Experiência proporcionada: os grupos vivenciaram um projeto urbano como sistema interdependente, lidando com premissas de projeto a partir da gestão de recursos e testando limites entre liberdade projetual e regras emergentes enquanto aprendiam sobre impacto social, informalidade e ecossistemas urbanos;

- Exercício-chave: criação de assentamentos complexos a partir da gestão de recursos e análise dos impactos projetuais nas relações sociais simuladas;

- Ênfase: negociação entre técnica e desejo; simulação como reflexão crítica sobre o urbanismo.

O terceiro bloco marca uma virada importante: da imaginação livre para o enfrentamento da complexidade urbana. Inicialmente, os grupos jogaram *The Block* (2022), um jogo de quebra-cabeças que usa pedaços de cidade como peças de montar. Ele introduziu uma cidade que tem que lidar com pré-existências. O jogo estruturante, *Manor Lords* (2024), é um simulador de construção de cidades medievais com estratégias em tempo real. Foi trabalhada uma vila mais ampla e estruturada, enfrentando o desafio da gestão de recursos e seu impacto direto no desenvolvimento urbano. A escassez, abundância e localização desses recursos foram determinantes nas estratégias projetuais adotadas por cada grupo. Outro fator decisivo foram as trajetórias particulares dos personagens, que criam caminhos de desejo, muitas vezes incompatíveis com o planejamento urbano estabelecido, similar ao descrito por Michel de Certeau (1998). Esse comportamento trouxe mais complexidade ao projeto, oferecendo um retorno mais rico sobre as consequências das decisões espaciais tomadas.

Bloco 4 - Leitura crítica e complexidades avançadas (8 aulas).

- Objetivo: trabalhar a escala metropolitana com um planejamento urbano contextualizado e responsável;
    - Jogo introdutório: *Mini Motorways* (2019). Introduziu conceitos de fluxo viário de forma sintética e *gamificada*.
    - Jogo estruturante: *Cities: Skylines* (2015). Selecionado por ser um simulador avançado de cidades, trazendo diversos elementos utilizados no ensino e desenvolvimento de um projeto urbano real. Foi uma plataforma para testar decisões urbanísticas complexas em cenários paralelos à realidade.

- Experiência proporcionada: os discentes exercitaram decisões contextualizadas na cidade, considerando limites morfológicos, ecológicos e sociais; confrontaram as consequências de suas escolhas em um cenário que simula a realidade e repensaram diversos dos seus conhecimentos prévios;

- Exercício-chave: os grupos repensaram a cidade do Rio de Janeiro, revisitando diversas regiões da cidade para desenvolver novas propostas urbanas;

- Ênfase: análise crítica e histórica da cidade; análises morfológicas, viárias e programáticas; decisões projetuais com repercussões simuladas e avaliação crítica dos resultados.

No quarto bloco, ocorreu o último salto em escala e complexidade. Iniciamos com *Mini Motorways* (2019), um quebra-cabeça de redes viárias que aborda de forma lúdica as relações entre mobilidade e organização territorial, uma questão central nas grandes cidades. Em seguida, utilizamos *Cities: Skylines* (2015), simulador de urbanismo e gestão territorial, cuja complexidade oferece percepções valiosas até mesmo em nível profissional. Dado o caráter experimental da disciplina e a participação ativa dos estudantes, escolhemos coletivamente o Rio de Janeiro como base para o exercício, promovendo uma aproximação com o objeto de estudo. Cada grupo selecionou uma área específica para realizar uma leitura histórico-crítica e propor novas possibilidades para o território. As propostas exigiram estruturação projetual considerando a geografia da cidade, elementos morfológicos e programas arquitetônicos essenciais à consolidação urbana. Os reimaginados urbanos resultaram de uma compreensão ampliada da cidade, com investigações e digressões baseadas nas mecânicas do jogo e consequências

avaliadas em tempo real. Este bloco sintetizou o caráter laboratorial da disciplina e sua abrangência como pesquisa aplicada em Arquitetura e Urbanismo.

Ao fim da disciplina, os estudantes apresentaram um relatório em formato de diário de bordo, reunindo pensamentos, imagens, croquis e descrições do percurso pedagógico. Essa entrega contemplou: análises críticas sobre o processo, os conteúdos, os jogos, as experiências e os aprendizados; reflexões pessoais sobre os conceitos explorados e sua aplicação no mundo real; ponderações sobre os videogames como dispositivos formativos e observações sobre os afetos como elementos do projeto. O relatório final consistiu em um exercício aberto, no qual os estudantes expuseram o percurso desenvolvido ao longo do período. A única orientação foi a de escrever ao longo das aulas, como um diário, incluindo anotações, aforismos, questionamentos e percepções internas e externas sobre o processo. Isso possibilitou a coleta de dados qualitativos, com relatos espontâneos, pensamentos e críticas relevantes à pesquisa, além do papel dos videogames nesse contexto. Esse material foi analisado junto a um questionário com treze perguntas, aplicado ao fim da disciplina, focado em dados quantitativos que apoiam as análises qualitativas. Ambos formam a base dos resultados, que apontaremos a seguir.

3 Resultados

A análise das experiências em sala, dos trabalhos, do relatório final e do questionário revelou temas recorrentes que evidenciam a potência pedagógica dos videogames na Arquitetura e Urbanismo. Os relatos espontâneos, repletos de sensibilidade, demonstram que os videogames extrapolaram o campo do entretenimento, consolidando-se como ferramentas de reflexão, construção projetual e reconexão afetiva com o ato de projetar. Diante da extensão e diversidade dos dados coletados, apresentamos uma síntese dos principais resultados da disciplina. Os dados foram tratados por meio de abordagem quali-quantitativa, combinando uma leitura sensível de toda a experiência com os dados numéricos do questionário. As falas foram agrupadas em categorias temáticas emergentes, com base em padrões discursivos e experiências relatadas, buscando compreender como os videogames ativaram dimensões sensíveis e criativas no processo projetual, influenciando a percepção dos discentes sobre espaço, Arquitetura e Urbanismo e sua formação profissional.

A análise dos dados obtidos foi conduzida em três etapas, articuladas aos objetivos pedagógicos, às questões da pesquisa e à validação dos videogames como instrumentos projetuais sensíveis. Na primeira etapa, referente aos blocos, cruzamos os objetivos pedagógicos de cada bloco com os resultados dos trabalhos, do relatório final e do questionário, identificando, por meio de falas, padrões discursivos e comportamentos relatados, como esses resultados se manifestaram na percepção dos estudantes. A segunda etapa concentrou-se no relatório final, relacionando os dados aos objetivos gerais da disciplina. Foram integrados trechos das reflexões dos estudantes, categorizados os temas emergentes e sintetizados os aprendizados subjetivos, éticos e sensíveis revelados ao longo do processo; Na terceira etapa, analisamos o questionário aplicado ao final da disciplina, combinando o tratamento quantitativo das respostas fechadas com o tratamento qualitativo da única pergunta aberta. Os dados foram cruzados com os resultados das etapas anteriores, ampliando a compreensão dos conhecimentos revelados por esse instrumento.

Para facilitar a leitura, os resultados são apresentados de forma integrada, com os dados do relatório final e do questionário incorporados à discussão de cada bloco temático.

3.1 Videogames e percepções iniciais

O primeiro bloco promoveu o reconhecimento da potência expressiva dos videogames como experiência significativa em Arquitetura e Urbanismo. Embora muitos estudantes já conhecessem o jogo, foi a primeira vez que o utilizaram como uma experiência orientada e com propósito pedagógico. Os resultados observados foram bastante promissores: a atividade gerou alto engajamento, despertando curiosidade e interesse entre os discentes, além de provocar um impacto emocional imediato, com relatos que incluíram expressões como “imersivo”, “diferente” e “mexeu comigo”. Houve também um forte sentimento de novidade e quebra de expectativa, já que muitos não imaginavam que os videogames poderiam ser tão reflexivos, sobretudo em relação à prática profissional. O cruzamento dos dados revelou que o jogo funcionou como uma porta de entrada para o mundo projetual dos videogames, ou para o que Vilém Flusser (2011, p. 2) definiria como “universo do jogo”, atuando simultaneamente como espaço lúdico e como catalisador de questões relacionadas à identidade e à tomada de decisão. O exercício do poema dos desejos foi bem compreendido e aplicado dentro das dinâmicas e mecânicas do jogo com sucesso. Esta foi uma demonstração da efetividade do processo, que, por sua natureza audiovisual e interativa, permitiu camadas de

expressão que outras mídias dificilmente alcançariam. A análise dos dados revela que os objetivo pedagógicos—reconhecimento de estruturas narrativas e simbólicas nos jogos, respostas emocionais genuínas e primeiros sinais de reconexão vocacional—foram plenamente atingidos:

Embora não prevista inicialmente, a reconexão vocacional foi recorrente nas análises, demonstrando que os estudantes se sentiam esgotados pelos métodos de ensino repetitivos ao longo da graduação, como eles mesmos expressaram, se vendo em uma condição de *animal laborans* (Arendt, 2010), interrompida pela condição de *homo ludens* (Huizinga, 2000), que a disciplina suscitou. As reflexões dos estudantes nos relatórios finais reforçam essa conclusão. O Bloco 1 despertou um interesse subjetivo que criou terreno fértil para os próximos blocos aprofundarem esse processo. Observa-se uma adesão quase imediata ao jogo como ferramenta de projeto, evidenciada por falas discentes apresentadas a seguir e pelas dos trabalhos, apresentados nas figuras 1 e 2:

> — “Jogar The Sims me ajudou a visualizar como as pessoas iriam habitar aquele projeto, a partir da simulação da vida que o jogo oferece”.
>
> — “Por outro lado, a comunicação faz parte do jogo, a interação com os objetos virtuais, os lugares, e hoje em dia estamos caminhando para um mundo de jogadores conectados, em que cada um nos seus lares consegue entrar no mesmo mundo do amigo”.
>
> — “O uso do jogo trouxe justamente esse caráter lúdico que facilita tanto quem projeta quanto quem encomenda o projeto, permitindo testar, visualizar e até habitar ideias de forma intuitiva. Assim, o processo de escuta ganhou outra dimensão. Não se tratou apenas de atender pedidos, mas de desvendar sentidos, criar cenários de afeto e possibilitar que todos pudessem sentir, explorar e experimentar os espaços antes mesmo deles existirem de fato”.



Fig. 1: Perspectiva do projeto desenvolvida dentro do jogo *The Sims 4* para a entrega do bloco 1. Fonte: Grupo 7, 2025.

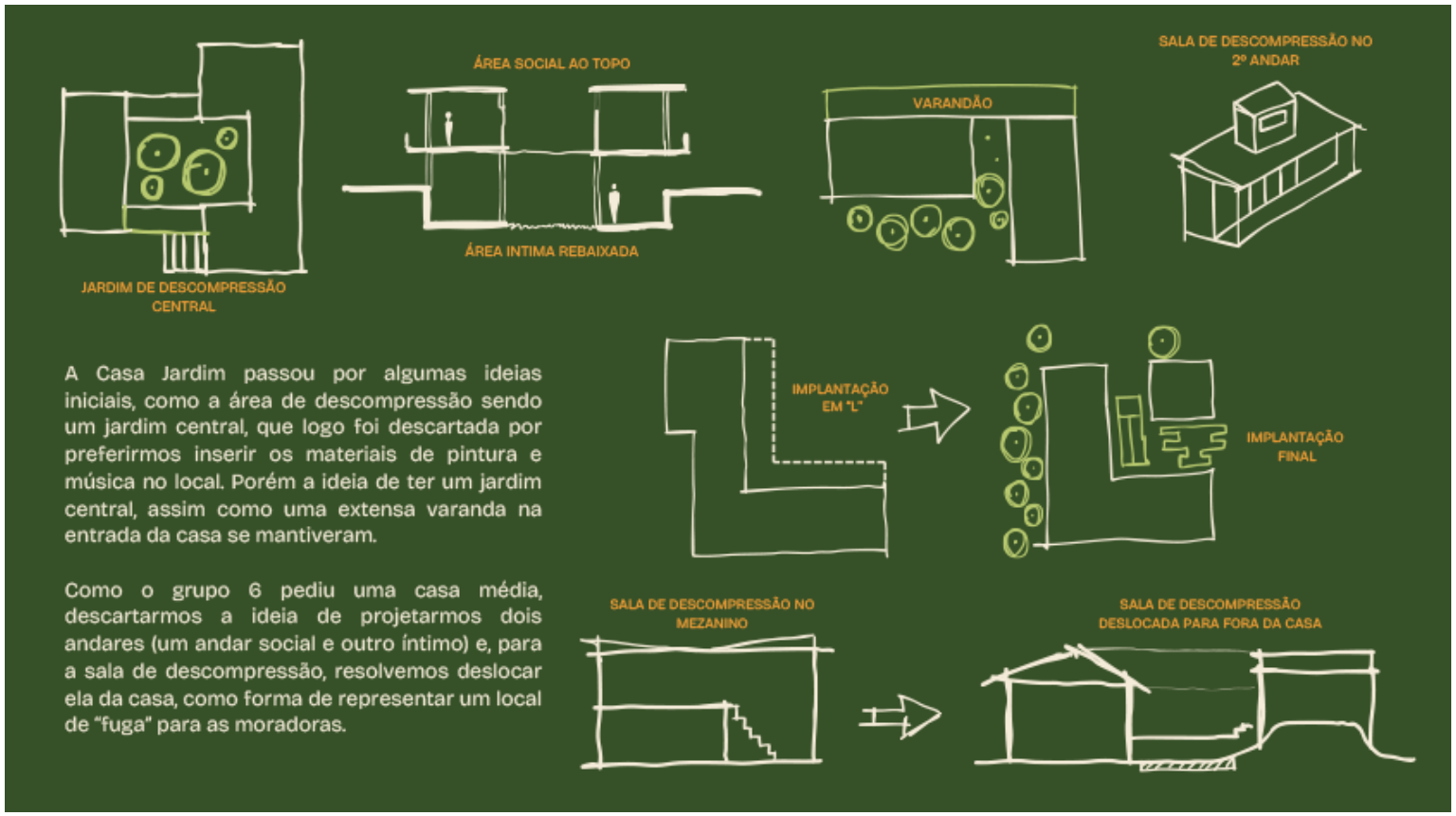


Fig. 2: Estudos do grupo 7 a partir do poema dos desejos realizado com o grupo 6 para a entrega do bloco 1. Fonte: Grupo 7, 2025.

3.2 Narrativas e Reflexão Linguística

O segundo bloco convidou os discentes a perceber a linguagem dos videogames como forma de discurso, com narrativas que podem ser construídas, desconstruídas e reinterpretadas. Os exercícios, palestras e textos trabalharam com a compreensão dos elementos simbólicos, estéticos e ideológicos presentes nos jogos, e a ideia de autor jogável, ou seja, a possibilidade de intervir na construção das histórias por meio do desenho urbano. Ao longo da experiência, os estudantes demonstraram maior consciência crítica sobre a linguagem dos jogos, conexões entre o universo lúdico e a realidade e a exploração de uma estética do sentir e do fazer sentir.

A experiência foi marcada por uma atmosfera poética e livre, com forte envolvimento emocional, produzida através de uma prática de projeto espontânea e intuitiva. A análise dos dados revelou que os jogos propostos funcionaram como instrumentos de metacognição narrativa: os educandos não apenas jogaram, mas refletiram sobre o próprio ato de jogar. A experiência lúdica despertou posturas críticas e empáticas, evidenciando que o objetivo pedagógico foi plenamente alcançado. As explanações presentes nos relatórios finais indicam que o Bloco 2 consolidou uma postura crítica e discursiva entre os discentes, fortalecendo seu olhar como leitores e criadores conscientes de narrativas. Esse processo abriu espaço para um engajamento mais profundo e libertador, como evidenciam algumas falas registradas nos relatórios e nas figuras 3 e 4:

> — "Apesar de ser um jogo lúdico, com uma estética medieval delicada, ele acabou se mostrando uma ferramenta interessante para experimentar princípios urbanísticos na prática, como a definição de quadras, lotes, vias e até a relação entre os volumes e o contexto ao redor".

> — "Esses jogos simulam maneiras de viver e propõem novas formas de agir e sentir. Além disso, o visual dos jogos não é só para olhar, ele envolve, orienta e faz parte da ação. O olhar do jogador é guiado, mas também cria sentidos. Isso tudo mostra que o jogar virou parte da vida moderna".

> — "E o mais interessante é que o resultado disso tudo não era só estético, mas também tinha uma carga narrativa: minha vila foi ganhando identidade, com um certo ritmo espacial, e eu comecei a imaginar quem moraria ali, como seria o dia a dia nesse lugar".

— “No fim da prática, percebi que mais do que projetar no sentido tradicional, a gente estava exercitando um olhar sensível e criativo, além da improvisação com o que está à mão, o que, pensando bem, é uma parte enorme do que é fazer arquitetura na vida real”.



Fig. 3: Slide da apresentação inicial do vilarejo desenvolvida no jogo *Tiny Glade* para a entrega do bloco 2. Fonte: Grupo 6, 2025.

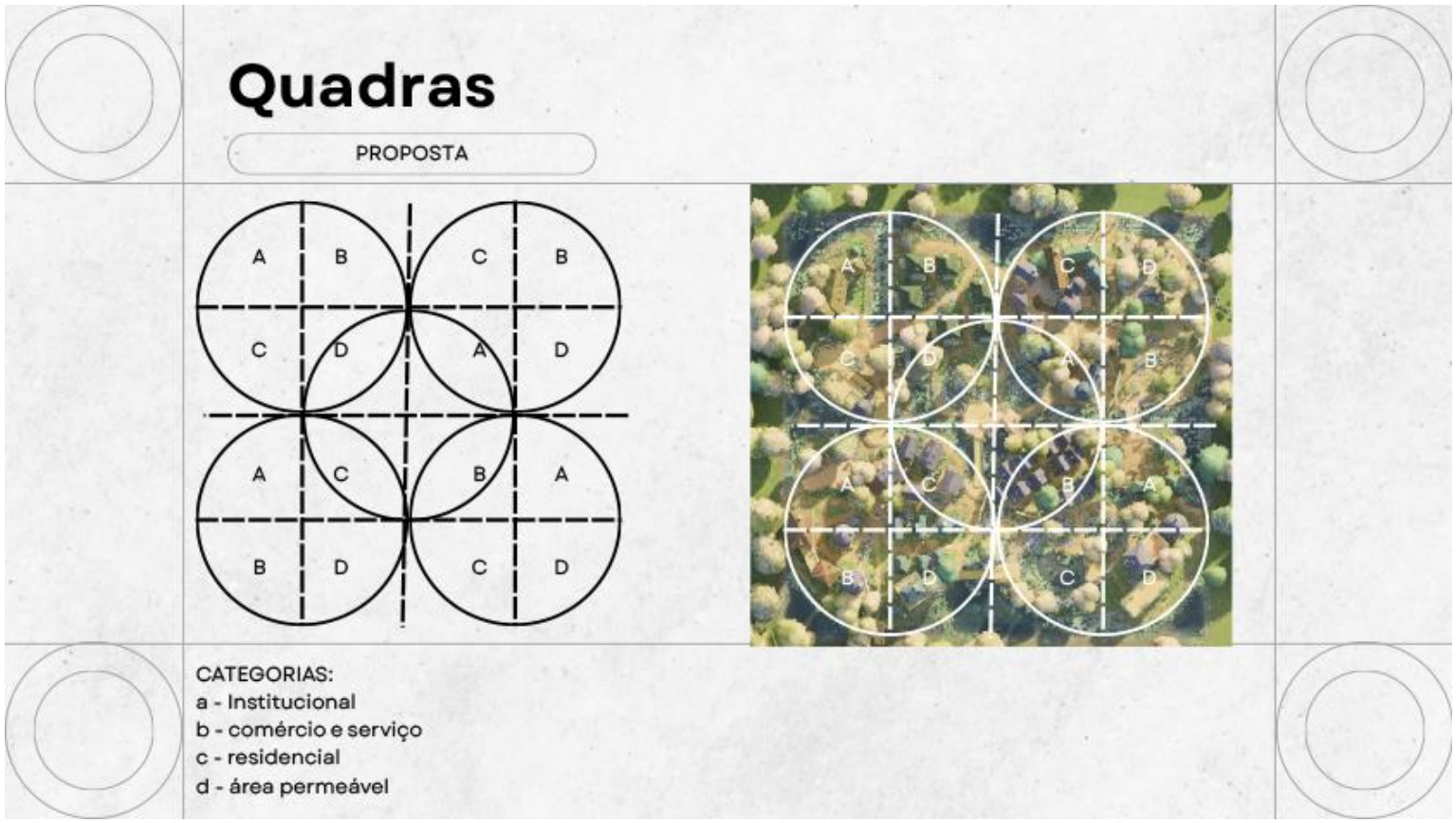


Fig. 4: Slides da estrutura compositiva espacial do vilarejo desenvolvida no jogo *Tiny Glade* para a entrega do bloco 2. Fonte: Grupo 6, 2025.

3.3 Moralidade, escolhas e consequências

O terceiro bloco estimulou os discentes a refletirem sobre dilemas morais, escolhas difíceis e suas consequências dentro de uma lógica narrativa interativa. A proposta provocou deslocamentos éticos, posicionamentos e debates em torno de temas sensíveis, gerando inquietações e conflitos internos diante das decisões de projeto exigidas pelo jogo. Expressões como “não sabia o que fazer”, “escolha dolorosa” e “me senti responsável” surgiram com frequência nos relatos, indicando um envolvimento emocional e mental mais profundo, com maior tempo dedicado à reflexão sobre as próprias ações projetuais. A análise dos dados revelou que os jogos e as discussões propostas colocaram os estudantes em situações de julgamento ético e moral, cumprindo o papel de desestabilizar certezas e provocar questionamentos. Houve aprendizados significativos sobre usos informais do espaço, percursos de desejo e desequilíbrios sociais gerados pelas decisões projetuais. O objetivo pedagógico do bloco foi atingido com alta densidade reflexiva, evidenciado pelo reconhecimento da complexidade das escolhas humanas, projeção emocional nos personagens e ativação de valores e princípios morais próprios, frequentemente acompanhados de embates internos.

As reflexões dos educandos no relatório final indicam que o Bloco 3 teve impacto direto na formação social, ética e afetiva dos participantes, revelando que o jogo ultrapassou o entretenimento e se consolidou como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento moral. Algumas das falas no relatório e os projetos, exemplificados pelas figuras 5 e 6, evidenciam isso:

> — “No fim, a aula parecia menos uma simulação de jogo e mais um laboratório aberto de urbanismo. A diferença é que, em vez de trabalhar com maquetes ou plantas, a gente estava lidando com simulações vivas, onde pessoas virtuais passavam frio, fome e até fugiam com medo de ataques se a gente planejasse mal”.

> — “Foi uma aula bem marcante. Além de divertida, trouxe uma sensação de responsabilidade sobre o espaço, algo que nem sempre conseguimos captar só na teoria. É muito potente ver como um jogo pode nos ajudar a refletir sobre espaço, sociedade e as relações humanas que se criam (e se desfazem) dependendo de como organizamos o território”.

— “Ao longo das atividades, o jogo deixou de ser apenas um meio de entretenimento e passou a funcionar como uma ferramenta real de experimentação projetual. Ficou mais claro como o espaço influencia a vida das pessoas, mesmo que sejam personagens digitais, e como o urbanismo envolve tanto decisões técnicas quanto sensíveis”.

— “Perceber que as pessoas criam caminhos de desejo por onde querem circular, mesmo quando você não projeta, foi muito real e valioso. O jogo trouxe reflexões sobre a cidade não ser definida só pelo projeto, mas depender também do comportamento das pessoas. A possibilidade de se apropriar de espaços, reapropriar etc. Nem sempre o que projetamos é o que será usado”.

— “Fiquei com a sensação de que qualquer escolha seria errada… Mas isso me fez pensar no peso que as decisões têm fora do jogo também”.

— “Tive que decidir entre proteger alguém ou ser justo com todos. Foi mais difícil do que achei que seria”.



Fig. 5: Perspectiva da cidade desenvolvida dentro do jogo *Manor Lords* para a entrega do bloco 3. Fonte: Grupo 7, 2025.

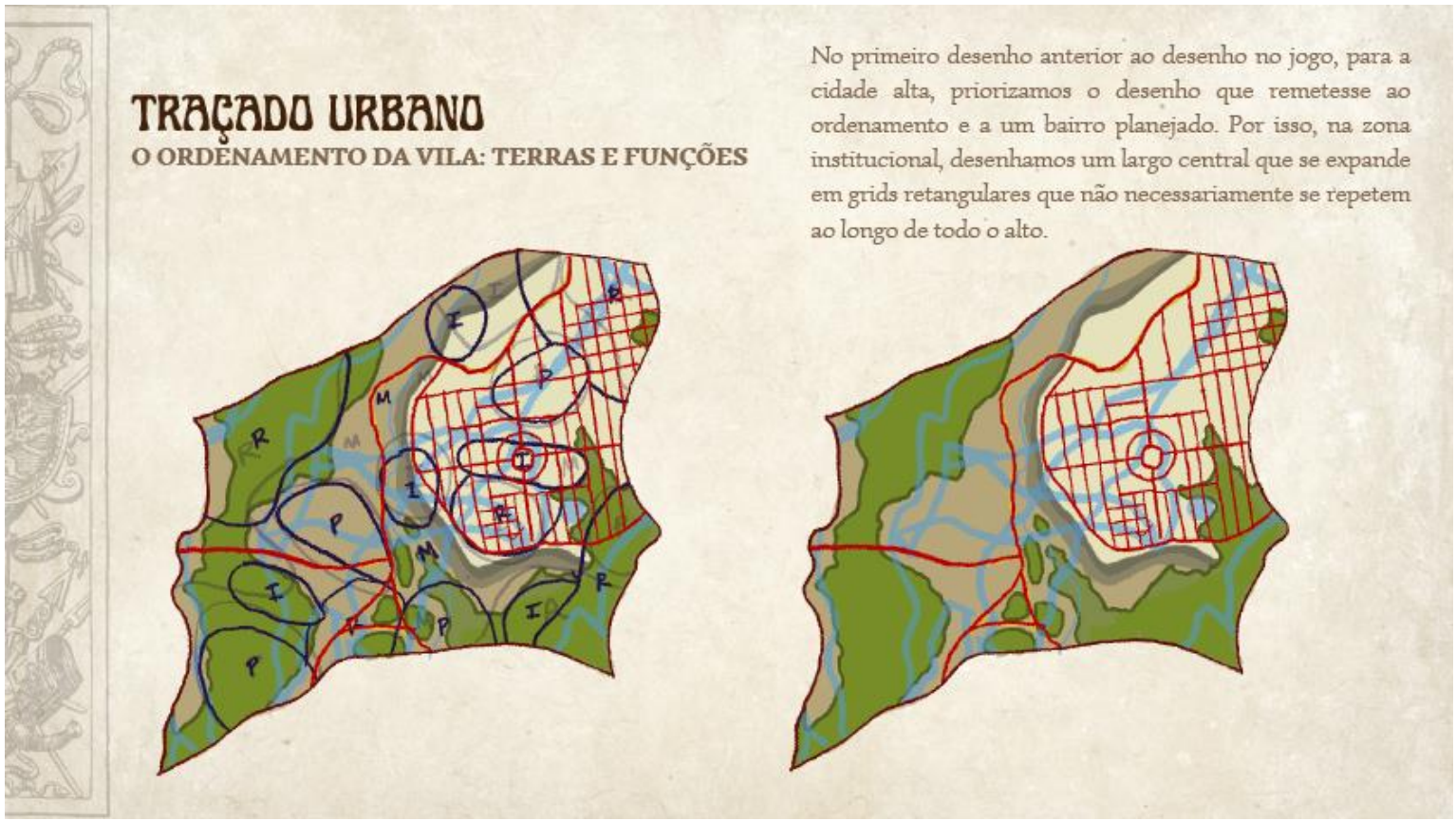


Fig. 6: Estudos de ordenamento urbano da cidade desenvolvida no jogo *Manor Lords* para a entrega do bloco 3. Fonte: Grupo 7, 2025.

3.1 Moralidade, escolhas e consequências

O quarto e último bloco promoveu a criação de narrativas autorais, partindo de temas complexos e experiências subjetivas. As atividades trabalharam com a projeção imaginativa como exercício de autoconhecimento e expressão, incentivando a exploração de ideias próprias e emoções. Além disso, reforçaram a noção de que os videogames possuem um mundo projetual próprio, um território fértil para reflexão crítica e construção de alternativas. Os relatos dos educandos revelaram forte sensação de autoria acompanhada de postura profissional e uso das mecânicas do jogo como ferramentas reais de criação e revisão de conhecimentos técnicos a partir da simulação em tempo real. A análise dos dados revelou o quarto bloco como síntese dos anteriores, finalizando a transição dos estudantes de jogadores a criadores conscientes dentro dos videogames. Esse movimento ativou processos de reconexão afetiva com temas vocacionais, sociais e existenciais. Os discentes passaram a identificar arquiteturas discursivas nos jogos, questionar ideologias subjacentes, sobretudo em relação ao modelo capitalista de produzir cidades, e reconhecer os limites impostos pela programação e pelo design, tanto nos jogos quanto no mundo real.

Essa percepção foi acompanhada da desconstrução da ideia de liberdade total também no mundo real, uma vez que os projetos de Arquitetura e Urbanismo são limitados por diversos parâmetros, incluindo legislação, orçamento, técnica etc. Este foi um evento interessante no estabelecimento de paralelos entre os jogos e o mundo real. As análises revelaram ainda que houve um exercício legítimo de imaginação ética e política. As produções dos discentes propunham mundos alternativos como forma de pensar criticamente o mundo real, cumprindo com profundidade o objetivo pedagógico do bloco. Os projetos desenvolvidos refletiram um sentimento de realidade e responsabilidade, com maior consciência sobre as implicações do projeto urbano. As reflexões presentes no relatório final indicam que o Bloco 4 foi um momento de revelação simbólica. Os estudantes expressaram suas subjetividades, dores e sonhos por meio da linguagem dos jogos, que deixou de ser apenas uma ferramenta e passou a funcionar como espelho, abrigo e projeção. As falas abaixo, em conjunto com a figura 7, evidenciam isso:

> — “Essa etapa das aulas foi desafiadora, mas também muito produtiva. Nos ensinou a lidar com consequências, adaptar estratégias e entender a cidade como um sistema complexo e interligado”.

> — “Foi desafiador projetar nessa escala e ter que pensar ainda, nas consequências em tempo real para os “moradores” do jogo, é diferente de quando projetamos algo na FAU e só imaginamos que dará certo. Isso nos fez refletir muito

sobre o quão críticas acabamos sendo com alguns projetos urbanos, sendo que muitas vezes quando o arquiteto imagina um projeto, nem tudo sai como planejado".

— "Criei um problema social no meu jogo".

— "Nesse jogo, diferente dos outros, consegui ter 100% de controle sobre a cidade, então quando dava alguma merda, era totalmente culpa das minhas decisões, o que acabava gerando lições quase que imediatas".



Fig. 7: Estudo da cidade do Rio de Janeiro desenvolvido a partir dos seus rios originais no jogo *Cities Skylines* para a entrega do bloco 4. Fonte: Grupo 7, 2025

3.4 Autonomia, inquietação e reflexão

Quando analisado isoladamente, o relatório final revela que os discentes entenderam as atividades como um processo que ultrapassou o ensino tradicional, promovendo transformações éticas, afetivas e discursivas. Mais do que consolidar conhecimentos, ele instigou os estudantes a deixarem a disciplina sem respostas definitivas, mas enriquecidos por novas perguntas sobre si mesmos, o mundo e suas vocações. A análise conjunta de relatórios e questionários mostra que, à medida que os blocos avançavam, os relatos ganhavam densidade, intimidade e simbolismo, enquanto os discentes deixavam de ser jogadores curiosos e se transformavam em autores conscientes, aptos a criar e refletir criticamente, como visto no bloco 4. Ao longo das falas dos relatórios, surgem sinais claros de reconexão vocacional, amadurecimento ético, maior abertura ao outro e sensibilidade narrativa.

Vejamos frases contidas nos relatórios que reforçam esse impacto:

— "No começo achei que era só jogo, mas acabei jogando minha própria história ali".

— "Inventei um personagem que não existe, mas que pensa como eu. E ao criar ele, entendi muito sobre mim".

— "Teve um dia que saí da aula querendo conversar com meus pais sobre coisas que nunca tive coragem".

— "O personagem que inventei virou uma forma de me entender melhor".

Esses fragmentos mostram que a experiência foi transformadora, ultrapassando os objetivos pedagógicos e mobilizando sentidos existenciais, afetivos e sociais.

4 Discussão

Os videogames têm avançado cada vez mais nos métodos pedagógicos em diversos campos, incluindo iniciativas expoentes como o *Minecraft Education*[2]. As bases de sua utilização no ensino têm se consolidado, constando inclusive na Base Nacional Comum Curricular como parte da formação da Cultura Digital dos discentes, desde o ensino infantil até o ensino médio. No ensino superior, cada curso vai estabelecer no seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a pertinência de determinadas mídias ou atividades, apesar de haver algum grau de liberdade, utilizado por docentes que queriam trabalhar com videogames a partir de suas próprias pesquisas, como ocorreu com a disciplina que descrevemos neste artigo. Seu uso no curso de Arquitetura e Urbanismo, entretanto, ainda é tímido e inédito se pensarmos em sua associação com o tema das Ambiências e outros subjetivos. Em seu conceito de *homo ludens*, Johan Huizinga (2000) descreve o jogo como parte essencial da cultura. Para ele, somos indivíduos lúdicos por natureza e o jogo é um espaço de liberdade, experimentação e criação, e podemos dizer que estas são características essenciais ao ensino de projeto arquitetônico e urbanístico. Ao relacionarmos essas ideias à prática realizada na disciplina, percebemos que os ambientes simulados funcionaram como espaços de pensamento projetual, onde os estudantes puderam desenvolver um olhar brincante e sensível sobre o espaço, estimulando a responsividade, improvisação, intuição, a crítica e a reflexão. Como pesquisa que estuda justamente este universo, foi possível produzir conhecimentos valiosos e inéditos através da metodologia aplicada. Os resultados advindos da disciplina demonstraram com bastante eficácia que os videogames, quando inseridos de forma estratégica, não só engajaram os discentes, como viabilizaram o desenvolvimento de um olhar sensível a partir das experiências híbridas fornecidas por essa mídia.

O conjunto metodológico, que incluiu as bases teóricas, práticas e experimentais, conseguiu cumprir rigorosamente os objetivos pedagógicos definidos, além de se mostrar surpreendentemente fértil em produzir resultados benéficos não antecipados, com um ganho significativo nas bases empíricas da pesquisa. A disciplina foi concebida inicialmente para testar a capacidade dos videogames de ajudar os estudantes a construírem ferramentas sensíveis para interpretar subjetivamente os espaços arquitetônicos e urbanísticos e suas complexidades, promovendo interpretações híbridas do espaço construído e ampliando as formas de pensar e praticar Arquitetura e Urbanismo. Apesar de sua delimitação bem definida, a disciplina acabou se transformando em um catalisador de experiências pessoais profundas. A incorporação dos jogos como ferramenta pedagógica ampliou a dimensão crítica, afetiva e empática do processo projetual, ativando reflexões intensas sobre o espaço e suas implicações sociais, ao mesmo tempo em que provocou deslocamentos subjetivos e reconexões vocacionais entre os participantes. Os jogos selecionados permitiram aos discentes incorporar diferentes perspectivas e necessidades dos usuários, tocando em questões como desigualdade social e espacial, apropriação, desejo, política, moral, ética, afeto e outros temas que, segundo eles, faltaram na prática projetual tradicional. Ao reconhecer o uso criativo dos espaços urbanos pelas práticas cotidianas dos habitantes, os educandos ampliaram a escuta projetual e a mediação dos sentidos, dialogando diretamente com uma prática sensível de design urbano. Além disso, emergiram narrativas pessoais e coletivas que evidenciam uma revisão dos próprios valores e crenças.

A exposição a autores críticos e a problematização de práticas naturalizadas permitiram aos discentes identificar tensões entre suas concepções e os novos referenciais teóricos, permitindo que cada discente se reconhecesse como sujeito histórico, atravessado por múltiplas dimensões. Vale ressaltar que os resultados não antecipados nos objetivos da disciplina, ao menos não totalmente, surgiram como consequência de uma abordagem que valoriza a escuta, a problematização e o acolhimento das experiências singulares. A disciplina, portanto, cumpriu um papel duplo: formou intelectualmente e transformou subjetivamente. Esse processo de revisão ética não foi imposto, mas construído coletivamente, a partir do diálogo e da escuta ativa. Apesar de não ser um referencial teórico da disciplina em si, cabe citar que este evento muito se conecta com os elementos centrais na pedagogia do cuidado e da escuta defendida por bell hooks (2013), adicionados, obviamente, à concepção de Paulo Freire (1967) sobre a educação como prática libertadora. É importante reconhecer, no entanto, que a proposta também possui limites. Diferentes jogos possuem diferentes mundos projetuais e nem todos oferecem o mesmo grau de possibilidades pedagógicas, ao menos não para os temas trabalhados. Há também severos desafios quanto à infraestrutura

[2] Para saber mais sobre o *Minecraft education* acesse: https://education.minecraft.net/pt-pt/challenges/amazing-architecture.

digital, pouco acessível no cenário educacional brasileiro. De fato, seria bastante desafiador conseguir o orçamento para comprar as licenças de sete jogos para cada um dos vinte e três alunos inscritos na disciplina sem o apoio da universidade. Além disto, devido às limitações da estrutura disponível, foi preciso que os estudantes possuíssem seus próprios computadores, o que criou uma limitação socioeconômica no alcance da disciplina. Estas demandas poderiam ser contornadas se fosse solicitado mais o apoio da universidade, o que demandaria um tempo de que não dispúnhamos, dado o caráter experimental da disciplina. Além disto, há o tempo de maturação das atividades e a formação docente para lidar com ferramentas lúdicas. Apesar de todas estas limitações, os ganhos científicos obtidos são inestimáveis no debate sobre novos processos de ensino-aprendizagem.

Fechando este artigo, podemos resumir as principais contribuições que a disciplina produziu. Elas se manifestaram em cinco pontos centrais. Primeiramente, podemos citar a latente reconexão afetiva com a prática projetual. Os constantes relatos apontam que as práticas pedagógicas utilizadas reativaram o vínculo lúdico dos discentes com o campo projetual, despertando memórias e prazer criativo antes ofuscados pela rotina acadêmica. Em seguida, o uso de jogos como ferramentas de simulação e experimentação espacial permitiu ensaiar ocupações e dinâmicas cotidianas de modo seguro, revelando como escolhas projetuais moldam efetivamente a experiência vivida. Continuando, podemos citar que o aprendizado sobre Ambiências transformou conceitos antes abstratos em experiências sólidas, à medida que os estudantes passaram a reconhecer seus elementos como verdadeiros formadores de sentido nos espaços projetados. Além disso, a disciplina fortaleceu a escuta projetual, incentivando a criação de narrativas ao incorporar desejos, conflitos e apropriações que emergiram nas simulações, reafirmando a arquitetura como campo de mediação de sentidos e possibilidades. Por fim, os jogos suscitaram situações de conflitos e tensões urbanas simuladas, expondo situações de desigualdade espacial, ampliando o debate sobre urbanismo, sociedade e ética no espaço construído. Esses resultados demonstram que a formação ultrapassa o domínio técnico e abraça dimensões subjetivas, sensoriais e éticas, sinalizando a urgência de uma pedagogia ancorada na imaginação, no afeto e na escuta sensível para o ensino de Arquitetura e Urbanismo.

5 Considerações finais

A experiência relatada neste artigo evidencia o potencial dos videogames como instrumentos pedagógicos sensíveis, críticos e transformadores no ensino de Arquitetura e Urbanismo. Ao longo da disciplina, foi possível observar uma mudança significativa na postura dos discentes diante do ato de projetar, marcada por maior envolvimento afetivo, abertura à escuta, consciência ética e capacidade de reflexão narrativa. Os jogos digitais, tradicionalmente associados ao entretenimento, revelaram-se ambientes férteis para a experimentação projetual, a construção de sentidos e a reconexão vocacional. A proposta metodológica, ancorada no conceito de Ambiências, permitiu que os estudantes acessassem dimensões subjetivas do espaço, muitas vezes negligenciadas pelas abordagens tradicionais. A estrutura em blocos temáticos, com crescente complexidade e escala, favoreceu uma imersão gradual nas questões urbanas, éticas e simbólicas, articulando teoria e prática de forma orgânica. A escolha dos jogos, cuidadosamente selecionados por suas mecânicas, estéticas e dinâmicas, foi determinante para o sucesso da proposta, pois possibilitou a simulação de situações reais, a criação de narrativas autorais e o exercício de decisões projetuais com consequências observáveis, ainda que em ambiente virtual.

Os dados coletados, por meio dos relatórios, trabalhos e questionários, revelaram que os estudantes não apenas compreenderam os conteúdos propostos, mas os ressignificaram a partir de suas próprias vivências. As falas espontâneas demonstraram que a disciplina ultrapassou os limites do ensino técnico, promovendo deslocamentos existenciais e éticos. Muitos estudantes relataram reencontros com o desejo de projetar, redescobertas sobre si mesmos e inquietações que extrapolam o campo acadêmico. Essa dimensão formativa, que mobiliza afetos e subjetividades, é um dos principais méritos da proposta. Além disso, a disciplina contribuiu para o desenvolvimento de uma postura crítica diante das ideologias presentes nos jogos e, por extensão, nas cidades reais. Ao perceberem os limites e condicionantes dos sistemas simulados, os discentes passaram a questionar também os sistemas urbanos concretos, compreendendo que projetar é sempre um ato político, situado e carregado de implicações sociais. Essa consciência crítica é fundamental para a formação de arquitetos e urbanistas comprometidos com a transformação do mundo, capazes de reconhecer que toda decisão projetual envolve negociações entre técnica, desejo e responsabilidade.

Por fim, a experiência reforça a importância de metodologias pedagógicas que dialoguem com as linguagens contemporâneas e reconheçam os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Incorporar os videogames ao ensino não significa apenas atualizar ferramentas, mas repensar os modos de ensinar e aprender, valorizando a escuta, a imaginação, a experimentação e a sensibilidade como dimensões legítimas da prática projetual. Em um cenário educacional cada vez mais desafiador, marcado por transformações tecnológicas, crises de sentido e disputas epistemológicas, propostas como esta apontam caminhos possíveis para uma práxis mais humana, crítica e afetiva. Ao ativar processos de reconexão vocacional, estimular a reflexão ética e promover a criação de mundos alternativos, os videogames se consolidam como dispositivos formativos potentes, capazes de ampliar o repertório projetual e subjetivo dos futuros profissionais. Nesse sentido, a disciplina aqui apresentada se alinha diretamente ao tema desta edição da revista, ao propor uma práxis pedagógica que se constrói por meio de interlocuções entre saberes disciplinares e midiáticos, e que confronta modelos tradicionais de ensino ao valorizar experiências sensíveis, éticas e simbólicas como parte fundamental da formação em Arquitetura e Urbanismo.

Referências

Arendt, H. (2010). *A Condição Humana.* Forense Universitária.

Brasil (2024). *Lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024 (dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos)*. Diário Oficial da União.

Certeau, M. de (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Vozes.

Colossal Order. (2015). *Cities: Skylines* [Videogame; Steam version]. Paradox Interactive.

Dinosaur Polo Club. (2019). *Mini Motorways* [Videogame; Steam version]. Dinosaur Polo Club.

Doot Tiny Games; Blibloop & Zakku. (2024). *Minami Lane* [Videogame; Steam version]. Wholesome Games Presents.

Duarte, C. R.; Miranda, C.; Pinheiro, E.; Silva, L. da (2023). *Experiência do lugar arquitetônico: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências.* Rio Books.

Flusser, V. (2011). *Jogos*. Acesso em 10 de Novembro de 2022, disponível em Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia: https://www.cisc.org.br/portal/index.php/pt/biblioteca/viewdownload/15-flusser-vilem/46-jogos.html

Flusser, V. (2017). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.* Ubu Editora.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade.* Paz e Terra.

GoGamers. (2025, 20 de julho). *Pesquisa Game Brasil 2025*. https://www.pesquisagamebrasil.com.br/gratuitos/painel-gratuito-2025

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: A Educação como prática da liberdade.* Martins Fontes.

Hooded Horse. (2024). *Manor Lords* [Videogame; Steam version]. Slavic Magic.

Huizinga, J. (2000). *Homo Ludens.* Perspectiva S.A.

Lévy, P. (1996). *O que é Virtual?* Editora 34.

Pounce Light. (2024). *Tiny Glade* [Videogame; Steam version]. Pounce Light.

Maxis. (2014). The Sims 4 [Videogame; Steam version]. Electronic Arts.

McLuhan, M. (1994). *Understanding Media: The Extensions of Man* (1ª ed.). MIT Press.

Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2ª ed.). Martins Fontes.

Mitchell, W. J. (1990). *The Logic of Architecture: Design, Computation, and Cognition* (1ª ed.). MIT Press.

Newzoo. (2024, 10 de julho). *2024 Global Games Market Report*. https://newzoo.com/resources/trend-reports/newzoos-global-games-market-report-2024-free-version

Sobral, E. R.; Paiva, M. M.; Porto, N. R.; Villarouco, V. (Junho de 2015). Discussão Acerca da Percepção Ambiental, suas Ferramentas e Cognição. *Anais do 15º ERGODESIGN - Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-tecnologia, 2*(1), 34-44. Doi: 10.5151/15ergodesign-04-E053

The Block (2022). *The Block* [Videogame; Steam version]. Future Friends Games.

DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO

FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER AND COLLAPSE

JAQUELINE CUNHA

Jaqueline de Souza Cunha é bacharela em Artes Visuais e mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista. Desenvolve pesquisa e produção artística sobre Paisagem e tecnologias utilizando abordagens multidisciplinares para falar de temas relacionados às formas de habitar e viver no mundo. jaqueline.cunha@unesp.br
http://lattes.cnpq.br/4591888827946306

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Cunha, J. S. (2025). Do olhar colonial à visualidade digital: paisagem, poder e colapso. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 370-382
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239933

Resumo

O artigo investiga a Paisagem como uma construção histórica de poder, na qual convenções culturais se consolidam como expressões naturais do mundo. Busca-se compreender de que modo a passagem do olhar colonial para as formas digitais de visualidade prolonga hierarquias herdadas e, ao mesmo tempo, abre caminhos para outras práticas críticas e poéticas. A pesquisa parte da hipótese de que a modernidade e o colonialismo permanecem interligados nas estruturas técnicas e simbólicas que moldam a percepção contemporânea. Metodologicamente, combina análise teórica e leitura interpretativa de obras que relacionam arte, tecnologia e ecologia, privilegiando aquelas que questionam o vínculo entre representação e controle. A abordagem é interdisciplinar, integrando perspectivas da filosofia, geografia, antropologia e artes visuais, com ênfase nas contribuições da crítica do valor e do pensamento decolonial. Os resultados apontam que o olhar digital não rompe com o passado colonial, mas o reconfigura por meio de dispositivos algorítmicos que regulam a visibilidade e a produção de sentido. Nesse cenário, a arte é tomada como prática de tradução e confronto entre saberes, capaz de instaurar diálogos entre cosmologias e técnicas distintas e propor outras formas de relação entre imagem, território e vida, orientando uma práxis que une reflexão, sensibilidade e transformação social.

Palavras-Chave: Paisagem, Visualidade digital, Colonialismo, Arte, Colapso da modernização.

1 Introdução

Este artigo investiga a Paisagem[1] como constructo político e ideológico, entendendo-a como forma histórica de mediação cultural que transforma construções artificiais em realidades naturalizadas. A investigação insere-se no tema “Diálogos Multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações” ao debater sobre o *Colapso da Modernização*, o *Capitaloceno* e o *Plantationceno* a partir da compreensão da Paisagem como espaço de encontro entre perspectivas teóricas, políticas e culturais heterogêneas, atravessadas por continuidades históricas e por diferentes formas de produção do olhar. O objetivo é examinar como a passagem do olhar colonial para as visualidades digitais mantém hierarquias e abre possibilidades de resistência estética. Nesse contexto, a Paisagem é tratada como articulação simbólica e material onde se sobrepõem diferentes regimes de visibilidade e controle, do colonialismo clássico ao de dados. O estudo aproxima contribuições críticas de diferentes campos disciplinares e geografias, articulando reflexão teórica e prática estética como ação transformadora. A leitura das obras propõe-se como exercício crítico centrado na articulação entre cosmologias, tecnologias e modos de vida, construindo relações horizontais entre saberes e propondo experiências multiespécie e cosmotécnicas plurais. Ao considerar a arte como meio ativo de interlocução e tradução entre mundos, afirma-se a importância de uma práxis capaz de integrar diferenças e produzir sentidos compartilhados em sociedades multiculturais e interdependentes.

O percurso envolve investigação teórica, análise histórica das continuidades entre o olhar colonial e a visualidade digital e leitura crítica de obras que questionam as relações entre natureza, tecnologia e representação, buscando compreender sua intervenção nas estruturas de visibilidade e poder que moldam a paisagem contemporânea. Entende-se a arte como espaço de interlocução entre cosmologias, epistemes e tecnologias, em que o gesto artístico atua como prática crítica e multilateral. Ao propor diálogo entre saberes situados em distintas geografias e histórias, o texto afirma a necessidade de uma práxis que una reflexão e ação, teoria e sensibilidade. Nesse contexto, a Paisagem é compreendida como instância de mediação e tradução entre mundos, onde se aproximam saberes diversos e se constroem possibilidades de coexistência e transformação social. A metodologia adotada baseia-se em abordagem teórico-crítica e leitura interpretativa. O corpus reúne obras selecionadas por sua articulação entre tecnologia e natureza e textos teóricos centrais sobre Paisagem, colonialidade e visualidade. A análise combinou leitura comparativa e conceitual voltada à compreensão dos conteúdos simbólicos,políticos e epistemológicos das obras, examinando como produzem sentidos e questionam os regimes de visualidade. Os critérios de seleção priorizaram trabalhos que revelam continuidades entre regimes visuais analógicos e

[1] Optou-se por usar Paisagem, com inicial maiúscula, para referir-se ao conceito teórico e abstrato. Já paisagem, em minúscula, designa manifestações concretas, contextos específicos ou exemplos materiais. Essa distinção reforça a diferença entre a categoria analítica e suas materializações empíricas, sem comprometer a unidade do debate.

digitais. Os resultados indicam a reconfiguração algorítmica da visualidade colonial e a presença de práticas artísticas que promovem diálogos multilaterais entre cosmologias, técnicas e modos de cuidado.

O que comumente se chama de Paisagem nunca foi uma representação neutra da natureza, mas um constructo ideológico que expressa marcas de intervenção humana, conflito e poder. Ainda que existam múltiplas definições de como ela se distingue do espaço e do território, neste artigo adota-se a formulação dos geógrafos Pedro S. Urquijo Torres e Narciso Barrera Bassols (2022), que a compreendem como unidade espaço-temporal resultante da interação contínua entre natureza e cultura. Mais do que uma área física, a Paisagem articula aspectos naturais e humanos em relação simultaneamente estável e mutável. Distingue-se do ecossistema ou geossistema, voltados à explicação de dinâmicas biofísicas, e do território, associado a formas de apropriação social e política do espaço. Expressa a presença recíproca entre cultura e natureza, configurando uma visão integradora que supera a separação entre natural e social. A abordagem da Nova Geografia prioriza uma perspectiva monista e holística, reconhecendo a Paisagem como produto intelectual e material das coletividades que nela vivem, produzem e reinterpretam, articulando aspectos estéticos, utilitários, identitários e científicos na análise do meio (Urquijo Torres & Barrera Bassols, 2022).

A análise parte do entendimento de que a modernidade não pode ser dissociada da colonialidade, compreendida como continuidade estrutural das hierarquias de poder, saber e ser que sustentam o projeto moderno. Como sintetiza o sociólogo Christian León (2019, p. 61), “a modernidade surge marcada pela colonialidade”. Apoiado no pensamento de autores do Grupo Modernidade/Colonialidade, como Aníbal Quijano e Walter Mignolo, León mostra que essa matriz organiza a diferença como princípio de ordenamento epistêmico e social, naturalizando hierarquias e desigualdades globais. O olhar colonial corresponde a um regime de visualidade — noção de *colonialidade do ver* — por meio do qual a alteridade é convertida em objeto de conhecimento, classificação e controle. Decolonizar implica um gesto de desprendimento epistemológico que, conforme propõe o *giro decolonial*, busca ultrapassar a centralidade eurocêntrica das formas de ver e conhecer, abrindo espaço para *formas-outras* de enunciação e práticas visuais. Essas três noções: colonialidade, olhar colonial e decolonizar, constituem, neste artigo, um referencial metodológico para compreender as continuidades e reconfigurações das lógicas de poder que moldam a história das visualidades e da paisagem moderna ao que León (2019, p. 67) denomina “telecolonialidade visual”.

A leitura proposta baseia-se na crítica de Robert Kurz (1992), filósofo da vertente marxista *Wertkritik* (crítica do valor), ao diagnosticar o colapso da modernização como crise estrutural da forma social moderna. Mais que a derrocada de um sistema político ou econômico, esse colapso revela que mercado e Estado, capitalismo e socialismo real, compartilham base histórica comum: a sociedade de trabalho e o sistema produtor de mercadorias. Nessa perspectiva, compreender a Paisagem e seus regimes de visualidade implica reconhecer que as formas de dominação e representação herdadas do colonialismo se reconfiguram nas mediações técnicas e simbólicas da modernidade em crise. A transição entre o olhar colonial e a visualidade digital não representa apenas mudança de paradigma, mas integra o processo de esgotamento das categorias da modernidade, valor, trabalho e técnica, cuja autonomização fetichista conduz à dissolução de seu próprio mundo (Kurz, 1992).

2 A Paisagem como Constructo Político e a Mediação da Imagem

Longe de ser um dado natural, a Paisagem, tanto conceitual quanto materialmente, é um produto do olhar e um espaço simbólico onde o poder se manifesta, se oculta e se legitima. Na contemporaneidade, a transição da paisagem física para sua representação digital não dilui essa complexidade, ao contrário, a intensifica, tornando-se superfície fluida com múltiplas narrativas. O que antes era mediado pela pintura ou pela cartografia agora é reconfigurado por novas tecnologias visuais. Essa compreensão é fundamental para a história brasileira, onde a visão colonial do Paraíso se tornou mito fundador e legitimou a construção do Estado e o fortalecimento das classes hegemônicas. Tal lógica de dominação reaparece na era digital, expressão da crise da modernização e de seu esgotamento estrutural. Nesse contexto, a visualidade digital configura-se como esfera em que Paisagem, poder e multiplicidade se relacionam e a arte se revela linguagem essencial para compreender e intervir no mundo, propondo outras formas de relação com o meio ambiente.

Como propõe o historiador da arte William John Thomas Mitchell (2002), é preciso pensar a Paisagem não como objeto passivo e neutro a ser observado, mas como meio cultural ativo que participa da construção de subjetividades e relações sociais. Ela participa da produção de significados e contribui para legitimar visões como naturais, encobrindo o caráter

histórico e ideológico. Ao posicionar o observador dentro de um modo específico de ver e de se relacionar com o espaço, a Paisagem atua como dispositivo de poder simbólico que organiza a experiência do visível (Mitchell, 2002). Dialogando com essas proposições, o geógrafo Denis Cosgrove (1984) situa o surgimento da Paisagem no contexto renascentista, ao lado da perspectiva linear, da racionalização do espaço e da consolidação da propriedade privada. Para ele, a Paisagem deve ser entendida como forma cultural de organizar o mundo visível e atribuir-lhe sentido, expressando modos históricos de ver e de se relacionar com o espaço. A análise de Cosgrove, assim como a de Mitchell, entende a Paisagem como construção cultural vinculada a relações de poder. Ambos associam seu surgimento à consolidação da propriedade privada e à formação de uma cultura visual que transformou o espaço em objeto de contemplação e domínio.

Mitchell (2002) expõe a Paisagem como parte do processo que converte o território em mercadoria e o olhar em forma de poder, enquanto Cosgrove (1984) evidencia que essa forma de ver o mundo surgiu junto à lógica capitalista e ao imaginário imperial, instaurando uma linguagem visual que transforma o território em imagem e o *outro* em cenário. Em ambos os autores, a Paisagem é entendida como artefato ideológico que, ao representar o mundo como harmonia e beleza, encobre as relações sociais e econômicas que a sustentam. No contexto da colonização das Américas, a Paisagem foi instrumento associado ao imperialismo europeu, por meio do qual a representação do território tropical era simultaneamente a inscrição de uma ausência e a projeção de um destino civilizatório, mecanismo de apagamento de corpos racializados que retratou o território como natureza abundante, porém vazia, cenário ideal para justificar a ocupação como missão civilizatória e não como extermínio. A perspectiva, o quadro e o mapa compartilham o mesmo pressuposto epistemológico de converter o mundo em imagem, o espaço em ordem e a visão em posse. Nesse sentido, a Paisagem constitui a matriz do olhar moderno, sustentada pela separação entre sujeito e natureza, observador e observado.

3 O Tropical e o Mito do Paraíso

Falando da paisagem tropical, o geógrafo Felix Driver e a geógrafa e pesquisadora em cultura visual Luciana Martins (2005) observam que os trópicos foram amplamente representados em textos, mapas, panoramas, pinturas e fotografias, configurando um vasto repertório visual por meio do qual a diferença tropical foi imaginada e tipificada. Para os autores, o mapeamento e a descrição desses espaços estavam no cerne do pensamento iluminista, pois implicavam medir, traduzir e ordenar o mundo de modo que pudesse ser conhecido e apropriado. Nesse processo, a tropicalidade foi concebida como contraponto à natureza temperada, ora exaltada como sublime e exuberante, ora degradada como lugar de degeneração, servindo a distintos projetos científicos, estéticos e coloniais. Driver e Martins (2005) ressaltam que tais representações não resultaram apenas de uma projeção europeia sobre o *outro*, mas envolveram trocas e deslocamentos em que a experiência da viagem e o encontro com os trópicos também transformaram o olhar europeu. Assim, a paisagem tropical pode ser compreendida como construção visual e sensorial moldada por experiências e traduções na formação do conhecimento geográfico moderno. Como lembra a historiadora da arte Ana Maria Belluzzo, a imagem dos trópicos foi formada por sistemas de representação que uniram arte e ciência, compondo uma “segunda natureza” (Belluzzo, 1994b, p. 11). A visão do viajante europeu, estruturada pela ótica e pela perspectiva, transformou a paisagem tropical em produto de uma ordem visual que buscou classificar e domesticar a diversidade. Essa articulação entre arte e saber, reforçada pelas práticas de desenho e catalogação, gerou um olhar sistematizador que converteu a natureza viva em imagem legível e controlável (Belluzzo, 1994b).

Como aponta Cosgrove (1984), a Paisagem é inseparável das condições materiais e simbólicas de sua produção e reflete simultaneamente a organização social e econômica dos territórios. A transição para o capitalismo europeu, que reorganizou o espaço em todas as escalas e alterou a relação entre sociedade e ambiente, também moldou o conceito de Paisagem, pois este se insere em uma tradição que vincula observação, representação e posse do espaço: ver a terra como Paisagem significa vê-la como propriedade e como imagem. O ponto de vista elevado do observador, instituído pela pintura, pela cartografia e pela fotografia, corresponde à posição simbólica do proprietário que domina visualmente a cena. A Paisagem é, portanto, expressão ideológica da mercantilização do espaço e imagem do processo que converte a terra em capital e o olhar em instrumento de controle. No caso da paisagem tropical, Cosgrove (2005) destaca que a experiência direta dos viajantes e a construção simbólica dos trópicos sempre estiveram interligadas. Desde as primeiras viagens marítimas, a percepção do mundo situado entre Câncer e Capricórnio foi moldada por uma longa tradição de imagens e ideias ocidentais, que condicionou o modo como povos e lugares tropicais foram vistos e narrados. Essa relação entre imaginação e experiência, em que a observação da natureza se confunde com a projeção de desejos e valores culturais, permanece ativa

nas expressões atuais da tropicalidade, visíveis no turismo, na publicidade e na cultura visual, que ainda associam o trópico à exuberância, prazer e diferença (Cosgrove, 2005).

A construção simbólica da paisagem brasileira como paraíso natural, instituída pela colonização europeia, não apenas representava o território, mas organizava modos de ver, habitar e dominar o espaço, tornando-se tecnologia de poder que estruturou uma visualidade colonial ainda presente na contemporaneidade. Como observa o historiador Sérgio Buarque de Holanda, já nos primeiros relatos dos cronistas do século XVI o território tropical era descrito como um jardim mágico que cativou os europeus por sua "vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes", configurando uma representação edênica do Brasil como paraíso terrestre (Hollanda, 2000, p. 17). Essa visualidade, uma fantasia edênica construída na idealização do trópico, não apenas mascarava as violências da conquista, mas funcionava como narrativa fundadora da identidade nacional, apagando os corpos e culturas originárias sob a promessa de abundância e harmonia. O discurso colonial produziu uma natureza a ser dominada e convertida em paisagem civilizada, ocultando os traços da violência e da apropriação. Para a filósofa Marilena Chauí (2000), esse imaginário integra o mito fundador brasileiro, no qual o país é idealizado como dádiva da natureza, isento de conflitos, cuja imagem naturalizada sustenta, paradoxalmente, um projeto autoritário e hierárquico. O Brasil é, assim, concebido como uma terra sem males, destinado à realização de um destino coletivo harmônico, apagando os fundamentos históricos e sociais que estruturaram sua formação (Chauí, 2000).

Belluzzo (1994a) observa que essa visão edênica não é uma invenção isolada, mas parte de um repertório visual europeu que, desde o século XVI, alterna a idealização e o estranhamento do trópico. A permanência dessa visualidade, fundada no desejo de totalidade e ordem, revela como o Brasil continuou sendo pensado como imagem mais do que como realidade vivida (Belluzzo, 1994c). Essa idealização, ao produzir a paisagem tropical brasileira como cenário passivo e harmônico, atua como instrumento de ocultamento da violência histórica, ao mesmo tempo que consolida uma imagem passível de apropriação e mercantilização. A exotização do tropical, como destacam Driver e Martins, foi um processo de fabricação simbólica que ultrapassou fronteiras e consolidou uma linguagem visual que transformou o trópico em signo de diferença e alteridade. O próprio "aparato conceitual da tropicalidade em si possui uma geografia" (Driver & Martins, 2005, p. 16), construída por meio de representações que unificaram, sob uma mesma lógica estética e moral, territórios diversos marcados por climas, povos e histórias distintas. O tropical, assim, deixou de designar apenas uma região geográfica para tornar-se categoria estética e ideológica, na qual o olhar ocidental produziu sua própria alteridade, estabelecendo hierarquias raciais, morais e culturais sob a aparência da diversidade natural. Essa visualidade híbrida e controlada, ao mesmo tempo científica e poética, concretizou o trópico como mito moderno, simultaneamente mercadoria e emblema, cuja persistência ainda estrutura o imaginário brasileiro contemporâneo.

4 Uma máquina de naturalizar o valor

Além da legitimação colonial, a promessa de abundância inscrita na paisagem tropical idealizada também foi fundamental para a consolidação da modernidade capitalista no Brasil. Essa promessa, contudo, revela-se inviável diante das contradições internas do sistema que a sustenta. Como argumenta o historiador e teórico ambiental Jason Moore (2022), o capitalismo não deve ser entendido apenas como economia, mas como um modo histórico de organizar a natureza e a vida humana em função da expansão do capital. Ao cunhar o termo *Capitaloceno*, Moore propõe que a crise ambiental contemporânea não decorre da humanidade em abstrato, mas da forma específica como o capital mobiliza trabalho e energia, humanos e extra-humanos, para manter sua lógica de acumulação infinita. Nessa perspectiva, a Paisagem, enquanto forma visível e simbólica da organização capitalista do mundo, condensa as ideologias e materialidades que a constituem, convertendo-se em expressão estética de suas contradições: uma superfície aparentemente natural que oculta as relações de exploração que a sustentam. Assim, a paisagem tropical revela-se inseparável da violência que a constitui e se reproduz na lógica capitalista global. Como observa Moore (2022, p. 148-150), essa reprodução baseia-se na apropriação do que chama de "naturezas baratas": terra, trabalho, energia e corpos convertidos em recursos de baixo custo.

A paisagem tropical inventada pelo olhar colonial integra-se à própria dinâmica de acumulação, aprofundando as desigualdades ao incorporar seletivamente vidas e territórios aos fluxos hegemônicos, enquanto mantém amplas parcelas da humanidade e da natureza à margem da valorização ou sob formas de integração subordinada. Ao prometer fertilidade inesgotável, torna-se expressão estética dessa ficção de abundância que encobre a exaustão real das bases materiais da

vida. Robert Kurz (1992) aprofunda essa reflexão ao demonstrar que a modernização baseada no capital não é apenas instável, mas autodestrutiva. Ao converter o trabalho e a natureza em abstrações submetidas à lógica tautológica da valorização, instaura uma *segunda natureza social*, cuja necessidade se impõe como lei natural, embora tenha origem histórica e fetichista. Essa inversão entre vida e valor revela que o progresso moderno funda-se em uma estrutura de exaustão e que, quanto mais a sociedade do trabalho abstrato se expande, mais se aproxima de seus limites econômicos e ecológicos, corroendo as bases que a sustentam. Seguindo essa lógica, constata-se que a paisagem tropical, idealizada como estática e fértil, é, na verdade, submetida a um regime de transformação constante, explorada física e simbolicamente até que sua própria imagem colapse junto à crise das formas sociais que a sustentam. Dessa forma, a Paisagem, enquanto materialidade e conceito, ocupa o centro das contradições de um sistema cuja expansão depende de seu próprio esgotamento (Kurz, 1992).

Para além de tratar dos efeitos do imperialismo e do colonialismo sobre a humanidade como um todo, é fundamental considerar que, junto à expansão do capitalismo, ocorreram genocídios e processos de racialização dos indivíduos considerados obstáculos. A colonialidade do poder, como formula o sociólogo Aníbal Quijano (2005), institui a codificação racial do mundo ao fundar a modernidade na distinção entre conquistadores e conquistados, definindo os primeiros como plenamente humanos e relegando os segundos à condição de natureza. Essa codificação não apenas organizou a divisão global do trabalho, mas também estruturou uma visualidade: corpos racializados foram objetificados e associados à paisagem, transformados em elementos decorativos ou passivos da cena. De modo semelhante, a artista e filósofa Denise Ferreira da Silva (2022) propõe que a figura do *Homo Modernus,* sujeito racional, branco e autodefinido como universal, foi constituída pela separação violenta entre razão e corpo, Europa e o resto do mundo, originando um imaginário racial que naturaliza as hierarquias globais. Essa *gramática da separação*, como enfatiza a autora, legitima simultaneamente a subordinação dos povos racializados e dos ecossistemas. A ideia de *Natureza* — lembre-se, instituída como sinônimo da Paisagem — nessa perspectiva, é inseparável da racialização, pois designa tudo o que pode ser apropriado, explorado e desvalorizado.

A consolidação da modernidade capitalista, portanto, dependeu não apenas da expropriação econômica e da codificação racial do mundo, mas também da imposição de um modo de habitar que transformou a Terra em infraestrutura produtiva. Em complemento ao *Capitaloceno* de Moore (2022), o termo *Plantationceno*, formulado pela bióloga e filósofa feminista Donna Haraway (2016) e desenvolvido pelo ambientalista Malcom Ferdinand (2022) e pela antropóloga Anna Tsing (2019), permite compreender a continuidade histórica entre o colonialismo e a crise ecológica contemporânea. Haraway (2016) descreve o *Plantationceno* como o entrelaçamento entre capitalismo, colonialismo e destruição ecológica, propondo-o como conceito útil para evidenciar a passagem das formações históricas baseadas em refúgios e diversidades ecológicas para um regime de extermínio e homogeneização, resultado da expansão das *plantations*, introduzidas pelos europeus nos territórios dominados, e das práticas de exploração que reduziram a Terra e os corpos à condição de recursos. Ferdinand (2022) denomina *habitar colonial* a forma de relação com o mundo estruturada na privatização da terra, no deslocamento violento de povos e na implantação das *plantations* como modelo hegemônico de exploração. A paisagem resultante desse processo é um espaço técnico de dominação, homogeneizada e regulada pela lógica de controle da vida.

Ao caracterizar as *plantations* como ponto de partida de um modelo ecológico global, Ferdinand (2022) evidencia que a modernidade instituiu uma verdadeira engenharia da exploração, uma *ecologia colonial* que dissolveu os vínculos entre seres e territórios, substituindo-os por uma organização espacial voltada à extração contínua. Tsing (2019) também recorre ao termo *Plantationceno* para descrever as *plantations* como paisagens-modelo da modernidade, concebidas para eliminar a diversidade e tornar o mundo escalável, isto é, compatível com a reprodução ilimitada do capital. Essas formações, observa a autora, são o avesso da vida, pois configuram ecossistemas simplificados que interrompem as relações entre espécies e substituem a multiplicidade por monoculturas de poder e valor. O filósofo Bruno Latour (2020), ao refletir sobre a crise climática, argumenta que parte de seu agravamento decorre da concepção moderna de natureza como matéria inerte, herança de um naturalismo que ignora as mediações e transformações que compõem a materialidade do mundo, abrindo caminho para o negacionismo contemporâneo.

Fica claro, assim, que a imagem persistente de uma paisagem idealizada como espelho direto da natureza teve, e ainda tem, papel significativo na forma como pessoas, individual ou coletivamente, inclusive nações e governos, se posicionam e agem em relação ao mundo. No caso brasileiro, a filósofa Alyne Costa (2020) observa que a articulação entre causas sociais

e ambientais, potente no final dos anos 1970, foi progressivamente enfraquecida por um imaginário desenvolvimentista que priorizou a primarização da economia mesmo à custa da devastação ambiental, culminando em políticas mais destrutivas durante o governo Bolsonaro (2019–2022). Como mostra a filósofa, mesmo em governos de esquerda, o modelo desenvolvimentista se mantém dominante, frequentemente em desacordo com as reivindicações socioambientais. Esse padrão persiste, como evidencia a sanção da chamada *PL da Devastação* (PL 2.159/2021), que flexibiliza regras de licenciamento ambiental e foi aprovada pelo Congresso em julho de 2025 (Folha de São Paulo, 2025). A isso soma-se a recente autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a perfuração de petróleo na foz do Rio Amazonas, concedida à Petrobras em outubro de 2025 — decisão que reacendeu críticas de cientistas, ambientalistas e povos indígenas sobre os riscos à biodiversidade e o avanço de um modelo desenvolvimentista que mantém a exploração de recursos naturais como prioridade estatal (Ibama, 2025). Tudo isso reafirma, como observa Costa (2020), a dificuldade de fugir da lógica econômica que subordina a proteção dos territórios de vida a interesses imediatos de crescimento.

5 Visualidades do Mapa ao Algoritmo

As formas de ver a Paisagem instituídas pelo *Capitaloceno* e pelo *Plantationceno* articulam-se historicamente em uma mesma maquinaria visual que o teórico da arte Joaquín Barriendos (2019) denomina *colonialidade do ver*. Ele a descreve como um regime escópico que, desde o século XV, articula poder, saber e racialização. A cartografia imperial e a etnografia eurocêntrica transformaram o território americano em um mais além ontológico, definindo a alteridade como espaço de exploração e justificando o domínio colonial. Tanto a cartografia quanto às representações pictóricas associadas ao olhar eurocêntrico contribuíram para naturalizar hierarquias coloniais e estetizar a diferença, instituindo uma separação entre humanidade e não humanidade, civilização e barbárie (Barriendos, 2019). Como observa Cosgrove (2008), a fundação da geografia moderna está enraizada em práticas de visualização que unem mapa e paisagem como instrumentos de projeção do mundo. O mapa não apenas representa o território, mas o constrói como imagem mensurável e abstrata, instaurando uma ordem visual baseada na distância, na escala e na perspectiva. Essa projeção gráfica converte a Terra em superfície contínua e calculável, submetendo-a ao olhar racional e planificado do observador moderno.

Desde suas origens modernas, a Paisagem representa a fusão entre olhar e ordem territorial, naturalizando o domínio do mundo por meio de sua ordenação simbólica. A geometria projetiva que estrutura tanto o mapa quanto a pintura transforma a experiência espacial em forma de poder que mede e domina através da visão (Cosgrove, 2008). Desse modo, a atual visualidade digital atualiza essa lógica por meio de algoritmos e plataformas que reproduzem mecanismos de classificação e exclusão, traduzindo corpos e territórios em dados e perpetuando o consumo da alteridade como recurso visual e econômico (Barriendos, 2019). Assim, mapa, pintura e imagem digital compõem uma mesma genealogia da *colonialidade do ver*, na qual a produção da Paisagem permanece vinculada a dispositivos históricos de poder e representação. A passagem do olhar colonial à visualidade digital não ocorre por ruptura, mas por continuidades mediadas por diferentes tecnologias de visão.

O teórico da arte Jonathan Crary (2012) afirma que observar não é apenas ver, mas adequar-se a um conjunto de práticas, normas e convenções inscritas historicamente no corpo e na percepção. A partir do século XIX, a visão passa a ser moldada por montagens técnicas que transformam o observador em sujeito funcional à modernidade capitalista. Dispositivos ópticos como a câmara escura e o estereoscópio exemplificam essa mudança, ao produzir uma visão disciplinada e fragmentada, base do consumo espetacular e da reorganização industrial do corpo visual moderno, atualizando hierarquias epistêmicas e raciais que sustentam a modernidade.

Já no final do século XX, com a proliferação das tecnologias digitais, a visualidade torna-se cibernética e abstrata, dissociando-se do observador humano: as imagens passam a ser compostas por dados numéricos e moldadas por demandas técnico-institucionais, militares, científicas e midiáticas, e não mais pela relação ótica com o mundo empírico (Crary, 2012). Nessa continuidade, a internet consolida um aparato global que dilui mediações sociais e temporais, produzindo uma percepção continuamente capturada e modulada (Crary, 2023). Na passagem à cultura digital, a Paisagem não desaparece, mas reorganiza-se como sistema informacional. A artista e pesquisadora Maria Amélia Bulhões (2011) mostra que a Paisagem digital herda o caráter organizador e projetivo das formas visuais anteriores, mas o traduz em fluxos de dados e espacialidades conectadas, nas quais o olhar é mediado por plataformas e interfaces. As novas formas de

imagem substituem o ponto de vista único por modos de observação múltiplos, deslocando o olhar do usuário para dentro de circuitos informacionais que o envolvem e controlam (Bulhões, 2011).

A artista e pesquisadora Giselle Beiguelman (2021) chama de *dadosfera* o ecossistema visual em que as imagens deixam de representar o real e passam a atuar como dados, circulando em cadeias técnicas de vigilância, controle e extração de valor. Nesse ambiente, o poder visual contemporâneo atua não mais por meio da imagem como objeto, mas por sua circulação e modulação algorítmica, instaurando no cotidiano regimes de visibilidade e invisibilidade que escapam à percepção humana (Beiguelman, 2021). O sociólogo João Francisco Cassino (2021), partindo do pensamento de Aníbal Quijano, explica que a reorganização visual digital inscreve-se em um contexto geopolítico assimétrico, no qual as tecnologias digitais reforçam a divisão histórica entre colonizadores e colonizados, mantendo os territórios periféricos em condição de dependência econômica e informacional. A colonialidade do poder persiste como *colonialismo de dados*, no qual a captura contínua de informações transforma corpos e territórios em recursos informacionais e sustenta a acumulação capitalista baseada na exploração racial, excluindo parcelas da população da categoria de humano e relegando o não branco à condição de descartável (Cassino, 2021).

Nesse contexto, a paisagem digital prolonga a lógica cartográfica e pictórica, convertendo o mundo em visão contínua, na qual o olhar é ampliado e controlado pelos dispositivos que o sustentam. Dissolvida como forma estável e contemplativa, reaparece como fluxo informacional estruturado por sensores, câmeras, satélites e algoritmos que modulam o visível e produzem invisibilidades estratégicas (Beiguelman, 2021). Nesse regime de visualidade, as imagens deixam de representar e passam a agir como vetores de vigilância e predição, tornando-se instrumentos de rastreamento e modulação de comportamento. No contexto brasileiro, em que o olhar colonial já havia racializado corpos e territórios como componentes passivos da Paisagem, essa configuração técnica da visão reproduz e amplia as violências simbólicas do passado, atualizando digitalmente os mecanismos de exclusão e controle que sustentaram a formação colonial. O controle que começou com o mapa, consolidou-se nas tecnologias modernas de visão e hoje se manifesta no digital como continuidade ampliada dessas lógicas, reafirmando os princípios que fizeram da Paisagem um meio de naturalização do capitalismo.

6 Outras perspectivas

Barriendos (2019) aponta que a *decolonização do olhar* exige a criação de um pacto visual transmoderno, capaz de promover o diálogo entre epistemologias visuais diversas e questionar os universalismos da modernidade. Isso implica libertar o olhar das hierarquias que estruturaram a racionalidade ocidental e abrir espaço para formas *contra-visuais* de percepção e representação. Trata-se de reinscrever criticamente imagens e categorias do passado colonial, convertendo-as em novas possibilidades do ver. Ao reconhecer que os desejos de acumulação e consumo da alteridade continuam a orientar o capitalismo visual contemporâneo, o autor propõe que decolonizar o olhar significa superar essa economia simbólica e instaurar novas condições sensíveis e interepistêmicas de coexistência. Tal gesto implica reconhecer que a colonialidade visual permanece ativa nas políticas do digital e nas economias de imagem que moldam o presente. A proposta decolonial discutida por Barriendos (2019) permite repensar as separações que estruturaram a modernidade, como as oposições entre natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não humano; divisões que sustentaram o olhar eurocêntrico e a ideia de um mundo passível de ser classificado, explorado e administrado.

Tal olhar constitui a base de um período histórico marcado por um modo de organizar a vida e o planeta segundo a lógica da monocultura, do trabalho compulsório e da eliminação dos espaços de refúgio que mantinham a diversidade. O filósofo e ambientalista Ailton Krenak mostra que tais separações resultam de uma abstração moderna que transformou rios, florestas e montanhas em recursos. Essa visão empobrece a noção de pertencimento ao mundo e o sentido da existência. Reverter essa cisão exige reconhecer que “tudo é natureza” e que a Paisagem é parte de um corpo coletivo (Krenak, 2019, p. 16-17). Habitar, nesse contexto, torna-se ato de confluência, prática de escuta e partilha com os múltiplos mundos que coexistem na Terra. Essa perspectiva reinscreve a Paisagem como expressão da vida e propõe uma ética do encantamento, na qual ver é participar das relações que sustentam o planeta.

Ferdinand (2022) também identifica como parte do problema a separação entre a crítica decolonial, voltada às violências impostas a povos escravizados e dominados, e a crítica ambiental, centrada na devastação dos ecossistemas; uma clivagem que oculta o fato de que a exploração da terra e dos corpos sustenta um único projeto colonial de habitar o mundo. Como alternativa, o autor propõe uma *ecologia decolonial* que restitua às lutas ambientais seu caráter histórico e político.

Em vez de tratar a crise ecológica como fenômeno natural ou técnico, Ferdinand (2022) a explicita como expressão da própria estrutura colonial do mundo moderno, que produz uma crise simultaneamente ecológica, racial e civilizatória. Tsing (2019), por sua vez, propõe que se pense através das ruínas, de onde emergem outros modos de existência que conduzem à formação de *paisagens de perturbação lenta,* ecologias multiespécies capazes de persistir, improvisar e criar novas formas de vida nos interstícios da devastação.

A proposta de Haraway (2016) de *ficar com o problema* reforça a necessidade de habitar o mundo danificado sem buscar purificação nem retorno a uma natureza perdida. Enfrentar as crises atuais implica assumir responsabilidade pelos enredamentos que nos constituem, cultivando práticas de *fazer-com* e gestos de cuidado e reciprocidade entre espécies, tecnologias e lugares. Essa perspectiva rejeita a nostalgia e a fantasia tecnocrática de fuga, propondo, em seu lugar, uma ética da permanência, na qual o pensamento se ancora em práticas cotidianas de *simpoiese* e aposta em alianças capazes de sustentar a vida em meio à ruína (Haraway, 2016). Nessa mesma direção, o filósofo Yuk Hui (2020) propõe o conceito de *cosmotécnica*, entendido como a articulação entre técnica, moral e cosmologia. Para o autor, não há uma tecnologia universal, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas enraizadas em cosmologias específicas. Essa pluralidade fundamenta sua defesa da *tecnodiversidade*, política que resiste à homogeneização imposta pela globalização unilateral. Hui (2020) sustenta que é preciso rearticular a tecnologia para tornar possíveis outros futuros tecnodiversos.

Essas práticas, locais e plurais, aproximam-se da proposta de Latour (2020) de *aterrar,* ação de reencontrar o *Terrestre*, não como recurso, mas como parceiro de coexistência. Essa mudança se contrapõe à ideia de globalização abstrata e propõe reconstruir alianças a partir dos territórios concretos de vida. Assim, a crítica ecológica e decolonial deve também ser crítica da visão, repensando as relações entre corpo, técnica e território para instaurar práticas de *ver-com:* modos de ver capazes de recompor alianças entre humanos e não humanos e de restituir à imagem sua potência de coexistência, e não de captura.

7 Outros mundos possíveis

Se a Paisagem não é um mero cenário natural, mas uma construção histórica, cultural e ideológica, meio ativo que configura modos de ver e existir (Mitchell, 2002), na contemporaneidade digital, como observa Bulhões (2011), esse meio se expande, torna-se híbrido e interativo, cruzando fronteiras entre físico, simbólico e virtual e abrindo espaço para formas sensíveis de habitar e questionar o mundo. No entanto, o que permite essa transformação não é a tecnologia em si, mas seu uso reorientado por um pensamento decolonial, que abandona as lógicas hegemônicas do ver e propõe modos plurais de perceber e criar o mundo. Assim, a Paisagem deixa de ser imagem estática ou recurso administrável e se constitui como processo vivo de recomposição e coexistência (Bulhões, 2011).

Nas últimas décadas, diversas exposições e práticas artísticas vêm explorando conceitos de Paisagem como meio de articulação entre tecnologia, ecologia e ancestralidade. *Casa Comum* (2020), propôs o planeta como lar compartilhado, reunindo artistas amazônidas em narrativas multimídia (Revista Philos, 2024). *Movimentos Miméticos* (2025) recorreu ao mimetismo como metáfora da coexistência entre espécies e sistemas (Dasartes, 2025a). Essas exposições evidenciam uma tendência curatorial que articula identidades, memórias e futuros possíveis. *Adiar o fim do mundo* (2025), com curadoria de Paulo Herkenhoff e Ailton Krenak, reafirma a arte como espaço de reencantamento e cuidado, unindo criação e pensamento indígena em um exercício de imaginação coletiva que busca adiar o fim do mundo e reinventar o presente (Dasartes, 2025b).



Fig. 1: Botannica Tirannica; Venenosas, Nocivas e Suspeitas; Beleza Corrosiva. Fonte: Beiguelman, 2025. Imagens cedidas pela artista. Acesso autorizado em 10/11/2025.

A exposição *Naturezas Desviantes* (2025), de Giselle Beiguelman, realizada no *Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)*, propõe uma leitura crítica das formas pelas quais o imaginário colonial estruturou as relações entre tecnologia, natureza e poder. A mostra reúne as obras *Botannica Tirannica*, *Venenosas, Nocivas e Suspeitas* e *Beleza Corrosiva* (Figura 1). Ocupando as pinacotecas do museu com plantas vivas e espécies criadas por inteligência artificial, o conjunto convida à revisão das categorias de natureza e humanidade. Ao ocupar o museu em reconstrução após a enchente de 2024, Beiguelman reafirma a arte como ato de resistência, regeneração e esperança — o que, ao revelar as *naturezas desviantes* ocultas na cultura, propõe imaginar novas formas de coexistência (*Museu de Arte do Rio Grande do Sul*, 2025).

Em *Botannica Tirannica* (Figura 2). Beiguelman contesta o olhar colonizador da botânica moderna ao evidenciar que a nomeação das espécies foi também um processo de dominação simbólica. Partindo de uma muda de *Tradescantia zebrina,* conhecida como *judeu errante*, a artista cria o *Jardim da Resiliência*, em que plantas consideradas invasoras são reimaginadas como metáforas de resistência e coexistência (Museu Judaico de São Paulo, 2022). A obra não se organiza em torno de um objeto a ser contemplado, mas articula ideias e processos que revelam a arte como instrumento de conhecimento e ação no mundo. Ao expor as estruturas de poder que naturalizaram a visão e o conhecimento, Beiguelman propõe um olhar decolonial, convidando a repensar o próprio ato de ver e suas implicações políticas.



Fig. 2: Botannica Tirannica. Fonte: Beiguelman, 2022. Imagem cedida pela artista. Acesso autorizado em 10/11/2025.

7 Considerações finais

Reconhecer a Paisagem como tecnologia política permite compreender que as formas de ver e representar o mundo continuam vinculadas à lógica de abstração que sustenta o valor, conforme aponta Kurz (1992). Assim, o olhar decolonial não é apenas uma recusa estética do colonialismo, mas uma tentativa de romper com a própria estrutura de equivalência e quantificação que moldou a modernidade capitalista. Ainda que inseridas em circuitos institucionais e de mercado, as exposições e obras analisadas revelam espaços de possibilidade em que outros modos de percepção e existência se tornam visíveis. Essas práticas não anulam as contradições do sistema, mas instauram intervalos capazes de reconfigurar sua racionalidade. Assim, a arte contemporânea se afirma como campo de práxis e interlocução, lugar em que teoria e sensibilidade se articulam para conceber uma contribuição técnico-científica multilateral, orientada não pela acumulação, mas pela construção de mundos habitáveis e plurais.

A análise das visualidades colonial e digital, articulada às práticas artísticas contemporâneas que reconfiguram a Paisagem como meio de encontro entre saberes, reforça a pertinência de pensar os desafios atuais sob a perspectiva dos diálogos multilaterais. Essas experiências estéticas evidenciam que a criação pode instaurar espaços de interlocução entre tradições, tecnologias e modos de cuidado, possibilitando a emergência de formas plurais de imaginar e habitar o planeta. Ao aproximar reflexão e ação, o artigo reafirma a arte como lugar de práxis, sensibilidade e pensamento crítico, capaz de abrir caminhos para a construção coletiva de futuros sustentáveis e justos. Nesse horizonte, os encontros entre diferenças tornam-se fonte de aprendizagem e potência transformadora, orientando a produção de conhecimento comprometida com sociedades multiculturais e com a continuidade da vida comum.

Referências

Barriendos, J. (2019). A colonialidade do ver: Rumo a um novo diálogo visual interepistêmico (A. F. Braga, L. Name, Trads.). *Epistemologias do Sul, 3*(1), 38–56. https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2434

Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera*. Ubu Editora.

Belluzzo, A. M. de M. (Org.). (1994a). *O Brasil dos viajantes: Imaginário do novo mundo* (Vol. 1). Metalivros; Fundação Emílio Odebrecht.

Belluzzo, A. M. de M. (Org.). (1994b). *O Brasil dos viajantes: Um lugar no universo* (Vol. 2). Metalivros; Fundação Emílio Odebrecht.

Belluzzo, A. M. de M. (Org.). (1994c). *O Brasil dos viajantes: A construção da paisagem* (Vol. 3). Metalivros; Fundação Emílio Odebrecht.

Bulhões, M. A. (2011). *Web arte e poéticas do território.* Zouk.

Cassino, J. F. (2021). O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In S. A. da Silveira, J. Souza & J. F. Cassino (Orgs.), *Colonialismo de dados: Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (pp. 13–31). Autonomia Literária.

Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo.

Cosgrove, D. E. (1984). *Social formation and symbolic landscape*. Croom Helm.

Cosgrove, D. (2005). Tropic and tropicality. In F. Driver & L. Martins (Eds.), *Tropical visions in an age of empire* (pp. 197–216). University of Chicago Press.

Cosgrove, D. (2008). *Geography and vision: Seeing, imagining and representing the world*. I.B. Tauris.

Costa, A. (2020). Aqui quem fala é da Terra. In B. Latour, *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (pp. 135–157). Bazar do Tempo.

Crary, J. (2012). *Técnicas do observador: Visão e modernidade no século XIX* (V. Chamma, Trad.). Contraponto.

Crary, J. (2023). *Terra arrasada: Além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista* (H. do Amaral, Trad.). UNI Editora.

Dasartes. (2025a, 26 de abril). *Anexa_CCBB: Movimentos miméticos | Centro Cultural Banco do Brasil* [Página de agenda]. Dasartes. https://dasartes.com.br/agenda/anexa_ccbb-movimentos-mimeticos-centro-cultural-banco-do-brasil/

Dasartes. (2025b, 29 de outubro). *Adiar o fim do mundo | FGV Arte* [Página de agenda]. Dasartes. https://dasartes.com.br/agenda/adiar-o-fim-do-mundo-fgv-arte/

Driver, F. & Martins, L. (2005). Introduction: Views and visions of the tropical world. In F. Driver, L. Martins (Eds.), *Tropical visions in an age of empire* (pp. 3–20). University of Chicago Press.

Folha de S.Paulo. (2025, 17 de julho). *Congresso aprova projeto que flexibiliza licenciamento ambiental*. https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/07/camara-aprova-flexibilizacao-do-licenciamento-ambiental-governo-lula-se-esconde-e-disputa-deve-ir-ao-stf.shtml

Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho* (L. Mei, Trad.). Ubu.

Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.

Holanda, S. B. de. (2000). *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Brasiliense.

Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade* (H. do Amaral, Trad.). Ubu.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2025, 20 de outubro). *Ibama emite licença de operação para perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas*. https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/ibama-emite-licenca-de-operacao-para-perfuracao-maritima-no-bloco-fza-m-59-na-bacia-da-foz-do-amazonas

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Kurz, R. (1992). *O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (2ª ed.; K. E. Barbosa, Trad.). Paz e Terra.

Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (M. Vieira, Trad.). Bazar do Tempo.

León, C. (2019). *Imagem, mídias e telecolonialidade: Rumo a uma crítica decolonial dos estudos visuais* (M. C. Ortiz, Trad.). *Epistemologias do Sul*, 3(1), 58–73. https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2437

Mitchell, W. J. T. (2002). *Landscape and power* (2ª ed.). University of Chicago Press.

Moore, J. W. (2022). O surgimento da natureza barata. In J. W. Moore (Org.), *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* (A. Xerxenesky & F. S. Silva, Trads., pp. 128–186). Elefante.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul. (2025, 13 de setembro). *Giselle Beiguelman – Naturezas desviantes*. https://www.margs.rs.gov.br/midia/giselle-beiguelman-naturezas-desviantes/

Museu Judaico de São Paulo. (2022). *Botannica tirannica: Giselle Beiguelman* [Release de exposição]. https://museujudaicosp.org.br/exposicoes/botannica-tirannica-giselle-beiguelman/

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (J. C. C. B. Silva, Trad., pp. 227–278). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Revista Philos. (2024, 22 de fevereiro). *Casa comum*. https://revistaphilos.com/casa-comum/

Silva, D. F. da. (2022). *Homo modernus: Para uma ideia global de raça*. Cobogó.

Tsing, A. (2019). *Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno*. Mil Folhas.

Urquijo Torres, P. S. U. & Barrera Bassols, N. (2022). História e paisagem: Explorando um conceito geográfico monista. Epistemologias do Sul, 6(2), 328–345. https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/4040

ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO

YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY

SAMIRA PROÊZA

Samira de Sousa Proêza é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora no grupo Margear (UFBA). Desenvolve pesquisas no trânsito Brasil-Argentina, relacionadas a margens urbanas, feminismo e América Latina, a partir do eixo-corpo. ssproeza@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/4544432939770445

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Cunha, J. S. (2025). Do olhar colonial à visualidade digital: paisagem, poder e colapso. *V!RUS, (30).* Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 383-400
https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239933

Resumo

Neste ensaio fotográfico, sigo os rastros do documentário *Retiro: dos caras de un mismo barrio*, realizado em 1995 por alunos de uma escola da Villa 31, uma das margens urbanas mais emblemáticas da Argentina. Shirley, uma das moradoras antigas do bairro, é uma das autoras do documentário, que, produzido desde as margens, denuncia o contraste entre a Villa 31 e o bairro vizinho, registrando as bordas e os atritos em que essas duas cidades se encontram. Trinta anos depois, percorro e registro essas mesmas bordas. O objetivo é revisitar o território e estabelecer um diálogo com o documentário, afirmando os tensionamentos e a permanência do lugar diante das tentativas de apagamento. A metodologia envolve o caminhar e a fotografia como práticas corporificadas de investigação, capazes de articular temporalidades e produzir um diálogo entre o presente e o arquivo de 1995. O encontro entre imagens do passado e do presente revela camadas de sentidos, evidenciando como a luta se tornou cidade e o passado segue presente. O trabalho se vincula aos "Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações" ao aproximar tensionamentos e vozes diversas, revelar disputas entre diferentes modos de cidade e tecer pontes entre perspectivas e temporalidades, afirmando as margens como espaços de criação.

Palavras-chave: Disputa, Fotografia, Documentário, Margem urbana, Villa 31

1 Introdução

O documentário *Retiro: dos caras de un mismo barrio*, realizado em preto e branco, inicia-se com a imagem de um mapa da América Latina desenhado em um quadro escolar. Uma voz em *off* situa a cena: "Sou parte da América Latina. Para alguns, eternamente saqueada. Meu país é a Argentina e vivo na Capital Federal. Por mais que isso incomode a muitos, meu bairro é Retiro[1]. Mais precisamente, a Villa 31 de Retiro" (Rebecchi, 1995, 00:01:26, tradução nossa[2]). A abertura anuncia não apenas uma localização geográfica, mas também uma posição política e afetiva, uma enunciação desde as margens (hooks, 2019) que desafia a cidade hegemônica[3], afirmando um lugar de disputa.

O filme[4] foi realizado por Shirley Bustinza e seus colegas em 1995, quando ela tinha apenas 17 anos. O trabalho foi desenvolvido de forma interdisciplinar por alunos de uma escola localizada na Villa 31, uma emblemática margem urbana[5] em Buenos Aires, Argentina. Todos os autores do documentário eram, e ainda são, moradores do bairro comprometidos com sua comunidade que, àquela época, enfrentava sérias ameaças de remoção por parte do Estado, sendo mais uma investida de apagamento que, ao longo da história da Villa 31, se tornou recorrente. Shirley é uma das interlocutoras da pesquisa de doutorado que desenvolvo, intitulada *Viajar-mundos na Villa 31: as migrações latino-americanas femininas nas*

[1] Retiro é o bairro da cidade onde a Villa 31 foi se estabelecendo. Na época do documentário, a 31 ainda não era oficialmente reconhecida como bairro, como ocorre hoje, e muitos registros continuavam a mencioná-la como parte de Retiro – denominação também usada por alguns moradores, sobretudo os mais antigos.

[2] Do original em espanhol: "Soy parte de Latinoamérica. Para algunos, eternamente saqueada. Mi país es la Argentina y vivo en la Capital Federal. Por más que eso moleste a muchos, mi barrio es Retiro. Más precisamente, la Villa 31 de Retiro."

[3] Refiro-me aqui à cidade hegemônica, àqueles territórios que concentram poder político, econômico, simbólico e institucional. São espaços socialmente valorizados, reconhecidos como legítimos e desejáveis, onde se definem as normas, as estéticas e as práticas urbanas consideradas "oficiais" ou "adequadas", que acumulam investimentos públicos e privados, concentram infraestrutura e serviços e são também os lugares em que se produzem os discursos que estigmatizam ou marginalizam outras partes da cidade.

[4] O documentário *Retiro: dos caras de un mismo barrio* foi realizado pelos alunos da Escuela de Educación Media Nº 06 - Padre Carlos Mugica que, na época, cursavam Estudos Sociais Argentinos (Estudios Sociales Argentinos). Na ordem em que aparecem nos créditos do vídeo, tem-se: Shirley Bustinza, Martín Cardoso, Víctor Castillo, Nicolás Echave, Daniel Molloja, Elsa Oño, Patricia Pedernera, Claudia Zalazar e David Zenteno. A direção ficou a cargo do professor Néstor Rubén Rebecchi, em colaboração com Jorge Bachur. E está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=fyMgRqz7ExU (acessado em agosto de 2025). Todo o texto aqui apresentado baseia-se no conteúdo desse documentário.

[5] Em diálogo com Rosa (2018), o conceito de margens urbanas é explorado a partir dos estudos de Agier (2017), Das e Poole (2004) e Feltran (2008), que nos fornecem uma base teórica sólida para compreender as complexas dinâmicas das periferias urbanas. Estas referências, entre outras, contribuem para a construção de uma análise mais rica e multifacetada das situações urbanas periféricas. Em vez de reduzir esses espaços a simples territórios de exclusão ou ausência, busca-se evitar as visões dicotômicas tradicionais, como dentro/fora, legal/ilegal, formal/informal, que muitas vezes limitam a compreensão da diversidade e complexidade presentes nestas áreas.

dobras do corpo e da cidade, atualmente em fase de conclusão na Universidade Federal da Bahia. A investigação é construída em diálogo com mulheres migrantes que habitam a Villa 31 e que, com suas narrativas e trajetórias (Kofes, 2001), permitem entrever os cruzamentos entre experiências de migração feminina em situação de vulnerabilidade (Kowarick, 2002) na América Latina e os processos de fazer-cidade (Agier, 2015) nas margens urbanas. A vivenda é um dispositivo importante nesse processo, uma âncora com o lugar-outro, o novo território no qual as mulheres reconstroem suas vidas e tecem pertencimentos.

Shirley mudou-se da Bolívia para a Villa 31 ainda criança, aos sete anos, e acompanhou o território tomar forma após um intenso processo de remoção, acolher inúmeras famílias em busca de um lar, consolidar-se como bairro, adensar-se e, posteriormente, ser atravessado por um intenso processo de urbanização. Seu corpo carrega e encarna as transformações, participando ativamente da feitura do lugar. Desde nossos primeiros diálogos, ela demonstra uma compreensão profunda das mudanças e dos conflitos que atravessam a Villa 31. No nosso último encontro, no final de 2024, ela me contou com surpresa que havia reencontrado recentemente um material de intensa expressividade estética e força política – o documentário que ajudou a construir há trinta anos. As imagens capturam o cotidiano do bairro com coragem e sensibilidade, transformando-se em um registro valioso de um tempo e de uma luta, e direcionam, como um fio condutor, este ensaio.

Assim, esta escrita inscreve-se na chave “Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações” ao dialogar com tensionamentos desde as margens urbanas, revelando disputas entre diferentes modos de cidade e tecendo pontes entre distintas espacialidades e temporalidades, consolidando as margens como espaços de criação e resistência. Tal inserção não se estabelece apenas como um enquadramento teórico, mas como um gesto metodológico, estético e político que busca articular imagens, corpos e memórias que habitam o território. O audiovisual e a fotografia emergem, neste contexto, como espaços de mediação e expressão dos conflitos que compõem a vida urbana – um modo de ver e de narrar a cidade desde dentro, desde aqueles que a habitam e a fazem existir.

2 O território de disputa: A Villa 31

A Villa 31 é uma das margens urbanas mais antigas e disputadas da Argentina, fazendo-se bastante presente no imaginário da cidade de diversas maneiras. O território é atravessado cotidianamente por partidos políticos, estudantes, ONGs, turistas, entre outros atores. Segundo Maria C. Cravino (2010), trata-se de um dos casos mais emblemáticos de políticas públicas marcadas por contradições, omissões e violações de direitos por parte do governo. A sua localização (Figura 1) é uma variável bastante determinante para a sua história, uma vez que sua ocupação começou em terras residuais situadas entre grandes equipamentos de infraestrutura de transporte – como as vias de trem e o porto da cidade – na parte central de Buenos Aires, ao lado de bairros de alto valor de solo, como Retiro, Puerto Madero, Barrio Norte e Recoleta. Localizada também junto a uma importante infraestrutura de transporte de diversas escalas, a Villa 31 encontra-se em uma das principais zonas de conexão metropolitana, com importantes estações de trem e metrô, inúmeras linhas de ônibus e, em escala nacional e internacional, próxima ao terminal rodoviário intermunicipal e internacional. Todas essas características espaciais fazem dessa zona uma das mais interessantes ao mercado imobiliário, aos meios de comunicação e ao Estado.

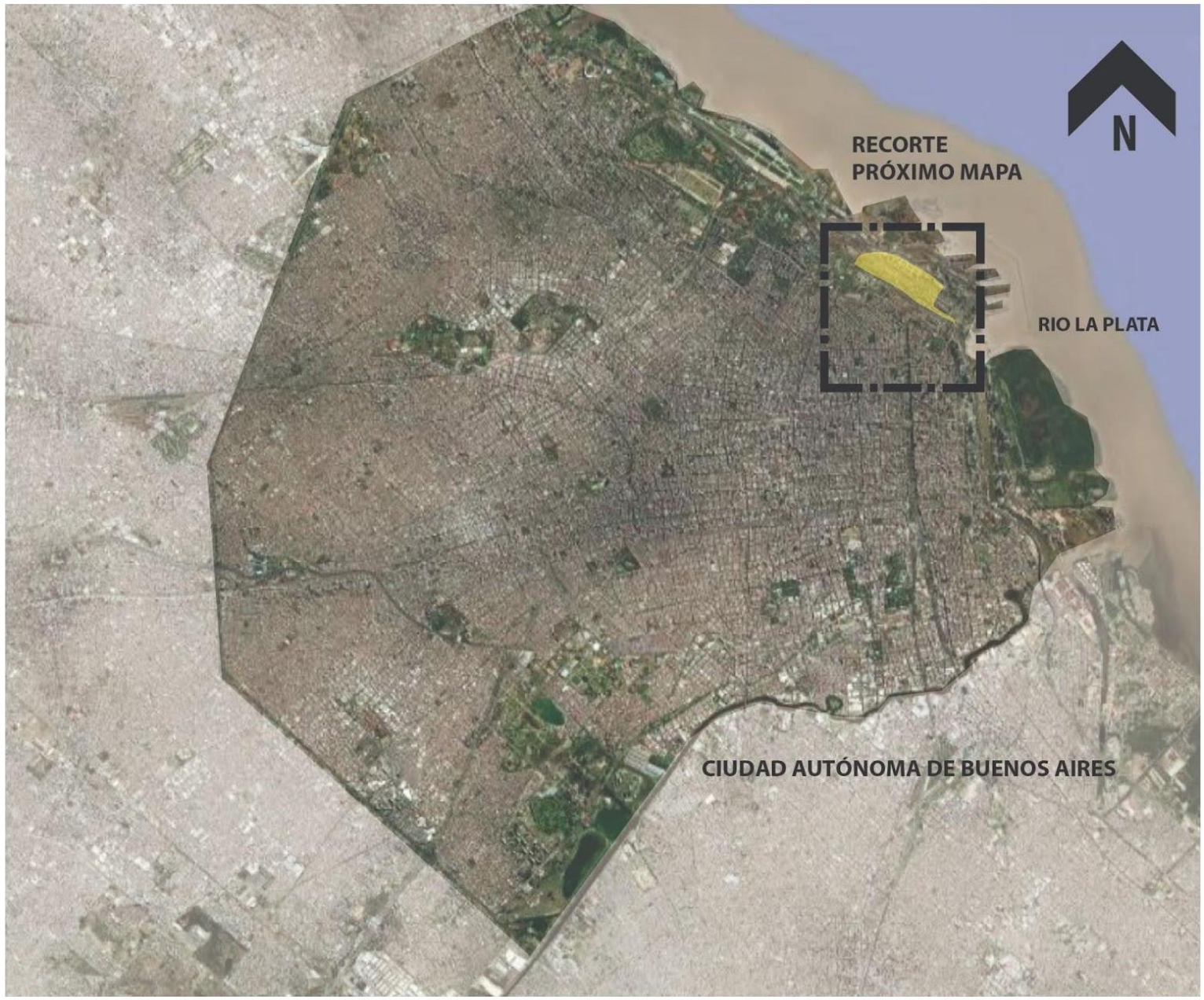


Fig. 1: Localização da Villa 31 em relação à Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Fonte: Mapa do Google Maps com anotações da autora, 2025.

As primeiras bases da Villa 31 foram lançadas com a formação de um território de ancoragens urbanas (Agier, 2017) a partir de deslocamentos em escala transatlântica. Sua origem remonta às migrações europeias, com a chegada de trabalhadores imigrantes, principalmente italianos e poloneses, por volta de 1930. Muitos desses imigrantes trabalhavam no porto como diaristas e usavam vagões desocupados da região como alojamento. No início do processo de industrialização das grandes cidades, começaram a acontecer migrações internas entre os países da América do Sul e as províncias mais pobres da própria Argentina, enquanto, em paralelo, o fluxo de europeus começava a diminuir. Atualmente, a maior parte da população é oriunda da migração intracontinental, principalmente do Paraguai, da Bolívia e do Peru, ou da região norte do país.

Ao longo de sua história, os moradores da Villa 31 enfrentaram sucessivas tentativas de desocupação forçada, resistindo coletivamente a projetos que buscavam apagar suas presenças, memórias e modos de vida. Durante a ditadura, o bairro foi praticamente removido, mas ressurgiu com mais força nas décadas seguintes, assumindo novos contornos. Em contraponto às diversas ofensivas e tentativas de apagamento, os moradores do bairro construíram uma trajetória potente de organização popular, luta por direitos e reinvenção cotidiana do espaço urbano. Assim, o território ocupa um lugar de destaque na disputa pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001) na Argentina, consolidando-se como um bairro múltiplo, diverso e profundamente enraizado na dinâmica urbana de Buenos Aires.

Separados do restante da cidade por linhas de trem e grandes equipamentos urbanos, os moradores da Villa 31 compartilham com os bairros vizinhos de Retiro e Recoleta não apenas fronteiras físicas bem demarcadas, mas também barreiras sociais, culturais, estéticas e simbólicas profundamente enraizadas (Figura 2). O contraste é abismal, uma vez que a paisagem, a trama urbana e a estética revelam duas cidades que coexistem em tensão permanente, uma contraposição que o documentário denuncia de maneira contundente.



Fig. 2: Localização da Villa 31 em relação ao entorno imediato. Em rosa a zona de fricção e contraste abordada no documentário. Fonte: Mapa do Google Maps com anotações da autora, 2025.

3 O documentário: duas caras de um mesmo bairro

O documentário realizado por Shirley e seus colegas representa uma resposta poética, precisa e enfática a uma das tentativas de desocupação promovidas pelo Estado que estava sendo cogitada na época. Contudo, o vídeo vai além, pois reage também à indiferença e estigmatização sofridas pelos moradores, às investidas recorrentes do poder público, à

constante tentativa de apagar o bairro, à ausência de direitos urbanos da população local e à profunda desigualdade entre a Villa 31 e os bairros vizinhos. A obra se inscreve como um gesto potente de afirmação desde as margens, demonstrando como a criação de narrativas próprias e encarnadas se torna uma ferramenta de embate. Por meio das imagens, do roteiro e das escolhas linguísticas, o filme denuncia os processos de apagamento e projeta outras possibilidades de existência para o território, reconhecendo sua história, seu presente em conflito e seus futuros possíveis. Como nos lembra bell hooks (2019, p. 309): "A linguagem também é um lugar de luta". Neste caso, a linguagem audiovisual, construída de forma colaborativa, registra e expressa, simultaneamente, os conflitos e as potencialidades presentes naquela configuração situada.

Após a cena de abertura, o vídeo apresenta uma sequência de imagens do bairro de Retiro, marcado pela presença de grandes empresas, sedes de multinacionais e monumentos de inspiração europeia. O cenário contrasta, de forma evidente, com a paisagem da Villa 31, acentuando as assimetrias urbanas, históricas e simbólicas que atravessam o território, reforçando a tensão entre espaços vizinhos, mas profundamente desiguais. A narração que acompanha as imagens é intensa: "Trabalho e estudo. Não sou ladrão nem traficante. Isso eu sei, sou pobre. A você que não é e que pensa que comigo não tem nada a ver, queria dizer que temos algo em comum: seu pai é meu patrão" (Rebecchi, 1995, 00:02:01, tradução nossa[6]). Estas palavras interpelam diretamente aqueles que são considerados os dominadores, evidenciando as conexões entre mundos, que, à primeira vista, parecem distantes e desconectados. Como argumenta hooks (2019, p. 310): "Muitas vezes, quando uma voz radical fala de dominação, estamos falando com aqueles que detêm o poder. A presença dos dominadores muda a natureza e a direção das nossas palavras".

Cabe ressaltar aqui que A Villa 31 é um território marcado por múltiplas migrações, tanto internas, quanto transnacionais. Pessoas de diferentes países latino-americanos assim como de províncias argentinas constroem cotidianamente o bairro. Essa construção se dá tanto no plano material – nas vivendas autoconstruídas, nas reformas, nas vendas ambulantes, nos espaços públicos e no comércio local –, quanto no plano cultural e simbólico, manifestando-se na diversidade das línguas faladas, nas festas, na culinária e nas práticas religiosas que atravessam o cotidiano local. É como se o bairro de Retiro, assim como grande parte da cidade hegemônica, representasse uma Argentina com referência europeia. Já a Villa 31 seria uma dobra (Deleuze, 1991) do continente, uma América Latina dentro da própria América Latina. E não só isso: seria a América Latina racializada e pobre. E, embora convivam lado a lado, ambos os lados se contrapõem intensa e dolorosamente. Há um trecho do documentário que expressa bem a ambivalência: "O Retiro que se oculta, que se nega. O Retiro ao qual se exclui. Este é o meu bairro. Estamos tão perto, mas nos consideram tão longe" (Rebecchi, 1995, 00:04:50, tradução nossa[7]). Ao mesmo tempo em que o narrador conta como se sente em relação à cidade como um todo, as imagens em paralelo mostram a proximidade física e, simultaneamente, a profunda diferença entre os dois mundos que coexistem lado a lado.

Na continuação do documentário, após um breve histórico que contextualiza os processos de formação e resistência da Villa 31, as imagens nos conduzem a um dos espaços de cuidado mais simbólicos do bairro: a Instituição *Bichito de Luz*, na qual a infância ganha protagonismo, crianças brincam, educadoras conversam, e uma rotina afetiva e comunitária se destaca. Trata-se de uma instituição que marcou a infância de muitos moradores e moradoras, inclusive de alguns dos realizadores do filme. Nas palavras do narrador:

> Para nós, esta é a famosa Creche Bichito de Luz, fechada durante o processo militar. Ela também conhece lutas e ressurgimentos. Por ali, passaram muitos de nós e começamos a socializar para

[6] Do original em espanhol: "Trabajo y estudio. No soy chorro, ni traficante. Eso sé, soy pobre. A vos que no lo sos y que pensás que conmigo no tenés nada que ver, te quería decir que tenemos algo en común. Tu viejo es mi patrón".

[7] Do original em espanhol: "El Retiro que se oculta, que se niega. El Retiro al que se excluye. Este es mi barrio. Estamos tan cerca, los consideran tan lejos".

> nos inserir em uma sociedade que, em sua maioria, nos rejeitou. Mas *bichito,* como nós, não abaixa os braços. (Rebecchi, 1995, 00:14:54, tradução nossa[8]).

Em seguida, o documentário nos leva à escola do bairro, outro espaço fundamental para a formação de vínculos, saberes e pertenças. A escolha de mostrar as instituições educativas não é casual, uma vez que evidenciam a vitalidade do território, a importância das redes de cuidado e como a Villa 31 se auto-organiza para garantir a vida e o futuro de seus habitantes, apesar das constantes incertezas impostas pelas políticas públicas. Ao destacar esses lugares de formação, o documentário inscreve a infância como parte essencial da memória coletiva e a educação como campo de disputa simbólica e política. Nessa sequência do vídeo, o narrador introduz um verbo fundamental: “E, na nossa escola, como em outras escolas, também festejamos o Dia do Estudante. Como podem ver, não somos tão diferentes” (Rebecchi, 1995, 00:29:15, tradução nossa[9]). O verbo “festejar” é destacado como um gesto que rompe com os estereótipos de carência e violência que costumam estar associados às margens. Deste modo, a festa se apresenta como uma prática cotidiana que reafirma os vínculos comunitários e demonstra que eles não são tão diferentes dos estudantes da outra parte da cidade.

Para além de registrar e comentar a vida cotidiana do bairro, a escolha de focar na creche e na escola carrega uma forte carga simbólica, pois aponta para o futuro e revela que os moradores não apenas ocupam aquele espaço, mas também projetam sua continuidade, imaginando novas trajetórias possíveis. Produzido em meio às incertezas de uma nova tentativa de erradicação da Villa 31, o documentário ganha ainda mais força e urgência nessa perspectiva. Como aponta Ana Clara T. Ribeiro (2010, p. 32): “O sujeito corporificado tomaria, portanto, o teatro da vida em suas mãos, opondo-se à sua desmaterialização em papéis repetitivos, em imagens reiterativas e em modelos de cidade (e de urbanidade) que o excluem”. Assim, os espaços da creche e da escola surgem como fissuras que ultrapassam o presente encerrado no discurso de erradicação. São lugares nos quais as pessoas vão além da resistência – brincam, se encontram, aprendem e se divertem, inventando futuros, afirmando a vida e seu território e abrindo brechas para outras possibilidades de cidade.

O documentário é tão potente, pois fala a partir das margens, afirmando-as como “lugares de abertura e de possibilidades radicais” (hooks, 2019, p. 323). A afirmação do presente que projeta o futuro vai além da simples luta pela sobrevivência, tratando-se do que Paulo Freire (1992) chama de *esperançar*; isto é, uma esperança ativa que não aguarda passivamente mudanças, mas as constrói no aqui e agora, como potência vital capaz de criar mundos – e cidades – possíveis, mesmo diante de deslocamentos forçados. Neste sentido, cabe uma citação na íntegra de Michel Agier:

> Nesses lugares que parecem ser de “fora” mas estão exatamente na fronteira, os gestos de ajustamento, de enredamento, de bricolagem ou de montagem, seguram o conjunto heterogêneo e inventam as cidades nos âmbitos material, social e cultural, ancorando-as na desordem do presente e no equilíbrio instável entre imposições e recursos, rechaços e desejos, margens e centralidades. (Agier, 2017, p. 425, aspas do autor)

Retorno, então, ao início do documentário de Shirley e à escolha precisa das primeiras imagens: a câmera se posiciona exatamente na fronteira da Villa 31, onde todos se cruzam – moradores antigos, recém-chegados, migrantes, filhos e netos de migrantes, e, também, aqueles considerados estrangeiros ao bairro, os que estão de passagem. A escolha de enquadramento e de narrativa recai sobre a borda – espaço em que as duas faces da cidade se tocam e as diferenças coexistem. Ao mostrar este ponto de contato, o filme revela um território marcado tanto pelo conflito, quanto pela convivência, pela separação e pelo fluxo. A borda surge, assim, como lugar de disputa e encontros possíveis, no qual o cotidiano segue em movimento, com seus cruzamentos sutis, tensões e reconfigurações.

---

8 Do original em espanhol: “Para nosotros, esta es la famosa guardería Bichito de Luz, cerrada durante el proceso militar. También conoce de luchas y resurgimientos. Por allí pasamos muchos de nosotros y comenzamos a socializarnos para insertarnos en una sociedad que mayoritariamente nos rechazó. Pero bichito, como nosotros, no baja los brazos".

9 Do original em espanhol: “Y en nuestra escuela, como en otras escuelas, también festejamos el Día del Estudiante. Como verán, no somos tan distintos”.

4 A fotografia enquanto diálogo entre passado e futuro

O percurso metodológico deste ensaio aciona o caminhar e a fotografia como dispositivos de encontro entre diferentes temporalidades. O documentário guia meus passos pela cidade, é ele que me conduz até a cidade de Shirley e de seus amigos, orientando meu corpo e meu olhar para a cidade de hoje a partir da cidade de ontem. Ao revisitar as imagens produzidas há trinta anos e retornar aos mesmos espaços, a pesquisa assume uma posição corporificada e situada (Haraway,1995) como prática metodológica e política, e, nesse gesto, produz novas imagens. Neste sentido, a fotografia se torna um modo de diálogo e de tradução e de fazer coexistirem corpos, memórias e tempos distintos. Traduzir, aqui, não significa substituir um tempo por outro, mas tecer pontes entre as diferentes experiências do espaço, produzindo uma linguagem comum entre o passado e o presente, entre a cidade de Shirley e a cidade que hoje se desenha. A tradução é entendida, seguindo a perspectiva de Maria Lugones (2021), como uma prática afetiva e insurgente, sendo, pois, um movimento que não busca equivalências, mas a criação de vínculos entre mundos diversos. Além disso, as imagens, atravessadas por múltiplas camadas de presença, configuram uma prática de afirmação da cidade de Shirley e, ao mesmo tempo, uma história potencial, no sentido proposto por Ariella Azoulay (2023, p. 70): “uma forma de estar com outros, vivos e mortos, através do tempo; contra a separação entre passado e presente, entre pessoas colonizadas e seus mundos e posses, entre história e política”.

Assim, as imagens que compõem este ensaio registram e afirmam as bordas da Villa 31 como lugar de disputa, um território onde duas cidades se tocam, se confrontam e, por vezes, coexistem. Mas, além disso, elas constituem um diálogo temporal e político: as bordas, capturadas em 1995 pelas lentes de Shirley e seus colegas, revelam os conflitos e contradições de uma cidade que buscava apagar o bairro, tensionando o presente daquela época e reivindicando outras possibilidades de futuro. Já as bordas capturadas hoje mostram um território que permaneceu e, ao mesmo tempo, se transformou. Nesse percurso, não busco reproduzir exatamente os mesmos ângulos e enquadramentos, mas reencontrar as referências arquitetônicas e urbanas – agora atravessadas por camadas de tempo – que os levaram a olhar, deter-se, registrar e refletir naquele momento. Nos dois momentos, ontem e hoje, as bordas continuam a expor o conflito persistente entre duas cidades justapostas. E o encontro das imagens, distantes no tempo, mas sobrepostas no espaço, convida à reflexão sobre as permanências e as mudanças que marcam o território, evidenciando múltiplas camadas que nele se inscrevem, se renovam e resistem. Portanto, não busco a comparação entre o que foi e o que é, mas a possibilidade de coexistência entre diferentes tempos e experiências urbanas a partir da imagem do presente, que por sua vez, abre possibilidades de futuro.

5 As bordas das 31 três décadas depois

Trinta anos depois, retorno às bordas registradas em 1995, guiada pelos rastros e marcas deixados nas imagens do vídeo, percorrendo as ruas e avenidas pelas quais Shirley e seus colegas caminharam. Ao sair do metrô, como primeiro impulso, caminho pela cidade dos hotéis, sedes de empresas e bancos, entre edifícios de vidro que refletem o céu e monumentos que se erguem como símbolos de poder. As fachadas espelhadas devolvem uma imagem polida, fria e sóbria da cidade (Figura 3). Diante de certos pontos, praças, esquinas, prédios, os imagino ali, trinta anos antes, ocupando aquele mesmo espaço, tão próximos de casa e, ainda assim, diante de um abismo, no contraste entre o cotidiano em que vivem e a paisagem que se desdobra à sua frente. Imagino-os jovens e deslocados diante desse abismo, mas esperançosos, com uma centelha de desobediência que se manifesta no documentário.



Fig. 3: Edifícios do bairro de Retiro. Fonte: Samira Proêza, 2025.

A maioria das empresas e hotéis que eles registraram continua ali (Figuras 4, 5 e 6), embora agora cercada por prédios mais altos e mais translúcidos, que alteram a escala e a luz do lugar. Os monumentos também permanecem: a torre monumental, inaugurada em 1916 (Figura 7), continua igual; a estátua equestre na Praça San Martín (Figura 8) ainda ocupa um lugar de destaque. No começo, confundo-me com o cavalo, desviando o olhar para outra escultura (Figura 9), até que, por acaso, reencontro aquele exato do vídeo, e, por um instante, é como se os tempos se sobrepusessem. Em outro momento, me surpreendo encontrando uma referência do vídeo que permanece bastante parecida. Trata-se de uma construção, agora em venda, que funcionava como um restaurante com o letreiro “Assador Criollo” (Figura 10), que escapa da estética daquele local, como se estivesse sido esquecido ali.



Fig. 4: Hotel Sheraton e edifícios recentes. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 5: Edifícios do bairro de Retiro, com empresas. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 6: Empresa Samsung e gruas. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 7: Torre monumental, inaugurada em 1916. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 8: Estátua equestre monumento a San Martin (1862) com Kavak ao fundo. Fonte: Samira Proêza, 2025.

Depois, dirijo-me à entrada da Villa 31, passando pela calçada e pelo terminal rodoviário, que aparece com destaque no vídeo (Figuras 11 e 12), acompanhada pelas palavras do narrador: “Meu bairro apresenta lugares comuns, espaços onde as pessoas se misturam e, ao se misturarem, não se diferenciam, embora também não se conectem. Onde a maioria pensa que não há nada a compartilhar” (Rebecchi, 1995, 00:03:01, tradução nossa[10]). O terminal é um dos acessos do bairro, ali sento e observo este espaço de mistura, esta zona de transição na qual os fluxos se cruzam sem se encontrarem plenamente, até que meus passos finalmente me levam para dentro da Villa 31.

[10] Do original em espanhol: “Mi barrio presenta lugares comunes, espacios donde los hombres se mezclan y al mezclarse no se diferencian, aunque tampoco se contactan. Donde la mayoría piensa que nada hay que compartir”.



Fig. 9: Estátua equestre e edifícios espelhados de Retiro. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 10: Asador Criollo. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 11: Imagem desde o Terminal Rodoviário de Buenos Aires. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 12: Imagem desde o Terminal Rodoviário de Buenos Aires. Villa 31 em primeiro plano, hotel Sheraton no fundo. Fonte: Samira Proêza, 2025.

O encontro com a Villa 31 (Figuras 13, 14, 15 e 16) evidencia um novo cenário: os moradores conquistaram o direito de permanecer, o bairro vive um processo intenso de urbanização, e a borda entre as duas cidades se transforma, com o Estado agora investindo na área e buscando dissolver as divisões existentes, pois o discurso oficial evoluiu de erradicação para integração. As moradias estão muito mais consolidadas do que no vídeo. E o Ministério da Educação ergue-se como marco dessa nova etapa, ao lado de ruas pavimentadas, redes de serviços e fachadas renovadas. No entanto, sob a superfície das melhorias, persistem tensões que não se deixam apagar. A população local segue com um perfil sociocultural distinto do entorno imediato, apartada do imaginário urbano dominante e em permanente tensão com o projeto de cidade que se busca consolidar.



Fig. 13: Campo de futebol da Villa 31. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 14: Tipo de edificação recorrente na Villa 31. Fonte: Samira Proêza, 2025.



Fig. 15: Perfil da Villa 31. Fonte: Samira Proêza, 2025.

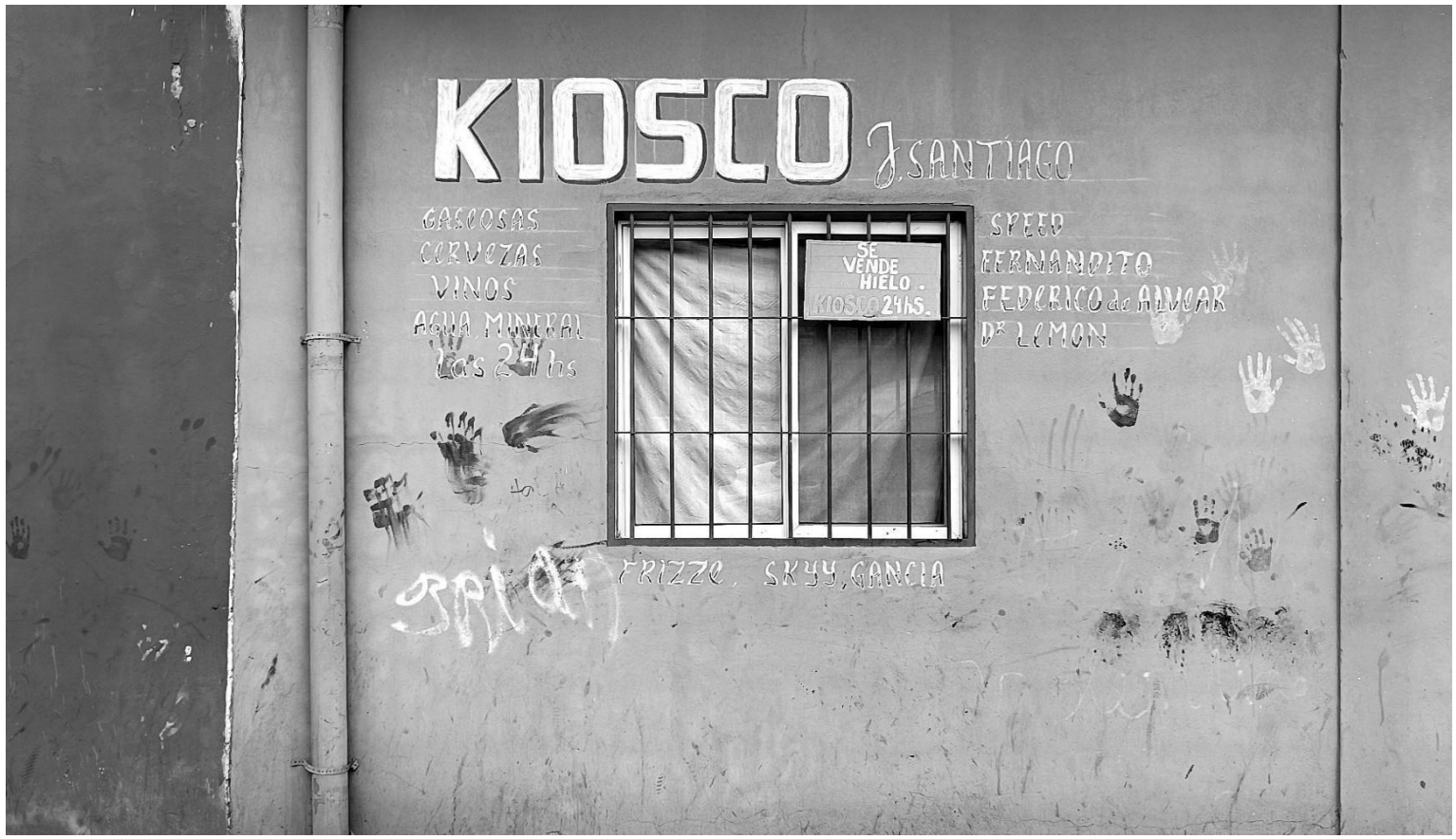


Fig. 16: Letreiro de comércio na 31, totalmente destoante com Retiro, No documentário aparecem vários como esse. Fonte: Samira Proêza, 2025.

6 Considerações finais

Diversas vezes caminhei por essas ruas do ensaio ao longo dos últimos anos, acompanhando suas transformações na paisagem e reconhecendo nelas gestos cotidianos. No entanto, olhar para a cidade através do filtro do documentário revelou surpresas que não poderiam ser acessadas de outra forma. Para tanto, as imagens de Shirley funcionaram como uma espécie de lente-tempo, permitindo que eu percebesse detalhes, movimentos e rastros antes invisíveis ao olhar familiar. O deslocamento do olhar – entre o que já conhecia e o que o documentário me fez ver – transformou também a experiência do caminhar, convertendo-a em uma prática de escuta e de redescoberta do território e em certa forma de habitar o encontro. Por isso, a partir das imagens que seguem, proponho um convite a olhar a cidade desde as interlocuções e confrontações que insistem e resistem nas entrelinhas.

O documentário também operou como uma lente potente, pois me permitiu acessar a cidade a partir de uma posição contra-hegemônica e radical – um olhar que emerge das margens e se sustenta nelas. Revisitar os percursos de Shirley tornou-se, pois, um gesto político e afetivo de reinscrição, não para medir distâncias, mas para reconhecer as continuidades, as fissuras e as fricções que compõem o território e a cidade. A Villa 31 não desapareceu como se temia no documentário. Pelo contrário: continuam sendo tecidos vínculos, erguidas casas e travadas disputas narrativas. A cidade que hoje se orgulha de urbanizar esse território é a mesma que, no passado, tentou apagá-lo. É justamente nesse intervalo, nessa contradição histórica, que a força das bordas se reafirma como espaço de memória, resistência e possibilidade radical. A estética e a paisagem do bairro permanecem em intenso contraste com o entorno, mas agora se mostram mais densas e verticalizadas, afirmando-se com presença na paisagem urbana.

Shirley também continua habitando o mesmo lugar, agora junto ao marido e aos filhos, e sua presença encarna o resultado de uma disputa, pois ela ficou, permaneceu quando tantos queriam que fosse embora e resistiu aos deslocamentos forçados e às promessas de uma cidade melhor que, na prática, a excluiria. Como complementa Ribeiro (2010, p. 32): “ao desafiar controles da experiência urbana e a burocratização da existência, alcança o direito à definição de sua forma de aparecer e

acontecer". Shirley permaneceu e aconteceu – e com ela também permaneceu um modo de viver, de ocupar e de construir cidade desde as bordas. Ela continuou imaginando futuros que, por sua vez, são cidades no presente, germinando cidades do futuro. É nesse entretempo que me coloco agora: no ponto de encontro entre o que foi embate, o que agora é cidade e o que ainda está por vir.

Referências

Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade: O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483–498. https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483

Agier, M. (2017). Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In J. Gledhill, M. G. Hita, & M. Perelman (Orgs.), *Disputas em torno do espaço urbano: Processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade* (pp. 411–426). EDUFBA.

Azoulay, A. (2023). *História potencial: Desaprender o imperialismo* (R. Bettoni, Trad.). Ubu Editora.

Cravino, M. C. (2010). Política. In J. Castro & J. Fernández (Orgs.). *Barrio 31 Carlos Mugica – Possibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza*. Editorial Instituto de la Espacialidad Humana, UBA.

Das, V., & Poole, D. (2004). *Anthropology in the margins of the state.* School of American Research.

Deleuze, G. (1991). *A dobra: Leibniz e o Barroco* (L. B. L. Orlandi, Trad.). Papirus.

Feltran, G. (2008). *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo.* Editora Unesp/CEM/CEBRAP.

Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (Notas: A. M. A. Freire). Paz e Terra.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu, 5*, 7–41.

hooks, b. (2019). *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais.* Elefante.

Kofes, S. (2001). *Uma trajetória, em narrativas.* Mercado de Letras.

Kowarick, L. (2002). Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos, 63*, 9–29.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade.* Centauro.

Lugones, M. (2021). *Peregrinajes: Teorizar una coalición contra múltiples opresiones.* Buenos Aires: Del Signo.

Rebecchi, N. R. (Diretor). (1995). *Retiro: Dos caras de un mismo barrio* [Documentário]. Escuela de Educación Media Nº 06 - Padre Carlos Mugica. Documentário realizado pelos alunos Shirley Bustinza, Martín Cardoso, Víctor Castillo, Nicolás Echave, Daniel Molloja, Elsa Oño, Patricia Pedernera, Claudia Zalazar e David Zenteno. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fyMgRqz7ExU (acesso em agosto de 2025).

Ribeiro, A. C. T. (2010). Dança de sentidos: Na busca de alguns gestos. In P. B. Jacques & F. D. Britto (Orgs.), *Corpocidade: Debates, ações e articulações.* EDUFBA.

Rosa, T. T. (2018). Pensar por margens. In P. B. Jacques & M. Pereira (Orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I – Modos de pensar* (pp. 176–204). EDUFBA.

PROJETO
PROJECT

ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL EM ZONAS PERIFÉRICAS

BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION IN PERIPHERAL AREAS

ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA MENDES CIDADE

Ana Elísia da Costa é Arquiteta e Doutora em Arquitetura com Pós-Doutorado em Urbanismo. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra o Grupo de Pesquisa Margem-Lab, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, patrimônio e articulação entre pesquisa-ensino-extensão.
ana_elisia_costa@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/9276820356796822

Daniela Mendes Cidade é Artista, Arquiteta e Doutora em Arquitetura. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, fotografia, cidade, processos de transformação e processos de criação.
danielamcidade@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/8752000174007395

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Costa, A. E. & Cidade, D. M. (2025). Entre imagens e objetos comunicáveis: espaço expositivo como mediação cultural. *V!RUS*, (*30*). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 401-416 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239922

Resumo

Partindo da experiência de fazer-COM cozinhas solidárias, este ensaio propõe reflexões sobre o direito à cultura em comunidades periféricas, envolvendo a construção participativa de duas exposições. Trata-se de uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão que reuniu agentes da Universidade e as comunidades das cozinhas: uma periférica, na zona sul de Porto Alegre, e outra de uma ocupação urbana localizada no centro da mesma cidade. O processo de concepção da exposição é apresentado aqui como forma de diálogo entre saberes, tensionando processos culturais dominantes. O objetivo é partilhar a experiência, buscar os sentidos entre os desafios encontrados no desenvolvimento das atividades que foi marcado pelo reconhecimento do papel político das comunidades envolvidas e pelo desejo de converter o espaço expositivo em um mecanismo de mediação cultural e de transformação social. A metodologia se baseou em um processo participativo-colaborativo a partir de dispositivos que promoveram a interação entre os diferentes agentes, desde a concepção até a execução da proposta expositiva. No exercício do ensaio, vamos encontrando acertos, contradições e lacunas, dilatando percepções que são fundamentais para aprimorar modos de produzir e comunicar conhecimentos, bem como para apoiar as cozinhas a manterem seus modos próprios e legítimos de produzir cultura.

Palavras-Chave: Direito à cultura, Exposição, Processo participativo, Cozinha solidária, Comunidades periféricas.

1 Introdução

Recebemos de um amigo fotos que ele fez na exposição sobre a cozinha solidária da Vila Barracão. Somos atravessadas por uma delas. Uma criança de três anos (Figura 1), moradora da Vila, segura uma das fotos que se pendiam ao móbile e a observa atentamente. A foto que ela segura retrata uma de suas “tias” que assume um papel de protagonismo na exposição. A exposição, portanto, não versa sobre o mundo erudito. Fala sobre a própria cultura da Vila que, assim como a de outras comunidades empobrecidas e marginalizadas, sofreu históricos apagamentos. Essa criança talvez tenha tido ali a sua primeira experiência em um evento cultural, e ela, assim como os adultos que a acompanhavam, talvez teria poucas oportunidades como essa. O cenário em que a imagem se encontra não é o de uma galeria. Ela está na cozinha solidária da Vila. Essa cozinha, assim como outras, ensina formas de resistência no passado e no presente aos abandonos governamentais. A foto, portanto, enlaça presente-passado-futuro dessa criança e coloca a exposição como uma suspensão de dinâmicas políticas e culturais impostas.



Fig. 1: Exposição na Cozinha da Vila Barracão. Fonte: João Henrique Ramos (2024).

Usamos a potência estética e poética dessa imagem como mote inicial para construir um ensaio sobre o direito à cultura, especialmente de comunidades periféricas. Segundo Marie-José Mondzain (2015), a fotografia é sempre uma imagem que compreende possibilidades de configuração no presente, mas que, sem reproduzir o passado, permite reinventar o que a originou. Neste sentido, a imagem coloca em conflito algo concreto como crítica ao passado e ao presente, algo sobre gerações passadas que perduram no presente. No caso da fotografia descrita, é dada luz ao presente e a um passado de apagamentos de memórias e da cultura de minorias sociais periféricas. A exposição enfrenta o desafio de mediar essa comunicação. Entendemos aqui a mediação como a construção de processos dialógicos entre sujeitos que, sendo oriundos de mundos distintos, expõem partilhas, bem como conflitos e dificuldades multilaterais de comunicação, de ação e de superação ou abrandamento das relações de poder que, inescapavelmente, permeiam as esferas da vida e da produção do conhecimento.

Essa experiência expositiva deriva de ações de extensão-ensino-pesquisa promovidas pelo Margem – Laboratório de Narrativas Urbanas, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Margem – PROPUR-UFRGS), e ocorreu primeiramente em uma das cozinhas solidárias de Porto Alegre em 2024. O sujeito coletivo do Margem é amplo, estando aqui representado por quem se atreve a encontrar brechas no duro produtivismo acadêmico para refletir sobre nossas ações. Representamos aqui integrantes do projeto de extensão Espaços de Convergência

Social e Comunitária (ECSC), da pesquisa Inventariar e Inventar Cidades (IIC) e da disciplina de graduação Projeto Arquitetônico 2 (P2), além de vários colaboradores internos e externos à UFRGS e dos próprios integrantes de cozinhas com as quais atuamos. A referida cozinha, por sua vez, foi criada no contexto das inundações que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, quando criou-se, também, o projeto de extensão ECSC. O papel dessa cozinha, assim como de outras tantas, além de outras modalidades de espaços comunitários, é reconhecido como de fundamental importância no antes, durante e após emergências climáticas. São esses os espaços responsáveis por fortalecer laços de vizinhança para empreender ações solidárias e para articular lutas, especialmente na perspectiva de garantir o direito de reconstrução de vidas em periferias direta e indiretamente atingidas (Caron et al., 2024).

Em apoio a esses espaços, passamos a atuarCOM[1] sete cozinhas ligadas a Movimentos Sociais, por essas não serem reduzidas a espaços assistencialistas de produção de alimentos, mas por serem também tomadas como espaços de educação, cultura e formação política (Caron et al., 2024). Essa atuação envolveu a produção de mapeamentos cartográficos e narrativos, e a promoção de ações de assistência técnica para a qualificação físico social dos precários espaços das cozinhas. Com os mapeamentos narrativos, buscamos entender a cultura dos seus territórios, evocando o poder da memória. Em síntese, esses mapeamentos consistem na observação e escuta das práticas das cozinhas em seus cotidianos ou em dinâmicas coletivas propostas, como rodas de conversas guiadas por uma pergunta disparadora: “como você veio parar aqui?”. Entre as frequentes gargalhadas, a maioria feminina participante revelou lembranças que dizem sobre vivências individuais e sobretudo coletivas. São fatos alegres, traumas, ausências. São também táticas (De Certeau, 1998), isto é, artimanhas ou sutilezas para contornar dificuldades e opressões historicamente a elas impostas, como revelam trechos que foram publicados na plataforma Sonário das Cozinhas (2024). Reflexões coletivas posteriores a essas narrativas buscam relacionar o presente e o passado, perspectivando nelas encontrar pistas para o enfrentamento dos desafios do futuro. Na temporalidade do agora, portanto, o mapeamento narrativo não reduz sua ação à mera busca saudosista de um passado, mas trama presente-passado-futuro, em uma perspectiva educativa e emancipatória (Mizoguchi, 2015; De Certeau, 1998).

A proposta de realizar exposições com essas comunidades emerge como uma das possibilidades de comunicar e mediar o que revelam os mapeamentos narrativos, fortalecendo assim identidades, desestabilizando preconceitos, e promovendo engajamentos para a construção de cidades mais diversas e inclusivas. Em consonância com as práticas participativas-colaborativas que guiam as demais ações do projeto, essas exposições foram pensadas como práticas processuais, suscetíveis a inúmeras alterações e que acionam as comunidades a atuarem não só como espectadores, mas também como produtores de conteúdos e curadores.

Em duas das sete cozinhas com as quais trabalhamos, foram realizadas exposições sobre a cultura de seus territórios: a cozinha da Vila Barracão, ligada ao Levante Popular da Juventude (LPJ) e localizada nas Vilas da Grande Cruzeiro, zona periférica à sul de Porto Alegre; e a cozinha da Ocupação Rexistência-POA, ligada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e localizada em um edifício ocioso no centro histórico da cidade. No primeiro caso, vê-se no presente um território marcado por violências impostas por disputas entre o narcotráfico e a polícia, assim como a ausência de assistência governamental expressa na falta de oportunidades de trabalho, educação e lazer. Esse cenário, contudo, não difere do processo histórico de ocupação da Vila, que envolveu a atuação de muitas das cozinheiras (Figura 2). Desde aquela época, elas relatam lutas e a construção de estratégias de sobrevivência a diversas ordens de opressão, sendo a cozinha uma delas. A cozinha é um dos lugares mais importantes da Vila; dela emerge o próprio território que assume seu nome e ali é lugar de trocas de saberes, de festas e de formas de expressão solidárias. Essa história, porém, segue invisibilizada e até apagada (Costa, 2024). Além das poucas referências bibliográficas sobre a Vila, soma-se a ausência da Grande Cruzeiro, região onde ela se encontra, nos mapas administrativos municipais. Segundo depoimento da líder comunitária Fátima Andreola,

[1] O atuarCOM, assim como o fazerCOM que será empregado posteriormente nesse trabalho, faz referência ao termo pesquisarCOM que sustenta três principais fundamentos metodológicos, como defendido por Marcia Moraes (2014, p. 132): “a) o outro que interpelamos é tomado como sujeito agente e expert e não como objeto passivo, como alvo de nossas ações; b) os mal-entendidos são pistas relevantes que podem anunciar novas e interessantes versões de mundo; c) pesquisar e intervir são inseparáveis, de sorte que a pesquisa, mais do que representar o mundo, é uma ação de produzi-lo, ou seja, pesquisar é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, alargá-las e problematizá-las”.

> (...) apertou o pagamento do aluguel e eu tive que fazer uma casa no meio da rua. (...) Em 1993, (...) a gente resolveu invadir isso aqui, era mato, tudo mato. (...). Aí veio a polícia e correu todo mundo. Aí o pessoal começou a se unir mais, aí a gente programou em invadir na sexta à noite porque sábado e domingo não tem polícia. (...) Então, assim, a gente lutava com unhas e dentes por tudo (Costa, 2024, p. 21).



Fig. 2: Cozinha da Vila Barracão e suas mulheres. Fonte: João Henrique Ramos (2024).

No segundo caso, o da cozinha Rexistência-POA, percebe-se um presente marcado pelas incertezas de remoção, pela precariedade do espaço físico ocupado e pela difícil mobilização e engajamento dos moradores em torno de um projeto de vida. Esses desafios e as estratégias para superá-los fazem parte da longa trajetória das ocupações do MNLM. Em rodas de conversas e em uma cartografia colaborativa sobre as ocupações no centro da cidade — desenvolvida pela disciplina P2 e pela coordenação do MNLM —, lideranças, integrantes de outras cozinhas do movimento[2], e moradores nos revelam que uma ocupação não se faz apenas por moradias. Nelas, espaços culturais são de fundamental importância para a articulação e formação entre moradores e para a aproximação da sociedade com vistas à sua acolhida e legitimação. A cozinha coletiva é tomada como parte deste programa cultural. Mais do que lugar para produzir alimentos, ela é também lócus de troca de saberes e geração de renda, de festejos e de política. O depoimento de uma moradora, similar ao de moradoras de outras ocupações brasileiras, revela essa natureza: “Eu entrei aqui pensando que só ia ser mais uma moradora, acabou que já me colocaram pra trabalhar na cozinha, e ali eu tô até hoje. (...) Tudo isso é um aprendizado que vamos levar para o futuro, para a vida toda” (Costa & Cidade, 2025, p. 59).

Em comum a essas duas experiências, portanto, percebe-se que as comunidades, apesar de opressões, abandonos e apagamentos, inventam formas criativas de ser, (sobre)viver e se expressar, ou seja, elas são produtoras de cultura. Falamos naturalmente de uma cultura que vem sendo sistematicamente silenciada pelos poderes dominantes e que, por encontrar

[2] Além da Rexistência-POA, por meio do subprojeto Cozinha Nossa financiado pelo Fundo Casa Socioambiental, atuamos em paralelo em outras duas cozinhas do MNLM: a cozinha ArtMãe, na Vila Bom Jesus, e a Cozinha da Cooperativa 20 de Novembro, no Bairro Farrapos. Para mais informações, consultar Caron et al. (2025).

frestas ao que se impõe, se constituiu como uma cultura contra-hegemônica (Chauí, 2006). Fazer emergir ou "elevar" (Didi-Huberman, 2017) essas expressões, apoiar a sua preservação e dos seus lugares de produção é tarefa urgente para a democratização da cultura. Nos colocando como agentes com dever ético-político de atuar nessa perspectiva, já que somos uma universidade pública, nos questionamos no âmbito do projeto: como comunicar essa cultura aos moradores e à sociedade, transpondo fronteiras de um mundo multilateralizado? Como provocar o espectador de forma que a imagem no contexto expositivo seja emoção e moção, simultaneamente?

Neste contexto, o ensaio objetiva ser um exercício de reflexão sobre os sentidos e desafios dos processos que buscaram constituir as referidas exposições como mecanismos de mediação cultural e de transformação social. Na tecitura mesma da escrita, fomos ampliando percepções sobre a efetiva sustentação de um discurso estético-ético-político, bem como sobre contradições e lacunas. A superação das relações de saber-poder no encontro de universos multilaterais, bem como o trabalho a partir de imposições da ordem de um possível, ainda são para nós temas a serem continuamente aprofundados. Nesse refletir sobre a ação, contudo, esperamos aprimorar nossos modos — ainda rígidos — de produzir e comunicar conhecimentos e encontrar meios para apoiar as cozinhas a manterem seus modos próprios e legítimos de produzir cultura.

2 Como comunicar a cultura das cozinhas?

O trabalho das exposições foi desenvolvido pela equipe da pesquisa IIC, junto a estudantes da referida disciplina P2. Possíveis exposições para P2 são tomadas como parte de ações voltadas à ativação físico social dos territórios em que atua, podendo envolver a atuação em um campo alargado da profissão que não é reduzido a (re)produzir desenhos de espaços[3]. Similar à aproximação entre Arquitetura, Arte e Antropologia discutida por Tim Ingold (2022), a disciplina busca construir projetos como processos comunitários e operar não só sobre a estrutura do espaço físico, mas entre os espaços sociais, formais e culturais. Diante da criticável — e ainda não superada — falta de interlocução com áreas que dominem mais claramente a comunicação expositiva, recorremos a leituras. Nesse contexto, nos questionávamos: como não reduzir a exposição ao arranjo de conteúdos em uma performance espacial, como tendem arquitetos? Como mediar um discurso estético-ético-político ao público visitante, não reduzindo a ação a uma mera comunicação passiva de ideias?

2.1 Marcos teóricos

Exposições, invariavelmente, sustentam um discurso estético-ético-político articulado pelas escolhas de seus curadores. Não são, portanto, uma mera transmissão-comunicação de informações isentas (Moraes & Silva, 2021). A comunicação desse discurso aos visitantes, por sua vez, não se dá de modo automático ou mecânico, exigindo compromissos de mediação. Em uma perspectiva humanista e emancipatória — e, portanto, política —, essa mediação é uma ação educativa que procura promover ao visitante o reconhecimento, a reflexão e a ressignificação do que lhe é apresentado, abrindo possibilidades para a transformação de realidades em que se inserem (Scifoni, 2022; Moraes & Silva, 2021). Entre imagens e objetos comunicáveis, o espectador interpreta politicamente a sua própria comunidade e, na partilha daquilo que vê, oferece ao outro um modo de existência sensível e reflexivo. Nesta perspectiva, visitantes não são meros espectadores ou receptores, mas espectadores filosóficos (Mondzain, 2015), são sujeitos aptos a pensar, comunicar, criar com autonomia. Assim, eles devem ser estimulados a interagir com a exposição, bem como a dialogar com mediadores e demais visitantes, na perspectiva de que um aprenda com o Outro. Sua participação ativa, portanto, é requerida (Scifoni, 2022).

Cabe às exposições criarem oportunidades e condições que favoreçam essa participação. Entre as oportunidades, está a promoção de ações dialógicas de cunho cultural e pedagógico antes, durante e após eventos, compondo um processo de trocas de experiências e de construção coletiva do conhecimento, sempre aberto à experimentação, criação e transformação (Moraes & Silva, 2021). Como condições, estão ambientações e interfaces que, ao mobilizarem dimensões sensíveis e cognitivas dos visitantes, favorecem a sua apropriação do discurso expositivo (Cerdera, 2021). Desde essa concepção da exposição, conteúdos expostos podem não emergir da atuação exclusiva — e, por vezes, autoritária — de curadores, nem serem

[3] A disciplina P2 é do quarto semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS e, a partir de 100h de carga horária extensionista, objetiva desenvolver projetos participativos e colaborativos voltados a comunidades vulneráveis. Entre seus projetos, algumas exposições colaborativas foram desenvolvidas entre 2023 e 2024 (Costa, 2025; Costa & Cavalcante; 2023; Costa & Constantinou, 2023).

apresentados como dados prontos e fechados. Antes da exposição, eles podem ser eleitos ou produzidos pelos próprios visitantes; ou, durante o evento, novos conteúdos podem ser produzidos por eles, afetando a forma e o sentido do que é exposto. De qualquer modo, o que é exposto não é objetivado, abrindo lacunas para subjetivações e construções de sentidos particulares e autônomos. Os conteúdos, mais do que responder, questionam; mais do que isolar dados, eles os relacionam (Cerdera, 2021; Machado, 2015; Desvallées & Mairesse, 2013).

Os espaços e artefatos que dão suporte a esses conteúdos buscam envolver e mobilizar os corpos e todos os sentidos dos visitantes, criando campos de afetação mútua, capazes de desencadear sensações e/ou reflexões (Cerdera, 2021; Machado, 2015). Para além das enfadonhas exposições com percursos pré-determinados entre tradicionais vitrines com objetos e painéis com textos e imagens, essas exposições operam em favor da construção de atmosferas estimulantes entre percursos e estações. Os caminhos, muitas vezes, são livres ou exploratórios, buscando favorecer leituras autônomas e diversas. Em meio a eles, são criados estares, para o encontro e socialização entre visitantes. Percursos e estações são ambientes imersivos, com cenografias ou encenações espaciais ou teatrais. Os artefatos, por sua vez, são interativos, permitindo manipulações que, não reduzidas a gestos mecânicos, envolvem trocas e reflexões (Costa, 2025; Amorim & Nóbrega, 2022; Cerdeira, 2021; Machado, 2015). Em maior ou menor grau, entendemos que essas oportunidades e condições expositivas poderiam nos guiar no intento de comunicar as culturas das nossas cozinhas.

2.2 Encaminhamentos

Como parte do programa de P2, vivências cotidianas e dinâmicas coletivas nos territórios promoveram diálogos e a emergência de memórias, sensibilizando e afetando mutuamente estudantes e moradores. Desses encontros emergiu a proposta das exposições, em meio a outras atividades culturais e intervenções espaciais que se voltariam à ativação socioespacial dos territórios. O conjunto dessas propostas foi espacializado em projetos provisórios que, no diálogo com as comunidades, se colocaram sujeitos a sucessivas alterações e ajustes. No que se refere ao projeto das exposições, seus temas, espacialidades, artefatos e atividades paralelas foram objetos de validação e refutação, impondo a construção de possíveis consensos e efetivando uma troca de saberes que deu início a um processo curatorial coletivo. Esse processo dialógico ocorreu nos territórios e na Universidade. Atravessar a Universidade com a presença desses corpos estranhos tem sido uma estratégia do projeto, quer para tornar o espaço público acessível a todos(as), quer para legitimar a importância dos saberes comunitários para o mundo acadêmico. As linguagens gráficas exploradas nesses eventos buscaram ser simplificadas. Esse tem sido um grande desafio (e ainda não superado), diante da sedimentação do desenho tradicional como meio de comunicação único de arquitetos. De qualquer modo, buscávamos transpor barreiras de comunicação que esses desenhos impõem, bem como a hierarquia de saberes-poderes profissionais que isso implica (Ingold, 2022; Kapp et al., 2008).

Acordada uma proposta provisoriamente final, o detalhamento das exposições foi um trabalho que ensaiou um diálogo interdisciplinar e transversal entre níveis de formação, envolvendo grupos de estudantes de P2, bolsistas de extensão e de iniciação científica do Design e da Arquitetura e pós-graduandos das áreas do Planejamento Urbano e da Arquitetura. A esse grupo coube a curadoria de um acervo composto pelas memórias comunitárias, pelas investigações da pesquisa IIC e por ensaios fotográficos de colaboradores. A expografia, por sua vez, foi desenhada aos moldes arquitetônicos, contemplando os arranjos espaciais e os artefatos expositivos. Na montagem das exposições, o projeto foi mais uma vez transformado pelas contingências financeiras, materiais e humanas de sua execução. Essa montagem foi permeada, direta ou indiretamente, por oficinas e mutirões que operavam em paralelo às intervenções de qualificação espacial (Figura 3). Esse fazer artesanal coletivo constiui uma ação mediadora, visto que aproxima os envolvidos em torno de um projeto-comum, em que um aprende com o Outro. Ele é, também, um gesto de educação dos corpos, fazendo as comunidades verem suas capacidades de realização, inclusive em futuras ações autônomas; e, especificamente os estudantes, verem compromissos profissionais que se articulam com o canteiro-de-obras e que transcendem o mero desenho de espaços (Ingold, 2022; Sennett, 2009; Kapp et al., 2008).



Fig. 3: Mutirão da Horta e Grafite na Cozinha da Vila Barracão e Oficina de Mosaico na Ocupação Rexistência-POA. Fonte: Autores (2024, 2025).

Por fim, as exposições ocorreram nos próprios territórios das cozinhas. Na tentativa de aumentar e aproximar públicos internos e externos às comunidades, as exposições foram abertas em um sábado e em datas coincidentes com festejos locais: a festa de Natal na Barracão e a celebração de um ano de ocupação na Rexistência-POA[4]. Todo esse processo — antes, durante e após eventos — foi largamente divulgado em grupos de WhatsApp e redes sociais das comunidades e da UFRGS, sendo repercutido também na mídia[5]. Nesse exercício de comunicação, mais do que divulgar o projeto em si, o objetivo foi ampliar a visibilização da existência desses territórios e a valorização de suas culturas. Entendemos que, sob a chancela de uma universidade, essa comunicação aumenta a sua possibilidade de recepção e acolhida, bem como de seu compartilhamento, formando uma rede de simpatizantes e de apoio aos próprios territórios. Nessa perspectiva, o projeto atuou na construção de uma opinião pública e não restringiu o seu público-alvo somente aos visitantes das exposições.

3 A Comunicação-Mediação: Barracão

A Cozinha da Vila Barracão fica no recanto de uma praça da Vila e está alojada em um precário barracão que se liga à origem do território (Figura 4). Sua comunidade e o LPJ, incialmente, acionaram a disciplina P2 na perspectiva de ativar seus espaços externos que sofriam com vandalismos e descartes de lixo. Por hipótese, faltavam ali pertencimentos, o que levou à proposição de ações voltadas ao resgate histórico daquele lugar e que dessem a todos e todas o direito de pensar-agir sobre o espaço. Abrindo simbolicamente a cozinha à sociedade, duas turmas da escola vizinha a ela — Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva — foram convidadas a participar do projeto. Após dinâmicas coletivas na escola e na cozinha, foram propostas pequenas intervenções espaciais (horta, grafite e palco-arquibancada), oficinas de integração dos saberes da cozinha e interesses da escola (panificação, customização de roupas e marcenaria), assim como a referida exposição (Costa, 2024).

---

[4] Os eventos ocorreram, respectivamente, nos dias 17 de dezembro de 2024 e 14 de junho de 2025.

[5] Sobre o assunto, consultar: https://www.instagram.com/p2arq.ufrgs?utm_source=qr&igsh=dmZoZTN1ZWFxajV3; https://www.brasildefato.com.br/2025/06/16/ocupacao-rexistencia-poa-celebra-um-ano-e-avanca-na-luta-por-moradia-no-centro-de-porto-alegre/; e https://www.ufrgs.br/site/noticias/projeto-de-extensao-da-arquitetura-aproxima-estudantes-e-integrantes-da-ocupacao-rexistencia/.



Fig. 4: Cozinha da Vila Barracão, antes da intervenção. Porto Alegre, 2024. Fonte: Autores (2024).

Quatro temas foram explorados nessa exposição: *Territórios* e *Percepções,* voltados a estimular pertencimentos, e *Lutas* e *Personagens,* dedicados a revelar legados às novas gerações. Sem recorrer a um tema central e a lógicas lineares, eles foram tratados de modo independente. Apostou-se que eles tinham potência para inter-relacionar presente, passado e futuro e para mobilizar a livre interpretação e a reflexão dos visitantes. Palavras, dizeres e narrativas da comunidade, assim como fotos e bilhetes das crianças da escola, foram expostos de modo fragmentado. Uma possível construção de nexos poderia decorrer do próprio apelo estético e/ou discursivo desses conteúdos. Como ficar indiferente à foto da linda paisagem da Grande Cruzeiro ao lado da foto com lixos expostos? Como ignorar os afetos construídos na cozinha, expressos nas narrativas de suas cozinheiras? Como ser indiferente aos casos de violência na praça, expresso no impactante bilhete de uma criança da escola: “O lado bom de uma praça, é que nos reunimos com a família e os amigos. Já o lado ruim é que tem muitos casos de morte e muitos casos de drogas também. Isso é uma coisa terrível para as crianças!” (Costa, 2024, p. 48)? Por outro lado, a exposição de conteúdos produzidos previamente pela própria comunidade oportunizava a ela um reconhecimento de si como parte do evento e da cultura da Vila, ou seja, estimulava pertencimentos.

3.1 Objetos comunicáveis e estética

Esteticamente e com os escassos recursos disponíveis, buscou-se criar uma atmosfera ligada ao próprio universo cultural da Vila. Relacionando-se com as atividades de costura que também desenvolvem as mulheres da cozinha, seis painéis de tecido (pano) costurados à mão se dedicaram aos temas *Territórios, Lutas* e *Percepções*. Móbiles compostos por embalagens de marmita exploraram o universo da cozinha e foram suporte para o tema *Personagens,* trazendo consigo fotos e pequenas narrativas que homenageavam as *Mulheres de Luta*, nome do grupo que agrega as cozinheiras. Ambos os artefatos, que se

constituem como objetos comunicáveis, foram pensados para uma fácil montagem-desmontagem e armazenamento. Eram imposições da dinâmica da cozinha e de seus diminutos espaços. Também, suas composições buscaram ser tridimensionais e criar efeitos perspectivos. Por vezes, a costura ganhou espessura, compondo um emaranhado de linhas ou saltando para fora dos panos para se prender a outros artefatos. Sobreposições de informações e transparências também foram exploradas, impondo — ou não — ao visitante uma manipulação em que poderia emergir leituras distintas e/ou em camadas.

3.2 Arranjo espacial

O projeto da disposição dos artefatos expositivos explorou as características espaciais da precária varanda da cozinha. Entre os pilares e através do madeiramento da cobertura, respectivamente, foram dispostos os panos e os móbiles. Essa disposição configurou pequenos ambientes em meio à amplitude espacial da varanda, buscando explorar uma atmosfera de acolhimento (Figura 5). Entre eles, os percursos eram livres para favorecer leituras autônomas, havendo, ainda, pequenos estares com cadeiras e bancos improvisados que favoreciam encontros e trocas entre visitantes. Foi o que se viu no dia do evento. Homens, mulheres e crianças, muitos dos quais haviam participado de algumas das atividades anteriores do projeto, estavam ali, ora em rodinhas de conversa, ora circulando, e talvez espantados por terem a si, seus amigos, vizinhos ou familiares protagonizando na exposição.



Fig. 5: Ambientação de exposição na Cozinha Barracão, com os artefatos panos e móbiles, em Porto Alegre. Fonte: Autores (2024).

A liberdade espacial proposta no projeto também foi respeitada em montagens da exposição requisitadas antes e após esse encerramento. Assim foi no hall da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, quando a exposição abriu o II Encontro Cozinhas-Território; e novamente na cozinha, quando ela foi livremente apropriada na referida festa de Natal[6].

4 A Comunicação-Mediação: Rexistência-POA

[6] Os eventos ocorreram, respectivamente, nos dias 16 e 18 de dezembro de 2024.

O MNLM, ao acionar a disciplina P2, demandou um estudo de viabilidade de reuso habitacional do edifício ocupado, sendo o seu desenvolvimento colaborativo uma forma de mobilizar e engajar moradores e militantes. O edifício público, com dez pavimentos, permaneceu em desuso por anos, após ter sido sede da Cia de Arte, uma referência emblemática da produção artística e auto-organizada de Porto Alegre. O MNLM ocupou o edifício por duas vezes, sendo a segunda e atual motivada para abrigar atingidos das referidas inundações de 2024. Em meio a negociações para ter o direito de uso do edifício, o movimento desenvolveu um plano geral de ocupação que envolve usos habitacionais e culturais, entre os quais a cozinha (Figura 6). O estudo de P2 seria um detalhamento desse plano (Costa & Cidade, 2025).



Fig. 6: Cozinha da Ocupação Rexistência-POA, antes da intervenção, em Porto Alegre. Fonte: João Henrique Ramos (2025).

O processo do estudo envolveu levantamentos métricos e patológicos e, em meio a eles, vivências e escutas em práticas coletivas. Disso emergiu, além dos estudos de viabilidade à longo prazo, ações à curto prazo dedicadas à qualificação das precárias condições de vida. Com poucos recursos disponíveis e no prazo do semestre letivo, foram propostas a execução de cordões de lâmpadas volantes e, na cozinha, o desenvolvimento de mosaicos e a bricolagem de móveis voltados ao aprimoramento das condições sanitárias e capacidades de armazenamento e produção. Também foram propostas atividades culturais que rompessem isolamentos da ocupação e que oportunizassem ao público externo o reconhecimento de identidades e a superação de preconceitos. Um grande evento abre-portas foi pensado e organizado, contando com atividades artístico-culturais, brechó e feiras, como forma de geração de renda, e a referida exposição. A programação do evento passou a ser pensada coletivamente por um grupo de P2, moradores e vários colaboradores mobilizados pela UFRGS e pelo MNLM.

Esse mesmo grupo de P2 e integrantes da pesquisa IIC se dedicaram à exposição. Novamente tentando tramar presente, passado e futuro, foram propostos cinco temas. Desde o passado, emergiu os temas *Cartografia das Ocupações* e *Cia de Arte*;

concernente ao presente, foram explorados os temas *Habitar o Centro* e *Habitar Ampliado*; e, pensando o futuro, explorou-se o tema *Processos e Projeto*. As estratégias de abordagem de cada tema serão discutidas na sequência.

4.1 Arranjo espacial

Os temas foram subdivididos nas amplas plantas-livres do subsolo, onde está a cozinha, e do primeiro pavimento, onde está o antigo teatro da Cia de Arte. No subsolo, a parede de maior extensão foi adotada como suporte para os temas *Cartografia das Ocupação* e *Processos e Projeto*, apesar dos receios iniciais em relação ao grande espelho ali presente. Buscando explorar percursos livres na amplitude do salão e favorecer encontros entre visitantes, o espaço do tema *Habitar o Centro* e as demais estações — feira, brechó e palco — assumiram posições periféricas. Uma *promenade* entre térreo e teatro, contudo, foi direcionada: o vão da escada foi fechado com tecidos, buscando criar efeitos de surpresa e de compressão espacial na passagem entre pavimentos. Essa compressão também foi mantida na entrada do teatro, cuja lateral da arquibancada foi fechada por biombos e tecidos, configurando uma espécie de túnel entre ela e a parede. A passagem por esse túnel ainda foi dramatizada pela quase ausência de luz, sendo apenas percebida no palco uma branda iluminação vinda do chão. Ali, como pontos focais, estavam as estações dos temas *Cia de Arte* e *Habitar Ampliado*. A escuridão vivida era uma resposta à iluminação original que não foi restaurada e à intenção de compor uma atmosfera de estranhamento. Em meio ao claro-escuro, os corpos eram sensibilizados para a leitura e interpretação do conteúdo expositivo e, ao mesmo tempo, suas retinas iam se acomodando e se preparando para uma volta pelo mesmo túnel escuro (Figura 7).



Fig. 7: Exposição Ocupação Rexistência-POA: ambientações do salão – estação *Cartografia das Ocupações* – e do teatro – estação *Habitar Ampliado*, em Porto Alegre. Fonte: Autores (2025).

4.2. Objetos comunicáveis e estética

Na tentativa de dialogar com o referido espelho do salão do subsolo, a estratégia foi assumi-lo como elemento compositivo. Mesmo correndo o risco de uma falta de foco do conteúdo exposto, a aposta foi que o visitante passaria a ser parte da exposição, vendo a si naquele lugar. Decorre disso a opção por fragmentar todas as figuras-artefatos, deixando ver o fundo-

espelho. Isso, por outro lado, permitiu pensar na composição de diminutas imagens que, apesar de imporem o árduo trabalho de fixação uma a uma, diminuíram os custos de impressão, fato importante por lidarmos com escassos recursos.

Em um segmento da superfície espelhada, o tema Cartografia das Ocupações foi explorado em três artefatos que buscavam visibilizar e fazer refletir sobre as históricas lutas pelo direito à cidade. O Mapa das Ocupas, fragmentado em quadrantes e com bandeiras suspensas, posicionava as várias ocupações do centro da cidade, muitas desconhecidas pela sociedade. Um QR Code, por sua vez, remetia à referida cartografia das ocupações, permitindo ao visitante ampliar informações, se assim desejasse. As caixas, compostas por pendentes em fios de nylon, faziam flutuar frases e imagens relativas à ocupação que, sem objetivar, permitiam múltiplas interpretações. Em meio às caixas, o espelho deixava de ser suporte para ser também um artefato, lançando um convite ao visitante: “escreva no espelho uma frase ou palavra sobre as ocupações: faça sua presença refletir!”.

Ainda no espelho, a sessão *Processos e Projeto* explorou registros do processo participativo envolvido no estudo de viabilidade do reuso do edifício e uma maquete. Esses buscavam ilustrar práticas que poderiam inspirar outras iniciativas voltadas ao direito à moradia (Figura 8). Fora do espelho, no referido tecido que foi usado para fechar a escada, foram projetadas fotografias feitas pelos moradores da ocupação em uma caminhada fotográfica prévia. Esse era o lugar do tema *Habitar o Centro*, que buscava refletir sobre a diversidade de olhares e sentidos que o centro urbano pode suportar.



Fig. 8: Exposição na Ocupação Rexistência-POA: artefatos estações *Processos e Projeto* e *Cartografia das Ocupações*, em Porto Alegre. Fonte: Autores (2025).

Também em decorrência da falta de recursos, a estratégia nas demais estações foi aproveitar objetos que já estavam na ocupação ou que conseguimos por empréstimo e doação. Na estação *Cia de Arte*, recorreram-se a peças que o grupo artístico deixou no edifício na época de sua saída. Essas eram seus rastros, que, ali reunidos, rememoravam a vocação de resistência cultural do lugar. Na estação *Habitat Ampliado*, uma coleção de objetos do cotidiano dos moradores da ocupação foi empilhada em um armário-habitat. Esse era um refúgio de acúmulos decorrentes de necessidades e consumos, improvisos para modelar um lar em meio ao medo constante de futura remoção. Mais do que reclamar pelo direito a uma casa, se falava ali da

necessidade de construção de espaços de acolhimento e de afetos. O que se via ali eram objetos comunicáveis que, naturalmente, permitiam múltiplas interpretações e assumiam significados diversos para os moradores e visitantes.

5 Considerações finais

Na tecitura desse ensaio, fomos tendo oportunidade de sistematizar nossas práticas e, ao mesmo tempo, de refletir sobre acertos, erros, lacunas e sentidos, principalmente na perspectiva de construção de uma forma de diálogo horizontal e de transformação social. No encontro entre diferentes atores — desde a concepção expográfica à sua partilha e mediação a um público maior —, compor exposições sobre culturas periféricas ou marginalizadas continua a ser para nós um desafio. Isso, principalmente, quando não se quer limitar esta ação a uma mera informação isenta ou a uma espetacularização cultural, mas sim provocar todos os participantes — comunidade, universitários, visitantes — a atuarem como mediadores e espectadores filosóficos (Mondzain, 2015). O desafio, portanto, é converter as exposições em mecanismos que, a partir de ações dialógicas e participativas, sejam capazes de promover uma partilha de experiências e de produzir saberes, vindo a provocar reflexões sobre os mundos que ocupamos e sobre possibilidades de sua transformação.

A articulação entre a extensão, pesquisa e ensino nos pareceu ser uma importante estratégia para ter maior interação e possibilidade de participação das comunidades no processo de criação e reflexão. Foi por meio dessa articulação, em um fazerCOM (Moraes, 2014), que as ações expositivas se alongaram no tempo, oportunizando no pré-evento diálogos comunitários, reflexões e a construção de um conhecimento coletivo e de um projeto comum. A apropriação desse conhecimento, somado a pesquisas acadêmicas, permitiu que no âmbito do ensino fossem compostos temas e conteúdos expositivos sensíveis, bem como ambientações e artefatos com repertório estético-técnico locais. Mais do que meros espectadores ou receptores, portanto, os moradores e seus conhecimentos foram protagonistas nas exposições.

Ocorridas em territórios carentes de toda ordem de serviços essenciais e alvo de preconceitos, essas exposições ampliaram aos moradores o acesso à cultura e à valorização de suas identidades. Aos grupos externos às comunidades, incluindo a universidade, elas oportunizaram o conhecimento e reflexão sobre realidades invisibilizadas. Interações entre esses públicos, observadas empiricamente nos eventos e em depoimentos, também nos dizem sobre necessárias aproximações para o reconhecimento da diferença e para a superação de preconceitos, vindo a se legitimar a construção de uma cidade diversa. Por outro lado, a divulgação do processo de projeto e de seus resultados nas redes sociais e nas mídias também ampliou o público, e atuou como mediações de mundos. As exposições, portanto, miraram em uma promessa futura de transformação social.

Reconhecidas essas potencialidades, contudo, ainda enfrentamos desafios que ficam como questionamentos para ações futuras: afinal, sustentamos um discurso estético-ético-político nas exposições? Ao tentarmos tramar relações entre passado e presente, conseguimos dar pistas para o enfrentamento dos desafios futuros? Não nos faltou abertura para uma maior atuação dos moradores nas próprias curadorias? Não faltou potência às ambientações e interatividade aos artefatos? Atividades pós-eventos não poderiam melhor aferir resultados e aprimorar os propósitos educativos do projeto? A partir dessas questões, é importante considerar que nossas capacidades criativas-inventivas foram acionadas no fazerCOM (Moraes, 2014) estudantes e leigos, em curto espaço de tempo e com pouquíssimos recursos humanos, materiais e financeiros, dizendo sobre a ordem de um possível. Se assim, em certo sentido, os resultados ainda expressam uma estética-ética-política convergente com o que os territórios periféricos e marginais nos ensinam: a conversão de escassez em abundância.

É também sobre elementos de escassez e abundância que nos diz a descrição da foto que introduz esse ensaio. Voltamos a ela, considerando a diferença entre visualidade – aquilo que nos bombardeia no dia a dia – e imagem – uma paragem no tempo como abertura para a poesia e a crítica. A partir dela, entendemos que, em meio a privações, aquela criança encontrou ali brechas para reinventar o seu futuro. Sua comunidade teve possibilidades de expressar modos próprios e legítimos de ser e viver nas periferias e de se armar para lutar contra apagamentos impostos por poderes hegemônicos. Em meio a isso, nós também encontramos brechas para nos reinventarmos no mundo acadêmico, muitas vezes privado de sentidos.

Agradecimentos

Agradecemos às comunidades das cozinhas solidárias da Vila Barracão e da Ocupação Rexistência-POA, por tantos ensinamentos em meio a cafés e almoços incríveis; aos estudantes de P2 e aos bolsistas, por se disporem ao exercício de juntos ensinar-aprender.

Referências

Amorim, L., & Nóbrega, L. (2022). Figura, fundo e tudo mais que há entre: Dos diálogos entre arquitetura, artefatos e expografia. In M. A. Buzzar et al. (Eds.), *Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo* (pp. 470–494). ANPARQ. https://www.iau.usp.br/enanparq2022/index.php/anais/

Caron, D., Costa, A. E., Rodrigues, A. C., Gomes, N. P., & Tavares, B. B. (Eds.). (2025). *Cozinha Nossa: Território de dignidade e afeto*. UFRGS.

Caron, D., Costa, A. E., Maricatto, I. K., Cidade, D., Rosa, A. N., Menezes, A. V., Marinho, B. R., Gomes, N. P., Borges, S. C. R., Azevedo, B. M., Rodrigues, A. C., Kaefer, M. C. M., Fraga, J. C., & Isoppo, R. S. (2024). Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária. *Revista da Extensão,* 34–42. https://seer.ufrgs.br/index.php/revext/article/view/142828

Cerdera, F. (2021). Materialidade, exposição e mediação cultural. *Anais do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de gestão e educação em patrimônio*. https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624071055_ARQUIVO_bda5f622ca4195b4ffbd88fd10d1c786.pdf

Chauí, M. (2006). *Cidadania cultural. O direito à cultura*. Fundação Perseu Abramo.

Costa, A. E. (2024, 22 de fevereiro). Uma vila, uma exposição e um projeto-outro. *Jornal da Universidade*. https://www.ufrgs.br/jornal/uma-vila-uma-exposicao-e-um-projeto-outro/

Costa, A. E. (2025). Uma vila e uma exposição participativa: Mediação de um discurso estético-ético-político. *Anais do ENANPARQ 8.* https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/842138-uma-vila-e-uma-exposicao-participativa---mediacao-de-um-discurso-estetico-etico-politico/

Costa, A. E., & Cavalcante, M. (Eds.). (2023). *Memorial Popular Vila Santa Terezinha*. UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277531

Costa, A. E., & Cidade, D. (2025). *Ocupação Rexistência-Poa: anotações de uma prática de ensino-extensão-pesquisa.* UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/294461

Costa, A. E., & Constantinou, E. (Eds.). (2023). *Dispositivos espaciais para expor e brincar: anotações sobre uma prática para-com a escola Camila Furtado Alves.* UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258760

De Certeau, M. (1998). *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. Vozes.

Desvallées, A., & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura.

Didi-Huberman, G. (2017). *Levantes*. Edições SESC São Paulo.

Ingold, T. (2022). *Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. Editora Vozes.

Kapp, S., Baltazar, A. P. & Morado, D. (2008). Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices. *Field*, *2*(1), 7–29. https://www.field-journal.org/article/id/17/

Machado, T. G. (2015). *Projeto expográfico interativo: Da adoção do dispositivo à construção do campo da interatividade.* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-08032016-170135/pt-br.php

Mizoguchi, D. H. (2015). Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. *ECOS, 5*(2), 200–208. http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352

Mondzain, M. (2015). *Homo spectator*: ver, fazer ver. Orfeu Negro.

Moraes, G. & Silva, M. B. (2021). *Entre curadoria e mediação cultural a partir da Exposição Propágulo: fotografias e identidade*. Editora do CCTA.

Moraes, M. (2014). Do pesquisarCOM ou de tecer e destecer fronteiras. In Tavares, G. M.; Moraes, M. & Bernardes, A. G. (Orgs.), *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia* (pp. 131–138). EDUFES. https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/d99f0ade-8610-4d9e-bc4e-924c00128fc5/content

Scifoni, S. (2022). Patrimônio e Educação no Brasil: O Que Há De Novo? *Revista Educação e Sociedade***,** *43*, 1–13 https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/abstract/?lang=pt

Sonário das Cozinhas-Território. (2024). *Sonário das cozinhas*. https://sonariodascozinhas.nonada.com.br/

Sennett, R. (2009). *O Artífice*. Record.

PROJETO
PROJECT

ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS

TEACHING AND EXTENSION: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD

ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA SARAMAGO, SIMONE VILLA

Rossana Batista Ferreira Lima é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e Pesquisadora do grupo [MORA] Pesquisa em Habitação. Experiência em projeto da edificação e assistência técnica em habitação de interesse social. rossanabatista@ufu.br
http://lattes.cnpq.br/3031252441930960

Nádia Gonçalves Leite é Arquiteta e Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Integra o grupo de pesquisa [MORA] Pesquisa em Habitação. Atua em práticas projetuais focadas em arquitetura de refúgio, habitação de interesse social e gênero. nadia.leite@ufu.br
http://lattes.cnpq.br/0339376298101422

Rita de Cássia Pereira Saramago é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, coordena o Laboratório de Conforto Ambiental e Conservação de Energia (LCC) e é pesquisadora do [MORA] Pesquisa em Habitação. Desenvolve pesquisas em conforto ambiental, eficiência energética, projeto e habitação social. saramagorita@ufu.br
http://lattes.cnpq.br/6556555487744191

Simone Barbosa Villa é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo com Pós-Doutorado em Arquitetura. Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e coordenadora do grupo [MORA] Pesquisa em Habitação. Pesquisa sobre habitação contemporânea, interesse social, processo de projeto, avaliação pós-ocupação e resiliência. simonevilla@ufu.br
http://lattes.cnpq.br/5972522149974965

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Lima; R. B. F.; Leite, N. G.; Saramago, R. C. P.; Villa, S. B. (2025). Ensino e extensão: melhorias habitacionais no bairro Pequis. V!RUS, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 417-437 https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239945

Resumo

Este artigo apresenta uma experiência extensionista desenvolvida no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na disciplina Atividades Curriculares de Extensão – Ateliê de Projeto Integrado V (ACE – API V). A atividade foi realizada com estudantes do quinto período e consistiu na elaboração de diagnósticos e melhorias habitacionais em onze moradias do bairro Pequis, conjunto habitacional Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), localizado em Uberlândia (MG). O objetivo do trabalho consistia na proposição de alternativas projetuais baseadas no contato com os modos de habitar das famílias, identificando fragilidades construtivas e evidenciando a importância da ATHIS como suporte técnico às reformas e adaptações. O método envolveu visitas técnicas, registros *in loco*, observações qualitativas e desenvolvimento de propostas arquitetônicas, dialogando com o tema *Habitação e modos de habitar* da edição *Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações*, ao valorizar a troca entre saberes acadêmicos e práticas sociais das famílias, evidenciando o encontro entre demandas reais do território e a formação profissional. Os resultados indicam que a atividade favoreceu a produção de propostas acessíveis aos moradores, ampliou a percepção crítica dos estudantes sobre o papel social do arquiteto e fortaleceu uma maior aproximação com a comunidade, gerando impactos na relação das famílias com suas moradias.

Palavras-Chave: ATHIS, Habitação social, Modos de habitar, Projeto de arquitetura, Extensão universitária

1 Introdução

Este artigo pretende demonstrar a primeira experiência extensionista desenvolvida na disciplina Atividades Curriculares de Extensão - Ateliê de Projeto Integrado V (ACE - API V), do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A ação foi estruturada por duas professoras, as quais trabalham com essa disciplina há alguns anos e coordenam atividades do grupo [MORA] – Pesquisa em Habitação[1]. Também contou com a colaboração de um professor substituto e duas alunas de doutorado[2], integrantes do [MORA]. O grupo de pesquisa, formado em 2009, constitui-se como um espaço físico e digital para discussões acerca do habitar, que estabelece relações entre o meio acadêmico e a prática profissional, desenvolvendo projetos e ações para contribuir efetivamente com melhorias da problemática habitacional. O [MORA] é formado por docentes, discentes da graduação, especialmente bolsistas de iniciação científica, e discentes do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFU), a nível de mestrado e doutorado. Já a disciplina ACE - API V, ministrada para alunos do quinto período, buscou propor melhorias habitacionais aos moradores do conjunto habitacional Residencial Pequis, em Uberlândia, em Minas Gerais, integrantes da Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, através da assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS). É uma disciplina integrada à extensão e, portanto, propõe-se a tecer conexões com comunidades externas à universidade, como moradores de conjuntos habitacionais em regiões periféricas ou outras formas de habitação vulnerável.

A fundamentação teórica e as metodologias propostas na disciplina ampararam-se nos estudos sobre resiliência em Habitação de Interesse Social (HIS) e ATHIS, desenvolvidos pelo grupo [MORA] dentro da pesquisa maior, denominada Casa Resiliente[3], a qual visa identificar e disponibilizar estratégias projetuais para reformas e intervenções em unidades de habitação social horizontal unifamiliar térreas, situadas na zona bioclimática 4. As atividades desenvolvidas configuram-se como um espaço de interlocução, no qual diferentes perspectivas sobre o habitar se encontram, tensionam-se e se complementam. Nesse sentido,

---

1 Grupo de pesquisa que promove diversas discussões sobre o habitar, formado em junho de 2009 pela profª Drª Simone Villa, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia. Website do grupo de pesquisa: https://morahabitacao.com.

2 Como coordenadoras da disciplina, tem-se as professoras Simone Barbosa Villa e Rita de Cássia Pereira Saramago, como substituto o professor Rodrigo Camargo Moretti e como doutorandas as discentes Nádia Gonçalves Leite e Rossana Batista Ferreira Lima.

3 Estratégias projetuais para a promoção da resiliência em habitação social a partir de métodos de avaliação pós ocupação, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa, nº 311624/2021-9). Website da pesquisa: https://www.casaresiliente.com. Também se insere no projeto [RES_TEC] Resiliência no ambiente construído e tecnologia social por meio de instrumentos digitais de APO e ATHIS, financiada pelo CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa (nº 306977/2025-7).

a práxis extensionista é compreendida como processo de aprendizagem mútua, não isento de contradições, fundamentado na troca entre diferentes agentes (alunos, professores e comunidade). Essa articulação sustenta o percurso metodológico adotado e orienta as reflexões sobre o papel formativo da extensão quando confrontado com a produção social da moradia.

Para contextualizar o estudo de caso, o artigo inicia-se com a análise sobre o cenário habitacional brasileiro, destacando os principais desafios desde a segunda metade do século XX, em especial a crise habitacional que motivou o estabelecimento de políticas públicas, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Será discutido o déficit habitacional qualitativo, evidenciando limitações dos modelos habitacionais padronizados e seus impactos na qualidade de vida dos moradores. Na sequência, será abordada a importância da extensão universitária e sua integração ao ensino da Arquitetura e Urbanismo, destacando o papel da disciplina ACE - API V como uma experiência extensionista e formativa. Essa parte detalhará a metodologia adotada na disciplina, que alia conteúdos teóricos, atividades práticas e a vivência direta com a comunidade do bairro Pequis, no município de Uberlândia. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão será evidenciada como elemento fundamental para a formação de profissionais comprometidos com o direito à moradia digna. Por fim, apresentar-se-á o estudo de caso, o bairro Pequis, analisando características urbanísticas, tipologias habitacionais entregues pelo PMCMV, sistemas construtivos empregados e as dinâmicas de uso e apropriação espacial observadas entre os moradores. Serão discutidas as limitações estruturais e espaciais das unidades habitacionais, bem como as intervenções espontâneas feitas pelas famílias para adaptar suas moradias às necessidades cotidianas. Essa análise será complementada pela descrição das ações extensionistas realizadas pelos estudantes da disciplina, evidenciando as limitações do processo ao lado da contribuição da assistência técnica em habitação de interesse social para a melhoria das condições de vida e para o fortalecimento dos vínculos entre universidade e comunidade.

O presente artigo busca contribuir com as discussões sobre o papel da extensão universitária na formação crítica de arquitetos e urbanistas, especialmente no campo da habitação de interesse social. A proposta da disciplina se alinha à concepção de que a extensão universitária deve ser entendida como um processo dialógico, no qual saberes acadêmicos e populares se articulam para produzir conhecimento situado e comprometido com a justiça social (FORPROEX, 2012). Neste sentido, a inserção dos estudantes em contextos reais e a vivência direta com demandas habitacionais concretas permitem não apenas a aplicação de conteúdos técnicos, mas também a construção de uma postura ética e política diante das desigualdades socioespaciais que marcam as cidades brasileiras. Ao integrar os princípios da ATHIS às práticas pedagógicas da graduação, a disciplina promove uma formação mais sensível às complexidades do habitar popular e às especificidades culturais, econômicas e ambientais dos territórios. Acredita-se que os resultados desta ação, ainda em processo de amadurecimento, ofereçam subsídios para a consolidação futura de práticas pedagógicas que integrem ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas habitacionais e para a efetivação do direito à moradia digna previsto na Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei n.º 11.888/2008 (Brasil, 2008). Ademais, o artigo pretende demonstrar a relevância da articulação entre pesquisa/ensino e extensão para as práticas na graduação, partindo das bases sólidas estruturadas pelos trabalhos desenvolvidos no projeto Casa Resiliente e [RES_TEC].

2 Programa Minha Casa Minha Vida e os desafios da qualidade habitacional

O problema da habitação no Brasil tem se intensificado desde a segunda metade do século XX, especialmente com a urbanização e o rápido crescimento populacional das cidades que ocorreu nos países em desenvolvimento. Com o fim dos governos militares e a abertura democrática, mobilizações se intensificaram propondo a Reforma Urbana e as políticas públicas voltadas às camadas populares. Segundo Ermínia Maricato (2015), essas mobilizações resultaram posteriormente em avanços institucionais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade, criado sob a Lei Federal 10.257/2001 (Brasil, 2001), e a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Nesse contexto, surgiram também as primeiras experiências de assessoria técnica para melhoria das moradias e ampliação do acesso aos serviços essenciais das cidades. Apesar desses avanços, até o começo dos anos 2000, o cenário habitacional brasileiro continuava alarmante, em meio a crises econômicas periódicas. Com o objetivo de gerar empregos e diminuir o déficit habitacional, o governo federal instituiu então o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009. No ano de 2020, o MCMV foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela e, em 2023, foi retomado com o nome original. Esse programa tem cumprido um papel importante na produção da habitação em larga

escala, atendendo famílias com rendas variadas, divididas em três faixas (Faixas 1, 2 e 3) e, mais recentemente, em abril de 2025, a Faixa 4 foi anunciada – prevendo a ampliação da política habitacional para atender famílias da classe média.

É possível dizer que o MCMV contribuiu significativamente, em termos quantitativos, para endereçar a problemática do déficit habitacional do Brasil, mas não o reduziu sob a perspectiva qualitativa, colaborando para seu agravamento. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, mesmo diante de iniciativas governamentais, o déficit habitacional brasileiro apresentou crescimento, passando de aproximadamente 5,9 milhões de domicílios em 2019 para mais de 6,2 milhões em 2022, o que correspondia a cerca de 8,3% das habitações ocupadas no país (Tamietti, 2024a). Dados de 2022 mostram também que, do total dos domicílios duráveis urbanos no Brasil (excluídos os domicílios rurais, improvisados, rústicos e cômodos), 26.510.673 (41,2%) apresentam pelo menos algum tipo de inadequação (Tamietti, 2024b). As unidades habitacionais fornecidas pelo programa na Faixa 1, as quais representam o estudo de caso da disciplina, possuem uma planta baixa tipo, contendo: sala, dois dormitórios, banheiro, cozinha e área de serviço. Esse programa arquitetônico é adotado, tanto em casas quanto em apartamentos, e aplica-se em diversos contextos e realidades no Brasil. Como analisam Simone Villa, Karen Bortoli e Paula Vasconcellos (2023), os modelos padronizados das habitações sociais entregues frequentemente não estão alinhados às condicionantes sociais, econômicas, culturais, climáticas e ambientais específicas de cada região, demonstrando a falta de preocupação com a individualidade e características de cada local, e também com a configuração diversa e variável dos núcleos familiares. Outro ponto que demonstra a ineficiência do modelo é a dimensão da unidade habitacional, que não comporta as funções e áreas mínimas de privacidade e convivência. O tamanho reduzido da área da unidade habitacional é uma das razões da insatisfação dos usuários (Monteiro & Miron, 2018). Comparativamente, no contexto europeu, a área mínima por pessoa na habitação é de quinze metros quadrados, enquanto, na realidade brasileira, é de uma área menor a dez metros quadrados, como ocorre nos modelos ofertados pelo PMCMV (Simões & Leder, 2022).

Em relação aos sistemas construtivos mais empregados na Habitação de Interesse Social, observa-se uma tendência crescente em se adotar métodos mais ágeis e escaláveis, como paredes autoportantes de concreto moldado *in loco* e fôrmas reutilizáveis, que reduzem tanto os custos de construção quanto o tempo de execução. No PMCMV em Uberlândia, cerca de 63% das unidades habitacionais do Faixa 1 utilizam esse tipo de sistema (Alves, 2020), como é o caso do bairro Pequis. A rigidez desse método, aliado à falta de um projeto que preveja ampliações, limita a capacidade de adaptações e resulta, na maioria das vezes, em soluções que produzem ainda mais problemas, sejam eles estruturais, ambientais ou estéticos. Por outro lado, conforme Maria Eliza Otoni (2025), mesmo que os sistemas de alvenaria autoportante limitem a flexibilidade das unidades habitacionais, esse tipo de solução pode ser uma boa opção quando inserida em projetos que considerem os aspectos mais amplos do morar, como a possibilidade de ampliação progressiva, a adequação às condições climáticas locais e o respeito às dinâmicas socioculturais dos territórios onde estão inseridos.

Outros estudos revelam que a qualidade ambiental da moradia, no que se refere ao conforto térmico, é determinante na saúde dos usuários e que as habitações ofertadas pelo PMCMV têm falhado na consideração dessas questões. De acordo com Karen Bortoli e coautores (2024), por exemplo, no processo de projeto e das reformas realizadas, desconsideram-se as condicionantes climáticas e, em consequência, as unidades tornam-se termicamente inadequadas. Tal inadequação favorece interações pouco eficientes com os agentes externos, como a radiação solar e os ventos, contribuindo com o aumento do consumo energético e o surgimento de problemas de saúde. Em adição, os recursos investidos nas melhorias habitacionais criam também dificuldades econômicas para mudanças futuras que possam sanar os problemas inicialmente gerados, acentuando ainda mais a vulnerabilidade das unidades e de seus moradores (Oliveira et al., 2023). Em contrapartida, o acesso a uma habitação adequada passou a integrar importantes acordos globais como a Nova Agenda Urbana e à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No primeiro caso, são estabelecidos compromissos como a criação de políticas habitacionais, oferta de moradias adequadas, seguras, econômicas e fisicamente acessíveis, e acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica sustentável para todos (ONU-Habitat, 2019). A questão habitacional também está presente em diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, como o ODS 1: Erradicação da Pobreza, ODS 3: Saúde e Bem-estar, ODS 6: Água Potável e Saneamento, ODS 7: Energia Acessível e Limpa, ODS 10: Redução das Desigualdades, mas principalmente à ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis (ONU, 2024).

No cenário brasileiro, de maneira a cumprir com os compromissos internacionais e minimizar os problemas habitacionais, destaca-se a promulgação da Lei nº 11.888/2008 (Brasil, 2008), que institui a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). Essa legislação visa garantir às famílias com renda de até três salários-mínimos o direito à assistência técnica pública e gratuita para elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras de construção, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias. A ATHIS envolve uma atuação interdisciplinar, que integra profissionais de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Direito, Serviço Social, Geografia, Biologia, Geologia e áreas afins, devendo ser assegurada pelo Estado por meio de políticas públicas (CAU, 2018). Essa atuação pode ser realizada por diversas frentes: poder público, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), escritórios privados ou espaços universitários – como núcleos de pesquisa, laboratórios de extensão e escritórios modelo. Observa-se que os espaços acadêmicos têm desempenhado papel fundamental na construção de uma cultura de compromisso social na formação em Arquitetura e Urbanismo, promovendo o diálogo entre saberes técnicos e populares e estimulando soluções projetuais que partem das demandas concretas dos territórios. Com a implementação das novas diretrizes para a extensão universitária, como será apresentado a seguir, algumas disciplinas de graduação passaram a incorporar práticas extensionistas, buscando promover maior integração entre a universidade e a comunidade. É o caso da disciplina API V, recentemente reformulada como Atividade Curricular de Extensão (ACE), que, no primeiro semestre letivo de 2025, atuou diretamente com moradores do bairro Pequis, oferecendo assistência técnica voltada à melhoria das condições habitacionais e reforçando a articulação entre formação acadêmica e o direito à moradia digna.

3 Disciplina Ateliê de Projeto Integrado V (API V)

É essencial enfatizar a importância das universidades públicas e, especialmente, das ações de extensão universitária nos debates e nas práticas relacionadas à assistência técnica para habitação de interesse social. A extensão vai além da transferência de conhecimento acadêmico, configurando-se como um processo de troca mútua, “interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012). Na formação em Arquitetura e Urbanismo da UFU, as iniciativas de extensão são diversas, fomentadas por laboratórios, como o Laboratório de Projetos de Arquitetura e Urbanismo e Design (LAPEX) e grupos de pesquisa, como o [MORA] – Pesquisa em Habitação, ambos da FAUeD, que desenvolvem ações extensionistas relacionadas à ATHIS. Destaca-se também a atuação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo BURITI, cuja prática se orienta por uma inserção direta nas demandas das comunidades. A compreensão de que o processo participativo[4] é parte fundamental do projeto é evidenciada por outras experiências de escritórios vinculados às universidades, como o Trama (UFPB), o Mosaico (FAU Mackenzie), o Casas (UnB) e o Célula (UFES). Mais recentemente, por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), do Ministério da Educação (MEC), foram estabelecidas diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, Ministério da Educação, 2018). Em seu artigo 4º, essa resolução determina que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, promovendo a valorização e o incentivo às práticas extensionistas (Hermsdorf et al., 2023).

Sendo assim, ações extensionistas, em parte já presentes no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), passaram a ser obrigatórias e ganharam nova amplitude, sendo denominadas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), conforme Resolução n. 39/2022 (Universidade Federal de Uberlândia, 2022), do Conselho de Graduação (CONGRAD). Com relação à integração de um Ateliê de Projeto às Atividades Curriculares de Extensão, entende-se o papel da disciplina API V como um componente importante de relação com as comunidades externas à UFU, notadamente com moradores de periferias, ocupações irregulares e outras formas de habitação vulnerável. Esse entendimento parte do princípio de que um Ateliê de Projetos é, essencialmente, um espaço de reflexão crítica sobre a cidade e a sociedade, e de que seu resultado é o desenho que materializa uma ideia. Ao mesmo tempo, a apresentação dessas reflexões à sociedade amplia o alcance do debate, promovendo o diálogo entre a universidade e a comunidade externa. Portanto, o API V destina-se ao

[4] Ainda assim, é importante ponderar que, em função do processo de formação tradicional de nossa categoria e do modelo hegemônico de atuação profissional, muitas vezes, em nossas ações, reproduzimos relações hierarquizadas mesmo quando envolvidos com métodos participativos. Sobre essas contradições, recomendamos a coletânea organizada por Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2021).

exercício de projeto focado na habitação social e à preparação para a atuação dos alunos junto às atividades, ações e programas extensionistas.

Para tanto, a disciplina articula atividades extensionistas junto a comunidades locais e estuda as problemáticas habitacionais no contexto local e real: demandas não atendidas, impactos sociais e ambientais, análises das formas de moradia social: tipologias uni e multifamiliar da habitação social urbana e agrupamentos de edificações. Além disso, analisa a relação entre os espaços públicos, semipúblicos e privados, e as condicionantes sociais, ambientais e técnicas: estrutura comunitária, densidade e habitabilidade, sistemas prediais, pré-dimensionamento estrutural e fluxos. Acessibilidade e qualidade ambiental também são temáticas essenciais, bem como a especificação e representação de tecnologias e sistemas construtivos. Tais atributos de qualidade baseiam-se, notadamente, em pesquisas científicas realizadas no grupo [MORA] que indicam parâmetros projetuais aplicáveis (Villa et al., 2025). A Avaliação Pós-Ocupação (APO) é incorporada como instrumento crítico e projetual, permitindo o diálogo entre experiência construída e proposições futuras por meio da experiência aplicada fundamentada por Ono, Ornstein, Villa e França (2018) e Villa, Saramago e Garcia (2015).

Todo o processo culmina na elaboração de anteprojetos habitacionais, acompanhados de representações gráficas, estudos técnicos e memorial crítico. A disciplina é ofertada no quinto período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia. A experiência relatada foi estruturada em duas etapas complementares, propondo inicialmente o desenvolvimento da atividade extensionista voltada à investigação de problemáticas habitacionais no contexto do bairro Pequis (PMCMV – Faixa 1). Essa etapa, que será abordada no artigo, foi iniciada com aulas expositivas sobre o residencial e o contexto em que está inserido no município de Uberlândia, além da exposição de métodos e instrumentos para diagnósticos e coproduções. Posteriormente realizou-se uma visita guiada ao bairro e às residências selecionadas, juntamente com os professores e as estagiárias da disciplina. Já a segunda etapa, ainda em andamento, é dedicada à elaboração de projeto arquitetônico de um conjunto habitacional, articulando os conhecimentos técnicos, sociais e espaciais mobilizados ao longo do processo. Os projetos desenvolvidos serão apresentados a gestores públicos e empresas interessadas em viabilizar novos modelos habitacionais, que sejam mais condizentes com as reais demandas dos moradores.

3.1 Metodologia ACE em API V

A metodologia ACE para essa disciplina foi estruturada de forma a integrar conteúdos teóricos e práticos com experiências extensionistas em campo, aplicando uma abordagem qualitativa. Fundamentou-se nas experiências da pesquisa Casa Resiliente, sendo seus resultados presentes nos textos de referência disponibilizados aos alunos, no conteúdo das aulas teóricas, no conhecimento das discentes doutorandas que estagiam na disciplina e no uso da ferramenta [Reforma na Palma da Mão][5] para o auxílio em soluções e propostas dos projetos, artefato este produzido também através da pesquisa maior. A pesquisa Casa Resiliente possui aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFU) garantindo a integridade dos participantes. A metodologia ACE se organizou em três etapas, sendo que, na primeira etapa metodológica, os alunos participaram de aulas expositivas que abordaram aspectos urbanos e habitacionais do bairro Pequis, além da apresentação de técnicas metodológicas para diagnósticos participativos e coproduções. Além disso, foi realizada uma dinâmica em sala com maquetes físicas da planta tipo do residencial, permitindo aos estudantes explorar a espacialidade das unidades, refletindo sobre limitações construtivas e possibilidades de adaptação. Em seguida, os professores realizaram a identificação das famílias interessadas em participar da atividade extensionista, e, com isso, os contatos prévios para apresentar os objetivos da ação, esclarecer dúvidas e verificar a disponibilidade para receber os alunos em suas residências. Após esse contato, foi apresentada aos alunos a localização das casas por meio de um mapa confeccionado também pelos docentes.

Ainda nesta etapa metodológica, os quarenta e cinco alunos foram divididos em onze grupos composto por quatro ou cinco alunos cada, possibilitando a distribuição das residências entre eles e sendo cada grupo responsável por uma família. Essa etapa consistiu na preparação dos alunos para o contato com a comunidade, tanto em termos teórico-críticos quanto práticos. Na segunda etapa, os alunos, divididos em grupos e acompanhados dos professores, realizaram visitas técnicas às moradias

[5] Plataforma que disponibiliza dicas, orientações e soluções práticas para reformas em moradias, especialmente sociais, desenvolvido pelo grupo MORA – Pesquisa em Habitação. Website: https://reformacasa.facom.ufu.br.

previamente autorizadas, com o objetivo de aplicar um questionário modelo, elaborado pelos docentes, para avaliar aspectos da habitação. Os discentes também conduziram entrevistas com os moradores e registraram, por meio de fotografias e croquis, as principais patologias construtivas, ampliações realizadas, reformas e estratégias espontâneas de apropriação dos espaços. Essa etapa fomentou a organização de diagnósticos mais precisos sobre a realidade do bairro, do modelo ofertado pelo PMCMV e das demandas e desejos dos moradores. Para finalizar essa etapa, foram apresentadas, aos docentes e demais grupos, as análises e reflexões até então desenvolvidas pelos estudantes. Essa exposição coletiva, portanto, consistiu na oportunidade de compartilhar experiências, alinhar expectativas e estruturar o processo de elaboração de propostas de melhorias habitacionais. A terceira etapa consistiu nas assessorias para o desenvolvimento das propostas de cada grupo que, por fim, foram apresentadas e discutidas com os moradores. Em seguida, houve nova rodada de discussão sobre os resultados alcançados, limites e potenciais da experiência – que serão relatados mais à frente. As imagens abaixo (Figuras 1, 2 e 3) exemplificam e ilustram as atividades desenvolvidas ao longo dessa atividade extensionista.

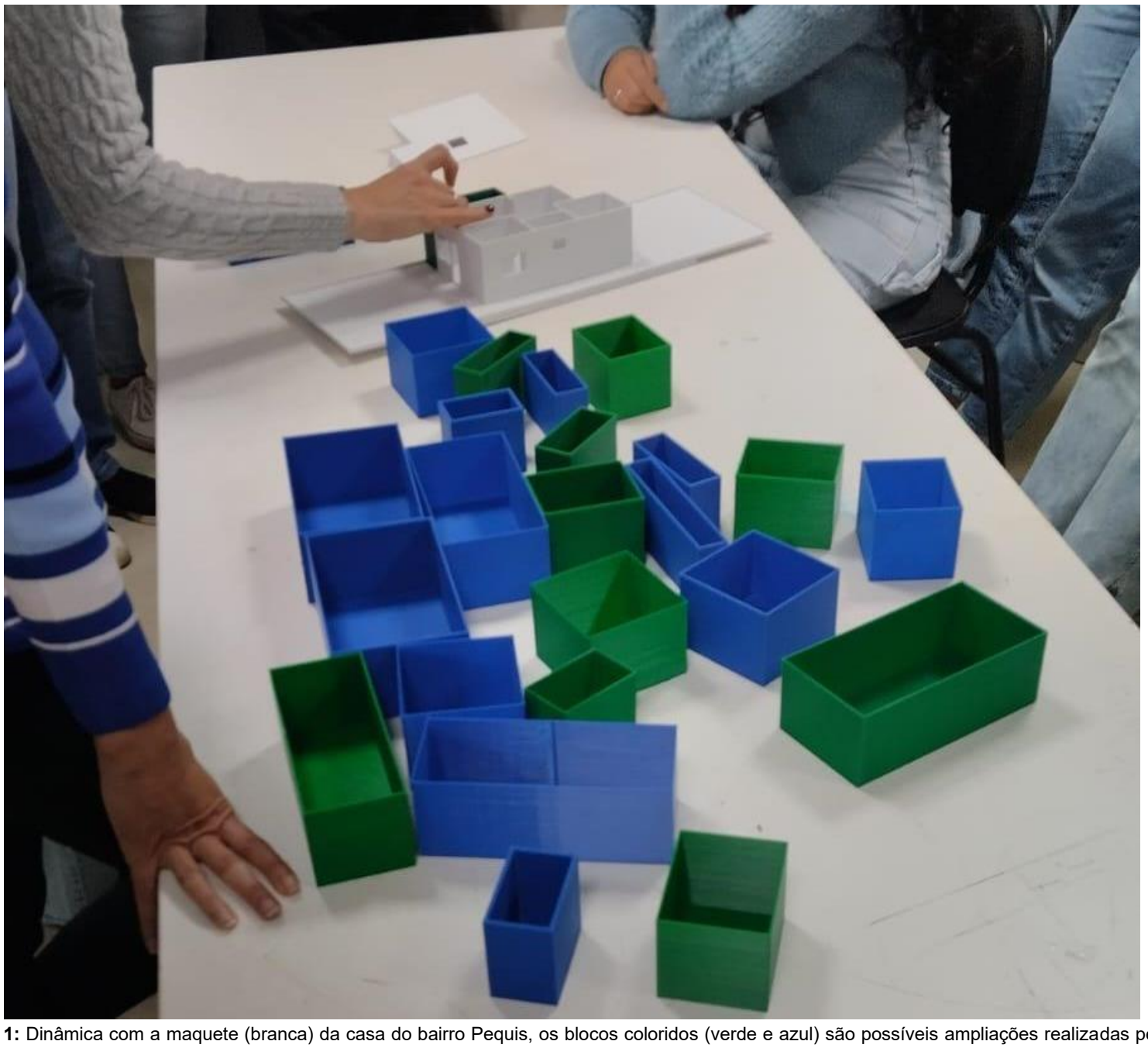


Fig. 1: Dinâmica com a maquete (branca) da casa do bairro Pequis, os blocos coloridos (verde e azul) são possíveis ampliações realizadas pelos moradores. Fonte: Autoras, 2025.



Fig. 2: Confecção do mapa do bairro Pequis com a localização das residências. Fonte: Autoras, 2025.



Fig. 3: Visita guiada, com os alunos, ao bairro Pequis e às residências. Fonte: Autoras, 2025.

3.2 Estudo de caso: bairro Pequis

Localizado no estado de Minas Gerais, o município de Uberlândia, de acordo com o IBGE (2024), conta com uma área territorial de 4.115.206 quilômetros quadrados, equivalente a uma extensão total de aproximadamente 270 hectares, uma população estimada de 754.954 mil pessoas e uma densidade demográfica de 173,31hab/km². A cidade é a segunda maior do estado, precedida apenas da capital Belo Horizonte. O bairro Pequis, foco do estudo, está localizado no setor Oeste do município e, conforme exposto, foi constituído por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sendo composto por 9 glebas, como ilusta a Figura 4. O residencial foi entregue entre os anos de 2016 e 2017 e é formado por unidades térreas, unifamiliares, em lotes de aproximadamente 200 metros quadrados, como mostra a Figura 5.

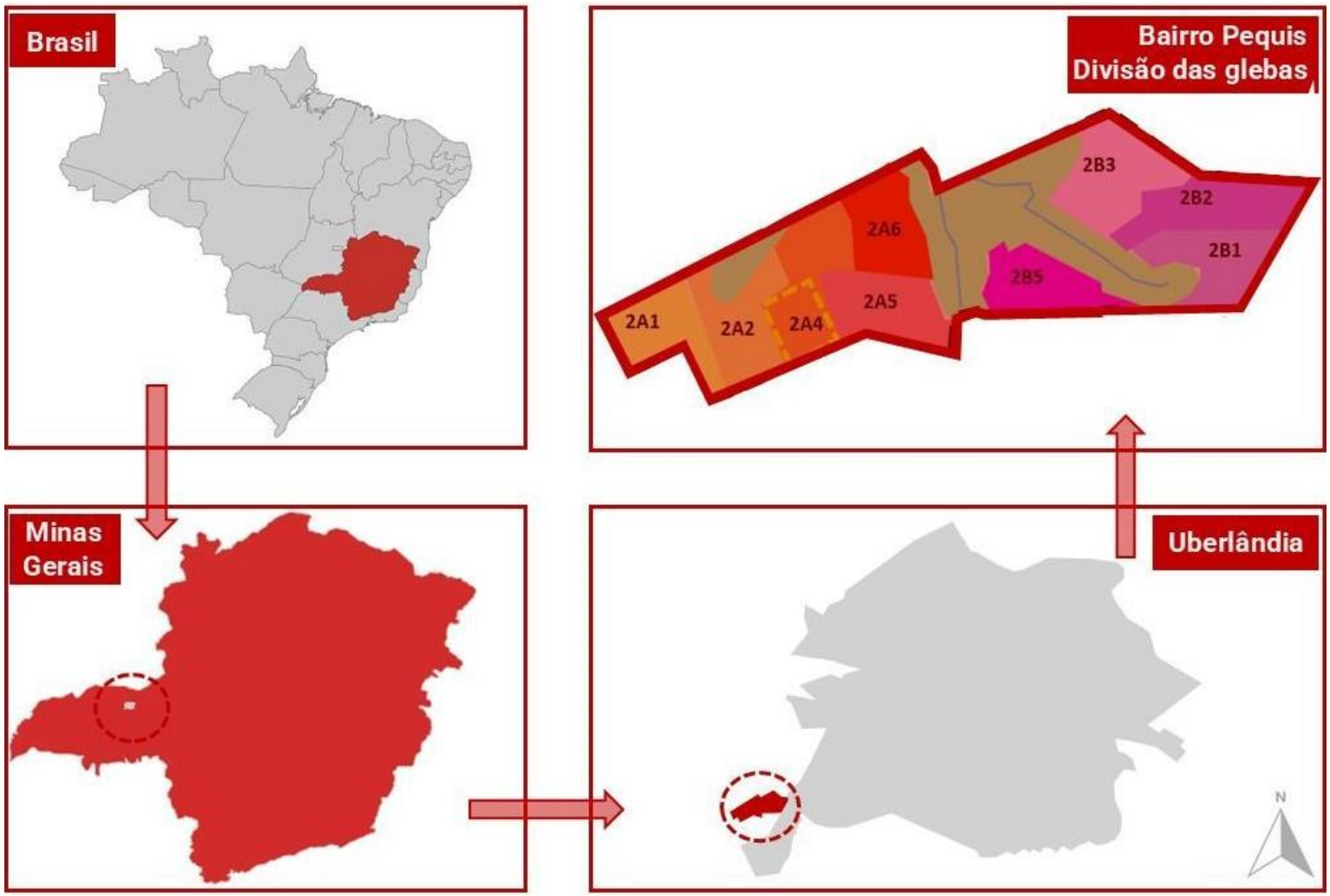


Fig. 4: Localização do bairro Pequis e a divisão por glebas. Fonte: Autoras, 2025.

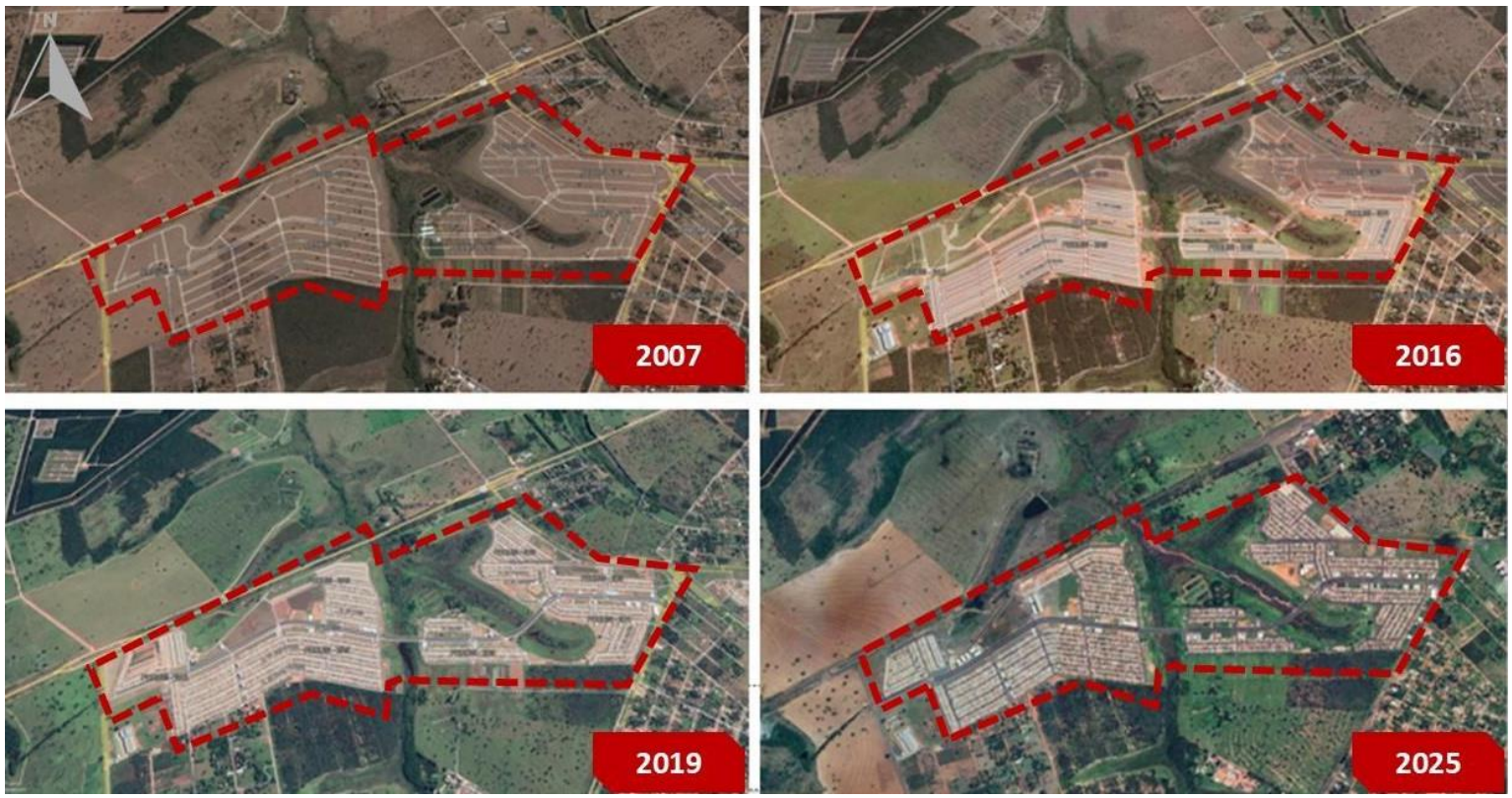


Fig. 5: Adensamento a partir da entrega das casas do bairro Pequis. Fonte: Elaboração própria a partir de Google Maps (2025).

As casas apresentam entre 42,35 metros quadrados e 46,75 metros quadrados de área construída, contando com sala, cozinha, dois quartos, um banheiro e área de serviço externa. Foi possível identificar, como mostra a Figura 6, a presença de duas tipologias de plantas e pelo menos duas tipologias de implantação no lote: uma, com a casa alinhada à divisa do lote, formando um corredor lateral mais largo, e outra com a casa centralizada no lote, com dois corredores mais estreitos. Como pode ser observado nos mapas, o bairro Pequis está inserido em região periférica, que historicamente caracteriza a implementação de conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda, reforçando processos de segregação socioespacial e dificultando o acesso a equipamentos e serviços. Como já observava Raquel Rolnik (2019), os empreendimentos voltados à Faixa 1 do MCMV estão dispersos pelas periferias, distantes de territórios privilegiados, de maneira que o programa não interferiu no lugar tradicionalmente ocupado pelas classes mais pobres nas cidades. Além disso, Maricato (2012) reforça que essa ocupação constitui o espraiamento urbano, comprometendo significativamente o deslocamento. Segundo Villa e co-autores (2017) e conforme verificado *in loco*, o acesso ao conjunto habitacional, em veículo privado, pode levar até quarenta minutos. Com isso, aumentam-se os gastos com transporte público e as dificuldades de acesso à cidade de forma efetiva.

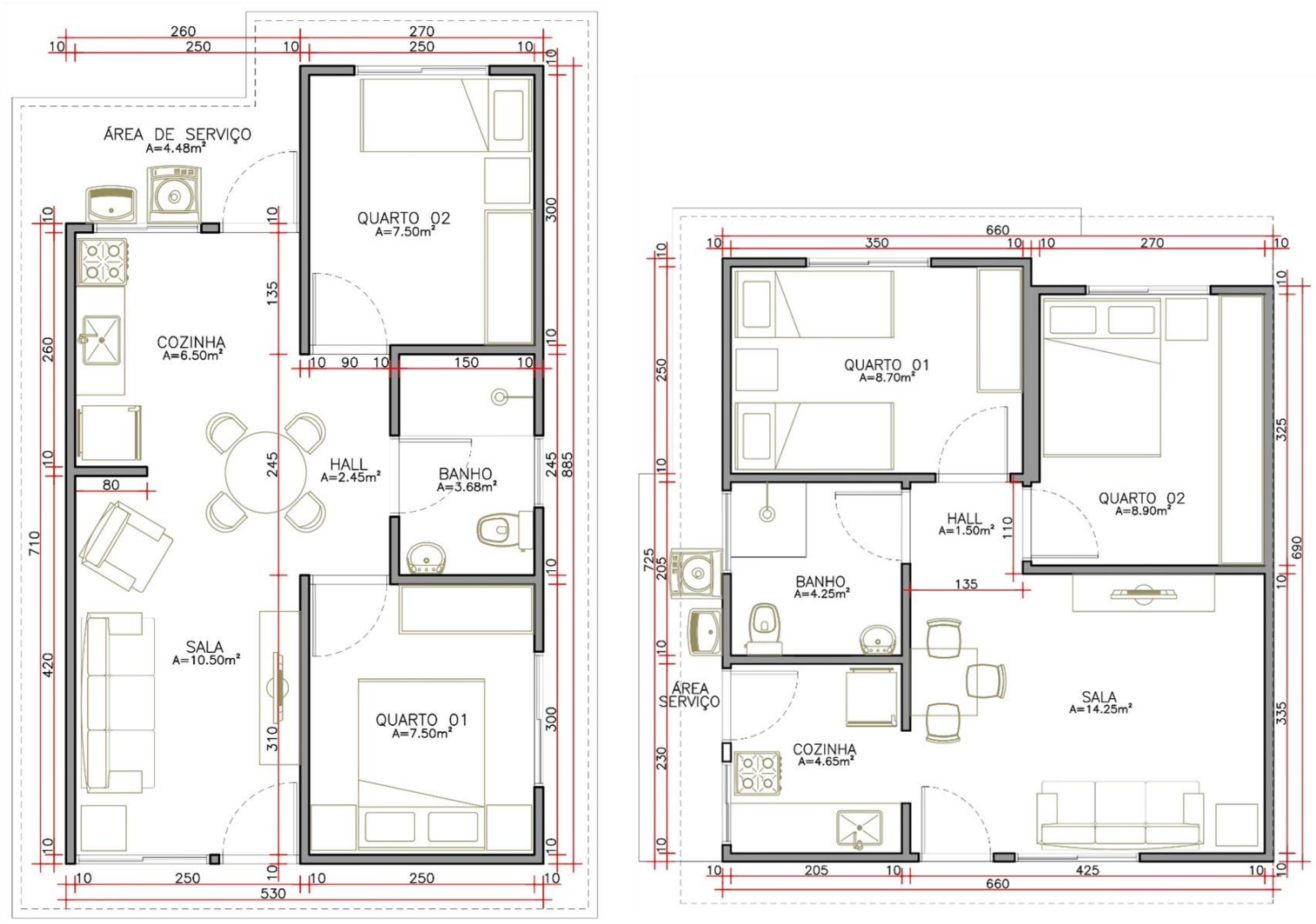


Fig. 6: Tipologias de plantas encontradas no bairro Pequis, estudada na disciplina. Fonte: Autoras, 2025.

O bairro Pequis, em sua totalidade, apresenta uma área de 1.998.424,37 metros quadrados e conta com 3.942 lotes. Foram construídas cerca de 3.200 unidades habitacionais, marcadas por uma forte rigidez tipológica, ou seja, inexiste variação formal entre as moradias, refletindo a lógica adotada em larga escala pelo PMCMV. Com isso, desconsideram-se as dinâmicas familiares, as necessidades dos moradores e as possibilidades de adaptação ao longo do tempo, resultando em unidades pouco flexíveis e com baixa diversidade espacial. As habitações seguem o mesmo padrão construtivo: paredes autoportantes de concreto moldadas *in loco* com espessura média de 10 centímetros. Esse sistema construtivo, baseado na repetição por meio de fôrmas modulares foi adotado com o objetivo de otimizar os ciclos produtivos, permitindo a finalização de múltiplas unidades em prazos curtos. As aberturas são compostas por vidros do tipo *blindex* em esquadrias de alumínio, sem proteção solar, nas coberturas são utilizadas telhas de concreto e forros internos em PVC. Esse modelo construtivo, embora relativamente eficiente em termos de custo e tempo de execução, resulta em certa limitação quanto à adaptabilidade e personalização das moradias e às especificidades das famílias. Diante das limitações impostas pelo modelo construtivo padronizado, muitos moradores recorrem a reformas e ampliações autogeridas para adaptar suas moradias às demandas cotidianas de uso, refletindo a tentativa de adequar os espaços às dinâmicas familiares não contempladas, ao crescimento do núcleo doméstico e às necessidades específicas de trabalho, cuidado e convívio. No entanto, a ausência de assistência técnica especializada nesse processo pode comprometer e tem comprometido aspectos estruturais, de salubridade e segurança das habitações, conforme iremos descrever a seguir.

4 Resultados e discussão

O mapeamento final das residências do conjunto habitacional que participaram das atividades da disciplina ACE – APIV, indicadas por marcadores numerados, pode ser observado na Figura 7. Devido ao desenvolvimento de trabalhos anteriores do grupo [MORA] no bairro, houve uma concentração maior de estudos na gleba 2A4. Ainda assim, as onze casas mapeadas contemplam a diversidade de situações e realidades habitacionais do bairro: foram observadas variações tipológicas entre as unidades e as implantações, o que favoreceu a análise dos alunos por meio desses contrastes em um mesmo conjunto habitacional produzido pelo PMCMV. Destaca-se que, ao longo do processo de desenvolvimento das atividades, alguns grupos enfrentaram dificuldades relacionadas à comunicação com os moradores, disponibilidade para entrevistas ou desistências de participação. Essas situações exigiram flexibilidade por parte dos estudantes e a necessidade de redefinir estratégias, como a substituição de residências inicialmente previstas. Diante disso, foi necessário redirecionar três grupos para novos estudos, o que resultou em pequenas alterações nas escolhas iniciais, feitas pelos professores. Apesar dessas mudanças, a amostra de moradias analisadas manteve-se representativa e permitiu um estudo significativo das demandas e condições habitacionais locais, contemplando glebas distintas do residencial, o que se mostrou em um processo mais rico, conforme acima descrito.



Fig. 7: Marcação das residências estudadas. Fonte: Elaboração própria a partir de Google Maps (2025)

O exercício extensionista foi estruturado em três componentes, de maneira a melhor orientar o processo de diagnóstico e proposição dos alunos: (1) *A casa, como ela é*, etapa voltada à observação e ao diagnóstico da realidade física, social e urbana do objeto de estudo, por meio de aulas expositivas e da pesquisa em campo; (2) *A casa, como eu gostaria que fosse*, fase dedicada à escuta dos desejos, necessidades e dimensões simbólicas associadas à moradia, com foco na perspectiva dos próprios moradores; e (3) *A casa, como poderia ser melhorada*, etapa de elaboração das propostas projetuais, considerando intervenções viáveis de reforma, requalificação e melhoria habitacional. Após os levantamentos necessários às etapas 1 e 2, como exposto, os alunos realizaram uma apresentação coletiva, na qual foram compartilhadas as análises e reflexões com os professores e colegas. Essa apresentação teve como objetivo promover a troca de experiências entre os grupos, refletir sobre os processos metodológicos adotados e orientar os encaminhamentos para a terceira e última etapa. Posteriormente, já na terceira etapa, as propostas foram entregues oficialmente aos professores no dia 22 de julho de 2025, em formato digital. Além disso, também foram apresentadas aos moradores entre os dias 22 e 27 de julho de 2025, conforme disponibilidade de cada família participante. Essa entrega ocorreu de forma presencial, por meio de encontros organizados com os moradores, com o objetivo de explicar e discutir as propostas elaboradas a partir do diagnóstico habitacional realizado em campo. Os projetos incluíram sugestões de melhorias arquitetônicas e adaptações voltadas à qualificação dos espaços, respeitando as necessidades individuais de cada residência e as condições estruturais observadas, com apresentação de desenhos

esquemáticos e maquetes eletrônicas. Para tanto, foram utilizados softwares como *Sketchup, Revit, Archicad* e *Rhinoceros*, além de maquetes físicas, croquis e diagramas, facilitando a leitura das propostas (Figura 8). Esse momento representou a devolutiva do trabalho acadêmico à comunidade, como mostra a Figura 9, e uma oportunidade de diálogo entre os estudantes e os moradores, reforçando o compromisso social da prática projetual e o papel da universidade na extensão e no fortalecimento de vínculos com o território.

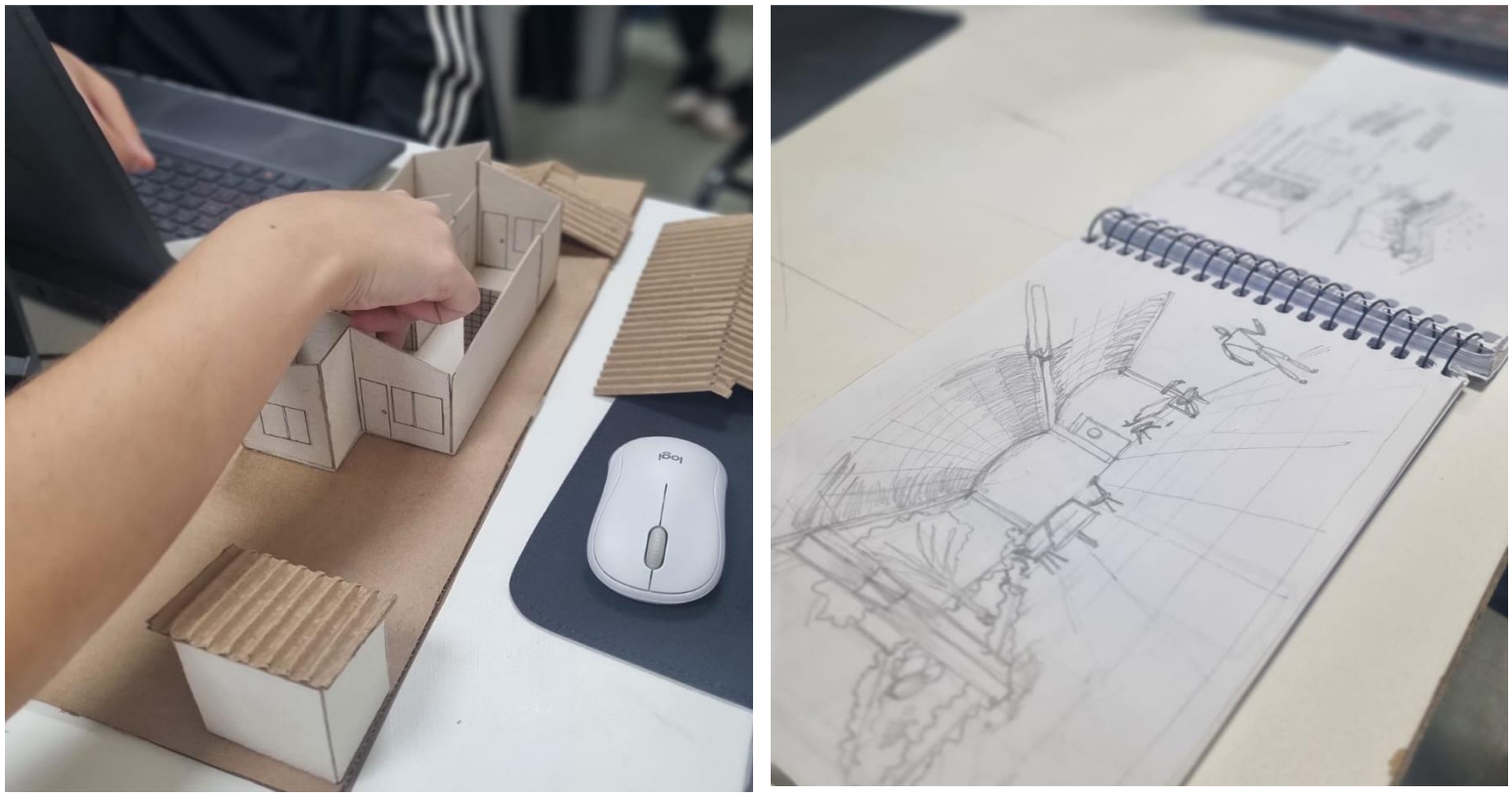


Fig. 8: Confecção de maquete física e caderno de projeto pelos alunos. Fonte: Autoras, 2025.



Fig. 9: Entrega do projeto aos moradores. Fonte: Autoras, 2025

A metodologia aplicada nesse exercício permitiu a construção de um processo participativo e sensível às especificidades de cada residência analisada e proporcionou aos alunos o contato direto com a comunidade. Os estudantes perceberam a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades, preocupando-se com a elaboração de um projeto acessível, tanto economicamente quanto no que diz respeito ao entendimento das soluções propostas por parte dos moradores. Nesse sentido,

os resultados projetuais assumiram um caráter mais lúdico, com o uso de cores e diagramas explicativos, complementados por textos que facilitassem o entendimento pelos participantes, contendo descrições, legendas e especificações detalhadas (Figuras 10 e 11). As onze famílias participantes possuíam grande diversidade de formatos de núcleos familiares e diferentes configurações de suas casas, em função das ampliações e modificações já realizadas. Em relação ao perfil econômico, mesmo que todas as habitações analisadas fizessem parte do faixa 1, observou-se uma grande variação na renda familiar, o que exigiu dos alunos um entendimento maior em relação ao que seria proposto no projeto.

Uma das soluções encontradas pelos alunos foi a organização das propostas em etapas de execução, elaborando-se conjuntos de soluções, das mais simples às mais complexas, desde modificações mais acessíveis a alterações mais dispendiosas. Em relação às soluções mais simples, podem ser citadas: mudanças de layout para mitigar problemas de circulação e de redução dimensional das unidades; renovação de pintura em certos cômodos para amenizar pontos de mofo e bolor; proposição de trocas pontuais de telhas opacas por translúcidas, de maneira a solucionar problemas de iluminação, especialmente no caso das ampliações de coberturas feitas pelos próprios moradores; reorganização das áreas livres e sugestões de paisagismo para amenizar problemas como sujeira/poeira e falta de permeabilidade intramuros. Soluções que envolviam novas ampliações para atender às demandas familiares, execução de mobiliário planejado, ou reformas mais complexas, foram indicadas como “soluções de longo prazo”, por demandarem a mobilização de investimentos mais robustos e o necessário acompanhamento técnico. O quadro 1 traz uma síntese sobre os principais problemas identificados e soluções apresentadas.

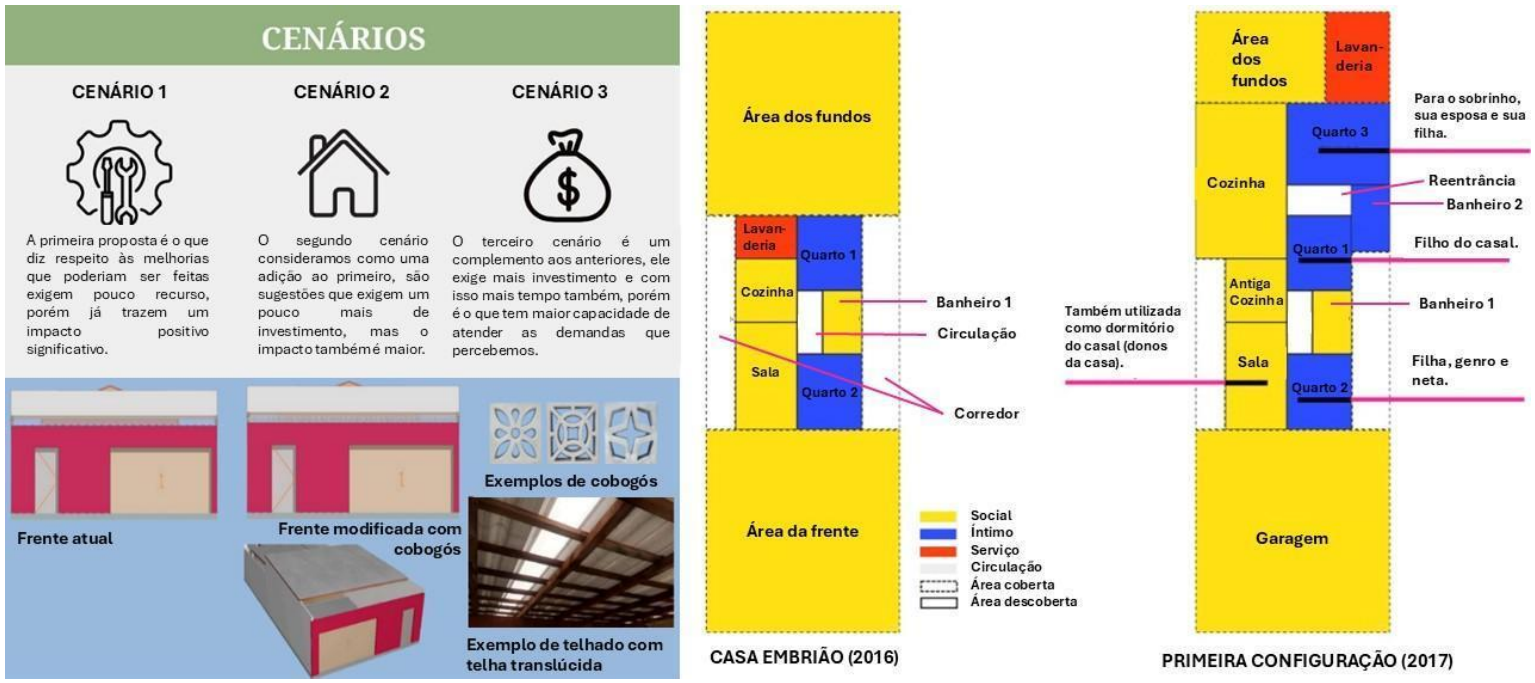


Fig. 10: Material de entrega aos moradores. Fonte: Autoras, 2025.

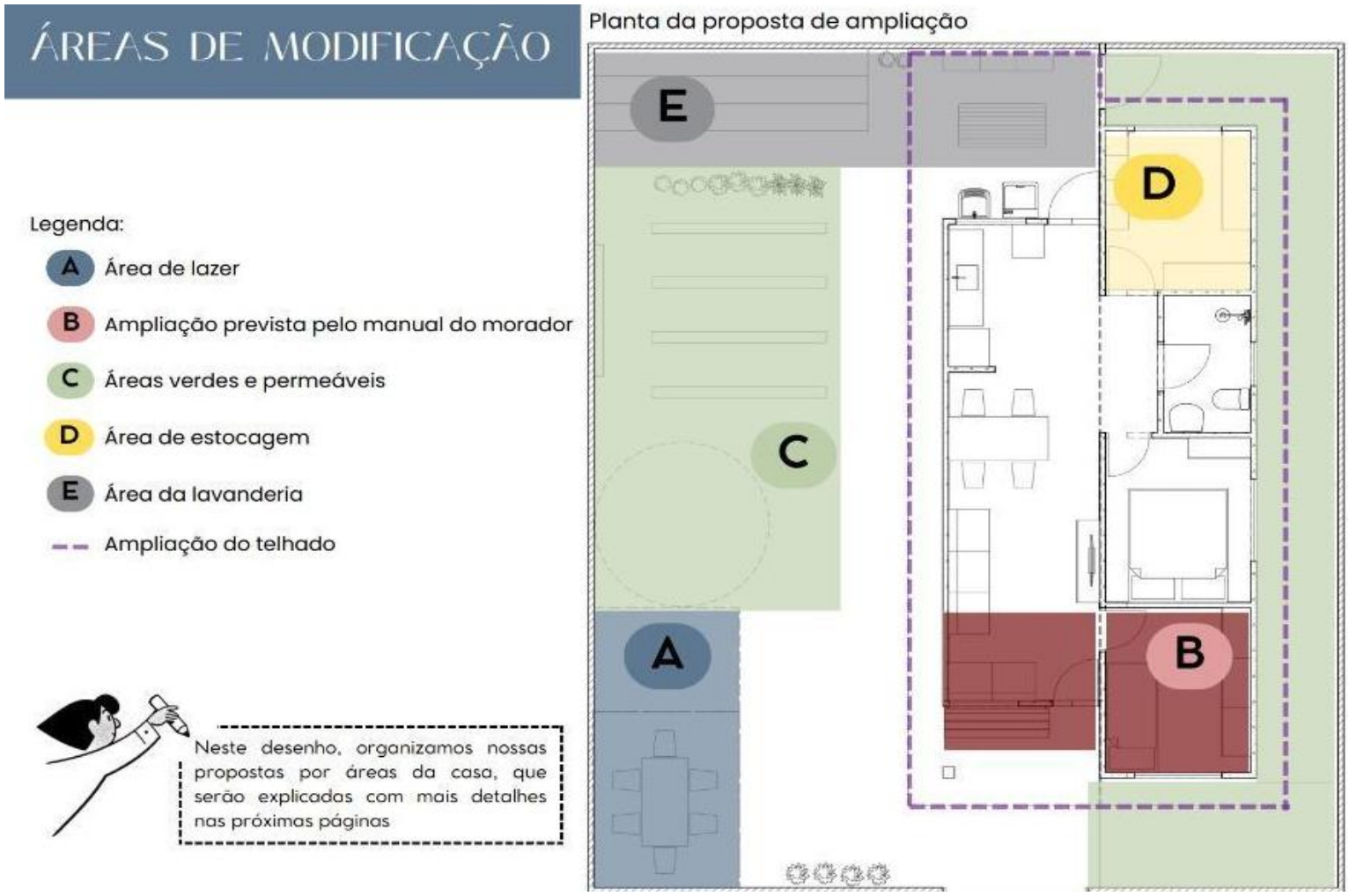


Fig. 11: Material de entrega aos moradores. Fonte: Autoras, 2025.

Grupos	Principais problemas identificados	Principais soluções dos alunos
1	Falta de um espaço adequado para trabalhar como manicure; Necessidade de mais um quarto para um dos filhos; Falta de privacidade na casa; Sala pequena e com circulação difícil; Pouca iluminação natural nos ambientes internos; Falta de armários e locais de armazenamento; Cozinha apertada e pouco funcional; Área externa sem uso definido; Calor excessivo em alguns cômodos ao longo do dia; Ausência de um espaço para receber clientes de forma confortável.	Criar um espaço exclusivo para manicure, expandindo para frente da sala; Construção de um novo quarto nos fundos do lote; Reorganizar o layout da sala para melhorar circulação; Telhas translúcidas para aumentar a iluminação natural; Mobiliário planejado para armazenamento de materiais de manicure; Separação do espaço de atendimento com divisória leve; Reestruturação da cozinha para deixá-la mais funcional; Criação de área externa organizada para descanso ou convivência; Inclusão de ventilação cruzada com novas aberturas ou troca de esquadrias; Adaptação de entrada para os clientes acessem o espaço de trabalho.
2	Goteiras nos quartos e infiltração no banheiro; Mau cheiro e entupimento na caixa de gordura; Piso e rejunte desgastados; Calor excessivo nos quartos à noite; Sol forte na sala e na cozinha (desgaste dos móveis); Falta de espaço e locais de armazenamento; Cobertura e forro com sujeira e difícil manutenção; Lavanderia mal coberta e pouco funcional.	Reparar telhado e forro com manta impermeabilizante; Corrigir e vedar a caixa de gordura; Substituir piso e rejunte do banheiro; Ampliar sala, cozinha e lavanderia; Criar despensa e novo quarto. Trocar esquadrias para melhor vedação; Estender o telhado frontal contra o sol; Adicionar áreas verdes e canteiros; Implantar área de lazer com pergolado e mesa.
3	Garagem totalmente coberta e sem ventilação; Sala pequena e com circulação difícil; Cozinha quente, com geladeira obstruindo passagem; Poucos armários e falta de espaço para armazenamento; Reentrância fechada, sem ventilação e luz natural; Caixa de gordura com mau cheiro e entupimentos; Áreas externas impermeabilizadas; Suíte quente e com infiltrações; Fachada escura e que esquenta muito; Quarto da neta sem cama e desorganizado; Antiga cozinha sem uso.	Instalação de telhas translúcidas; Substituição dos portões por modelos vazados; Inclusão de cobogós na fachada; Reorganização da sala e troca de painel de TV; Criação de sala de estar/copa na antiga cozinha; Instalação de exaustor eólico; Construção de pergolado com vegetação; Novo layout e armários planejados na cozinha; Troca da esquadria da suíte; Reforma da laje do banheiro; Instalação de guarda-roupa e cama baú no quarto da neta; Pintura da casa em tons claros; Criação de jardim de inverno na reentrância.
4	Casa sem pintura e com aparência inacabada; Falta de acabamento em vários ambientes (reboco, piso, paredes); Remendos na cobertura, com goteiras e partes mal vedadas; Falta de área verde e sombreamento; Ausência de espaço para guardar latinhas de reciclagem; Adequação de local para o minhocário da família; Poucos móveis e falta de armários para organização; Ambientes escuros e com pouca iluminação natural; Ventilação insuficiente; Quintal mal aproveitado e muito impermeabilizado; Banheiro com acabamento precário; Cozinha e sala com pouca circulação.	Pintura externa e interna com tintas claras e econômicas; Aplicação de reboco e regularização nas áreas sem acabamento; Reparo completo na cobertura, substituindo remendos, trocando telhas e vedando pontos críticos; Criação de canteiros simples, vasos e pequena área verde; Construção de depósito leve para armazenar recicláveis; Criação de espaço ventilado e protegido para o minhocário; Instalação de nichos, prateleiras e armários simples para organização; Ampliação ou abertura de janelas para aumentar a iluminação natural; Reorganização do quintal com áreas permeáveis e espaço multifuncional; Melhoria do banheiro com pequenos reparos e troca de acabamentos; Ajustes na cozinha com redistribuição de móveis e bancadas econômicas.
5	Falta de iluminação e ventilação natural adequadas nos quartos; Pouca privacidade em relação à área social; Banheiro mal resolvido, com porta atrapalhando o uso do box; Falta de organização e espaço para armazenamento (cozinha e área de serviço); Cobertura inadequada e desconforto térmico nas áreas externas; Ambientes pequenos e pouco funcionais, com mobiliário desproporcional ao espaço.	Inverter os quartos (casal e visitas); Inverter entrada do box do banheiro; Instalar rufos nos muros; Adicionar telhas translúcidas na área de serviço; Porta de correr no banheiro; Criação de jardim nos fundos; Reforma da fachada com tijolos vazados e nova pintura; Substituição das telhas por modelo sanduíche; Reforma e elevação da cobertura externa.
6	Falta de espaço adequado na cozinha para apoiar utensílios, cozinhar e lavar louças; Circulação limitada entre cozinha e sala por causa do armário próximo à geladeira; Ambiente apertado devido ao excesso de mobiliário, especialmente dois sofás ocupando muito espaço; Prateleira mal posicionada no corredor, atrapalhando a circulação; Cozinha e sala com pouca área útil devido à parede existente, reduzindo fluidez entre os ambientes; Mobiliário atual pouco organizado, comprometendo a funcionalidade e privacidade dos quartos.	Remoção da parede da cozinha e extensão da parede lateral, criando um corredor e ampliando o espaço; Aumento da área de circulação entre os ambientes; Possibilidade de colocar uma mesa caso um dos sofás seja retirado; Maior privacidade dos quartos com o novo corredor; Melhor organização dos móveis existentes; Criação de maior apoio para cozinhar e lavar louças; Retirar um dos sofás para otimizar o espaço da sala; Realocar o armário que fica perto da geladeira, abrindo espaço de circulação; Realocar a prateleira do corredor para liberar a passagem e organizar melhor o ambiente.
7	Falta de espaço para receber as mães dos alunos; Sala de aula pequena, com necessidade de realocação para melhor acomodar os alunos; Necessidade de um banheiro separado para uso dos alunos; Desejo de manter o jardim dos fundos e criar uma floreira para a horta do marido; Receio de perder o espaço da área de serviço, usado para atividades familiares; Quarto do casal e cozinha pequenos, com pouca área para armazenamento.	Instalação de box de vidro temperado no banheiro; Virar os tijolos para evitar acúmulo de água e proliferação de dengue; Alternativa de colocar pedras no lugar dos tijolos, evitando sujeira da terra; Reorganização do layout da sala de aula para melhorar o fluxo de alunos e professora; Reutilização de telhas para criar jardins ao redor das árvores; Pia com bancada e armário inferior, ampliando o espaço de armazenamento; Novo layout de sala, transformando a antiga sala de aula em sala de TV, do quarto e da cozinha.
8	Cerâmicas do banheiro com desuniformidade; Porta de entrada frágil e com pouca privacidade (esquadria de vidro); Cozinha insuficiente e muito próxima à sala, causando desconforto por cheiros e gordura; Insatisfação com pia e armários da cozinha; Porta do quarto da filha não abre totalmente por causa da mesa de estudos; Porta do quarto da mãe não abre totalmente por causa do guarda-roupa; Sala de estar pequena; Falta de espaço para mesa de jantar maior; Terreno desnivelado, dificultando locomoção e acumulando água da chuva; Falta de espaço para trabalho/estudo.	Pintura com tinta epóxi à base de água, adequada para cerâmicas; Instalação de móvel de encaixe ou móvel solto sob o lavatório; Instalação de box no chuveiro; Troca da porta para ampliar o espaço interno do banheiro; Troca da cama por uma de tamanho casal convencional (quarto mãe); Inversão da disposição dos móveis para melhor circulação; Fechamento do ambiente (atual sala) com painel de MDF e porta embutida, ampliando privacidade; Uso de bicama 3 em 1, permitindo mais conforto e otimização do espaço (quarto filha); Mobiliário multifuncional com escrivaninha embutida no armário, melhorando o aproveitamento do espaço.
9	Tamanho da cozinha insuficiente; Muitas goteiras (telhas com problema); Sala inunda quando chove; Piso encarde facilmente; Quarto e cozinha muito quentes; Falta de espaço para acomodar visitas; Falta de espaço para máquina de lavar; Falta de proteção contra a luz; Falta de local para armazenar alimento; Problemas no banheiro (porta, umidade, falta de separação).	Substituição das telhas danificadas; Substituição da porta do banheiro; Adição de box no banheiro; Mudança do local da geladeira, mesa de estocagem e armários da cozinha; Transferência da máquina de lavar; Adesão de cobertura nos fundos; Adesão de cobogós nos fundos; Adesão de árvore para filtrar a insolaçãoem um dos quartos; Reorganização da cozinha para melhorar armazenamento; Melhoria da ventilação e sombreamento com elementos vazados e arborização.
10	Infiltração e goteiras no forro; Problemas recorrentes na calha; Piso escorregadio; Área coberta "mal feita" e que molha tudo; Instalação elétrica mal executada (fios baixos); Porta fraca e difícil de manusear; Água escorrendo pelas paredes e danificando móveis; Falta de vedação nas janelas; Calor excessivo e pouca ventilação; Parte dos fundos em terra batida; Intenção de repintar o interior da casa; Falta de vegetação e sombreamento.	Substituição das telhas de fibrocimento por telhas de concreto; Troca do forro de PVC por material com melhor isolamento térmico; Reparo e revisão das calhas e sistemas de escoamento; Reboco e pintura dos muros de tijolo cerâmico; Pavimentação do piso da área externa com materiais mais permeáveis; Correção da parte dos fundos em terra batida; Revisão da instalação elétrica e das tomadas; Melhoria na cobertura da garagem e área externa; Incorporação de vegetação e sombreamento no quintal; Revisão de esquadrias para evitar entrada de poeira e terra; Pintura e manutenção geral da casa.
11	Falta de espaço para guardar os materiais de trabalho do filho; Ausência de área adequada para plantas e pequeno jardim; Ambientes pouco iluminados durante o dia; Sensação de casa "escura" e pouco ventilada; Falta de espaços organizados para armazenamento geral; Quintal pequeno ou mal aproveitado; Sala e cozinha pouco funcionais devido à falta de espaço livre; Sensação de aperto e dificuldade de circulação no interior da casa.	Criação de mobiliário planejado para o filho armazenar material de trabalho; Transformação de parte do quintal ou corredor em jardim vertical para as plantas; Instalação de telhas translúcidas ou novas aberturas para melhorar a iluminação natural; Reorganização da sala/cozinha para aumentar a circulação; Criação de armários superiores e nichos para otimizar o armazenamento; Ampliação ou reforma de área externa para incluir canteiros e espaço verde; Substituição de esquadrias por modelos que permitam maior entrada de luz; Uso de pergolado com trepadeira para criar área sombreada e verde; Revisão do layout interno para liberar espaço e organizar o fluxo da casa.

Quadro 1: Principais problemas identificados e soluções apresentadas. Fonte: Autoras, 2025.

Durante o desenvolvimento da atividade, foram enfrentadas dificuldades, ao mesmo tempo que evidenciou-se o potencial da ação extensionista. Em determinados casos, como acima relatamos, houve desistência por parte dos participantes ao longo do processo, demandando uma reorganização dos grupos e a busca por novas famílias dispostas a colaborar com o exercício. Essa necessidade de remanejamento impactou diretamente o cronograma de alguns grupos, que passaram a dispor de menos tempo para a realização da atividade, em comparação àqueles que conseguiram manter a continuidade do trabalho desde o início. Tais imprevistos evidenciam a complexidade inerente às práticas participativas em campo e reforçam a importância da flexibilidade metodológica e da gestão adequada do tempo em experiências de extensão. Durante a etapa de devolutiva dos projetos, alguns grupos relataram dificuldades no estabelecimento de contato com os moradores para agendar a entrega do material finalizado. Por outro lado, observou-se que alguns moradores manifestaram o desejo de manter o vínculo com os estudantes após a finalização das atividades. Adicionalmente, alguns grupos relataram que, no momento da entrega dos projetos, já notaram mudanças no ambiente doméstico dos moradores, motivadas pelo contato inicial com o grupo. Foram mencionadas ações como a reorganização dos móveis, a pintura da fachada e a limpeza geral dos espaços, o que indica um novo olhar sobre a moradia. Além disso, alguns estudantes relataram constrangimento por não conseguirem concretizar as demandas dos participantes. Como consequência, parte dos alunos está se mobilizando para tentar viabilizar algumas propostas a partir de outros projetos extensionistas da instituição.

Sobre esse aspecto, é fundamental observar que as disciplinas extensionistas, realizadas pela FAUeD/UFU, carecem de maior apoio institucional para que seus objetivos possam ser plenamente atendidos. Entre outras ações, é necessário o aporte de recursos financeiros, via administração superior, que possibilitem a efetiva concretização das soluções projetuais desenvolvidas, assim como o transporte dos alunos até os locais de intervenção e dos moradores até a instituição, bem como apoio pedagógico visando à formação do corpo docente para lidar com os desafios das práticas extensionistas — desafios esses também relatados por Angela Gordilho-Souza e Heliana Rocha (2018). Durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, por exemplo, a incorporação da carga horária das disciplinas optativas, visando cumprir as diretrizes do MEC, com poucas exceções, se somou àquela já praticada, diante da resistência de parte do corpo docente em repensar suas disciplinas a partir da lógica extensionista. Além disso, há ainda resistência de professores em assumirem as disciplinas efetivamente criadas — o que revela as contradições do processo. No caso específico da experiência relatada, conforme exposto, alguns moradores se negaram a receber os alunos para a apresentação final das soluções justamente por compreenderem que deveriam dispender recursos próprios — muitas vezes inexistentes – para concretizar tais soluções.

Assim sendo, as observações e descrições dos alunos ao final da atividade demonstraram o impacto significativo da experiência prática no processo formativo. Muitos afirmaram que o contato com os moradores e a escuta durante os encontros proporcionaram uma nova compreensão sobre o papel social do arquiteto e sobre a complexidade envolvida nas intervenções em contextos habitacionais populares. A atividade também foi apontada como um desafio no que diz respeito à mediação entre os desejos dos moradores e as limitações técnicas e orçamentárias enfrentadas nas propostas, potencializadas pelo padrão construtivo pouco flexível das unidades habitacionais do PMCMV, presentes no bairro Pequis. Essas restrições exigiram sensibilidade, criatividade e empatia por parte dos estudantes para propor melhorias minimamente viáveis e significativas, respeitando as condições estruturais e os limites das casas existentes. Além disso, os alunos ressaltaram o valor da troca de saberes durante o processo, reconhecendo que essa vivência contribuiu para ampliar o repertório projetual e fortalecer sua postura crítica e dialógica.

5 Considerações finais

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem se mostrado um princípio estruturante na formação de profissionais comprometidos com a transformação social. No contexto das práticas em ATHIS, essa articulação permite que as atividades de sala de aula se ampliem para além do espaço acadêmico, ao mesmo tempo em que a produção de conhecimento se ancora em realidades concretas e demandas sociais urgentes. Ao integrar esses três pilares, os projetos desenvolvidos com comunidades vulnerabilizadas ganham densidade crítica e operam como espaços de aprendizado coletivo, tanto para os estudantes quanto para os docentes e moradores. A pesquisa orienta e sistematiza os processos; o ensino forma e provoca o debate; e a extensão constrói pontes entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, é possível afirmar que a experiência embrionária aqui relatada confirma o potencial transformador da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como

base para ações comprometidas com o direito à moradia digna. A vivência prática proporcionada pela disciplina oferece uma dimensão formativa que dificilmente seria alcançada apenas por meio de conteúdos teóricos, inclusive a partir do contato com as contradições do processo. O envolvimento direto dos estudantes com territórios, sujeitos e desafios concretos contribui para a construção de um olhar mais sensível e ético sobre a realidade, essencial à atuação em ATHIS. Essa experiência também estimula o reconhecimento dos limites e potencialidades da atuação profissional, ampliando a consciência dos estudantes quanto ao papel social do arquiteto e urbanista. Assim, a inserção de experiências reais no percurso formativo fortalece a construção de uma postura crítica e propositiva, indispensável para quem deseja atuar com responsabilidade e compromisso nas políticas públicas de habitação.

Os resultados obtidos, por meio dessa experiência, ao longo do desenvolvimento da atividade prática na disciplina ACE - API V, demonstram a relevância de metodologias participativas no processo de formação de futuros arquitetos e urbanistas. A atuação direta dos alunos no bairro Pequis, a partir do diagnóstico em campo e da proposição de melhorias habitacionais, permitiu uma aproximação concreta com os desafios enfrentados por famílias de baixa renda residentes em conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1. Visto isso, apesar das dificuldades encontradas e mencionadas nos resultados, a experiência proporcionou um ambiente de aprendizagem dinâmico, exigindo dos estudantes sensibilidade social, criatividade técnica e capacidade de adaptação frente às limitações do contexto. Outro aspecto relevante observado foi o fato da maioria dos estudantes não conhecerem o bairro, principalmente em razão da sua localização periférica e do difícil acesso, o que tornou a atividade ainda mais significativa para o reconhecimento dessa desigualdade socioespacial urbana e distanciamento do centro do município. Como complemento, o exercício permitiu aos alunos compreenderem, na prática, a complexidade dos processos projetuais em contextos reais, estimulando reflexões críticas sobre o acesso à moradia adequada e sobre os desafios referentes a processos participativos e extensionistas.

Dessa forma, conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados, a proposta metodológica adotada na disciplina demonstrou um grande potencial pedagógico e contribuiu para a formação ética, técnica e cidadã dos discentes envolvidos. Ao relacionar os resultados desta ação ao tema *Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações*, observa-se que a experiência consolidou um processo contínuo de interlocução entre universidade e comunidade, no qual diferentes saberes foram mobilizados e confrontados. A participação das famílias, suas estratégias de adaptação espacial e a escuta pelos estudantes contribuíram para a construção de uma práxis mais comprometida com a realidade habitacional analisada. Acredita-se que, nas próximas edições da disciplina, será possível alcançar um maior aprofundamento, oferecendo mais atendimentos à comunidade envolvida, garantindo-se a continuidade do processo, especialmente se tais práticas contarem com maior apoio institucional.

Agradecimentos

Agradecemos ao PPGAU-UFU, ao CNPq (processos nº 422450/2023-5, nº 311624/2021-9; nº 306977/2025-7) e à CAPES pelo apoio (processo 88887.159301/2025-00), por meio da concessão de bolsas de fomento à pesquisa. Também agradecemos aos alunos pelo envolvimento e comprometimento e, aos moradores do Residencial Pequis, pela generosa participação nessa experiência.

Referências

Alves, C. R. (2020). *Avaliação Do Comportamento Higrotérmico De Concretos Produzidos Com Resíduos* De *Borracha De pneu e poliestireno expandido para aplicação em paredes de concreto* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da UFU. http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.358

Bortoli, K. C. R. D., Villa, S. B., Soares, B. R., & Araújo, L. B. D. (2024). Clima e projeto: impactos sobre o conforto térmico em HIS do PMCMV. *Gestão & Tecnologia de Projetos*, *19*(2), 127–151. https://doi.org/10.11606/gtp.v19i2.21536

Brasil. (2001). *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)*. Diário Oficial da União.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Diário Oficial da União.

Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Diário Oficial da União.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. (2018). *ATHIS: Assistência técnica para habitação de interesse social*. Gráfica Calábria.

FORPROEX. (2012). *Política nacional de extensão universitária.* Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf

Gordilho-Souza, A. M., & Rocha, H. F. M. (2018). Extensão universitária na pós-graduação: implantação da residência profissional em arquitetura, urbanismo e engenharia da UFBA. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, *3*(1), 90–95. https://doi.org/10.21680/2448-296X.2018v3n1ID16626

Hermsdorf, J. O., Dias, K., & Ferreira, V. (2023). Assessoria de nós: Um trabalho de muitas mãos. In *Anais do XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Uberlândia (MG). IBGE Cidades. https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html

Kapp, S., & Baltazar, A. P. (Eds.). (2021). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM.

Maricato, E. (2012). *O impasse da política urbana no Brasil* (2ª ed.). Editora Vozes.

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana.* Expressão Popular.

Monteiro, D. A. de B., & Miron, L. I. G. (2018). Proposta de um método para avaliação da percepção de valor de técnicos e de usuários em habitação de interesse social. *Ambiente Construído*, *18*(1), 153–171. https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/73531

Oliveira, L. V., Villa, S. B., & Ribeiro, J. L. A. (2023). Ferramenta de avaliação de impacto para habitações sociais mais resilientes: uma proposição para diagnósticos centrados em usuários. *Cadernos PROARQ*, (44), 10–29. https://doi.org/10.37180/2675-0392-n44-1

Ono, R., Ornstein, S. W., Villa, S. B., & França, A. J. G. L. (Eds.). (2018). *Avaliação pós-ocupação (APO) na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática.* São Paulo: Oficina de Textos.

ONU Habitat. (2019). *Nova Agenda Urbana*. https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf

ONU. (2024). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Otoni, M. E. F. (2025). *Sistema construtivo e ampliabilidade em habitações de interesse social: análise e proposições de soluções na busca de resiliência* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.317

Rolnik, R. (2019). *Guerra dos lugares* (2ª ed.). São Paulo: Editora Boitempo.

Simões, G. M. F., & Leder, S. M. (2022). Mais espaço, por favor: adaptações espaciais (reformas) e o impacto na habitabilidade de Habitações Sociais. *Ambiente Construído*, *22*(3), 7–29. https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/120327

Tamietti, G. (2024a, 24 de abril). *Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios*. Fundação João Pinheiro. https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/

Tamietti, G. (2024, 7 de maio). *26 milhões de domicílios urbanos brasileiros apresentam algum tipo de inadequação*. Fundação João Pinheiro. https://fjp.mg.gov.br/26-milhoes-de-domicilios-urbanos-brasileiros-apresentam-algum-tipo-de-inadequacao/

Universidade Federal de Uberlândia (2022). *Resolução nº 39/2022 do Conselho de Graduação (CONGRAD): Dispõe sobre as Atividades Curriculares de Extensão na UFU.* Universidade Federal de Uberlândia.

Villa, S. B., Bortoli, K. C. R. de, & Oliveira, L. V. (2025). Resilient House Evaluation Matrix: Attributes and Quality Indicators for Social Housing. *Buildings*, *15*(5), 793. https://doi.org/10.3390/buildings15050793

Villa, S. B., Bortoli, K. C. R. de, & Vasconcellos, P. B. (2023). Assessing the built environment resilience in Brazilian social housing: Challenges and reflections. *Caminhos de Geografia*, *24*(94), 293–312. https://doi.org/10.14393/RCG249466504

Villa, S. B., Garrefa, F., Stevenson, F., Souza, A. R., Bortoli, K. C. R., Arantes, J. S., Vasconcellos, P. B., & Campelo, V. A. (2017). *Relatório final: Método de análise da resiliência e adaptabilidade em conjuntos habitacionais sociais por meio da avaliação pós-ocupação e coprodução*. Universidade Federal de Uberlândia.

Villa, S. B., Saramago, R. C. P., & Garcia, L. C. (2015). *Avaliação pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: Uma experiência metodológica*. Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).